

FERNANDA CRAVIDÃO
LÚCIO CUNHA
PAULA SANTANA
NORBERTO SANTOS
(ORG.)

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

ESPAÇOS E TEMPOS EM GEOGRAFIA

HOMENAGEM A
ANTÓNIO GAMA

Ge  grafias

I
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

ESTRUTURA EDITORIAL

Fernanda Cravidão
Lúcio Cunha
Paula Santana
Norberto Santos

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

REVISÃO

Graça Pericão

IMAGEM DA CAPA

copyright Luísa Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

Mickael Silva

EXECUÇÃO GRÁFICA

www.artipol.net

ISBN

978-989-26-1348-2

ISBN DIGITAL

978-989-26-1343-7

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1343-7>

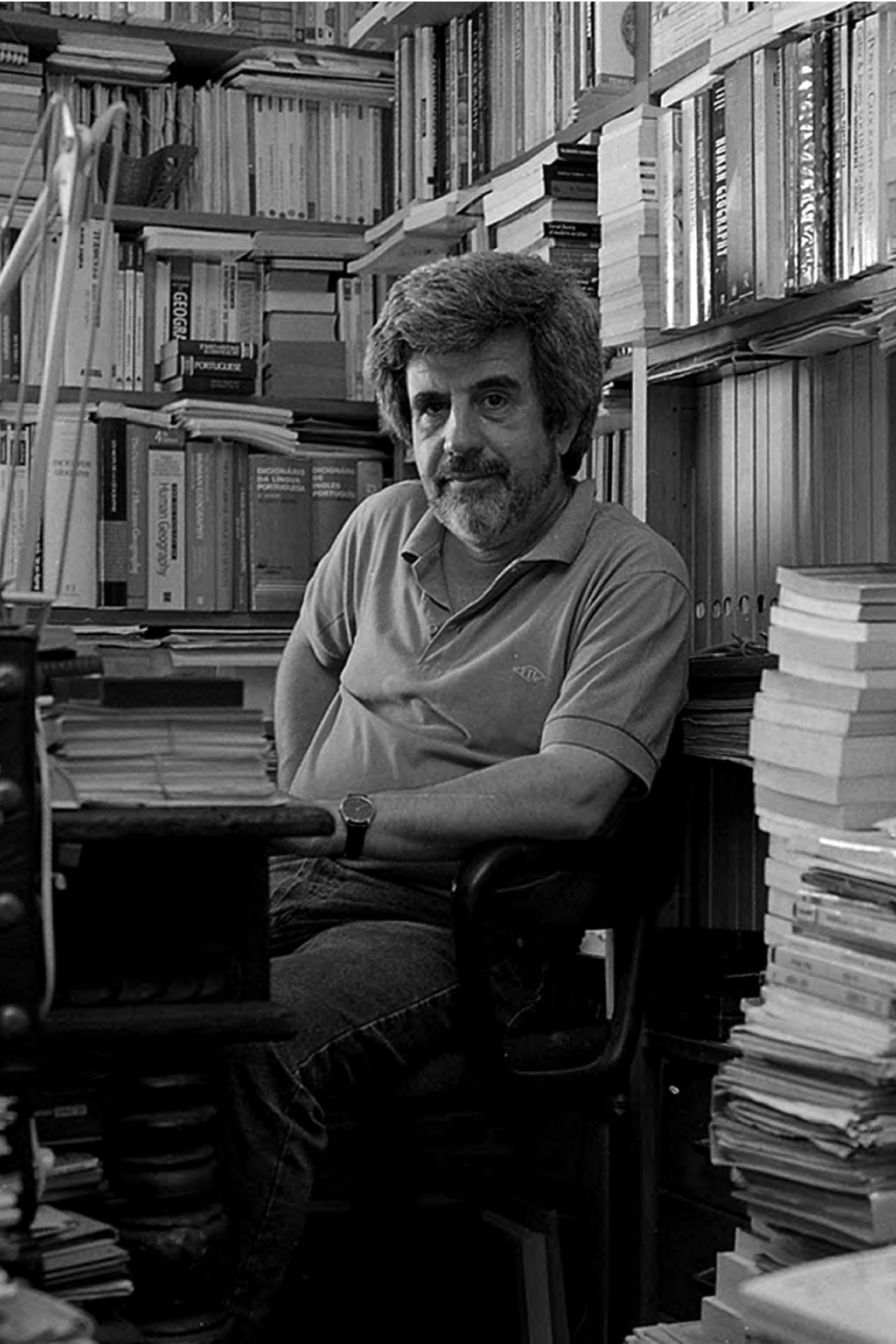
FERNANDA CRAVIDÃO
LÚCIO CUNHA
PAULA SANTANA
NORBERTO SANTOS
(COORD.)

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

ESPAÇOS E TEMPOS EM GEOGRAFIA

HOMENAGEM A
ANTÓNIO GAMA

(Página deixada propositadamente em branco)



(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

PARTE I

Ao António Gama Mendes. Os juvenis anos liceais.....	15
<i>Jorge M. R. F. Carvalho</i>	
A Biblioteca. O território da felicidade de António Gama.....	25
<i>José Reis</i>	
Los encuentros geográficos, una oportunidad de compartir algo más que Geografía	29
<i>Julio Villar Castro e José Luis Alonso Santos</i>	
O geógrafo e o seu labirinto: António Gama, uma Geografia Vivida	47
<i>Rui Jacinto</i>	
António Gama, um apaixonado pela Geografia e pelas mini rosas... ..	69
<i>Maria Adélia de Souza</i>	
As travessias bertrandianas à construção da geografia física	81
<i>Messias Modesto dos Passos</i>	
Problemas de ontem e de hoje que poderia voltar a discutir com o nosso amigo António Gama se... ..	93
<i>Júlio Marques Mota</i>	
Revisitando o artigo “Análise espacial de uma transformação agrícola”	115
<i>Iva Pires, Graça Rolo e Francisco Henriques</i>	

PARTE II

Contributo para uma Geomorfologia Cultural do Maciço de Sicó.....	133
<i>Lúcio Cunha</i>	
Fosso do médio Zêzere. Um livro aberto de geomorfologia	147
<i>Luciano Lourenço</i>	
A paisagem como elemento de sustentabilidade nos territórios de fronteira. O exemplo do município do Sabugal	185
<i>Adélia Nunes e António Campar de Almeida</i>	
Tempo e espaço num geossistema cársico: os “pilares” em que assenta e se sustenta a interpretação da sua evolução geológico-geomorfológica.....	207
<i>Luca Antonio Dimuccio</i>	

PARTE III

Nichos de nuevas y renovadas actividades en espacios y lugares centrales de la Raya ibérica	241
<i>Lorenzo López Trigal</i>	
Brozas, villa cacereña de frontera	267
<i>Antonio-José Campesino Fernández</i>	
Antropoceno, cidades e geografia	287
<i>João Ferrão</i>	
A Geografia portuguesa em 1929 na correspondência entre Amorim Girão e Gonzalo de Reparaz Ruiz	303
<i>João Carlos Garcia e Enric Mendizàbal Riera</i>	
A Geografia em Alberto Sampaio – desde as explorações geográficas pela biblioteca do historiador vimaranense	319
<i>Miguel Sopas de Melo Bandeira</i>	
O papel dos baldios na revitalização das comunidades rurais.....	337
<i>Pedro Hespanha</i>	

Novas dinâmicas dos territórios rurais: a participação local, o reforço e democratização do Estado e da gestão pública.....	363
<i>Maria Adosinda de Almeida Henriques</i>	
Morfogénese e intenções, planos e projetos de atravessamento da Baixa de Coimbra: outros contributos de um geógrafo.....	377
<i>Mário Gonçalves Fernandes</i>	
Equidade em saúde. O papel das condições socioeconómicas e dos cuidados de saúde primários	403
<i>Paula Santana e Pedro Lopes Ferreira</i>	
A escola em territórios de baixa densidade. Proposta para a construção de uma matriz de reorganização da rede escolar.....	425
<i>A. M. Rochette Cordeiro</i>	
Desconstruções reconstruídas sobre o processo de envelhecimento. Perspetivas geográficas em territórios literários.....	443
<i>Fátima Velez de Castro</i>	
Apontamentos históricos sobre a Mui Nobre Vila de Álvaro. Contributo para a sua redescoberta	461
<i>Anselmo Casimiro Ramos Gonçalves e Luís Alexandre Mendes</i>	
A Velha e a Nova Luz: dinâmicas geográficas de um processo de des-reterritorialização.....	483
<i>Ana Maria Cortez Vaz</i>	
Revisitar o itinerário raiano do Prof. Gama Mendes através de uma visão geográfica	499
<i>Emanuel de Castro e Ana Lopes</i>	

PARTE IV

Tempos e espaços de lazer numa perspectiva de integração social: questões de base geográfica.....	513
<i>Patrícia Rego, Sara Pedro-Rego, Pascale Millecamps, Fernanda Pereira, Rita Silva e Luís Sá-Fernandes</i>	

O turismo, o turista e o território – uma nova centralidade para a geografia?	529
<i>Fernanda Cravidão e Paulo Nossa</i>	
Gastronomia e vinhos. Um produto sempre novo com raízes nas tradições da cultura da população portuguesa	543
<i>Norberto Santos</i>	
Turismo e fronteiras: uma relação dinâmica entre o turismo cultural e político.....	563
<i>João Luís Jesus Fernandes</i>	
Património e turismo literário: Leiria queiroziana.....	579
<i>Sara Fernandes e Paulo Carvalho</i>	
Turismo, lazer e património natural no destino <i>Madeira</i>	595
<i>Claudete Oliveira Moreira e Albano Figueiredo</i>	
Turismo: um espelho da(s) realidade(s) contemporânea(s) – do mundo globalizado à globalização do medo e da insegurança.....	623
<i>Mónica Morais de Brito</i>	
Turismo e cinema: uma outra abordagem através do filme de animação <i>Astérix – O Domínio dos Deuses</i>	643
<i>Jorge Humberto Soares Marques</i>	
O turismo, recreio e lazer na sociedade de consumo	659
<i>Carlos Costa</i>	
O elétrico e o turismo – o caso da cidade de Coimbra.....	677
<i>Paulo Simões</i>	
Dinâmica das relações entre espaços, turismo e religiosidade em Coimbra.....	701
<i>Ana Paula Pinto Bastos</i>	

PARTE V

Acerca do Congresso da Oposição Democrática de Aveiro de 1973	719
<i>Luís Reis Torgal</i>	
Conhecimento, afetividade e cuidado nos processos educativos em sociedades multiculturais	737
<i>João Maria André</i>	

Uma leitura analítica do manuscrito clássico de Karl Marx	757
<i>Edna Maria Furtado</i>	
A classe média à deriva	769
<i>Elísio Estanque</i>	
Breve reflexão sobre a importância da Investigação Operacional no estudo de Avaliação Estratégica de Impacto Ambiental dedicado à localização do novo aeroporto de Lisboa	783
<i>João Clímaco e José Craveirinha</i>	
Para uma teoria metafísica da civilização africana	799
<i>José Luís Pires Laranjeira</i>	

(Página deixada propositadamente em branco)

PARTE I

(Página deixada propositadamente em branco)

**AO ANTÓNIO GAMA MENDES.
OS JUVENIS ANOS LICEAIS**

Jorge M. R. F. Carvalho

Licenciado em Geografia.
Professor da Escola Secundária José Falcão,
Coimbra (aposentado)

Convidado a colaborar nesta homenagem a António Gama Mendes (Álvaro, concelho de Oleiros 30.12.1948 – Coimbra 31.12.2014), senti alguma hesitação pela responsabilidade de evocar reminiscências dos nossos anos liceais, já distantes no tempo; no entanto, a hesitação foi ultrapassada pelo sentido de obrigação em colaborar na homenagem a um colega, um cidadão, um amigo, com quem, ao longo de 50 anos, consolidei amizade e consideração pessoal mútua.

Neste testemunho não serão feitas referências ao valioso e diversificado currículo académico e profissional do António Gama, outros o farão melhor e com mais pertinência. O presente testemunho evoca, de memória, apenas alguns retalhos do enquadramento escolar do nosso Liceu D. João III, em Coimbra, onde fomos contemporâneos na década de 60 e, em dois anos, colegas de turma, e de algumas vivências que tiveram como ator o António Gama.

Com a partida prematura do António Gama Mendes, resta a profunda saudade de um amigo, amável, bom conversador, sensível, capaz de fazer grandes amizades. Obrigado, Gama! Aqui fica o meu reconhecimento pela tua pessoa de grande riqueza humana e de cidadão sempre atento e disponível a participar no exercício dos direitos de cidadania.

O enquadramento escolar do nosso liceu



Figura 1

O plano de estudos do ensino liceal da época em que António Gama foi estudante liceal durava 7 anos, divididos em 1.º e 2.º ciclos (de carácter geral) e 3.º ciclo, designado por complementar, com várias alíneas de opção conforme o curso superior que o aluno pretendia seguir, e considerado como preparatório para os alunos prosseguirem estudos na Universidade, e no qual os estudantes deveriam aprender sólidos e vastos conhecimentos em cada uma das 6 disciplinas, consolidando uma boa formação, fundamentada nos princípios de uma educação nacionalista e cristã.

O ambiente no Liceu D. João III, tal como nos restantes do território nacional, era caracterizado pela ideologia dominante do Estado Novo, assente numa exigente disciplina, bem sentida pela presença e ação do Reitor, o Dr. Mário Guerra, uma verdadeira extensão do braço governamental junto dos alunos, professores e funcionários. O programa oficial de cada disciplina era extenso e com conteúdos bem difíceis e seletivos, que os exigentes professores procuravam cumprir na sua totalidade, tendo em vista que os alunos teriam de realizar provas de exame nacional no final do ciclo.

No nosso Liceu, no início dos anos 60, as turmas eram normalmente muito numerosas, por vezes com mais de 40 alunos, o corpo docente era constituído, na sua maioria, por professores muito experimentados, com muitos anos

de docência e que durante as aulas cumpriam o programa oficial seguindo o manual da disciplina, à época, o livro único, normalmente de autoria de conceituados docentes.

O jovem liceal

António Manuel da Gama Mendes, conhecido e tratado no Liceu por colegas e professores por Gama, tinha chegado a Coimbra no ano letivo de 1962/63 para frequentar o 2.º ciclo liceal, matriculando-se no Liceu Normal D. João III, o único liceu masculino da cidade de Coimbra. Concluído o 2.º ciclo com a aprovação nos exames do 5.º ano (Secções de Letras e Ciências), o Gama matriculou-se, no ano letivo de 1965/66, no 6.º ano, alínea C, onde fomos colegas de turma.

ENSINO LICEAL D. JOÃO III
Liceu Normal de D. João III
BOLETIM DE MATRÍCULA
Ano letivo de 19 65-19 66. 6530
3.º ciclo 6.º ano
DISCIPLINAS
Geografia Organização Política e Ad-
Administração da Escola
História (Alínea C)
Ciências Naturais
Matemática
Filosofia
Nome do aluno: António Manuel da Gama Mendes
Data de nascimento: 30 de Dezembro de 1948
Local de origem: Coimbra (frequência de 2.º ano)
Nome do pai: Manuel Mendes
Profissão do pai: Professor de Ensino Primário
Nome do encarregado da educação: Manuel Mendes
Morada: Rua da Afrocida s/n.º dias da Escola, 21 - casa 2002
Primeira matrícula: nas disciplinas do 6.º ano, assim mencionadas.
No ano letivo anterior frequentou o Liceu Normal de D. João III
onde tinha o n.º 3 da turma F.º do 5.º ano.
Bilhete de identidade n.º 634979 de 26 de Junho de 1965
passado pelo Arquivo de Identificação de Coimbra
Liceu Normal de D. João III, 5 de Agosto de 1965
O Aluno, VISTO
O Encarregado da Educação,
A inexactidão das declarações constantes do boletim importa, além de outras sanções que sejam aplicáveis, a recusa ou a anulação da matrícula (artigo 277.º, n.º 2, do Decreto n.º 26 508).
Preço 340

Figura 2

O António Gama, julgo que o conheci em 1963, vindo das serranias de Álvaro, concelho de Oleiros, tal como outros rapazes provenientes do meio rural, perante o elevado número de alunos que frequentavam o Liceu e a responsabilidade de pertencer ao respeitado Liceu D. João III, teve que vencer a natural timidez inicial, e cedo se integrou na vida académica, quer pela frequência das aulas, quer pela habitual visita à biblioteca do Liceu, quer nos intervalos e no final das aulas, nos jogos próprios da juvenil vivência.

A partir de 1965 a nossa proximidade cresceu, alicerçada no convívio quotidiano do ambiente turma, convivência que se transformou em amizade, talvez por ambos manifestarmos interesse comum por assuntos de índole geográfica. A nossa turma, o 6.º B, constituía um grupo muito heterogéneo de 41 alunos, todos rapazes, matriculados na alínea A “Clássicas e Românicas”, alínea B “Germânicas”, alínea C “Ciências Geográficas”, alínea D “Histórico-filosóficas”, alínea F “Ciências”, alínea G “Ciências Económicas e Financeiras” e alínea H “Arquitetura”. Este grande grupo, ao longo dos tempos letivos de cada dia, fragmentava-se por diferentes salas, conforme as disciplinas comuns de cada alínea, apenas estando todos os alunos juntos nas aulas de Filosofia, OPAN e Educação Física, disciplinas comuns a todas as alíneas.

Nesse ano letivo de 1965/66 apenas 3 estudantes tinham procedido à sua matrícula no 6.º ano, alínea C, com destino ao curso superior de Geografia: o António Gama, o José Filipe Caetano e eu, o autor deste depoimento. Assim, naturalmente, se formou um pequeno grupo, o Gama, o Caetano e o Jorge que comungavam os mesmos propósitos de virem a ser professores de Geografia, o que, diga-se desde já, apenas dois concluíram essa caminhada, pois o José Filipe Caetano cedo escolheu outros caminhos profissionais.

O “nosso” Liceu, designado pela nomenclatura do MEN como Liceu Normal D. João III, desde a sua fundação, em 1936, a funcionar no atual edifício da Avenida Afonso Henriques, resultante da fusão do Liceu José Falcão e do Liceu Júlio Henriques, instalados no Colégio de S. Bento até 1936, desempenhava, à época e ainda na atualidade, a função de centro de formação de professores, com excelentes e conceituados orientadores de estágio e metodólogos que preparavam e formavam centenas de professores estagiários que, após o exigente

estágio, ficavam com habilitação profissional que lhes permitia concorrer às escassas vagas de professores efetivos.

A referida turma do 6.º B e a correspondente turma do ano seguinte tiveram como docentes de Geografia dois respeitados e competentes professores que também assumiam a responsabilidade de orientação de estágio, o Dr. João de Medeiros Constância e o Dr. J. J. Ferreira Faustino que, temporariamente, substituiu o Dr. J. Medeiros durante o seu impedimento por obrigações militares. Sendo estes os professores titulares da disciplina de Geografia, também orientadores de estágio, coube à referida turma, ser a turma de regências das aulas do curso complementar, onde os professores estagiários assumiam, periodicamente, a docência das aulas assistidas pelos seus orientadores. Assim, nestas circunstâncias, também foram docentes de Geografia na turma, as estagiárias Dr.^a Luísa Portela e Dr.^a Clara Ferreira.

Numa época de grande rigor disciplinar e exigência científica, estes docentes, cumprindo o programa oficial de Geografia do curso complementar, foram capazes de transmitir conceitos, conhecimentos científicos e hábitos de trabalho que, mais tarde, foram muito úteis na Faculdade. É bom recordar, agora no segundo decénio do século XXI, que o programa de Geografia do ensino complementar liceal, lecionado em 4 horas semanais, contemplava temas bem exigentes como Cosmografia, Geografia Física (essencialmente Climatologia e Geomorfologia), Biogeografia, Geografia Humana, e Geografia Económica, seguindo o modelo e conteúdos científicos da Escola Francesa de Geografia.

O método de ensino dominante naqueles tempos liceais era essencialmente expositivo, ministrado por bons professores, num espaço de sala de aula onde os alunos assumiam uma postura ordeira e disciplinada, procurando ouvir os professores e fazer os registos dos apontamentos considerados mais importantes.

A nossa turma tinha como docentes alguns professores considerados, pelos alunos, como “feras”, como era o caso da Dr.^a Laura Mano (Matemática), Dr. Euclides Araújo (Físico-Químicas), Dr. Manuel Catarino (OPAN) e o Dr. Faustino (Geografia) com larga experiência docente em liceus nas colónias africanas. Com certeza ficaram na memória dos alunos as chamadas ao quadro na disciplina de Matemática, um autêntico calvário para quase todos os alunos,

o Dr. Manuel Catarino (já nosso conhecido como professor de Português no 2.º ciclo), homem muito austero e exigente na memorização do articulado que fazia parte do programa de OPAN, o Dr. Euclides muito exuberante nas aulas; recordo o Dr. Faustino que nas aulas de “entrega e correção dos exercícios escritos” habitualmente expressava a sua rigorosa apreciação aos resultados de cada aluno de uma forma muito característica, vincadamente pessoal, por vezes, benevolente para os bons alunos, ora mais ríspido para os alunos com piores resultados. Era habitual “os ralhetes” individuais feitos perante toda a turma, a ameaça de escrever aos encarregados de educação, criando nessas aulas um ambiente de ansiedade e evidente mal-estar na maior parte dos alunos. Ficou bem marcado na minha memória numa aula de “entrega e correção dos exercícios escritos” o referido professor, perante uma classificação aquém do esperado obtida pelo António Gama (tido como bom aluno), dirigir-lhe uma repreensão perante todos os colegas, que, em silêncio temeroso, iam ouvindo aquela severa apreciação que deixou o Gama mudo, com “as orelhas a arder” e o semblante rubro e crispado perante aqueles comentários contundentes, levando cada um dos restantes colegas a pensar, “se é assim com o Gama, o que será quando chegar a minha vez...”.

Julgo que, desde cedo, o Gama se interessou por curiosidades geográficas e gosto pelo conhecimento de outras paisagens distantes, pois com frequência escrevia postais às embaixadas e departamentos de turismo de outros países, solicitando o envio de revistas, guias turísticos e demais tipo de informação relativa a esses países.

O Gama sempre se revelou um bom companheiro, quer nas conversas de corredor e nos espaços de recreio, quer nas animadas futeboladas no pátio de terra batida do Liceu, onde, desde logo, foi evidente que as nossas performances com a bola ficavam muito longe dos nossos ídolos da época, o Eusébio do Benfica e o Rocha da Académica. Ainda no âmbito desportivo, lembro-me durante o ano letivo 1965/66 ou 1966/67, sendo eu já atleta praticante de atletismo na AAC, ter desafiado o Gama a ir treinar comigo ao Estádio Universitário, convite aceite por duas ou três vezes, não mais, pois a sua apetência de futuro atleta ficou por aí, não seguindo as pisadas do seu irmão Paulo que jogou hóquei em

patins na AAC, foi dirigente desportivo, chegando, mais tarde, a Presidente da Direção da Federação Portuguesa de Patinagem. Apesar de não praticante, o Gama gostava de desporto, conhecia com pormenor algumas modalidades, gostava de discutir a atualidade desportiva e assistia na bancada a jornadas de eventos desportivos.



Figura 3

O António Gama foi assíduo frequentador da biblioteca do Liceu onde, algumas vezes estudámos juntos e onde era evidente a sua disponibilidade em ajudar os colegas, contribuindo para dissipar ou atenuar dúvidas evidenciadas em várias disciplinas, quer na realização dos “trabalhos de casa”, quer nos dias que antecediam os exigentes e temidos exercícios escritos, pois o seu resultado era determinante para a classificação no fim de cada período escolar e, portanto, da classificação final de cada disciplina. O António, a par do seu lado reservado, por vezes mesmo individualista, fazia com facilidade amigos, e usava com alguma frequência o traje académico de capa e batina, prática seguida por muitos alunos do Liceu, principalmente nos anos terminais do curso complementar. Esta prática da tradição académica está documentada na fotografia abaixo inserida, reportando o baile dos alunos finalistas de 1967 do Liceu D. João III, onde também participaram alunas finalistas do Liceu Infanta D. Maria.



Figura 4

Nota final

Na presente evocação *in memoriam* a António Gama abordando tempos juvenis, incluo como complemento, outras evocações mais tardias que constituem “momentos” que marcaram tempos em que privei com ele e que guardo com saudade:

- i) a partilha de convívio de estudantes universitários e participação na crise académica de 1969;
- ii) a disponibilidade e empenhamento do Gama como resposta ao meu convite para se deslocar ao Algarve, no início da década de 80, para participar numa ação de formação de professores onde apresentou o tema “A epistemologia da Nova Geografia”;
- iii) os nossos ocasionais encontros durante os quais conversámos sobre quase tudo, desde política local, nacional e internacional, futebol, os seus trabalhos em curso, a vida universitária. Quando esses encontros ocorriam ao sábado, o tema era sempre a edição semanal do Expresso, semanário que adquiria regularmente;

iv) a participação em viagens de estudo também foi uma grata oportunidade para privar com o Gama, viagens em Portugal e em Espanha (a última com destino a Cáceres e Mérida) no âmbito da Ramo de Formação Educacional do Departamento de Geografia da UC, para as quais organizava rigorosos e utilíssimos guiões de itinerários, sendo sempre muito interessante a sua intervenção oportuna, com esclarecimentos e explicações pertinentes sobre a história, as paisagens e a organização do espaço que íamos percorrendo. Era assim o Gama na sua faceta de viajante viciado e experimentado.

Obrigado, António Gama.

(Página deixada propositadamente em branco)

A BIBLIOTECA. O TERRITÓRIO DA FELICIDADE DE ANTÓNIO GAMA MENDES?¹

José Reis/jreis@fe.uc.pt

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
Centro de Estudos Sociais

António Gama Mendes tinha, como todos nós, os seus territórios da felicidade. Não tenho a pretensão de os saber identificar e descrever. Como todos os territórios, os dele hão de ser múltiplos, sobrepostos e variados. Mas tenho quase a certeza que o território-território, o território dos territórios, o da felicidade de António Gama Mendes era a sua biblioteca.

Difícilmente alguém perde a memória de lá ter entrado, guiado por ele, mesmo que há muitos anos, em qualquer das suas casas que, aliás, tinham todas a mesma exata geografia, a dos livros que as recheavam. Mais difícil ainda é esquecer a profunda emoção de entrar na casa já vazia dele próprio, porém com o mesmíssimo “sentido do lugar” que ele lhe foi dando – uma presença vivíssima que vence todas as mortes. Lugar sagrado. Santuário sereno como o são todos os grandes santuários – o do Vale do Côa, por exemplo – onde se aprende como o tempo se constrói, consolida e, sobretudo, se burila. E como isso só pode acontecer havendo um lugar.

¹ Dedico este texto a Maria dos Santos Fernandes, com profunda admiração e carinho (Coimbra, 8 de março de 2016).

A sua biblioteca era a medida precisa do tempo ilimitado que o António sempre se concedeu para se dedicar ao essencial: à convivência com os saberes, à sua fruição intensa, à plena partilha do que nisso tudo ele conservava. Foi ali a sede da sua “vontade permanente de uma compreensão fina das coisas, uma compreensão sempre provisória, inquieta, à procura da mais sólida imaginação”. Aquele era o lugar do “universitário que se deu todo o tempo para o ser plena e integralmente”, de “um homem culto sem fronteiras nem disciplinas”. Escrevi o que cito em Coimbra, no dia 31 de dezembro de 2014, e aqui o repito. Creio que a sua biblioteca era também a sua forma de construir dentro de casa, pelas mãos dele e para si próprio, o que ele gostaria que a universidade fosse e que terá sido quando era um lugar de saberes e de sabedoria. Era, acho eu, a sua muralha contra a pressa, a superfície passageira que ele pressentia na máquina fria e comum em que a universidade se estaria a tornar. Uma muralha de livros, que deviam ser a única matéria de todas as muralhas. Para que fossem apenas reconfortantes, como eu sei que esta era para ele.

Os territórios de António Gama Mendes seriam imensos. Podia ser os que fazia com a ponta dos dedos, flores finíssimas de miolo de pão, sentado a uma mesa, no meio de todas as conversas, e que se tornavam trabalho ainda mais carinhoso se tivesse crianças ao lado. Eram os seus microgramas, diferentes dos de Robert Walser², o poeta morto também no inverno, na neve de um dia de Natal, mas correspondendo talvez ao mesmo princípio de que há afinidades entre os materiais que se usam e a sensibilidade que se quer pôr num traço que se deixe. O do António era o traço da sua lucidez infinita. Podiam ser os do pão e os do vinho. Ou os da Galiza na sua costa retalhada ou nos lugares quentes onde se cheirava e bebia cidra e se faziam “queimadas”, coisa de função redundante com ele por perto, pois na sua presença nunca seria preciso afastar os espíritos maus nem maldizê-los. Ou as cidades que descrevia em toda a sua lenta formação, com pessoas e atividades lá dentro. Penso nas cidades e,

² Não sei porquê mas quando li *Doutor Pasavento*, de Enrique Vila-Matas, e o que este escreveu sobre Robert Walser e sobre os papelinhos em que ele escrevia a lápis, terminando a escrita nos limites do próprio o papel, pensei repetidamente nas flores de pão do António.

sei lá porquê, ouço-o a descrever Viana do Castelo enquanto por lá se passa. Estou, é claro, a dar vazão às minhas próprias recordações, pessoais, livres e porventura excessivas, visto que um companheiro é com quem se percorreram caminhos. Também podia ser o território ali sob os pés de um local preciso na parte baixa do vale do Mondego, quando este ainda era um rio e não um canal-armazém de água. Onde se apanhavam seixos e se descobria por onde andou Alfredo Fernandes Martins, a memória mais presente de António Gama, quer-me parecer. Ou podia ser, claro, Leiria e a sua, dela e dele, urbanização difusa (qual será a forma certa de dizer isto, António?). Podia ser tudo isto os seus territórios, mas tudo convergia para a sua biblioteca, para o que lá reunia (António Gama Mendes não acumulava livros) mesmo quando fosse para os dar, para que alguns levassem e guardassem um pedaço daquele seu sítio. Como quando me deu a mim um dos exemplares de *O Esforço do Homem na Bacia do Mondego: Ensaio geográfico* (Coimbra, 1940), o único livro que mandei encadernar e que ponho em lugar nobre.

A biblioteca do António tem livros, claro. Mas tem sobretudo marcas e marcos. Dele, dos objetos que manuseou, dos caminhos que fez, das ideias que reconstruía dentro de si. Da forma como fez os detalhes da sua muralha e da sua felicidade. E como estabeleceu, dentro dela, um mapa próprio de um conhecimento que ele selecionou devidamente para satisfazer o seu gosto de passar por muitos lugares e de os recriar – das várias geografias, à antropologia, à sociologia, à epistemologia, à história ou à economia, estão lá os fundamentos de uma visão do mundo que ele sabia defender ou, então, quando fosse essa a melhor solução, em que sabia resguardar-se, reganhando ali a sua felicidade. É uma biblioteca de ciências sociais. Uma das mais significativas bibliotecas pessoais de ciências sociais em Portugal, estou certo disso. Acho que quem a quiser conhecer bem deve levar consigo o autor e saber que pode fazer ao mesmo tempo um mapa de como foi sendo sedimentado em Portugal, ao longo das várias décadas, o conhecimento que um geógrafo muito culto e sensível quis reconstituir sem se preocupar com o que dominava ou passava superficialmente. Adivinho que todos os interstícios lá estão, nas línguas que preferia, através de autores particularmente estimados por ele e na ligações subtis que facilmente

nos explicaria. Esta biblioteca merece ser estudada nos livros que a constituíram mas também no que é como notabilíssimo testemunho do estabelecimento do pensamento social no nosso país, numa visão ampla e empenhada.

Felizmente, a biblioteca de António Gama Mendes vai estar à mão, aberta, tratada, bem acompanhada. A Faculdade de Economia, um lugar de todos na Universidade de Coimbra, está a instalá-la e vai abri-la, como já fez com outras bibliotecas pessoais. Em cada momento em que isso acontecer, recordar-me-ei do que tantos de nós vimos vezes sem conta: a alegria discreta do António, distraído a conversar com alguém, com um livro na mão...

**LOS ENCUENTROS GEOGRÁFICOS,
UNA OPORTUNIDAD DE COMPARTIR
ALGO MÁS QUE GEOGRAFÍA**

Julio Villar Castro/vilcas@usal.es

José Luis Alonso Santos/jlalonso@usal.es

Departamento de Geografía
Universidad de Salamanca

Primera cita

En los primeros días de mayo de 1979 se inician en Salamanca los Coloquios Ibéricos de Geografía, en cuya gestación tuvieron bastante que ver dos preclaros geógrafos con vocación iberista: Ángel Cabo y Orlando Ribeiro (†). Por aquel entonces, los autores del presente artículo eran unos jovenzuelos licenciados que habían conseguido colarse en el departamento salmantino como profesores ayudantes, aprovechando el boom de estudiantado universitario, la popularización de la universidad (hoy la llaman democratización, pero ya, ya) y la consiguiente demanda de profesores.

Aquella oportunidad de contactar con un significativo número de colegas de vocación ejercientes en todo el territorio portugués, creo, fue una agradable/inolvidable experiencia, al menos para nosotros. Pero si interesante era conocer qué geografía hacían nuestros vecinos, mucho más el encuentro sirvió para derribar barreras construidas con recelos y prejuicios a lo largo de siglos de ignorancia mutua amasados con lenguas diferentes, que servían de pretexto para la incomunicación, especialmente por nuestra parte.

¡Cuántas experiencias y recuerdos de aquellas cortas jornadas!

Para empezar y afortunadamente, debimos olvidarnos del servicio de traducción aunque contábamos con la presencia de un colega de facultad del departamento de portugués para resolver puntualmente algún malentendido. Cada interviniente lo hacía en su propia lengua aunque no faltaba algún portugués que hacía sus pinitos en portuñol y con qué agrado recuerdo a Orlando Ribeiro y Jorge Gaspar expresándose en correctísimo español y permitiéndose bromas lingüísticas como la simplicidad vocálica del español que todo lo resolvía con tan solo cinco vocales mientras los portugueses (y los miraba socarronamente) precisaban casi del doble. La experiencia inversa no existió, lo que suponía, no lo neguemos, un pequeño complejo de inferioridad por nuestra parte, que bien venía para recolocar nuestro ego. Ciertamente, pudimos percatarnos de que ellos nos comprendían mucho más que viceversa y esto se notaba al llegar la discusión que seguía a las exposiciones; intervenían espontáneamente tras una exposición en español pero nosotros, a la inversa, permanecíamos mudos o hacíamos preguntas de ampliación informativa. Resumiendo, los portugueses nos comprendían mucho más que nosotros a ellos.

¡Qué esfuerzos de atención para seguir, al menos a grandes rasgos, los temas que se exponían! Y, sin embargo, qué pocas intervenciones al respecto! Estoy casi seguro que era por una extraña mezcla de educación y vergüenza, aunque no sé si en este orden. Sí que recuerdo que a quien con más dificultad seguía (¿?) era a quien luego llegaría a ser entrañable amigo, António Gama. El enfoque filosófico que era tan de su gusto y el oscuro portugués en que se expresaba se nos quedó grabado desde el primer encuentro hasta el punto de que, en posteriores conversaciones, surgía con frecuencia esta expresión por nuestra parte: *António, cada vez hablas mejor el portugués* aplicada cuando constatábamos que el tiempo iba desgastando nuestras barreras lingüísticas y ganábamos en comprensión.

Como en cualquier encuentro de geógrafos no puede faltar la salida de campo allá nos fuimos a la Sierra, atravesando, claro está, por el paisaje rural más salmantino, la dehesa de encinas. Un pueblo típico, La Alberca, y una caminata

para bajar desde el Portillo al convento a orillas del río Batuecas. Ah!, pero por aquel entonces el Portillo y el puente sobre el Batuecas solo estaban unidos por una pista de tierra. Por tanto, tras una breve explicación desde el balcón del puerto allá fuímonos todos ladera abajo atajando, a veces temerariamente, por trochas que ponían nuestras rodillas a prueba de todo. A medida que progresábamos iba asomando algún impropio y hasta exigencia de responsabilidades como la que profirió Pereira de Oliveira “*quando estejamos a alcançar, eu vou perguntar ao professor Cabo como são os kilómetros em Espanha*”. Claro, es que un kilómetro por esa pendiente parecía equivalente a una milla aunque las piernas lo apreciaran como una legua y mucho me temo que la información inicial del profesor Cabo expresase la distancia en línea recta y seguramente proyectada, simplificación cartográfica que aquí era apreciada como una clara distorsión de la realidad por el sufrido profesor de Coímbra, cuya preferencia por la temática urbana experimentaba en este caso la apreciable diferencia del quehacer geográfico en ambientes tan contrastados.

Y acabó el Coloquio y cada artículo fue publicado en la lengua original, dando por supuesto que cualquiera, escrito, lo entendería perfectamente, aunque fuese ibérico del otro lado de la raya, que ya no frontera, al menos para los geógrafos concurrentes.

Ah!, ¿y de qué se habló en este I Coloquio? Pues de muy variados temas geográficos de ambos países, de información del *otro*, que es lo que más echábamos en falta. Estructurado en tres grandes temas de estudio, los trabajos versaron sobre el estado de la enseñanza y la investigación de la Geografía en ambos países, sobre sus estructuras agrarias y sobre las ciudades y su expansión reciente. Y así, de la mano de Carminda Cavaco, pudimos p.e. enterarnos de la importancia de la Reforma Agraria llevada a cabo por los gobiernos más izquierdistas de la Revolución de los Claveles, que tanta expectación (envidia romántica) había despertado en la España de la agonizante dictadura. Si bien buena parte de los trabajos presentados corresponden a geógrafos portugueses y españoles con dilatada experiencia, entre los más jóvenes aparece precisamente António Gama firmando, en colaboración con el Prof. Jorge Gaspar, el trabajo *Perspectivas de la Geografía Humana en Portugal: Ensino, investigação*

e carreiras. Para saber más, vayan a la publicación¹ los interesados; pero creo que lo más importante fue lo no publicado, las preguntas y opiniones sobre multitud de temas que interesaban a unos de los otros, pues nos desconocíamos. Especialmente los jóvenes, pero no solo.

Si en el campo del conocimiento geográfico fue mucho lo aprendido del “otro” país por los más de 200 participantes en este I Coloquio, para el Departamento de Salamanca y, más en concreto, para quienes escriben estas líneas se abrió una fructífera relación académica que no hará más que ampliarse y diversificarse con el paso del tiempo. Y la relación muy pronto se trocó también en amistad personal con colegas de las universidades de Oporto, Coímbra y Lisboa. Y con António Gama pervivió por siempre.

Como secretario de aquel coloquio podría narrar muchas anécdotas, pero hubo una antes de iniciarse el mismo que se me quedó grabada respecto a una situación que bien pudo acabar al revés, y ahora aún me estaría arrepintiendo. Por lo visto, pero nosotros lo ignorábamos, la correspondencia en Portugal, al menos la internacional, pasaba siempre por Lisboa, lo que demoraba la recepción hasta unos límites insospechados. Bueno, pues de sopetón nos topamos con el problema (tarde de festivo, víspera del Coloquio): llegaban bastantes más portugueses que los que teníamos inscritos y todos estaban citados en el Colegio Mayor Hernán Cortés (edificio de nueva construcción), donde carecíamos de capacidad de acogida, y todos juraban haber enviado la preceptiva inscripción. Había que buscar otro alojamiento barato, y lo encontramos en el Seminario de Calatrava (vetusto edificio), pero ¡ay, las susceptibilidades!; orden alfabético, se nos ocurrió... y acertamos. Cuando tuve que comunicar a un grupo de portugueses que debían trasladarse a otro alojamiento (sin duda más oscuro y de peor aspecto) observé miradas llenas de desconfianza, pues pensaban que solo eran ellos los afectados. Con educada resignación me siguieron, pero tan solo su expresión hacia mí se tornó en amable y confiada cuando en los pasillos del Calatrava algunos reconocieron a otros geógrafos

¹ *I Coloquio Ibérico de Geografía*, Eds. Universidad de Salamanca. Cursos Extraordinarios, Salamanca, 1981, pp223

españoles. Había caído la muralla del recelo secular; luego me enteraría qué conmemora la fiesta nacional portuguesa del 1 de diciembre y el monolito que da inicio a la Avenida da Liberdade en Lisboa (y también de cuál puede ser el origen de la segunda parte del dicho portugués “de Espanha, nem bom vento nem bom casamento”).

E virámo-nos de frente. Portugal se incorpora doblemente a nuestra vida e inquietud profesional

El interés por el vecino, hasta entonces apenas conocido más allá de la esporádica visita a alguna villa fronteriza que a la par que satisfacía nuestro tímido exotismo nos surtía de productos tan simbólicos como café y vino de Oporto y, bueno, si acompañaba alguna mujer con la compra de los *atoalhados*, devino en un objetivo de interés mucho más allá de lo superficial anterior.

Nos adentramos en Portugal y descubrimos la costa, mucho más desarrollada de lo que suponía nuestra pobre imagen anterior. Y descubrimos la diferencia entre el Portugal del Norte y el del Sur, que se superponía a la contraposición costa-interior, y por aquellas endiabladas carreteras vimos el fuerte contraste de los nuevos flamantes autobuses de la *Rodoviaria Nacional* conviviendo con las camionetas y los carros de bueyes. Y también nos sorprendió la limpieza de las calles y la acogedora amabilidad de su gente, y la presencia más que anecdótica de una población negra, y de las nuevas y a veces presuntuosas (también inacabadas) casas levantadas por la nutrida población emigrante a la Europa Occidental, y las coloristas manifestaciones de religiosidad, y los peregrinos que bajo un sol de justicia en interminables filas por el borde de la calzada se dirigían a Fátima, sobre todo en los primeros días de agosto, y tantas otras cosas que luego nuestra cabeza se empeñaba en ordenar y explicar desde nuestra condicionada mirada geográfico-histórica; pero que solo tras conversar con alguno de nuestros colegas portugueses conseguíamos encajar. Así, nos asombramos ante el gigantesco esfuerzo que suponía la generosa acogida del millón de *retornados* en una sociedad que se había visto obligada a emigrar a

la Europa rica, del efecto demostración de los emigrantes, especialmente nordestinos, de la diferente religiosidad del norte y sur, también observable en las tendencias políticas, de la influencia inglesa, del respeto al otro, de los judíos... y del *bacalhau*, seco, por supuesto, como inequívoco identificador nacional, mucho más que el fado o el galo colorista

Como nuestros colegas de Coímbra tomaron como tema de interés la franja fronteriza y allí hacían sus acampadas con alumnos, alguna vez nos invitaban y, aprovechando el fin de semana, aceptábamos el convite y hasta allá nos íbamos, como sucedió a mediados de los ochenta en la ribera del Erjas, inmediato a las termas de Monfortinho. Y cómo disfrutamos de las agradables veladas nocturnas con toda la tropa en torno al fuego y sus canciones, especialmente porque allí aprendimos (?) la tonada llena de connotaciones (y no solo para ellos) de la famosa canción de Zeca Afonso, *Grândola*, que con tanta devoción/sentimiento interpretaban; también algún fado de Coímbra², bien diferente del lisboeta tanto por su temática como por su interpretación, que tan geográfico resultaba pues hablaba del curso del Mondego, desde su nacimiento a su final, en Figueira da Foz, tras pasar por la estudiantil Coímbra. Interesados por mostrarnos aspectos interesantes del entorno, allá nos acercaron hasta Idanha-a-Nova y a la bella atalaya de Penha Garcia o la impresionante villa de Monsanto. Por cierto, la tarde que llegamos a Alcafozes (Idanha) coincidió con una *tourada* en la plaza en un espacio acotado por carros, remolques, etc. y un locutor animando a la gente a jugar con el torito. Lo curioso fue que al descender de nuestros automóviles, con matrícula española, nos sorprendió oír por los altavoces algo así como “acabam de chegar uns carros com espanhóis...” y que desde lo alto del improvisado escenario de autoridades éramos invitados a subir y disfrutar del espectáculo a la par que se nos instaba a una participación más directa, que amablemente declinamos y más cuando alguien, quizás presumiendo que nuestra negativa era debida a la mas bien escasa envergadura del morlaco, nos

² Nos referimos, claro está, a los conocidos *Corre Mondego* y *Balada da despedida*, que muchos años después reconocí en la escultura colocada a la puerta de la Almedina con el estudiantil juego de volúmenes de guitarra y joven mujer.

informaba que tenían otros toros con los cuernos más largos que el que estábamos viendo en el ruedo. No recordamos cómo terminó aquello, pero desde luego ninguno optamos al título de maestro taurino.

De aquella también recordamos cómo estando en lo alto de la hoz del Erjas, mirando hacia España, un viejo lugareño, al percatarse del carácter mixto del grupo, exclamó, a modo de advertencia y dirigiéndose a António Gama y a João Ferrão, “de Espanha nem bom vento nem bom casamento”, pero su expresión pícaro nos decía que no iba en serio y, para que no hubiese duda alguna, de inmediato pidió a sus compatriotas que nos trataran bien, que él había trabajado al otro lado de la frontera y siempre habían sido buenos vecinos. Los celos históricos ya solo servían para hacer *brincadeiras*.

Y Portugal perdió para nosotros el carácter de exotismo próximo para ser sustituido por el más normal de vecino a conocer, aunque estuviese ahí desde siempre. Empezó a ser un destino incorporado a nuestro tiempo libre de fines de semana, puentes y vacaciones; dependiendo del tiempo disponible íbamos alcanzando territorios más alejados. Bueno, no solo nosotros, los geógrafos; una parte significativa de la clase media salmantina transformó la vecina costa portuguesa en lugar de veraneo con Figueira da Foz a la cabeza, conocida acá por unos años como la playa de Salamanca. Y es que, aunque en línea recta la zona de Aveiro está más próxima, las deficiencias viarias del Portugal de aquellos años prolongaban el viaje hasta límites que hoy nos parecen inverosímiles, y la hoz del Vouga era uno de los trayectos que se llevaban la palma. Claro que, luego, tras nuestra pareja incorporación a la C.E. en 1985, las cosas cambiaron sustancialmente y la IP5 abrió todo el abanico costero hasta Espinho.

Así fue como nuestro territorio vital y profesional se fue haciendo ibérico. Las incursiones para conocer las variadas teselas del mosaico lusitano se hicieron cada vez más frecuentes y poco a poco íbamos conformando imágenes más amplias a nivel regional a la par que nos surgían preguntas que procurábamos responder en un intento, seguramente inacabado, de comprender el conjunto de un país que apenas superaba en extensión a nuestra comunidad autónoma, pero cuya complejidad sí que lo hacía con creces. Éramos vecinos

y, sin embargo, cuantas diferencias en aspectos que no habíamos reparado/sospechado. Vayan aquí algunos, a modo de ejemplo:

* El común río Duero era en Castilla-León eje vertebrador del territorio mientras en Portugal era un marcado foso divisorio entre regiones (Tras-os-Montes y Alto Douro, a un lado, y Beira Alta, al otro).

* Nuestra costa cántabro-atlántica estaba plagada de puertos naturales abrigados y con calado (también de tranquilas playas) y, sin embargo, no sucedía lo mismo en Portugal; y todo por culpa de un litoral rectilíneo fruto de una costa baja de acumulación, más parecida a la de nuestro Mediterráneo, pero batida por el abierto océano.

* El espacio rural portugués ofrecía muchas menos posibilidades a la agricultura y, sin embargo, estaba más intensamente habitado y explotado que en España.

* Las ciudades portuguesas recuerdan bastante el carácter discontinuo y espontáneo del poblamiento rural, mientras las españolas mantienen una clara separación con el vacío campo circundante y son bastante más compactas y desarrolladas en altura³.

* La percepción del tiempo es bien diferente en ambas sociedades. Mientras para el español es un bien escaso, para el portugués más parece un patrimonio a consumir, como el agua, el aire o el sol. ¿Existe la prisa en Portugal? ¿No será que el sustrato rural sigue siendo el gen dominante en la sociedad?

Poco a poco fuimos descubriendo la riqueza del territorio portugués. La franja rayana, prolífica en ciudades o villas abaluartadas, especialmente en el lado lusitano, añadía otros ingredientes propios de zonas alejadas, de traspáis

³ Esta apreciación coincide con la que nos trasladó Gama de sus alumnos y que en forma de pregunta demanda explicación ¿por qué la ciudad española (entiéndase de Castilla-León, Extremadura...) se acaba de repente siendo sustituida por el campo vacío? La respuesta que se nos ocurrió es que la gestión urbanística es bien diferente en ambos países. Mientras en España la Ley del Suelo, desde 1956, obliga a cada ciudad a la redacción previa de planeamiento donde se distinga claramente entre el *suelo no urbanizable* y el *urbano* o *urbanizable* y, además, determine los *usos* autorizados en cada polígono en que se divide el territorio (explicitado en los planos), tras la aprobación de cada PGMOU (Planes Generales Municipales de Ordenación Urbana) sus determinaciones son de obligado cumplimiento para la autoridad municipal (única gestora); en Portugal, sin embargo, no ha existido esa legislación y los planes tienen más un carácter propositivo/indicativo que ejecutivo, reconociendo incluso derechos urbanísticos a la propiedad de cualquier parcela rústica.

de frontera, y así encontrábamos dialectos de origen mixto (mirandés en el lado portugués y ‘a fala’ o lagarteiro en el español) y también una disimulada presencia judía de la que había que estar advertido o tardabas bastante tiempo en percibir. Esta última, recuerdo, me la desveló tempranamente Gama como respuesta a mis observaciones respecto a costumbres sociales captadas en dos oportunidades distintas en Rio Maior, Portalegre y Castelo de Vide en momentos, próximos ambos, a la Semana Santa. Varios años después, el museo judaico de Belmonte y su aún activa sinagoga pusieron en orden mis dispersas observaciones y me permitieron establecer relaciones entre elementos comunes a ambos lados.

En el Portugal costero, aunque la captación/comprensión precisó de varias visitas y algún asesamiento, destacaríamos el territorio de la laguna de Aveiro y su amplio entorno. Confieso que no hemos encontrado ejemplo que mejor condense las multifacéticas relaciones hombre-medio para conformar este magnífico paisaje anfibia⁴, donde hasta la luz, especialmente la matutina, brinda tantas oportunidades a las más variadas sensibilidades. ¿Por qué no se tomará este espacio como aula de campo de geografía, y también de pintura?

Y para finalizar con estas evocaciones al vecino incorporado a nuestro círculo de amistad, una de carácter histórico-cultural que involucra no solo a ambos países sino que invoca al gran imperio ultramarino lusitano y que es muy poco conocida, creemos, en el conjunto ibérico. Nos referimos al culto del Espíritu Santo, que hunde sus raíces en la Edad Media (o quizás mucho más atrás, en el culto a Ceres) y entra, al parecer, en Portugal de la mano de la bien conocida Isabel de Aragón (*a Rainha Santa*), desposada con el rey Don

⁴ No es este artículo lugar para justificar el aserto pero, cuando menos, y de manera solo enunciativa, apuntamos las actividades propiamente marinas (puerto, astilleros, pesca), las de laguna-marisma (pescadores de anguilas, cangrejos y bivalvos de marea, los salineros, los secaderos de bacalao y los recolectores de junco *moliço*) y las de unos agricultores que han debido construirse hasta el suelo vegetal y que constituyen la seña de identidad de este paisaje a caballo entre los ambientes acuático y terrestre, los moliceiros. Y por si faltaba algún elemento más, en las inmediaciones tenemos el magnífico ejemplo industrial y urbanístico filantrópico de la cerámica de Vista Alegre. Y además, la compleja red de canales, las exclusas... y los rudimentarios barcos de blanca vela trapezoidal y coloristas ilustraciones naïf, que son la enseña de este territorio, los barcos moliceiros, antaño siempre presentes y hoy casi condenados al rincón del olvido.

Dinis I, a finales del siglo XIII y residente en los últimos años de su vida en el monasterio de Sta. Clara, en Coímbra. Nos topamos con este *culto* visitando las Azores y contemplando los abundantes y coloristas *Impérios do Espírito Santo*, sin que en aquel entonces pasaran para nosotros más allá del exotismo. Pero varios años después, al recorrer la singular ciudad de Tomar, un cartel publicitario de la fiesta *dos tabuleiros* con la llamativa corona del E.S. removió los recuerdos y se interesó por la relación. Unas pocas pesquisas y las piezas se unieron: Roma (?) - Aragón (*Rainha Santa*) – Portugal – Tomar (templarios) – Azores – Brasil – Canadá y EE.UU.... una práctica de hermandad semi-religiosa, casi desaparecida en sus territorios de origen, que ahora pervive especialmente en lo que fueron posesiones ultramarinas portuguesas y es uno de los símbolos de identidad azoreanos.

A las vivencias personales hasta aquí mencionadas podríamos añadir, lógicamente, las profesionales, pero el estilo que hemos querido dar a este artículo las pone intencionadamente en penumbra. No obstante, al menos, mencionaremos las varias ocasiones en que asistimos como invitados a intervenir en varios Coloquios de Geografía en Coímbra, de los que en nuestra memoria quedó grabado especialmente el I, pues a duras penas conseguimos llegar por causa de un gigantesco temporal de nieve que bloqueó durante todo el día 5 de diciembre de 1996 todas las carreteras de la Beira Alta, desde el mismo paso fronterizo de Vilar Formoso; menos mal que nuestros reflejos actuaron rápido y conseguimos atravesar la S^a de Gata antes de que el temporal cerrase también estos puertos, alcanzando Coímbra tras un largo rodeo por el sur (Castelo Branco). Y para finalizar, apuntaremos la primera tesis doctoral que aborda con perspectiva ibérica el impacto territorial del eje internacional más dinámico que liga Portugal con Europa Occidental⁵.

⁵ Sánchez Hernández, J. L. (1994). *Ejes de desarrollo y articulación territorial: el ejemplo del eje Irún-Aveiro*. Departamento de Geografía. Univ. Salamanca.

Incluimos al alumnado

Hemos de reconocer que el primer paso para incorporar los respectivos territorios al campo de experiencias de nuestros futuros geógrafos correspondió a António Gama cuando, de improviso, se nos presentó en pleno verano del 84 en Salamanca con un pequeño grupo de alumnos. El sofocante calor lo mitigamos con una estancia campestre bajo las encinas de la dehesa y al borde del Tormes, que animaba al chapuzón. No recuerdo qué contenidos geográficos incorporamos al acervo del alumnado visitante, pero sí que conseguimos cazar a algunos de nuestros alumnos del último curso y que ello transformó la visita en una primera convivencia internacional. De paso, se percataron de que los calendarios académicos de ambos países tenían sustantivas diferencias: mientras en España ya llevábamos algunas semanas de vacaciones veraniegas (de ahí que los ejemplares españoles que encontramos fuesen auténticos rezagados), el descanso académico en Portugal retrasaba su inicio, pero se prolongaba a septiembre.

Por aquel entonces ya teníamos en Salamanca a la Geografía como una especialidad de la licenciatura de Geografía e Historia⁶ y, por ello, nos planteábamos una mayor sistematización de la programación, sobre todo desde que en 1992 se implanta la licenciatura en Geografía. Entre otros acuerdos, en el departamento decidimos comprometernos a efectuar a lo largo de la carrera (4 años) una salida de campo de largo recorrido (extra-regional / internacional) y una visita a una gran metrópolis, en ambos casos con la pretensión de ampliar los horizontes del futuro titulado. Como era ya inveterada costumbre en el ambiente geográfico, para maximizar los objetivos de las salidas se recurría a los expertos colegas locales y, por ello, casi de inmediato, contemplamos al territorio portugués dentro de nuestro ámbito de interés. Los contactos estaban asegurados en prácticamente todas las regiones y en lo que a disponibilidad se refiere, jamás tuvimos problema alguno. Simultáneamente, nuestros colegas de la fraterna universidad de Coímbra hicieron lo mismo, al menos que sepamos,

⁶ La primera promoción con la *Especialidad de Geografía* terminó en el curso 1977-78. La *Licenciatura en Geografía* se inicia en 1992-93.

con nuestra región. Los futuros geógrafos salmantinos y conimbrigenses empezaron a tomar contacto no solo con el territorio sino con los profesores del otro país. Con el paso de los años, los programas Erasmus y el estímulo del Grupo Coímbra facilitaron las estancias de intercambio del alumnado entre ambas.

Las salidas largas, especialmente si se traspasaban las fronteras, tenían como destinatarios los alumnos de los últimos años de carrera. La primera vez que elegimos una gran urbe portuguesa, el honor correspondió a Lisboa y fue en 1988; pocos años después íbamos a Porto (1994) y volveríamos a Lisboa (2000) para evaluar los cambios urbanos tras la Expo. En todos los itinerarios el paso por Coímbra era obligado y, por supuesto, la pernocta en la Pensão Rívoli (Praça do Comércio) que siempre nos reservaba António como punto céntrico accesible a pie e inmediato a los frecuentados ambientes estudiantiles (visita obligada a la bellísima cafetería de Santa Cruz y la variada oferta del eje de ocio Arco de la Almedina-Quebra Costas), pues, como geógrafo humano, siempre consideraba de interés los ambientes vivos. Una de esas veces, al entrar con el autobús por el puente de Sta. Clara nos topamos con el desfile estudiantil de la *Queima das Fitas* y, claro, al día siguiente, la matutina explicación de la ciudad histórica no solo se demoró sino que tuvo un marcado déficit de atención. Un efecto colateral que António sabía disculpar.

De la primera visita a Lisboa, todos nuestros alumnos recordarán la mano levantada de João Ferrão con los dedos separados para explicar la trama esencial del plano de la ciudad a partir de la *Baixa pombalina*, y también que la metrópolis lisboeta, además de cosmopolita, tenía esos ambientes que el turista no visita, pero que forman parte de la urbe y que el geógrafo no debe olvidar; también aprendieron a valorar el problema de conexión entre ambos lados del estuario, y bastantes más aspectos que no tienen cabida aquí. En la visita posterior a la Expo ya pudimos apreciar la gran infraestructura del puente Vasco da Gama como solución al problema del paso del estuario, la reutilización de un espacio portuario marginal y el llamativo intercambiador de transporte; pero también la velada crítica subyacente al disfuncional diseño de Calatrava cuando, socarronamente, nos decían que “le habían encargado una estación y les había construido un apeadero”. También pudimos contemplar in situ las

consecuencias del desastroso incendio del Chiado y a la par extraer conclusiones respecto al erróneo mobiliario callejero que bloqueó la intervención de los bomberos. Para esta segunda ocasión tuvimos todo un equipo de expertos acompañantes: Diogo de Abreu, Jose R. Sirgado, Luis Moreno, Eduardo Brito, Júlia Ferreira y Paula Lema.

También un equipo de expertos implicados nos guió cuando visitamos Porto (1994) y su área metropolitana. Marília Silva, Júlia Lourenço y Madalena Magalhães nos recogieron en Peso da Régua y nos dieron cumplida explicación no sólo del viejo Porto y sus planes de recuperación de la ribera inmediata al puente de Luis I sino también de la nueva centralidad de Boa Vista y su relación con el nuevo puente, de la problemática industrial del área de Matosinhos, los problemas de competitividad del puerto de Leixões y de tantos otros problemas abordados por el Plan Regional (PROZED).

En Coímbra, como ya hemos dicho, nuestro anfitrión y guía incansable fue siempre António, que también nos acompañaba en la mayoría de las ocasiones a Figueira, a Leiría, incluso a Aveiro, aunque ello le supusiera siempre la utilización del ferrocarril, pues, como bien sabemos los que le conocimos, no conducía automóvil y siempre sentía pudor a pedir a cualquiera que lo trasladase. Desde luego *Comboios de Portugal* ha perdido a uno de sus más fieles clientes. Cuando nos dirigíamos a Figueira, la parada en la atalaya de Montemor-o-Velho era obligada pues era el lugar ideal para apreciar la amplia planicie de campos de arroz que se extendía a ambos lados del Mondego y a la par, si había tiempo, en la pequeña ermita contemplar la curiosa imagen trigeracional de Sta Ana-Virgen-Niño. Ya después, en Figueira (la playa de Salamanca), el progresivo alejamiento de la costa provocado el espigón en la desembocadura en conjunción con la dinámica marítima dejaba en una curiosa posición a los apartamentos playeros de primera línea; también se nos quedó grabada la imagen del restaurante indú al que por exotismo nos llevó Gama y cuya especiada comida quedo para siempre fija en nuestra memoria.

Y ahora, recuperando el inicio de este apartado, referiremos las ocasiones en que actuamos de anfitriones y guías de los alumnos de Coímbra acompañados por Gama. Al igual que nosotros, pensando en los alumnos, buscábamos alojamientos

accesibles a pie desde el centro y a los menguados bolsillos. No sé por qué vía, pues nosotros desconocíamos siquiera la oferta, António encontró por fin, tras tres o cuatro visitas, la residencia religiosa de los frailes Reparadores, inmediata al puente de Enrique Estevan, y desde entonces, por sus muy atractivos precios (tenían explicación tras la crisis vocacional religiosa y la abundante oferta de los semivacíos edificios del ‘cinturón negro’ de nuestra ciudad) siempre fue su campamento base; nuestra Pensão Rívoli, pero en Salamanca. Normalmente, el grupo llegaba un día de junio por la tarde, lo que permitía, tras la rápida descarga, una primera explicación de la ciudad histórica, aprovechando la magnífica posición de la propia Residencia, y un paseo a pie hasta el corazón de la misma (Pza. Mayor) para apreciar in situ los resultados de la recuperación del conjunto declarado Patrimonio de la Humanidad. Ahí, ya iniciado el crepúsculo, finalizaba la jornada reglada y tras unas breves informaciones de intendencia y oferta de ocio se iniciaba la fase individual de inmersión ambiental aleatoria, aunque los reencuentros nocturnos eran frecuentes. Tras una informal cena, el grupo profesoral y alumnos libremente asociados llegaba la hora de cumplir el sagrado ritual siempre demandado por António de “*tomar um copo*”, habitualmente en el Camelot, quizás por el particular escenario de un antiguo refectorio convertido en estimulante ambiente de vicio (alcohólico).

De mañana, pero sin madrugar (la siempre comprensiva actitud de Gama), embarcábamos en el bus y, tras hacer un recorrido por las barriadas periféricas salmantinas enfilábamos hacia Zamora para pasear, por su eje comercial modernista, hasta la catedral y, desde la inmediata muralla aprovechar para explicar emplazamiento y configuración medieval con el arrabal de Olivares a nuestros pies. El autobús nos recogía abajo y, ya directamente por la comarca alistana, buscábamos uno de los pasos fronterizos⁷ hasta alcanzar la ciudad fronteriza,

⁷ Solo tras la supresión física de la frontera ibérica y el inmediato establecimiento de fáciles conexiones viarias, ansiadas por ambas partes, era factible la alternativa preferida por Gama: el paso por Moveros-Constantim, pues, para la temática fronteriza, esta puerta en medio de la penillanura y carente del más mínimo apoyo topográfico era una excelente muestra del carácter artificial de la misma a la par que explicaba la mutua influencia histórica y el origen mismo del segundo idioma reconocido en Portugal, el mirandés (*o mirandês*), perteneciente al grupo astur-leonés.

económicamente ‘virada’ para España, de Miranda do Douro, donde la comida en el restaurante de Balbina devolvía a los alumnos a la cotidianidad.

Desde el mirador de la Sé y con el embalse de Miranda a los pies iniciábamos la última parte del itinerario, el del Duero internacional como gigantesco foso de separación y enormes posibilidades energéticas que precisaban del acuerdo entre países. Por tierras portuguesas y yendo paralelos a la abandonada línea férrea, que antaño llevaba a Porto, alcanzábamos el modesto embalse de Bemposta; pero antes, aprovechando un magnífico balcón antes de llegar a la presa, apreciábamos la faraónica obra de los bancales de Villarino que tanto recuerdan a los que aguas abajo son origen de los famosos oportos. Para sorpresa de todos, desde allí, pero arriba de todo (¡oh!), se ve perfectamente la gigantesca presa de Almendra y el seco cauce de confluencia Tormes-Duero; la sorpresa sirve de estímulo para intentar comprender el complejo aprovechamiento hidráulico y la funcionalidad de las turbinas reversibles de Villarino⁸. Tras la epatante vista de la gigantesca presa de Almendra nos encaminábamos sin demora hacia La Fuente de San Esteban donde nos esperaba con el automóvil cualquiera de nuestras mujeres para retornarnos a Salamanca. Un rápido hasta la vista / *até já* ponía fin al encuentro.

El geógrafo y la persona en viaje por Salamanca

Aquel primer contacto que fue el I Coloquio Ibérico de Geografía además de abrir nuestros horizontes geográficos al país vecino que en la práctica entraña sentirlo más próximo, con más frecuencia visitado y, a la postre más conocido y querido, abrió una fecunda relación académica con la geografía de Portugal que no hará más que fortalecerse y diversificarse con los años pero

⁸ La primera vez, recuerdo que tras una mal comprendida explicación a la que contribuiría el ‘portuñol’ y el no encontrar anclaje en sus experiencias, António me hizo este comentario, que supongo inspirado por las dudas de sus alumnos y su faceta bromista, acompañado, sí, por una pícaro sonrisa, pero solo tras el suspense final: “*Olhe, Júlio, lá, em Portugal, a água vai sempre para abaixo, mas cá, em Espanha, da voltas e voltas... e depois?*”.

que, especialmente con A. Gama, nos llevó casi sin saber cómo ni por qué a un trato personal más allá del estrictamente académico. La relación adquiere naturaleza de amistad en la medida en que serán numerosas las visitas que António realiza a Salamanca en las que no es la actividad académica sino la amistad quien nos mueve. Si bien el tiempo transcurrido hace imprecisa la memoria no por ello es menos preciso el recuerdo de los encuentros casi siempre improvisados pero muy marcados por la imprevista presencia de António y la imprescindible visita a la Librería Cervantes con el consiguiente incremento de libros para su amplia y diversificada biblioteca personal en la que deben figurar no pocos títulos, no siempre de geografía, sino de filosofía, de sociología, de viajes, adquiridos en la recientemente desaparecida librería salmantina.

En ocasiones, los encuentros en Salamanca fueron muy breves ya que la razón de vernos podía ser la simple parada en la ida o la vuelta de uno de los viajes que le gustaba hacer al interior de la península o, también, porque algún colega de la Universidad de Coímbra tenía una actividad en nuestra Universidad y ello permitía a António visitarnos. En todos los casos, bien fuera el tiempo escaso o algo más relajado, ante un simple café en alguno de los múltiples bares que en la Plaza Mayor y su entorno tiene Salamanca, bien en la Facultad o bien en nuestras casas, la conversación se hacía intensa a la vez que amena, ya versara sobre la trivialidad diaria o se centrara en la propia geografía, la sociedad y la política del momento.

No siempre fue fácil seguir su relato, pues el hablar muy cerrado siempre le caracterizó, si bien nunca fue impedimento para seguir su sereno y atinado juicio crítico cuando se trataba de hablar del estado de la geografía a uno y otro lado de la Raya, o cuando el tema se deslizaba al transcurrir político de Portugal después de la Revolución de los Claveles o a la España postfranquista. Su amplia formación humanista y su atenta mirada a la situación internacional pronto le permitieron intuir los peligros que la globalización en marcha podía acarrear a las grandes mayorías sociales que, lamentablemente, en los años siguientes los hechos confirmarían con las sucesivas crisis económicas locales o internacionales... pero todas, como él muy bien había señalado, con fuertes costes sociales para las mayorías y el incremento de las desigualdades. Y es

que en su manera de ser y pensar, lo inmediato, lo que vemos y está a la vista, podía ser la pantalla que ocultaba la razón última de las cosas y él gustaba de leer e intuir lo que la pantalla escondía. Fue Gama un gran lector, atento siempre a las nuevas ideas en el campo de las ciencias sociales y no sólo de la geografía. Pero sobre todo, sabía interpretar de forma magistral la realidad social y espacial local a la luz de las nuevas corrientes o teorías generales. En ocasiones se revelaba como un soñador, utópico, en pos de una imprecisa universalidad más social.

De la generosa humanidad de Gama habla también el hecho, tal vez anecdótico, pero sin duda revelador de su persona de que enredados en una larga conversación en presencia de dos niñas pequeñas él de cuando en cuando, bien con servilletas de papel, bien con miga de pan les hacía, por supuesto sin dejar la conversación, figurillas, pajaritos, que hacían las delicias de las crías a la vez que cruzábamos miradas de complacencia sabiendo como sabíamos que no tenía hijos. Si el recuerdo es compañía, António siempre nos acompañará.

(Página deixada propositadamente em branco)

**O GEÓGRAFO E O SEU LABIRINTO:
ANTÓNIO GAMA, UMA GEOGRAFIA VIVIDA**

Rui Jacinto/rui.jacinto@iol.pt

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
e Departamento de Geografia e Turismo
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Retalhos de uma vida vivida: um olhar íntimo, uma narrativa pessoal

“O vivido intensivo dos lugares apaga-se definitivamente perante o vivido fragmentado saltitando por entre não lugares” (AG, 2008).

O convívio de quatro décadas que mantive com António Gama Mendes, além de pessoalmente gratificante, foi profundamente enriquecedor em termos científicos e profissionais. O nosso primeiro encontro remonta ao final de 1972 quando numa aula prática de Geografia Física do primeiro ano da Universidade, onde era monitor, me distribuiu um mapa onde estava representado um troço do Rio dos Mouros, para fazer o respetivo perfil longitudinal. O tempo havia de provar que não foi o facto de estar perante um território que correspondia ao meu espaço vivido que gerou uma empatia imediata e espontânea, mas a sua capacidade de relacionamento e a disponibilidade genuína para apoiar e orientar quem dele se abeirasse.

Não sabia ainda que António Gama estava a investigar os Tufos de Condeixa, no âmbito da sua dissertação de licenciatura, cuja evolução (geo)morfológica

se deve, em boa medida, àquele afluente do Mondego, oriundo das Serras calcárias de Sicó, que recebeu a denominação excessiva de Rio apesar de, durante quase todo o ano, não correr o mais leve fio de água no seu leito. Havíamos de calcorrear as suas margens em vários sentidos, naquele âmbito, noutras circunstâncias ou durante a preparação do seminário de fim de curso onde haveria de estudar o dito Rio dos Mouros. Entre estes momentos iniciais e os anos de brasa subsequentes ao 25 de Abril decorreu um tempo breve mas suficiente para se esboçar uma cumplicidade duradoura de que continuo a reter gratas e indeléveis recordações. Pontuam-na conversas ao acaso, enquanto se caminhava sem destino aparente, debates acalorados, sem tempo nem agenda, em lugares inesperados e improváveis, fossem os corredores da Faculdade, os Jardins da Associação Académica, os cafés, tabernas ou casas de pasto da Baixa.

António Gama tinha facilidade em congregar pessoas à sua volta, gerar um ambiente descontraído e informal, porventura utópico, portanto, propício ao esboço de estratégias infalíveis, nem sempre concretizadas, onde se carpiam derrotas futebolísticas, faziam catarses políticas e pessoais, comemoravam alguns sucessos, mas, sobretudo, as inúmeras vitórias morais que se iam alcançando. A omnipresença da Geografia nunca limitou as conversas nem circunscreveu os debates ao seu perímetro restrito, pois fluíam ao sabor das circunstâncias e dos banais acontecimentos quotidianos, que alimentam a espuma dos dias, comentavam-se as táticas do futebol, a política corriqueira ou a mudança na geopolítica global imposta pelos novos e emergentes realinhamentos. Neste círculo os livros tinham lugar cativo, eram presença obrigatória, tutelar e estimulante, onde se inspirava para nos provocar, sonhar novos projetos, tantas vezes adiados, idealizar viagens, nem sempre concretizadas.

O desejo de mudança conjugado com o espírito inovador e de contida irreverência alcançaram António Gama a referência incontornável da minha geração e dos que, nas décadas seguintes, haviam de frequentar a Geografia de Coimbra. Divulgador científico e agitador de consciências, aliou voluntarismo, disponibilidade e proximidade aos estudantes com um toque de sonho e ingenuidade típicos duma época e duma juventude comprometida. A procura de novos rumos para a vida e para a sociedade também passava por superar

os apertados limites onde se movia a Geografia. Apostou em encontrar novas abordagens teóricas e práticas, conceituais e metodológicas, emprestou a sua atitude e olhar crítico a um processo de renovação onde teve um envolvimento ativo e destacado. Os pressupostos do seu empenho neste processo de renovação curricular, pedagógica e da investigação deixou-os assim resumidos: “as transformações políticas desencadeadas pela Revolução de 1974, abriram novas possibilidades e novos horizontes no âmbito da universidade e a que os estudos da Geografia também não ficaram indiferentes. Novos planos de estudos, com novos currícula, mais actualizados em linha com o que se fazia em França mas também no mundo anglo-saxónico, até então quase ignorado nas matérias versadas” (Gama, 2011: 240).

Esta “fase de juventude” foi de combate por uma “nova geografia”, marcada pela informalidade, modo de estar que encaixava num perfil avesso a institucionalizações. António Gama foi precursor de abertura e diálogo com outras geografias, espaciais e disciplinares, visando superar debilidades e esbater as limitadas “fronteiras” disciplinares e conimbricenses, iniciando um processo que hoje designaríamos de “internacionalização”. Tentou alargar horizontes e esbater fronteiras, quase sempre artificiais, como as que separam disciplinas científicas e impedem um conhecimento mais holístico. Construiu pontes que permitiram alargar horizontes abertos a outras práticas e novas perspectivas de que todos nós acabaríamos por beneficiar.

Continua ainda bem presente na memória uma deslocação a Lisboa, no início de Maio de 1974, com outros colegas, em representação da Geografia de Coimbra, para participar numa reunião no Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, onde se proporcionou um primeiro contacto direto com o Professor Jorge Gaspar e João Ferrão que havia de ter múltiplas consequências positivas. Nos anos imediatos, Jorge Gaspar havia de orientar duas memoráveis viagens de estudo, organizadas por António Gama, à Área Metropolitana de Lisboa e à Área de Influência de Évora. Esta abertura estendeu-se a Salamanca e a Léon, proporcionou amizades que se consolidaram nos Congressos Ibéricos de Geografia e, não menos importante, durante os primeiros Acampamentos Nacionais de Geografia. Este último evento, onde participou militantemente

durante vários anos, facultava o diálogo direto entre professores e alunos, provenientes das diferentes escolas de Geografia então existentes em Portugal (Lisboa, Coimbra e, na terceira edição, Porto), verdadeira plataforma informal e inter-geracional, antecipando os moldes em que se concebem, hoje, os festivais de diferentes matizes.

Desses tempos primordiais recorro ainda a participação dum grupo de alunos de Geografia, recrutados por António Gama, num Inquérito de Sociologia Política, coordenado pelo Professor Boaventura Sousa Santos, realizado em 22 e 23 de Abril de 1975, nas vésperas das primeiras eleições livres, depois da Revolução de Abril. Superar as fronteiras disciplinares, ir além do perímetro da geografia, onde já estava satisfatoriamente instalado, para dialogar com outros saberes, levou-o a sair da sua área de conforto, percorrer caminhos incertos e cumprir certos rituais que asseguram a passagem para um outro estádio.

O carácter pessoal e, portanto, subjetivo desta narrativa desculpa outras referências íntimas onde cabem múltiplas viagens. Foram importantes algumas caminhadas, durante o trabalho de campo, ao redor de Condeixa, estudando os tufos e as serras calcárias, ou as que se prolongavam até à paragem do autocarro, depois das prazerosas conversas de fim tarde, quando passamos a partilhar o mesmo gabinete. Este ciclo havia de se fechar com as viagens de estudo que passou a orientar nos Cursos de Verão, organizado pelo Centro de Estudos Ibéricos, e a grande viagem que se augurou definitiva, efetuada a Cabo Verde em 2011. A tudo isto acresce um episódio que havia de marcar profundamente a minha história de vida, pois ditou o meu percurso profissional: foi António Gama quem sugeriu o meu nome a Ana Pires, em janeiro de 1976, que lhe havia solicitado a indicação de estudantes para colaborarem, supostamente em regime de voluntariado, em tarefas da Comissão de Planeamento da Região Centro. Depois da primeira grande crise financeira do período democrático ter gorado a nossa entrada como monitor, acabei tarefeiro, por esta via informal, numa instituição onde continuo a trabalhar. A dívida de gratidão que resulta deste gesto, generoso e desinteressado, é impossível de ser saldada.

O longo percurso que medeia entre estes momentos matriciais e a sua retirada, no início da segunda década do século XXI, teve altos e baixos, oscilou entre

o fulgor criativo e irreverente da “fase de juventude” e o confronto com uma dura “fase de maturidade“, que se foi impondo, paulatinamente, a partir dos anos 80. Abstraindo afetos e emoções, a real dimensão do contributo material e intangível de António Gama só se apreende cabalmente se remontarmos a esse período mais recuado onde se refugia esta evocação. Ao resgatar da poeira do tempo a memória desse período irrepetível e empolgante prevalece uma entrega que, apesar dos elevados custos pessoais, foi total e sem concessões ou subterfúgios onde se escondesse alguma expectativa de retorno pessoal. A permanente insatisfação pela perfeição e a escrupulosa obsessão pelo rigor, teórico e prático, haviam de colocar constrangimentos à caminhada promissora dum protagonista crítico, cuja voz se impôs pela qualidade da intervenção num momento de viragem na história da Geografia portuguesa e de Coimbra.

Geografia de um legado: tempo, temas, contextos

“Anos agitados e de agitação de ideias, numa entusiasmada e entusiasmante procura de caminhos novos. Umhas vezes de comum acordo, outras a contra corrente, as mudanças foram-se processando”
(AG, 2011).

As incursões já efetuadas pelos meandros da memória, da que realmente nos cerca e da que nos tentam impor, para tentar esboçar o perfil e o papel de António Gama na renovação da investigação e do ensino da Geografia, realçaram a importância do investigador inovador, voluntarista e empenhado que esta breve síntese resume: “o Gama esteve sempre pronto a ajudar no aprofundamento de um conceito, nos caminhos possíveis para uma pesquisa, na facilitação do acesso às bibliografias, mesmo quando isso significava o gasto do seu tempo que tanta falta lhe fazia, como a diminuição da eficácia nas suas tarefas de docente e investigador, ou seja, a “carreira”” (Jorge Gaspar, 2015). Assinalaram que estamos perante um “heterodoxo inconformado” que cultivou um “pensamento crítico e integrador” que olhava com desconfiança

para “a híper especialização acrítica que viu alastrar à sua volta” (Jacinto et al., 2015); acreditava “numa geografia grandiosa, sem um perímetro bem delimitado”, como atesta “um conjunto de ensaios muito valiosos, nalguns casos pioneiros”, “reflexões de grande atualidade sobre os fenómenos sociais vinculados ao território, à urbanização difusa e ao uso do tempo” (João Ferrão, 2015).

“Professor sem fronteiras disciplinares”, “sem amarras dogmáticas”, estava consciente que os temas e os problemas estão “cada vez mais imbricados e interdependentes sob o signo da interdisciplinaridade e da complementaridade” (Valentin Cabero, 2016). As suas intervenções transcendiam-se no terreno “onde verbaliza mapas que permitiam ler e interpretar, para além das aparências, as paisagens físicas, económicas, sociais, culturais e políticas que desfilavam diante dos nossos olhos; o lugar onde falava era o ponto de partida duma interminável viagem que transcendia fronteiras, geográficas e disciplinares, e nos projetava para dimensões mais elevadas, intangíveis e globais” (Rui Jacinto, 2016).

O retrato traçado atesta a importância dum legado, eclético e abrangente, que não se pode resumir, exclusivamente, à obra publicada. O seu impulso inovador, embora tenha eco nos textos que vieram a lume, não se esgotou na palavra escrita, pois a sua influência foi derramada em palavras seminais escutadas, ao longo dos anos, por alunos, colegas e amigos. A oralidade tem que ser enaltecida como uma parte significativa do património mais intangível de António Gama, indissociável duma atividade pedagógica que extravasou as paredes das salas de aula, sobretudo durante as viagens de estudo e o trabalho de campo, que entendia como um laboratório natural para o ensino da Geografia. Sem resiliência nem paciência para seguir normas estritas ou obedecer a uma tecnocracia que se esgota, tantas vezes, na aridez inconsequente de estatísticas ou em exercícios e técnicas analíticas, privilegiou a palavra, os livros e a teoria em detrimento de abordagens positivistas e empíricas, opção que o havia de penalizar em termos académicos.

António Gama foi um geógrafo comprometido, cujos contornos do seu legado e alicerces teóricos do seu pensamento geográfico só se conseguem abranger a partir da influência que recebeu por via dos mestres, dos livros e autores de

referência. Aos mestres, mais ou menos próximos, com quem conviveu numa relação nem sempre pacífica, prestou tributo quando lhes dedicou ensaios e reflexões nos respetivos livros de homenagem, produzindo reflexões que, curiosamente, são em torno da teoria da geografia: Orlando Ribeiro (*Geografia e Civilização*, 1981), José Manuel Pereira de Oliveira (*Escalas, Representação e Acção Social*, 1998); Alfredo Fernandes Martins (*Geografia, conhecimento do espaço e cidadania*, 2003), Jorge Gaspar (*Uma revisitação à time space geography: A geografia do tempo e a teoria social*, 2007), Fernando Rebelo (*A geomorfologia, entre a geologia e a geografia: um problema de identidade*, 2010, em colaboração com Luca A. Dimuccio).

Os autores de referência, de culto, que citava amiúde e de memória, estão plasmados nas longas, criteriosas e assertivas bibliografias que incluiu nos seus artigos, haviam de constituir o núcleo duro duma biblioteca ímpar, pela dimensão, diversidade e qualidade do espólio. Os livros eram uma paixão para António Gama e a sua biblioteca um universo invulgar, que construiu laboriosamente ao longo da vida, reflexo do seu modo de olhar e estar no mundo, do entendimento que fazia da geografia e de ser geógrafo. Tinha prazer em oferecer livros, distribuir fotocópias de artigos, sobretudo novidades a que estava sempre atento. Foi um divulgador incansável dos debates mais atuais, das controvérsias mais estimulantes, das reflexões mais inovadoras: quando surgiu a “*Hérodote. Revue de géographie et de géopolitique*”, em 1976, abrindo o debate premonitório “*Crise de la géographie, géographie de la crise*”, já António Gama havia antecipado esta interrogação, suscitando a discussão deste e doutros temas, igualmente controversos, que o léxico atual apelidaria de fraturantes.

O acompanhamento detalhado dos acontecimentos da geografia francesa, de que era profundo conhecedor, ficou documentado na atenção imediata que deu a dois livros publicados em 1976: “*A geografia serve antes de mais para fazer a guerra*” (Yves Lacoste), traduzido e editado pela Iniciativas Editoriais (1977), a que dedicou, prontamente, uma resenha no primeiro número da *Revista Crítica de Ciências Sociais (Em torno da Geografia serve antes para fazer a Guerra*, 1978); “*La Région, Espace Vécu*”, de Armando Fremont, surgido no mesmo

ano, cuja tradução havia de sugerir à Almedina, fazendo a revisão, editada em 1980. Com Jorge Gaspar promoveu ainda a edição de Paul Claval, compilando textos deste autor (*Geografia do Homem*, 1987), igualmente publicada com a chancela da Almedina.

A sua atenção, contudo, nunca se confinou à geografia francesa. Observando a longa lista de referências bibliográficas (25 títulos) que incluiu em “*Uma revisitação à time space geography*” (2007), com que homenageou Jorge Gaspar, verificamos que os autores citados são todos anglo-saxónicos, com destaque para Hagerstrand (5 citações), com quem Jorge Gaspar havia investigado em *Lund*, além de Gregory (7), Giddens e Pred (3 cada), outros dos seus autores de cabeceira. Além dos marxistas (David Harvey, por exemplo), a sua atenção à escola anglo-saxónica é igualmente visível quando faz uma extensa recensão ao “*Geographical Imaginations*” (Derek Gregory; B. Blackwell, Oxford, 1994), publicada no ano imediato à sua edição, na *Infor Geo, Revista da Associação Portuguesa de Geógrafos* (n.ºs 9 e 10, 1995).

Explorou outras fronteiras, valorizou geógrafos ignorados ou marginalizados pela geografia oficial, deu a conhecer, por exemplo, Camille Vallaux, preterido em detrimento de Emanuel de Martonne, genro de Vidal de la Blache e que havia de editar, postumamente, a sua obra mais difundida entre nós (*Princípios de Geografia Humana*), brilhantemente traduzida, prefaciada e ilustrada por Alfredo Fernandes Martins. Este diálogo estendeu-se a outros subalternizados, designadamente os anarquistas, testemunhado em dois números temáticos de *A Ideia* (24-25 e 26-27, 1982), onde publicou “*O pensamento de Réclus e as cidades*”, na que discutiu “*A cidade ingovernável?*”, ou quando discorreu sobre “*A aldeia e a vida camponesa*”, na que debateu “*O Campo e os Camponeses*”.

A sua paixão pela obra de Milton Santos aumentou nos últimos anos, com mais afinco desde que “em fevereiro de 2010, a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e a Universidade de Coimbra, por intermédio do Centro de Estudos Sociais, estabeleceram o programa “*Cátedra Milton Santos*”, com o intuito principal de contribuir para a difusão de informações objetivas sobre a dinâmica da sociedade brasileira em

centros universitários de excelência no exterior”¹. Julgo tratar-se do último verdadeiro combate que travou, solitário, íntimo e magoado, sem nunca explicitar ou emitir qualquer rumor. Ainda em julho de 2014, durante o Curso de Verão, em conversa com Maria Adélia de Souza, amiga e confidente de Milton, tentava perceber alguns meandros pessoais e políticos da sua trajetória para melhor enquadrar as análises críticas deste autor.

António Gama personificou a transição ocorrida na Geografia de Coimbra depois de 1974. A sua tese de licenciatura, a última a ser defendida, em 1974, já depois do 25 de Abril, fecha um ciclo, encerra uma longa etapa, que se iniciou no final dos anos trinta, que se traduziu na apresentação de mais de uma centena de teses de licenciatura em Geografia, apresentadas em Coimbra. Por sua vez, a entrada como assistente e o seu envolvimento naquele processo, como já foi aduzido, inscreve-se no início duma nova era que então começa a despontar.

A dificuldade em se submeter a calendários rígidos não o impediu de participar em vários projetos de investigação, a começar pelas iniciativas que, informalmente, dinamizou com colegas e alunos, baseadas no espírito de partilha e em redes interpessoais, processo que se vai esvanecer com o tempo e causar alguma amargura pessoal ao comandante que vê as tropas irem desertando. Começa a encetar, no entanto, múltiplas colaborações que redundam na publicação de trabalhos, alguns em coautoria com diversos colegas, além de cooperar em vários projetos de investigação com distintas personalidades e vários centros de investigação.

António Gama esteve envolvido, nos anos 80, em dois principais projetos: “*Tempos livres – Leiria*”, coordenado por Jorge Gaspar (CEG Lisboa, 1981) e “*O estado, a economia e a reprodução social na semi-periferia do sistema mundial: o caso português*”, coordenado por Boaventura Sousa Santos (CES-JNICT, 1987-1991). Se no âmbito deste último projeto havia de publicar “*Espaço e Sociedade numa Situação de Crescimento Urbano Difuso*” (Boaventura de Sousa

¹ http://www.ces.uc.pt/milton_santos/pages/pt/apresentacao.php

Santos (org.; 1993), Portugal: Um Retrato Singular: 439-473), enquanto investigador do Centro de Estudos Sociais publicou na *Revista Crítica*, entre 1981 e 1992, diversos artigos: “*Análise espacial de uma transformação da agricultura*” (com Graça Santos e Iva Pires; n.º 7/8, 1981); “*Uma Ruptura Epistemológica na Geografia – A Teoria dos Lugares Centrais*” (Nº 12, 1983); “*Indústria e Produção de um espaço Peri-urbano*” (n.º 22, 1987); “*Urbanização Difusa e Territorialidade Local*” (n.º 34, 1992).

Envolve-se, fundamentalmente depois dos anos de 90, em diversos projetos desenvolvidos com colegas do Departamento de Geografia de que se destacam: (i) “*A bacia hidrográfica do rio Lis – Contributo para o estudo da organização do espaço e dos problemas do ambiente*” (1989); (ii) “*Dinâmicas Sócio-económicas e (Re)organização Territorial: processos de Urbanização e de Reestruturação Produtiva*” (Projecto Estímulo para as Ciências Humanas – JNICT/IEG; 1992-1994), coordenado por José Manuel Pereira de Oliveira, no âmbito do qual, entre outros contributos, publicou no livro do seminário de encerramento do projeto um artigo sobre “*Processos Sociais e Urbanização*”; (iii) anos mais tarde, integrado no evento “*Coimbra Capital Europeia da Cultura*” e no Projeto “*Coimbra e Território – Coimbra, o País e o Mundo*”, foi coorganizador de três publicações: “*Fragments de um retrato inacabado – A geografia de Coimbra e as metamorfoses de um país*” (2003); “*Olhar o mundo ler o território*” (2004); “*Esta Coimbra – Alfredo Fernandes Martins, A Cidade e o Cidadão*” (2006).

Passou a colaborar, posteriormente, com o Centro de Estudos Ibéricos, em atividades e eventos regulares, onde acabou por publicar algumas das suas intervenções em edições do CEI: “*Água, uma questão geopolítica*” (2006), “*Porém as coisas de que falam as fábulas já não se encontram mais*” (2008), “*Cidade, moderna urbanização e novas lógicas de organização espacial*” (2012) e “*As cidades e os processos de urbanização*” (2013).

Este breve olhar sobre uma obra multifacetada, com perímetro irregular e sem fronteiras definidas, além do ritmo irregular, mostra algumas metamorfoses temáticas verificadas desde a fase “de juventude”, quando as suas preocupações ainda estavam centradas na geografia física. É a geomorfologia, a inquietude e a avidez de mudança que vão inspirar, inicialmente, a grande

rutura, temática e epistemológica, que o háo-de levar a uma progressiva aproximação das ciências sociais. Os anos 80 e 90, vividos sob o espectro da tese, entre indecisão e incertezas, foram de amadurecimento da investigação própria e partilhada, sem que, para António Gama, a geografia deixasse de ser uma paixão ou razão para melhor compreender o mundo e nele intervir. É isso que encontramos na sua obra, publicada e verbalizada, fragmentos que apontam para as coordenadas que estruturam o seu pensamento e balizaram a sua prática.

Coordenadas de uma obra: breve roteiro para uma viagem

“Esta rutura gera-se relativamente às tendências naturalistas e historicista, até então praticadas na geografia. Ao mesmo tempo que adopta um posicionamento teórico-metodológico de tipo hipotético-dedutivo e, por isso, nomotético, isto é, procurando leis, toma como ponto de partida a atribuição à geografia humana do estatuto de ciência social, como ciência do espírito” (AG, 1983).

Os temas nucleares abordados nos textos publicados por António Gama ao longo de quatro décadas esboçam uma cartografia que tem por linhas estruturantes a Geografia Física, a Teoria da Geografia, a História da Geografia, a Geografia Cultural, a Geografia Social, a Geografia Económica, a Geografia Política e a Geografia Urbana. São temas nucleares que tanto correspondem a cursos que lecionou como áreas de investigação, coordenadas que nos podem orientar numa viagem pelo tempo e pelos espaços duma obra ampla e diversa.

a) Geomorfologia

“E a sedução vem tanto no plano metodológico, na confrontação duma teoria como uma prática, como no epistemológico, numa exegese de prática-teoria na

busca de rigor no discurso em geomorfologia, ao enfrentar um tema em que as formas de erosão e as formas de acumulação quaternária estão interdependentes e toma uma amplitude paralela no conjunto da problemática” (AG, 1974).

A posição da geomorfologia entre a geologia e a geografia coloca-a perante um problema de identidade que António Gama problematizou desde a tese de licenciatura. Se tal parceria permitiu cruzar diferentes temas e enriquecer a explicação das formas da superfície da terra desde os fundadores da geomorfologia, a partir da teoria do ciclo da erosão (William Morris Davis) e do movimento renovador da geomorfologia após a segunda guerra mundial as abordagens geossistémica haviam de aumentar o grau de complexidade. Desde *“A Morfologia dos Tufos de Condeixa”* (1974), posteriormente retomada nos *Cadernos de Geografia* (1984), nunca perdeu de vista a *“Épistémologie de la Géomorphologie”* (Alain Reynaud, 1971), debate que havia de encerrar em *“Geomorfologia: a construção de uma identidade”* (2013), numa parceria com Luca A. Dimuccio, assim rematado: *“O estudo histórico da posição da Geomorfologia”* na partilha académica pode ser vista sob duas perspectivas distintas: uma que aborda a história do seu desenvolvimento, cruzando-a com um olhar epistemológico em cada fase de desenvolvimento; outra que procura contextualizar essa história com os processos de partilha disciplinar na organização dos estudos em países com diferentes tradições académicas. Uma e outra via contribuem para aclarar a razão do surgimento de temas de estudo específicos, da elaboração de linguagens e da adoção de métodos” (AG, 2013: 780).

b) Teoria da Geografia

“A importância desta ruptura assinala-se também pelo seu significado no pensamento geográfico, que se traduziu na afirmação da geografia como ciência social, assumida pelos desenvolvimentos dos estudos geográficos a partir da teoria dos lugares centrais. A sua reavaliação deverá ser feita tendo em conta principalmente os aspetos metodológicos” (AG, 1983).

As suas preocupações sobre os contextos teóricos em que assentam os alicerces da geografia, embora anteriores, acentuam-se quando explicita a rutura com a geografia física e a “geografia tradicional”, então hegemónica, patente no primeiro artigo que deu à estampa: *“Algumas notas sobre as relações entre a Geografia e as Ciências Sociais”* (Biblos, 1977). O texto pode ser visto como um manifesto, qual programa para uma vida, linha de reflexão e de investigação que havia de desdobrar, ao longo dos anos, em outras abordagens, designadamente *“Racionalidade económica e Teoria Geográfica”* (1980), *“Uma ruptura epistemológica na geografia: a teoria dos lugares centrais”* (1983), *“Escalas, Representação e Acção Social”* (1998) ou *“Uma revisitação à time space geography: A geografia do tempo e a teoria social”* (2007). Estes textos são percorridos pela ideia de “assinalar-se o significado da rutura teórica”, de discutir ou precisar conceitos, como acontece em dois casos paradigmáticos que se adiantam: (i) “A escala é, antes de mais, uma relação entre a realidade e a sua interpretação, e, assim, tanto pode ser a transição de uma certa porção de espaço num mapa, como um nível de análise a ter em conta quando se quer representar a espacialização de um determinado fenómeno. (...) qualquer mudança de escala modifica, de uma maneira geral, as percepções e as representações e, por vezes, mesmo a natureza dos fenómenos. É, então, a partir daí uma questão de relação entre sujeito e objecto e, sobretudo, uma questão de descontinuidades na ordem particular dos fenómenos, dado que os objetos já não têm a mesma significação nem a mesma estrutura. (...) A questão da diferenciação em campos analíticos distintos entre o indivíduo e a sociedade, entre o micro e o macro ou o local e o global, deixa de ter o mesmo sentido, porque cada vez mais estas questões são vistas de um modo em que se privilegiam as interrelações, recorrendo a conceitos mediadores” (AG, 1998); (ii) “A geografia do tempo de Hagerstrand pelas suas potencialidades de abertura às outras ciências sociais veio dar uma importante contribuição para o desenvolvimento da teoria social, nomeadamente, na constituição da teoria da estruturação. (...) A teoria da estruturação surge do estado das ciências sociais separadas por um dualismo, a tal ponto que se podiam falar de duas sociologias, duas antropológicas, duas geografias, com bases semelhantes, em correspondência com o dualismo básico da experiência

maioria moderna. Em suma, uma via envolvendo as estruturas, as relações estruturais e sistémicas; outra, cuja atenção é dada aos indivíduos, às práticas individuais e às relações interpessoais” (AG, 2007).

c) *História da Geografia*

“São mais os fatores sociais que explicam a institucionalização e a aparição duma comunidade científica de geógrafos, assim como são eles que explicam muitas das características que a ciência adoptou, nomeadamente a sua situação na Universidade” (AG, 2011).

Os estudos que realizou em torno deste tema viram a luz do dia, na forma escrita, em três momentos fundamentais: (i) por altura do Primeiro Colóquio Ibérico de Geografia onde publicou, com Jorge Gaspar, *“Perspectivas da Geografia Humana em Portugal. Ensino, investigação e carreiras”* (1979); (ii) no âmbito do Projeto *“Coimbra e Território – Coimbra, o País e o Mundo”*, lançado com o objetivo de efetuar uma retrospectiva da Evolução da Geografia de Coimbra e homenagear um dos seus Mestres, o Professor Alfredo Fernandes Martins, coorganizou *“Fragmentos de um retrato inacabado – A geografia de Coimbra e as metamorfoses de um país”* (2003) e *“Alfredo Fernandes Martins, geógrafo de Coimbra, cidadão do Mundo”* (2006); (iii) retoma o tema ao publicar *“Geografia e Geógrafos: Institucionalização e consolidação da Geografia na Universidade de Coimbra”* (2011), num artigo preparado, a convite de Fernando Catroga, para o livro comemorativo do Centenário da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

d) *Geografia Cultural*

“As imagens desse vivido quotidiano expressam-se nas maneiras de estar: da pose dos corpos ao vestuário, dos gestos aos objetos. Das maneiras de estar

falam-nos a pose dos corpos e os gestos de mãos, os caminhares apressados pela rua, contrastado com o parado dos velhos a conversar sentados nuns degraus. O vestuário mostra-nos em claro-escuro a diferenciação de gerações, contrapondo à regra da tradição, a novidade e a diferença, trazida por alguns feirantes ou numa compra na cidade” (AG, 2008).

Os temas de geografia cultural a que deu mais atenção partiram da leitura atenta da obra de Orlando Ribeiro e do potencial que encerra para interpretar o país e das civilização com que dialoga, designadamente a mediterrânica, aspetos que se encontram plasmados em títulos como *“Geografia e Civilização - A propósito da obra de Orlando Ribeiro”* (1981), *“Os sentidos de mediterrâneo e a geografia portuguesa”* (1990) e *“As tradições do pão, território e desenvolvimento”* (com Norberto Santos; 2011). Podemos enquadrar ainda neste âmbito *“O Espaço na Revolução Republicana de 1910”* (1985), *“Porém as coisas de que falam as fábulas já não se encontram mais”* (2008) ou a breve nota introdutória ao livro *Portugal Visto do Céu*, em que discorre sobre *“o prazer de ver a paisagem”* (2008).

e) *Geografia social*

“A relação espaço-tempo evidência, nas sociedades modernas, no que concerne às actividades de ócio, situações onde se entrecruzam toda uma série de elementos, da organização social às formas ideológicas. Tempo de trabalho e tempo livre, formas de comunicação social, valores culturais e os tempos da moda expressam-se nos usos do espaço” (AG, 1988).

Entre outros trabalhos que se podiam inventariar neste apartado destacam-se os relacionados com o ócio e os tempos livres porque António Gama foi um dos pioneiros nos estudos sobre a geografia do lazer. Entendia, como *Dumazedier*, que o ócio se define a partir do descanso, do divertimento e do desenvolvimento (três D's), relevando e entendendo a evasão/compensação

“como fuga imaginária ou efetiva da realidade da vida”, sempre constrangedora e penosa, em que um dos contrapontos é o passeio no campo, ócio físico e ativo que enaltece o convívio com os espaços livres (AG, 1992; 2008). Com Jorge Gaspar, João Ferrão e Fernando Honório começou por publicar “*Utilização dos tempos livres. Concelho de Leiria: Caracterização socio-económica e equipamentos colectivos*” (1981) a que se seguiu “*O Espaço, o Tempo e o Ócio – Notas para uma Geografia do tempo Livre*” (1988). Com Norberto Santos publicou, nos anos 90, “*Tempo Livre, Terciário e Lazer*” (1991), “*Espaços de Sociabilidade*” (1997), “*Os espaços/tempos de lazer na sociedade de consumo contemporânea*” (1999) e “*O Tempo de Consumo e os Espaços de Lazer*” (2000). O investimento de décadas nestas matérias, que havia permanecido inédito, como aconteceu com muitos outros escritos, acabam por ser publicados na antologia que coorganizou “*Lazer. Da libertação do tempo à conquista das práticas*” (Imprensa da Universidade, 2008), onde lançou “*Fundamentos para uma geografia do tempo livre*” e “*Associativismo e práticas de ócio*”, escritos em 1992 e 1994, respetivamente, preparados inicialmente como textos de apoio para os alunos de Geografia e Turismo, Lazer e Património, curso que estava a dar os primeiros passos no Departamento de Geografia de Coimbra. A bibliografia citada nestes textos reflete os seus autores diletos, que mais contribuíram para formar o seu pensamento sobre a Geografia do Tempo Livre, onde convivem os modernos, que haviam publicado mais recentemente, com os clássicos. Recupera uma certa herança libertária da geografia quando inclui, por exemplo, “*O Direito à Preguiça*”, publicado por Paul Lafargue, em 1880, no jornal socialista *L'Égalité*, onde polemiza as visões liberais, conservadores e até marxistas do trabalho, citado a partir da versão francesa, de 1965, editada pela Maspero.

f) *Geografia Económica*

“Este espaço não deixa, no entanto, de ser polarizado pela cidade, na organização espacial das actividades económicas, no domínio das trocas e da gestão

empresarial e financeira. Nele, coexistem aspetos rurais e urbanos que se traduzem na plurifuncionalidade do uso do solo, na pluriatividade das suas populações e na complexidade da estrutura social e das práticas culturais. A plurifuncionalidade e a pluriatividade, como consequência dos novos modos de comunicar e fazer, tornam-se características definidoras da peri-urbanização” (AG, 1987).

Os estudos que publicou abordam temas (socio)económicos que visam contextualizar as problemáticas prevaletentes nas áreas onde fez investigação empírica, que são, fundamentalmente, os espaços peri-urbanos e de urbanização difusa. Nuns casos tentou compreender como a evolução e a especialização da economia influenciou a (re)organização do espaço, como acontece em *“Análise espacial de uma transformação da agricultura”* (com Iva Pires e Graça Santos; 1981). Noutros, a preocupação é avaliar a interferência das mudanças económicas nas transformações sociais, onde se destacam dois títulos principais: *“Indústria e produção de um espaço peri-urbano”* (1987), e *“Dinâmicas locais da Pequena Indústria”* (com Norberto Santos e Nuno Serra; 1992). No primeiro caso adiantou que devemos “considerar o território como um espaço produzido pelas relações sociais, mas também produtor de relações sociais, tem como consequências atribuir ao espaço uma importância, como condicionador de relações sociais (distância, factores naturais, implantações humanas). No entanto, este papel condicionador deve ser examinado de forma relativa com os modos de organização social, tendo em conta que os limiares técnicos são ao mesmo tempo limiares sociais” (AG, 1987). O debate passa, noutros casos, por compreender os sistemas produtivos locais, a *“urbanização”* de determinados espaços rurais, entrando na discussão das relações entre capital social e desenvolvimento territorial, em distintos contextos regionais, partindo do conceito de *“Terceira Itália”*, em voga nos anos 80, difundido, entre outros, por Becattini, Fuà, Zacchia e Bagnasco. Debruçou-se ainda sobre os processos de desenvolvimento regional e local e os seus reflexos em termos ambientais e de ordenamento do território em *“A bacia hidrográfica do rio Lis – Contributo para o estudo da organização do espaço e dos problemas do ambiente”* (em colaboração com vários colegas; 1989) e *“Fronteiras, fracturas*

e reestruturação do território: processos de marginalização e transformações do rural e do urbano na Região Centro” (com Rui Jacinto; 2002).

g) *Geografia Política*

“Houve tempo em que a água era considerada genericamente um bem livre. (...) A água, como qualquer recurso, tornou-se por consequência fulcro das relações de poder e geradora de conflitos, tornando o seu controlo e a sua posse, seja de rios, lagos, ou reservas subterrâneas, uma questão fundamentalmente política, e, portanto, de geopolítica” (AG, 2006).

António Gama sempre acompanhou de perto os temas de geografia política e da geopolítica, como leitor compulsivo de jornais e de revistas ou através de leituras e reflexões preparatórias das cadeiras que ministrou com este título. Os seus artigos repartem-se entre *“O Território como inscrição do Poder”* (1988), ou *“A água: uma questão geopolítica”* (2006), passando pelo debate sobre a capitalidade e o pano de fundo subjacente aos processos de globalização que acontece nestes dois casos: *“As Capitais no discurso geográfico”* (1994), e *“Ascensão e Queda das Rotas de Mar”* (1999). A centralidade natural adquirida pela generalidade das capitais acaba por “agir sobre o território a que estendem a sua dominação”, decorre tanto do campo socio-cultural como do reforço dos sistemas sémicos (a língua, a cultura e a informação) (AG, 1994,. No caso da ascensão e queda das rotas de mar destaca que “desde a revolução industrial, e por fases distintas, o peso dos diversos circuitos de mercadorias foi mudando, alterando-se com eles a geografia das rotas de transportes marítimos. (...) Desde à meio século, o circuito tradicional Norte-Sul, de troca de manufaturas por produtos primários, que imperou durante a primeira metade do século, foi cedendo a primazia ao tráfico tradicional Este-Oeste, de produtos manufaturados entre países industriais. Assim, actualmente, o quinhão mais importante do comércio internacional tem origem e destino nos países desenvolvidos (AG, 1999).”

h) *Geografia Urbana*

“A cidade aparece assim, desde a sua origem, como um lugar emblemático de poder. Poder que se inscreve sobre os corpos e sobre os espaços de modo a organizar as populações e os recursos que fazem parte dos territórios e dos quais são artífices. A cidade, surge por isso como uma obra humana, marcada numa primeira análise como um regulador económico das pessoas e das riquezas” (AG, 2012).

Os temas relacionados com a geografia urbana, por forças das circunstâncias, foram onde mais investi, percorrendo as problemáticas sociais, económicas e políticas para melhor interpretar as dinâmicas urbanas e territoriais, tanto a nível local como regional. Os escritos sobre a cidade e os processos de urbanização, sobre o urbano e seus paradoxos, obedecem a um discurso onde a cidade é a expressão máxima do poder e do controlo sobre o território, interpretação que abordou a partir de três principais direções: (i) o planeamento regional e urbano, comentado em textos como *“Os Planos de Urbanização e o Crescimento Urbano: as Linguagens e as Práticas – A propósito dos planos de urbanização de Coimbra”* (1982), e *“Urbanização e Planeamento – Do Poder da Razão às Razões do Poder”* (1986); (ii) análise das dinâmicas do crescimento urbano difuso, típico de algumas áreas do litoral centro e norte do Continente, designadamente do eixo Leiria-Marinha Grande que estudou com profundidade, problemáticas que encontramos em *“Urbanização Difusa e Territorialidade Local”* (1992), *“Processos Sociais e Urbanização”* (1996), *“Urbanização, esfera doméstica e relações residência-trabalho”* (com Norberto Santos e Nuno Serra; 1993), ou *“Espaço e Sociedade numa Situação de Crescimento Urbano Difuso”* (1993). Neste último artigo mostra como “os espaços de vida constituem espaços sociais que se apresentam, ao mesmo tempo, segmentados em unidades territoriais elementares com características próprias geradas pelas redes informais locais, constituindo um tipo de comunidade protegida, em que as redes de sociabilidade e a espacialidade de vizinhança (o bairro, a aldeia urbanizada) se identificam fortemente” (AG, 1993); (iii) em outras abordagens discute a cidade, a rede urbana e novos modos de organização espacial, designadamente em *“Petites villes et urbanization au*

Portugal“ (1994), “*Cidade, moderna urbanização e novas lógicas de organização espacial*” (2012), ou “*As cidades e os processos de urbanização*“ (2013), onde afirma que “os espaços sociais e económicos que constituem as cidades estão atravessados por contradições e conflitos de apropriação. De utilização e de avaliação que os grupos sociais fazem do espaço e que se expressam na segregação dos usos, nas formas residenciais e nos diferentes tipos de desigualdades sociais. À nova ordem social também corresponderá uma ordem espacial, medida ou imposta pelos poderes instituídos e organizadores dessa ordem, com configurações de geometria variável“ (AG, 2013).

A breve digressão que acabamos de fazer evidencia, além do empenho, capacidade de diálogo e abertura a outras ciências sociais, o lado inovador das abordagens teóricas e metodológicas induzidas, contributos relevantes do António Gama para o processo de viragem verificado na Geografia portuguesa depois de 1974. Há que juntar à importância do seu legado, a atualidade e a validade da sua mensagem: a necessidade de termos uma geografia comprometida, crítica, aberta, sem fronteiras nem perímetro definido, disponível para ter um papel direto na ação, isto é, ter um envolvimento ativo na prossecução da tão propalada coesão económica, social e territorial. Acreditava que a literacia geográfica era indispensável para formar uma cidadania consciente, mas, fundamentalmente, formar uma cultura territorial que impregnasse e influenciasse positivamente políticas públicas mais solidárias e inclusivas.

Em tempos líquidos como os que vivemos, marcados pela insustentável leveza dum saber plano que continua a proliferar, faz ainda mais falta a voz lúcida e informada do António Gama. Faz falta o seu conselho assertivo, a informação enciclopédica sobre autores e bibliografias, as opiniões críticas, livres, descomprometidas, sem amarras, fora da caixa, que nos obrigavam a olhar para o mesmo problema com um novo olhar e sob outras perspetivas.

Qual formiga no carreiro, o António Gama era encontrado tantas vezes em sentido contrário; contudo, embora andasse quase sempre em contramão, nunca atrapalhou o tráfego.

Bibliografia

As citações foram transcritas dos seguintes textos de António Gama:

Gama, António (1974). *A Morfologia dos Tufos de Condeixa, policopiado*.

Uma ruptura epistemológica na geografia: a teoria dos lugares centrais. (1983) *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 12, 1983, 41-59.

Indústria e produção de um espaço peri-urbano. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 22, 1987, 33-54.

O Espaço, o Tempo e o Ócio – Notas para uma Geografia do tempo Livre. *Cadernos de Geografia*, 7, 1988 (Republicado em Lazer. Da libertação do tempo à conquista das práticas: 17-28).

Espaço e Sociedade numa Situação de Crescimento Urbano Difuso. in Boaventura de Sousa Santos (Org.; 1993), Portugal: Um Retrato Singular. Porto: Afrontamento, 439-473.

As Capitais no discurso geográfico. *Penélope*, 13, 1994: 9-21.

Processos Sociais e Urbanização. in J. M. Pereira de Oliveira et al. (Org.; 1996), *Dinâmicas Sócio-económicas e Reorganização Territorial: processos de Urbanização e de Reestruturação Produtiva*. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos da F.L.U.C: 409-434.

Escalas, Representação e Acção Social. *Cadernos de Geografia*, 17, 1998.

Ascensão e Queda das Rotas de Mar. *Notícias do Milénio*, Ed. do *Diário de Notícias*, Junho de 1999.

Água, uma questão geopolítica. in Rui Jacinto et al. (Coord.; 2006) – *O interior raiano do Centro de Portugal. Outras fronteiras, novos intercâmbios*. CEI, Iberografias, 8: 43-59.

Uma revisitação à time space geography: A geografia do tempo e a teoria social. in AA.VV. (org.; 2007), *Geophilia. O Sentir e os Sentidos da Geografia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos: 90-113.

Fundamentos para uma geografia do tempo livre. in Santos, Norberto e Gama, António (Org.; 2008) – Lazer. *Da libertação do tempo à conquista das práticas*. Coimbra, Imprensa da Universidade: 85-106.

Porém as coisas de que falam as fábulas já não se encontram mais. (2008). in Jacinto, Rui (Org.; 2008), *Transversalidades. Territórios, Diálogos e Itinerários Ibéricos*. Guarda, Centro de Estudos Ibéricos: 67-71.

Geografia e Geógrafos: Institucionalização e consolidação da Geografia na Universidade de Coimbra. (2011). *Biblos*, vol. ix, (2.^a série): 217-246.

Cidade, moderna urbanização e novas lógicas de organização espacial. in Jacinto, Rui (Coord.; 2012) – *A cidade e os novos desafios urbanos*. Guarda, CEI, Iberografias (20), 83-94.

As cidades e os processos de urbanização. in Jacinto, Rui (Coord.; 2013), *Transversalidades. Fotografia sem fronteiras*. Guarda, Centro de Estudos Ibéricos: 133-135.

Cabero Dieguez, Valentin (2016) – António Gama y el viaje: un geógrafo con una mirada abierta, sin fronteras. *Iberografia* (11), CEI.

Ferrão, João (2015) – António Gama: *um geógrafo peculiar*. *Finisterra* (99), CEG Lisboa.

Gaspar, Jorge (2015) – António Gama ou uma “certa tradição geográfica”. *Finisterra* (99), CEG Lisboa.

Jacinto, Rui; Cravidão, Fernanda, Campar, António; Santos Norberto, Cunha, Lúcio (2015) – Gama Mendes, António, *Um geógrafo inquieto, um heterodoxo inconformado. Finisterra* (99), CEG Lisboa.

Jacinto, Rui (2016) – Viagem nunca feita: desenhar o mapa do mundo desconhecido. *Iberografia* (11), CEL.

ANTÓNIO GAMA, UM APAIXONADO PELA GEOGRAFIA E PELAS MINI ROSAS...

Maria Adélia de Souza/madelia.territorial@gmail.com

Professora Titular de Geografia Humana da USP

Impressionou-me, profundamente, o conhecimento preciso e profundo de António Gama pela geografia portuguesa. Discreto, fala mansa, mas objetivo e valente na disputa pela palavra durante o trabalho de campo. Suas observações sempre pertinentes, indicou-me tratar-se de um grande professor e pesquisador.

Atento às paisagens que se sucediam pelas janelas do ônibus onde nos encontrávamos, tanto comentava comigo que estava ao seu lado, quanto para os demais participantes dessa atividade, como um verdadeiro anatomista da paisagem: sua formação geológica com a geomorfologia decorrente, os processos de ocupação humana, mas encantava-se com as cidades e a urbanização portuguesas. Preocupava-se com a situação crítica pela qual passavam, dado o intenso e profundo processo de emigração que ocorre em Portugal, especialmente com o esvaziamento das aldeias que percorremos, lindas, sóbrias, mas vazias... revelando não apenas aí um conhecimento geográfico, mas também histórico, econômico, social e antropológico profundos.

Mas, sobretudo, revelava sua enorme sensibilidade como ser humano ao falar daquela gente que partira e dos velhos e crianças que permaneceram, vivendo no silêncio da aldeia esvaziada pelos desígnios da História da Europa de hoje... e de sempre!

Foi assim que conheci Antônio Gama, no CEI – Centro de Estudos Ibéricos, na cidade da Guarda em junho de 2015, na fronteira com a Espanha!

Mas, embora tendo estado tão pouco tempo com Gama, como o chamava, percebi e senti nele uma preocupação com sua saúde.... Tinha uma rouquidão que parecia ter origem em uma rinite alérgica, ou algo que enchia seu pulmão de secreção e o incomodava enormemente...

Esse estado de saúde o incomodou durante todo o tempo em que pudemos falar durante o curso de verão do CEI e, sobretudo, durante o trabalho de campo.

Privilegio o meu estar ali, pois havia ido a Guarda participar da homenagem que prestavam naquele curso a outro mestre da Geografia e dos trabalhos de campo, meu colega Valentin Cabero, da universidade de Salamanca e, encontrar-me com Rui Jacinto e Lúcio Cunha, colegas geógrafos da universidade de Coimbra que eu havia conhecido em São Luís do Maranhão, algum tempo antes...

Encontro entre geógrafos que se tornaram amigos nessa bela defesa da lusofonia. Encontro de afetos, como era designada aquela reunião.

O tema desse curso já era apaixonante *Espaços de Fronteira, Territórios de Esperança: velhos problemas, novas soluções*, sobretudo para uma geógrafa brasileira que acabara de viver um ano e meio na tríplice fronteira Argentina, Brasil e Paraguai, ajudando a fundar a UNILA – Universidade da Integração Latino-americana.

Tudo convergia para que Antônio Gama e eu conversássemos e debatêssemos muitas ideias durante toda a estadia na Guarda, pois nossos interesses eram bastante coincidentes e os problemas dos quais cuidávamos tanto na geografia quanto no planejamento eram por demais complexos para que se esgotassem rapidamente. Prometemos manter diálogos após minha volta ao Brasil, mas tristemente não houve tempo para tanto...

Tive o privilégio de ter a companhia de Antônio Gama, no ônibus, logo no primeiro dia dos trabalhos de campo e, rapidamente, percebemos que nossos interesses pela geografia convergiam para a Epistemologia da Geografia, a Geografia Política e as questões do Poder, o Planejamento Urbano e Regional e a importância do trabalho e observação em campo para o nosso “métier” de

geógrafo. Mas foi na discussão sobre a complexidade e a imensidão das pesquisas a serem realizadas sobre a dimensão cotidiana da vida na cidade que ocupou o pouquíssimo tempo que a vida nos ofereceu para conversar.

Indagou-me muito sobre a Geografia Nova que fazemos no Brasil e pude verificar o quanto, por outras vias e com pequeninas diferenças filosóficas, estávamos caminhando lado a lado!

Enquanto isso, no entanto, deslizávamos com nosso ônibus pela Raia Central de Portugal e Espanha, pano de fundo da XII Edição do Curso de Verão oferecido pelo CEI, com o sedutor título, como apontamos acima de “Espaços de Fronteira, Territórios de Esperança. Velhos problemas, novas soluções”.

Claro que em meio as interpretações e leituras das paisagens que atravessávamos em nosso trabalho de campo, as conversas giravam em torno de nossas experiências como professores e pesquisadores de países assemelhados, próximos culturalmente, mas extremamente diferentes.

Gama, guardando a tradição da Geografia portuguesa, onde os aspectos físicos das paisagens são mencionados e considerados, e eu adepta que sou da Geografia Nova iniciada e proposta por Milton Santos, professor emérito da universidade de Coimbra, cujo esforço epistemológico histórico, de renovação da nossa disciplina lhe outorgou uma visibilidade pelo mundo todo.

Lamento que essa conversa apenas tenha se iniciado, pois ambos, pelo que senti das observações de Antônio Gama somos apaixonados pela epistemologia da Geografia e todas as possibilidades que essa revisitação nos oferece para continuarmos a compreender as paisagens do mundo, mesmo deixando de lado o conceito de meio natural e acatando o meio técnico-científico informacional, como centro das nossas atenções. Penso que essa conversa com Gama, se pudesse ter sido mais longa, me ajudaria em muito a caminhar no aperfeiçoamento da Geografia que Milton Santos nos deixou para continuar a aprimorar.

Foram dias de debates interessantes e profundos sobre uma realidade que eu não conhecia, de uma fronteira com a densidade de ocupação milenar – coisa inédita para uma brasileira cujo país há pouco completou meio milênio de idade – mas que, no entanto, naquela ocasião eu ainda tinha viva em minha memória minha experiência de vida em uma fronteira brasileira carregada de

história, fascinantes eventos e de uma contemporaneidade extraordinária, pela sua convergência em muitos dos aspectos que caracterizam a vida contemporâneas – a tríplice fronteira Argentina, Brasil e Paraguai, vivida por mim em Foz do Iguaçu no Brasil e visitando, quase que cotidianamente Ciudad de Leste no Paraguai, uma zona franca, que como em todo lugar apodrece o subespaço onde se instala e Puerto Iguaçu, na Argentina, uma pequena e fascinante cidade do interior, organizada, limpa e sedutora.

Tudo isso, em Portugal, era um fato inédito para uma brasileira que tem uma compreensão territorial sempre continental e que toda fronteira só é tangível de avião ou após milhares de quilômetros de viagem...

Conversas interessantes tivemos sobre nossas concepções de território nacional, de pertencimento, de soberania, de escalas geográficas ...

Os quatro dias de reflexão e de debate sobre uma realidade tão ampla e complexa, como aquela fronteira entre Portugal e Espanha que visitamos, com camadas seculares de cultura e práticas vividas foram a mim apresentadas por Antonio Gama com um rigor disciplinar e crítico invejáveis. Semblante sério e rigoroso tanto para apresentar-me, em aulas particulares, a nascente do Douro, a terra natal de Pedro Álvares Cabral, nosso descobridor, quanto as experiências comunitárias das múltiplas aldeias que visitamos, algumas em franco processo de revitalização, na dimensão e escalas portuguesas, quase que incompreensíveis para uma geógrafa brasileira, acostumada a lidar e planejar cidades com no mínimo meio milhão de habitantes, ou São Paulo com quase 12 milhões de habitantes!

Ríamos muito quando eu fazia esses comentários sobre escalas e pedia ao professor que tivesse um pouco de paciência para com essa professora que não era e nem nunca foi megalomaniaca, mas que estava habituada a lidar e trabalhar com outras escalas geográficas e gráficas...

Lembro-me perfeitamente que, no dia seguinte, quando tomávamos o café da manhã no Hotel da Guarda, grudado para meu espanto em uma muralha da cidade, António Gama me presenteia com uma minúscula rosa de miolo de pão que acabara de produzir com suas mãos talentosas, ao que entendi, dizendo-me sobre suas escalas de trabalho.... Aí está ela, como relíquia, em minha casa ...



Foto 1

Autoria de Maria Adélia de Souza. Agosto, 2015. Campinas, SP.

Demos boas rizadas conversando sobre as dimensões das coisas geográficas entre Portugal e Brasil...

Mas quando se tratava de intensidades históricas e seus testemunhos... eu apresentava a imensidão das placas do cambriano brasileiro, de nossa formação geológica. A única coisa que tinha para historicamente poder competir, minimamente com Portugal... Até então eu não havia conversado com meus colegas da Geografia Física de Coimbra, claro!

Sobre os temas do Curso trazidos à baila todo o tempo e no trabalho de campo, conversamos muito sobre Espaços de fronteira: paisagens e patrimônios; Espaços de fronteira: mobilidades e coesão; Territórios de esperança: iniciativas de desenvolvimento em contextos rurais e urbanos; Cooperação e diálogos lusófonos: velhos problemas, novas soluções, quando pude usufruir de aulas e explicações privilegiadas de Antônio Gama durante o percurso feito no campo. Inclusive sobre suas explicações sobre a magnífica paisagem que vislumbrávamos do alto da Serra da Estrela, toda desnuda e que eu havia conhecido em um inverno rigoroso, muitos anos antes.... E também sobre a origem e processos de produção de seus famosos e deliciosos queijos...

Nosso trabalho de campo realizado sobre as Rotas Ibéricas, percorridas segundo o lema andar, ver e conhecer, sobre o qual eu havia tido notícias de sua intensidade, graças ao esforço e enorme dedicação de seus professores líderes, com referência especial a Valentin Cabero tido como incansável e infatigável, Rui Jacinto como um disciplinador gentil e Antônio Gama como um pesquisador de campo obcecado. Não preciso insistir no clima de aprendizagem e cordialidade que perdurou o tempo todo, alimentado pelo interesse e amizade de todos os colegas participantes, como eu. Durante toda viagem pudemos aprender e sentir com esses grandes professores as diferentes formas que as paisagens e os patrimônios assumem na área fronteiriça entre Portugal e Espanha.



Foto 2

Autoria de Josué Viegas (junho 2014).

Da esquerda para a direita: Rui Jacinto, Maria Adélia de Souza, Messias Modesto Passos e Antônio Gama. Ao fundo, Serra da Estrela.

Pela convergência de interesses na pesquisa geográfica, as conversas com Gama se dirigiram, como dito anteriormente, para a epistemologia da geografia, aos estudos da urbanização, do urbano e da cidade e a nova dimensão que nossos estudos precisaram tomar referente as características do mundo de hoje qual seja o cotidiano, a relação espaço-tempo e, por conseguinte, a grande novidade civilizatória constituída pela sociedade do ócio que se avizinha.

Voltando ao Brasil fui tomar contato mais demorado com seus textos, pois francófila como fui no passado, deixei de lado, depois de Orlando Ribeiro, leitura obrigatória em meu curso de graduação, as obras dos colegas portugueses que agora retomei com enorme prazer e fonte de aprendizado.

De Gama, encantei-me com alguns deles. *Fundamentos para uma Geografia do Tempo Livre* (1992) e *Notas para uma Geografia do Tempo Livre* (1988), primorosa interpretação geográfica de um tema complexo, novo para a Geografia pela dimensão de tempo que lhe conforma. Gama exhibe nesses textos erudição, audácia intelectual e espírito crítico sensível e de uma elegância acadêmica invejáveis!

Gama se interessou muito e me colocou muitas questões sobre a Geografia Nova. Com curiosidade acadêmica ouviu-me explicar que lidávamos com um conceito de espaço geográfico compreendido não como um palco, onde as coisas e a vida acontecem e são colocadas, localizadas, mas como um conceito abstrato, uma instância social, “um indissociável e contraditório sistema de objetos e ações”, conforme sugestão de definição feita por Milton Santos.

Expliquei-lhe sobre a genialidade de Milton Santos que, ao aproximar-se de Sartre, trazia-nos a importante reflexão e definição atualizada sobre TERRITÓRIO, avançando aquilo que ainda está confuso e que foi ultrapassado em relação ao seu uso na Geopolítica, pelas dinâmicas do mundo: o território apenas como definição do Estado nação ou, concepção e limite político administrativo de um país. Mas Milton Santos propõe o conceito de território praticado, usado como sinônimo de existência histórica, diferenciando-se do espaço geográfico, a instância social à qual nos referimos acima. E, também, ao sugerir-nos que o território dos cidadãos, o território normado, não é o mesmo das empresas, o território como recurso, o território como norma.

Para a pessoa comum, o território é abrigo, direito de uso! Portanto, a obra de Milton, no desenvolvimento desse conceito não nos permite aceitar os “sem” território: sem casa, sem teto, sem-terra, sem abrigo. O território assim, para o ser humano é condição de existência! Por isso ele precisa ser entendido e operacionalizado pelos métodos de pesquisa, como um fato político: usar o território é um direito ainda a ser conquistado pela maioria

da população do planeta, ao menos no ocidente, pelo entrave trazido pela propriedade privada da terra...

Mas o território das empresas, além de viabilizar também a sua existência pelo uso, é considerado um recurso. Não é sem razão que, para viabilizar a instalação de empresas, os municípios brasileiros ao menos, doam a elas (particulares que são) terras públicas e isentam do pagamento de impostos e taxas, anos a fio, o que não fazem para os cidadãos miseráveis e que vivem nas ruas...

Idiossincrasias do modo de viver que temos escolhido e que se confunde com o modo de viver das empresas...

Esta é minha leitura de um pedacinho da obra de Milton Santos, conversando com Antonio Gama enquanto percorríamos aldeias lindas, com arquiteturas totalmente estranhas aos brasileiros, mas vazias, assustadoras pelo seu silêncio e falta de vida humana, ali expressa apenas pelo trabalho morto realizado na produção daquelas paisagens, em tempos imemoriáveis...

É claro que, a partir dessas “prosas”, Antonio Gama exibia sua erudição geográfica e histórica, apresentando-me seu país com um entusiasmo quase infantil, como um grande mestre que era e que, infelizmente, eu apenas acabara de conhecer, pessoalmente...

A Geografia portuguesa sempre nos ofereceu e nos oferece até hoje, grandes mestres!

Revelei a ele minha preocupação com a crise urbana, que estava procurando compreender através da chegada daquilo que alguns pesquisadores e pensadores já estavam anunciando, mas que era difícil de ser imaginada em um país como o Brasil, onde o trabalho exaustivo e até escravo fazia parte intrínseca da nossa vida e nossa subsistência: a civilização ou sociedade do ócio. E, eis que ele me anuncia seu livro que saíra em 2008 (estávamos em 2014!!!) intitulado *Lazer: da libertação do tempo à conquista das práticas!*

Foi nesse momento que nos encontramos no mesmo campo de interesse: a Geografia e o futuro das cidades, que certamente determinará o fim deste modo civilizatório que já mostra sinais de exaustão... A conversa então passa a se desenvolver sobre nossas respectivas pesquisas, sobre autores com os quais interagimos, enfim uma conversa bonita, onde pude usufruir da erudição de

meu colega, uma profícua relação acadêmica que começava a se fundar... abor-tada pela finitude da vida.

Como discutir a inevitabilidade da sociedade do ócio que aí está, em um país carente de tanta coisa como os nossos: o Brasil com sua juventude e correria para chegar com dignidade ao século XXI e Portugal, com sua proximidade dos melhores, oferecendo seus filhos, outrora como mão de obra para a construção civil no processo de reconstrução do pós II Guerra e hoje, cabeças pensantes que buscam horizontes e terrenos mais confortáveis e férteis para prosperar material e intelectualmente, diante das exigências do mundo novo em que vivemos e que conhece um processo de aceleração permanente do tempo.

Não tive o privilégio, ainda, de conhecer toda obra de Antonio Gama. Mas naquilo que nos aproximava intelectualmente, especialmente vinculado à “geografia urbana” e à sociedade do ócio pude refletir sobre alguns de seus textos.

Um deles, uma joia de reflexão, singela, firme e profunda como seu autor intitulada *Fundamentos para uma Geografia do Tempo Livre* (1992¹ e 2008), onde o autor revela seu rigor e sensibilidade, além da convergência em suas preocupações e descobertas com a obra de Milton Santos em sua Geografia Nova.

Vejam! Gama, nesse texto, assevera que *“compreender a sociedade é também compreender como a imbricação do tempo e da duração geram as configurações espaciais, ou melhor, as combinações espaço-temporais.”* Iniciei com Gama, no ônibus do nosso campo sobre o qual discorri acima, uma discussão epistemológica que prometia alongar-se e aprofundar-se: a diferença que faço, com relação a ele e a Milton Santos, distinguindo os conceitos de espaço geográfico e território.

Já Milton Santos (1994: 40), pouco tempo depois de Gama nos provoca, indo na mesma direção, alertando para a indissociabilidade entre espaço/ tempo: “Vemos com frequência entre os geógrafos a repetição da ideia de Paul Virillo (1984), para quem o espaço terminou, e só existe o tempo. Que

¹ Este texto tornado público em 1992. “Foi adaptado do texto com o mesmo nome, publicado nos Cadernos de Geografia, 7, 1988. Este texto é uma versão preliminar e parcial de um trabalho mais amplo “*O Espaço, o tempo e o ócio*”, redigido no âmbito de um programa de investigação da linha de acção EPRU do C.E.G, de Lisboa. A Jorge Gaspar e João Ferrão agradeço as sugestões que deram para sua elaboração.” (António Gama).

fazer com essa metáfora, na medida em que nossa matéria prima é o espaço banal e este não se extinguiu com a aceleração contemporânea, mas apenas mudou de qualidade?”

Aceito a sugestão de Milton Santos, quando em sua obra propõe que o espaço geográfico seja considerado uma instância social (tema que tristemente apenas comecei a discutir com Antonio Gama, pois é conceitual e epistemologicamente central na nossa perspectiva de trabalho). Isso vai revolucionar a perspectiva epistemológica da Geografia e abrir-lhe um campo necessário de diálogo interdisciplinar.

Mas, uso o conceito de território não como sinônimo de espaço como propôs meu amigo-mestre Milton Santos, mas como uma historicização do espaço geográfico, conceito que para ser usado precisa ser acompanhado da categoria analítica proposta por meu amigo de “formação socioespacial”, ou seja, a necessidade de juntar à proposição de Marx de FES – Formação Econômica e Social, o espaço geográfico, como instância. Exatamente por isso, por ser histórico é que o conceito de território é essencial aos estudos geográficos, pois nos conduz à interpretação das paisagens historicamente produzidas, sempre.

O território, portanto, só existe, como nos ensina Milton Santos, quando usado, praticado. E essa prática se funda nas relações sociais, alertando-nos pela condição político-econômica do uso, o que retira, definitivamente da Geografia, a sua condição de “descritora de paisagens”, apenas. Descrever é referir-se ao existente, logo ao passado como forma visível. Mas hoje a geografia tem também âncora no futuro...

Tratam-se, portanto, o espaço geográfico e o território usado, de uma condição essencial da existência e, aí está outra conversa que começamos a ter – com o privilégio que eu estava tendo de poder falar sobre filosofia e geografia com um excelente interlocutor – sobre Sartre e o existencialismo que muito influenciou Milton e a mim, que tive o privilégio de assistir seus cursos em Paris, quando jovem doutoranda lá pelos idos de 1960 adentrando 1970.

Verifiquei lendo mais alguns textos de Antônio Gama que cito na bibliografia, em que medida foi um grande geógrafo elaborador de teorias e operacionalizador de métodos de pesquisa. Seu texto “Urbanização Difusa e Territorialidade Local”,

vê-se o pensador da urbanização e em “Notas para uma Geografia do Tempo livre”, essa busca de operacionalização do método, a busca de tornar a teoria mais palpável para a aproximação e compreensão da realidade concreta.

Ao terminar estas reflexões simples que faço em memória de um grande geógrafo, entristeço-me ao pensar o quanto teria sido importante continuar a conversar com Gama sobre a Geografia Nova, aprimorar o precioso legado deixado por Milton Santos, com essa interlocução primorosa, rigorosa e competente que pude ter, por apenas 3 dias em toda nossa existência...

Coisas da vida... e da morte! Mas totalmente superadas pela lembrança e pela saudade, que é maior que ela.

António Gama, até sempre!

Bibliografia

- Jacinto, Rui *et al.* (2015). António Gama Mendes: um geógrafo inquieto, um heterodoxo inconformado. *Finisterra*, Lisboa, n.º 99, pp. 163-167.
- Santos, Norberto Pinto dos & Gama, António (2008). *Lazer: da libertação do tempo à conquista das práticas*. Editora: Imprensa da Universidade de Coimbra. 271 p.
- Gama, António (1992). Urbanização Difusa e Territorialidade Local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, n.º 34, pp. 161-172.
- Gama, António (1994). As capitais no discurso geográfico. *Penélope Fazer e Desfazer a História*. Publicação Quadrimestral, n.º 13, pp. 9-21.
- Gama, António (2008). Fundamentos para uma Geografia do tempo livre. In Norberto Pinto dos Santos e António Gama, *Lazer: da libertação do tempo à conquista das práticas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 85-106.
- Gama, António (2008). Notas para uma Geografia do Tempo livre. In Norberto Pinto dos Santos e António Gama, *Lazer: da libertação do tempo à conquista das práticas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 17-28.
- Santos, Milton (1994). *Técnica espaço tempo – globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora Hucitec.

(Página deixada propositadamente em branco)

AS TRAVESSIAS BERTRANDIANAS À CONSTRUÇÃO DA GEOGRAFIA FÍSICA

Messias Modesto dos Passos/mmpassos86@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP,
Campus de Presidente Prudente/SP-Brasil

Conversando com António Gama

De 1996 até aos dias atuais visitei inúmeras vezes os corredores do Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. A motivação inicial dessas minhas visitas se deu por conta da elaboração do Projeto GEÓIDE – Geografia, Investigação para o Desenvolvimento. A partir dessa realização interagir com alguns ilustres geógrafos – Pereira de Oliveira, Lúcio Cunha, Rui Jacinto, Fernanda Cravidão, Noberto Santos, António Campar... – que se tornaram parceiros (e amigos) de outros projetos.

Mais recentemente (acredito que a partir de 2012) é que adotei a prática de, sempre que visitava o Departamento de Geografia e Turismo, entrar na sala do António Gama. Sempre foram visitas rápidas, de cerca de 30 minutos, conduzidas pelas pertinentes inquietações do Gama em torno de um ou outro geógrafo. A conversa era “finalizada” com ele me ofertando algum texto, regra geral, produzido por ele mesmo.

Em 2014, participei do excelente Curso de Verão do Centro de Estudos Ibéricos, realizado na cidade de Guarda, onde por ocasião do percurso que realizámos na Serra da Estrela, pude interagir e debater com o Gama alguns

aspectos, notadamente epistemológicos, da obra de Georges Bertrand. Fiquei muito confortável (eu ia dizendo: feliz) com a análise crítica que o Gama apresentou em relação à obra desse geógrafo francês. Eu digo, confortável (e feliz) porque constatei que o Gama estava suficientemente embasado e, portanto muito capacitado, pois, lera praticamente toda a obra do Bertrand.

Portanto, meu caro António Gama, tomo a liberdade de continuarmos aquela conversa, iniciada com os olhos pousados sobre as belas paisagens da Serra da Estrela e que deveria ser continuada na sua sala de trabalho nas minhas futuras visitas ao Departamento de Geografia e Turismo da Universidade de Coimbra.

Conversando com Georges Bertrand

Em 9 de maio de 2006, visitei o Prof. Georges Bertrand em Toulouse. O objetivo inicial era realizar uma entrevista sobre os caminhos/travessias desse geógrafo, de cujas obras eu me nutri, desde a minha Dissertação de Mestrado até às Teses (Doutorado e Livre-Docência), passando por inúmeros artigos sobre a análise da paisagem.

O Professor Bertrand foi muito atencioso e possibilitou um encontro muito rico e prazeroso (fiquei com a impressão de que ele foi surpreendido pelo meu “conhecimento” referente a praticamente toda a produção que ele construía ao longo de sua extraordinária travessia). Não demorou muito e ele apresentou-me o convite “para irmos aos Pirinéus”... A este convite eu contra-ataquei: “não, vamos primeiro ao Brasil”. Dessa informalidade, nasceu a formalidade, materializada na concessão dos direitos de tradução e publicação de seu mais recente livro: *Une Géographie Traversière – L’environnement à travers territoires et temporalités* e, mais, a vinda do Prof. Bertrand, como Professor Visitante, por duas vezes (2007 e 2010) junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp – Câmpus de Presidente Prudente.

O primeiro desafio da tradução do livro foi a tradução do título do livro. Depois de refletir e, notadamente, de consultar as anotações que eu fizera ao

longo da entrevista realizada na Université de Toulouse Le Mirail, apelei à Fernanda Rennó, que desenvolveu sua Tese de Doutorado em Toulouse¹ e que tinha conversas frequentes com o Bertrand. A Fernanda foi perfeita, ao enviar-me o site http://www.cafe-geo.net/article.php3?id_article=152 cuja leitura foi muito esclarecedora para a tradução e a compreensão da palavra “traversière²”.

É apoiado na minha conversa informal com o Bertrand (9/5/06) e no conteúdo do “*Mon Caf*” – Debate introduzido e animado por Georges BERTRAND, Professor Emérito da Université de Toulouse-Le Mirail que esclareço o sentido de “Paisagem, uma geografia transversal – e de travessia”.

O retorno da paisagem

Abordar a paisagem como uma questão transversal – e de travessia – suscita muito mais interrogações que afirmações. A citação de Michel Serres “Le paysage revient inattendu dans le vide où le système comme un arc-en ciel dans le pré³”, página 229, *Les cinq sens*, Grasset, 1983, coloca as questões essenciais inerentes à paisagem e nos interpela sobre muitos pontos.

- O retorno da paisagem: foi preciso esperar o fim dos Trinta Gloriosos⁴ para que se tivesse um olhar de interesse pela paisagem, há muito tempo esquecida, notadamente pelos gestores do território; “man”
- A relação entre paisagem e sistema;
- A abordagem sensível, poética e cultural, que marca o retorno da paisagem através da imagem do arco-íris.

¹ *Le Sertão Mineiro: un territoire à la recherche de ses paysages et de ses identités.*

² Traverser quer dizer “ne pas s’arrêter”.

³ “A paisagem retorna, inesperada, para o vazio ou o sistema como um arco-íris no prado.”

⁴ Os *Trinta Gloriosos* reporta-se à altura de crescimento excepcionalmente acelerado da economia, cuja origem fora nos EUA. Esta expressão foi encontrada por Jean Fourastié. Acabou por se estender rapidamente à totalidade do bloco capitalista, ao longo do tempo em que eram consolidadas as políticas de apoio à reconstrução dos países destruídos pela guerra, como por exemplo o Plano Marshall.

A primeira dificuldade desde que se fala de paisagem é lhe dar uma definição. Segundo um provérbio chinês “a paisagem está ao mesmo tempo na frente dos olhos e atrás dos olhos”. Cada um de nós tem uma imagem associada à paisagem e a define através de suas próprias referências. E mais, nem todos os povos exprimem a noção de paisagem. Esta concepção vaga tem um sentido diferente em função das línguas e das culturas. Os rurais não falam de paisagem, eles falam da terra: “a gente cultiva a terra” e a gente “olha a paisagem”.

Além do debate em torno das definições se coloca a questão do “retorno” da paisagem. Há muito tempo esquecida, a paisagem tornou-se atualmente uma preocupação tanto ecológica e econômica como cultural, interferindo com as problemáticas do meio ambiente e da gestão do território. As paisagens tornaram-se um tema incontornável, patrimônio e elemento estruturante da identidade dos indivíduos e dos territórios. Embora não seja exclusivo da Geografia Física, o estudo da paisagem tem motivado, sobretudo os especialistas deste campo da Geografia, pois o seu estudo materializa a integração das relações entre diferentes aspectos da natureza, que convergem num determinado espaço, num geocomplexo: a geologia e o relevo, que constituem o seu suporte, o clima, a água e os solos que lhe dão vida própria, a fauna e a flora que a pintam com diferentes cores, dando-lhe diferentes texturas e permitindo diferentes usos. A articulação do ser humano, da sociedade, da economia e da cultura com o patrimônio natural, ou, se preferirmos, a produção do espaço resultante da apropriação e domínio do território pela sociedade também se traduz indelevelmente na paisagem. Nela, ficam inscritos os modos de inserção do povoamento e das infraestruturas que o servem, de exploração dos recursos agroflorestais, pastoris, industriais, os testemunhos de desastres e catástrofes quando os geocomplexos entram em ruptura.

A obra sob a direção de Thomas Casel, *Paysages de Midi-Pyrénées*, URCAUE MP, Ed. Privat, 2000, ilustra como diferentes leis fizeram progredir o conhecimento da paisagem no plano administrativo e como se continuou um saber que é pouco a pouco traduzido sobre o terreno. Existem incontestáveis sucessos, em algumas disciplinas, no nível epistemológico e no desenvolvi-

mento local (monografias, leis, debates, diálogos “paisagísticos”), entre os responsáveis pela gestão e as populações. Observa-se, no entanto, um certo atraso da pesquisa.

O elemento desencadeador desta nova consideração é a questão do “fim da paisagem”, num período de “crise da paisagem”. Na verdade, face à evolução das práticas agrícolas (*remembrement*⁵) emerge a inquietação pela destruição das paisagens que se colocam como memória de nossas sociedades e o aparecimento de novas paisagens mais ou menos aceitas (paisagens urbanas, transformação das paisagens rurais tradicionais).

Mas este novo interesse suscita outros problemas e interrogações. Nós somos confrontados com uma multiplicidade de fontes, de interpretações históricas e de *lobbies* que se interessam no sujeito. A multiplicação de correntes, tendências de “escolas” que se opõem em ambições e aspirações diferentes dão uma visão confusa da percepção atual da paisagem. A noção de paisagem procede menos da polissemia que da cacofonia (vazia de sentido, frágil, logomarca, etc.); sequer ligar a paisagem às formas de interdisciplinaridade atualmente frágeis. É preciso encontrar outra coisa, fora das disciplinas. É preciso reconhecer e favorecer a diversidade das interpretações e das abordagens. Propor uma abordagem “*traversière*”, híbrida, susceptível de associar os contrários: natureza e sociedade, subjetivo e objetivo, individual e coletivo, teórico e prático, ciência e cultura, ordinário e extraordinário, etc. Associar a paisagem ao território no sistema GTP (Geossistema/Território/Paisagem) fundado sobre a trilogia *Source-Ressource-Ressourcement*.

De modo geral, os geógrafos não demonstram conhecer o sentido “teleológico” que Bertrand atribui, dentro do modelo GTP, aos subsistemas:

⁵ *Remembrement*: O *remembrement* é uma operação territorial de rearranjo das parcelas de exploração agrícola realizada no quadro de uma comuna. O objetivo maior é otimizar a repartição das parcelas agrícolas entre os agricultores (trocas, reagrupamentos etc.) a partir de uma situação anterior onde a propriedade territorial dos agricultores estava muito parcelada e dispersada. Esta operação é acompanhada de trabalhos de conexão total (reagrupamento dos caminhos de exploração e do transporte das parcelas). Nos anos 1970, o *remembrement*/reagrupament é frequentemente traduzido/responsabilizado por uma forte desapareção das *haies* (cercas vivas) avaliadas como pouco práticas pela agricultura moderna. (N.T).

Geossistema: um conceito naturalista, com dimensão antrópica;

Território: um conceito social, com dimensão naturalista;

Paisagem: uma noção (dentro do GTP) de caráter subjetivo, que se presta ao estudo dos sentimentos de identidade, de pertencimento dos sujeitos em relação ao território.

Quatro questões vivas em torno da paisagem

- Se a paisagem é uma representação cultural, como combinar esta subjetividade com a materialidade de um território?
- Como a situar na “revolução copernicana”⁶ que perturba, num ambiente ecológico e social em crise, nossa relação no mundo? A paisagem, a maneira como a gente a utiliza, cuja gente vive e a sente é um traço que perturba nossa visão do mundo que atualmente emerge nas questões da gestão (*aménagement*)⁷ do território e do meio ambiente.
- Como integrar esta nova sensibilidade nas abordagens territoriais?
- Transcendendo os saberes acadêmicos, as práticas tecnocráticas e políticas, ela não oferece uma via à democracia participativa?

Traverser quer dizer “*ne pas s’arrêter*”⁸ É uma etapa. É um meio de reunir as informações, de sair de certa forma de uma geografia setorial que não respondia mais às necessidades de nossa sociedade. É preciso construir um sistema a partir dos diferentes elementos. É mais que um simples agregar. É preciso rejeitar a cesura entre geografia física e humana, aproximar-se da história. É preciso

⁶ G. Bertrand, utiliza o chavão “revolução copernicana” para se referir às profundas mudanças culturais, sociais, econômicas, científicas... que ocorreram no final da década de 1960 e início da década de 1970.

⁷ *Aménager* = *disposer avec ordre*/dispor com ordem. Até a crise de 1929, considerava-se, geralmente, que a repartição das atividades econômicas e sociais era definida pelas condições naturais. A partir de então, desenvolveu-se a idéia de que a organização econômica e social é/deve ser controlada pelo Estado, ou seja, o Estado interfere sobre a localização das atividades. (N.T.)

⁸ “não parar”

utilizar a geografia para “*traverser*” as outras disciplinas com a condição de traçar um caminho. Como o diz Antonio Machado: “O caminho, a gente o faz caminhando”. É preciso considerar que desde que a gente fala de paisagem, de meio ambiente ou de território, a gente fala sempre do mesmo objeto. É um conjunto que a gente não pode utilizar com uma única metodologia. É um paradigma que toma em consideração todos os elementos e híbridos dos contrários (exemplo: natureza/sociedade, individual/coletivo, ordinário/extraordinário). [...]. É uma entrada particular no território que é função de cada um.

Bertrand propõe três entradas: naturalista (Geossistema), socioeconômica (Território) e sociocultural (Paisagem).

Sobre o título, em uma primeira reflexão eu traduziria por “Geografia Transversal”..., porque o Bertrand sempre expôs a ideia de que não se deve analisar nem sempre de forma horizontal, nem somente vertical, mas sim de forma transversal. No entanto, depois da leitura do “debate”, resumidamente exposto acima, eu traduzo por *Uma geografia transversal – e de travessias*.

Fragmentos da travessia de Georges Bertrand

A expressão *meio ambiente* aparece na mídia, e na geografia, somente a partir da Conferência Internacional Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Humano, realizada – sob o patrocínio da ONU - em Estocolmo-Suécia, no ano de 1972. Até então, o geógrafo – de forma setorizada – estava confrontado com o estudo do *meio*⁹.

Portanto, precisávamos encontrar/elaborar um método para tentar entender o meio ambiente na sua totalidade, ou seja, o estudo do “meio”, na perspectiva de uma ou outra disciplina não somente era complicado, como,

⁹ Recomendamos a leitura de: (a) O sistema meio ambiente. In: Passos, M. M. dos “*Biogeografia e Paisagem*”, pp. 89-104; 2003, e (b) Demangeot, J. *Les milieux “naturels” du globe*. Paris: Masson, 3^e édition, 1990, pp. 9-14.

sobretudo, não era suficiente para a compreensão da complexidade-diversidade do “meio ambiente”.

Atribuímos a Georges Bertrand a realização desse método.

O desafio de Georges Bertrand, confrontado com o “meio natural” – mais concretamente com o conceito de Complexo Territorial Natural – dos russos¹⁰ era desenvolver um método global que considerasse o papel do homem no funcionamento do meio ambiente. É inegável a influência de André Cholley, geógrafo físico francês que considerava a geografia como o estudo da combinação dos vários elementos da paisagem, ou seja, contemplava a noção de meio ambiente que, se estruturava e, notadamente, funcionava como um sistema!

Georges Bertrand reconhece que a noção de sistema é muito vaga, muito imprecisa. É mais uma matéria de epistemologia que de método; é uma maneira de se ver as coisas, é um estado de espírito.

O desafio que estava – e ainda está – colocado para o geógrafo é “territorializar” o meio ambiente¹¹ e, com isso, tentar superar a análise setorizada, onde as disciplinas e, conseqüentemente o conhecimento científico, estavam isoladas... A “solução” foi o que chamamos de “interdisciplinaridade” e que, na geografia – em tempo de “multidisciplinaridade necessária” – se deu de forma periférica, ou seja, uma “interdisciplinaridade” dentro da própria geografia.

A antropização tornou-se um dos motores essenciais da evolução “natural”.

A teoria geossistêmica de Bertrand tem como premissas a *Soil survey e Land survey* anglo-saxões; os geossistemas russos; e mesmo as análises integradas do meio natural (antes da invenção do ecossistema), desenvolvidos para nortear as linhas gerais da organização territorial.

Nos anos 1950, estava colocado para a ex-URSS a necessidade de prospectar – para organizar e posteriormente ocupar – as terras virgens da Sibéria Ocidental.

¹⁰ Recomendamos a leitura do capítulo “A ciência da Paisagem”. In: Passos, M. M. dos “*Bio-geografia e Paisagem*”, pp. 30-64; 2003.

¹¹ Recomendamos a leitura do capítulo: “Territorializar o meio ambiente”. In: Claude et Georges Bertrand “*Uma geografia transversal – e de travessias. O meio ambiente através dos territórios e das temporalidades*”; pp. 193-212, Maringá: Massoni, 2007. Tradução organizada por Messias Modesto dos Passos.

E os russos constataram que a maneira mais curta, objetiva e pragmática de diagnosticar as potencialidades paisagísticas desse território desconhecido era criar estações/laboratórios e instalar pesquisadores com o objetivo de “estudar as novas terras numa perspectiva de conjunto”. Algumas lideranças desses grupos de pesquisadores – Isachenko, Sochava... – se destacaram, mesmo no mundo ocidental, pelo saber fazer e aplicar um método de trabalho, o método dos geossistemas.

Na verdade, a análise integrada do meio, denominada de geossistema¹², por Bertrand, é o resultado de uma epistemologia (a filosofia alemã, a noção de meio, a *naturlandschaft*), mas é também uma coisa extremamente prática.

Nunca é demais lembrar que a “coisa”, ou seja, a análise sistêmica (ou integrada) foi desenvolvida inicialmente pelos alemães. No entanto, o termo “Geossistema” foi criado pelos soviéticos, mas precisamente pela Escola de Tibilise (Sochava, Isachenko...).

O modelo geossistêmico bertrandiano é constituído de três subsistemas: potencial ecológico/abiótico, exploração biológica/biótico e ação antrópica.

Segundo Bertrand os especialistas em ciências naturais e os ecólogos não viam com bons olhos o cômputo da intervenção humana. E o que Bertrand fez, na verdade, foi inserir o antrópico no modelo russo – este limitado aos dois subsistemas: potencial ecológico e exploração biológica -, ou seja, partir do pressuposto de que a “natureza não é natural”, pois, está irremediavelmente impactada pela sociedade. O fato da natureza estar impactada – pela sociedade – não cria ao geossistema o compromisso de estudar a sociedade e, sim, o *funcionamento* do território modificado pela sociedade.

Portanto, o geossistema é um conceito antrópico!

¹² Inicialmente Bertrand considerava o geossistema como uma das unidades horizontais do terreno: geossistema, geofácies e geótopo. Mais tarde, ele próprio reconhece que o geossistema é tão somente um modelo e, portanto, uma abstração e, portanto, passa a definir as unidades de terreno, de forma hierárquica: geótopo, geofácies e geocomplexo.

A globalidade, na geografia física global de Bertrand

Para Bertrand, a forma como a Geografia foi construída, a maneira como ela evoluiu, não gerou um conjunto científico coerente. Notadamente na França, onde ela se desenvolveu sob a forte influência de Vidal de La Blache, foi construída para ser uma pedagogia, ou seja, para explicar o mundo às novas gerações, à sociedade em geral! A Geografia é uma disciplina universitária, acadêmica e não propriamente o que poderíamos chamar de “ciência”. A vantagem da Geografia é que ela é a única disciplina que, no início da sua existência, podia se vangloriar de ser uma “ciência” de síntese... ao tentar ligar os fatos humanos e naturais. Portanto, era já interdisciplinar e “ciência do meio ambiente” antes mesmo da expressão meio ambiente ganhar a relevância atual.

Apesar de Bertrand ter militado em vários organismos de políticas de ordenamento do território na perspectiva ambiental, ou melhor, apesar da sua preocupação – suficientemente explicitada na sua obra – com a Geografia em seu conjunto, o “global”, para Bertrand, passa pela interdisciplinaridade, isto é, por outras disciplinas.

A partir dos anos 1970 a ecologia, ou melhor, o pensamento e a ideia ecológica vingaram! No entanto, nos dias atuais há uma demanda muito grande de geografia¹³. É o que Bertrand chama de “retorno do geográfico” [...] Não é o retorno da disciplina Geografia; nem a volta do geógrafo. É o retorno da dimensão geográfica das coisas: o espaço, o tempo, o multi-escalar, o problema do equilíbrio do meio...

A apreensão da dimensão geográfica só será possível a partir de uma visão do todo, do conjunto, ou seja, avaliar como funciona, nesta condição, a sociedade, os elementos naturais abióticos e bióticos. Portanto, precisaremos aprender uma Geografia “de base”: as condições do clima, do solo, da sociedade.

¹³ A demanda por geografia está no surgimento do geográfico na mídia, nas políticas de ordenamento territorial e no cotidiano das pessoas. Esse geográfico está explícito na espetacularização do meio ambiente, quer seja através das imagens de catástrofes, de cenários paisagísticos; mas, também, na necessidade de se considerar as potencialidades de determinados territórios em termos de recursos naturais: água, solo, biodiversidade, geodiversidade, fotossíntese, etc.

Não se deve isolar o elemento ecológico da conjuntura sócio-económica: “Se há um contraste de paisagem, há, também, um contraste político-administrativo. Para conhecer a Geografia Física é preciso conhecer os problemas sociais, económicos, administrativos...” (G. Bertrand).

Primeiramente devemos apreender a paisagem como objeto científico... A partir daí pode-se dizer o que se quiser. O que não dá é ficar fazendo ideologia de imediato; isto é, sem uma “construção”. Não dá para concordar com as pessoas que tratam da paisagem sem utilizar, sem ter um método nem conceitos. Apenas opinam sobre a paisagem. Não mostram a base científica que lhes permite opinar. Assim a pesquisa será um “todo cheio de vazios”. Desse jeito a pesquisa não será nada. Portanto, essas pessoas não fazem pesquisa realmente. Fazem política.

A chave e a fechadura

A expressão metafórica “a chave e a fechadura”, repetidas vezes utilizada por G. Bertrand tem endereço, ou seja, os geógrafos tinham as melhores condições para ocuparem o centro da problemática ambiental: arrolaram os dados, os inventários foram feitos – o relevo, o clima, a vegetação, o solo, a sociedade, a economia, etc. E os conceitos de ecossistemas e de geossistemas eram a “chave”, isto é, permitiam a análise integrada, a análise do conjunto. Acontece que os geógrafos não acreditaram na possibilidade desses conceitos para “compreender o todo”. O conceito de geossistema foi pouco aceito e insuficientemente aplicado porque os geógrafos tinham (e têm) uma visão de “oito ou oitenta”, isto é, “já que o geossistema não é capaz de entender literalmente o todo, então qual o sentido de adoptá-lo como “procedimento metodológico”? No entanto, ninguém negava a impossibilidade de reunir tudo! Acontece que a essência pode sim constar num modelo conectivo. Sabe-se muito bem que não é possível juntar tudo e que, nem tudo se presta à classificação e pode ser hierarquizado. Ocorrem omissões, “caixas pretas”.

Inegavelmente o “GTP” (Geossistema, Território e Paisagem) representa um notável avanço epistemológico, com relação ao conceito precedente de geossistema.

Porquê?

Porque era necessário pensar em algo que permitisse conceituar a “complexidade-diversidade”. Tínhamos o ecossistema – que ajudava na análise da complexidade biológica; e o geossistema, que pretendia compreender a complexidade geográfica¹⁴. Percebeu-se que todas as disciplinas, todas as pesquisas que se baseiam num conceito apenas (“monoconceituais”, portanto) têm a pretensão de, a partir dele, falar do todo. Era preciso tomar uma posição, afirma G. Bertrand, de algum modo, mais sábia e científica. Dizer: “Bom, a complexidade-diversidade (complexidade feita de diversidade) não pode ser analisada por meio de um só conceito, pois isso é idealizar”. Se lidamos não apenas com a complexidade, mas também com a diversidade das coisas, podemos afirmar que naquilo que estudamos há elementos de ordem natural, de ordem social e de ordem cultural. Por que não inventar alguma coisa que seja “policonceitual”? Então é isso – conclui G. Bertrand -: “eu proponho que se analise a mesma realidade a partir de três conceitos diferentes”. Conceitos que são três entradas no sistema. Chamo “conjunto tripolar”, ou seja, no interior da complexidade, enxergo três grandes tipos de diversidade: uma que está mais ou menos ligada aos fenômenos naturais, uma que está associada aos fenômenos da economia e outra, aos culturais.

Conclusão

Caríssimo António Gama... são essas palavras que eu tinha para lhe dizer, ou melhor, para continuarmos a conversa em torno do caráter epistemológico da obra de Georges Bertrand.

¹⁴ O ecossistema: um conceito biocêntrico e unívoco (tem como referência maior a biodiversidade). O geossistema: um conceito naturalista antropizado e unívoco (tem como referência maior a geodiversidade).

**PROBLEMAS DE ONTEM E DE HOJE
QUE PODERIA VOLTAR A DISCUTIR
COM O NOSSO AMIGO ANTÓNIO GAMA SE...**

Júlio Marques Mota/jmarquesmota@sapo.pt

Introdução

Fez dois anos que um nosso amigo morreu, o António Gama. Pediram-me um texto sobre uma temática ligada às privilegiadas por si na sua vida académica para um livro de homenagem. Não sou nem demógrafo nem geógrafo, sou economista mas, apesar disso, sinto uma enorme vontade de responder ao pedido, até porque escrevê-lo significa para mim realizar um desejo, o de me imaginar agora mesmo a analisar e a confrontar com o António Gama uma série de problemas atuais com os de outrora, se ele estivesse vivo. De imediato, lembro-me das palavras que escrevi no dia 31 de dezembro de 2014, dia da sua morte, no blogue *A Viagem dos Argonautas*:

Hoje, um amigo meu morreu. Um homem de uma estatura verdadeiramente fora do comum num meio onde muita gente se pensa como “de exceção” devido à nobreza garantida pelos seus “títulos”, títulos que esse meu amigo não tinha. Mas tinha outros, seguramente.

Hoje, um amigo meu morreu. Um amigo que à Universidade conferiu e entregou todo ou quase todo o sentido da sua vida.

E da vivência em comum na Universidade relembro aqui dois momentos. O primeiro, a sua participação no Ciclo Integrado de Cinema Debates e

Colóquios na FEUC, entre 2007 e 2012, em particular numa sessão onde se projetava *Kisagany Diary*, o mais dramático documentário que já vi. Relembro-o ao lado de Francisco Louçã, Pezarat Correia e Soares da Fonseca. E dessa sessão, com o auditório completamente cheio, relembro a sua leitura sobre os movimentos de populações em África, um continente verdadeiramente à deriva, com deslocações que nem a ONU queria reconhecer.

Há um enorme paralelo, num outro continente, no Camboja, onde a ordem de Nixon de bombardear este país foi transmitida por Kissinger aos generais com a indicação de dispararem sobre tudo o que mexe, sobre tudo o que voa (“Anything that flies on everything that moves”).

O segundo, a sua participação na elaboração de um caderno de textos sobre a China, sobre os *left-behind*, onde está incrustada a marca de um artista em migrações, em Geografia Humana.

Senti também os seus conhecimentos sobre fenómenos migratórios na Europa de Leste, na sessão sobre este tema. Também na sessão sobre grandes cidades em França e sobre o racismo nelas reinante, onde participou com Sami Nair e Joachim Becker. A propósito desta sessão, vale a pena lembrar um episódio que mostra a estatura de António Gama e a qualidade da nossa imprensa. Ele e eu propusemos a um dado jornalista que entrevistasse Sami Nair, um dos maiores especialistas sobre migrações na Europa e conselheiro de Estado em França. Sami Nair chegou a Coimbra pelas 14 horas e partiria às 5 horas da madrugada seguinte. Um esforço enorme para participar num debate em Coimbra.

Foi proposto ao jornalista o António Gama fazer as perguntas que ele, jornalista, colocaria a Sami Nair e acompanhá-lo na própria entrevista, um pouco como seu auxiliar e amigo. Naturalmente assim, porque o normal é pensar-se que um jornalista não seria especialista nestas matérias. Para o António Gama o que era importante era que Sami Nair esclarecesse o leitor português sobre uma série de questões e problemas que a Europa atravessava e que estavam ligados à sua própria fragmentação pressentida num horizonte próximo, então, e onde os fenómenos das migrações em massa ganhavam já uma forte dimensão. A esta situação não é alheia a política externa dos Estados Unidos seguida por Madeleine Albright e cujos efeitos se fazem agora sentir com a instabilidade

na Europa de Leste. Na véspera, o jornalista suspende o projeto da entrevista porque a agência para quem trabalhava não estava interessada no assunto. Foi pena! Perdeu-se a oportunidade de divulgar informação importante, de se ler um discurso impertinente e não se questionou assim a liberdade de imprensa. Como convinha ao sistema, fez-se a censura, por omissão, como agora se costuma dizer, como agora se costuma muito fazer.

Já é tempo de olhar um pouco por dentro de alguns dos problemas de ontem e de hoje que poderia voltar a discutir com o nosso amigo António Gama se...

A decomposição da Europa de Leste

Recentemente li um artigo de Ahmed (2015), onde se pode ler:

Como o historiador britânico Mark Curtis descreve minuciosamente no seu livro sensacional, *Secret Affairs: Britain's Collusion with Radical Islam*, os governos dos Estados Unidos e do Reino Unido continuaram a apoiar secretamente redes filiadas na Al-Qaeda na Ásia Central e nos Balcãs depois da guerra fria, e pelas mesmas razões que anteriormente, na sua luta contra a influência russa, e doravante chinesa, a fim de estender a hegemonia americana à economia capitalista mundial. A Arábia Saudita, primeira plataforma petrolífera do mundo, continuou a ser o intermediário desta estratégia anglo-americana irrefletida.

[Sobre a Bósnia], Curtis relata que um ano depois do atentado do World Trade Center de 1993, Osama bin Laden abriu um escritório no bairro de Wembley, em Londres, sob o nome de *Advice and Reformation Committee*, a partir do qual coordenou atividades extremistas no mundo inteiro.

Na mesma época, o Pentágono transportou por avião milhares de mujahedines da Al-Qaeda da Ásia Central para a Bósnia, violando assim o embargo de armas imposto pela ONU, de acordo com ficheiros dos serviços de informação holandeses. Estes combatentes eram acompanhados por forças especiais americanas. “O xeique cego”, que foi condenado pelo atentado ao World Trade Center,

estava implicado profundamente no recrutamento e no envio de combatentes de Al-Qaeda para este mesmo país.

[Quanto ao Afeganistão], sensivelmente desde 1994 até ao 11 de setembro, os serviços de informação militar dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Arábia Saudita e Paquistão, forneceram secretamente armas e fundos aos talibás, que protegiam a Al-Qaeda.

Em 1997, a Amnistia Internacional lamentou a existência de relações políticas estreitas entre a milícia talibã no país, que acabara de conquistar Cabul, e os Estados Unidos. O grupo de defesa dos direitos do homem fez referência a relatórios credíveis sobre as madraças frequentadas pelos talibás no Paquistão, indicando que estas relações podem ter sido estabelecidas mesmo no início do movimento talibã.

Estes relatórios provinham de Benazir Bhutto, então primeira-ministra do Paquistão; esta, hoje falecida, referiu que “as madraças tinham sido abertas pela Grã-Bretanha, Estados Unidos, Arábia Saudita e Paquistão no decorrer de Jihad, a resistência islâmica contra a ocupação do Afeganistão pelos soviéticos”. Sob a tutela americana, a Arábia Saudita continuava a financiá-las...

[No Kosovo], Curtis refere que a NATO continuou a patrocinar as redes filiadas à Al-Qaeda neste país no final dos anos de 1990, quando as forças especiais americanas e britânicas forneceram armas e formaram os rebeldes do Exército de Libertação do Kosovo (UÇK), entre os quais figuravam recrutamentos mujahedines. Estes efetivos contavam com uma célula rebelde dirigida por Mohammad al-Zawahiri, irmão do braço direito de Osama bin Laden, Ayman al-Zawahiri, que é hoje o líder de Al-Qaeda.

No mesmo período, Osama bin Laden e Ayman al-Zawahiri coordenaram os atentados de 1998 contra as embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia desde o escritório do primeiro em Londres.

Havia contudo algumas boas notícias: as intervenções da NATO nos Balcãs, conjugadas com a desintegração da Jugoslávia socialista, abriram a via à integração da região na Europa ocidental, à privatização dos mercados locais e ao estabelecimento de novos regimes em prol do projeto de canalização trans-Balcãs, destinado a transportar o petróleo e o gás da Ásia Central para o Ocidente.

Quando li isto fiquei boquiaberto a lembrar-me das longas conversas havidas com o António Gama quanto ao papel belicista da Administração Clinton no que diz respeito à desagregação da Europa de Leste e em particular ao papel de Madeleine Albrighth. Isto na altura em que estávamos a realizar o Ciclo de Cinema na FEUC. Lembro-me ainda hoje das críticas duríssimas que contra esta o António Gama tecia e exatamente pela sua política na Europa de Leste. Na época, isto para mim era uma novidade. Bill Clinton representava para mim a Esquerda e Madeleine Albrighth a sua representante na política externa. Hoje, sei que esta foi durante anos a advogada de diretor do fundo abutre Elliott Management: Paul Singer, o homem que quis confiscar os ativos da República do Congo, o homem que quis confiscar a Argentina, o homem que atacou a PT e o ex-BES com posições de forte especulação a descoberto.

Portugal, país de imigrantes

Portugal é um país de imigrantes, de emigrantes, de trabalhadores “destacados”, dentro e fora. Portugal é portanto cruzado pelos fenómenos mais ou menos dramáticos que atravessam hoje toda a Europa. Um ou outro exemplo desta situação é o que relato a seguir a partir de uma crónica minha escrita em Faro, num certo verão.

Era sábado à tarde, quase todos os quiosques estavam fechados. À primeira vista, parecia que a desregulação do mercado de trabalho iniciada de forma claramente neoliberal em 2004, com o governo de Durão Barroso, continuada pelo governo de José Sócrates e depois ampliada de forma violenta pelo governo de Passos Coelho não chegou ainda aqui. Poupa-se é no pessoal precário, sem contrato, é esta a melhor explicação que encontrei para ao sábado à tarde ou no domingo não poder facilmente comprar o jornal.

Vou então longe comprá-lo. Ao sair de casa, junto a uma das muitas clínicas que há por Faro, deparo-me com uma senhora a ouvir com atenção as indicações que lhe estavam a dar. Pela cara de espanto percebia-se que pouco ou nada estava

a entender do que lhe estava a ser explicado. Despreocupadamente, dirijo-me à senhora e pergunto-lhe para onde queria ir. “Para a central de camionagem, queria ir para Albufeira”, diz-me.

Disse-lhe para me acompanhar, já que eu ia para o mesmo sítio. Aceitou. Era uma senhora elegante, forte, vestida de modo muito simples, de saia escura e blusa branca. Roupa simples, nada cara, mas elegantemente utilizada. Meto conversa e pergunto de que país era. “Da Rússia. Venho da Rússia. Vim como turista, paguei, fiquei”. Olho, com algum espanto, sinto o aspeto frontal da resposta, ouço a frase curta, vejo-lhe a franqueza espelhada na cara. Uma “generalá”, pensei. Uma “generalá” de outras paradas militares, claramente era o que o seu andar anunciava. Criou-se então uma espécie de solidariedade, uma abertura a perguntas que imediatamente não deixei de fazer. “Como veio?”

Como turista terá vindo, pagou, quer dizer que por detrás havia uma organização, havia pessoas a cobrar 10% a 15% dos rendimentos mensais a auferir por estes migrantes, os “Al Capones” da fragmentada ex-União Soviética. Sobre isto nada pergunto, como é natural. O espaço de Schengen, a ideia de livre circulação de pessoas à escala da Europa, ao ser protegido pelos países participantes com uma peneira sem rede, permitiu uma massa brutal de migração clandestina, barata, a servir de base para a reprodução do capitalismo vigente, de matriz neoliberal. Mas este tema ultrapassa o âmbito deste texto. Pergunto de modo bem delicado, como é que profissionalmente tinha sido a sua vida. A forma como a pergunta foi formulada, o termo profissionalmente, bem enquadrado na pergunta, deu-lhe confiança. É ela que agora me olha com ternura, digamos com confiança e com a sua resposta deixou-me pregado ao chão. “Profissionalmente, fiz de tudo. Estamos num país estrangeiro. Ninguém nos conhece, ninguém nos vê, não há ninguém das nossas gentes para me ver, para com isso me envergonharem, para com isso me criticarem”. Sublinha com mudança de tom a palavra “ninguém”! De imediato, lembro-me de Sartre, lembro-me de jovens estudantes do meu tempo, muitos deles mais tarde deram líderes políticos, que nos anos sessenta no café Nova Iorque ou no Tatoon, em Lisboa, discutiam existencialismo *versus* marxismo, lembro-me de uma frase que andava na boca de todos nós: “o inferno são os outros”.

De mediato e de forma simples, encontrei o mesmo sentido mas sem marxismo, sem existencialismo.

“Fiz de tudo”, diz-me. Muitas escadas terão sido lavadas, muitas estufas de morangos apanhadas, muitos campos de feijão-verde colhidos, muitas caixas de tomates encaixotados, muitas carrinhas de transporte de fruta carregadas, muitos horários de trabalho violados, muitos dias de trabalho de 12 horas a 16 horas. Muitas noites de má qualidade, muitas em campos ao luar certamente, enrolada ou não com quem não sabe quem, numa torre de Babel de ucranianos, russos, moldavos, e pasme-se, de chineses e chinesas, muitos em quartos de oito a dez pessoas, em quartos de cama sempre quente, como na China ou como num prédio perto da rotunda do Hospital de Faro, noites mal passadas por aqui ou algures e caladas pelo silêncio de todos, inclusive pela ignorância sistematicamente assumida das autoridades oficiais. Sobre esta gente, o governo de então nada queria saber, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras não se pronunciava, estava só preocupado com os vistos *gold*, o ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social tudo ignorou. E o problema é igual por todo o lado. Passa-se o mesmo com estes trabalhadores em Espanha, em França, na Itália e mesmo, até há uns anos atrás na Grécia de antes da crise, com os morangos criados em altitude. Como assinalava o antigo ministro da Agricultura do quinto governo provisório, Oliveira Baptista, como é que dormem as romenas, por exemplo, da apanha do morango, ninguém sabe, ninguém quer saber, também. Gente descartável, a lembrar Bales (2001), gente que a Comissão Europeia, o BCE, o FMI, os diversos governos neoliberais assalta, como verdadeiros espoliadores de quem vive do trabalho precário, mas não na calada da noite, a lembrar o poeta Zeca Afonso, mas sim à luz do dia, munidos quer de um poder que lhes concede a ideologia que as instituições e os interesses produzem e que depois difundem por todos os meios possíveis quer do poder que nem sempre o voto lhes dá, a lembrar Marx também, ele que está cada vez mais atual.

“Fiz de tudo”, é a sua expressão. Nas condições em que fez de tudo, meu Deus, muita gente ficou sem trabalho, sem fazer nada, porque simplesmente deste tipo de trabalho os trabalhadores nacionais com direitos são excluídos pelos empregadores e acusados depois pelos neoliberais de hoje e outros de não

quererem trabalhar, porque o subsídio de desemprego é elevado. Do mesmo são desde há alguns anos acusados os gregos, pelos alemães! Deslocalização no local, diriam os economistas. Como os terrenos não podem deslocar-se para onde estão os trabalhadores pretendidos, então são estes que se deslocam, mas com os níveis salariais dos seus países de origem ou muito pouco mais. Relativamente aos trabalhadores nacionais, estes estrangeiros normalmente aceitam outras condições de trabalho bem mais gravosas, mais baratas para os empregadores, até porque ninguém conhecido vê a que se sujeitam. Deslocalização no local feita por trabalho imigrante, sem direitos, muito dele ilegal, tem sido uma realidade no nosso país depois da queda do muro de Berlim, tendo-se sofisticado entretanto os mecanismos de “contratação” deste tipo de mão de obra.

Esta mulher parecia-me alguém da burguesia, da pequena burguesia do seu país. Perguntei-lhe o que fazia na Rússia e respondeu-me que tinha feito muita coisa, foi empresária, teve lojas, trabalhou com a polícia. O seu marido morreu, passou a ser a base da família. Veio a queda de Gorbatchov, tudo se tornou difícil. Emigrou para Espanha. Não gostou e dá-me uma explicação curiosa: “Éramos vistos como escravos, nunca como pessoas. Vim para Portugal, gostei, fiquei. Hoje trabalho numa clínica em Albufeira. Vim a Faro trazer análises a uma clínica. Não percebo. Vir de Albufeira aqui. Economicamente não percebo o vosso sistema de saúde”.

Fica-me no ar o sentido apurado que ela tem quanto ao sistema de saúde português, fica-me também presente o termo polícia, fica-me no ar o seu aspeto e o seu andar fisicamente desenvolvido. Claramente andar de militar, postura toda ela de militar. Trabalhou com a polícia, relembro.

Fala-me da família. Tem uma filha, dois netos, já viveram em Portugal. Diz-me que percebeu que o neto mais velho no primeiro ciclo em Portugal não aprenderia nada de jeito e que o seu segundo neto poderia ir pelo mesmo caminho. Ficariam como dois ignorantes. E acrescenta: “Disse à minha filha que pagava tudo mas queria-os na Rússia, não queria ter dois ignorantes em casa”.

Quando ouço esta afirmação, lembro-me do filme *Lisboetas*, de Sérgio Tréfaut, lembro-me de uma cena em que na praia uma imigrante de Leste

comentava e afirmava que o pior que havia em Portugal era o nosso sistema de ensino.

Imagino-lhe os seus seios como duas fontes capazes de dar de beber ao mundo, a todos os nossos filhos e netos em situação de precariedade, vejo-lhe os braços fortes, com a força de quem pode carregar com os meninos deste mundo, sejam Jesus ou outros, vejo-lhe as mãos com a garra de quem o futuro dos nossos netos é capaz de embalar, vejo-lhe o dedo indicador apontado para a frente, num ângulo de 45 graus como que a apontar entre o Céu e a Terra, como que a situar-se entre o ter e o não ter, entre o ser e o não ser, a dizer-me que hoje é essa a sua missão, em frente pois, a de ajudar a criar os seus.

Chego ao quiosque dos jornais, na central de camionagem. Pergunto, por fim: “E se não houver camioneta?” De novo a segurança de quem se sente no seu caminho, a percorrer o seu presente e a caminho do seu futuro, de novo uma resposta para mim inesperada. “Se não houver camioneta, dou uma volta e faço-me à estrada”.

Despeço-me. Vejo-a a seguir para a bilheteira. Vejo-a então como uma Maria, a da Rússia, como uma Maria, a de Jerusalém, como uma Maria, a de *West Side Story*, e sobretudo, mas sobretudo, vejo-a como a Maria, de Fritz Lang, em *Metrópolis*.

“Fiz de tudo”, é o que esta mulher me diz. E foi assim a sua luta pela vida, a luta pelos seus a tudo exigia. Pela sobrevivência, foi isso, é isso também.

Ainda nesse verão, em Faro, li um livro de Shaxson (2012) sobre paraísos fiscais. Por associação e pelo que no livro lia, lembrei-me desta minha “generalá” e do trabalho duro que estaria disposta a ter para que os seus netos fossem senhores de um outro sistema certamente, o que era bem explícito na crítica velada aos nossos sistemas de saúde e de educação. E ela, que privilegia a cultura, diz-mo a mim, abertamente, e sem o saber, a um professor universitário que se sente a viver num país onde as Universidades passaram a cultivar a ignorância e a assumir como normalidade os cortes na despesa pública com o ensino superior e que por isso abandonou o ensino antes do tempo face ao descalabro cultural a que estava a assistir e de que não queria

ser cúmplice. Mas neste país de que a minha “generalá” se queixa do seu ensino, da reforma dita de Bolonha ninguém fala. Pacto de ignorância entre as diversas forças políticas do dito “arco da governação”, que foram responsáveis pela sua implantação e manutenção.

Mas a Maria, a da Rússia, ignora a crise ocidental, os mecanismos que a produzem e que tudo arrasam. Hoje, não sei se terá emprego, em Albufeira ou algures, se não lhe terão cortado as remunerações, se o dinheiro a enviar passou a não ser suficiente para formar os seus netos, jovens do futuro, se tudo se lhe tornou ou não ainda mais precário. Ela ignora a crise que é traçada e desenvolvida a partir das cidades onde se dinamiza a crise que as Marias algures combatem, nas *Metrópolis* do mundo moderno, onde só há agora escravos ou senhores porque os outros, as classes médias, esses só conhecem o caminho socialmente descendente. Talvez não haja melhor descrição dessas cidades do que a dada por Shaxson (2012) a propósito de um dos centros mais importante onde se desenvolve a crise atual, o Principado do Mónaco. Este pré-configura o mundo moderno onde há apenas duas classes: os proprietários de jatos e os que andam de autocarro. Os restantes são considerados suspeitos e suscetíveis de serem presos. Há um polícia por cada 62 habitantes e câmaras de vigilância por todo o lado a fim de o Príncipe Albert – que tudo supervisiona à maneira de um senhor feudal – não ser incomodado. O barulho é o inimigo público número um do Principado ainda mais que o socialismo.

Mas a Maria, a da Rússia, como a maioria das outras Marias também, ignora tudo isto, eu não, nós todos também não. A Troika, a crise, os governos nacionais daquela dependentes diretamente como Portugal, Grécia, Irlanda, Chipre, ou indiretamente como a França, Espanha, Itália, governos nacionais que têm sido os verdadeiros servidores, os verdadeiros intermediários do poder das *Metrópolis* modernas, bem se encarregaram de conduzir esta precariedade ao nível do nunca pensável por ninguém, nem por nenhuma Maria isoladamente. São precisas muitas Marias mais, a da Rússia, claramente só por si não chega, são precisas todas ou quase todas as Marias do mundo em conjunto para acabar com a situação de desprezo por quem trabalha e por quem tem direito a um trabalho condignamente remunerado e não o tem.

Dessas vidas de precariedade, há por aí aos milhares. É passar à hora de almoço por uma das estufas que se estendem pelas vizinhanças de Faro e ver as centenas de mulheres de vários países e de diferentes continentes onde só as liga uma língua comum, a do silêncio, uma vivência comum, a da precariedade quase absoluta, um desejo comum, o da sobrevivência.

Estas são histórias sobre imigrantes, mas muitas histórias há também sobre emigrantes ou sobre portugueses que se sentiram forçados a emigrar. E aqui lembro-me de um amigo meu, residente em Faro, marceneiro de vocação e desempregado de profissão.

Portugal a forçar a emigração

Nesse mesmo ano em que conheci a minha “generalá” russa, quando cheguei ao Algarve, falei com um amigo meu, homem de mãos marcadas por obra de classe ao longo de muitos anos na madeira talhada, sobre a situação de crise no mercado de trabalho de gente não muito especializada. “Emprego?” pergunto. A resposta? Nem a esperei, vi-a na cara dele. Perguntei-lhe se já tinha ido ao centro de emprego, direito a subsídio já não tinha. Diz-me que sim, registou-se como candidato a emprego em obras de carpintaria para a construção e, pasme-se, ofereceram-lhe sem direito a mais nada como compensação a possibilidade de ir ter aulas, gratuitamente, de alemão. Aulas de alemão para um homem desempregado da construção já com 55 anos e, portanto, sem ouvido para aprender alemão ou uma outra língua do mesmo género. Anedótico. Em Faro, há milhares de homens como o meu amigo sem emprego e há prédios na parte histórica a cair por falta de obras de restauro, há calçadas de pedras soltas ou de buracos onde os velhos vão caindo e fazendo fraturas! E a estes homens, em vez de trabalho, oferecem-lhes aulas de alemão, para emigrarem, possivelmente para a Alemanha, a confirmar que o sonho alemão significa o pesadelo europeu, para abandonarem a sua “zona de conforto”, utilizando aqui uma expressão de um ex-governante! Onde está então a demonstração da afirmação-chave da União Europeia, de Juncker, Draghi, Schäuble, Merkel, de que a austeridade

traz consigo o crescimento ou a afirmação de Passos Coelho, enquanto primeiro-ministro, de que é preciso empobrecer para depois poder crescer?

Responder a esta pergunta é hoje muito fácil e a resposta está nos resultados económicos até agora obtidos na Europa em crise. Um falhanço total. Não há, pois, dúvida possível. Quando fiz a pergunta a mim mesmo, lembrei-me então do demógrafo catalão de residência Hugh (2012), que pensava que a Portugal, dada a situação económica, só lhe faltava fechar a porta e desligar a luz. Seria o nosso primeiro-ministro de então, Passos Coelho ou algum dos seus ministros, que iriam assim desligar as luzes e trancar as portas e adicionalmente, para maior segurança da sua obra malvada, colocar-lhes múltiplas correntes e cadeados para ninguém as conseguir abrir e voltar a entrar? Uma mão de obra barata, sem direitos e sem Pátria, a vender-se por essa Europa fora, era este um dos resultados desta política, o resultado desta globalização feita a todo o custo e contra todos os direitos de cidadania. Seria pois este o caminho para o estabelecimento do capitalismo global e sem uma governação global, onde o trabalho seria apenas uma variável de ajustamento.

A este nível, a União Europeia com as suas políticas de austeridade, com os seus tratados e a sua arquitetura institucional aparece a reforçar essa mesma dinâmica globalizante e selvagem, afastando-se por isso mesmo dos ideais da Europa dos cidadãos com que muitos de nós sonhámos, ideais que substitui pelo da soberania absoluta dos mercados. Compreende-se, pois, que contrariamente ao Tratado de Roma, a União Europeia seja agora talvez o espaço económico mais desprotegido em termos de mercado mundial. A globalização, primeiro, a proteção aduaneira, depois, quando da indústria e dos serviços que lhe estão ligados pouco já haverá a proteger!

Neste quadro, determinado por um lado pela nossa própria história e, por outro, pela marcha a toda a velocidade para a globalização e a um ritmo acelerado imposto pela própria União Europeia, passámos a ser um país sem futuro, integrados numa Europa também ela já sem horizontes, sem perspectivas, disposta a mergulhar nos mesmos erros que a colocaram no atual atoleiro e a ficar completamente impotente face aos grandes problemas que tem de enfrentar, cansada e exausta, é o que penso. A este propósito, e uma vez mais, lembro-me

das conversas com o António Gama sobre a Europa de Leste, recordo-me igualmente de Beaudouin (2013) quando este afirma:

Com efeito, a passagem da Europa das nações à Europa da integração, do mercado comum à globalização mercantil é a assinatura de uma grande renúncia. Uma renúncia à Europa como vontade e como civilização. Uma renúncia à democracia compreendida como a soberania coletiva e mais geralmente como “o governo dos Homens”. Esta renúncia egoísta das novas elites – aquelas que controlam os fluxos de dinheiro e de informação mundiais – conhece grandes precedentes históricos: no século iv, a decadência do espírito público que atingiu a classe dirigente romana provocou a desordem que está na origem da implosão de Roma assim oferecida aos invasores; do mesmo modo, o desmoronamento moral das elites francesas preparou o desmoronamento militar e “a estranha derrota” de maio-junho de 1940, de acordo com a famosa fórmula de Marc Bloch.

Os estados da Europa, em vez de pensarem sobre uma arquitetura europeia flexível numa economia de mercado, que conjugue respeito pelas democracias e pela necessidade de fronteiras, colaram-se uns aos outros sob a égide da administração de Bruxelas, como galinhas doentes, a um canto do galinheiro. Já não era nem a paz nem a fraternidade europeia que os movia desta vez, mas a angústia de um mundo que estava em grande mudança. A integração supranacional é a última viagem das democracias cansadas, exaustas e quase que aliviadas por sentirem estar a chegar o seu fim, sem nenhum problema de consciência face às responsabilidades decididamente exigentes da soberania.

Também eu me sinto cansado, exausto, corroído por esta realidade terrível de que estamos a sofrer. Deambulo pela cidade de Faro. Impressionante, Portugal lentamente está a fechar, penso. Chego ao coração do centro da cidade. Percorro-o até ao fim e é o mesmo desastre. Lojas fechadas e o desastre mantém-se até chegar ao pé do Hotel Faro. Tudo dá a entender que se estão a construir pesadas portas de ferro virtuais de pesados e ferrugentos gonzos nas duas entradas da Rua de Santo António, pulmão comercial de Faro, com o governo de Passos Coelho a informar, saiam, saiam, que as portas vão fechar, fechem as lojas, fechem as casas, fechem os vossos corações, que a maioria já

se foi embora. Quando saírem oferecemos cursos de alemão, gratuitamente. E, de novo, penso no demógrafo Hugh e no seu artigo.

Em conversas de longas horas com o meu amigo marceneiro um problema lembrei, o de muitos jovens não terem sequer dinheiro para procurar emprego. Diz-me, veja-me: “A namorada do meu filho concorreu para Lisboa, para um emprego numa multinacional alemã. Entrevista na parte da manhã. Vai daqui, de Faro, de comboio na véspera. Dorme num hotel em Lisboa, tem de ter boa apresentação, e o custo cifra-se bem alto, bem perto dos cento e cinquenta no total”. “Ficou doente depois de chegar”, diz-me ele. “Se não fosse o meu rapaz não sei como estaria ela hoje, depois daquilo...”, “Como é!?” questiono eu. “Não sei explicar bem”, e as palavras atropelam-se-lhe umas nas outras. “Não sabe explicar bem?” O meu amigo é homem de palavras francas, diretas e simples. “Sabe, o pai dela é polícia graduado na reforma, a mãe empregada de limpeza num escritório”. “Mas que tem isso a ver com a entrevista na multinacional alemã?” interrogo-me eu. “Tem, tem”, diz-me. “Sabe, para um emprego de engenheiro perguntaram-lhe a profissão do pai, da mãe”, diz-me com ar de contrariado, “e depois estranhamente disseram-lhe um pouco mais ou menos isto: não entendiam como é que sendo filha de um polícia e de uma mãe empregada de limpeza podia aspirar a um emprego daqueles com tanta gente de origens mais nobres à procura de emprego e numa multinacional de tanto prestígio como aquela”. Percebi. Do meu ponto de vista o problema não era alemão, era de quem fazia a seleção, gente portuguesa de gema, tratava-se da segunda triagem. Terá passado a fase mais difícil da seleção, aquela onde há muitos mais candidatos. A situação confunde o entrevistador da multinacional alemã que chega a disparar: “Não percebo. Sendo tão inteligente porque é que não tirou o curso numa outra Universidade, numa Universidade mais nobre, de Lisboa ou até de Coimbra, por exemplo”. A conclusão é imediata, não se licenciou numa Universidade dita nobre, logo não tem “pergaminhos”, logo não deveria ter passado à segunda fase. Uma piada portanto por ter passado na primeira fase, penso eu, o que de resto se explica pela interrogação que a seguir é bem clara, desse ponto de vista, quando ele repete que não percebe. De facto, ainda acrescenta: “Não

percebo também porque é que sendo filha de gente tão pobre não foi antes para mulher-polícia”. Gente bem portuguesa e esta jovem, com a sua origem de classe humilde, não daria possibilidades de contrapartidas financeiras ou mesmo políticas, de imediato ou a prazo, mesmo que por debaixo da mesa, penso eu. Ou será que estarei a branquear uma outra coisa? Penso que não estou. “O destino dela é o de um dia ir inscrever-se no centro de emprego e será que também a ela lhe irão oferecer cursos de alemão para garantir o subsídio de desemprego?” pergunta-me ele, com uma certa ansiedade na cara. No fundo, o mais provável é acontecer a esta jovem algo que aconteceu a muitos dos jovens portugueses de elevado nível de formação, ou seja, emigrar e mais provavelmente para a Alemanha. Emigrantes em potência, foi nisso que o governo português sob a égide conjunta de Passos Coelho e da Troika e sob a vigência do memorando do (des)entendimento quis transformar o país. Neste caso, a atingir gente que poderia ascender no elevador social, gente que é praticamente convidada a sair do nosso país. Portugal paga os custos de formação, os estrangeiros ganham os rendimentos da sua produção. Simples, portanto.

A decomposição a sul e a leste da Europa

Se tiver em conta que o descrito no ponto anterior também se passa em Espanha, se passa na Irlanda, se passa no Chipre, se passa na Itália, se passa na Grécia e assim sucessivamente percebe-se que a Europa está cheia de gente perdida, migrantes sem destino, já sem raízes, e percebe-se ainda que tragicamente estão também com o futuro capturado pela globalização, sobretudo como consequência das opções de política estabelecidas e depois impostas pelas instituições europeias e por Washington também. Veja-se a Ucrânia e as camionetes de polacos que encheram a praça Maidan em Kiev, de que tanto falei com o António Gama, Ucrânia que é hoje uma espinha cravada na Europa, Europa percorrida por fenómenos migratórios que ressoam a desastre profundo neste continente.

Esta ideia da Europa atual pode ser confirmada a partir de um dos pontos mais problemáticos que a política europeia de austeridade e a política belicista da NATO terão em conjunto criado, a Grécia, o calvário da gente que sai, o calvário da gente que entra. De novo, a Grécia a ser mais um país atravessado por fortes fluxos de emigrantes, um milhão em cinco anos, e por fortes fluxos de imigrantes, os quais têm sido objeto de reportagens que encheram as páginas dos jornais.

Dos tempos e dos ventos de esperança que à Grécia acostaram em 25 de janeiro de 2015, lembro duas afirmações de Alexis Tsipras. Uma no seu discurso de investidura: “O orgulho e a dignidade do nosso povo não serão postos sobre a mesa das negociações; somos a carne da carne deste povo, somos cada palavra da Constituição deste país e é a ele que serviremos até ao limite”. A segunda num discurso ao país, a 3 de julho, antes do referendo: “Domingo, 5 de julho, dirigiremos, todos em conjunto, uma mensagem de democracia e de dignidade à Europa e ao mundo. A Grécia, a nossa pátria, era, é e permanecerá o berço da civilização europeia. É neste lugar, diz a mitologia, que Zeus, retirando-se, conduziu a princesa Europa. E é deste lugar que os tecnocratas da austeridade desejam atualmente retirá-la. Mas não o farão. Porque domingo dir-lhes-emos ‘não’”.

Dos tempos e dos ventos de desesperança agora impostos por Bruxelas, Frankfurt e Berlim, apresento uma amostra sobre o que se passa na Grécia. Para o efeito, utilizo um excerto de uma análise de Grigoriou (2015):

[Diz-nos Alexis Tsipras, em setembro de 2015: “Nós conquistaremos o amanhã”. Mas], para os médicos e para os voluntários do Centro Solidário de Ellinikón, o dia de amanhã... é já a morte conjugada no presente.

“O Parlamento Europeu decidiu atribuir ao Centro Solidário de Ellinikón, o ‘Prémio do Cidadão Europeu’, em 2015, em reconhecimento da luta que efetuámos desde há quase quatro anos, em benefício dos abandonados pelo Estado oficial, desempregados, doentes sem cobertura da Segurança Social, para enfim ajudar a construir uma sociedade melhor. Esta luta, contudo, foi tão necessária porque, precisamente, as políticas aplicadas e as que se continuam a aplicar no nosso país levaram a excluir do sistema de saúde mais de três milhões de cidadãos, desempregados, sem abrigo e pobres...”

É então com muita pena que constatamos que a prioridade desta Europa é sobretudo a de encontrar milhares de milhões de euros para os bancos privados, enquanto pressiona as despesas do sistema nacional de saúde na Grécia, que já se reduziram para menos de metade relativamente ao orçamento de 2009 e que em breve se podem reduzir ainda mais”. De acordo com os dados do Instituto Prolepsis, o empobrecimento massivo da maior parte do povo grego já conduziu a uma tragédia: 6 em cada 10 alunos em 64 escolas de Atenas encontram-se numa situação de insegurança alimentar. 61% dos alunos das mesmas escolas têm já um familiar desempregado, enquanto para 17% das famílias nenhum familiar tem emprego. 11% das crianças não têm cobertura da Segurança Social e 7% de entre elas viveram sem eletricidade durante mais de uma semana durante o ano 2014, enquanto 3% das crianças continuam ainda a viver sem ela. Em 2014, 406 escolas de toda a Grécia receberam ajuda para alimentar 61.876 alunos. Este ano, 1053 escolas solicitaram esta ajuda a fim de beneficiarem do programa “Alimentação” e assim poderem alimentar os seus 152.397 alunos. Hoje, são apenas 15.520 alunos de 150 escolas que estão a beneficiar deste programa...

Esta Europa então que nos quer recompensar parece não se sentir de modo nenhum embaraçada em face de todas estas verdades nem em face das já milhares de mortes de nossos concidadãos excluídos do sistema de saúde. Estes falecimentos terão então em breve um efeito de bola de neve, dado que o terceiro memorando assinado pelo governo impõe reduções suplementares no sistema de saúde, de 933 milhões de euros numa primeira fase.

Seria hipócrita da nossa parte receber este prémio quando esta Europa fecha os olhos aos lactentes que sofrem de desnutrição, aos doentes atingidos de cancro já mortos, ao olhar cheio de desespero dos doentes que sofrem, às mães que nos contam as suas histórias terríveis sobre o abandono de que as suas famílias são vítimas, vivendo sem eletricidade, sem água corrente e com um mínimo de alimentos”.

Uma vergonha! Ainda de acordo com Grigoriou (2015):

O tratamento infligido à Grécia faz-nos antecipar o que se irá produzir em Itália, Espanha ou França [ou mesmo em Portugal]. Temos aqui certamente

cinco anos de avanço sobre o futuro da Europa, o verdadeiro Futuroscópio é imediatamente visitável em Atenas.

Contudo agora sabe-se. A guerra será longa e será sem piedade. Haverá nações a revoltarem-se e haverá populações que irão perecer. As nossas linhas (Maginot) políticas herdadas da época democrática, com todas estas histórias bem caricatas a dormirem de pé antes de morrer entre a “esquerda” e a “direita” e que não põem em causa o totalitarismo europeísta, estão neste momento obsoletas.

Mas este etnólogo grego vai mesmo mais longe na sua análise:

Memorando após memorando, suicídio após suicídio, é então a relação... social tecida em torno do medo e da morte que se torna então a catalisadora não controlável do futuro. A barreira anatómica da sociedade grega foi aberta desde então, a ferida está escancarada. O medo foi vencido já em janeiro de 2015 e, seguidamente, aquando do recente referendo. Daí muito... logicamente esta expedição punitiva [que é o terceiro memorando, o que Tsipras terá agora de executar], herdada do passado imperial e nazi da elite alemã.

Tudo bem claro, portanto. Desta Europa é pois uma trágica imagem que se acaba de descrever. Os aprendizes de feiticeiros que governam esta Europa em profunda crise têm rapidamente de ser substituídos, demitidos, caso contrário não se sabe que hecatombes mais eles serão capazes de provocar. Não basta portanto caírem os funcionários locais, como aconteceu com a queda do governo de Passos Coelho. Parece agora confirmar-se a ideia de George Kennan de que os europeus tinham tanta falta de visão coletiva ou de entendimento mútuo que o Departamento de Estado [americano] teria de “decidir unilateralmente” o que seria bom para eles. Mas os tempos são outros e os Estados Unidos já não é os Estados Unidos do plano Marshall nem Obama, prémio Nobel da Paz, tinha a força que precisaria de ter, prisioneiro que também ele estava, não de fanáticos protestantes na Europa como Jens Weidmann, a simbolizar o Bundesbank, mas sim de dirigentes do Tea Party, das igrejas dos Estados Unidos profundo quer ainda da estrutura militar americana e do NSA. É pena! No fundo, tudo leva a crer que são estes fanáticos que andarão a governar o mundo e só assim é que se

pode entender o conjunto de conflitos que assolam a humanidade, sendo alguns deles, concebidos ou a terem tido a sua origem em decisões tomadas em Washington, bem perigosos, em risco de levarem a uma terceira guerra mundial. “Quem gerou o monstro Frankenstein?” perguntou no Senado Francês o general Vincent Desportes. E deu a resposta: “Os Estados Unidos” (Senado Francês, 2014). Isto só é logicamente entendível se Obama estivesse prisioneiro das forças reacionárias citadas. No fundo, a dar-nos a ideia de que a agressiva política externa americana é um sub-produto para contornar as dificuldades internas, a confirmar a tese de Alexis de Tocqueville de que, nas democracias, “as políticas externas são frequentemente efetuadas a partir da política interna”. Parece ser este o caso, o de Obama como o foi o de Bill Clinton, também. Devido a estas políticas extremamente belicistas, aí estão os enormes fluxos migratórios vindos do Médio Oriente ou da Europa Oriental e que agora podem mesmo pôr em perigo os delicados equilíbrios que se verificam na União Europeia. E era por aqui que passava também a crítica aguda de António Gama à política imperial americana.

É neste contexto global que deve ser encarada a situação na Grécia. Para se ter uma ideia do impacto possível da emigração grega com destino à Alemanha, também o destino mais provável da nossa jovem algarvia acima referida, basta uma notícia da imprensa local a respeito dos jovens gregos de elevada formação, segundo a qual mais de dez mil engenheiros deixaram o país ao longo de cinco anos, de acordo com as estatísticas do organismo profissional que os representa. Um país a esvaziar-se de gente com qualidade, de gente a emigrar, um país a precarizar-se cada vez mais por essa via e, drama maior ainda, é agora um país a ser arrasado pela imigração em massa, ao encher-se de gente imigrante, vinda de África ou do Médio Oriente devido a políticas a que são completamente alheios e que foram desenhadas a partir de Washington. Uma outra fonte de precariedade, portanto.

Em jeito de conclusão

Tempo de imigrações, tempo de emigrações, tempo de deslocações de populações em massa, na Europa. Os temas preferidos nas minhas conversas com o António Gama. Temas que estaria provavelmente a estudar, a descortinar, a explicar, com a mesma intensidade, a mesma alegria, o mesmo brilho nos olhos com que me explicava a política absurda seguida por Madeleine Albright nos Balcãs, cujos efeitos estão hoje bem presentes, mas agora como problemas europeus.

Bem me poderia também explicar que a trajetória de Albright a Kerry, de Clinton até ao fim do mandato de Obama, é toda ela uma trajetória pura e simplesmente imperial. Nada mais do que isso. Estes seriam, pois, os temas que hoje poderia voltar a discutir com o António Gama e assim problematizarmos todas estas questões no quadro de uma perspetiva global, se...

A enorme estima vivida entre nós, entre o António Gama e eu, e as lembranças levantadas pela leitura do artigo de Ahmed (2015) acima citado levaram-me, pois, a aceitar escrever um texto para o homenagear, homenagear assim um amigo, um professor universitário que a doença retirou muito cedo do convívio com os seus amigos e eliminou também esta relação especial havida para com a Universidade de que não vestia a “farda”, porque a tinha por dentro de si mesmo, no coração e no cérebro como homem de ciência que era. Disto são uma demonstração o seu empenho na problemática da história dos povos, na explicação sobre as grandes ruturas da história e as problemáticas sociais que estas implicavam, o seu empenho na busca das razões objetivas que lhes estão na base, por vezes escondidas até por detrás da opacidade com que a realidade historicamente é apresentada, o seu empenho, em suma, em descortinar o real, histórico ou presente, para querer agarrar o futuro a partir de quase já amanhã. Um homem de ciência, de humanidades, portanto, com quem muito também aprendi e que não quero esquecer. E como me escreveu uma amiga comum: “Do António Gama fica sempre aquela subtil sensação de que ele ainda está entre nós, tal a força da amizade e a força intelectual que ele nos comunicava a todos”. Mas não se pode deixar de sublinhar igualmente

que se vive apenas ou sobretudo um tempo de vazios coletivos, de vazio sobre o passado, sobre o presente, sobre o futuro, e tempo de vazio deixado pelo António Gama também¹.

E, com isto, tudo dito.

Referências bibliográficas

- Ahmed, Nafeez (2015). *Islamic State is the cancer of modern capitalism*, <http://www.middleeasteye.net/columns/cancer-modern-capitalism-1323585268>, 27 de março.
- Bales, Kevin (2001). *Gente descartável: a nova escravatura na economia global*. Lisboa: Caminho.
- Beaudouin, Christophe (2013). La France n'est peut-être pas encore bien consciente qu'elle peut mourir. *Nouvelles de France*, 22 de outubro.
- Grigoriou, Panagiotis (2015). *Mensonge et barbarie*, <http://www.greekcrisis.fr/2015/09/Fr0464.html#deb>, 16 de setembro.
- Hugh, Edward (2012). *Portugal – Please turn the lights off when you leave!*, <http://www.economonitor.com/edwardhugh/2012/07/14/portugal-please-switch-the-lights-off-when-you-leave/#sthash.8adAWvq9.dpuf>, 14 de julho.
- Senado Francês (2014). *Débat en séance publique sur la prolongation de l'opération Chammal en Irak*, Audition du Général de division Vincent Desportes, <http://www.senat.fr/compte-rendu-commissions/20141215/etr.html>, 17 de dezembro.
- Shaxson, Nicholas (2012). *Les Paradis fiscaux: Enquête sur les ravages de la finance néolibérale*. Paris: Editions Andre Versaille.

¹ Agradeço a Margarida Antunes a leitura atenta feita a este texto e as sugestões que sobre ele me foram dadas. Reduzir a dimensão de um texto mantendo o que nele é fundamental nem sempre é fácil e pressupõe um conhecimento profundo do que nele se escreveu. Em tempo de vazios, de vazio de reconhecimento do outro igualmente, este reconhecimento lhe devo.

(Página deixada propositadamente em branco)

REVISITANDO O ARTIGO “ANÁLISE ESPACIAL DE UMA TRANSFORMAÇÃO AGRÍCOLA”

Iva Pires/im.pires@fcsb.unl.pt

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade Nova de Lisboa

**Graça Rolo
Francisco Henriques**

Professores de Geografia
do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital

Introdução

Como forma de homenagem a António Gama, nosso professor no curso de Geografia da Universidade de Coimbra propomo-nos visitar o artigo “Análise espacial de uma transformação agrícola”, de António Gama, Graça Santos e Iva Pires.

O artigo resultou da participação dos autores no I Colóquio de Estudos Rurais sobre *A Pequena Agricultura em Portugal*, organizado pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, de 27 a 29 de Março de 1981, e que tinha como comissão organizadora Boaventura Sousa Santos, Pedro Hespanha, José Reis e Carlos Lencastre da Costa. As apresentações foram posteriormente publicadas em dois números especiais da Revista Crítica de Ciências Sociais, n.ºs 7 e 8 de Dezembro de 1981, com o mesmo título do Colóquio.

Apesar de a agricultura ser um tema amplamente debatido em Portugal, o Colóquio justificava-se, por um lado pela importância que dava à pequena agricultura, pela sua especificidade e, por outro lado, pela abordagem global e interdisciplinar que propunha, inovadora para a época, convidando investigadores de todas as áreas científicas a colaborar para a “compreensão da complexidade dos problemas do campo” e da dinâmica da sua transformação. As comunicações foram organizadas em 6 grupos de trabalho: Modalidades de Pequena Agricultura, Pequena Agricultura, Modelos de Desenvolvimento e Políticas de Estado, A Pequena Agricultura face às Teorias das Classes, Organização Social e Comportamento Político e Ideológico dos Pequenos Agricultores, Pequena Agricultura e Cooperativismo e finalmente A Pequena Agricultura e a Questão da Terra, onde se inseriu a nossa comunicação.

Na comunicação, transformada posteriormente em artigo, foi analisada a evolução do uso do solo agrícola, a pretexto da comparação de duas Cartas Agrícolas e Florestais da Península de Setúbal, uma de 1890 e outra de 1960. A região a norte de Setúbal era ainda muito marcada pela paisagem rural, mas desde a década de 1960 ocorreram transformações profundas.

No presente, tal como no passado (“a valorização do Pinhal Novo não começou senão com a construção do caminho de ferro que atravessa a região em 1861”¹) os investimentos em infraestruturas de transportes tiveram um papel relevante na alteração do uso do solo na Península de Setúbal. A construção de duas travessias do Tejo, a Ponte 25 de Abril em 1966 e a A2 ligando Lisboa ao Sul do país, e a nova travessia da Ponte Vasco da Gama em 1998, e os seus acessos, nomeadamente A12 e IC32, conferiram uma elevada acessibilidade a estes concelhos, tanto em relação a Lisboa como ao resto da Península que em ambos os casos desencadearam processos de urbanização e crescimento populacional. Para esse processo também contribuiu uma segunda fase de industrialização ancorada na Auto-Europa, depois do declínio da indústria das conservas. A urbanização e o crescimento populacional justificaram a construção de equipamentos comerciais de âmbito regional conferindo-lhe crescente

¹ O. Ribeiro e J. L. Ribeiro: 330, In Gama *et al*, 1981: 543.

autonomia face à AML norte, como os centros comerciais Alegro Setúbal, o Almada Forum, o Forum Montijo, o RioSul, no Seixal, e o Freeport, em Alcochete, com um mercado potencial de consumidores que se estende a toda a AML. Essa transformação também é observável na evolução da população ativa, numa primeira fase com o sector secundário a ganhar peso face ao sector agrícola e, numa segunda fase, com o crescimento do setor terciário.

Começaremos por fazer uma breve síntese do artigo que é pretexto para esta homenagem a António Gama, que retomaremos para atualizar a evolução da população e, finalmente, iremos falar das transformações recentes (do uso do solo) na Península de Setúbal.

“Análise Espacial de uma Transformação Agrícola”

Em 1981 propusemo-nos efetuar uma análise das transformações ocorridas no domínio do uso do solo desde, aproximadamente, os inícios do último quartel do século XIX até à década de 60 do século passado, incidindo o objeto de estudo na Península de Setúbal, sobretudo da sua parte oriental (Seixal, Barreiro, Moita, Montijo, Alcochete, Palmela e Setúbal) (Figuras 1 e 2). Em resultado de ser esta uma região a registar profundas alterações socioeconómicas, como consequência do acentuado dinamismo industrial, da expansão urbana, do crescimento demográfico e da densificação da rede de transportes, mereceu da nossa parte um interesse especial. O professor António Gama, nosso professor à época, numa altura em que se aprofundava uma nova corrente do pensamento geográfico a que se convencionou chamar *nova geografia*, despoletou o interesse dos autores pelo estudo desse território, numa perspetiva do entendimento da organização do espaço como sendo um produto social. As teorias económicas da localização, em especial a teoria de J. H. von Thünen, foram, de certa forma, um ponto de partida para a análise efetuada, tendo as mesmas assumido um sentido essencialmente metodológico. A principal preocupação da utilização do modelo de von Thünen não se prendeu tanto com a sua verificação empírica no território estudado, mas, sobretudo, tomá-lo como instrumento teórico que

permitisse a compreensão dos modos de organização e de transformação do espaço agrário e a sua relação com os mercados.

Pôde ir buscar-se a explicação para a transformação das formas de ocupação do território, na Península de Setúbal, quer à conjuntura económica de Portugal a partir do século XIX e até meados do século XX, quer ao alargamento do espaço económico de Lisboa, como reflexo de um maior consumo interno na metrópole lisboeta que se afirmava cada vez mais, quer a uma situação favorável nos mercados agrícolas internacionais. A agricultura foi o principal domínio económico e o mais dinâmico durante, grosso modo, a segunda metade do século XIX.

Com efeito, na segunda metade do século XIX, “o crescimento urbano, a industrialização e o alargamento dos mercados externos de produtos agrícolas tiveram como consequência o deslocamento centrífugo, o alargamento e a especialização crescente das áreas de exploração agrícola em torno da capital” (Gama, *et al*, 1981: 545). A esta dinâmica espacial não foi estranho o desenvolvimento dos transportes, em especial o caminho de ferro, mas também o fluvial, na aproximação ao mercado de Lisboa. O mercado externo desempenhava também um papel importante no que toca à exportação de vinhos, frutas e outros produtos agrícolas, especialmente para França e Inglaterra. Estas relações comerciais permitiram e exigiram a introdução de inovações diversas no domínio da agricultura, tais como sejam a introdução de maquinaria ou a utilização de adubos químicos. Como referiu M. Halpern Pereira, em *Assimetrias de Crescimento e Dependência Externa*, “A penetração do capitalismo em Portugal efetuou-se, pois, mais rapidamente e mais cedo na agricultura que na indústria” (Pereira, 1974: 14).

Estas alterações realizaram-se em simultâneo com transformações sociais, nomeadamente no plano jurídico-político: a penetração do capitalismo na agricultura exigiu que a posse da terra fosse perdendo o seu carácter feudal e que se procedesse à sua substituição progressiva pelo empresário capitalista.

No que toca ao uso do solo para fins agrícolas, o trabalho desenvolvido em 1981 evidenciava de uma forma muito clara a semelhança entre os princípios teóricos enunciados por von Thünen e a distribuição das diferentes espécies de

cultivo: nos finais do século XIX podiam encontrar-se “duas áreas de hortas e fruticultura envolvidas por vinhas e oliveiras, uma extensa área de produção de vinha, cercada por pinhais e montado de sobro e uma grande extensão de charneca” (Gama, *et al.*, 1981: 547). As áreas das hortas e da fruticultura, fornecedoras de produtos a serem consumidos frescos, ocupavam, por motivos óbvios, as áreas mais próximas dos mercados consumidores: em redor das vilas da Borda d’Água (Barreiro, Moita, Aldeia Galega e Alcochete), numa distribuição polinucleada, para o fornecimento a Lisboa e em redor de Setúbal (com prolongamento pela estrada que liga a Palmela) para o fornecimento a esta localidade. Nas áreas mais afastadas daqueles mercados consumidores distribuíam-se vastas extensões de montado e charneca.

A introdução do novo modo de transporte, nomeadamente o caminho de ferro, propiciou o alargamento dos “anéis” de cultivo nas áreas melhor servidas por este meio de transporte, permitindo que distâncias que até então tornavam proibitiva a prática da agricultura – ou então o cultivo de determinada espécie a partir de uma certa distância – fossem ultrapassadas, num movimento centrífugo. Teve lugar uma vaga muito importante de novos arroteamentos, especialmente no que toca a espaços destinados ao cultivo da vinha. Esta cultura constitui-se, aliás, como aquela que viria a ter a maior importância económica para a região, numa distribuição por pequenas e grandes explorações, algumas de tamanho gigantesco.

As últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX caracterizaram-se, do ponto de vista demográfico, por um afluxo de mão de obra que originou taxas de crescimento efetivo muito altas nestes territórios da Península de Setúbal, apesar da forte crise económica sentida nos anos 20 e 30 do século XX. A densificação da população é concomitante, por um lado com as necessidades de mão de obra assalariada a servir nas explorações de teor capitalista e, por outro lado, com o aumento da intensidade do uso da terra nas explorações de natureza familiar.



Figura 1
 Ocupação Cultural do Solo na Península de Setúbal, 1890.

Fonte: Gama, *et al.*, 1981: 550.

A década de 1960 assiste a modificações muito profundas no uso do solo nas faldas urbanas, sendo que, no essencial, a organização da distribuição das culturas é pouco diferente da anterior. O fortíssimo surto de urbanização/suburbanização que decorria desde a década de 50, expulsa para áreas mais periféricas os “anéis” de cultivo, sendo a grande maioria dos terrenos de antigas hortas e pomares ocupada por novas áreas residenciais ou empreendimentos industriais. O aprovisionamento agrícola dos mercados da área metropolitana começa a diversificar-se, fruto da modernização dos transportes e da melhoria

das técnicas de conservação dos produtos, o que é mais notório no que toca à horticultura e à fruticultura, cujos produtos provêm de regiões cada vez mais distantes. “Anéis” cujos cultivos podiam ficar mais distantes dos centros urbanos da área metropolitana, como o caso do olival e da vinha, em especial deste último, apresentam ainda elevada importância económica e continuam a ocupar parcelas muito significativas do território.

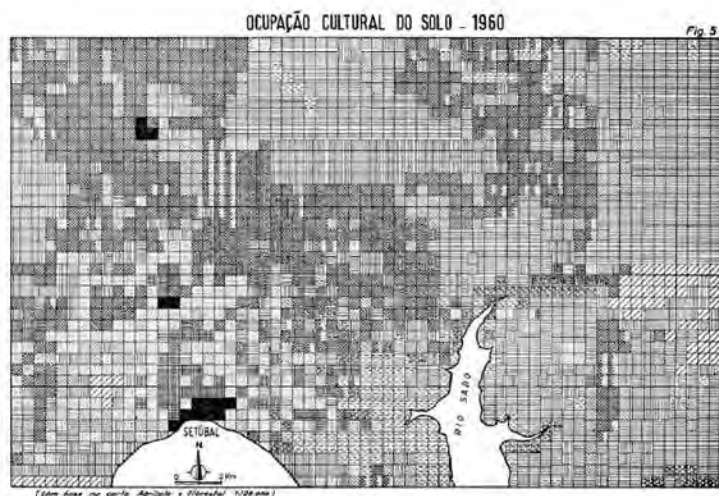


Figura 2
Ocupação Cultural do Solo na Península de Setúbal, 1960.

Fonte: Gama, *et al.*, 1981: 551.

Concluía-se, no artigo publicado em 1981, que “Em todo o caso, ressalta a profunda ligação entre as vias de comunicação e a intensidade da ocupação e a localização das culturas. (...) Por tudo isto podemos concluir que a *teoria de von-Thunen* tem um valor explicativo mesmo em situação afastada das condições «ideais»” (Gama, 1981: 556).

Transformações recentes na Península de Setúbal

Evolução da População

A Península de Setúbal (PNS) é composta por nove concelhos situados entre os estuários do Tejo e do Sado e é, desde a última alteração da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos de nível III, instituída pelo Regulamento (UE) no 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, o flanco sul da NUT III Área Metropolitana de Lisboa. Representa 1,7% (1.558,9 km²) do território nacional e aqui residiam, em 2014, segundo as estimativas do Instituto Nacional de Estatística, 781983 habitantes (7,5% da população portuguesa e 27,8% da população da Área Metropolitana de Lisboa).

A importância que tem atualmente em termos demográficos no contexto da AML é, porém, relativamente recente, apesar de um significativo processo de industrialização que ocorreu em princípios do século 20.

O concelho de Setúbal registou uma primeira fase de crescimento económico e populacional até 1920, associado ao desenvolvimento da indústria de conserva. Tal como refere Valente (1981: 615) “Nos anos de transição do século XIX para o século XX, Setúbal deixou de ser uma comunidade rural e piscatória tradicional e transformou-se num centro fabril” e, reforçando, “nos vinte e um anos de 1890 a 1911, a mão-de-obra empregue na indústria aumentou 302,6%, isto é, 14,4% ao ano.” (Valente, 1981: 619). Este surto de industrialização teve impacto imediato no crescimento populacional e “em 1911 a população excedia o dobro da de 1864 e a densidade populacional — 31,5 habitantes por quilómetro quadrado em 1864 — atingia os 69,9 habitantes por quilómetro quadrado.” (Valente, 1981: 615). Embora já existisse, a indústria de conservas cresceu em Portugal sobretudo a partir de 1880 na sequência da deslocalização de fábricas da Bretanha, então o principal centro produtor europeu, que lutava contra a escassez de matéria-prima. O investimento francês chegou a Setúbal em 1880 com a localização dos Etablissements F. Delory que, juntamente com investimento nacional, transformaram esta e a região do Algarve nos principais

centros produtores “cabendo-lhes em 1917 cerca de 75% do número de estabelecimentos e 80% da força laboral recenseada” (Neves, 2007:202), elevando Portugal ainda antes da I Guerra Mundial no principal produtor mundial de conservas de peixe (Neves, 2007).

A crise económica, consequência do encerramento de muitas dessas fábricas, abrandou o crescimento populacional, situação que se inverteu com a construção da Ponte sobre o rio Tejo, em 1966, e com o êxodo rural associado a uma nova fase de industrialização. A partir da década de 1950 assiste-se a novas iniciativas no contexto dos Planos de Fomento promovidos pelo Estado Novo, que visam a dinamização da economia nacional e onde a industrialização desempenha um papel de fundamental importância. O lançamento de uma ligação rododiferroviária entre as duas margens surge entre as principais prioridades. É neste contexto que são promovidos diversificados esforços do Estado com vista à instalação, sobretudo na margem sul do Tejo, nos concelhos de Almada, Barreiro, Seixal, de várias unidades industriais consideradas estratégicas para a nação como a Lisnave, a Siderurgia Nacional e a Setenave (Vale, 2009; Aniceto, 2010). A estas juntou-se posteriormente a Autoeuropa.

Por outro lado, a construção da ponte sobre o rio Tejo desencadeou um processo acelerado de transformações de uma área até então predominantemente rural e permitiu à área metropolitana de Lisboa iniciar um processo de crescimento para Sul, que estava contido pelo rio Tejo. Será sobretudo o processo de distensão da metrópole associado ao aumento da mobilidade e das acessibilidades proporcionadas pela rede de transportes públicos que explicam um acelerado “crescimento da mancha urbana, sob a forma de núcleos suburbanos do tipo dormitório” (Salgueiro, 1998: 50), não só nos concelhos da margem norte, mas também nos concelhos da margem sul, como Palmela, Montijo e Alcochete, que até à década de 90 mantinham características bastante rurais (Aniceto, 2010: 18).

A Ponte 25 de Abril teve impacto no crescimento urbano e populacional bem visível nos concelhos do arco norte – Seixal, cuja população cresceu 74% entre 1960 e 1979, seguido do Barreiro, Almada e Moita. Nesta década a população

de Setúbal cresceu 15%, permitindo recuperar do ligeiro declínio observado na década anterior (Figura 3).

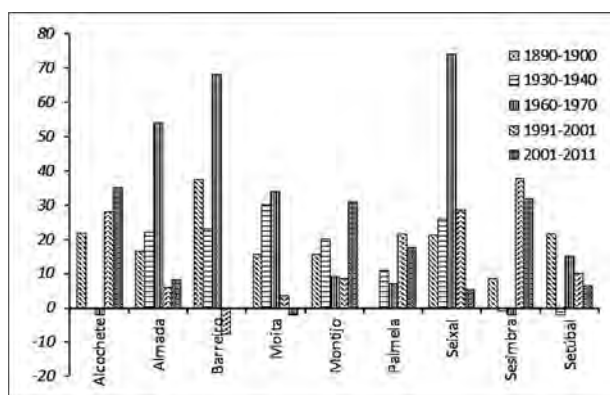


Figura 3

Varição decenal (%) da população por concelhos na Península de Setúbal

Fonte: Gama A. *et al.*, 1981 e <http://www.ine.pt> (dados relativos aos censos de 1991, 2001 e 2011)

A construção da Ponte 25 de Abril, em 1966, teve igualmente um forte impacto na Costa da Caparica (concelho de Almada), transformando-a numa área privilegiada de lazer da população da margem norte; as excelentes condições de oferta balnear e a proximidade e a boa acessibilidade à Área Metropolitana de Lisboa (AML) desencadearam um forte aumento da construção de fogos (legais e clandestinos) e de parques de campismo para residência fixa e secundária (Plano Estratégico do Polis da Costa da Caparica, 2001), criando uma situação de caos urbanístico, de degradação dos recursos ambientais e de processos de erosão costeira. A progressão das áreas artificializadas é visível e acontece em resultado de três processos: preenchimento de interstícios ainda não ocupados em áreas já bastante artificializadas entre o núcleo antigo (edifícios predominantemente construídos até à década de 70) e a linha de costa que passa a ser densamente urbanizada; “abertura” de novos processos de urbanização em áreas ainda não artificializadas; e prolongamento, ao longo da linha de costa, para norte com

a urbanização de São João e para sul, em direção à Fonte da Telha, de áreas já urbanizadas (Pires, *et al*, 2012).

Apesar de medidas preventivas para controlar a especulação e o crescimento urbano, certo é que com a construção da Ponte Vasco da Gama, inaugurada em 1998, e a decisão de localização do novo aeroporto de Lisboa (NAL) tiveram um impacto imediato no processo de urbanização “entre 1995 e 2008 a construção de edifícios para habitação aumentou significativamente em todos os concelhos da PNS, com exceção da Moita, apesar do abrandamento verificado a partir de 2006 (Aniceto, 2010: 58). Mas, pela localização desta nova travessia, o impacto foi mais visível nos concelhos de Alcochete e Montijo, os concelhos com maior variação decenal na última década, a par de Sesimbra, embora neste caso por causa do turismo e da habitação secundária.

Depois do acelerado processo de urbanização da Costa da Caparica, nas décadas de 1990 e de 2000 é a vez de Sesimbra, uma outra área de excelência de lazer da AML, registar um forte crescimento da população e da urbanização. Para além da sede de concelho, cujo crescimento se deve sobretudo ao turismo, também contribuiu o processo de urbanização ilegal da Quinta do Conde, uma das três freguesias de Sesimbra. O loteamento ilegal da Quinta do Conde teve início em 1971, por iniciativa de António Xavier de Lima, e foi a freguesia do país que mais cresceu percentualmente no período intercensitário em 1991-2001 (108%) (Tomé, 2014: 78). Finalmente, na última década, a crise económica que travou a especulação imobiliária e, por outro lado, o envelhecimento da população portuguesa, justificam o abrandamento do crescimento demográfico sentido em todos os concelhos da PNS.

Alterações nos padrões de uso e ocupação do solo

Nos últimos quarenta anos assistiu-se a profundas alterações nos padrões do uso do solo na Península de Setúbal. Além da concentração da população em atividades profissionais ligadas à produção industrial, o elemento mais fortemente caracterizador das alterações sociolaborais é o crescimento do terciário.

A modernização e a articulação entre os diferentes modos de transporte, a massificação do uso do transporte particular e a densificação das vias de comunicação, associadas ao crescimento do mercado de emprego, cada vez mais terciarizado, permitiram o crescimento demográfico e o alargamento das áreas urbanas. Os centros urbanos ampliam-se em dimensão demográfica e territorial, embora a velocidades diferentes, fruto das desiguais acessibilidades e das perspectivas de estabelecimento de infraestruturas valorizadoras do território e da qualidade de vida. Os concelhos melhor servidos pela Ponte 25 de Abril foram os primeiros a assumir-se com as maiores dinâmicas, enquanto outros, como os agora melhor servidos pela Ponte Vasco da Gama, atraem a fixação de infraestruturas exigentes em áreas extensas, como sejam os casos de novas superfícies comerciais ou infraestruturas de logística (transporte, distribuição e produção). De salientar que os concelhos do arco ribeirinho norte da PNS continuam a gravitar de maneira mais profunda em torno da capital e das suas necessidades, enquanto o sul da Península (Palmela, Setúbal) mantém, apesar de tudo, uma maior autonomia, deixando antever, de certa forma, um perfil híbrido da PNS (*Carta Regional da Competitividade, Península de Setúbal/ Alentejo Litoral*, 2011).

O nosso propósito inicial era o de, partindo dos dois mapas de uso de solo que tínhamos elaborado com base na carta Agrícola e Florestal de 1890 e de 1960, fazer a sua atualização e identificar as principais alterações decorridas até à atualidade. Porém não existem atualizações destas cartas sendo a de 1960 a última a ter sido elaborada.

Decidimos então tirar partido de mapas de uso e ocupação do solo da Península de Setúbal elaborados por Tenedório *et al* (2003).

Nas últimas décadas assistiu-se, de uma maneira geral, a um decréscimo percentual das áreas utilizadas para fins agrícolas, enquanto as áreas de mata e de floresta, em resultado muitas vezes do simples abandono de áreas agrícolas, por falta de competitividade, assunção de novos estilos de vida ou outros, registaram um significativo aumento. Também as áreas edificadas urbanas e as ocupadas por grandes equipamentos e infraestruturas comerciais e industriais evidenciaram um notável aumento.

Contudo, é de notar que os diferentes concelhos que compõem a PNS apresentam aspetos muito díspares no que toca à utilização e uso do solo. Palmela, Montijo, Moita e Barreiro são concelhos ocupados, em termos de área, maioritariamente pelo espaço agrícola, com percentagens na ordem ou superiores a 50%. À exceção do Barreiro, onde uma parte muito significativa da área agrícola assenta sobretudo na agricultura a tempo parcial, de natureza familiar e de menor ligação à grande produção para o mercado, os restantes três concelhos, ainda menos penetrados pelo fenómeno urbano, manifestam práticas agrícolas mais extensivas, baseadas em propriedades de maior dimensão e de pendor mais empresarial.

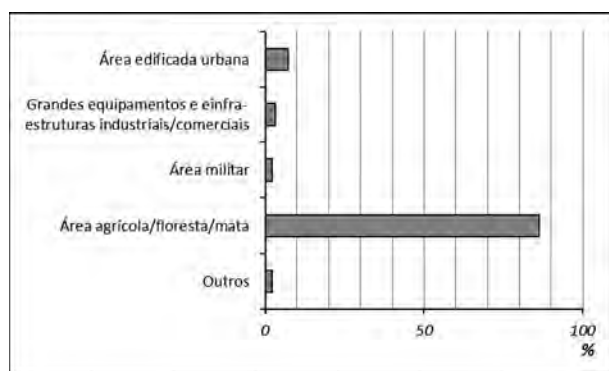


Figura 4

Repartição percentual dos usos do solo na Margem Sul da Área Metropolitana de Lisboa, 1990

Adaptado de Tenedório *et al.* (2003), Uso do solo: uma imagem da área metropolitana.

Em Alcochete, Sesimbra e Setúbal, o predomínio vai para a fileira florestal, com valores da área agrícola na ordem dos 20 aos 40%, a que não serão estranhas, para o caso dos dois concelhos da bordadura sul da Península, as características orográficas do território.

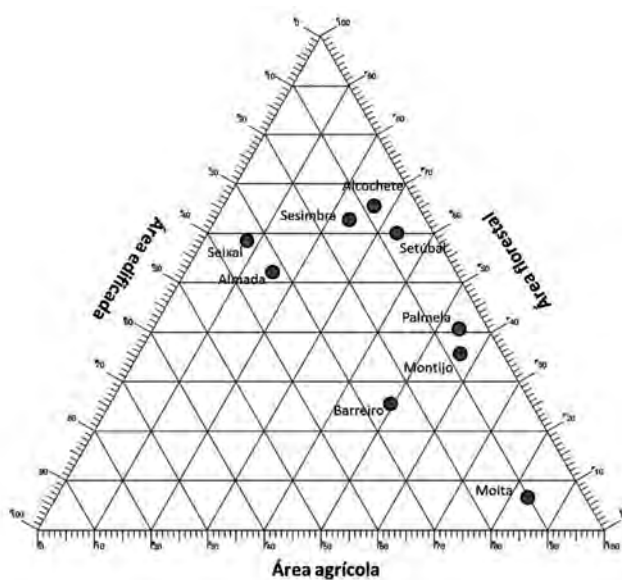


Figura 5

Estrutura do uso e ocupação do solo nos concelhos da Península de Setúbal, 1990

Fonte: Adaptado de Tenedório, *et al* (2003).

Já os concelhos do Seixal e de Almada, apresentam valores de área agrícola entre os 8 e os 16%, tendo a área edificada urbana uma distribuição entre os 30 e 35%, respetivamente a percentagem mais baixa e a percentagem mais elevada de toda a PNS. Os movimentos de industrialização e de suburbanização do século xx, este último impulsionado pela construção da Ponte 25 de Abril, sobretudo, e pela melhoria das ligações fluviais, foram os principais responsáveis por esta individualização em relação aos restantes concelhos.

Conclusão

Pela proximidade a Lisboa, a Península de Setúbal desempenhava, em finais do século xix e inícios do século xx, um papel importante no abastecimento

de produtos frescos à cidade, embora o mercado externo nomeadamente no que toca à exportação de vinhos, frutas e outros produtos agrícolas, especialmente para França e Inglaterra também fosse relevante. No artigo de 1981 usámos o modelo de von Thünen como instrumento teórico para interpretar os modos de organização e de transformação do espaço agrário e a sua relação com os mercados.

Atualmente, as novas realidades no que toca às muito diversificadas origens geográficas dos produtos – consequência do processo de globalização económica e motivadas pela modernização dos transportes, da conservação e acondicionamento dos produtos, da concorrência e agressividade de novas áreas e das produções em grande escala –, alteraram a configuração dos “anéis” tradicionais, que assumiram contornos muito complexos, geometrias variáveis e às vezes paradoxais, no sentido em que, apesar da excelência dos produtos locais, os que consumimos viajam milhares de Km antes de chegar ao nosso prato. Mas estes espaços, outrora agrícolas, também ganham novas configurações a partir do momento em que, fruto da modernização dos transportes e do aumento das acessibilidades, se integraram na AML enquanto fornecedores de mão de obra. As duas travessias do Tejo e as infraestruturas rodoviárias e ferroviárias tiveram um papel importante na integração da margem sul na AML, proporcionando a acessibilidade que faria crescer cidades-satélite no arco ribeirinho da margem sul do Tejo. Cidades que procuram agora reforçar a sua autonomia face a Lisboa e ultrapassar o estigma da “margem errada do Tejo” promovendo projetos como o da Cidade da Água em Almada, no contexto “Lisbon South Bay”.

Bibliografia

- Aniceto, Carlos André (2010). *Avaliação de Impactes Urbanísticos do Novo Aeroporto de Lisboa na Península de Setúbal Nascente*. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território, área de especialização em Planeamento e Ordenamento do Território, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Gama, António; Santos, Graça & Pires, Iva (1981). Análise Espacial de uma Transformação Agrícola, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 7-8, pp. 534-557.

- Goes, Inês Vidal (2012). *De espaço rural agrícola a espaço público urbano. A Várzea de Setúbal*. Dissertação para Obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia, UTL.
- Neves, Pedro (2007). *Grandes empresas industriais de um país pequeno: Portugal. Da década de 1880 à 1.ª Guerra Mundial*. Tese de doutoramento em História Económica e Social, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.
- Pereira, M. Halpern (1974). *Assimetrias de crescimento e dependência externa (Comparação entre dois períodos da história contemporânea portuguesa – 1847-1914 e 1940-1970)*. Lisboa: Seara Nova.
- Pires Iva; Craveiro, João & Antunes Óscar (2012). Artificialização do solo e Vulnerabilidade Humana em duas zonas sujeitas a processos de erosão costeira: casos de estudo da Costa da Caparica e Espinho (Portugal). *Revista de Gestão Costeira Integrada*, Vol. 12(3), pp. 277-290.
- Plano Estratégico do Polis da Costa da Caparica (2001)*. *Viver a Costa da Caparica*, Programa Polis. http://www.m-almada.pt/ngt_server_acd/attachfileu.jsp?look_parentBoui=4890270&att_display=n&att_download=y
- Simão, J. V. & Ribeiro, J. F., (Coord.) (2011). *Carta Regional de Competitividade, Península de Setúbal/Alentejo Litoral*.
- Tenedório, J. A.; Pontes, S. & Estanqueiro, R. (2003). Uso do solo: uma imagem do território metropolitano, In J. A. Tenedório (dir. e coord.), *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: AML, pp. 93-117.
- Tomé, Ricardo (2014). Comércio e Serviços em Áreas Urbanas de Génese Ilegal. O caso da Quinta do Conde (Sesimbra – Portugal). *Finisterra*, XLIX, 97, pp. 69-87.
- Valente, Vasco Pulido (1981). Os conserveiros de Setúbal (1887-1901). *Análise Social*, Vol. XVII (67-68), pp. 615-678.

PARTE II

(Página deixada propositadamente em branco)

CONTRIBUTO PARA UMA GEOMORFOLOGIA CULTURAL DO MACIÇO DE SICÓ

Lúcio Cunha/luciogeo@ci.uc.pt

CEGOT e Departamento de Geografia e Turismo.
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Introdução

Conheci António Gama Mendes nos bancos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Eu iniciava e ele terminava a Licenciatura em Geografia. Fomos colegas enquanto estudantes, ainda fui seu aluno, voltámos a ser colegas, enquanto professores e investigadores de Geografia, e ao longo de mais de 40 anos construímos e desenvolvemos, em conjunto com um grupo grande de outros colegas, um espírito de forte camaradagem, uma amizade profunda, uma colaboração que, para mim, se tornou muito intensa e enriquecedora, ajudando-me a crescer como pessoa e como geógrafo.

Como é sabido, António Gama Mendes teve uma carreira académica, tanto do ponto de vista científico como do ponto de vista pedagógico, ligada essencialmente a temas de História e Teoria da Geografia, Geografia Social, Geografia Cultural, Geografia Urbana, Geografia do Lazer e dos Tempos Livres, Geografia das Fronteiras, em síntese percorrendo um pouco todos os temas de Geografia Humana, interligando-os, integrando-os, problematizando-os e procurando articulações interdisciplinares que buscassem uma mais eficaz interpretação dos territórios e das sociedades que os constroem. No entanto, António Gama

Mendes, o Gama, como era conhecido por quase todos, iniciou a sua carreira científica com um trabalho de Geografia Física sobre os Tufos de Condeixa que lhe serviu de tese de licenciatura (Mendes, 1974), mais tarde revisto, actualizado e republicado na Revista Cadernos de Geografia (1985). Um excelente trabalho de articulação entre a leitura teórica da dinâmica cársica e especificamente da construção dos diferentes corpos e fácies de tufos calcários e o trabalho empírico muito assente num exaustivo trabalho de campo que procurava fazer sempre acompanhado, para poder conversar, discutir, eventualmente apenas expor em voz alta, as suas questões, dúvidas ou conclusões. Mais de 40 anos depois de escrito na sua versão original, este texto ainda se mantém como um trabalho de referência, incontornável nos estudos sobre tufos calcários em Portugal, e particularmente no estudo do maior afloramento em território nacional, o dos Tufos de Condeixa, apesar de alguns outros textos terem sido depois publicados sobre o tema e sobre a área (Cunha, 1988; Soares *et al.*, 1997 a, b).

No trabalho publicado em 1985 inclui uma dedicatória, que pretendia ser também um modo de homenagem ao seu orientador, o Professor Alfredo Fernandes Martins, então recentemente falecido, onde escreve “Porque o essencial do ensino dos Mestres não são as matérias, mas o método, a formulação dos problemas, a humildade perante o erro”, princípios que António Gama haveria de tornar seus, norteando a sua vida de professor e de investigador em Geografia.

Deste tempo recordo dois aspectos fundamentais:

O são convívio com estudantes e com os colegas mais novos, que nos levou muitas vezes a ver o “Nascer do Sol” no Penedo da Saudade, na Sr^a do Circo (Maciço de Sicó) ou nos Penedos de Góis (Serra da Lousã). Quase sempre, António Gama conduzia estes convívios de amigos para intensas e profícuas discussões de grupo, em torno da Geografia e do seu valor como Ciência, bem como das diversas geografias da região de Coimbra, a cujo conhecimento nos estimulava, mesmo que durante deslocações noturnas, adivinhando mais que olhando, sentindo mais que vendo, paisagens, territórios, lugares, redes, relações: Geografias!

Ensinou a necessidade de articular informação teórica, lida e compreendida através de livros e revistas em língua castelhana, francesa ou inglesa, com a

informação de carácter mais prático recolhida em observação direta de campo, em inquéritos ou em dados estatísticos. Talvez mais que articular se deva dizer antecipar, pois muitas vezes quando tentávamos impor-lhe a importância do trabalho de campo, o mito da descoberta do afloramento particular ou da forma especial como chaves para a interpretação de um problema geográfico, a resposta, sempre pronta era “só encontraremos o que soubermos procurar” ou, de modo mais simples e sintético, “só veremos o que soubermos ver”.

E era vê-lo no cimo de um penhasco de braços abertos, numa figura de recorte místico, rodando o corpo à procura da direção exata de um alinhamento tectónico marcado no relevo ou de indicador apontado a aldeias ou campos, ajudando a construir o mapa mental de espaços rurais das montanhas dos arredores de Coimbra.

Depois, o tempo foi responsável pelo afastamento de interesses disciplinares, um dirigindo-se para a Epistemologia da Geografia e para a Geografia Humana, outro para a Geomorfologia, foram tempos de crescimento e de maturação científica, em que outras qualidades do Gama marcavam o quotidiano relacional no seio do Grupo de Geografia da Universidade de Coimbra: o entusiasmo e a generosidade. Entusiasmo que marcava os momentos em que encontrava e generosamente cedia o artigo sobre um qualquer carso num qualquer dos quatro cantos do mundo que tivesse ou pudesse ter alguma relação com o carso do Maciço de Sicó. Entusiasmo que se refletia também nos contactos que me proporcionou com colegas de outras universidades nacionais e estrangeiras, sempre na generosa perspectiva de abrir as portas certas para um melhor desempenho dos mais novos. Finalmente, o entusiasmo, com que nos passava muito do seu saber em viagens de estudo que guiava magistralmente: muito mais do que por aquilo que transmitia, o modo entusiasmado e contagiante como a todos fazia sentir e perceber os papéis do meio físico e da sociedade, da história e da geografia, do rural e do urbano, do local, do regional e do nacional, na construção de uma Geografia bem perceptível, atual e útil.

Por isso, o Gama nos falta e, me falta, a mim, particularmente.

O Maciço de Sicó, a cujo estudo tenho dedicado algum tempo nos últimos anos, foi-me também ensinado por ele. Nos tufos de Condeixa, na Senhora

do Circo, no Furadouro e no Casmilo. Esta é a razão para ter escolhido como contributo para esta homenagem um pequeno texto de carácter metodológico sobre a avaliação do Património Geomorfológico Cársico no Maciço de Sicó, tentando cruzar alguns pontos de interesse territoriais e científicos comuns.

Património geomorfológico no contexto dos estudos sobre Geopatrimónio: problemas conceptuais e operacionais

Embora desde sempre o Ser Humano tenha valorizado as formas de relevo e outros elementos do meio natural abiótico numa perspetiva cultural, educativa e mesmo económica, pode dizer-se que os estudos sobre a importância da geodiversidade (Sharples, 2002, citado por Gray, 2004), geopatrimónio, geoconservação e geoturismo são relativamente recentes e desenvolvem-se sobretudo já no século XXI pela mão de geólogos, geógrafos e turismólogos na busca das relações entre os elementos patrimoniais naturais abióticos e os dados científicos que suportam o seu conhecimento e valorização, que justificam o seu significado ecológico, social e cultural e que proporcionam a sua divulgação e os mecanismos de conservação adequados.

O conceito de geodiversidade, claramente estabelecido para responder à importância crescente e socialmente dominadora do conceito de biodiversidade, diz respeito ao conjunto e à diversidade de elementos, sistemas e processos geológicos (rochas), geomorfológicos (formas de relevo) e pedológicos (solos) (Sharples, 2002 e Australian Heritage Commission, 2002, citados por Grey (2004).

O conceito de Geopatrimónio (tradução do termo inglês *geoheritage*) corresponde ao conjunto de elementos naturais abióticos existentes à superfície da Terra (emersos ou submersos) que devem ser preservados devido ao seu valor patrimonial. Nesta definição, o Geopatrimónio inclui o Património Geológico, o Património Geomorfológico, o Património Hidrológico, o Património Pedológico, entre outros (Rodrigues e Fonseca, 2008).

Finalmente, por Património Geomorfológico pode entender-se o conjunto de elementos geomorfológicos (formas de relevo e depósitos correlativos, atuais e

passadas, vistos a diferentes escalas), com interesse científico, pedagógico, cultural ou estético (Panizza, 2001; Reynard, 2005; Reynard e Panizza, 2005) que, pelo seu significado relevante, merece ser estudado, preservado e valorizado.

Associados, e tendo na composição das palavras o mesmo prefixo geo-, surgem também os conceitos de geoconservação e de geoturismo. A geoconservação tem como objetivo a preservação da diversidade natural (ou geodiversidade) de aspetos e processos geológicos (substrato), geomorfológicos (formas da paisagem) e do solo significativos, mantendo a evolução natural (velocidade e intensidade) desses aspetos e processos (Sharples, 2002, citado por Brilha, 2005).

Por seu turno, o conceito de geoturismo, proposto por Hose em 1995, corresponde à “provisão de serviços e facilidades interpretativas, no sentido de possibilitar aos turistas a compreensão e aquisição de conhecimentos de um sítio geológico ou geomorfológico, ao invés da sua simples apreciação estética” (Hose, 1995, citado por Moreira, 2011).

Para a análise e interpretação destes conceitos, muitas outras definições de alguns outros autores poderiam ser apontadas. Tratando-se de uma área do conhecimento que só muito recentemente foi incorporada às Ciências da Terra e às Ciências Sociais e que envolve, em regra, uma abordagem interdisciplinar (Geologia; Geografia; Arqueologia; Turismo), é natural que surjam alguns problemas e até mesmo alguns conflitos de ordem conceptual. Um dos mais comuns é o da associação ou confusão dos conceitos acima referidos de geodiversidade, geopatrimónio, geoconservação e geoturismo com os conceitos de diversidade geológica, património geológico, conservação geológica ou turismo geológico, levando por consequência à inclusão do património geomorfológico dentro do chamado património geológico, como pretendem alguns investigadores da área científica da Geologia, algumas associações profissionais de geólogos ou mesmo alguns serviços oficiais de gestão patrimonial em vários países do Mundo.

De facto, não sendo fácil a “arrumação” dos diferentes ramos do saber nos grandes grupos científicos, sobretudo em tempos marcados por uma forte interdisciplinaridade nas abordagens mais gerais, como é o caso dos estudos sobre o património, parece-nos mais interessante e realista manter os objetos geológico e geomorfológico distintos e sem subordinação entre si, ainda

que ambos associados e incluídos dentro do grande “chapéu” das Ciências da Terra, ou seja da geodiversidade, do geopatrimónio, da geoconservação e do geoturismo.

De facto, o património geomorfológico merece ser classificado como um elemento autónomo face ao património geológico por diferentes razões, de que se expõem aqui apenas as duas principais:

A Geomorfologia e, conseqüentemente as formas de relevo, são estudadas por várias ciências, nomeadamente pela Geografia Física e pela Geologia, com diferentes leituras dos processos que conduzem à construção das formas de relevo, sua associação e localização. Embora a Geomorfologia possa ser considerada como fazendo parte da Geologia, ela faz também parte da Geografia Física, logo da Geografia, bem como de outras ciências como a Engenharia e a Arqueologia. O património geomorfológico pode ser estudado em qualquer destes contextos científicos. Não tem, por isso, sentido incluí-lo como parte do património geológico (com estatuto semelhante ao do património mineralógico ou paleontológico), do mesmo modo que não tem significado considerá-lo como fazendo parte do património geográfico (com estatuto semelhante ao do património biogeográfico, ao património rural construído ou imaterial, ao património urbanístico das principais cidades ou ao património industrial, etc.).

Por outro lado, existe claramente um papel diferenciador e diferenciado do património geomorfológico face aos restantes tipos de geopatrimónio. Por exemplo, a grande articulação das formas de relevo com os Seres Humanos (pelo valor cultural e religioso do relevo: montes; grutas; praias) e, sobretudo, pela sua mais fácil perceção estética (espetacularidade; grandiosidade; beleza; diversidade), proporcionam uma maior aceitação do seu valor patrimonial pelo grande público e, mesmo, uma maior utilização em termos geoturísticos. Daí que mais de metade dos 61 elementos referidos no livro sobre “património geológico – geossítios a visitar em Portugal” (Brilha e Pereira, 2011)¹ sejam

¹ A que melhor teria sido chamar “Geopatrimónio a visitar em Portugal”, um pouco à semelhança do livro “Geoheritage in Europa and its conservation”, livro de características semelhantes organizado à escala da Europa por Wimbledon e Smith-Meyer (2012).

efetivamente elementos do património geomorfológico (como o vale glaciário do Zêzere, o inselberg de Monsanto, a arriba fóssil da Costa da Caparica ou a praia de Porto Santo).

Assim, por razões conceptuais, mas também para evitar naturais leituras e conflitos disciplinares é preferível utilizar o prefixo geo- e o termo geopatrimónio, em vez do termo património geológico (aliás, tal como em geodiversidade, geoconservação e geoturismo). Uma outra vantagem desta utilização está no facto de que, embora por comodidade de análise, tenhamos de segmentar a realidade patrimonial, quase sempre um geossítio, uma área ou uma paisagem valem pelo conjunto de características que o definem (quanto menor a escala, maior a complexidade de características envolvidas). Um exemplo entre muitos outros semelhantes: o conhecido “Vale das Buracas” no Maciço de Sicó vale patrimonialmente pelos alinhamentos de abrigos sob rocha e pelos afloramentos de depósitos de vertente com crioclastos que justificam muita da evolução daquelas formas (Geomorfologia, o seu valor patrimonial principal), que dependem claramente dos tipos litológicos de calcário e da sua disposição estrutural (Geologia), que têm vertentes revestidas de uma vegetação rara e peculiar (Botânica; Ecologia), que terão abrigado seres humanos em tempos do Paleolítico Superior (Arqueologia) e que, ainda até há poucos anos atrás, davam abrigo a rebanhos e a pastores, numa ocupação marcada hoje não só por vestígios físicos, mas também por lendas e tradições rurais. A aplicação dos conceitos de geopatrimónio, geoconservação e geoturismo parece vantajosa também pela capacidade de agregar, relacionar e tornar sistémica (geossistémica) a relação dos vários elementos patrimoniais presentes, sobretudo quando se trata de elementos patrimoniais à escala da área ou da paisagem.

No entanto, a argumentação acima exposta de modo perigosamente simplista, pretende apenas chamar a atenção para a necessidade de colaboração interdisciplinar nos estudos sobre o Geopatrimónio e, particularmente, entre geólogos, geógrafos e arqueólogos, integrando métodos de observação, inventariação e classificação de elementos patrimoniais, bem como acautelando, com base nas respectivas experiências e nas competências específicas, as tarefas de geoconservação, divulgação e valorização, através do geoturismo.

Geopatrimónio cársico do Maciço de Sicó – Aplicação de uma metodologia para avaliação

O Maciço de Sicó (Cunha, 1988) é um maciço calcário carsificado através de processos paleocársicos de profundidade e de superfície, cujo geopatrimónio, essencialmente ligado aos processos geomorfológicos cársicos que deram origem às suas formas de relevo a diferentes escalas, tem vindo a ser dado a conhecer em diferentes trabalhos (Cunha e Vieira, 2004; Vieira e Cunha, 2006; Silva, 2012; Cunha *et al.*, 2014).

Através destes e de outros trabalhos foram inventariados e descritos cerca de uma centena de elementos do património cársico, quase sempre de origem geomorfológica. Estes elementos foram cartografados, divulgados e integrados em possíveis percursos temáticos de visita. Todos estes processos têm sempre por base, explícita ou implicitamente, uma metodologia de avaliação dos elementos patrimoniais que permita selecionar de entre a vasta e rica geodiversidade do Maciço, os elementos patrimoniais mais significativos, mais ricos e mais valiosos, para os proteger e valorizar.

Neste caso específico foi ensaiado um método de avaliação que, ao contrário das habituais fichas de quantificação preenchidas, de modo que se pretende objetivo, por um único investigador, teve por base as respostas necessariamente subjetivas a um inquérito por um conjunto de pessoas que conhecem a realidade em causa. Foi feito um inquérito aberto, lançado através da internet, quer a alunos e ex-alunos do Departamento de Geografia e Turismo que visitaram e conhecem o Maciço de Sicó, bem como a membros de um grupo fechado do Facebook que tem como objetivo a discussão de diferentes aspetos ambientais, económicos e sociais do Maciço de Sicó. Os resultados agora apresentados são claramente preliminares, com significado estatístico pouco relevante e cujo objetivo fundamental é o de tentar experimentar um método distinto para avaliação de elementos do geopatrimónio. Foram obtidas 118 respostas, das quais apenas 82 foram validadas por terem cumprido resposta a todos os itens. Foi proposta a avaliação através de uma escala de 5 termos dos 22 elementos geopatrimoniais considerados mais relevantes no Maciço de Sicó (Quadro I)

tendo em consideração o seu valor científico, estético, cultural, pedagógico-didático e, numa tentativa de síntese, o valor global. Foi também solicitada aos inquiridos uma avaliação das potencialidades destes elementos geopatrimoniais em termos de utilização turística e de lazer, desportiva, económica e pedagógico-didática. Os elementos patrimoniais foram considerados a várias escalas, desde a escala do sítio (exurgências; grutas; dolinas) à escala da paisagem (montes; escarpas; vales; superfície dos tufos de Condeixa), passando por uma escala intermédia (em que foram incluídos os campos de lapiás; Carvalho, 1999; Cunha e Vieira, 2004)

Numa breve caracterização, os inquiridos são maioritariamente mulheres (52%), têm uma idade que vai dos 18 aos 60 anos, mas com forte predomínio entre os 25 e os 50 anos (71%), habilitações literárias ao nível ou acima da licenciatura (83%) e com residência em várias regiões do país e 35% a residir em municípios que integram o Maciço de Sicó.

Os resultados (Quadro I) mostram aparentemente a justeza das escolhas previamente efetuadas e apresentadas aos inquiridos. Por um lado, apenas 16% dos inquiridos manifestaram o conhecimento de outros elementos geopatrimoniais não incluídos no inquérito (de que são exemplos as Fórnias da Ucha e de Casal Soeiro; Exurgência da Lapinha; Serra do Rabaçal; alguma dolinas antropizadas e transformadas em lagoas; Lapas de Eira Pedrinha) e, por outro, todos os elementos considerados obtiveram uma pontuação (numa escala de 1 a 5) superior a 3,8, sendo que em apenas 3 casos (Olho do Tordo; Olhos do Dueça e Dolina do Peixeiro) não se atingiu o valor de 4.

Quadro I
Síntese dos resultados dos inquéritos sobre a avaliação do Geopatrimónio cársico do Maciço de Sicó

	V. Científico	V. Eseréico	V. Cultural	V. Pedagógico	V. Total	Ut. Turística	Ut. Desportiva	Ut. Económica	Ut. Pedagógica	Ameaças (%)
Exurgência de Aleabideque	4,0	3,9	4,2	4,1	4,2	4,0	2,8	3,1	3,9	37
Olhos de água de Anços	4,1	4,0	3,8	4,2	4,2	4,3	3,4	3,7	4,3	31
Olhos de água de Ansião	4,3	4,4	4,3	4,3	4,4	5,0	4,1	3,8	4,2	30
Olho do Tordo	3,6	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	2,7	3,2	3,8	23
Olhos de água de Ourato	4,1	3,8	3,8	4,0	4,1	4,1	3,4	3,5	3,8	38
Olho do Dueça	4,2	3,3	3,7	4,1	3,8	3,6	2,9	3,6	3,9	39
Gruta do Soprador do Carvalho	4,6	4,3	4,0	4,5	4,4	4,2	3,9	3,8	4,4	13
Algar da Jância	4,4	4,2	4,0	4,3	4,3	4,2	3,7	3,7	4,1	17
Buraca Grande	4,4	4,5	4,2	4,5	4,4	4,4	4,0	3,2	4,2	22
Buraca Escura	4,3	4,3	4,0	4,2	4,3	4,4	3,7	3,3	3,9	19
Buraca dos Milhares	4,2	4,2	3,9	4,2	4,2	4,2	3,3	3,0	3,9	30
Dolina da Senhora do Circo	4,0	4,2	4,0	4,1	4,1	4,1	3,5	3,3	3,9	0
Dolina do Peixeiro	4,1	3,9	3,7	3,9	3,9	3,9	3,2	3,4	3,8	12
Campo de lapiais do Casnilo	4,4	4,5	3,9	4,4	4,4	4,3	3,1	3,1	4,2	2
Megalapias de Alvaizere	4,5	4,5	4,3	4,3	4,5	4,5	3,6	3,5	4,3	8
Morros de Médio e Jerumelo	3,9	4,2	3,9	4,0	4,0	4,0	3,5	3,3	3,9	2
Escarpa da Senhora da Estrela	4,3	4,5	4,4	4,4	4,4	4,5	4,0	3,8	4,3	6
Vale das Buracas	4,6	4,5	4,3	4,5	4,6	4,4	4,0	3,6	4,3	14
Vale do Poto Novo	4,5	4,6	4,1	4,4	4,4	4,4	4,0	3,6	4,2	10
Canhão do Rio de Moutros	4,4	4,5	4,2	4,3	4,4	4,4	3,7	3,5	4,1	3
Canhão da Mata	4,3	4,4	4,2	4,2	4,4	4,2	4,0	3,6	4,0	0
Tufos de Condeixa	4,2	3,8	3,6	4,1	4,1	3,7	3,1	3,1	4,1	10

No plano científico os elementos patrimoniais mais relevantes parecem ser as grutas, os campos de lapiás e os canhões fluviocársicos (Buracas; Poio Novo e Rio dos Mouros). No plano estético o leque de elementos patrimoniais valiosos alarga-se à Exurgência dos Olhos de Água de Ansião, que recentemente foi alvo de obras de beneficiação turística, e às paisagens da escarpa da Sr^a da Estrela e do canhão da Mata, sendo preteridas as grutas do Soprador do Carvalho e do Algar da Janeia. No plano cultural, a grande referência é a escarpa da Sr^a da Estrela pela capelinha homónima e pela peregrinação anual que a ela é feita. No plano pedagógico-didático os elementos geopatrimoniais a salientar aproximam-se dos da lista daqueles com valor científico (grutas do Soprador do Carvalho e Buraca Grande; campo de lapiás do Casmilo; escarpa da Sr^a da Estrela; Vales das Buracas e do Poio). Numa tentativa de síntese foi também solicitada uma apreciação do valor global de cada um dos elementos geopatrimoniais propostos. Salientam-se dez elementos, a exurgência dos Olhos de Água de Ansião, as grutas do Soprador do Carvalho e da Buraca Grande, os dois campos de lapiás referidos, a escarpa da Sr^a da Estrela e os canhões fluviocársicos.

Tendo em consideração os modos práticos de utilização deste geopatrimónio é ressaltada a sua utilização no plano turístico e de lazer. Os inquiridos ressaltam oito destes elementos como tendo interesse geoturístico, no entanto não valorizam nem do ponto de vista económico, nem dos pontos de vista desportivo ou, sequer, do ponto de vista pedagógico, o património cársico de Sicó (apenas a gruta do Soprador do Carvalho entraria nesta última categoria). Aliás este é um caso muito curioso no contexto do geopatrimónio de Sicó. Desde a sua descoberta nos finais do século passado, esta cavidade pelo seu interesse científico, pedagógico e estético (particularmente por ser uma gruta ativa, com um rio subterrâneo a percorrê-la) tem sido alvo de uma constante tentativa de utilização turística, que acontece desde há cerca de dois anos, com impactes por estudar nas suas características geomorfológicas, climáticas e bióticas. Ora, os inquiridos atribuem-lhe valor científico e pedagógico, entendem, inclusivamente, que é uma cavidade com interesse pedagógico, mas não lhe atribuem o valor turístico (desportivo) com que os responsáveis municipais entenderam valorizá-la.

A percepção das ameaças à conservação dos elementos geopatrimoniais por parte dos inquiridos revela uma situação confortável, uma vez que para todos os elementos geopatrimoniais foram sempre menos de 40% dos inquiridos a considerá-los ameaçados. Realce-se, no entanto, que as exsurgências cársicas são os elementos considerados como mais ameaçados, nomeadamente, as exsurgências do Olho do Dueça, do Ourão e de Alcabideque.

Conclusão

Pretendeu-se, com este texto, o impossível: de modo simples, curto e despretensioso homenagear um amigo, um homem grande, inteligente, culto e cientificamente sofisticado que um dia, longínquo no tempo, se interessou pela Geografia Física e pelo Maciço de Sicó, antes de fazer uma carreira brilhante por temas geográficos de cariz mais epistemológico, político, cultural e social. Ainda assim, pretendeu-se uma apresentação que valorizasse os territórios de Sicó e os seus elementos geopatrimoniais ligados à geomorfologia cársica. Seguindo as lições de António Gama, pretendeu-se discutir mais os métodos que as matérias, deixar mais dúvidas que descrever certezas e levantar mais problemas que apresentar resultados.

Num carso como o do Maciço de Sicó, a importância dos processos antigos (paleocársicos), ligados a sucessivas evoluções geomorfológicas sob coberturas sempre incompletamente exumadas, torna natural que as formas fluviocársicas tenham um importante significado geomorfológico e patrimonial. Os vales das Buracas, dos Poios, da Mata e do Rio dos Mouros, testemunham esse valor. Por seu turno, são pouco frequentes as depressões fechadas (como as dolinas) e os campos de lapiás, que apenas têm significado nos locais mais expostos e exumados do Maciço. Daí também a sua fraca expressão do ponto de vista patrimonial. Como cobertura gresosa não significa exatamente fossilização, o carso subterrâneo continua a evoluir. Se do ponto de vista geomorfológico são algumas centenas as cavidades desigualmente distribuídas pelo Maciço e se, no seu conjunto, o carso subterrâneo constitui um dos principais valores

geopatrimoniais do Maciço, as dificuldades de acesso fazem com que apenas algumas destas cavidades sejam conhecidas do grande público e tenham um significado geopatrimonial efetivo.

O exercício metodológico aqui ensaiado é, como foi dito, claramente preliminar. Com base nesta experiência será possível corrigir (ampliando) a lista de elementos geopatrimoniais, distinguindo-os do ponto de vista escalar e promovendo associações com elementos do património biológico e cultural. Pretende-se, também, recolher a opinião de alguns atores municipais e regionais com responsabilidades sobre este território (incluído parcialmente na rede Natura 2000), bem como alguns agentes turísticos e desportivos com atuação em Sicó. Finalmente, será possível cruzar as perceções dos inquiridos com os seus perfis (locais, turistas ou investigadores; agentes e atores locais; etc.) no sentido de ajudar a perspetivar políticas de desenvolvimento local sustentáveis para um território que, apesar de situado no litoral do país, apresenta muitas limitações características dos espaços interiores de baixa densidade.

Bibliografia

- Brilha, José (2005). *Património geológico e geoconservação – a conservação da natureza na sua componente geológica*. Braga, Palimage, 190 p.
- Brilha, José & Pereira, Paulo (2011). *Património geológico – Geossítios a visitar em Portugal*. Braga, 137 p.
- Carvalho, A. M. Galopim (1999). *Geomonumentos*. Lisboa, 30 p.
- Cunha, L.; Dimuccio, L. & Aubry, T. (2014). Património cársico no Centro de Portugal. O caso do Maciço de Sicó. *Actas do I Encontro luso-brasileiro de Património Geomorfológico e Geoconservação*, Coimbra, pp. 27-34.
- Cunha, Lúcio (1988). *As serras calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere. Estudo de Geomorfologia*. Dissertação de Doutoramento, Coimbra, 329 p.
- Cunha, Lúcio & Vieira, António (2004). Património geomorfológico, recurso para o desenvolvimento local em espaços de montanha. Exemplos no Portugal Central. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, 21/23, pp. 15-28.
- Gray, Murray (2004). *Geodiversity – Valuing and conserving abiotic nature*. Chichester: Wiley, 434 p.
- Mendes, A. Gama (1974). *Os Tufos de Condeixa. Morfologia da área dos Tufos de Condeixa*. Dissertação de Licenciatura, Coimbra.
- Mendes, A. Gama (1985). Os Tufos de Condeixa. Estudo de Geomorfologia. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, 4, pp. 53-119.

- Moreira, J. C. (2011). *Geoturismo e interpretação ambiental*. Ponta Grossa, Editora UEPG, 157 p.
- Rodrigues, M. L. & Fonseca, A. P. (2008). A valorização do geopatrimónio no desenvolvimento sustentável de áreas rurais. *Colóquio Ibérico de Estudos Rurais*, Coimbra.
- Silva, Carlos (2012). *Sicó: a dimensão cultural das paisagens: um estudo de turismo nas suas vertentes cultural e natureza*. Dissertação de Doutoramento, Coimbra.
- Soares, A. F.; Cunha, L. & Marques, J. F. (1997). Les tufs calcaires dans la région du Baixo Mondego (Portugal) – Les tufs de Condeixa. Présentation générale. *Études de Géographie Physique*, Travaux 1997, Suppl. n.º XXVI, Aix-en-Provence, pp. 55 - 58.
- Soares, A. F.; Cunha, L. & Marques, J. F. (1997). Les tufs calcaires de Condeixa. Présentation générale et encadrement dans le modèle géomorphologique du Bas Mondego (Portugal). Não publicado.
- Vieira, António & Cunha, Lúcio (2006). Património geomorfológico – de conceito a projecto. O Maciço de Sicó. *Publicações da Associação Portuguesa de Geomorfólogos*, Vol. 3, APGeom, 2006, pp. 147-153.
- Wimbledon, W. A. P. & SMITH-Meyer, S. (2012). *Geoheritage in Europe and its conservation*. Progeo, Oslo, 405 p.

**FOSSO DO MÉDIO ZÊZERE.
UM LIVRO ABERTO DE GEOMORFOLOGIA**

Luciano Lourenço/luciano@uc.pt

Departamento de Geografia e Turismo e CEGOT.
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Introdução

Depois de alguma hesitação sobre o tema que deveria apresentar neste livro dedicado ao colega António Gama Mendes, entendi que não poderia ser outro que não o vale do Zêzere, dado que não só o homenageado dele era natural, mas também porque dediquei algum do meu tempo ao estudo da geomorfologia desse vale, já lá vão alguns anos (Lourenço, 1996), e não quis perder esta oportunidade para retomar o assunto, centrando-me numa área geográfica que era particularmente querida ao António Gama.

Como seu aluno em três unidades curriculares de Geografia Humana, recorro as suas magistrais aulas teóricas, que a todos marcavam de forma indelével, mas guardo particular memória do seu gosto pela Geografia Física e, em especial, de uma viagem de estudo, já não recordo qual o contexto nem a unidade curricular em que ela se realizou, apenas retenho na memória que o Gama Mendes nela participou e, eis senão quando, no alto da serra do Açor, tendo-se parado o Velho Land Rover para observação de uma plantação de vidoeiros (*Betula alba*), ele se concentra numa pequena barreira da berma da estrada e no depósito que nela era visível, o qual servia de substrato a essa plantação, e nos questiona

sobre uma matéria de que ainda nem sequer tínhamos ouvido falar, os depósitos periglaciares, e aproveitando o ensejo, nos brindou com uma excelente dissertação sobre a formação e as características desse tipo de depósitos.

Apesar do tempo que transcorreu desde então, fazendo contas verifico que tal sucedeu haverá uns quarenta anos, mas recorro como se fosse hoje, a sua posição na barreira e a sua postura durante a explicação, algo que me fascinou e não esquecerei, dada a vivacidade e clareza dessa intervenção, bem como a surpresa que me causou o seu aprofundado domínio deste tema da geografia física, dado que ele era nosso professor da área da geografia humana, embora mais tarde tivesse comprovado que, afinal, este era, apenas, um dos muitos temas que dominava na geografia física.

Porque o vale do Zêzere permite retomar essa problemática e tratar não só uma área que dizia muito ao António Gama, com quem aliás troquei muita informação sobre ela, mas também porque possibilita fazer um referênci a aos depósitos periglaciares que me foram dados a conhecer, em primeira mão, pelo Gama Mendes, não encontrei melhor forma de o homenagear que não fosse centrar-me na área que o viu nascer.

Objetivos e metodologia

O objetivo deste texto visa apresentar, de forma condensada, alguns aspetos que se prendem com a caracterização geomorfológica daquilo a que Orlando Ribeiro (1949) chamou o “fosso do médio Zêzere”, o que denota bem a importância da tectónica na delimitação desse fosso, estando essa movimentação tectónica muito bem testemunhada nas cristas quartzíticas que o atravessam, conforme procuraremos demonstrar.

Um segundo objetivo está relacionado com a formação dos célebres meandros do Zêzere, uns claramente adaptados à estrutura e à fraturação, enquanto outros parecem intimamente ligados a dificuldades na travessia das cristas.

O terceiro e último dos objetivos passa pela apresentação dos principais tipos de depósitos de vertente que se encontram no médio Zêzere, com descrição das

suas principais características e identificação das condições climáticas subjacentes à respetiva formação, bem como do seu posicionamento relativo.

No que concerne à metodologia, privilegiou-se o trabalho de campo a que se seguiu intenso trabalho de gabinete, para tratamento cartográfico e laboratorial, como se descreveu pormenorizadamente na obra anteriormente citada (Lourenço, 1996).

A área que pretendemos aqui destacar, situa-se dentro daquela que constitui o fosso do médio Zêzere (Figura 1), corresponde sensivelmente aos seus 2/3 iniciais, aqueles onde o Zêzere deixa a Cova da Beira para se encaixar por entre formações metassedimentares e que, genericamente, está compreendida entre a confluência da Ribeira do Paúl, embora só se acentue após a confluência da ribeira do Porsim, e o plutónio de Pedrógão Grande, situado a jusante, a partir do qual as características do vale se modificam.

A tectónica como condicionante das formas de relevo

O fosso do médio Zêzere aparece muito bem delimitado a Noroeste, onde é possível seguir, em praticamente toda a sua extensão, a falha de Cebola, pela primeira vez mencionada por Décio Thadeu (1949) e que separa, de forma muito clara (Fotografia 1), este fosso das designadas serras setentrionais.

Por sua vez, a Sueste, nem sempre é fácil identificar no campo, com a mesma clareza, as marcas da tectónica, em especial a Norte da serra de Alvelos, onde por vezes é difícil seguir a falha do Bravo, que é interrompida pela falha da Abitureira, a montante da qual o vale alarga, retomando a direção geral na falha de Bogas.

A quebrar a monotonia das formas arredondadas dos xistos desenvolvem-se duas cristas quartzíticas, transversais ao traçado do vale, que, comportando-se como soleiras de rocha dura, permitem testemunhar uma série de pequenas movimentações no interior do fosso, paralelas a estes dois grande acidentes que o marginam.

Os alinhamentos quartzíticos que atravessam o vale do médio Zêzere são dois: a crista principal, que se estende dos Penedos de Fajão à serra do Muradal e, a secundária, que vai dos Penedos de Unhais-o-Velho ao Cabeço do Vale do Pereiro. Ambas apresentam uma orientação hercínica, ou seja, NW-SE. Os acidentes transversais, de direção NE-SW ou NNE-SSW, poderão ser mais antigos e, por conseguinte, terão ressoado posteriormente por diversas vezes.

As cristas quartzíticas como testemunhas da movimentação tectónica

Neste contexto, as cristas quartzíticas revelam-se um ótimo auxiliar para compreender o levantamento desses acidentes, constituindo mesmo um elemento fundamental para, através da movimentação refletida nas cristas, se deduzir a importância relativa das principais falhas, uma vez que nos xistos marginais essas manifestações se degradam com muito mais facilidade, pelo que raramente se conservam por longos períodos.

Como as cristas quartzíticas permitem identificar, com alguma segurança, as características das movimentações relativas que foram sofrendo, procedemos ao levantamento dos perfis longitudinais dessas cristas, pois testemunham “as deformações da superfície culminante da montanha, ela mesma derivada do arrasamento eocénico” (Daveau *et al.*, 1985/6: 257).

Com efeito, o complexo jogo de blocos quartzíticos sente-se particularmente bem ao longo do alinhamento que dos Penedos de Fajão, nas serras setentrionais, se estende até ao Muradal, nas serras meridionais, atravessando o fosso tectónico do médio Zêzere, cujos limites não são coincidentes com os da bacia hidrográfica do rio Zêzere, e que encerra a chave para a explicação dessa movimentação, motivo pelo qual merece ser analisado com algum pormenor.

Assim, quem observa a crista quartzítica que, quase ininterruptamente, se estende de Fajão ao Muradal (Figura 2-C), não pode ficar indiferente à sua imponência. Por outro lado, a sua extensão permite que nela tenham ficado bem patentes as marcas deixadas pela atuação das diversas fases orogénicas e, sobretudo, que elas se encontrem ainda bem conservadas.



A



B



C

Fotografia 1

Vistas da falha de Cebola: A – Caixa de falha, a montante de São Jorge da Beira, tomada da divisória de águas. B – Aspeto de pormenor. C – Espelho de falha numa barreira da estrada Nacional 2, entre Louriceira e Mega Fundeira.

Fotografias de L. Lourenço

O deslocamento de pequenos blocos é particularmente visível na área onde a crista é atravessada pelo rio Zêzere, a qual corresponde a um *graben*, dentro do qual se elevam dois *horsts*. Destes, o mais pequeno localiza-se a SE e origina os cabeços do Mosqueiro e do Vale do Pereiro, já situado na crista secundária (Figura 2-A) que se desenvolve a nascente. O outro, bastante mais complexo, proporciona as formas mais salientes e espetaculares, materializadas quer nos cabeços do Picoto e do Soito, quer na serra do Vidual, localizados respetivamente a Sul e a Norte do rio Unhais, o qual franqueia a crista através de um impressionante vale em garganta, que, por isso mesmo, foi aproveitado para a construção da barragem de Santa Luzia (Fotografia 2). Quando tal não acontece, as pequenas ribeiras despenham-se por espetaculares quedas de água (Fotografia 3).

Por sua vez, a crista secundária que se desenvolve neste setor, embora ligeiramente soerguida em relação à serra do Machialinho (Porta do Souto, 765 m), apenas localmente, nos Penedos de Unhais (885m), ganha alguma importância, pois as maiores altitudes encontram-se na serra do Chiqueiro que, por serem já moldadas em xisto, atestam a importância da movimentação tectónica para o soerguimento das Serras de Xisto. Esta crista permite ainda ressaltar a importância da rejeição da falha de Cebola, que limita o *graben* a Norte, interrompendo aí a continuidade deste afloramento quartzítico e que, na crista principal, está bem patente no acentuado desnível existente entre as serras do Batouco, a Norte da falha de Cebola, e a do Vidual, localizada a Sul dessa falha. Pela sua reduzida dimensão, mas também pela clareza e expressão das formas, surge como um excelente exemplo da movimentação tectónica, por ser facilmente observável no campo, sendo por isso muito útil em termos didáticos.

Prosseguindo a análise, chegamos ao sector mais setentrional da crista, onde esta alcança a sua maior altitude (1107 e 1106 m, nos pontos culminantes da serra do Batouco). Mais para NW, os quartzitos desaparecem, exceto no pequeno afloramento dos Penedos de Fajão, onde também num pequeno *graben* se conserva uma dobra sinclinal deitada, que sofreu uma ligeira rotação relativamente à direção geral do afloramento, e em cuja falha setentrional se instalou o rio Ceira, cavando um vale muito profundo, em forma de V.



Fotografia 2

Vista geral da albufeira criada pela barragem de Santa Luzia, situada no canto inferior esquerdo.

Fotografia de L. Lourenço, tomada a 26 de agosto de 2015.

Os meandros do médio Zêzere

Numa primeira observação, como referiu O. Ribeiro (1949, p. 80), são as cristas quartzíticas que separam dois tipos de paisagem diferentes, consoante se situem a montante ou a jusante delas. Por outro lado, se em ambas as situações é possível encontrar meandros ativos, só a montante delas se encontram conservados antigos meandros que foram abandonados.



Fotografia 3

Aspeto da bela queda de “Água de Alta”, situada a Sul do Orvalho, com cerca de 25 m de altura.

Fonte: Lourenço, 1996: 155.

Meandros ativos

Todavia, numa observação mais atenta, vai ser o acidente tectónico da Abitureira a marcar essa diferença, uma vez que, a jusante dele, os meandros

são profundamente encaixados, “de trincheira”, com vertentes simétricas e abruptas, constituídos por sinuosidades de traçado rígido (Figura 3), enquanto que, para montante daquele acidente, se desenvolvem meandros “de dureza”, fortemente dissimétricos (Figura 4), com uma evolução rápida, que deixou numerosos braços abandonados (Daveau, 1985: 232), por corte dos pedúnculos dos respetivos meandros.

Como, em geral, a rede hidrográfica se encontra muito adaptada à apertada malha de fraturas, o rio Zêzere organizou-se, preferencialmente, através de curtos tramos retilíneos, explorando a malha de fraturas que, infletindo bruscamente de direção, obrigam o rio a meandrizar (Figura 3). Por sua vez, essa rede de fraturas fragilizou ainda mais o xisto, favorecendo o progressivo entalhe do rio, que, assim, se encaixou profundamente.

Ainda que não se tenham encontrado depósitos de terraço ao longo deste setor, uma série de rechãs deixa adivinhar uma vale mais alto, que terá sido fossilizado pelo coluvião vermelho, que mencionaremos adiante, sobre o qual, antes do encaixe atual, se terá reorganizado uma drenagem meandrizante que, à medida que foi evacuando os materiais constituintes do coluvião, foi de encontro ao substrato rochoso, tendo-se ajustado às fraturas nele existentes, as quais terão imprimido um carácter mais rígido aos meandros do vale anterior e que terão servido de base à instalação dos atuais.

Deste modo, quer a tipologia, quer a evolução dos meandros, parecem assentar essencialmente em critérios tectónicos. Pela geometria das suas formas caprichosas, merecem referência os magníficos meandros ativos que se desenvolvem a montante do acidente da Abitureira, designadamente o dos Caneiros, que contorna o Cabeço da Marinheira, imediatamente a montante do acidente e a jusante das Cambas, seguindo-se os de: Ademoço, Janeiro de Cima, que de entre todos é o mais espetacular (Fotografias 4 e 5), Carregal-Dornelas-Barroca e, por último, o que se desenvolve a montante do Cabeço do Pião até Ourondo-Silvares (Figura 4).



Figura 3

Sequência de meandros “de trincheira” do rio Zêzere, entre a confluência do rio Unhais e a falha da Abitureira, realçados pela albufeira da barragem do Cabril.

Fonte: Carta de Portugal, 1/100 000, Folha 24.

Meandros abandonados

Em alguns dos atuais meandros ativos, como é o caso de Janeiro de Cima ou da Barroca, é possível observar os antigos pedúnculos de meandro que, ao terem sido cortados naturalmente, nos designados *cut-off*, deixaram abandonados antigos braços do meandro, cuja forma geralmente ainda se encontra bem conservada, permitindo a sua fácil identificação (Fotografias 5 e 6).

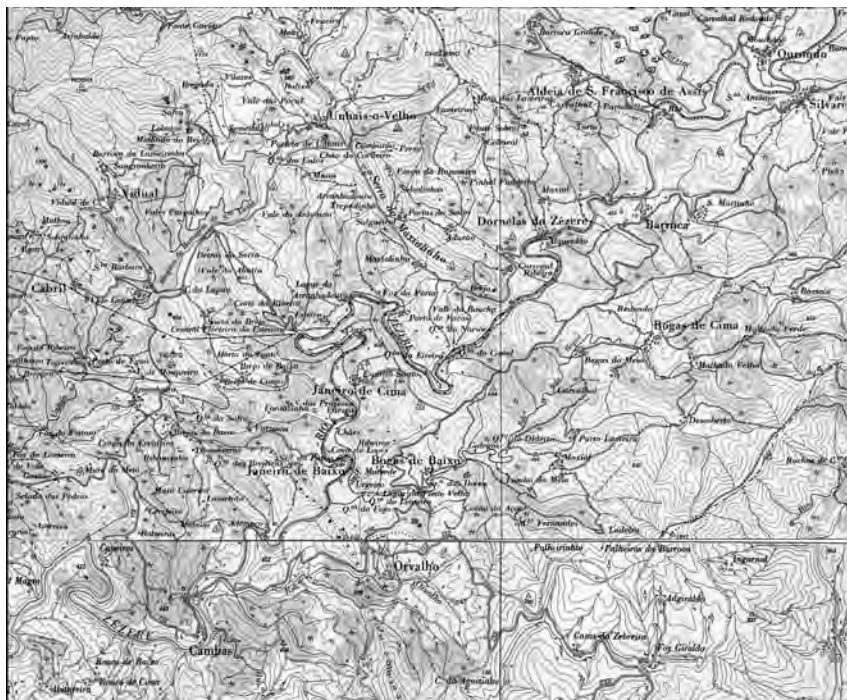


Figura 4

Caprichosos meandros ativos, “de dureza”, do rio Zêzere, a montante da falha da Abitureira.

Fonte: Carta de Portugal, 1/100 000, Folhas 20 e 24.



Fotografia 4

Aspeto geral do meandro situado imediatamente a montante de Janeiro de Cima, visto de NE, também representado na fotografia seguinte. Além da beleza do lacete, identifica-se o leito maior, quase completamente preenchido por campos agrícolas, exceto na margem convexa, onde a natural deposição de materiais deu origem a uma intensa exploração de areias.

Fonte: Lourenço, 1996: 150-151.



Fotografia 5

Vista aérea do meandro abandonado de Janeiro de Cima, o maior das Serras de Xisto.

1 – Leito ordinário do rio Zêzere; 2 – Limites do antigo meandro.

Fonte: Lourenço, 1996: 148.

Estes meandros abandonados merecem referência por outras razões, designadamente em termos de aproveitamento agrícola, ao permitirem superfícies aráveis relativamente extensas, em vertentes onde escasseiam áreas aplanadas e, por conseguinte, serviram para a implantação de aldeias. Mas, do ponto de vista

geomorfológico, interessam sobretudo porque, durante a fase de reorganização e encaixe da drenagem, eles foram poupados à erosão fluvial, permitindo a conservação de depósitos de cobertura, em particular do coluvião antes referido, que se revelam preciosos auxiliares para descodificar a evolução morfológica do vale do rio Zêzere.



Fotografia 6

Vista aérea do meandro abandonado da Barroca, rio Zêzere, onde se destaca uma antiga frente de exploração dos depósitos de vertente que o preenchem. 1 – Cursos de água; 2 – Frente de exploração; 3 – Antigo meandro.

Fonte: Lourenço, 1996: 144.

Depósitos de vertente, essencialmente xistosos

Os depósitos de vertente de origem xistosa mais frequentes no vale do rio Zêzere são de dois tipos. Um deles é essencialmente argilo-conglomerático, heterométrico, enquanto o outro apresenta carácter conglomerático,

monotípico, com tendência mais homométrica. De seguida, passaremos a designá-los, genérica e respetivamente, por depósitos vermelhos e depósitos de patelas.

De facto, a cor é o elemento que, à primeira vista, permite estabelecer desde logo a distinção mais fácil entre estes dois grandes tipos de depósitos, os de matriz predominantemente areno-argilosa (vermelhos) e os essencialmente cascalhentos (de patelas), observados um pouco por toda a área estudada.

Depósitos vermelhos

Macroscópica e genericamente podemos caracterizá-los por se apresentarem heterométricos, argilo-conglomeráticos, imaturos, de tonalidade vermelho-acastanhada, com calhaus de xisto, quartzo e, por vezes, de quartzito, normalmente angulosos a sub-angulosos e com abundante matriz, a qual raramente é inferior a 30% e muitas vezes chega a ser superior a 70% da massa total.

Como veremos, por baixo do depósito vermelho aparecem, também, com frequência depósitos de patelas semelhantes aos que serão analisados com mais pormenor no ponto seguinte.

Todavia, as suas características macroscópicas, bem como a percentagem de matriz argilosa e o grau de compacidade, são normalmente diferentes das daqueles. No entanto, quando presente, o depósito de patelas subjacente ao depósito vermelho aparece sempre associado a este, pelo que serão descritos em conjunto.

A distribuição geográfica dos depósitos vermelhos localiza-se, preferencialmente, a cotas baixas, ou seja, a altitudes inferiores a 400/450 metros, embora, excecionalmente, nesta bacia hidrográfica do rio Zêzere, possa alcançar 650/700 m.

Além disso, os depósitos desenvolvem-se sobre superfícies aplanadas, normalmente associadas a rechãs e a terraços fluviais. Por vezes, preenchem antigos barrancos ou entulham meandros abandonados, encontrando-se sempre em situação de abrigo, pelo menos relativo.

Depósitos do Fosso do Zêzere

Os depósitos vermelhos do Fosso do Zêzere assumem particular importância a montante das cristas quartzíticas do médio Zêzere, nas imediações de Janeiro de Baixo, Janeiro de Cima, Barroca e nas partes vestibulares das ribeiras do Paúl e de Ximassa.

A jusante das cristas são raros e, na generalidade, encontram-se submersos pelas águas da albufeira da barragem do Cabril, só sendo visíveis em anos muito secos, como acontece com o depósito localizado junto da antiga aldeia do Vilar, que foi submergida pelas águas da albufeira.

Neste caso, trata-se de um conglomerado heterométrico, com aspeto caótico, sem uma definição preferencial de leitos, dando-lhe um carácter fanglomerático, com uma espessura aparente superior a 25 m e tonalidade vermelha, muito viva. Os calhaus de xisto partem-se com muita facilidade pois, embora mantenham a sua forma exterior, internamente apresentam um elevado grau de alteração que quase os transforma em argila. Esta alteração será sem dúvida posterior à deposição e poderá, eventualmente, ter sido acelerada pelos longos períodos de submersão a que o depósito passou a estar sujeito depois de Fevereiro de 1954, altura em que a barragem do Cabril entrou em carga.

Contudo, não só porque estes depósitos se desenvolvem a cotas superiores às normais para este tipo de depósitos, mas também porque alguns deles permitem estabelecer a transição para o depósito de patelas, há situações que mereceram uma referência e que apresentamos a seguir

Depósitos de Unhais-o-Velho e da Pampilhosa da Serra

A montante da crista quartzítica dos “Penedos de Unhais”, a uma altitude que ronda 700 metros, encontram-se depósitos vermelhos, só possíveis de se manterem a esta altitude em função da situação de abrigo que a crista lhes proporciona, uma vez que dificulta o encaixe da ribeira.

Ainda na ribeira de Unhais, mais a jusante, em função de antigas meandrizações do rio e do alargamento local do vale por elas proporcionado, conservam-se já à cota normal, pelos 400 metros de altitude, como sucede no depósito vermelho localizado na barreira da estrada do entroncamento de acesso ao Hospital de Pampilhosa da Serra com a EN 112, junto ao km 24.

Trata-se de um conglomerado de xisto, muito compacto, com tendência homométrica e que parece ter sofrido uma grande alteração após a deposição, traduzida na acentuada argilização das patelas de xisto, fazendo lembrar a já descrita para o depósito do Vilar. De onde em onde, disseminados na matriz, observam-se calhaus de grande dimensão, os quais na base chegam a atingir 25 cm, mas o seu tamanho vai diminuindo progressivamente para o topo.

Depósitos do Sobral do Gavião e da Selada Cova

Estes depósitos situam-se quase no topo do Alto da Cabeça Gorda, por volta de 600 metros de altitude, tendo-se conservado a expensas de uma extensa rechã, situada pelos 540-550 metros.

Localizam-se, respetivamente, pelos kms 33,3 e 34,3 da Estrada Nacional 112, que liga a Portela do Vento a Castelo Branco.

O que resta do depósito do Sobral do Gavião fossiliza um barranco e serve para demonstrar que o depósito seria bem mais desenvolvido do que hoje se apresenta.

O da Selada Cova, muito mais extenso (Fotografia 7), quase foi destruído, como aliás é frequente suceder aos depósitos situados junto a estradas, utilizados para tapar buracos e regularizar as bermas das estradas de macadame e de terra batida. No entanto, neste caso, a remoção do material do depósito teve a vantagem de deixar a descoberto grande parte de uma paleotopografia ravinante no xisto, sobre a qual o depósito se instalou e que permitiu fazer observações que de outro modo teria sido impossível realizar.

Acresce ainda que, tanto no Sobral do Gavião, como na Selada Cova, o depósito vermelho está sobreposto por depósito de patelas, o que nos leva a

concluir - se este depósito vermelho corresponder aos que temos vindo a descrever - terem existido pelo menos dois períodos favoráveis à formação de depósitos de patelas, um anterior e outro posterior à deposição do material vermelho.

Porque pensamos que melhor do que descrever muitos depósitos será preferível analisar detalhadamente alguns deles, o depósito da Selada Cova mereceu-nos particular atenção, na medida em que, sendo espesso e complexo, poderá encerrar elementos fundamentais para a justificação da evolução do relevo nas Serras de Xisto.

Com efeito, a base do depósito é constituída por um argilito esbranquiçado com laivos amarelados que preenche uma paleotopografia ravinante (A). Sobre o xisto, foram observados localmente restos de crosta férrica. Estes elementos, associados à caulinite detetada nas amostras, embora pouco abundante e em mau estado de conservação, levaram-nos a pensar que o argilito se terá formado numa fase climática marcadamente hidrolisante.

Sobre o argilito ter-se-ão desenvolvido duas fases de deposição de materiais de cor vermelha — B₁ e B₂ — de argilo-conglomerado de xisto, imaturo, com os calhaus de maior dimensão a situarem-se pelos 5 a 8 cm e com matriz normalmente compreendida entre 20 e 40%.

A fase B₂ foi, em grande parte, destruída por um largo barranco que também afetou o topo de B₁ e que assinala uma marcada descontinuidade com o depósito de patelas que, posteriormente, o preencheu e no qual também é possível distinguir muito claramente duas fases — C₁ e C₂ — que analisaremos com mais pormenor ao tratar dos depósitos de patelas.

Depósitos curvifluxivos formados por leitos alternantes de patelas com material fino

Este tipo de depósito distingue-se bem do anterior porque a alternância entre leitos mais finos e mais grosseiros é muito nítida. Com efeito, os leitos grosseiros são constituídos por patelas de xisto, normalmente de tendência homométrica, mas por vezes a incluírem calhaus de maior dimensão, cons-

tituídos por xisto, grauvaque e quartzo, enquanto os leitos mais finos são predominante arcósico-argilosos, embora possam conter pequenas patelas de xisto.



Fotografia 7

Depósito da Selada Cova: A – Vista geral (A a C₂, ver descrição no texto);
B – Pormenor do corte assinalado em A, durante a sequência de recolha das amostras; C – Detalhe da transição entre B₂ e C₁.

Fonte: Lourenço, 1996: 220-221.

Esta alternância de níveis mais cascalhentos com níveis mais argilosos deve-se-á, provavelmente, às condições de deposição, por sua vez dependentes de variações significativas na quantidade, espessura e periodicidade da neve e dos períodos de gelo/degelo. No entanto, é difícil tentar estabelecer uma relação direta entre as características do depósito e as condições ambientais no momento da deposição.

Por outro lado, normalmente, a estratificação não é tão regular como no tipo anterior, pois, muitas vezes, ao longo de um mesmo leito, individualizam-se bolsadas mais espessas ou surgem estiramentos que o adelgaçam, conferindo-lhe um certo grau de irregularidade.

Com efeito, esta particularidade, que se observa muito bem neste tipo de depósitos, é mais difícil de encontrar nos do tipo anterior. Deve-se à existência de estruturas arqueadas (curvifluxões), quer em grande, afetando a generalidade do leito, quer no pormenor, dando-lhe pequenos retoques, as quais serão de atribuir à água que pode circular e congelar no interior do depósito.

Deste modo, nas zonas de fluência da água, ou seja, nos lóbulos mais cascalhentos onde predominam as patelas de xisto, quando congela, a água aumenta de volume e, como consequência, incha a estrutura, levando à formação de involuções em roseta no seu interior, ao mesmo tempo que conduz ao arqueamento dos níveis superiores, mais finos.

A congelação da água no interior do depósito, embora seja um fenómeno raro na atualidade, ainda pode ser observada em situações de maior altitude, quando se verifica a permanência por alguns dias consecutivos de determinados tipos de tempo.

Os depósitos curvifluxivos localizam-se, de modo geral, acima de 750/800 metros. Esta é, pois, outra particularidade que os distingue dos depósitos de patelas antes descritos, os quais podem ser encontrados também a baixas altitudes.

De entre os depósitos curvifluxivos indicamos alguns dos que podem ser observados mais facilmente e que, pelas suas características, constituem bons exemplos deste tipo de depósitos.

Voltado a Nascente, referimos um depósito situado pelos 880 metros de altitude, numa barreira da estrada da Catraia do Rolão para Fajão, 500 metros a



Fotografia 8

Em cima, aspeto do depósito curvifluxivo situado entre a Selada da Cova e a Selada das Porcas (Talude da Estrada Catraia do Rolão-Fajão). Em baixo, à esquerda, pormenor de bolsada cascalhenta e, à direita, detalhe da alternância de sucessivos leitos de material mais fino e mais grosseiro, com material bastante mais grosseiro na base.

Fonte: Lourenço, 1996: 238-239.

Sul da Selada da Cova (Fotografia 8), onde também é muito nítida a alternância dos leitos grosseiros com leitos finos, bem como o arqueamento destes últimos, por vezes, em função de bolsadas de material mais grosseiro, com abundantes clastos angulosos e sub-angulosos de quartzo e xisto.

Um outro, também facilmente acessível, fossilizou a caixa de falha de Cebola, nas cabeceiras da ribeira, em parte ainda conservado (Fotografia 9), apresenta características semelhantes ao anteriormente descrito.



Fotografia 9

Vista do que resta do depósito periglacial que fossilizou a caixa da falha de Cebola, apresentada na Fotografia 1.

Fotografia de L. Lourenço, tomada a 27 de maio de 2015).

Os dois subtipos principais de depósitos de patelas em função das características dominantes em cada um deles e que, naturalmente, estiveram dependentes das respetivas condições de formação, permitem estabelecer o seu respetivo posicionamento no tempo.

É evidente que, para além destes dois subtipos mais “puros”, existem algumas situações intermédias, de mais difícil classificação, na medida em que podem refletir condições muito localizadas, quer do ponto de vista climático,

quer de natureza litológica, ou ainda poderão resultar da retoma de material de depósitos de gerações anteriores.

No entanto, com base na tipologia apresentada, o depósito do primeiro tipo (sequências C₁ e C₂, da Fotografia 7) será o mais antigo, tendo-se formado num clima frio relativamente seco, provavelmente do Pleniglacial superior (Würm III), até porque assenta sobre o depósito vermelho atrás referido.

O segundo tipo, curvifluxivo, constituído por leitos de patelas alternantes com material mais fino (Fotografia 8), será mais recente, correspondendo a um clima também frio, mas, provavelmente, mais húmido do que o anterior, podendo corresponder ao final do Pleniglacial superior (Würm III) ou já mesmo ao Tardiglacial antigo.

Estes depósitos poderão, eventualmente, ser correlacionáveis com os da Zouparria do Campo, situados no Baixo Mondego, também “susceptíveis de subdivisão em duas subunidades de igual representatividade” (Soares *et al.*, 1985, p. 91-92) e considerados “essencialmente würmianos, ou mesmo holocénicos” (Soares *et al.*, 1993: 811-2).

Ora, como nas áreas de maior altitude se terão desenvolvido processos nitidamente periglaciares, seria de esperar o aparecimento, nas áreas aplanadas, das formas correspondentes a esses processos, tais como turfeiras, “pieds de vache”, círculos de pedras e outros, o que não se observou. No entanto, alguns vestígios encontrados em situações muito pontuais e localizadas, obrigam-nos a admitir tal hipótese como provável.

Deste modo, na área aplanada da parte oriental da Serra do Chiqueiro (1060 m) observámos situações de pormenor, muito incipientes e localizadas, que nos levaram a admitir a possibilidade de terem existido turfeiras (Fotografia 10). De facto, algumas das situações que a toponímia local refere como “Relva”, “Relvão” ou “Relvoeiro”, associadas à existência de relva nalgumas áreas aplanadas, em particular nos colos, poderão constituir um vestígio que testemunha a existência de algumas dessas condições.

Contudo, o remeximento do solo, através de sucessivas mobilizações superficiais, e, por vezes, até da própria rocha, primeiro para sementeira de

penisco e, depois, para plantação de árvores, não só destruíram os “Relvões” e as eventuais formas periglaciares existentes à superfície, mas também alteraram as condições de drenagem que as mantinham, levando a que, atualmente, estas áreas estejam ocupadas por mato.

No entanto, junto à Selada de Belide, num corte duma barreira da estrada, foi possível observar sobre o xisto um pelito argiloso de tonalidade amarelada, onde se notam pequenos calhaus de xisto, que parecem dispostos segundo os mesmos alinhamentos da rocha mãe, o que nos leva a admitir uma alteração da rocha “*in situ*”.

Ora, sobre este pelito assenta um solo heterométrico, grosseiro, com abundante matriz de cor escura, negra, com muitos dos calhaus dispostos na vertical (Fotografia 11), que nos fazem lembrar disposições semelhantes às da formação de círculos de pedras, embora, pelas razões antes apontadas, ou porque se encontram cobertos pelo mato, não os conseguimos encontrar.

Deste modo, na Selada de Belide, deverão ter existido formas periglaciares que na atualidade não é possível observar. Para finalizar, no que respeita às formas topográficas, estes depósitos também fossilizam paleotopografias, pelo que tendem a adoçar as formas das vertentes, contribuindo para suavizar tanto as convexidades culminantes, as típicas formas arredondadas dos cabeços de xisto, como as concavidades basais e, ainda, para acentuar a regularidade da própria vertente, imprimindo-lhe um carácter marcadamente rectilíneo, através da fossilização dos barrancos que lhe quebravam a monotonia.

Depósitos associados às cristas quartzíticas

Os depósitos mais conhecidos, intimamente associados às cristas quartzíticas, são os de “raña”, os quais alcançam particular representatividade em Espanha, mas que em Portugal também tiveram importante desenvolvimento e cujos restos ainda assumem alguma expressão nas Bacias Marginais das Serras de Xisto, tanto a NW como a SE.



Fotografia 10

Serra do Chiqueiro. Esboço de turfeira incipiente, em formação nas atuais condições climáticas.

Fonte: Lourenço, 1996: 245.



Fotografia 11

Selada de Belide. Pormenor do talude da estrada. Na base, sobre o xisto, desenvolve-se um argilite e sobre este assenta uma cobertura de calhaus grosseiros. A disposição destes calhaus deixa transparecer a existência de processos periglaciares na génese desta cobertura.

Fonte: Lourenço, 1996: 245.

Apesar da importância e imponência de alguns alinhamentos quartzíticos que atravessam as Serras de Xisto, não deixa de ser estranho que, no interior delas, especialmente onde as cristas quartzíticas mais se salientam na morfologia, não existam importantes depósitos constituídos por material quartzítico. É evidente que, ao longo das cristas, numa distância variável entre algumas dezenas e poucas centenas de metros, se encontram depósitos cuja gênese lhes está intimamente associada.

No entanto, o carácter pelicular destes depósitos não deixa de nos surpreender, em particular nas cristas situadas no fosso do Zêzere, onde deverão ter existido condições de deposição semelhantes às das Áreas Marginais e no qual não se encontram formações comparáveis. No entanto, porque se situam fora da área estudada não nos merecem particular destaque. Preocupar-nos-emos, então, apenas com os depósitos situados nas imediações diretas das cristas, nos quais predomina uma fácies de tipo “raña”, embora não se apresentem com a característica forma de perfil trapezoidal.

Provavelmente, o facto de estas cristas serem atravessadas por rios importantes, associado ao modo como a drenagem se organiza ao longo delas, muitas vezes a desenvolver-se na base da crista, acompanhando a sua geometria, facilita a evacuação dos materiais e terá contribuído decisivamente para que no interior das Serras não se conservem depósitos muito espessos.

Por outro lado, a evolução dos quartzitos é muito lenta, pelo que é necessário que decorram longos períodos de tempo, em condições climáticas de relativa aridez, para que os materiais resultantes da sua alteração não sejam evacuados para longas distâncias, condição que também não se tem verificado ultimamente, sendo, por este motivo, mais um fator concorrente para justificar a inexistência de depósitos importantes no interior das Serras.

Deste modo, o depósito heterométrico que, normalmente, ladeia as cristas ter-se-á formado noutro tipo de clima, dado que nas atuais condições parece existir um défice de material no depósito, uma vez que o escoamento superficial arrasta mais material do depósito do que transporta para ele.

Além deste depósito heterométrico, de tonalidade amarelada, com variações locais, existe um outro, pouco frequente, a que chamámos de-

pósito caótico de blocos em corredor, praticamente destituído de material fino, que corresponde às escombrelas de gravidade e, ainda, um terceiro, constituído essencialmente por cascalheiras provenientes diretamente dos quartzitos.

Analisemos, pois, com mais pormenor, estes tipos de depósitos diretamente ligados às cristas quartzíticas que atravessam o vale do Zêzere.

Depósitos heterométricos amarelados

Atribuimos esta designação a um conjunto de depósitos que apresentam um carácter marcadamente heterométrico, constituídos tanto por calhaus como por blocos heterométricos de quartzito, embalados numa matriz areno-argilosa, de tonalidade amarelada, por vezes também com clastos heterométricos de xisto, muito alterados, nela disseminados.

Iniciam-se normalmente por um argilito amarelado ou esbranquiçado, o qual assenta diretamente sobre os xistos. Nestes, por vezes, observa-se uma rubefação muito nítida, tendo sido provocada provavelmente por um clima muito hidrolisante.

Em regra, estes depósitos arrancam da base dos quartzitos, com os quais contactam diretamente e, muitas vezes, prolongam-se até à base das vertentes, transmitindo-lhe uma regularidade e um carácter retilíneo impressionantes. À medida que o depósito se afasta da base da crista, a percentagem de calhaus e blocos de quartzito vai diminuindo e, em contraponto, aumenta o número dos clastos de xisto bem como a percentagem de matriz.

A extensão destes depósitos está relacionada com o volume e a altitude das cristas quartzíticas, desenvolvendo-se frequentemente para um e outro lado delas, embora se apresentem mais desenvolvidos a NE das mesmas, em direção ao eixo do sinclinal.

Este depósito que, normalmente, ladeia as cristas quartzíticas é constituído por blocos e calhaus heterométricos de quartzito disseminados numa matriz areno-argilosa. Além da sua constituição, caracteriza-se por apresentar uma

grande regularidade na sua distribuição ao longo das cristas, assumindo sempre um carácter pelicular.

As condições que terão presidido à sua formação serão análogas àquelas que foram responsáveis pela formação do topo dos depósitos de “raña”. Deste modo, ter-se-ão constituído num clima de tipo árido ou semi-árido, em que o frio e os processos de soli e gelifusão terão desempenhado papel preponderante, podendo ter sido formados durante o Pleniglacial médio, correspondente ao Würm II, e no Pleniglacial superior (Würm III).

Depósito caótico de blocos em corredor

O depósito que constitui aquilo que designámos por “depósito caótico de blocos em corredor” pode ser definido como um conjunto caótico de fragmentos de quartzito, de tamanho muito diverso, sem matriz fina, com grande volume de ocos, que se dispõem desordenadamente, com os clastos de maior dimensão na parte superior do depósito.

A interpretação estereoscópica de fotografia aérea vertical bem como a observação direta no campo mostraram-nos que, a montante destes amontoados de blocos, a crista se encontra bastante fraturada e nela se desenvolvem como que passagens inclinadas, as quais ocasionam uma certa concentração de blocos a jusante das mesmas (Fotografia 12). Além disso, os blocos que preenchem os corredores seguem antigos valeiros de uma paleotopografia suave moldada nos xistos pós-Skidavianos, a qual também contribuiu para ajudar a concentrar um maior número de calhaus e de blocos de quartzito neste setor do depósito.



Fotografia 12

Vista aérea da Serra do Vidual, sendo visível a extensão dos dois principais depósitos caóticos de blocos em corredor. 1 – limite exterior da cobertura de calhaus; 2 – topo da crista quartzítica; 3 – base da crista; 4 – limite dos blocos em corredor; 5 – talude de gravidade.

Fonte: Lourenço, 1996: 255.

A disposição estrutural dos quartzitos possibilita, além disso, uma maior concentração do escoamento superficial, o qual terá sido responsável pelo escoamento do paleovaleiro e, depois da constituição do depósito, pela evacuação de alguma matriz que se encontre disponível para ser transportada. Quanto menos matriz existir, mais dificuldade tem a vegetação para se fixar e desenvolver. Em consequência, quanto menos vegetação houver, menos entraves terá a escorrência para arrastar a matriz.

Deste modo, se nos parece simples a justificação destes aparentemente enigmáticos “depósitos caóticos de blocos em corredor”, o mesmo já não sucede no que concerne à sua relação com o depósito heterométrico que os ladeia. Serão contemporâneos?

A impossibilidade de se poderem observar bons cortes nestes corredores não nos permite esclarecer as nossas dúvidas. Com efeito, apenas nos taludes da estrada, bastante afastados da crista, pudemos observar o posicionamento relativo dos dois depósitos (heterométrico e blocos em corredor), os quais, contudo, nos levam a pensar que os blocos em corredor são posteriores ao depósito heterométrico.

Deste modo, as relações com o depósito heterométrico, sobre o qual assentam ou a partir do qual evoluíram, não são muito fáceis de apurar, pelo que somos forçados a aceitar as duas como prováveis. Com efeito, tratando-se de uma evolução do depósito heterométrico, ela só poderá ser devida à evacuação do material fino. Se, porventura, forem posteriores, muito provavelmente serão contemporâneos da cobertura de calhaus que, como veremos, nos coloca o mesmo tipo de problemas de correlação, bem como das escombrelas de gravidade, que trataremos a seguir.

No que diz respeito às relações dos corredores de blocos com as cristas que os alimentam verificamos que, mesmo na atualidade, na base das passagens que franqueiam a crista, existe uma concentração de calhaus, os quais formam taludes de gravidade (Fotografia 13), o que não se observa fora das passagens que exploram fraturas importantes. Deste modo, parece-nos que não só a disposição, mas até a própria existência dos blocos em corredor, estão dependentes de condições estruturais, que se situam ao nível das cristas quartzíticas.



A



B

Fotografia 13

Serra do Vidual. A – Aspeto dos blocos do corredor meridional, com a crista quartzítica a barrar o horizonte; B – Pormenor do talude de gravidade, à saída da passagem da crista que se vê à esquerda, na fotografia 12.

Fonte: Lourenço, 1996: 257.

Por fim, resta-nos ainda uma outra dúvida. Na parte superior do depósito heterométrico, nas áreas situadas mais próximo das cristas, por vezes observa-se uma cobertura de calhaus de quartzito, esparsos, assentes em matriz areno-argilosa (Fotografia 14) que também não sabemos se interpretar como

um depósito posterior ao heterométrico ou se terá resultado da evolução deste, por lavagem da matriz fina. Contudo, em qualquer dos casos, pelo seu posicionamento, esta cobertura poderá ser de atribuir ao Tardiglacial ou já mesmo ao Holocénico.

De facto, não só nos sentimos incapacitados para resolver esta questão, mas também não nos foi possível avaliar da importância e extensão dessa cobertura, pois apenas pode ser observada em locais sem vegetação, o que só muito raramente acontece, após incêndios florestais e, quando sucede, é por períodos de tempo relativamente curtos.

Escombeiras de gravidade

As escombeiras de gravidade relacionam-se sobretudo com as cristas quartzíticas, embora também seja possível encontrá-las associadas a material xistoso. Nestas circunstâncias, quase sempre foram provocadas por ação antrópica, associada à mineração (volfrâmio) ou à extração de pedra para construção (pedreiras), pelo que não nos mereceram particular atenção.

Das associadas aos quartzitos, existem duas nas imediações da barragem de Santa Luzia, que merecem ser referidas. A primeira delas situa-se logo a jusante, na margem esquerda. Julgamos que será artificial, pelo menos em parte, por incorporação de material proveniente da abertura da estrada (Fotografia 15).

A outra, aquela que assume maior significado, localiza-se a jusante do Vale Grande, entre os dois afloramentos quartzíticos que constituem a crista secundária. A sua ocorrência, nestas condições, deve-se ao facto da crista ser atravessada pelo rio Unhais, o qual permite o declive suficiente, ao longo da crista, para que entre os afloramentos se possam acumular cascalheiras.

Normalmente, estas escombeiras arrancam da base da crista, assentando sobre depósito heterométrico, em condições que, à parte da dimensão dos clastos, nos fazem lembrar os “corredores de blocos” da Serra do Vidual — serão correlacionáveis? —, embora as escombeiras, porque são de gravidade, se desenvolvam sobre vertentes mais inclinadas.



Fotografia 14

Vista geral da cobertura de calhaus na vertente ocidental da Serra do Vidual, depois do incêndio florestal de 1990.

Fonte: Lourenço, 1996: 258-259.



Fotografia 15

Aspeto da escombreira de gravidade que se desenvolve a expensas da crista quartzítica do Picoto.

Fotografia de L. Lourenço, tomada a 26 de agosto de 2015.

Constituem acumulações de fragmentos quartzíticos, angulosos, heterométricos, sem matriz. A sua distribuição é irregular e a espessura parece pequena. Encontram-se em equilíbrio instável, apresentando grande mobilidade quando sujeitas a carga, pelo que a sua estabilidade nos parece duvidosa.

Embora haja indícios locais de terem funcionado recentemente, no conjunto elas serão devidas à atuação de processos periglaciares, sendo resultantes da gelifração ocorrida num período de frio mais intenso do que o atual, possivelmente no Tardiglacial.

Conclusão

O vale do médio Zêzere, em particular a montante de Álvaro, de onde era natural o António Gama, é um livro aberto em termos de geomorfologia estrutural, com destaque para a imponência e o didatismo das cristas quartzíticas que atravessam o vale, originando formas majestosas, bem como pela importância das falhas que delimitam o fosso tectónico, especialmente a Norte, onde são mais facilmente observáveis.

Do mesmo modo, também a geomorfologia dinâmica, bem como a climática, encontram neste setor diversos assuntos de grande interesse, a começar pelos meandros abandonados pelo pré-Zêzere, depois fossilizados com depósitos de cobertura, sobre os quais se reorganizou a drenagem, tendo deixado alguns deles bem conservados, como é o caso dos da Selada da Cova e da estrada de Fajão, fundamentais para compreender a evolução geomorfológica do vale. Não menos interessantes são os magníficos meandros ativos, quer sejam profundamente encaixados, “de trincheira”, com vertentes simétricas e abruptas, constituídos por sinuosidades de traçado rígido, quer sejam meandros “de dureza”, fortemente dissimétricos, com uma evolução rápida, que deixaram vários braços abandonados, como são os que se desenvolvem a montante do acidente tectónico da Abitureira.

Por estas e muitas outras razões, o vale do Zêzere e, em particular, o seu setor intermédio, bem merecem uma visita detalhada, realizada com alguma minúcia, não só com objetivos geomorfológicos, de observação formas de relevo pouco comuns, com paisagens deslumbrantes, que fascinam todos quantos as descobrem, mas também será uma rara oportunidade para conhecer a humilde e simpática gente serrana, bem como para degustar a tradicional gastronomia e, simultaneamente, poderá ser, ainda, uma forma de recordar e homenagear a prestigiada figura do António Gama Mendes.

Referências bibliográficas

- Daveau, Suzanne; Birot, Pierre e Ribeiro, Orlando (1985/6). Les bassins de Lousã et d'Arganil. Recherches géomorphologiques et sédimentologiques sur le massif ancien et sa couverture à l'Este de Coimbra. *Memórias. Centro de Estudos Geográficos*, Lisboa, n.º 8 (vol. I – *Le bassin sédimentaire*, 1985, et vol. II – *L'évolution du relief*, 1986), 450 p.
- Instituto Geográfico e Cadastral. *Carta de Portugal 1/100.000*, Folha 20 – Covilhã (1974) e Folha 24 – Castelo Branco (1973).
- Lourenço, Luciano (1996). *Serras de Xisto do Centro de Portugal. Contribuição para o seu conhecimento geomorfológico e geo-ecológico*. Dissertação de doutoramento em Geografia Física, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 757 p.
- Jaques Ribeiro, L. M. e Gonçalves, A. C. R. (2013). Contributo para o Conhecimento Geológico e Geomorfológico da Área Envolvente do Couto Mineiro da Panasqueira. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, n.º 3 (Junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, pp. 93-116.
- Ribeiro, Orlando (1949). *O Fosso do médio Zêzere. Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa, tomo xxx, pp. 79-85.
- Soares, A. F.; Marques, J. F. e Barbosa, B. P. (1985). Visita a diversos lugares em estudo. *Livro guia da pré-reunião, I Reunião do Quaternário Ibérico*, Lisboa, pp. 84-100.
- Soares, A. F.; Cunha, L. e Marques, J. F. (1993). Depósitos quaternários do Baixo Mondego: Tentativa de coordenação morfogenética. *El Cuaternario en España y Portugal* (Actas de la II Reunión del Cuaternario Ibérico, Madrid, 1989), Instituto Tecnológico GeoMinero de España, Madrid, vol. II, pp. 803-812.
- Thadeu, Décio (1949). A Cordilheira Central entre as Serras da Gardunha e de S. Pedro do Açor. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*. Porto, vol. VIII, fasc. I-II, pp. 7-20.

(Página deixada propositadamente em branco)

**A PAISAGEM COMO ELEMENTO
DE SUSTENTABILIDADE NOS TERRITÓRIOS
DE FRONTEIRA. O EXEMPLO DO MUNICÍPIO
DO SABUGAL**

Adélia Nunes/adelia.nunes@fl.uc.pt

Departamento de Geografia e Turismo, CEGOT, FLUC

António Campar de Almeida/campar@fl.uc.pt

Departamento de Geografia e Turismo, CEGOT, FLUC

Introdução

A paisagem é, cada vez mais, reconhecida como uma parte fundamental do património natural, cultural e científico, base da identidade territorial (DGT, 2015). Por conseguinte, a sua conservação, recuperação, valorização e gestão é fundamental numa política de ordenamento do território e num contexto de sustentabilidade. Wu (2013) define sustentabilidade da paisagem como a capacidade de uma paisagem em fornecer, de forma consistente e a longo prazo, serviços de ecossistemas específicos dessa paisagem, essenciais para manter e melhorar o bem-estar humano. O mesmo autor acrescenta que a sustentabilidade se centra, ainda, na análise de como manter e melhorar a relação dinâmica entre as funções e os serviços de paisagem e o bem-estar humano, em contextos de mudança social, económica e ambiental.

O funcionamento adequado e sustentado das paisagens fornece uma ampla gama de serviços que são essenciais para a sociedade, oferecendo diversos

benefícios que são conhecidos como “serviços dos ecossistemas” (Groot *et al.*, 2002; MEA, 2005; Pereira *et al.*, 2009; Groot *et al.*, 2010). Groot *et al.* (2002) definem funções da paisagem (ou dos ecossistemas) como ”a capacidade dos ecossistemas em fornecer bens e serviços que satisfaçam, direta ou indiretamente, as necessidades humanas”. No glossário de termos apresentado pela iniciativa TEEB (The Economics of Ecosystems and Biodiversity, 2010) são descritas como funções da paisagem “as interações entre a estrutura dos ecossistemas (a forma como se organizam os ecossistemas) e os processos dos ecossistemas, que lhe conferem capacidade para gerar serviços e bens”.

De facto, a sociedade atual depende dos serviços que os ecossistemas lhe prestam, cuja valoração se baseia nos efeitos que cada serviço tem ao nível do bem-estar da sociedade (Almeida, 2013). No entanto, a capacidade das paisagens em fornecer serviços é suscetível de mudar ao longo do tempo (Holland *et al.*, 2011; Lautenbach *et al.*, 2011; Jiang *et al.*, 2013; Dallimer *et al.*, 2015; Burgi *et al.*, 2015), por efeito de fatores diretos (como por exemplo as mudanças no uso do solo e coberto vegetal, introdução ou remoção de determinadas espécies vegetais, adaptação e uso de tecnologias, mudanças climáticas) e indiretos (demográficos, económicos, sociopolíticos, culturais). As mudanças no uso do solo e cobertura vegetal, graças ao seu papel primordial, desencadeiam importantes alterações nas funções das paisagens e na quantidade e qualidade dos serviços que os ecossistemas podem fornecer (Zhao *et al.*, 2006; Tianhong *et al.*, 2010; Dearing *et al.*, 2012; Sil, 2014; Burgi *et al.*, 2015).

O município do Sabugal, devido à localização fronteiriça, excêntrica e marginal, no contexto nacional e ibérico, evoca, na atualidade, a par de vastos territórios do país com idêntico posicionamento, a imagem de uma área periférica, isolada, pouco acessível, pobre, ou seja, o Interior na plenitude do significado geográfico, económico, social e cultural (Nunes e Jacinto, 2011). De facto, a desestruturação do sistema tradicional de exploração da terra, assente na trilogia agro-silvo-pastoril, com o conseqüente abandono de campos de cultivo, de áreas de floresta e da atividade pastoril tiveram reflexos na paisagem e nas respetivas funções e serviços por elas prestados/fornecidos.

Com o presente trabalho pretende-se: i) analisar as mudanças ocorridas nos usos tradicionais do território, num passado recente, e identificar os respetivos impactes nos serviços dos ecossistemas; ii) identificar e discutir os principais serviços potencialmente prestados pelas unidades de paisagem identificadas no município do Sabugal; iii) refletir sobre a importância/necessidade de integrar a sustentabilidade da paisagem nos processos de planeamento e tomada de decisão, num processo estratégico mais alargado de valorização do espaço rural.

Dos serviços dos ecossistemas à sustentabilidade da paisagem

É vasto o conjunto de serviços de ecossistemas referidos na literatura (ex. Costanza *et al.*, 1997; Groot *et al.*, 2002; Millennium Ecosystem Assessment, MEA, 2005; TEEB, 2010; Groot *et al.*, 2010), utilizando, por vezes, diferentes esquemas de classificação. Da tipologia proposta pelo MEA para a descrição, classificação e valorização de um conjunto de serviços dos ecossistemas, emergem 4 categorias principais (Figura 1):

– **Serviços de produção** (também designados de aprovisionamento): englobam todos os produtos que as pessoas obtêm dos ecossistemas tais como alimentos, combustível, fibras, água potável, recursos genéticos e medicamentos.

– **Serviços de regulação**: refere-se à capacidade que um ecossistema natural ou semi-natural tem na regulação de processos e sistemas essenciais, de suporte à vida ecológica através de ciclos biogeoquímicos e outros processos da biosfera; constituem benefícios “intangíveis” (em geral, sem valor de mercado). Exemplos: regulação climática, manutenção da qualidade do ar, regulação hidrológica, controlo da erosão, purificação da água e reciclagem de resíduos, regulação das doenças humanas, controlo biológico (pragas das culturas e doenças dos animais), polinização e mitigação dos efeitos de tempestades e outras catástrofes naturais.

– **Serviços culturais** (também designados de informação): benefícios diretos não materiais, ainda que por vezes com valor de mercado, obtidos dos ecossistemas. Incluem o turismo, lazer e recreio, benefícios estéticos, bem-estar físico e enriquecimento espiritual, sentido de pertença, experiências educacionais e patrimoniais.

– **Serviços de suporte:** A maior parte das atividades humanas (ex. cultivo, habitação, transporte) requerem espaço e um substrato adequado. Dependendo do tipo de atividade, diferentes condições ambientais e de usos do solo são requeridos (ex. estabilidade e fertilidade do solo, qualidade do ar e da água, topografia, clima, geologia, etc.).

De acordo com MEA (2005) existe uma interação dinâmica entre as pessoas e os ecossistemas. Assim, as alterações que afetem os serviços dos ecossistemas têm efeitos no bem-estar humano através de impactos que promovem ao nível da segurança, recursos materiais básicos para uma vida com qualidade, saúde e relações sociais e culturais (Figura 1). Estes componentes do bem-estar humano são, por seu turno, influenciados e têm influência na liberdade de escolha de cada indivíduo. Por sua vez, as componentes do bem-estar, vividas e percebidas pelas pessoas, são dependentes e refletem a geografia local, a cultura e as circunstâncias ecológicas.



Figura 1

Os serviços dos ecossistemas e a sua relação com o bem-estar humano.

(Adaptado de Pereira *et al.*, 2009.)

É nesta perspectiva que emerge o conceito de sustentabilidade da paisagem como “a capacidade de uma paisagem para manter a sua estrutura básica e fornecer serviços de ecossistemas num mundo em mudança ambiental, económica e social” (Wu, 2012). De acordo com Musacchio (2009), uma paisagem sustentável representa o estado dinâmico do sistema, com múltiplas trajetórias e resultados, encarna multifuncionalidade, fornece serviços dos ecossistemas e é resiliente e adaptável”. A sustentabilidade da paisagem inclui, assim, seis dimensões: o ambiente, a economia, a equidade, a estética, a experiência e a ética (os seis Es). Para além das 3 dimensões associadas, tradicionalmente, ao conceito de desenvolvimento sustentável, assente na valorização do capital social, económico e ambiental, o conceito de sustentabilidade das paisagens agrega outras dimensões que se associam à estética, ética, experiência e equidade (Figura 2).

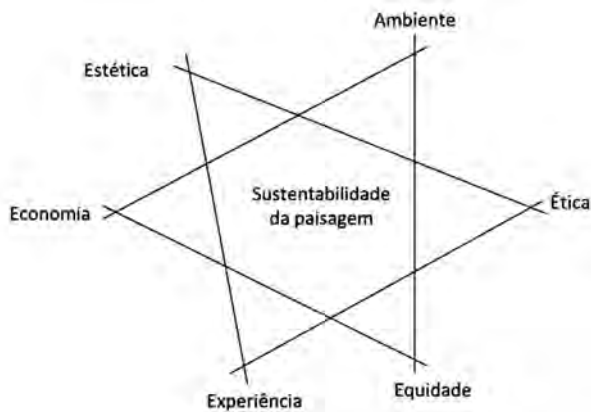


Figura 2

Elementos que integram a sustentabilidade da paisagem, de acordo com Musacchio (2009)

Cumming *et al.* (2012) referem que a sustentabilidade da paisagem pode ser vista de duas formas: (1) o grau em que os padrões e processos que caracterizam a paisagem vão persistir indefinidamente no futuro; e (2) como é que as características das paisagens afetam a sustentabilidade de outros elementos que são importantes para as pessoas (como os serviços de ecossistemas) ou para os

outros organismos (como habitat, alimentos, companheiros). A segunda perspectiva é fortemente dependente da primeira.

No âmbito da sustentabilidade da paisagem, a paisagem é associada a um sistema socioambiental, espacialmente heterogêneo e com um foco na interação dos serviços dos ecossistemas e humanos.

A desestruturação do sistema produtivo tradicional e impactes nas funções e serviços dos ecossistemas/paisagem

Fatores naturais, socioeconómicos e político-estruturais contribuíram para a desestruturação do sistema produtivo tradicional, cujos reflexos se fizeram sentir no abandono e subutilização do espaço agrícola e florestal. À pobreza dos solos em nutrientes e às condicionantes do clima, associaram-se causas de natureza socioeconómica, entre as quais se destacam a estrutura fundiária de pequenas explorações fortemente compartimentadas, a deficiente qualificação dos recursos humanos, a incapacidade em atrair investimento e agentes de mudança, para além dos problemas de acessibilidade e do respetivo afastamento em relação aos grandes centros de decisão. A conjugação destes fatores propiciou o desmoronamento dos sistemas tradicionais de produção, confrontados com a incapacidade de se adaptarem às novas regras estabelecidas pelos mercados, no pós segunda Guerra Mundial. A sua marginalização em relação aos centros de decisão e consumo viria a provocar mudanças muito expressivas no uso do solo e na cobertura vegetal.

Todavia, a debandada da população do espaço rural, em particular durante e após os anos 60, devido às migrações internas e internacionais, terá sido o principal impulsionador das alterações que ocorreram no município do Sabugal. Com a enorme saída de gente (cerca de 70%, se compararmos os valores relativos à população residente constante nos recenseamentos da população de 1950 e 2011), desencadearam-se profundas alterações na dinâmica populacional e na distribuição por setores de atividade, as quais se revelaram determinantes na forma e na intensidade de aproveitamento do solo. Com o ininterrupto

despovoamento, perpetuado até à atualidade, geraram-se alterações na estrutura demográfica, atualmente pautada por um exacerbado envelhecimento da população, em geral, e dos produtores agrícolas, em particular, e operou-se um desmantelamento da estrutura produtiva, antes baseada na necessidade de grande quantidade de mão de obra. Como corolário destas alterações demográficas, económicas e estruturais verificou-se um abandono maciço das atividades agrícolas tradicionais, o que, aliás, é regra um pouco por todo o interior Centro e Norte, e mesmo Sul, de Portugal.

Na figura 3 sistematizam-se as principais alterações resultantes da desestruturação do sistema produtivo tradicional, assente na trilogia agro-silvo-pastoril, cujos reflexos se fizeram sentir, de forma significativa na estrutura e composição da paisagem e nas respetivas funções e serviços que, até então, predominavam (Nunes, 2007; Nunes, 2016).

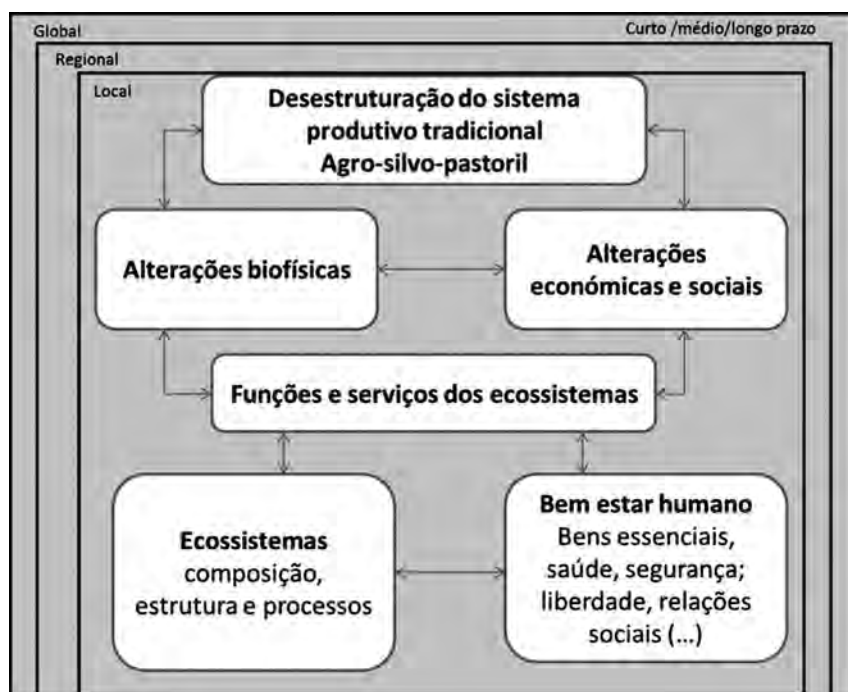


Figura 3

Desestruturação do sistema produtivo tradicional e impactes nas funções e serviços dos ecossistemas

Com efeito, a função de produção, dominante durante vários decénios, tem vindo a degradar-se de forma significativa, como resultado do abandono das atividades tradicionais existentes naquele território, tanto em termos de culturas como criação de gado, o que resulta numa perda de bens e produtos (ex. cereais, batata, castanha, leite, lã, etc.). Também a nível florestal se verifica uma redução na produção de madeira, sobretudo pelo desaparecimento dos pinhais e da exploração de resina, assim como de lenha e cama para os animais. O processo de eletrificação e de acesso a combustíveis fósseis terá contribuído decisivamente para a desvalorização da produção de lenha enquanto recurso, a que se juntou a ocorrência recorrente de incêndios florestais, devido à acumulação de biocombustível.

No que se refere aos recursos biogenéticos, de igual modo têm vindo a assinalar um processo de degradação, sendo mesmo de destacar a extinção de algumas espécies animais, referidas, por exemplo, no Dicionário Geográfico de 1758, como o veado ou o corso. O lobo e o linco encontram-se classificados como espécies fortemente ameaçadas, ou até mesmo em vias de extinção, muito por causa da ação antrópica direta, ex. a caça, mas também porque a fonte de alimento, o coelho e o gado miúdo sofreram um processo de regressão. Com o, quase, desaparecimento dos campos de cultivo, também os coelhos, as perdizes e alguns roedores foram afetados pela falta de alimento, a que se juntou a recorrente destruição dos respetivos habitats pela passagem frequente de incêndios florestais.

No que concerne aos serviços de regulação pode afirmar-se que, com o abandono de terras e a reflorestação (espontânea ou introduzida), assim como com a substituição da cultura de cereais por pastagens, se verifica uma notável redução das contribuições de sedimentos, desde as vertentes até aos leitos fluviais, e assim uma regulação de forma mais eficaz dos processos erosivos. Com efeito, durante o sistema tradicional, a agricultura cerealista ter-se-á convertido numa importante fonte de sedimentos para os cursos de água e fundos de vertentes, afetando em especial as vertentes de maior declive e os solos com deficientes estruturas de conservação (Nunes, 2008; García-Ruiz, 2010).

Relativamente à regulação da qualidade do ar, do clima local/regional e dos recursos hídricos, as incertezas são maiores e necessitam de estudos específicos. Pode, no entanto, afirmar-se, no que toca à regulação dos recursos hídricos, que o abandono de vastas áreas, a par de um incremento nas áreas de floresta e de comunidades arbustivas, revela efeitos sobre a disponibilidade de recursos hídricos (Gallart & Llorens, 2001; Beguería *et al.*, 2003; Barbancho & Tejada, 2006; Nunes, 2008). São múltiplas as investigações a concluir que a presença de densas comunidades arbustivas e arbóreas, apesar de favorecer a infiltração, limita o escoamento superficial e aumenta as perdas de água por interceção e evapotranspiração (Bosch & Hewlett, 1982; Belmonte Serrato *et al.*, 1999; VanShaar *et al.*, 2002). Um aspeto positivo, relacionado com o aumento no coberto vegetal, prende-se com o efeito regulador em situação de cheia.

Das funções reguladoras, além da já referida, uma das mais afetadas, pela negativa, prende-se com a forte incidência de incêndios. Tradicionalmente, a maior parte da biomassa produzida nas florestas era recolhida pela população e utilizada como fonte de combustível ou na cama dos animais. Por outro lado, nos pinhais recolhia-se a resina e a manta morta. A substituição da lenha por outras fontes de energia (gás, eletricidade...) quebrou este balanço “natural” e levou à acumulação de grandes quantidades de biomassa combustível. Também, a recolonização dos antigos campos de cultivo, com densas comunidades arbustivas e arbóreas, e sem qualquer tipo de gestão antrópica, favorecem a continuidade horizontal e vertical dos combustíveis, o que faz com que, nas épocas mais críticas em termos de evapotranspiração, devido à simultaneidade de temperaturas elevadas e escassez de precipitação, a propagação das chamas seja facilitada, explicando, em parte, este incremento na magnitude e frequência dos incêndios (Moreira *et al.*, 2011; Nunes *et al.*, 2013).

Com a recorrência de incêndios e a prevalência de comunidades arbustivas monoespecíficas, principalmente de *Cytisus multiflorus* (Nunes, 2008), não temos dúvidas que os processos de polinização e as funções de habitat têm sido fortemente penalizadas e sofreram um processo de degradação nas últimas décadas. Contudo, a recolonização dos antigos campos de cultivo com densas comunidades arbustivas e arbóreas detém um efeito benéfico na retenção

de nutrientes e na fertilidade dos solos (função de suporte), pois as maiores quantidades de biomassa fornecidas por estas comunidades, promovem a melhoria da estrutura dos solos, favorecem a formação de agregados, contribuem para a diminuição da densidade e para uma maior porosidade, nos primeiros centímetros do solo, ao mesmo tempo que incrementam o respetivo teor de matéria orgânica e macronutrientes principais, como por exemplo o potássio assimilável (Pardini *et al.*, 2002, Nunes *et al.*, 2012).

Este incremento, tanto na biomassa das plantas como no carbono dos solos, pode ter um efeito particularmente benéfico no sequestro de carbono, o qual se refere à captura e remoção de CO₂ da atmosfera convertido em carbono e armazenado na biomassa das plantas ao longo do tempo. Pinheiro *et al.* (2014), quando estudaram a relação entre as transformações na paisagem e a fixação de carbono numa freguesia de Bragança, entre 1958 e 2006 (cujas características biogeográficas não diferem significativamente da área de estudo), observaram um aumento do carbono fixado na paisagem de 4,9 t C/ha para 18,0 t C/ha, devido à expansão das áreas de floresta, à redução de áreas agrícolas e de matos e ao uso de menor biomassa por unidade de referência.

O Sabugal e a(s) sua(s) paisagem(ns)

O conceito de unidade de paisagem assenta no pressuposto da existência de elementos nucleares que, combinados entre si, conferem um determinado arranjo ou padrão espacial específico ao qual está associado um determinado carácter e escala de abordagem (Cancela d'Abreu *et al.*, 2004). É também uma fração combinatória das condições edafoclimáticas, coberto vegetal/uso do solo, povoamento humano e morfologia do terreno a uma determinada escala (*idem, ibidem*). Para Portugal, as grandes unidades de paisagem, definidas à escala 1:250.000, resultam dos estudos promovidos pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), sob a coordenação de Cancela d'Abreu *et al.* (2004). A complexidade interna das unidades de paisagem depende, efetivamente, da escala de abordagem.

Integrado na Paisagem da Beira Interior (G), o município do Sabugal abrange a parte meridional do Planalto da Beira Transmontana (unidade de paisagem 47B), sendo ainda de destacar a inserção de pequenas áreas em outras unidades: serra da Malcata (50), Vale do Côa (48) e Cova da Beira¹ (49) (Figura 4).

O planalto da Beira Transmontana

O Planalto da Beira Transmontana constitui a mais importante unidade de paisagem no município do Sabugal. Em termos geomorfológicos constitui o prolongamento para oeste do planalto de Castela-a-Velha, também designado de Meseta. As classes de altitude preponderantes são as compreendidas entre os 700 e os 900 m, enquanto os declives predominantes se encontram abaixo dos 8%, ocupando os inferiores a 2% uma vasta extensão do território, sobretudo a Este do Rio Côa onde a platitude é mais evidente (Nunes, 2007).

Em termos biogeográficos, integra-se no Superdistrito Altibeirense, onde predominam de forma quase exclusiva as rochas graníticas e onde o clima apresenta características mediterrâneas sub-húmidas. Os bosques climatófilos deste Superdistrito enquadram-se no *Genisto falcatae-Quercetum pyrenaicae* sendo as suas etapas de substituição mais evidentes os giestais do *Lavandulo sampaioanae-Cytisetum multiflori* e os urzais do *Halimietum alyssoido-ocymoidis* e do *Genistello tridentatae-Ericetum aragonensis* (Costa *et al.*, 1998).

A unidade de paisagem em estudo pode ser enquadrada no conceito de “sistemas agrícolas de elevado valor natural” (*High Nature Value Farmland* em inglês). Este conceito foi introduzido nos anos 90 e descreve atividades e superfícies agrícolas que, devido às suas características, é expectável suportarem elevados níveis de biodiversidade ou espécies e habitats com preocupações de conservação (Baldock *et al.*, 1993; Beaufoy *et al.*, 1994; Bignal and McCracken, 2000).

¹ Não se analisou esta unidade de paisagem pela parca expressão geográfica que assume no município do Sabugal.

Com efeito, os Sistemas Agrícolas de Alto Valor Natural (SAAVN) devem contemplar, em simultâneo, baixa intensidade de produção, baixa utilização de fatores de produção (*inputs*), presença de vegetação seminatural e elevada diversidade de cobertura do solo (figura 5).

Assim, as características chave dos sistemas de Alto Valor Natural, já identificadas em estudos anteriores, são, de acordo com o GPP (2013), as seguintes:

- i) *Agricultura de baixa densidade*, a qual se caracteriza pela parca utilização de maquinaria, fertilizantes e pesticidas e/ou a presença de baixa densidade de animais de pastoreio.
- ii) *Presença de vegetação seminatural* onde os pastos não melhorados e forragens tradicionais são significativamente mais elevadas face a explorações com uma gestão intensiva. Acresce a presença de outros elementos tais como árvores maduras, matas, pousios, rochas ou habitats lineares como as margens dos campos e sebes, os quais têm um efeito positivo nos nichos ecológicos que possam coexistir em simultâneo com as atividades agrícolas;
- iii) *Diversidade da cobertura do solo*, a biodiversidade é significativamente mais elevada quando existem zonas de mosaico, incluindo culturas extensivas, pousios, vegetação seminatural e características naturais. Os habitats dos mosaicos agrícolas são constituídos por diferentes utilizações do solo, incluindo parcelas de explorações com diferentes culturas, zonas de pastagem, pomares, áreas de mata e bosque. Estas características criam uma extensa variedade de habitats e fontes alimentares para a fauna e, conseqüentemente, suportam uma muito maior ecologia complexa do que as simples explorações intensivas.



Figura 4

Unidades de paisagem no município do Sabugal (adaptado de Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental)

Fonte: <http://biblioteca.f.a.ulisboa.pt/index.php/42-livros/258-contributos-para-a-identificacao-e-caracterizacao-da-paisagem-em-portugal-continental>



Figura 5

As três características chave dos Sistemas Agrícolas de Alto Valor Natural (SAAVN)

Fonte: (http://www.gpp.pt/estatistica/Indicadores_aa/Docs/Fichas/HNV_PRRN.pdf)

No caso particular do Planalto da Beira Transmontana, os sistemas agrícolas com maior valor de conservação de biodiversidade, e também mais representativos em toda a Europa, são os sistemas de pastoreio extensivo, baseados em culturas forrageiras naturais, pastoreadas ou cortadas para feno, aliados a uma baixa densidade de encabeçamento, baixa produtividade e baixa intensidade nos consumos de fertilizantes, com uma elevada incorporação de pousios nos sistemas de rotação de culturas, e com a presença de vegetação autóctone em recuperação (ex. *Quercus pyrenaica*). Para a área em estudo o encabeçamento (n.º de cabeças de gado graúdo/ha) não deverá ultrapassar os 0,6 (GPP, 2013).

Estes ecossistemas agrícolas providenciam importantes serviços de ecossistemas, tanto de produção, com benefícios diretos para o Homem (produção de alimento), mas também outros de suporte e regulação (ligados à conservação do solo, sequestro de carbono, preservação de habitat, refúgio, polinização, etc.), assim como culturais (lazer, recreio, educação, etc.), cujos benefícios ainda não são contabilizados em termos de mercado ou económicos em geral.

Serra da Malcata

As características físicas e biológicas da serra da Malcata conferem-lhe uma enorme importância potencial no fornecimento de um diverso leque de serviços dos ecossistemas. Com uma altitude a ultrapassar os 1070m, uma litologia dominada pelo complexo xisto-gravaváquico e com valores de precipitação bastante mais elevados (a ultrapassar, em média, os 1300mm anuais de acordo com os valores recolhidos na estação de Vale de Espinho), face à área envolvente, conferem a este relevo saliente relevância em termos de disponibilidade de água, de biodiversidade, de refúgio, e, também, em termos culturais, justificação para a sua classificação como área protegida (Reserva Natural da Serra da Malcata, em 1981) e a sua integração na Rede Natura 2000. Por conseguinte, a serra da Malcata é, por vezes, catalogada como um dos últimos refúgios naturais do território português, devido aos valores botânicos e faunísticos e por constituir uma das áreas de eleição para a preservação do lince ibérico (*Lynx pardinus*), classificado em perigo de extinção.

A parte norte, integrada no município do Sabugal, com altitude a oscilar entre os 800 e os 1000m, declives menos acentuados, com cambissolos húmicos e dístricos e ombroclima húmido a hiper-húmido, é dominada por bosques de *Quercus pyrenaica*, normalmente abertos devido a perturbações antrópicas e também devido ao fogo, apresenta ainda um cortejo florístico muito rico onde se destaca *Sorbus latifolia* (mostageiro), *Genista falcata*, *Aquilegia vulgaris* (erva pombinha), *Polygonatum odoratum* (selo de Salomão), *Cruciata glabra*, *Luzula campestris*, *Prunella grandiflora*, *Primula vulgaris* (rosas de Páscoa),

Anthoxanthum odoratum (feno de cheiro) e *Viola riviniana*, sendo algumas delas endemismos ibéricos.

Segundo o Plano de Ordenamento da Reserva Natural, distinguem-se as seguintes tipologias, ordenadas por ordem decrescente do nível de proteção: (i) Áreas de proteção total (visam a manutenção dos processos naturais em estado tendencialmente imperturbável e a preservação de exemplos ecologicamente representativos num estado dinâmico e evolutivo); (ii) Áreas de proteção parcial (contêm valores naturais e paisagísticos com significado e importância relevante ou excepcional do ponto de vista da conservação da natureza, bem como sensibilidade ecológica moderada); (iii) Áreas de proteção complementar (ainda áreas rurais, onde é praticada agricultura permanente ou temporária, silvicultura, silvo-pastorícia e pastorícia, em proporções e intensidade, de que resultam habitats importantes no seu conjunto para a conservação da natureza e onde a estrutura e as componentes da paisagem devem ser mantidas ou valorizadas); (iv) Áreas de intervenção específica (áreas com elevado interesse para a conservação da diversidade biológica, que, devido a fortes pressões antrópicas a que foram sujeitas, necessitam de medidas de proteção, recuperação ou reconversão).

Com efeito, as montanhas e outras áreas serranas, pelo seu elevado valor ecológico, pelo papel que desempenham na preservação da biodiversidade, congregam serviços variados que vão desde a proteção do solo, a qualidade da água, a regularização do ciclo hidrológico, contribuição para o sequestro de carbono, até aos serviços de recreio (Zhang *et al.*, 2007). Constituem, igualmente, espaços privilegiados para determinados habitats, cumprindo funções de refúgio, nidificação, polinização, entre outros.

A produção de energia, a partir do vento e da água (barragem do Sabugal e transvase para a barragem do Meimão) são igualmente serviços dos ecossistemas (Sepp, 2007) presentes neste território.

Vale do Côa

Apesar de não poder ser considerada uma unidade de paisagem principal, por constituir mais um corredor, de acordo com Forman e Godron (1986), os cursos de água, respetivas comunidades ripícolas e habitats envolventes, moldam e estruturam a paisagem, assumindo em simultâneo cinco tipos de funções (Forman, 1995): Habitat, Conduta, Filtro, Fonte e Sumidouro.

Com efeito, esta unidade “Vale do Côa” aparece individualizada relativamente à envolvente (Planalto da Beira Transmontana) apenas a jusante da aldeia de Rapoula do Côa, quando o encaixe do vale começa a diferenciar-se do planalto encaixante (Cancela d’Abreu *et al.* (2004). No essencial, caracteriza-se por vertentes abruptas, declives acentuados, solos pobres e um clima de fortes contrastes térmicos e reduzidos quantitativos de precipitação.

O Côa, que nasce na Serra das Mesas, constitui, como todos os ecossistemas aquáticos e terrestres associados, um sistema complexo interativo, compostos por água, solo, fauna e flora (MAOTDR, 2009), prestando múltiplas funções e serviços, proporcionadas por estes componentes.

Com efeito, estes corredores, associados a diferentes tipologias de linhas de água, desempenham um papel importante no controlo do escoamento hídrico e dos sedimentos, interceção de nutrientes e redução de processos erosivos, diversidade de espécies florísticas e faunísticas e valorização estética da paisagem. De acordo com Saraiva (1999), os sistemas fluviais constituem sistemas abertos – formados por todos os elementos componentes dos processos de erosão e deposição na paisagem fluvial e que devem ser considerados como um todo (Schumm, 1977; Saraiva, 1999) - que desempenham várias funções, entre as quais se destaca (Cheias, 1988; Saraiva, 1999): (i) a função hidráulica, de drenagem e escoamento das águas da bacia, através de processos de escoamento e infiltração; (ii) a função biofísica, como suporte das biocenoses aquáticas e ribeirinhas e estabilização das margens; (iii) a função económica, através da utilização dos seus recursos pelos diversos agentes económico-sociais (água, pesca); (iv) função cultural, estética e recreativa, através da sua utilização como espaço de lazer e recreio.

Considerações finais

As mudanças no uso do solo decorrentes do abandono da atividade agrícola constituem, sem dúvida, o mais importante promotor das alterações dos serviços dos ecossistemas nas áreas rurais do interior do país. Assim, com a ruptura da função clássica de produção, agrícola e florestal, as paisagens rurais transformaram-se progressivamente em espaços abertos de consumo, em que o padrão de uso do solo deixa de ser dominado pela agricultura.

Sob os atuais paradigmas económicos, alguns serviços dos ecossistemas, de regulação, de suporte e culturais, à exceção da recreação e turismo, não têm um valor económico e não são remunerados pelo mercado. A produção de água e o sequestro de carbono constituem, na atualidade, dois serviços dos ecossistemas relevantes socialmente, mas ainda sem valoração económica.

Nos territórios de fronteira, à semelhança de tantos outros do interior Centro e Norte e Sul do país, a manutenção dos agro-ecossistemas tradicionais, ou melhor a sua adaptação aos novos tempos, pode mesmo ser a chave para termos, ao mesmo tempo, mais serviços de aprovisionamento e mais serviços de regulação e culturais. De facto, a grande inovação introduzida pelo conceito de serviços de ecossistemas é a sua capacidade em integrar a dimensão ecológica e a dimensão socioeconómica dos ecossistemas. A integração destes dois domínios é crucial para a sustentabilidade dos ecossistemas/paisagens. Emergem, todavia, questões pertinentes e de difícil resolução, entre as quais se destacam: (i) Como reconhecer os serviços relevantes para a área? (ii) Como avaliar a sua disponibilidade e o seu valor económico? (iii) Como promover a sua valorização em favor dos agentes e populações locais? Com efeito, a crescente relevância destas funções num quadro de sustentabilidade pode criar importantes oportunidades sociais e económicas para o desenvolvimento rural, mas, ao mesmo tempo, coloca questões que se prendem com a aprendizagem de novos conceitos e formas de gestão, em relação aos quais é necessário um investimento considerável, tanto em termos técnicos e científicos como em termos operacionais, por parte dos atores que as põem em prática no terreno.

Todavía, estas questões revelam evidentes preocupações e constrangimentos se tivermos em consideração as condições socioeconómicas da área de estudo, a qual se caracteriza por baixas densidades populacionais, elevados índices de envelhecimento e taxas de analfabetismo ainda muito significativas. De facto, manter os ecossistemas naturais, seminaturais e cultivados em bom estado só será possível por intermédio de uma estratégia que mobilize os decisores políticos e económicos, bem como a população em geral, a vários níveis: local, regional e global.

Com efeito, uma paisagem diversa oferece um leque variado de opções de gestão, disponibiliza um maior número de serviços e produtos e, possivelmente, é mais resiliente perante perturbações extremas do que as paisagens simplificadas pelo abandono agrícola.

Referências

- Almeida, J. A. G. (2013). *Os serviços dos ecossistemas na valorização dos espaços agrícolas: perspetivas gerais e aplicação a um território rural de montanha*. Mestrado em Ciências e Tecnologia do Ambiente, FCUP, 115 p.
- Baldock, D. (1993). *Nature Conservation and New Directions in the EC Common Agricultural Policy*. Institute for European Environmental Policy.
- Barbancho, A. C. & Tejada, E. M. (2006). Evolución de las aportaciones hídricas en una cuenca de montaña del Sistema Central: cabecera fluvial del río Tormes (1941-2004). *Cuadernos de Investigación Geográfica*, 32, pp. 7-28.
- Beaufoy, G.; Baldock, D. & Clark, J., (1994). *The Nature of Farming: Low Intensity Farming Systems in Nine European Countries*. IEEA, London, United Kingdom.
- Beguiría, S.; López-Moreno, J.; Lorente, A.; Seeger, M. & García-Ruiz, J. M. (2003) – Assessing the effect of climate oscillations and land-uses changes on streamflow in the Central Spanish Pyrenees. *Ambio*, 32 (4), pp. 283-286.
- Belmonte Serrato, F.; Romero Díaz, A.; López Bermúdez, F. & Hernández Laguna E. (1999). Óptimo de la cobertura vegetal en relación a las pérdidas de suelo por erosión hídrica y las pérdidas de lluvia por intercepción. *Papeles de Geografía*, 30, pp. 5-15.
- Bignal, E. M. & McCracken, D. I. (2000). The nature conservation value of European traditional farming systems. *Environmental Reviews*, 8(3), pp. 149-171.
- Bosch, J. M. & Hewlett, J. D (1982). A review of catchment experiments to determinate the effect of vegetation changes on water yield and evapotranspiration". *Journal of Hydrology*, 5, pp. 3-23.
- Burgi, M.; Silbernagel, J.; Wu, J.; Kienast, F. (2015). Linking ecosystem services with landscape history. *Landscape Ecology*, 3, pp. 11-20.

- Cancela d'Abreu, A.; Pinto Correia, T. & Oliveira, R. (Coord.) (2004). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental* DGOTDU, Portugal.
- Cheias, G. T. (1988). *Recomendações para a Protecção e Estabilização de Cursos de Água*. Lisboa: DGRN, SEARN, MPAT.
- Costa, J. C.; Aguiar, C.; Capelo, J. H.; Lousã, M. & Neto, C. (1998). Biogeografia de Portugal Continental. *Quercetea*, 0, pp. 5-57.
- Costanza, R.; d'Arge, R.; De Groot, R. S.; Farber, S.; Grasso, M.; Hannon, B.; Limburg, K.; Naeem, S.; O'Neill, R. V.; Paruel, J.; Raskin, R. G.; Sutton, P. & Van den Belt, M. (1997) – The value of the world's ecosystem service and natural capital. *Nature*, 38, pp. 253–260.
- Cumming, G. S.; Olsson, P.; Chapin, F. S. & Holling, C. S. (2012). Resilience, experimentation, and scale mismatches in social-ecological landscapes. *Landscape Ecology*, 28(6), pp. 1139-1150.
- Dallimer, M.; Davies, Z. G.; Diaz-Porras, D. F.; Irvine, K. N.; Maltby, L.; Warren, P. H.; Armsworth, P. R.; Gaston, K. J. (2015). Historical influences on the current provision of multiple ecosystem services. *Global Environmental Change*, 3, pp. 307-317.
- Dearing, J. A.; Yang, X. D.; Dong, X. H.; Zhang, E. L.; Chen, X.; Langdon, P. G.; Zhang, K.; Zhang, W. G. & Dawson, T. P. (2012). Extending the timescale and range of ecosystem services through paleoenvironmental analyses, exemplified in the lower Yangtze basin. *Proc. Natl. Acad. Sci. U. S. A.*, 109, E1111–E1120.
- DGT (Direção Geral do Território) (2015). Carta das Unidades de Paisagem em Portugal Continental (CUP). (accedido a 01 de março de 2015, em http://www.dgterritorio.pt/sistemas_de_informacao/snit/cup/).
- Forman, R. T. T. & Godron, M. (1986). *Landscape ecology*. New York: John Wiley & Sons, 620 p.
- Forman, R.T.T. (1995). Some general principles of landscape and regional ecology. *Landscape Ecology*, 10(3), pp.133-142.
- Gallart, F. & Llorens, P. (2001). Water resources and environmental changes in Spain. A key issue for sustainable integrated catchment management. *Cuadernos de Investigación Geográfica*, 27, pp. 7-16.
- García-Ruiz, J. M. (2010). The effects of land uses on soil erosion in Spain: a review. *Catena*, 81, pp. 1-11.
- GPP (2013). Ficha – *Área agrícola e florestal de elevado valor natural*. (http://www.gpp.pt/estatistical/Indicadores_aa/Docs/Fichas/HNV_PRRN.pdf), consultado em 15/3/2016.
- Groot, R. S.; Alkemade, R.; Braat, L.; Hein, L. & Willemsen, L. (2010). Challenges in integrating the concept of ecosystem services and values in landscape planning, management and decision making. *Ecological Complexity*, 7(3), pp. 260-272.
- Groot, R. S.; Wilson, M. & Boumans, R. (2002). A typology for the description, classification and valuation of ecosystem functions, goods and services. *Ecological Economics*, 41(3), pp. 393-408.
- Holland, R. A.; Eigenbrod, F.; Armsworth, P. R.; Anderson, B. J.; Thomas, C. D.; Gaston, K. J. (2011). The influence of temporal variation on relationships between ecosystem services. *Biodivers. Conserv.*, 20, pp. 3285-3294.
- Jiang, M.; Bullock, J. M. & Hooftman, D. A. P. (2013). Mapping ecosystem service and biodiversity changes over 70 years in a rural English county. *J. Appl. Ecol.*, 50, pp. 841–850.
- Lautenbach, S.; Kugel, C.; Lausch, A. & Seppelt, R. (2011). Analysis of historic changes in regional ecosystemserviceprovisioningusing landusedata. *Ecol. Indic.*, 11, pp. 676-687.

- Madureira, L.; Magalhães, P.; Gabriel Silva, P.; Marinho, C. & Oliveira, R. (2013). *Economia dos Serviços de Ecossistema – Um guia para conhecer e valorizar serviços de agroecossistemas em áreas protegidas de montanha* (I.). Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza.
- MAOTDR (Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional) (2009). *Articulação entre a Gestão da Água e a Conservação da Natureza e da Biodiversidade*, 150p. (https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/36599/1/document_2755_1.pdf)
- Millennium Ecosystem Assessment (MEA) (2005). *Ecosystems and Human Well Being: Synthesis*. Washington DC: Island Press.
- Moreira, F.; Viedma, O.; Arianoutsou, M.; Curt, T.; Koutsias, N.; Rigolot, F.; Barbati, A.; Corona, P.; Vaz, P.; Xanthopoulos, G.; Mouillot, F. & Bilgili, E. (2011). Landscape – wildfire interactions in southern Europe: Implications for landscape management. *J. Environ. Manage.*, 92(1), pp. 2389-2402.
- Musacchio, L. R. (2009). The scientific basis for the design of landscape sustainability: a conceptual framework for translational landscape research and practice of designed landscapes and the six Es of landscape sustainability. *Landscape Ecology*, 24(8), pp. 993-1013.
- Nunes, A. & Jacinto, R. (2011). Interioridade, despovoamento e coesão do território: Sabugal e as fronteiras do desenvolvimento raiano. *Iberografias* 17, pp. 69-100, Ed. Centro de Estudos Ibéricos, Guarda.
- Nunes, A. (2008). Abandono do espaço agrícola na “Beira Transmontana. *Iberografias* 13, Ed. Campo das Letras SA, 430 p.
- Nunes, A.; Figueiredo, A. & Almeida, A. C. (2012). The effects of farmland abandonment and plant succession on soil properties and erosion processes: a study case in central of Portugal. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 2, pp. 165-190. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território.
- Nunes, A.; Lourenço, L.; Bento-Gonçalves, A. & Vieira, A. (2013), Três décadas de incêndios florestais em Portugal: incidência espacial e principais fatores responsáveis. *Cadernos de Geografia*, 32, pp. 133-143, Faculdade de Letras, Coimbra.
- Pardini, G.; Gispert, M. & Dunjó, G. (2002) – Runoff erosion and nutrient depletion in five Mediterranean soils of NE Spain under different land use. *The Scien. of the Total Environ.*, 309, pp. 213-224.
- Pereira, H. M.; Domingos, T.; Vicente, L. & Proença, V. (Editores) (2009). *Ecossistemas e Bem-Estar Humano: Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment*. Lisboa: Escolar Editora.
- Pinheiro, H.; Castro, J. P. & Azevedo, J. (2014). Alterações na paisagem e sequestro de carbono na freguesia de Deilão, nordeste de Portugal. *Revista Árvore*, 38(1), pp. 41-52.
- Pinto-Correia, T. (2007). Multifuncionalidade da paisagem rural: novos desafios à sua análise. *Inforgo*, 20/21, pp. 67-71.
- Saraiva, M. G. (1999). *O Rio como Paisagem*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Schumm, S. A. (1977). *The Fluvial System*. New York: John Wiley&Sons.
- Sepp, K. (2002). Landscape Functions and Ecosystem Services. In J. F. Hart, *The Rural Landscape*. Hardback, pp. 39-52.

- Sil, A. F. P. C. (2014). *Alterações da paisagem e serviços de ecossistema: Quantificação e valoração do sequestro de carbono na bacia superior do Rio Sabor*. Diss. apresentada à Escola Superior Agrária de Bragança para obtenção do Grau de Mestre em Gestão de Recursos Florestais, 95 p.
- TEEB Foundations (2010). *The Economics of Ecosystems and Biodiversity: Ecological and Economic Foundations*. Earthscan, London and Washington.
- Tianhong, L.; Wenkai, L. & Zhenghan, Q. (2010). Variations in ecosystem service value in response to land use changes in Shenzhen. *Ecol. Econ.* 69, pp. 1427-1435.
- VanShaar, J. R.; Haddeland, I. & Lettenmaier, P. (2002). Effects of land-cover changes on the hydrological response of interior Columbia River basin forest catchments. *Hydrological Processes*, 16, pp. 2499-2520.
- Wu, J. (2013). Landscape sustainability science: ecosystem services and human well-being in changing landscapes. *Landscape Ecology*, 28 (6), pp. 999-1023
- Zhang, W.; Ricketts, T. H.; Kremen, C.; Carney, K.; Scott, M. & Swinton, S. M. (2007). Ecosystem services and dis-services to agriculture. *Ecological Economics*, 64, pp. 253-260.
- Zhao, S. Q.; Da, L. J.; Tang, Z. Y.; Fang, H. J.; Song, K. & Fang, J. Y. (2006). Ecological consequences of rapid urban expansion: Shanghai, China. *Front. Ecol. Environ.*, 4, pp. 341-346.

**TEMPO E ESPAÇO NUM GEOSSISTEMA CÁRSICO:
OS “PILARES” EM QUE ASSENTA E SE SUSTENTA
A INTERPRETAÇÃO DA SUA EVOLUÇÃO
GEOLÓGICO-GEOMORFOLÓGICA**

Luca Antonio Dimuccio/luca@ci.uc.pt

CEGOT – Centro de Estudos de Geografia
e Ordenamento do Território das Universidades
de Coimbra, Porto e Minho

Introdução

No âmbito das metodologias, é geralmente aceite que, numa investigação científica que se pretenda completa e rigorosa, não é viável construir conhecimento sem considerar *a priori* o conjunto dos saberes já adquiridos, as regras metodológicas, os pressupostos, os postulados e as teorias (apesar de nem todos serem igualmente necessários) que irão sustentar e orientar a elaboração e interpretação dos dados, *i.e.* os dados não falam por eles, necessitam de um conjunto de problemáticas e/ou perguntas prévias que orientem as observações e as pesquisas, assim como de pressupostos que permitam realizar inferências. Trata-se daquilo que designamos por quadro conceptual, quadro não só essencial para conhecer, mas também para debater, na medida em que proporciona uma discussão racional entre membros de uma comunidade científica de forma a poder “[...] chegar a aceitar de comum acordo certas proposições como razões que apoiam outras proposições” (Olivé, 1995).

No caso específico deste ensaio teórico, e tendo em consideração a complexidade do fenómeno em análise (a carsificação), aborda-se o tema de uma forma integrada e integradora através de uma perspetiva sistémica – a chamada ciência dos sistemas, largamente utilizada na compreensão do funcionamento dos ambientes naturais e antrópicos (Kump *et al.*, 2009; entre outros). De facto, para alcançar um entendimento exaustivo dos processos inerentes à carsificação de um maciço lítico carbonatado (funcionamento/desenvolvimento), torna-se quase sempre necessário reunir entendimentos em campos científicos/disciplinares distintos, mas complementares – a geologia e a geomorfologia, *s.l.* – em que o pensamento sistémico desempenha um papel fundamental em duas vertentes: (1) a observação qualitativa do sistema, útil na medida em que permite esclarecer qual é o nosso entendimento acerca das relações entre os fatores que influenciam a atuação do fenómeno em análise; (2) a observação quantitativa, na medida em que permite testar a nossa compreensão do fenómeno através da construção de modelos que simulam os processos que lhe estão subjacentes.

Neste contexto, de acordo com aquilo que sempre nos transmitiram os nossos mestres, para poder entender as dinâmicas geomorfológicas (*s.l.*) é preciso reunir entendimentos no campo da geologia, geografia física, geomorfologia e geodinâmica externa (a que se junta o da edafologia) através da construção de modelos (geológico-estruturais, tal como geomorfológicos) em que os processos se movimentam num sistema espaciotemporal na construção das formas do relevo.

A abordagem sistémica e a complexidade

Das diversas origens da ciência dos sistemas, destacam-se a relacionada com a modelização matemática de processos regulatórios – cibernética (Wiener, 1948) – e a da biologia orgânica (Bertalanffy, 1968). Só depois destas primeiras aplicações é que os conceitos da teoria dos sistemas foram utilizados na análise dos ambientes geomorfológicos, sobretudo pela influência de geógrafos como

Chorley & Kennedy (1971) e Bennett & Chorley (1978), contribuindo assim para uma “geografia quantitativa revolucionária”, em que o estudo das dinâmicas da morfogênese se abre e se enriquece (Ballais, 2000, citado em Mendes & Dimuccio, 2013). Neste contexto, a abordagem sistêmica pode apresentar-se como sendo o quadro conceptual de orientação deste ensaio e estrutura-se em volta do conceito nuclear de “geossistema”.

Um geossistema é aqui entendido como sistema espacial complexo (Beroutchachvili & Bertrand, 1978; Bertrand, 1982; Batty & Torrens, 2001; Rocha & Morgado, 2007; entre outros), onde é possível reconhecer cinco componentes fundamentais (litosfera, atmosfera, hidrosfera, biosfera e antroposfera), cada uma caracterizada por elementos e processos/mecanismos específicos que interagem constantemente para determinar a estrutura e a dinâmica do sistema no seu todo. Por mecanismos entendem-se os modos de atuação de um determinado processo; por seu turno, o termo processo é uma noção que vai diferindo em função do lugar disciplinar ou dos modos de interpretação, com claras incidências metodológicas distintas. Neste trabalho, o processo identifica, num contexto geral de análise sistêmica e de acordo com Hay & Johnston (1983), tanto uma sequência de mecanismos causais no espaço e no tempo, como o facto de estes serem, por sua vez, o produto da conjugação de variáveis exógenas do sistema. Estas interações entre as componentes do sistema, muitas vezes não lineares (imprevisíveis), conduzem a propriedades emergentes (comportamento complexo imprevisto e não dedutível a partir da simples soma dos elementos que o compõem), a dinâmicas inesperadas (ordem/caos) e em que as características de auto-organização se transformam nas propriedades básicas do sistema (Rocha & Morgado, 2007; Murray *et al.*, 2014; entre outros). Um sistema complexo auto-organizado (= auto-adaptativo) é um sistema que surge no tempo de uma forma coerente e se adapta e organiza sem algumas entidades individuais capazes de controlá-lo ou de controlá-lo deliberadamente. A adaptação é conseguida constantemente redefinindo a relação entre o sistema e o seu ambiente através de ações e retroações positivas (que reforçam a alteração aplicada) ou negativas (que resistem à alteração). O comportamento deste sistema complexo depende do comportamento de todas

as suas partes, onde a emergência auto-organizada é um processo hierárquico: um sistema deste tipo organiza-se em subsistemas inter-relacionados que, por sua vez, são constituídos por outros subsistemas e assim sucessivamente até ao nível do componente mais elementar. Estes subsistemas são entendidos como porções do sistema que, apesar de terem uma individualidade própria em comparação com a restante porção, mantêm, a escalas diferentes e presumivelmente com uma menor quantidade de variáveis, as características de dinamismo e de relações do geossistema no seu todo (Kronert *et al.*, 2001; Phillips, 2012). Assim sendo, e de acordo com Beroutchachvili & Bertrand (1978) (citados em Ferreira, 2007), o geossistema é um “[...] sistema geográfico natural homogéneo ligado a um território, que se caracteriza por uma morfologia, um funcionamento e um comportamento, e inclui três tipos de elementos: abióticos, bióticos e antrópicos”. Dito de outra forma, e tendo em conta uma abordagem energética (termodinâmica), trata-se de um sistema “aberto” em que os elementos participantes interagem na busca de um equilíbrio através de fluxos de matéria, energia e informação (Strahler, 1952; Rougerie & Beroutchachvili, 1991; Baud *et al.*, 1999; entre outros).

A modelização pode constituir um valioso instrumento para conduzir ao pensamento sistémico; os modelos permitem construir uma visão do mundo bastante rica, de maneira a manifestar a complexidade do real mas, ao mesmo tempo, suficientemente simples para ser legível e memorizável (Molines & Cuadrado, 1997). No entanto, importa salientar que os sistemas complexos (*e.g.* o geossistema) correspondem a muito mais do que a soma das suas partes e, portanto, qualquer tentativa de modelizar a sua estrutura é necessariamente parcial e incompleta (em cada sistema existem muitos modelos). Nesta perspetiva, todos os modelos têm uma carga subjetiva intrínseca; Box, citado em Rocha & Morgado (2007), afirma que “[...] todos os modelos estão errados, mas alguns são úteis”.

A utilização da abordagem geossistémica permite uma discussão de tipo transversal com maiores perspetivas de estudo, sobretudo através de múltiplas passagens na escala de análise, do global ao local (passando pelo regional) e *vice-versa*; ou também, em sentido não estritamente espacial, do geral ao

particular e *vice-versa*. Estas passagens na escala de análise permitem ligar conceitualmente o elemento/processo analisado no interior de um geossistema identificado localmente (*e.g.* através da experiência direta do trabalho de campo), com os elementos/processos naturais que se reconhecem até à escala global e que, em geral, são conhecidos e aprofundados de forma mais teórica e através de metodologias mais indiretas. Além disso, estas passagens de escala podem modificar as percepções e as representações e, algumas vezes, mesmo, a natureza dos fenómenos (cársicos e/ou paleocársicos, no caso deste trabalho) permitindo a compreensão do espaço do mesmo modo que a articulação de escalas; trata-se de níveis diferentes que se articulam produzindo significações tran- e multi-escalares (Mendes, 1998). O conceito de escala é aqui entendido, antes de mais, como a relação entre o real (objetivado) e a sua representação (a realidade subjetivada) e, deste modo, representa o(s) nível(is) de análise que se devem ter em conta na representação da especificidade de um geossistema. Assim, como nos dá conta Mendes (1998), a escala “[...] representa a realidade através de uma abstração do real, para melhor o tornar inteligível, procedendo àquilo a que se poderá designar por um esquecimento racionalizado”. Os diferentes níveis de análise, a que correspondem outros tantos níveis de compreensão e de resolução (Kohler, 2002), equivalem não só à tomada em consideração de conjuntos espaciais de maior ou menor dimensão, mas também à definição de determinadas características estruturais e/ou estruturantes, as quais permitem interpretar os seus contornos (Lacoste, 1976). Neste quadro essencialmente analítico (escala de análise) a escala é também entendida no sentido cartográfico, ou seja como a transcrição de uma certa porção do espaço para um mapa e, neste caso, representa uma relação de grandeza cujo valor é função do elemento a representar e do meio de representação (*i.e.* a escala cartográfica responde a uma referência técnica bem precisa). Assim, no caso do julgamento de um geossistema, trata-se de uma noção de escala complexa, em que é possível discriminar duas componentes fundamentais: (a) as porções do espaço; (b) os valores estabelecidos em função dos processos/mecanismos que geram relações na observação do fenómeno e que contêm, inevitavelmente, um certo grau de subjetividade.

O geossistema cársico: definição e aplicabilidade

Em diferentes contextos geográficos, as componentes fundamentais de um geossistema podem adquirir características únicas, discriminando assim distintas tipologias: *e.g.* a natureza essencialmente carbonatada das rochas de um determinado maciço lítico (que é um carácter da litosfera), estabelece processos peculiares na inter-relação com as outras componentes do sistema, suficientes para identificar um tipo específico de geossistema, o cársico neste caso (Castiglioni & Sauro, 2002; Castiglioni, 2005).

Rocha, pedra é o significado da raiz indo-europeia *Karral/Gara* (Gams, 1993, 2003; Kranjc, 2001) de onde derivam os nomes *Carso* (em italiano) e *Kras* (em esloveno). *Carso/Kras* indicam a região geográfica entre a Itália e a ex-Jugoslávia, compreendida entre as cidades de *Monfalcone*, *Trieste* e *Postojna* (região setentrional e ocidental dos Montes Dináricos – “*Carso clássico*”) que, durante o período Romano aparece identificada como *Carsus/Carso* e sucessivamente germanizado em *Karst* durante o império austro-húngaro. Nesta região, a paisagem, fundamentada num domínio de rochas essencialmente carbonatadas (calcários e dolomitos), assumiu no tempo aspetos tão típicos e característicos que os investigadores da escola geológico-geográfica de Viena introduziram o termo *Karst* (Carso em português) no vocabulário científico internacional (Cvijic, 1893).

Em termos das formas do relevo (*i.e.* o resultado da justaposição e sobreposição de processos que atuam sincrónica e diacronicamente), uma paisagem cársica caracteriza-se basicamente: (a) pela quase ausência de uma hidrografia superficial permanente como consequência de um elevado grau de infiltração das águas meteóricas (chuva e/ou a água de degelo) no interior do maciço lítico aproveitando a sua “permeabilidade em grande” (*sensu* Martins, 1949); (b) pela presença de uma “[...] rocha nua cinzelada, perfurada e lavrada por sulcos mais ou menos profundos e estreitos” (Martins, 1949); (c) pela presença de depressões fechadas à superfície; (d) por importantes exurgências com caudais permanentes ou intermitentes e localizadas normalmente nas bordaduras dos maciços; mas, sobretudo, (e) pela peculiar presença de

uma paisagem subterrânea caracterizada essencialmente pela ocorrência de cavidades com fluxos hídricos geralmente rápidos. De acordo com Ford & Williams (2007) “[...] *the distinctive surface and subterranean features that are a hallmark of karst result from rock dissolution by natural waters along pathways provided by the geological structure*”. Contudo, de acordo com Jennings (1985) e Soares (1998/2001), apesar de a carsificação num maciço lítico carbonatado ser um fenómeno essencialmente químico, a dissolução da rocha não é necessariamente dominante relativamente a outros processos/mecanismos de meteorização (físicos e/ou biológicos) intervenientes, ainda que assumam o papel mais importante e orientador na definição do seu modelado.

Num geossistema cársico, na situação mais clássica, as águas meteóricas à superfície lentamente dissolvem a rocha enquanto percolam e se escoam no interior do maciço lítico sob a influência de um gradiente hidráulico (por gravidade), até atingirem uma zona permanentemente saturada em relação aos pontos de descarga do sistema (geralmente exsurgências). 90% das formas cársicas conhecidas (superficiais e subterrâneas) manifestam-se tipicamente em rochas carbonatadas (*i.e.* calcários/dolomitos e seus termos híbridos, assim como nos mármore). De uma forma geral, a dissolução da maioria destas rochas nas águas naturais é fortemente aumentada pela presença de ácidos. O ácido mais abundante nas águas de superfície e subterrâneas pouco profundas é o ácido carbónico [H_2CO_3 (aq)], que é produzido quando as águas reagem com o dióxido de carbono [CO_2 (gás)] absorvido da atmosfera e do solo (*e.g.* Dreybrodt *et al.*, 1996; Kaufmann & Dreybrodt, 2007; Ford & Williams, 2007). Simplificando, três reações químicas reversíveis operam em simultâneo: $\text{CaCO}_3 + \text{H}^+ \leftrightarrow \text{Ca}^{2+} + \text{HCO}_3^-$; $\text{CaCO}_3 + \text{H}_2\text{CO}_3 \leftrightarrow \text{Ca}^{2+} + 2\text{HCO}_3^-$; $\text{CaCO}_3 + \text{H}_2\text{O} \leftrightarrow \text{Ca}^{2+} + \text{HCO}_3^- + \text{OH}^-$; ou, de forma ainda mais simplificada, $\text{CaCO}_3 + \text{H}_2\text{O} + \text{CO}_2 \leftrightarrow \text{Ca}(\text{HCO}_3)_2$.

Quase toda a água subterrânea na maioria dos aquíferos cársicos conhecidos é de origem meteórica, circulando a pouca profundidade relativamente à superfície topográfica, de forma não confinada (*i.e.* livre) e com tempos de armazenamento genericamente curtos, com definição de um carso epigénico (Palmer, 2007; Ford & Williams, 2007). Contudo, nas zonas litorais e oceânicas,

a mistura de água doce com água marinha pode proporcionar a aceleração dos mecanismos de dissolução das rochas (Mylroie & Mylroie, 2013; entre outros); genericamente pode tratar-se de ambientes deposicionais de rochas relativamente jovens com alta porosidade primária e alta permeabilidade, com definição de um carso singenético (Jennings, 1968) ou eogenético (Ford & Williams, 2007). Águas de origem profunda com propriedades hidroquímicas variáveis (*i.e.* águas fósseis e juvenis, por vezes quentes e/ou ricas em CO₂ ou H₂S) (Ford & Williams, 2007; Auler, 2013; Barton, 2013) podem proporcionar uma recarga profunda (*per ascensum*), em condições por vezes confinadas ou semi-confinadas, com definição de um carso hipogénico (Klimchouk, 2009, 2013) (= hipercarso *sensu* Cigna, 1978, 1983). De facto, mais recentemente, a revalorização da importância de uma origem profunda da agressividade dos fluidos que proporcionam dissolução, fez com que surgissem novas definições de cariz mais genérico, em que o processo de carsificação se torna quase independente do tipo litológico em que atua a dissolução: “[...] *The karst/speleogenesis is a morphological process resulting by the removing mass from a host rock operated by aggressiveness of a chemical agent that flow through it transported by a fluid vector*” (Menichetti, 2013).

Outras litologias, diferentes das carbonatadas, podem mostrar morfologias similares às cársticas em várias condições climáticas e geográficas: *e.g.* as rochas salinas (sal-gema) podem ser muito solúveis (Frumkin, 1994), seguidas das rochas gipsíferas (Klimchouk, 1992; Calaforra, 1998; entre outros), arenitos com cimento carbonatado ou silicificados e mesmo quartzitos (Wray, 1997; Martini, 2000; Piccini & Mecchia, 2009; entre outros). Tendo em conta que a intensidade do mecanismo de dissolução parece ser inversamente proporcional ao teor em substâncias insolúveis contidas na litologia carsificável, de acordo com Anelli (1959, 1963, 1964, 1975), definem-se como paracársticos os fenómenos cársticos pouco desenvolvidos (*i.e.* atenuados) que se desenvolvem em litologias geralmente menos suscetíveis à corrosão meteórica (*e.g.* calcários margosos ou ricos em matéria orgânica, dolomitos, calcários grosseiros, quartzarenitos, quartzitos, etc.). As morfologias paracársticas são as mesmas que Cvijic (1893, 1918, 1960) tinha anteriormente incluído no chamado merocarso (*i.e.* carso

parcial ou imperfeito) ou no carso de transição: “[...] *dans celui-ci ne sont développés que certains traits du relief karstique; d’autres manquent complètement ou sont considérablement modifiés. C’est donc un karst partiel et imparfait*”. No caso específico das rochas dolomíticas Cvijic (1960) afirma que “[...] *ces roches impures se dissolvent moins que les calcaires du holokarst dinarique*“, e reserva o termo holocarso para um carso muito bem desenvolvido (*i.e.* completo; Martins, 1949), exclusivo de rochas calcárias e onde todas as águas passam a escorrer em profundidade, não havendo desenvolvimento de uma hidrografia superficial, exceto no interior de algumas depressões fechadas (*e.g.* poljes) (ver Rodrigues *et al.*, 2007).

Formas do relevo similares àquelas das paisagens carbonatadas, mas produzidas por mecanismos de meteorização dominantes diferentes da dissolução (ou de processos de subsidência e colapso induzidos por dissolução) são conhecidas como pseudocársicas (Anelli, 1975; Ford & Williams, 2007; entre outros). Exemplos são algumas cavidades nos glaciares pelo facto de se desenvolver através de uma mudança de fase (sólido-líquido) e não por dissolução. Termocarso (ou glaciocarso em Salomon, 2000) aplica-se a depressões topográficas que resultam da fusão de grandes quantidades de gelo. O termo vulcanocarso utiliza-se no caso de cavidades naturais em rochas vulcânicas com origem no escoamento da lava, arrefecimento e consolidação dos fluxos mais superficiais com formação de um teto e seu sucessivo abatimento (Ford & Williams, 2007; Palmer, 2007; entre outros). Para além disso, mais recentemente tem-se dado muita ênfase a uma outra tipologia de carso, o chamado carso de contacto que se reconhece no caso em que águas que escoam em terrenos insolúveis, adjacentes a outros solúveis, criam excepcionalmente uma elevada densidade de formas de grandes dimensões ao contacto com as unidades geológicas carsificáveis (Gams, 1994).

O geossistema cársico assim definido pode ser comparável a uma caixa negra, de onde é possível extrair informações, seja através de aberturas que permitem penetrar no seu interior, seja estudando o fluxo de matéria e de energia que entra (*inputs* – *e.g.* precipitações meteóricas, fluidos com origem profunda, transferências desde aquíferos adjacentes), circula e em parte, ou no todo, sai do sistema (*output* – *e.g.* perdas às exsurgências) (Castiglioni & Sauro, 2002).

Assim sendo, e de acordo com Klimchouk & Ford (2000), um sistema cársico pode ser definido como “[...] *an integrated mass-transfer system in soluble rocks with a permeability structure dominated by conduits dissolved from the rock and organized to facilitate the circulation of fluid*”. De facto, o pensamento sistémico concebe o objeto (ou a estrutura) como uma caixa negra; desta caixa negra não é preciso conhecer, no detalhe, todos os aspetos, mas é essencial conhecer as relações que existem com o ambiente externo, os fluxos de energia e de informação que acontecem no seu interior, assim como as tomadas de decisão que lhe estão subjacentes (Vallega, 1990).

Ao contrário das bacias hidrográficas ou de outras tipologias de unidades geográficas caracterizadas por dinâmicas essencialmente de tipo superficial, a estrutura do geossistema cársico compreende duas porções distintas (subsistemas) mas interligadas: a superficial e a subterrânea. Esta última, muitas vezes, perceptível só indiretamente por quem se encontra à superfície, é frequentemente pouco acessível. As estreitas relações estruturais e, sobretudo, funcionais, que caracterizam as duas porções do sistema, apesar de muitas vezes serem distantes entre elas e/ou separadas por zonas não diretamente conhecidas, podem ser bem interpretadas por análises e representações de tipo sistémico (Figura 1). Por sua vez, os elementos que definem a estrutura do geossistema são entidades (ou grupos de entidades) físicas localizadas (uma dolina, uma cavidade subterrânea, etc.), ou difusas, no âmbito de todo o sistema (a rocha, o solo, a água, o ar). Estes elementos, por vezes agrupados em função de uma característica comum (elementos sólidos, líquidos, gasosos; elementos abióticos, bióticos; elementos fixos, móveis; elementos naturais, antrópicos; etc.), podem até coincidir com as componentes ou as esferas dinâmicas do sistema.

Neste quadro geral de análise sistémica, o carso caracteriza-se por uma interdependência entre a presença de formas do relevo derivadas da combinação de: (1) uma alta solubilidade da rocha (litologia); (2) uma porosidade primária (relacionada com o ambiente de sedimentação) pouco desenvolvida, combinada com uma porosidade secundária (fissuras = planos de estratificação + diaclases + falhas + lineamentos estruturais) e, eventualmente, terciária (condutas = vazios de dissolução planares ou tubulares em que o diâmetro é

significativamente inferior ao comprimento) muito bem desenvolvidas; (3) uma hidrologia e topografia particulares; assim como (4) as características climáticas e de ocupação humana. É neste sentido que o carso pode ser considerado um “sistema aberto”, composto por diferentes subsistemas integrados, entre os quais se destacam o hidrológico e o geoquímico que operam no modelado do maciço lítico. As formas cárnicas (superficiais e/ou subterrâneas) são produtos fundamentais da interação entre os elementos/mecanismos que caracterizam e atuam nestes dois subsistemas (Ford & Williams, 2007).

Em termos das condições de suscetibilidade à carsificação de um maciço lítico carbonatado, estas decorrem (a) da capacidade do sistema hídrico para erodir (erosividade) e, (b) da resistência do corpo lítico em ser erodido (erodibilidade), ambos a diferenciar-se no espaço e no tempo. Diferentes condições endógenas num mesmo maciço lítico carbonatado determinam diferentes graus de suscetibilidade à carsificação para as unidades geológicas que o compõem; por outro lado, diacrónicas ou sincrónicas, as condições exógenas controlam o desenvolvimento do processo. Como nos dá conta Soares (1998/2001), os próprios mecanismos de dissolução química das rochas carsificáveis, fundamentais ao desenvolvimento de uma paisagem cársica, têm velocidades de reação variáveis, no espaço e no tempo: “[...] a uma possibilidade de desenvolvimento externo associa-se uma continuação interna a velocidades diferentes da observada à superfície”.

O conceito de velocidade, no caso do carso sinónimo de velocidade de meteorização por dissolução (= erosão cársica), pode ser compreendido através da ablação específica – definida como o volume de rocha dissolvido anualmente à superfície. A título de exemplo, em Portugal, ensaios realizados em dois dos mais importantes maciços carbonatados do centro do país revelaram valores de dissolução cársica na ordem dos 62,4 m³/km²/ano (Crispim, 1986) e 67,6 m³/km²/ano (Cunha, 1990, 1996) para o Maciço de Sicó, a contrastar com os outros de 11,5 (?) m³/km²/ano (Fleury, 1925), 70 m³/km²/ano (Ferreira *et al*, 1988) e 40-90 (56,4) m³/km²/ano (Crispim, 1995) estabelecidos para o Maciço Calcário Estremenho. Dados mais gerais à escala global, publicados em Salomon (2000), apontam para valores extremamente variáveis, entre 1 e 520 m³/km²/

ano em diferentes regiões carbonatadas do mundo, o que demonstra como tal conceito de velocidade, no caso da carsificação, é difícil de controlar, pois é dependente de vários parâmetros como agressividade química das águas, rapidez de renovação do fluxo hídrico que atravessa o sistema (características hidráulicas, principalmente turbulência e geometria), natureza litológico-petrográfica das rochas, temperatura, tectónica, gradiente topográfico, espessura das camadas rochosas, etc. As águas que se infiltram no maciço tendem a saturar-se progressivamente; na igualdade de outras condições o atravessamento de grandes espessuras de rochas permite atingir mais rapidamente o seu ponto de saturação ou de equilíbrio, com conseqüente termo da corrosão. Águas menos saturadas tendem a ter uma maior eficácia na dissolução química das rochas carbonatadas (Ford & Williams, 2007). Experiências de laboratório têm demonstrado como uma rápida dissolução ocorre quando a rocha carbonatada contém entre 0-14% de insolúveis, com uma clara correlação positiva entre a percentagem de CaO e a taxa de dissolução (Ford & Williams, 2007). Dolomite pura [CaMg(CO₃)₂] normalmente apresenta uma dissolução mais lenta por comparação com a calcite, mas Rauch & White (1970) têm demonstrado como a maior solubilidade em rochas carbonatadas ocorre quando apresentam um conteúdo em MgO entre 1-3%. James & Choquette (1984) sugerem que, em paridade de temperatura, a calcite-alto-magnésiana (4%<MgCO₃<25%) é normalmente o mineral mais solúvel, seguido pela aragonite, a calcite-baixo-magnésiana (0%<MgCO₃<4%), a calcite pura e finalmente a dolomite. Estes contrastes na solubilidade mineralógica, particularmente durante uma exposição subaérea, é um dos principais fatores que condicionam a diagénese e a evolução da porosidade/permeabilidade nos carbonatos.

Há aqui uma convergência entre mecanismos (dissolução/precipitação química, erosão mecânica/acumulação detrítica, enterramento/exposição do maciço, levantamento tectónico/subsidência, etc.), características endógenas (litologia e características diagenéticas, estrutura geológica, presença ou não de uma cobertura detrítica insolúvel importante, topografia, solo e coberto vegetal) e características exógenas (clima e ação do ser humano) que, num contexto evolutivo variável no espaço-tempo, avaliado através de uma análise multiescalar

(de micro a macro, passando pela meso-escala), acabam por determinar a suscetibilidade do maciço lítico onde o próprio grau de carsificação se configura como resultado final na complexa elaboração do modelo geossistêmico.

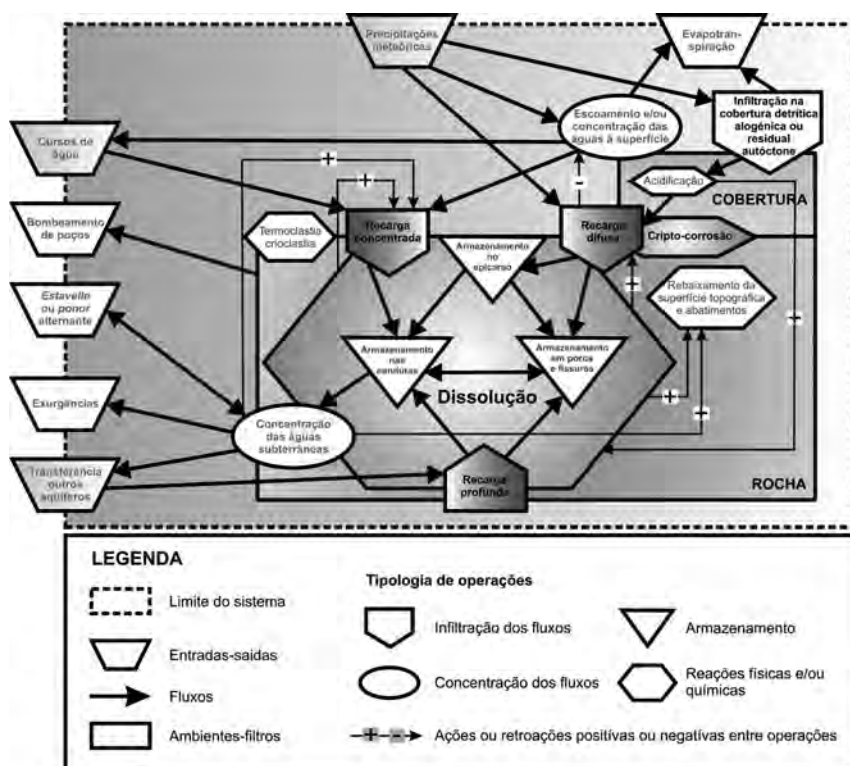


Figura 1

Esquemática de um geossistema cársico onde se apresentam as operações e os fluxos do elemento água que, por sua vez, registam as dinâmicas do sistema. As ações ou retroações positivas ou negativas entre as componentes do sistema identificam, respetivamente, um reforço e uma resistência à operação aplicada

Fonte: Revisto e adaptado de Boyer *et al.*, 1998; Castiglioni, 2005.

A litologia e as características diagenéticas da rocha carsificável podem ter efeitos importantes no estilo, extensão e grau de carsificação: pureza das rochas carbonatadas (percentagem da componente solúvel *vs.* insolúvel – esta última constituída essencialmente por minerais de argilas e quartzo), granulometria e

textura (uma matriz micrítica/biomicrítica – microcristalina – é mais solúvel e a solubilidade diminui substancialmente quando a esparite – cristais grosseiros – se torna superior a 40-50% em volume; Noiriel *et al.*, 2013), dolomitização (processo pelo qual um sedimento calcário, ou o seu precursor, é completamente/parcialmente convertido em dolomia, pela substituição do CaCO_3 original por carbonato de magnésio, através da ação de fluidos com elevada proporção de $\text{Mg}^{2+}/\text{Ca}^{2+}$), desdolomitização (ou calcitização da dolomite), frequência dos planos de estratificação (a espessura das camadas – o ataque químico das águas é disperso onde os estratos são mais finos; nestes, também falta a força mecânica para sustentar grandes espaços vazios, o que proporciona muitas vezes fenómenos de colapso), porosidade primária e presença de juntas de estratificação margosas, ou mesmo camadas interstratificadas de margas, sulfatos (gesso e anidrite) e sal-gema, são todos particularmente importantes (a organização estratigráfica do maciço lítico controla a espessura e as características químicas do sistema hídrico subterrâneo; White, 1988; Ford, 2002; Ford & Williams, 2007).

A estrutura geológica (entendida no seu todo, onde se conjugam as ações que decorrem das causas que dirigem o processo de sedimentação, juntamente com a que modificam a atitude – geometria – da estratificação ligada essencialmente a movimentações tectónicas) é importante a todas as escalas (particularmente à meso e macro-escalas) na medida em que condiciona a orientação e transmissibilidade do fluxo hídrico no interior do maciço lítico carbonatado (a dita permeabilidade em grande): da fissuração local (planos de estratificação, diaclases, falhas e lineamentos estruturais) até às deformações e translocações da tectónica das placas (estruturas de tipo monoclinial, dobrada, cavalgamento, domo diapírico, etc.), com estas últimas a controlar as taxas de levantamento/denução do maciço lítico e consequentemente o seu potencial hidráulico (Palmer, 2007). Além disso, algumas destas grandes estruturas, como as dobras, podem proporcionar também fraturação local importante nas porções mais superficiais do maciço lítico através da libertação do *stress* (*stress release*).

A influência climática sobre o carso prende-se essencialmente com as precipitações meteóricas (água e neve), as temperaturas e a bioprodutividade: a precipitação, essencialmente pela quantidade de água disponível para propor-

cionar a dissolução dos carbonatos e pelo modo como esta se distribui no tempo; a temperatura, porque esta é suscetível de influenciar o balanço hídrico, através do comando da evapotranspiração potencial e de alterar a velocidade das reações químicas (corrosão), das desagregações mecânicas (termoclastia ou crioclastia) e das alterações biogénicas, ou seja, do próprio processo de carsificação. De acordo com Salomon (2000) “[...] *il est possible de considérer qu’une augmentation de température tend à annihiler largement les effets d’une plus grande solubilité du CO₂ dans les eaux à basse température. En fait, d’une façon générale, les eaux du milieu tropical dissolvent les carbonates plus vite que celles des milieux froids* (Rossi, 1976)”.

Relacionados com o clima, mas também com a litologia, com a cobertura detrítica, com a topografia e com o grau de ocupação humana, está o desenvolvimento dos solos e do coberto vegetal, também estes suscetíveis de introduzir importantes modificações no mecanismo de corrosão dos carbonatos através da acidificação das águas por incorporação de CO₂ de origem essencialmente biogénica e de ácidos orgânicos (através da atividade biológica no solo; Trudgill, 1985), com pesos distintos nas regiões tropicais (-93%), mediterrâneas (-80%), temperadas oceânicas (-79%) e de alta montanha/periglaciares (-45%). Exceções encontram-se nas regiões desérticas onde a acidificação das águas deve-se essencialmente à incorporação de CO₂ atmosférico e de origem não orgânica, assim como de ácidos exclusivamente inorgânicos (Salomon, 2000). Com base nestas últimas considerações, muitos autores classificam o carso em função das características climáticas em que se desenvolve. São reconhecidas várias tipologias distintas de carso: temperado húmido (chuva todo o ano), mediterrâneo (verão seco), tropical, árido e semiárido, glaciário ou alpino, periglaciário, litoral (tropical e temperado) (Jennings, 1985; Salomon & Pulina, 2005; entre outros).

Importa salientar também como a topografia, além de condicionar a velocidade de escoamento subaéreo, controla a maneira como se faz a circulação e a concentração da água à superfície (águas em lento movimento e espacialmente concentradas favorecem a aceleração do mecanismo de dissolução) (Kupper, 1985), antes de se infiltrar no maciço lítico (a recarga do sistema). O relevo controla a localização das áreas de recarga e de descarga (as exurgências) do

sistema hídrico subterrâneo. Eventos geomorfológicos importantes (frequentemente associados a variações climáticas) podem proporcionar alterações no gradiente hidráulico por causa de modificações nas condições de escoamento (e.g. o encaixe fluvial ligado a períodos glaciares proporciona um aumento do potencial hidráulico, enquanto a submersão de exurgências costeiras, pela subida glacio-eustática do nível do mar, o reduz). Assim sendo, as formas do relevo superficial e o sistema de condutas subterrâneas desenvolvem-se em conjunto, sendo esta uma circunstância incomum aplicável exclusivamente aos sistemas cársicos. Ford & Williams (2007) admitem que “[...] *for this reason, if one is to understand karst hydrogeology it is also necessary to understand karst geomorphology, and vice versa*”.

A carsificação no contexto da geologia sedimentar

Num contexto analítico de cariz essencialmente sedimentológico, o processo de carsificação, entendido como o conjunto dos mecanismos que condicionam a criação/perda de porosidade/permeabilidade, durante o desenvolvimento de uma sucessão sedimentar carbonatada, integra-se no fenómeno mais geral da diagénese – inclui todas as alterações naturais (químicas, físicas e biológicas) que ocorrem nos sedimentos a partir do momento da sua deposição, continuando através de compactação, litificação e mais além, excluindo a meteorização e o metamorfismo (Scholle *et al.*, 1983; James & Choquette, 1984; Tucker & Wright, 1990; Moore, 2001; entre outros). A porosidade e a permeabilidade são inicialmente controladas pelas condições de sedimentação no momento da deposição, mas, subsequentemente são alteradas através da própria diagénese. Assim sendo, numa perspetiva sedimentogenética e de acordo com James & Choquette (1988), o carso pode ser entendido como “[...] *all of the diagenetic features – macroscopic and microscopic, surface and subterranean – that are produced during the chemical dissolution and associated modification of a carbonate sequence*”. Dito de uma forma mais genérica, o carso (no caso de sedimentos carbonatados) pode ser considerado uma fácies diagénética produzida e con-

trolada pela dissolução, migração nas águas naturais e eventual precipitação do carbonato de cálcio (Esteban & Klappa, 1983; Esteban & Wilson, 1993).

Numa sucessão sedimentar carbonatada a criação de porosidade por dissolução geralmente ocorre em resposta a uma alteração significativa no quimismo dos fluidos (*i.e.* alteração nas condições de salinidade, temperatura ou pressão parcial do CO₂) que atravessam os poros. Estas mudanças são mais suscetíveis de ocorrer no início da diagénese (eogénese), em conjunto com o desenvolvimento de um sistema hídrico meteórico (vadoso e freático), com definição de um carso eogenético (*i.e. carbonate island karst model, sensu* Mylroie & Carew, 2000; Jenson *et al.*, 2006). Nestas condições, a dissolução leva a um aumento da porosidade de tipo fábrica seletiva (*e.g.* moldada) (*sensu* Choquette & Pray, 1970), claramente controlada pela mineralogia deposicional de cada grão. Durante a eogénese e em ambiente meteórico, quando águas subsaturadas, no que diz respeito à maioria das espécies minerais carbonatadas, entram em contacto com o sedimento, constituído essencialmente por aragonite e calcite magnesiana, estes minerais são progressivamente dissolvidos. Esta dissolução faz aumentar o grau de saturação das águas com respeito à calcite (ou dolomite), ao ponto de provocar a precipitação de calcite (ou dolomite) (Moore, 2001; Morse & Mckenzie, 1990; entre outros). Se o tempo de exposição subaérea for suficiente, a estabilidade da calcite magnesiana e da aragonite é alcançada através da dissolução das fases instáveis e a precipitação das estáveis (*i.e.* calcite e dolomite), ainda antes da eventual cobertura por mais sedimentos. A dissolução da calcite magnesiana, em geral, não desenvolve uma porosidade moldada; pelo contrário, a dissolução da aragonite resulta num transporte significativo de CaCO₃ e na criação de uma porosidade secundária moldada. De acordo com Moore (2001), é mesmo esta porosidade moldada desenvolvida durante a eogénese que faculta a maior parte do cimento calcítico (esparite) que, muitas vezes, irá obstruir a porosidade deposicional intergranular como consequência de uma rápida dissolução. No caso em que a dissolução/precipitação seja lenta (*i.e.* célula de cristal por célula) os esqueletos dos fósseis aragoníticos serão preservados como “fantasmas” de calcite (por substituição mineralógica). Ou seja, os contrastes de estabilidade mineralógica existentes nos sedimentos car-

bonatados que caracterizam a fase eogenética controlam o sistema diagenético e a evolução da sua porosidade através do equilíbrio dissolução/precipitação e enquanto as diferenças mineralógicas e de solubilidade estiverem presentes, a dissolução e a precipitação continuarão.

De acordo com Vacher & Mylroie (2002), esta reorganização da porosidade em ambiente meteórico durante a eogénese leva a um surpreendente aumento da permeabilidade sem grande aumento da porosidade; 10-20% do sedimento corresponde a uma porosidade larga, geralmente de tipo fábrica não seletiva (*e.g.* pequenos espaços cavernosos, brechas, fraturas, etc.) e com estes canais de poros a transmitir 99,99% do fluxo das águas, com a permeabilidade horizontal muitas ordens de grandeza maior do que a permeabilidade vertical. Nos casos em que haja forte evaporação (*e.g.* litoral árido ou semiárido), podem desenvolver-se pisólitos, nódulos e crustas carbonatadas (caliche/calcretos) (Alsharhan & Kendall, 2003). Mais tarde, após a cobertura, vários processos e condições geológicas específicas (*e.g.* altas pressões, altas temperaturas, maturação de hidrocarbonetos, desidratação de xistos, recarga meteórica pós-orogénica, etc.) podem fornecer fluidos subterrâneos *per ascensum* e quimicamente agressivos que proporcionam dissolução, com definição de um carso mesogenético (de tipo hipogénico). O aumento da porosidade nestas condições é, muitas vezes, descrita como sendo uma simples expansão da porosidade secundária preexistente moldada (ou da preexistente porosidade primária intergranular), para uma porosidade vacuolar ou cavernosa (Moore & Druckman, 1981; Moore & Heydari, 1993; entre outros). Finalmente, a dissolução pode ocorrer em qualquer momento durante a história diagenética sempre que o sedimento carbonatado, mineralogicamente estável (calcários e dolomitos), tenha sido exumado da cobertura e colocado de novo em contacto com as águas meteóricas, com definição de um carso telogenético (Moore, 2001; Vacher & Mylroie, 2002). Esta dissolução, no geral, caracteriza-se pela criação de uma porosidade de tipo fábrica não seletiva. Os novos poros, assim criados (*i.e.* vacúolos, condutas e cavernas – dependendo do tamanho), irão cortar e atravessar todos os elementos da fábrica (*i.e.* grãos, matriz e cimento).

Em ambas as fases mesogenética e telogenética, a distribuição final da porosidade é controlada pela porosidade preexistente estabelecida inicialmente no ambiente de deposição original, ou desenvolvida sucessivamente por diagênese precoce e por fraturação. Em particular, a fraturação (incluindo os movimentos relativos ao longo dos planos de estratificação; *sensu* Jože & Stanka, 1998; Lowe & Waters, 2014) pode ocorrer a qualquer momento durante a história diagenética da sucessão carbonatada, a partir de um recobrimento de muito baixa espessura (início da litificação). A estes, temos que acrescentar, no controlo da porosidade final, a possível presença e distribuição dos estilólitos (superfícies serrilhadas resultantes de dissolução e recristalização – que se desenvolvem durante a compactação litostática do sedimento ou por atividade tectónica), assim como fenómenos de brechificação (relacionados com colapsos por dissolução em rochas calcárias/evaporíticas, com a tectónica e sismos ou, também, com a formação de solos) (Wright, 1994; Davis & Reynolds, 1996; Flügel, 2004; Ford & Williams, 2007; entre outros).

O paleocarso: a natureza poligénica e polifásica do carso

Ao contrário da maioria dos outros sistemas naturais, a evolução de um sistema cársico pode, em certo ponto da sua história geológica, ser travada. Neste caso configura-se uma situação de paleocarso (carso antigo) em que o sistema é enterrado (recoberto) por sedimentos mais recentes, ou coevos, ficando assim inerte (*i.e.* hidrologicamente dissociado do sistema contemporâneo ao seu soterramento) (James & Choquette, 1988; Bosák *et al.*, 1989; Wright, 1991; Ford & Williams, 2007). Ocasionalmente, um paleocarso pode ser novamente exumado e reativado (mostrando um conjunto de formas testemunhos de cripto-carsificação), retomando assim um desenvolvimento que foi interrompido (natureza poligénica e polifásica do carso) o que, obviamente, complica bastante a sua reconstituição; muitas vezes as evidências passadas da carsificação (formas e depósitos) são totalmente ou parcialmente destruídas, ou profundamente alteradas, pelas fases subseqüentes (Cunha & Soares, 1987;

Cunha, 1990; Dimuccio, 1998, 2014; Dimuccio & Cunha, 1999, 2015; Cunha & Dimuccio, 2014). As naturezas poligénicas e polifásicas referem-se, respetivamente, a multiplicidade de processos/mecanismos síncronos e fases diacrónicas que atuam num determinado espaço geográfico na definição do seu modelado. No entanto, é importante evidenciar como as “fases” são aqui entendidas como meras formas de simplificação.

No desenvolvimento da carsificação sob cobertura o mecanismo dominante parece ser o da cripto-corrosão, sensu Nicod (1994): “[...] *sous ce terme très général, nous avons regroupé... tous les processus de dissolution et d’altération sous couverture, qu’elle soit pédologique, résiduelle (terra rossa) ou sédimentaire (sables)*”. Este mecanismo permite atingir valores de dissolução da rocha carbonatada, no epicarso (a porção mais superficial do sistema), da ordem dos 80-90% do sistema total. Importa salientar que, neste contexto, a chamada “terra rossa”, sedimento típico das áreas cársicas mediterrâneas que geralmente preenche total ou parcialmente as formas cársicas, é um material fino e avermelhado que só em parte resulta da evolução dos resíduos insolúveis das rochas carbonatadas (*i.e. in situ*); de facto trata-se de um sedimento com origem claramente mais complexa (poligénica) e com um papel geomorfológico ainda largamente em debate (ver Šušteršič *et al.*, 2009 e referências neste incluídas).

De acordo com Soares (1998/2001) “[...] um paleocarso é...um edifício onde o prefixo paleo se constitui como dificuldade acrescentada” ao julgamento das formas e dos depósitos com elas associados. Muitas vezes, fenómenos de remeximento e de cripto-carsificação, comandados por reorganização estrutural dos volumes (tectónica) e/ou por variações climáticas, complicam a leitura dos dados e, conseqüentemente, a interpretação das respetivas fases evolutivas.

Vários autores têm proposto um limite cronológico para distinguir um carso de um paleocarso. Bosàk *et al.* (1989) estabelecem o Miocénico como limite a partir do qual os processos são neo-cársicos, de atividade recente e, portanto, não sujeitos ao prefixo *paleo*. No entanto, na literatura científica tal critério não se aplica “sempre” e distinguem-se formas paleocársicas de idade plistocénica/holocénica, tal como as descritas em Palmer & Palmer (1989)

na Florida (Estados Unidos), ou em Gavrilović (1989) ao largo da costa do Mar Adriático (entre outros). Evidentemente que tais limites são imprecisos, baseando-se em critérios distintos e, muitas vezes, é mesmo complicado estabelecer as diferenças entre um carso ativo e outro inativo, ou simplesmente entre formas derivadas de processos suficientemente antigos. O problema prende-se efetivamente com a definição de um limite cronológico. Quando se trata de ambientes litorais, onde as flutuações do nível do mar ditam variações do nível freático e consequentes modificações na carsificação, com períodos cársicos ativos alternando com outros inativos, a diferenciação entre formas cársicas e paleocársicas parece ser ainda mais complicada.

Para além disso, Choquette e James (1988), tendo em conta a organização estratigráfica do(s) paleocarso(s) que caracteriza(m) uma sucessão carbonatada, identificam três grandes escalas/tipologias: (a) um carso deposicional que se constitui como a natural consequência da acreção sedimentar ao nível do mar e que é de esperar dentro da sucessão carbonatada que tipifica um determinado sistema deposicional (*e.g.* plataforma/rampa carbonatada). Esta tipologia está em regra associada com ciclos de escala métrica na sucessão sedimentar, geralmente com a presença de relevos topográficos de reduzidas dimensões. Os efeitos da exposição subaérea são normalmente restringidos a formas de dissolução superficial, a uma cimentação muito pouco profunda e a uma reduzida dissolução subterrânea em que os processos atuam sobre um sedimento na maioria ainda não completamente litificado e, portanto, ainda com elevada porosidade/permeabilidade; (b) um carso local que se desenvolve quando parte do sistema deposicional é exposto, geralmente por movimentações tectónicas, pequenas descidas do nível do mar ou movimentações sin-sedimentares de blocos falhados. Dependendo do período de tempo envolvido, os efeitos da exposição subaérea podem variar consideravelmente até chegar ao desenvolvimento de um carso completo (*i.e.* superficial e subterrâneo). Esta tipologia de carso pode ser correlacionada lateralmente em áreas que não apresentam os efeitos de uma exposição subaérea ou um registo contínuo da deposição; (c) um carso regional (ou inter-regional) claramente muito mais extenso que os anteriores e relacionado com os principais eventos tectono-eustáticos (à macro-escala). Este

tipo de carso mostra uma intensa erosão com uma grande variedade de formas e depósitos, assim como uma generalizada dissolução subterrânea. A extensão e profundidade a que se desenvolve a carsificação, em geral, são maiores que no carso local, embora em sítios onde a tectónica resulte em elevados soerguimentos (com conseqüente longa exposição subaérea) seja de difícil entendimento a diferenciação entre as duas escalas de carso.

Neste contexto, em que a determinação e interpretação dos tempos da carsificação de um maciço lítico carbonatado são questões atuais e fundamentais – White (1988) escreveu: “[...] *the time scale for the development of karst features cannot be longer than that of the rocks on which they form*” – um dos problemas fundamentais reside na definição do início da carsificação e da maneira como se fez a preservação dos produtos desta mesma carsificação (formas e depósitos). O papel da preservação é fundamental, pois este geossistema funciona, muitas vezes, como uma armadilha que capta e conserva as informações geológicas e ambientais do passado numa espécie de arquivo natural em que formas e depósitos assumem uma importância crucial para as reconstituições paleogeográficas, paleoclimáticas e paleoambientais. No entanto, estas informações só podem ser lidas de forma mais correta através de uma conjugação transdisciplinar – *i.e.* abordagem científica que visa a unidade do conhecimento; desta forma, procura-se estimular uma nova compreensão da realidade articulando elementos que passam entre, além e através das disciplinas, numa busca de compreensão da complexidade (Rocha Filho, 2007). A complicar ainda mais a tentativa de interpretação da evolução do sistema cársico concorre o facto de a carsificação poder ter início muito cedo, logo durante as primeiras etapas de organização do maciço lítico potencialmente carsificável (por vezes mesmo antes da diagénese – *e.g.* no caso em que houver dissolução em ambiente de *sabkha*, de dunas carbonatadas ou até na construção de um recife) (Ford, 2002). Mas, nas situações mais comuns, a carsificação só se inicia depois de um longo período de enterro da rocha potencialmente carsificável, quando já se atingiu uma certa maturidade diagenética.

Assim sendo, e de acordo com alguns autores (Lowe, 1992, 2000; Filipponi *et al.*, 2009; Plan *et al.*, 2009; Lowe & Waters, 2014), o início da carsificação

pode explicar-se através da hipótese do horizonte embrionário (*i.e. inceptions horizons hypothesis*), segundo a qual a dissolução começa a atuar a partir de um número limitado e específico de descontinuidades sin- e pós-deposicionais na sucessão carbonatada. Em geral, os planos de estratificação são as entidades espacialmente mais contínuas num maciço lítico que, quando suficientemente abertas, permitem o fluxo de águas subterrâneas na maioria das configurações estruturais conhecidas e, normalmente, apresentam desvios superiores em relação à abertura média, em comparação com falhas e diáclases. Porque determinados estratos/planos de estratificação numa série sedimentar carbonatada se tornam horizontes embrionários e outros não, é uma questão ainda pouco debatida na literatura da especialidade. Esta hipótese baseia-se na suposição de que as águas subterrâneas sozinhas não podem iniciar o desenvolvimento de proto-cavidades em rochas carbonatadas a menos que certas pré-condições favoráveis (*i.e. pré-carso*) estejam presentes: *e.g.* se uma determinada camada ou plano de estratificação contém grandes concentrações de sulfuretos (pirite, etc.), estes minerais podem oxidar e produzir H₂S, ou mesmo ácido sulfúrico (H₂SO₄), nas águas subterrâneas; de acordo com a hipótese do horizonte embrionário, mesmo uma libertação lenta de ácido por este processo seria suficiente e crucial para tornar os fluidos de circulação subterrânea soluções altamente corrosivas e assim acelerar a etapa inicial (*inception*) na origem de uma proto-cavidade.

No que diz respeito ao termo do processo cársico (ou mais propriamente à interrupção da carsificação) não há dúvida que esta ocorre no momento em que o maciço lítico, juntamente com as suas formas do relevo, é completamente destruído (erodido). No entanto, a forma mais comum de interrupção ocorre através da perda das funções hidrológicas do sistema: redução excessiva de gradiente hidráulico (falta de relevo), metamorfismo, mineralização, transgressão marinha, soterramento por depósitos continentais ou vulcânicos, movimentos tectónicos, variações climáticas (falta de água), etc. (Bosák *et al.*, 1989; Bosák, 2002, 2007; Ford, 2002).

Conclusões

Tendo em conta o que foi dito neste breve ensaio teórico, salientam-se o tempo e o espaço, na tentativa de reconstituir a evolução da carsificação num maciço lítico carbonatado, como representando os “pilares” sobre os quais assenta e se sustenta a nossa representação do real (a realidade geológica e geográfica do corpo lítico investigado, numa determinada área de estudo). Neste sentido, o estudo do carso e do(s) paleocarso(s) deve ser abordado de uma forma integral, atendendo a aspetos sedimentares, estratigráficos e estruturais, tanto na perspetiva local, a partir do estudo de detalhe dos afloramentos (micro e meso-escalas), como na perspetiva regional (macro-escala), marcada pelo desenvolvimento da ossatura carbonatada e dos posteriores agentes e processos (morfo-genéticos) que a afetam e modelam. Finalmente, todos estes aspetos se integram na interpretação e elaboração de modelos geológicos (*e.g.* arquitetura de fácies e modelo deposicional do corpo lítico carsificado, distribuição estratigráfica do paleocarso) e geomorfológicos (*e.g.* definição de diferentes tipologias de carso).

Evidencia-se ainda que o conceito de (paleo)carso não se limita aqui à definição de formas e eventualmente de depósitos, que resultam de um ou vários processos/mecanismos, mas sim como parte do registo geológico local e regional. Além disso, importa referir que, por vezes, a evolução do(s) (paleo)carso(s) - à superfície e em profundidade - contempla fenómenos tão complexos e intimamente interligados que só em contextos geológicos estruturalmente simples é possível reconstituir as condições específicas de pré-carso e do correspondente início da carsificação, assim como o seu eventual termo; nos outros torna-se uma tarefa irrelevante e/ou quase impossível. A este propósito e a título de exemplo, Ford (2002) admite que “[...] *The Classical karst, which with its neighboring regions is the home of western karst studies, is a very poor type area for the study of karst evolution! This is because its geological structure is much too complicated for general evolutionary modeling purposes*”.

Por fim, uma reflexão segundo uma adaptação pessoal de um pequeno texto retirado das “Meditazioni del Chisciotte” em Ortega & Gasset (2000): “os

primeiros paleocarsos estão para além do lugar de agora. Deste lugar saíram há pouco tempo, deixando só uma pequena marca, às vezes sombras. O carso não deixa ver o paleo e, mesmo assim, os paleocarsos existem. A missão do (paleo) carso é a de esconder os outros (mais antigos) e, só quando nos apercebemos que a paisagem visível está ocultando outras invisíveis, sentimos que estamos dentro de paleocarsos. A invisibilidade – o estar escondido – não é um carácter puramente negativo, mas uma qualidade positiva que a transforma em uma coisa nova. Neste sentido é absurdo pretender ver e observar os primeiros paleocarsos, eles são o que é latente enquanto tal”.

Agradecimentos

Este texto foi retirado e adaptado da secção introdutória sobre a definição de um quadro conceptual de sustentação à Tese de Doutoramento do autor e que, em muito, aproveitou das discussões, trocas de ideias e sugestões do amigo e colega António Gama Mendes, que sempre nos transmitiu um saber incontornável e indiscutivelmente precioso no nosso percurso formativo de cientista, académico e de ser humano. De facto, foi com estas poucas palavras que, na altura de apresentação da dita Tese de Doutoramento, o autor quis evidenciar e agradecer o contributo que, durante os últimos 20 anos, lhe foi disponibilizado, de forma absolutamente gratuita e incondicional, pelo amigo: “[...] acrescenta-se o nosso caro António Gama Mendes que, com as suas conversas sobre o “tempo” e o “espaço”, a “escala” e os “modelos”, para enfim chegar ao entendimento (se bem que parcial) de um virtual ordenamento “geossistémico”, tem contribuído em colmatar muitas das nossas lacunas no entendimento das coisas da natureza e da natureza das coisas” (Dimuccio, 2014).

Agradece-se ao Prof. Doutor Lúcio Cunha do Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra pela leitura atenta do texto, assim como pelas sugestões críticas realizadas.

Bibliografia

- Alsharhan, A. S. & Kendall, C. G. S. T. C. (2003). Holocene coastal carbonates and evaporites of the southern Arabian Gulf and their ancient analogues. *Earth-Science Reviews*, 61, pp. 191-243.
- Anelli, F. (1959). Nomenclatura Italiana dei Fenomeni carsici. *Le Grotte d'Italia*, Ser. III, II, 1957-1958, Trieste.
- Anelli, F. (1963). Fenomeni carsici, paracarsici e pseudocarsici. *Giornale di Geologia*, 31(6), pp. 11-25.
- Anelli, F. (1964). Fenomeni paracarsici nei calcari grossolani terziari e quaternari delle Murge e del Salento in Puglia. In *Atti del III Congresso Internazionale di Speleologia*, 2, pp. 199-206.
- Anelli, F. (1975). Nuove osservazioni sui fenomeni carsici, paracarsici e pseudocarsici. In: Atti Seminario Speleogenesi, Varenna, *Le Grotte d'Italia*, 1973, 4(4), pp. 165-198.
- Auler, A. S. (2013). Sources of water aggressiveness - the driving force of karstification. In J. Shroder & A. Frumkin (Eds.), *Treatise on Geomorphology*. Academic Press, San Diego, CA, vol. 6, Karst Geomorphology, pp. 23-28.
- Ballais, J-L. (2000). Les rythmes de la morphogénèse: leurs conceptions à travers l'histoire de la géomorphologie. *L'Espace Géographique*, 2, pp. 97-104.
- Barton, H. A. (2013). Biospeleogenesis. In J Shroder & A. Frumkin (Eds.), *Treatise on Geomorphology*. Academic Press, San Diego, CA, vol. 6, Karst Geomorphology, pp. 38-56.
- Batty, M. & Torrens, P. M. (2001). Modeling complexity: the limits to prediction. *CyberGeo* (online journal) 201 (<http://cybergeog.revues.org/1035>) (último acceso – 11 Novembro 2014).
- Baud, P.; Bourgeat, S. & Bras, C. (1999). *Dicionário de Geografia*. Plátano Edições Técnicas.
- Bennett, R. J. & Chorley, R. J. (1978). *Environmental Systems: philosophy, analysis and control*. Methuen, London.
- Beroutchachvili, N. & Bertrand, G. (1978). Le Géosystème ou «Système territorial naturel». *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, pp. 167-180.
- Bertalanffy, L. V. (1968). *General System Theory: foundations, development, applications*. New York: George Braziller.
- Bertrand, G. (1982). Construire la Géographie Physique. *Herodote*, 26, pp. 90-116, Paris.
- Bosák, P. (2002). Karst processes from the beginning to the end: how can they be dated? In F. Gabrovšek, F. (Ed.), *Evolution of Karst: from prekarst to cessation*, ZRC SAZU, pp. 191-223, Postojna, Slovenia.
- Bosák, P. (2007). Time and karst processes: some considerations. In A. Kranjc, F. Gabrovšek, C. D. Culver & I. D. Sasowsky (Eds.), *Time in Karst*, KWL, Special Publication 12, pp. 207-209.
- Bosák, P.; Ford, D.; Glazek, J. & Horáček, I. (1989). *Paleokarst, a systematic and regional review*. Elsevier Science Publishing Company, Inc, New York, USA and Canada.
- Boyer, L.; Fierz, S. & Monbaron, M. (1998). Geomorphological heritage evaluation in karstic terrains: a methodological approach based on multicriteria analysis. *Supplemento Geografia Fisica e Dinamica Quaternaria*, 3(4), pp. 103-113.
- Calaforra, J. M. (1998). *Karstologia de yesos*. Universidad de Almería.
- Castiglioni, B. (2005). Il geo-ecosistema carsico. Studi Trentini di Scienze naturali, *Acta Geologica*, 80, pp.11-16.

- Castiglioni, B. & Sauro, U. (2002). Paesaggi e geosistemi carsici: proposte metodologiche per una didattica dell'ambiente. In M. Varotto & Zunica, M., (Eds.), *Scritti in ricordo di Giovanni Brunetta*, Università di Padova.
- Choquette, P. W. & Pray, L. C. (1970). Geological nomenclature and classification of porosity in sedimentary carbonates. *American Association of Petroleum Geologists Bulletin*, 54, pp. 207-250.
- Chorley, R. J. & Kennedy, B. A. (1971). *Physical Geography: a systems approach*. Prentice-Hall, London.
- Cigna, A. (1978). A classification of Karstic phenomena. *International Journal of Speleology*, 10, pp. 3-9.
- Cigna, A. (1983). Sulla classificazione dei fenomeni carsici. *Le Grotte d'Italia*, 4(11), pp. 497-505.
- Crispim, J. A. (1986). *Dinâmica cársica da Região de Ansião*. Dissertação no Âmbito das Provas de Aptidão Pedagógica e Científica, em Geologia, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Crispim, J. A. (1995). *Dinâmica cársica e implicações ambientais nas depressões de Alvados e Minde*. Tese de Doutoramento, em Geologia, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Cunha, L. (1990). *As Serras Calcárias de Condeixa, Sicó, Alvaiázere - Estudo de Geomorfologia*. Geografia Física I, Instituto Nacional de Investigação Científica, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Coimbra.
- Cunha, L. (1996). Les Karsts Portugais, Problèmes et Perspectives. *Karstologia*, 28(2), pp. 41-48.
- Cunha, L. & Dimuccio, L. A. (2014). Formas e processos cársicos nos maciços calcários do centro de Portugal. O caso particular do Maciço de Sicó. Karstic landforms and processes in the limestone massifs of the central Portugal. The particular case of the Sicó Massif. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, 15(4), pp.673-685.
- Cunha, L. & Soares, A. F. (1987). A carsificação no Maciço de Sicó, principais fases de evolução. *Cadernos de Geografia*, 6, pp. 119-137, Coimbra.
- Cvijic, J. (1893). Das Karstphaenomen. Versuch einer morphologischen Monographie. *Geog. Abhandl. Wien*, 5(3), pp.218-329.
- Cvijic, J. (1918). Hydrographie souterraine et évolution morphologique du Karst. *Rec. Trav. Inst. Géogr. Alpine*, VI, pp. 375-426.
- Cvijic, J. (1960). *La Géographie des terrains calcaires*. Monogr. Serbian Acad. Sci. Arts.
- Davis, G. H. & Reynolds, S. J. (1996). *Structural geology of rocks and regions*. 2nd eds., John Wiley & Sons, U.S.A.
- Dimuccio, L. A. (1998). *Studio morfevolutivo dell'Altopiano Carbonatico di Cantanhede (NW di Coimbra – Portugallo)*. Tesi di laurea in Geologia, Dipartimento di Geologia e Geofisica, Facoltà di Scienze Matematiche Fisiche e naturali dell'Università degli Studi di Bari, Italia & Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- Dimuccio, L. A. (2014). *A carsificação nas colinas dolomíticas a sul de Coimbra (Portugal centro-ocidental). Fácies deposicionais e controlos estratigráficos do (paleo)carso no Grupo de Coimbra (Jurássico Inferior)*. Tese de doutoramento, Departamento de Ciências da Terra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra (Portugal).
- Dimuccio, L. A. & Cunha, L. (1999). O estudo de fenómenos cársicos aplicado à reconstituição paleambientais. O caso do Planalto de Cantanhede. In *Actas do Encontro de Geomorfologia*, Coimbra, 85-94, Projecto PRAXI XXXI, 2/2.1/CTA-156/94.

- Dimuccio, L. A. & Cunha, L. (2015). Os tempos da carsificação nas Colinas dolomíticas a sul de Coimbra (Portugal centro-occidental). In *Actas do 7º Congresso nacional de Geomorfologia*, Lisboa (Portugal), APGeom 2015, pp. 19-27.
- Dreybrodt, W.; Laukner, J.; Zaihua, L.; Svensson, U. & Buhmann, D. (1996). The kinetics of the reaction $\text{CO}_2 + \text{H}_2\text{O} \rightarrow \text{H}^+ + \text{HCO}_3^-$ as one of the rate limiting steps for the dissolution of calcite in the system $\text{H}_2\text{O}-\text{CO}_2-\text{CaCO}_3$. *Geochimica et Cosmochimica Acta*, 18, pp. 3375-3381.
- Esteban, M. & Klappa, C. F. (1983). Subaerial exposure environment. In P. A. Scholle, D. G. Bebout & C.H. Moore (Eds.), *Carbonate depositional environments*. American Association of Petroleum Geologists, Memoir 33, pp. 2-95.
- Esteban, M. & Wilson, J. L. (1993). Introduction to karst systems and plaeokarst reservoirs. In R. D. Fritz, J. L. Wilson & D. A. Yurewicz (Eds.), *Paleokarst related hydrocarbon reservoirs*. Society of Sedimentary Geology (SEPM), Core Workshop 18, pp. 1-9.
- Ferreira, A. B. (2007). Tendências da geografia física nos últimos cinquenta anos. In *Geophilia, o sentir e os sentidos da geografia. Livro de Homenagem a Jorge Gaspar*, Lisboa, Centro de Estudos Geográfico, Universidade de Lisboa, pp. 87-98.
- Ferreira, A. B.; Rodrigues, M. L. & Zêzere, J. L. (1988). Problemas de evolução Geomorfológica do Maciço Calcário Estremenho. *Finisterra*, XXIII(45), pp. 5-28, Lisboa.
- Filipponi, M.; Jeannin, P.-Y. & Tacher, L. (2009). Evidence of inception horizons in karst conduit networks. *Geomorphology*, 106, pp. 86-99.
- Fleury, E. (1925). *Portugal subterrâneo*. Col. Natura, Lisboa.
- Flügel, E. (2004). *Microfacies of carbonate rocks: analysis, interpretation and application*. Springer-Verlag Berlin Heidelberg.
- Ford, D. (2002). From pre-karst to cessation: the complicating effects of differing lithology and geologic structure on karst evolution. In F. Gabrovšek (Eds.), *Evolution of Karst: from prekarst to cessation*, ZRC SAZU, 31-41, Postojana-Ljubljana.
- Ford, D. & Williams, P. (2007). *Karst Geomorphology and Hydrology*. Chapman & Hall, London.
- Frumkin, A. (1994). Morphology and development of salt caves. *National Speleological Society Bulletin*, 56, pp. 82-95.
- Gams, I. (1993). Origin of the term “karst”, and transformation of the classical karst (kras). *Environmental Geology*, 21(3), pp. 110-114.
- Gams, I. (1994). Types of contact karst. *Geografia Fisica e Dinamica Quaternaria*, 17, pp. 37-46.
- Gams, I. (2003). *Kras v Sloveniji v prostoru in času*. Založba ZRC, ZRC SAZU, Ljubljana.
- Gavrilović, D. (1989). Paleokarst of Yugoslavia. In P. Bosák & D. C. J. Ford (Eds.), *Paleokarst, a systematic and regional review*, pp. 201-216.
- Hay, A. & Johnston, R. J. (1983). The study of process in quantitative human geography. *L'Espace Géographique*, 1, pp. 69-76.
- James, N. P. & Choquette, P. W. (1984). Diagenesis 9. Limestones – the meteoric diagenetic environment. *Geoscience Canada*, 11, pp. 161-194.
- James, N. P. & Choquette, P. W. (Eds.) (1988). *Paleokarst*. Springer-Verlag Berlin Heidelberg.
- Jennings, J. N. (1968). Syngenetic karst in Australia, in contributions to the study of Karst. *Australian Nat. University, Dep. of Geography publications*, G/5, pp. 41-110.

- Jennings, J. N. (1985). *Karst Geomorphology*. Oxford Blackwell.
- Jenson, J. W.; Kell, T. M. & Mylroie, J. R. (2006). Karst of the Mariana Islands: the interaction of tectonics, glacio-eustasy, and freshwater/seawater mixing in island carbonates. In R. S. Harmon & C. Wicks (Eds.), *Perspectives on karst geomorphology, hydrology and geochemistry. A tribute volume to Derek Ford and William White*. Geological Society of American Special Paper 404, pp. 129-138.
- Jože, C. & Stanka, Š. (1998). Bedding planes, moved bedding planes, connective fissures and horizontal cave passages. (Examples from Postojnska Jama Cave). *Acta Carsologica*, 5, pp. 75-95.
- Kaufmann, G. & Dreybrodt, W. (2007). Calcite dissolution kinetics in the system $\text{CaCO}_3\text{-H}_2\text{O-CO}_2$ at high undersaturation. *Geochimica et Cosmochimica Acta*, 71, pp. 1398-1410.
- Klimchouk, A. (1992). Large gypsum caves in the Western Ukraine and their genesis. *Cave Science*, 19, pp. 3-11.
- Klimchouk, A. (2009). Morphogenesis of hypogenic caves. *Geomorphology*, 106, pp. 100-107.
- Klimchouk, A. (2013). Hypogene Speleogenesis. In J. Shroder & A. Frumkin (Eds.), *Treatise on Geomorphology*. Academic Press, San Diego, CA, vol. 6, Karst Geomorphology, pp. 220-240.
- Klimchouk, A. B. & Ford, D. (2000). Types of Karst and Evolution of Hydrogeological Setting. In A. B. Klimchouk, D. C. Ford, A. N. Palmer & W. Dreybrodt (Eds.), *Speleogenesis, Evolution of Karst Aquifers*. National Speleological Society, Alabama, USA, pp. 45-53.
- Kohler H. C. (2002). A Escala na Análise Geomorfológica. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, Ano 3, N.º 1, pp. 21-31.
- Kranjc, A. (2001). About the name kras (karst) in Slovenia. In *Proceedings of the 13th International Congress of Speleology*, Brazilia, vol. 2, 140-2.
- Kronert, R.; Steinhardt, U. & Volk, M. (2001). *Landscape balance and landscape assessment*. Springer-Verlag Berlin Heidelberg.
- Kump, L. R.; Kasting, J. F. & Crane, R. G. (2009). *The Earth System*, 3rd edition. New Jersey, Prentice-Hall.
- Kupper, M. (1985). Les vitesses d'érosion du calcaire dans l'eau: étude des phénomènes actuels. *Annales de la Société Géologique de Belgique*, 108, pp. 261-265, Liège.
- Lacoste Y. (1976). *La géographie, ça sert d'abord pour faire la guerre*. F. Maspero, Paris.
- Lowe, D. J. (1992). A historical review of concepts of speleogenesis. *Cave Science*, 19(3), pp. 63-90.
- Lowe, D. J. (2000). Role of Stratigraphic Elements in Speleogenesis: The Speleoinception Concept. In A. B. Klimchouk, D. C. Ford, A. N. Palmer & W. Dreybrodt (Eds.), *Speleogenesis, Evolution of Karst Aquifers*, National Speleological Society, pp. 5-75, Alabama, USA.
- Lowe, D. J. & Waters, C. N. (2014). Geological influences on cave origin and development in the Yorkshire Dales, UK. *Cave and Karst Science*, 41, pp. 13-35.
- Martini, J. E. (2000). Quarzite caves in Southern Africa. In A. B. Klimchouk, D. C. Ford, A. N. Palmer & Dreybrodt (Eds.), *Speleogenesis, Evolution of Karst Aquifers*, National Speleological Society, Alabama, USA, pp. 458-461.
- Martins, A. F. (1949). *Maciço Calcário Estremenho. Contribuição para um estudo de Geografia Física*. Tese de Doutoramento, Ciências Geográficas, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. Reedição em 1999 - Maciço Calcário Estremenho: 50 anos. Jornadas de Estudo, Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, 7-8 Maio, Bairro.

- Mendes, A. G. (1998). Escalas, representações e acção social. *Cadernos de Geografia*, 17, pp. 17-21, Coimbra.
- Mendes, A. G. & Dimuccio, L. A. (2013). Geomorfologia: a construção de uma identidade. In *Riscos naturais, antrópico e mistos, Livro de Homenagem ao Prof. Doutor Fernando Rebelo*, Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, pp. 779-795.
- Menichetti, M. (2013). Hypogene speleogenesis – case from Italy. In B. Otoničar, P. Gostinčar & F. Gabrovšek (Eds.), *Abstracts 21th International Karstological School «Classical Karst»*, pp. 70-73, Postojna.
- Molines, G. & Cuadrado, V. (1997). La modélisation et la géographie enseignée. *L'information Géographique*, 61, pp. 144-153.
- Moore, C. H. (2001). *Carbonate Reservoirs, Porosity Evolution and Diagenesis in a Sequence Stratigraphic Framework*. Developments in Sedimentology, 55, Elsevier Science, Amsterdam.
- Moore, C. H. & Druckman, Y. (1981). Burial diagenesis and porosity evolution, Upper Jurassic Smackover, Arkansas and Louisiana. *American Association of Petroleum Geologists Bulletin*, 65, pp. 597-628.
- Moore, C. H. & Heydari (1993). Burial diagenesis and hydrocarbon migration in platform limestones: a conceptual model based on the Upper Jurassic of Gulf Coast of USA. In A. D. Horbury & Robinson, A. G. (Eds.), *Diagenesis and Basin Development*. Studies in Geology 36, AAPG, pp. 213-229, Tulsa, Oklahoma.
- Morse, J. W. & Mckenzie (1990). *Geochemistry of Sedimentary Carbonates*. New York, Elsevier Scientific Publ.
- Mylroie, J. E. & Carew, J. L. (2000). Speleogenesis in Coastal and Oceanic Settings. In A. B. Klimchouk, D. C. Ford, A. N. Palmer & W. Dreybrodt, W. (Eds.), *Speleogenesis, Evolution of Karst Aquifers*, National Speleological Society, Alabama, USA, pp. 226-233.
- Mylroie, J. E. & Mylroie, J. R. (2013). Flank Margin Caves in Carbonate Islands and the Effects of Sea Level. In J. Shroder & A. Frumkin (Eds.), *Treatise on Geomorphology*. Academic Press, San Diego, CA, vol. 6, Karst Geomorphology, pp. 351-362.
- Murray, A. B.; Coco, G. & Goldstein, E. B. (2014). Cause and effect in geomorphic systems: complex systems perspectives. *Geomorphology*, 214, pp. 1-9.
- Nicod, J. (1994). Paleokarst et paleomorphologies dans le domaine méditerranéen (éléments de réflexion et discussion). *Rev. Géogra. Maroc*. (n. sp. Hom. G. Beaudet), vol. xvi (1 et 2), pp. 309-333.
- Noiriel, C.; Gouze, P. & Madé, B. (2013). 3D analysis of geometry and flow changes in a limestone fracture during dissolution. *Journal of hydrology*, 486, pp. 211-223.
- Olivé, L. (1995). Racionalidad, objetividad y verdade. In L. Olivé, L. (Ed.), *Racionalidad epistémica*, pp. 91-121, Madrid.
- Ortega, Y. & Gasset, J. (2000). *Meditazioni del Chisciotte*. Alfredo Guida editore.
- Palmer, A. N. (2007). *Cave Geology*. Allen Press, Lawrence, Kansas.
- Palmer, M. V. & Palmer, A. N. (1989). Paleokarst of the United States. In P. Bosäk & D. C. J Ford (Eds.), *Paleokarst, a systematic and regional review*, pp. 337-363.
- Phillips, J. D. (2012). Synchronization and scale in geomorphic systems. *Geomorphology*, 137, pp. 150-158.

- Piccini, L. & Mecchia, M. (2009). Solution weathering rate and origin of karst landforms and caves in the quartzite of Auyan-tepui (Gran Sabana, Venezuela). *Geomorphology*, 106, pp. 15-25.
- Plan, L.; Filipponi, M.; Behm, M.; Seebacher, R. & Jeutter, P. (2009). Constraints on alpine speleogenesis from cave morphology. A case study from the eastern Totes Gebirge (Northern Calcareous Alps, Austria). *Geomorphology*, 106, pp. 118-129.
- Rauch, H. W. & White, W. B. (1970). Lithologic controls on the development of solution porosity in carbonate aquifers. *Water Resources*, 6, pp. 1175-1192.
- Rocha Filho, J. B. (2007). *Transdisciplinaridade: a natureza íntima da educação científica*. Porto Alegre, EDIPUCRS.
- Rocha, J. & Morgado, P. (2007). A complexidade em geografia. In *Geophilia – o sentir e os sentidos da geografia*. Lisboa, Centro de Estudo Geográfico, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, pp. 137-153.
- Rodrigues, M. L.; Cunha, L.; Ramos, C.; Ramos Pereira, A.; Teles, V. & Dimuccio, L. (2007). *Glossário Ilustrado de Termos Cársticos*. Coordenação Maria Luisa Rodrigues, Edições Colibri, Lisboa.
- Rossi, G. (1976). Karst et dissolution des calcaires en milieu tropical. *Zeit. Für Geomorph.*, suppl. 26.
- Rougerie, G. & Beroutchachvili, N. (1991). *Géosystèmes et Paysages, Bilan et méthodes*. Armand Colin, Paris.
- Salomon, J. N. (2000). *Précis de Karstologie*. Presses Universitaires de Bordeaux, Pessac, Bordeaux.
- Salomon, J. N. & Pulina, M. (Eds.) (2005). Les karsts des régions climatiques extrêmes. *Karstologia Mémoires*, 14.
- Scholle, P. A.; Bebout, D. G. & Moore, C. H. (Eds.) (1983). Carbonate depositional environments. *Amer. Ass. Petrol. Geol. Mem.*, 33.
- Soares, A. F. (1998/2001). Reflexões sobre os tempos de carsificação dos Maciços Calcários de Sicó, Alvaiázere e Estremenho. In *Livro de Homenagem ao Prof. Doutor Gaspar Soares de Carvalho*, pp. 103-128, Braga.
- Strahler, A. N. (1952). Dynamic basis of geomorphology. *Bulletin Geological Society of America*, 63, pp. 117-142.
- Šušteršič, F.; Rejšek, K.; Mišič, M. & Eichler, F. (2009). The role of loamy sediment (terra rossa) in the context of steady state karst surface lowering. *Geomorphology*, 106, 35-45.
- Trudgill, S. (1985). *Limestone Geomorphology*. Geomorphology Texts 8, Clayton, K.M., (Eds.), Longman Group Limited, New York.
- Tucker, M. E. & Wright, V. P. (Eds.) (1990). *Carbonate Sedimentology*. Oxford Blackwell.
- Vacher, H. L. & Mylroie, J. E. (2002). Eogenetic karst from the perspective of an equivalent porous medium. *Carbonates and Evaporites*, 17, pp. 182-96.
- Vallega, A. (1990). *Esistenza, società, ecosistema*. Mursia, Milano.
- White, W. B. (1988). *Geomorphology and Hydrology of Karst Terrains*. Oxford University press, Inc., New York.
- Wiener, N. (1948). *Cybernetics or control and communication in the animal and the machine*. John Wiley, New York.

- Wray, R. A. L. (1997). Quartzite dissolution: karst or pseudokarst? *Cave and karst Science*, 24, pp. 81-86.
- Wright, V. P. (1991). Paleokarst: types, recognition, controls and associations. In V. P. Wright, M. Esteban & P. L. Smart (Eds.), *Paleokarsts and paleokarstic reservoirs*, P.R.I.S. Occasional Publication Ser. 2, University of Reading, pp. 56-88.
- Wright, V. P. (1994). Paleosols in shallow marine carbonate sequences. *Earth-Science Reviews*, 35, pp. 367-395.

PARTE III

(Página deixada propositadamente em branco)

**NICHOS DE NUEVAS Y RENOVADAS ACTIVIDADES
EN ESPACIOS Y LUGARES CENTRALES
DE LA RAYA IBÉRICA**

Lorenzo López Trigal/l.trigal@unileon.es

Universidad de León

Introducción

Desde hace tiempo es notable la atracción de las fronteras entre los estudiosos del territorio. La atracción de los límites y espacios de borde entre países así como de los espacios de contacto (*interfaces* tierra-mar, campo-ciudad, montaña-meseta...) o de los espacios funcionales y espacios de vida (centros y periferias urbanas, divisiones administrativas infraestatales...), en especial cuando se perciben en ellos diferencias espaciales y de comportamientos. Asimismo, cuando se concentra en ciertos segmentos fronterizos el fenómeno dual “ciudad y frontera”, el interés (y atracción) es aún mayor, lo que anima a aproximarnos a estos espacios y lugares, en ocasiones tanto por afición viajera a modo de “itinerario transfronterizo” de carácter literario y periodístico (Pintado y Barrenechea, 1972) o geográfico (Guichard, López Trigal y Marrou, 2000) y por valorar ambos fenómenos como objetivo y línea de investigación.

En un mundo fragmentado, las fronteras internacionales son hechos centrales en las disputas relativas a la seguridad, migración, comercio y recursos naturales. Son también un factor esencial de disputas sobre los usos del suelo y los derechos de propiedad, de ahí que surja la necesidad del trazado de límites,

siempre “artificiales”, de cara a disponer de garantías jurídicas y también de elegir determinados pasos fronterizos para solventar las necesidades cotidianas u ocasionales de comunicación e interrelación. Se debe entender también que “la frontera es un espacio de delimitación que no cierra. Es un espacio de comunicación que permite el paso y que no estigmatiza necesariamente al foráneo” (Daniel Innenarity, *El País Semanal*, 27 septiembre 2015, p. 34). Pero, del mismo modo, no se debe olvidar que los *espacios fronterizos* están caracterizados por su relatividad y su estrecha dependencia de la geopolítica y las relaciones internacionales, como “laboratorios experimentales de relaciones eficaces entre las sociedades y sus territorios, en la óptica de la transnacionalización” (Wackermann, 2003, p. 121), donde juegan un papel de nodos los lugares centrales fronterizos, urbanos y semiurbanos de distinta talla, donde se ubican principalmente las actividades económicas.

En las fronteras europeas, en particular en las denominadas en la jerga comunitaria “fronteras interiores”, han ejercido durante las últimas décadas como laboratorio para la observación de las *nuevas formas fronterizas*, “porque las fronteras son verdaderas placas sensibles reveladoras de las transformaciones sociales y de sus relaciones con el espacio..., las unas cualificadas de fronteras-nudos urbanos y metropolitanos... las otras, en forma de barreras sociales y territorios marginales” (Arbaret-Schulz en Reitel, 2002, p. 213).

En el presente estudio abordaremos la dinámica de las actividades comerciales y turísticas de los lugares centrales ubicados en la vecindad de la frontera hispano-portuguesa. De un lado, los *complejos urbanos transfronterizos*, en ocasiones en forma de “pares de ciudades” (*ciudad-doble* y *cidade-gêmea* de frontera), donde aparece un continuo urbano y coexisten numerosos tipos de interrelaciones y que presentan un gran potencial de integración económica y cultural, y que recientemente sus propias autoridades han adoptado programas y objetivos de cooperación que les han llevado a la creación de la figura institucionalizada *eurociudad*. De otro lado, los *lugares centrales fronterizos* con una población al menos de mil habitantes y situados a una distancia menor de veinte kilómetros respecto de un paso fronterizo próximo, según manejo de regla de distancia a través de la aplicación de *Google Earth*.

A continuación, realizaremos un análisis comparativo de localidades fronterizas de diferente talla poblacional (datos de Censo de 2011 en Portugal y del Padrón a 1 de enero de 2015 en España) ubicadas en el borde o en la proximidad de pasos fronterizos, de una distinta cualificación y equipamiento comercial, desde el Miño hasta el Guadiana. Nos centraremos en el estudio de los “nichos” de nuevas y renovadas actividades que se consolidan en la Raya ibérica, haciendo mención en particular del comercio y el turismo, sin olvidar por ello otras actividades como las nuevas agriculturas (invernaderos en el Miño, agricultura y ganadería ecológicas, la valorización del viñedo y del olivo) o cierta innovación industrial en algunas localidades rayanas.

El estudio forma parte de un proyecto de investigación más amplio, a cargo de un grupo de profesores de las universidades Nova de Lisboa, León, Vigo y Complutense de Madrid, liderado por el doctor Heriberto Cairo Carou y titulado “Cooperación transfronteriza y desfronterización: actores y discursos geopolíticos transnacionales en la frontera hispano-portuguesa”, válido durante el periodo 2013-2016 (Ministerio de Economía y Competitividad, referencia: CSO2012-34677). En la elaboración del texto se han realizado entrevistas con representantes de Asociaciones empresariales y de comerciantes así como responsables y técnicos de Cámaras Municipales, Ayuntamientos y Freguesias (Tui, Valença do Minho, Lobios, Chaves, Verín, Miranda do Douro, Almeida, Vilar Formoso, Valencia de Alcántara, Castelo de Vide, Portalegre, Arronches, Elvas).

Caracterización de los flujos transfronterizos y los lugares centrales

La frontera hispano-portuguesa (*Raya/Raia*) ha sido un paradigma de espacio no integrado y escasamente desarrollado que dispone de una identidad y territorialidad bien percibidas en la memoria colectiva y en la vida cotidiana de los residentes fronterizos. En la actualidad, se constata que coexisten diferentes formas fronterizas: unas, asociadas a nodos y corredores urbanos (las menos), y otras, a territorios marginales y periféricos (las más), como se puede advertir a

lo largo de los 64 pasos fronterizos pavimentados, que han registrado en 2012 un tráfico medio de 83.300 vehículos diarios, de los cuales un 89,2% es de vehículos ligeros (Observatorio Transfronterizo España/Portugal, 2015, p. 22).

En primer término, destacan los pasos fronterizos caracterizados por densos flujos de movimientos de personas y bienes. Corredores transfronterizos con flujos de tipo transnacional, transregional y translocal, desarrollándose como resultado, a un lado y otro de la frontera, pares de ciudades y/o localidades de diferente tamaño. En esta situación, se encuentran once pasos fronterizos por carretera que concentran el 80,6% del tráfico transfronterizo por carretera entre España y Portugal, además de dos pasos fluviales y otros dos ferroviarios (Observatorio Transfronterizo España/Portugal, 2015, pp. 22-25). Asimismo, existe cierto flujo pendular diario de trabajadores fronterizos portugueses hacia localidades españolas atraídos por la oferta de mejores salarios, siendo focalizado especialmente en el corredor del Miño por empleados en actividades del área industrial de O Porriño y de las ciudades de Tui y Vigo, además de un flujo menor desde Chaves a Verín, Vilar Formoso a Fuentes de Oñoro, Elvas a Badajoz o Vila Real a Ayamonte, mientras que en sentido contrario hay cierto flujo pendular de profesionales españoles de la sanidad hacia Portugal.

- Complejo del Miño: 5 pasos por carretera con una Intensidad Media Diaria (IMD) en 2012 de 33.893 vehículos, destacando el puente internacional de Tui-Valença con 15.286 vehículos, de los cuales un 11,8% son camiones, además de 1 paso fluvial y 1 paso por ferrocarril de la línea Lisboa-Porto-Vigo.
- Chaves-Verín; 2 pasos por carretera que suman una IMD de 6.104 vehículos diarios, de los cuales un 23% camiones.
- Vilar Formoso-Fuentes de Oñoro: 1 paso por carretera con 6.349 vehículos, de los cuales 37,2% son camiones, principal paso de TIR entre España y Portugal, pero se advierte que está declinando el tráfico de vehículos en los últimos años (un 35% menos entre 2009-2012, último año de datos del Observatorio). Además hay 1 paso por ferrocarril de la línea Lisboa-Irún y Madrid.

- Elvas-Badajoz y Campo Maior-Badajoz: 2 pasos por carretera, el primero de ellos de carácter transnacional, que suman 11.462 vehículos, con un 19,2% de camiones.
- Complejo del Bajo Guadiana: 1 paso por carretera con 9.955 vehículos, con un 5,1% de camiones, más 1 paso fluvial.

En segundo término, el tráfico es reducido en el mayor número de pasos fronterizos (53), caracterizados por una IMD inferior a 2.000 vehículos/día con una media de 304 vehículos, y situados en áreas rurales marginales, en su mayor parte flujos de carácter translocal, donde se reparten enclaves por lo general de tipo semiurbano que se remiten a complementar la actividad de poblaciones vecinas.

Atendiendo a un criterio poblacional, en este caso de localidades (insistimos, no de municipios), se puede establecer una jerarquía de lugares centrales fronterizos a ambos lados de la Raya, en un orden de tres niveles presentes de centralidad (V, III, II) con un total de 61 lugares centrales:

- nivel V, 1 ciudad media, Badajoz, de 149.892 habitantes.
- nivel IV, vacío de ciudades medias entre 50.000 y 150.000 habitantes.
- nivel III, básico urbano, 13 ciudades pequeñas, de 10.000 a 50.000 habitantes: Isla Cristina (21.193), Ayamonte (20.367), O Porriño (18.898), Tui (17.013), Verín-Monterrei (16.865), Olivenza (12.090), A Guarda (10.193) en España, y Elvas (23.078), Bragança (22.299), Chaves (19.307), Vila Real de Santo António (19.156), Caminha (16.684), Portalegre (15.781) en Portugal.
- nivel II, semiurbano, 47 villas con una población entre 1.000 y 10.000 habitantes.

Complejos urbanos y enclaves de corredores transnacionales

Complejo urbano del Miño

Segmento fronterizo articulado en torno al tramo final de 55 kilómetros del río Miño, bien posicionado en el denominado Eje Atlántico/*Eixo Atlântico* de ciudades de Galicia-Región Norte, y con un acceso óptimo por carretera y ferrocarril con las ciudades y villas cercanas del área metropolitana de Vigo y también del valle del Lima, desde Ponte da Barca a Viana do Castelo. El conjunto del complejo urbano transfronterizo suma los territorios de nueve municipios gallegos -A Guarda, O Rosal, Tomiño, O Porriño, Tui, As Neves, Salvaterra de Miño, Salceda de Caselas, Arbo- y de cinco portugueses -Caminha, Cerveira, Valença, Monção, Melgaço-, con un poblamiento dominante de tipo rururbano con pequeños centros funcionales y unos 160.000 habitantes.

Son cinco los pasos fronterizos del Miño. Uno primero servido por transbordador fluvial entre *A Guarda* y *Caminha*, pequeñas ciudades con un tráfico fluvial de tendencia bajista en los últimos años (130.000 pasajeros en 2005 y 78.000 en 2012) debido esencialmente al nuevo puente internacional abierto entre *Goián* (municipio de Tomiño) y *Vila Nova de Cerveira*, con una IMD de 4.490 vehículos en 2012, que incrementa así su atracción comercial y de servicios de cara al turismo de compras de procedencia española, compitiendo con Valença.

Tui/Valença. Villas históricas amuralladas al borde del Miño y unidas por estrechas relaciones de intercambio comercial por el primer puente internacional (puente viejo) de carretera y ferrocarril desde 1886 y el puente nuevo de la autovía desde 1991, con una IMD en ambos de 19.510 vehículos diarios. En su conjunto, el paso de Tui-Valença supone el primer puesto en intensidad de tráfico en la Raya y, a la vez, el paso central de ambas márgenes del Miño, siendo Tui el centro comarcal del Baixo Miño, mientras que en Valença es más discutida su centralidad. Tui y Valença actúan en realidad como núcleos en simbiosis de complementariedad en todas sus facetas -comercial, servicios

públicos, cultural, turística- de modo que participan de cierto grado de gestión compartida desde la eurociudad, que ha encajado bien entre la ciudadanía de uno y otro lado. Ambas mantienen una población similar y se sitúan también en la esfera de atracción e influencia del área metropolitana vecina de Vigo-Rías Baixas, enlazando directamente con el área industrial y localidad de *O Porriño*, núcleo destacado y muy bien posicionado que hace de bisagra entre el Eixo Atlántico de Ferrol-Coruña-Santiago-Pontevedra-Vigo y el corredor transfronterizo del Miño.

Salvaterra de Miño/Monção, localidades centrales con una renovada interrelación y atracción a partir del puente internacional abierto en 1995 (IMD de 7.302 vehículos en 2012), que potencia la relación social y el intercambio económico y la cooperación. Centros, a su vez, de las denominaciones vitivinícolas O Condado y Alvarinho, con un comercio renovado y con un proyecto de eurociudad Salvaterra-Monção (2015). En Salvaterra está en marcha un gran proyecto (PLISAN) de plataforma logística, puerto seco, área industrial y centro intermodal, que de culminar representaría un gran foco de empleo subregional junto al macropolígono de O Porriño, con trabajadores españoles y portugueses. Colindante con Salvaterra se encuentra el municipio de *Salceda de Caselas*, que refuerza la centralidad y funcionalidad industrial.

Por último, en el paso de ***Arbo/Melgaço*** (IMD de 2.091 vehículos) se refleja un menor tráfico, con una atracción dominante de la villa histórica de Melgaço en contacto con núcleos ribereños del Miño de las provincias de Pontevedra y de Ourense, en este caso a través del paso de Ponte Barxas (IMD, 1.410 vehículos). Ambas localidades conectan también con la vecina villa gallega de *A Cañiza*.

Corredor del valle del Támea

En el alto Támea, a una distancia de 20 kilómetros se encuentran las ciudades de ***Chaves*** y ***Verín***, enclaves con núcleos periurbanos (caso de Monterrei) y rurales, unidos por relaciones estrechas que culminan en el proyecto de

eurociudad (Domínguez Castro, 2008) como dos realidades convergentes por su vecindad, recursos complementarios e intereses comunes y orientadas a forjar un territorio sostenible y la dinamización económica. Ambas poblaciones organizan el territorio de una comarca de suelos feraces, explotaciones de policultivo y de viñedos (denominación vitivinícola Monterrei) y aprovechamiento de aguas minerales y termalismo. El nuevo paso fronterizo de la autovía, abierta en 2012, está captando tráfico de vehículos ligeros como pesados que transcurrían por los pasos de Tui-Valença y de Fuentes de Oñoro-Vilar Formoso, después de haber conectado por autovía Chaves y la región de Oporto, vía Guimarães, lo que potencia la dinámica de estos dos enclaves urbanos como plataforma logística transnacional y puerta de acceso a la intercomunicación del Eje interior de la Eurorregión Galicia-Região Norte.

Enclaves del Corredor centro-norte

Fuentes de Oñoro/Vilar Formoso, localidades estrechamente unidas y con funciones similares de frontera, especializadas en el tránsito internacional ferroviario y sobre todo de camiones TIR y de coches en la ruta Aveiro-Irún. En su origen, hasta la llegada del ferrocarril en la segunda mitad del siglo XIX, los dos núcleos eran pequeñas aldeas a las que se les añadirán sucesivamente “colonias” pegadas a la estación del ferrocarril y a las aduanas viejas, y más adelante en 1961, tras la construcción de un nuevo paso y aduanas nuevas, se planifica el “poblado” para funcionarios de Fuentes de Oñoro, mientras dominan las construcciones diseminadas en Vilar Formoso, freguesia de Almeida, que mantiene un caserío mal articulado, siendo su referente hasta ahora la Estación ferroviaria y el paso fronterizo, con instalaciones y edificios de servicios. En la actualidad, preocupa a los agentes e instituciones locales el futuro de esta ubicación estratégica caminera ante la variante de conexión de las Autovías A-62 (E) y A-25 (P), prevista su terminación a corto plazo, con lo cual se ha puesto en marcha un Plan Estratégico conjunto de ambos municipios para moderar el impacto y aún potenciar ambas localidades rayanas con un centro

logístico y comercial entre ambas localidades, a modo de una plataforma bisagra que reubique buena parte de las instalaciones comerciales y de hostelería ya existentes. Ante la incertidumbre actual, motivada por la crisis económica, la despoblación local y la variante de la autovía, que afecta de lleno al subsector comercial, se advierte un incremento relativo del turismo, por lo que se trata ahora de potenciar, conjuntamente, la actividad turística de restauración y hotelería de calidad, unida en especial al patrimonio abaluartado formando parte de un circuito modélico de turismo patrimonial en este tramo de la frontera, entre los de mayor intensidad de tráfico.

Corredor central

Badajoz y *Elvas*, ciudades distanciadas a una decena de kilómetros y de una desigual talla poblacional y funcionalidad central, situadas en la ruta Madrid-Lisboa (8.432 vehículos diarios). Asimismo, Badajoz y Elvas mantienen también una estrecha comunicación con la localidad vecina de *Campo Maior*, una anterior agrovilla que ha estabilizado su población con la actividad industrial de elaboración de café y de componentes del automóvil, situada en la ruta de Badajoz-Portalegre, con un tráfico de 3.030 vehículos diarios en el paso fronterizo. Badajoz es la mayor población de Extremadura pero con una posición periférica para ejercer de centro regional, compitiendo con Cáceres y Mérida, en cambio, mantiene una notable atracción en el Alentejo, asumiendo progresivamente una mayor centralidad a partir de dotaciones universitarias (Facultad de Medicina), hospitalarias (maternidad), servicios de consulta médica, y sobre todo centros comerciales, culturales y de ocio. Por su lado, Elvas ha decaído en atracción comercial pero recupera en turismo de restauración y patrimonial, con la visita destacada museística y desde fines de 2015 al Forte da Graça, Patrimonio Mundial. La eurociudad Elvas-Badajoz, pendiente aún de tramitación administrativa, tratará en primera instancia de poner en valor proyectos de cooperación en materia de recuperación del patrimonio cultural y de enseñanza de artes y oficios.

Complejo urbano del Bajo Guadiana

Ayamonte e Isla Cristina/Vila Real de Santo António y Castro Marim son los núcleos urbanos radicados en el extremo sur de la Raya, animados por el desarrollo de inversiones inmobiliarias en urbanizaciones y en actividades particularmente turísticas (sol y playa), que se han visto potenciadas en las dos últimas décadas con el nuevo puente internacional que une Huelva con Faro, Andalucía occidental y Algarve, dinamizando a la vez el crecimiento de la población residente con la llegada de inmigración extranjera. De un lado, Ayamonte es la ciudad fronteriza andaluza comunicada por transbordador fluvial con Vila Real, disponiendo de una renovada actividad comercial y un desarrollo residencial y hotelero asociado a las playas de Punta Canela y el puerto deportivo. Mientras que Isla Cristina, tradicional puerto pesquero asociado a la actividad industrial conservera y de astilleros, se refuerza ahora como centro turístico y de servicios (Hospital comarcal de la Costa occidental, Recinto ferial), favorecido por su óptima situación entre Lepe y Ayamonte, aunque limitado por su emplazamiento entre las marismas. Del otro lado, Vila Real de Santo António, núcleo originalmente pesquero, viene desarrollando su actividad comercial tradicional de cara al turismo español a la vez que continúa su anterior desarrollo residencial turístico en Monte Gordo e inicia la recualificación de la frente riberiña del casco tradicional, mientras que Castro Marim, villa rayana medieval con frente litoral en su municipio, complementa ahora su mejor acceso a la autovía y puente internacional como punto de área de servicios. Por último, entre Ayamonte, Vila Real y Castro Marim se ha constituido la eurociudad del Guadiana con acuerdos sectoriales y para la planificación y gestión conjunta de servicios intermunicipales y la promoción de eventos conjuntos.

Enclaves de pasos fronterizos translocales

En el segmento norte de la Raya galaica, son varias las pequeñas localidades y villas de un flujo estrictamente local, que se incrementa algo en períodos

vacacionales y en festividades y días de feria y mercado periódico, caso de las poblaciones cercanas a los tres pasos fronterizos mejor acondicionados de *Lobios/Caldas de Gerês* (Terras de Bouro), *Xinzo de Limial/Montalegre*, *A Mezquita/Vinhais*, que conectan poblaciones de la provincia de Ourense con las nortescas portuguesas.

Asimismo, en el “ángulo muerto de la frontera”, alternan pequeños núcleos centrales y una ciudad capital de una menor dinámica y atracción: pasos de *Puebla de Sanabria/Bragança* (por los pasos de Calabor y de Riohonor), *Alcañices/Bragança* con una IMD de 1.359 vehículos, puerta de Bragança en la ruta con Zamora, y el paso local de *Alcañices/Vimioso*. Localidades esquinadas de la Raya consideradas más bien como “pueblos-centro” con escasa autonomía, pendientes de fijar población y salir de su posición de marcada interioridad y ruralidad, mientras que Bragança concentra una oferta de comercio y servicios muy diversificada, incluyendo el servicio hospitalario y el politécnico universitario de una pequeña capital, con escasa atracción de viajeros y consumidores españoles.

Miranda do Douro, en cambio, es en esta misma área trasmontana un caso excepcional. Con título de ciudad desde 1545, plaza de guerra y sede episcopal en la Edad Moderna que ha dejado huella en su pequeño casco histórico de *cidadezinha* de 2.254 habitantes, pasa por un declive generalizado desde 1800 a 1950, en que comienzan las obras de los embalses del Duero y finalizado el de Miranda en 1960, alcanzando en esta fecha la localidad su mayor población histórica de 5.867 habitantes, servirá de paso fronterizo privilegiado hasta convertirse en centro mercantil de tiendas y restaurantes con atracción de consumidores, principalmente procedentes de Castilla y León. En la actualidad, ante el estancamiento de la atracción comercial se intenta potenciar el turismo de calidad enfocado al *turismo de natureza* de procedencia española y nacional.

En el segmento centro norte de la Raya, área ruralizada en extremo, se posicionan, en todos los pasos fronterizos de un flujo mínimo de vehículos, pequeñas localidades centrales de ámbito más bien local o subcomarcal y en ocasiones sin un correspondiente lugar central al otro lado de la Raya, al igual que ocurre en Miranda do Douro: *Fermoselle/-*, *Lumbrales/Freixo de Espada-à-*

-Cinta y Figueira de Castelo Rodrigo; Valverde del Fresno/Penamacor; Moralejal Penha Garcia, Zarza la Mayor y Ceclavín/--, Alcántara/--.

Por último, en el segmento central sur, es de una relativa notoriedad el flujo (IMD de 1.616 vehículos) en el paso fronterizo de localidades españolas venidas a menos, *Valencia de Alcántara* y *San Vicente de Alcántara/Castelo de Vide* y **Portalegre**, pequeña capital del norte alentejano, fronteriza con las provincias de Cáceres y Badajoz, con cierta actividad industrial tradicional (tapicerías, corcho) y moderna (plástico reciclado y componentes del automóvil) y sobre todo comercial, que trata también de potenciar su patrimonio urbano y su entorno serrano de cara al turismo nacional y español con proyectos ambiciosos hoteleros. Sin embargo, exceptuado el anterior paso y el corredor de Elvas-Badajoz, se accede de nuevo a la ruralidad y periferialidad más extremas de las tierras lindantes de la provincia de Badajoz y del Alentejo, traspasadas por reducidos flujos a la altura de *La Codosera/Arronches*, *Alburquerque/Campo Maior*, *Olivenzal/Elvas* y en especial en las denominadas “terras além do Guadiana”: *Villanueva del Fresno/Mourão*. *Oliva de la Frontera/Amareleja* (Moura). *Encinasola/Barrancos*, *Rosal de la Frontera/Vila Verde de Ficalho* (Serpa), coincidente este paso con un tráfico (IMD de 1.498 vehículos) en parte de tipo transnacional que afecta a la ruta Sevilla-Lisboa.

La Raya comercial: mercados tradicionales y nuevos centros comerciales en el turismo de compras

En época anterior, el *mercado* y *feria tradicional*, con una diferente periodicidad y atractividad, servía como espacio de intercambio comercial y de reunión de vendedores y compradores lo que fomentaba las relaciones de proximidad de poblaciones de uno y otro lado de un espacio fronterizo, marginal y periférico además de ruralizado, generalmente. En las últimas décadas, los viejos mercados y ferias han pasado por sucesivas crisis de declive y también de recuperación, incluso han aparecido nuevos mercadillos, caso de la localidad gallega de Lobios o la portuguesa de Esperança (Arronches).

Destacan actualmente dos mercados de periodicidad mensual en Vilar Formoso y Portalegre, con un carácter atractivo para españoles, mientras que subsisten mercadillos locales en casi todas las ciudades y villas rayanas de una atracción más local, por lo general. Asimismo, en algunas localidades portuguesas fronterizas (Miranda do Douro, Vilar Formoso, Moura, entre otras) se han construido recientemente instalaciones feriales que atienden a programaciones variopintas ocasionales (feria de olivicultura, salón de caza y pesca, feria de artesanado...).

Por su parte, el tipo de *tienda tradicional* y/o comercio renovado (*loja comercial*), con una especificidad de comercio fronterizo, más presente también en el lado de Portugal, se resiente de las crisis recientes y la fuerte competencia con los supermercados, hipermercados y *centros comerciales* de frontera, mientras que los mercados periódicos se vienen adaptando sin más a las nuevas geografías del consumo y la competencia de las nuevas infraestructuras comerciales, ubicadas en la vecindad de los corredores transfronterizos de mayor tráfico. Veamos a continuación diferentes ejemplos de la dinámica comercial reciente en las localidades de mayor atracción.

Tui mantiene apenas su comercio tradicional (mayorista y minorista) afectado por fuerte declive y su mercado local de los jueves, de menor atractivo ahora para portugueses, que han adoptado cambios de comportamiento en sus compras y afluyen más a las nuevas infraestructuras como el Hipermercado y el Centro de *outlet* (especializado en la venta de excedentes en stock de marcas y productos textiles y calzados de temporada) a doscientos metros del puente internacional y en competencia directa con el comercio de los centros históricos de Tui y de Valença, en donde se mantienen las visitas de españoles con ocasión del mercado semanal de los miércoles o el comercio tradicional, de textiles y variado, de la fortaleza en fines de semana y vacaciones.

Resalta la atracción especial de Chaves para viajeros españoles procedentes del noroeste como mercado periódico y centro de tiendas, si bien la instalación de nueva infraestructura comercial de pequeño hipermercado y supermercados está afectando al comercio tradicional popular. En menor medida, Verín es también un centro atractivo para personas vecinas portuguesas.

En el caso de Miranda do Douro la actividad comercial ha pasado por un ciclo de crecimiento que va desde los años 1970 hasta su contención hacia el año 2000 y el declive actual, que sostiene apenas el “comercio de frontera” en productos atractivos (textiles y ropa de hogar, muebles, bacalao, artesanado) para españoles en fin de semana, ya que “vienen menos y adquieren menos que antes”, si bien se mantiene el “comercio interno” y se ha incrementado la actividad de restauración y hostelería, con lo cual se compensa y equilibran los presupuestos e inversiones de los agentes locales. Feria mensual los días primeros de mes, principalmente para consumo local, que no compite con el comercio de tiendas. En suma, estamos ante un caso atípico en el modelo dominante de frontera periférica, el de Miranda do Douro, una apuesta exitosa de los propios mirandeses como plaza comercial especializada en el turismo fronterizo de compras.

En Vilar Formoso sobresale un comercio tradicional decadente, volcado al transeúnte español y la restauración para transportistas y viajeros que atraviesan el paso fronterizo. En la actualidad se aprecia un declive del comercio local, “sin inversiones nuevas en los establecimientos”, especializado anteriormente en ajuares de boda, vajillas de fiesta y café y posteriormente textiles (*atoalhados*), alimentación de productos locales y restaurantes. Mientras, el mercado popular mensual de Vilar Formoso (primer sábado de mes) atiende a la venta de ropa barata, equipamiento colegial (“a veces de marcas falsas- *marcas contrafeitas*-, según la presión ejercida por la policía de turno”), alimentación y quincalla, alcanzando una cantidad de puestos que oscila alrededor de cuatrocientos, extendidos a lo largo de un kilómetro y medio de vía pública, con compradores de la Beira, de Extremadura y Castilla y León. Fuentes de Oñoro complementa su actividad comercial con la demandada por portugueses, donde destaca un gran supermercado, en origen de capital local desde 1981 y recientemente de la cadena Carrefour, tiendas de alimentación y “gasolineras de frontera”.

Portalegre se ha equipado recientemente con un área comercial de pequeños hipermercados y supermercados a los que acceden españoles, a la vez que tiene especial crédito el mercado popular de los tercer domingo de mes, de una similar extensión al de Vilar Formoso, y “paraíso para las compras de

marcas falsificadas” además de productos de alimentación, plantas y varia, con concurrencia de gentes de Extremadura y Andalucía.

El centro comercial de Badajoz se ha revalorizado con el planteamiento de “centros comerciales abiertos” en la ciudad, la Feria de Muestras y sobre todo con su principal atracción, el Centro Comercial ‘El Faro’, situado a doscientos metros de la frontera y con acceso directo a la autopista, que ha removido las estructuras comerciales de esta ciudad al presentar conjuntamente una oferta exitosa de grandes y medias superficies (El Corte Inglés-*outlet*, Hipercor, Bricor, Primark, Media Markt, Expo Casa) y tiendas de franquicias, por lo que se ha convertido de inmediato en un foco de atracción regional a ambos lados de la Raya, y en particular como referencia en términos de demanda comercial especial para los norte alentejanos.

Por último, Ayamonte e Isla Cristina se singularizan en cuanto a nuevas localizaciones de superficies comerciales y recinto ferial en su periferia, mientras que Vila Real trata de modernizar su tradicional oferta del pequeño comercio unido a la restauración.

La Raya patrimonial

La patrimonialización territorial de la frontera aboca a menudo a una asociación turismo-frontera, patrimonio-ambiente, beneficiosa para las economías locales. De un lado, el turismo es una de las más destacadas formas relacionadas con flujos fronterizos de gran impacto económico. De otro, el turismo internacional fronterizo aporta también viajes motivados por el ocio, la relajación y nuevas experiencias, que están asociadas a menudo a destinos de un turismo ambiental y patrimonial. De ahí que sea una actividad a potenciar (Sirgado, 1995), en los espacios y lugares vecinos de la frontera, que disponen de un potencial en cuanto a oferta de territorio, valores naturales (montañas, cursos fluviales y litoral de playas en sus extremos) y valores culturales (localidades históricas de distinta caracterización), con infraestructuras hoteleras de una desigual distribución a lo largo del borde rayano.

En el espacio de la frontera se refleja una infraestructura hotelera a partir de instalaciones de iniciativa pública, como es la red de paradores y las anteriores pousadas en Tui, Valença, Monterrei, Bragança, Miranda do Douro, Almeida, Marvão. A ello se suman hoteles, apartamentos turísticos y casas rurales. Destacan por el número de cuartos en 2014 (www.pordata.pt) los municipios portugueses de Caminha (320), Cerveira (279), Valença (191), Melgaço (151), Terras de Bouro-Gerês (571), Chaves-Vidago (718), Bragança (545), Miranda do Douro (188), Almeida-Vilar Formoso (123), Castelo de Vide (209), Elvas (263), Castro Marim (415) y sobre todo Vila Real de Santo António (2.329). Mientras que en la Raya de España, los municipios fronterizos con oferta notable de servicios de hostelería, medido a partir del indicador “índice turístico” (*Anuario Económico de España, 2013*, en: www.anuarieco.lacaixa.comunicacions.com), son Badajoz (133), Ayamonte (164) e Isla Cristina (205) y con una débil representación el resto. Alguna localidad hasta ahora casi desprovista de equipamientos hoteleros ha tenido en los últimos años un crecimiento notable, como es el caso de Portalegre, que ha supuesto una evolución bastante relevante en términos de demanda y proyección turística.

Patrimonio natural y ambiental

En buena medida, los límites de la Raya son coincidentes, en primer término, con las Riberas (*raya húmeda/raia molhada*) del Minho/Miño, Rio Maças/Río Manzanas, Douro/Duero, Águeda, Erges/Erjas, Tejo/Tajo, Sever, Guadiana, Chança/Chanca y de otros, así como con los múltiples embalses y láminas de agua (*albufeiras*) sucesivas en la Raya, que han causado la reorganización del poblamiento de ciertos valles, que a la postre se trata ahora de que sean articulados e integrados en estos espacios, como es el caso de Terras de Bouro (Silva, 2011, pp. 301-321) y en los embalses del Duero y del Tajo internacional.

En segundo término, hay coincidencias de los límites fronterizos con las Sierras y espacios aledaños, que han pasado a formar parte de un proceso

reciente de patrimonialización durante el periodo 1971 a 2015, a través de las diferentes figuras de protección de *parques y reservas* que se integran también entre los objetivos de cooperación transfronteriza en materia de conservación y control de fauna, susceptibles de ser ampliados a objetivos de desarrollo local y regional a través de planes de dinamización de un turismo sostenible, rutas de senderismo apoyado en visitas a observatorios de paisajes, fauna y flora y en actividades derivadas del senderismo, que revaloricen los recursos naturales ligados a estos espacios, caracterizados en ocasiones como “corredores ecológicos”:

1. Parque nacional da Peneda-Gerês, declarado en 1971, único de esta figura de protección en Portugal, y su espacio vecino en la vertiente norte, el Parque natural Serra do Xurés, 1993, que forman una Reserva de la Biosfera, declarada en 2009 y ampliada a otros municipios portugueses rayanos.
2. Parque natural de Montesinho, 1979, al norte de Bragança, fronterizo con la sierra zamorana de Gamoneda y el valle de Río Manzanas.
3. Parque natural do Douro internacional, 1998, coincidente con los Arribes del Duero, 2002, junto a la Reserva de la Biosfera Transfronteriza Meseta Ibérica (España y Portugal), 2015, que engloba las provincias españolas de Zamora y Salamanca más Trás-os Montes. Una guía excelente del Duero internacional (AA. VV., 1998) nos aproxima a la caracterización ambiental y cultural de ambas márgenes.
4. Reserva natural da Serra da Malcata, 1981. Espacio natural El Rebollar, 1989.
5. Parque natural do Tejo animado por el Geoparque Natur Tejo, 1995, vecino del Parque del Tajo internacional, 2000.
6. Parque natural Serra de São Mamede, 1989, próximo a la Sierra de San Pedro.
7. Parque natural Vale do Guadiana, 1995.
8. Reserva natural Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, 1975. Espacio natural Marismas de Isla Cristina, 1989.

En este sentido, están en marcha programas de valorización de estos mismos espacios de cara al turismo verde o ecoturismo (*turismo de natureza*), a partir de centros de interpretación e información (*portas*), aulas educativas, hitos, y actividades de senderismo y paseos fluviales. Destinos turísticos potenciales, a desarrollar en cooperación en lugares compartidos a uno y otro lado de la Raya ibérica, serían, por ejemplo, las visitas integradas en toda la extensión de parques de Xurés-Gerês, de Montesinho y del Lago de Sanabria y alrededores, de los parques lindantes del Duero y Tajo. Recientemente, en el valle del Guadiana ha tenido una gran repercusión la puesta a punto del gran embalse de Alqueva, con un aprovechamiento turístico, al acogerse también actividades acuáticas y otras, orientadas a entender las riberas del embalse como un destino turístico de “parque temático natural” y “territorio museo”.

Patrimonio cultural y monumental

Una valorización de nichos diferentes está presente en los últimos años, comenzando por el *turismo religioso*, a través de los “camino de Santiago”, las numerosas ermitas, monasterios y santuarios de peregrinación con procedencia de personas residentes en un lado u otro de la Raya, destacando en especial el sitio religioso de São Bento da Porta Aberta en Terras de Bouro, del siglo XVIII y renovado y ampliado recientemente con una óptima dotación de equipamiento hotelero y asistencial, lo que se ha traducido en un polo de turismo religioso permanente – además de la romería de devotos del Norte y Centro de Portugal y de Galicia el 13 de agosto – que ha contribuido a la dinamización del espacio serrano (Silva, 2011, pp. 292-299). De particular interés es la pequeña Sinagoga musealizada de Castelo de Vide, cuyos datos de visitantes en 2015 reflejan su importancia, con 28.424 visitantes – 14.823 nacionales, más 4.087 españoles, 1.951 israelíes y 1.744 franceses y de otras múltiples nacionalidades –, así como los barrios judíos de Valencia de Alcántara y Castelo de Vide, localidades fronterizas pertenecientes a la “Red de Juderías”.

El turismo cultural, en este caso, es la iniciativa de la Comisión de Coordinación de la Región Centro – CCRC – con el programa denominado *aldeias históricas*, algunas de ellas localizadas también en el espacio fronterizo (www.aldeiahistoricasdeportugal.com): Almeida, Belmonte, Castelo Mendo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Marialva, Monsanto, Sortelha, sumándose en esta línea de promoción cultural otras poblaciones rurales singulares portuguesas, de origen medieval, situadas a lo largo de la frontera como son las localidades de Castro Laboreiro, Lindoso, Pitões das Júnias, Tourem, Vilar de Perdizes, Rio de Onor, Marvão, Arronches, Barrancos, Alcoutim... un ejemplo a seguir entre las aldeas rayanas españolas, aún sin una marca de distinción. Asimismo, los barrios de *juderías* en Penamacor, Castelo de Vide, Valencia de Alcántara o Alburquerque. También, en otro orden, en época moderna, la recreación pombalina del siglo XVIII de Vila Real de Santo António, el poblado minero de São Domingos, el poblado de embalse en Saucelle y los ensanches a pie de frontera en Fuentes de Oñoro, Vilar Formoso, Rosal de la Frontera. Arquitecturas singulares prehistóricas (yacimiento del castro de Santa Tecla en A Guarda, conjunto dolménico de Valencia de Alcántara) o arquitecturas rurales en los conjuntos de hórreos de granito (*espigueiros*) en aldeas de Galicia y Minho (Lindoso, Soajo), los rollos (*pelourinhos*) como símbolos de la autonomía local o los mismos cruceros (*cruzeiros*).

Un ejemplo de nicho de mercado turístico es el *turismo gastronómico* con oferta diversificada según regiones: la degustación de pescados como la lamprea y el salmón en localidades del Miño, y sobre todo de productos con denominación de origen protegida (DOP) como las carnes a lo largo de la Raya, particularmente la *posta* y embutidos y jamones de la “Terra fria trasmontana”, los quesos, las conservas y mermeladas, la miel, las castañas, los aceites..., destacando el entorno de la Serra de São Mamede (“triángulo turístico virtuoso” de Marvão-Portagem, Castelo de Vide y Portalegre).

Otro ejemplo notorio es el *enoturismo*, con el desarrollo de los atractivos regionales de tradiciones locales y manifestaciones en tierras de cultura y paisajes distintos, con denominaciones de origen, que son cada vez más reconocidas sus territorios y bodegas como destinos de rutas turísticas. Así,

pueden observarse algunos casos singulares tipificados por regiones, especialmente de Portugal:

1. *Miñol/Minho vinhateiro* (A Guarda, O Rosal, Tomiño, Tui, Salvaterra, Arbo y al otro lado Caminha, Cerveira, Valença, Monção, Melgaço): rutas de vinos O Condado, Albariño, con visita al palacio de Brejoeira.
2. *Douro vinhateiro* (Freixo, Mogadouro) sector del Douro superior, vecino de la primera “área demarcada” de vinos de Porto y región Patrimonio Mundial, resultado espléndido de la intervención humana.
3. *Alentejo vinhateiro* (subregiones de Portalegre, Borba, Redondo, Reguengos, Granja-Amareleja, Moura): rutas del vino como más visible práctica del enoturismo, con firmas inscritas para visitas a viñas y bodegas, pruebas de degustación, comidas y hoteles rurales.

El *turismo urbano* a partir de la función militar-defensiva de la frontera ha dejado huellas en forma de arquitectura militar, especialmente en la Raya de Portugal (Campesino, 2007): *baluartes, fuertes, plazas-fuerte, castillos*. Un proyecto de ciudades y villas abaluartadas hispano-lusas trata de valorizar estas arquitecturas singulares de cara a su rehabilitación y el turismo cultural en lugares como Valença do Minho, Monção, Melgaço, Montalegre, Miranda do Douro, Castelo Rodrigo, Castelo Mendo, Almeida, Ciudad Rodrigo, Castelo de Vide, Marvão, Campo Maior, Olivenza, Castro Marim, algunas de ellas candidatas a Patrimonio Mundial o en posesión de este título, caso de Elvas con el conjunto más importante abaluartado.

Asimismo, es reseñable la presencia numerosa de *museos* urbanos y recientemente algunos de temática fronteriza: Museo diocesano de Tui, Espaço Museológico Memória e Fronteira de Melgaço, Museo Terra de Miranda, Museo Histórico Militar de Almeida, Museo das Tapeçarias de Portalegre o el proyecto de Museo Arístides de Sousa Mendes en Vilar Formoso. Además de los museos instalados en Bragança, Idanha-a-Nova, Badajoz, Belmonte, Castelo Branco, Olivenza... o los pequeños museos etnográficos (artesanía, máscaras, aperos), de historia y arqueología, de las producciones locales (aceite, harina, vino, queso,

o incluso mármol), todos ellos de gran interés en la salvaguarda de la memoria histórica y la identidad territorial a la vez que recursos del turismo cultural en la Raya (Valadés Sierra, 2010).

Finalmente, entre las actividades que se promocionan recientemente se constata la puesta en valor de *itinerarios históricos transfronterizos*, en ciertos ejes patrimoniales de gran potencialidad turística, entre otros:

1. Rutas de los contrabandistas y del trapicheo (en distintos tramos de la Raya).
2. Camino portugués de Santiago (caminos por Valença-Tui y por Chaves-Verín)
3. Vía romana de Bracara-Asturica. *Via Nova* que transcurre entre Terras de Bouro (parque de Gêres) y Lobios (parque del Xurés), siendo un magnífico recurso turístico como ejemplo de eje de comunicación histórico y un potencial itinerario cultural europeo (Barbosa, 2015).
4. El camino sefardí, ruta homologada de senderismo entre las poblaciones de Valencia de Alcántara y Castelo de Vide.

La Raya termal

En primer término, los recursos de *aguas minerales* con salida al mercado nacional se concentran sobre todo en la falla del río Tâmega (Chaves-Verín, “eurocidade da auga”), con una producción importante de envases de agua mineral embotellados en Verín (‘Aguas de Cabreiroá’), en Vidago (‘Salus’) y en Pedras Salgadas (‘Água das Pedras’). Además de alguna otra empresa de menor entidad en otros lugares como Calabor, localidad española al norte de Montesinho.

En segundo término, la explotación de los balnearios (*caldas, termas*) se origina muy pronto al norte de la Raya, en época romana (Gerês, Chaves), y se recupera desde el siglo XVIII teniendo un desarrollo espléndido entre 1880 y 1940, para entrar posteriormente en un declive generalizado hasta

su recuperación más reciente. “La evolución de Pedras Salgadas es un buen ejemplo del periodo áureo que dura hasta mediados del siglo XX, al que siguió la crisis y degradación del parque termal y de los equipamientos hoteleros y el ambiente de abandono” (Cavaco y Simões, 1998, p. 195). Así, en fechas recientes, en Portugal, la cantidad de usuarios en los establecimientos termales clásicos de servicios terapéuticos baja todavía de 84.922 inscripciones en 2003 a 48.332 inscripciones en 2012 (Anuario das Estatísticas do Turismo 2012, pp. 43-44, en línea: www.turismodeportugal.pt). Mientras que se incrementa en paralelo, año tras año, el termalismo de bienestar (termas y SPAs) en esos mismos centros, que de representar un 13% del total de usuarios en 2004, pasa a 56% en 2014, como también ocurre en el mayor esfuerzo inversor en hoteles y nuevos centros-spa de diferentes categorías, desde el Gran Hotel de Vidago a hoteles de menor categoría y pensiones populares, aunque, en paralelo, ha finalizado la explotación de actividad termal en algún caso (Termas do Peso en Melgaço). Este mismo proceso de cambio se observa también en España, donde se sostiene mejor el termalismo clásico con la afluencia a lo largo del año de jubilados a través del ‘Programa de Estancias en Balnearios’ de 10-12 días del Gobierno central (IMSERSO), complementado con programas paralelos de Comunidades Autónomas y Diputaciones provinciales.

Los balnearios se concentran en instalaciones ubicadas mayormente en el territorio portugués, con una afluencia de usuarios muy dispar a la vista de las estadísticas disponibles en 2012 y diferenciadas en cinco segmentos de la Raya:

1. Baixo Miño: Balneario de Tui-Caldelas, Caldas de Monção, Termas de Melgaço, con escasa afluencia de usuarios a pesar de su promoción institucional.
2. Sierras de Gerês/Xurés: Balneario de Rio Caldo en Lobios, con instalación de un hotel de la Red Caldaria y afluencia de clientes españoles y portugueses. Termas de Gerês, 2.499 inscripciones, localidad tradicional balnearia desde fecha de 1680, con la primera canalización del rio das Caldas, la explotación de las aguas minero-medicinales y la edificación de la primera población de Caldas de Gerês, lo que

permitió alcanzar un “termalismo revitalizado” desde 1880 hasta 1950, siendo en la actualidad un enclave microurbano con una oferta de hoteles y pensiones compitiendo con un alojamiento alternativo residencial para visitantes del balneario y del parque nacional (Silva, 2011). En la actualidad, hay iniciativas público-privadas de valorización de los recursos termales en el seno de proyectos de cooperación transfronteriza, tal como el de ‘Raya Termal’ en los municipios de Terras de Bouro y Lobios a los que se añaden Melgaço y el municipio gallego de Bande.

3. Valle del Tâmega: Balneario de Sousas-Verín, Caldas de Chaves (*Aqua Flavie*) con 3.823 inscripciones, segunda instalación en importancia en Portugal, Termas de Vidago, Termas de Pedras Salgadas, todas ellas con instalaciones hoteleras de diferentes categorías.
4. Beira Interior: Termas de Longroiva-Foz Coa, Termas Fonte Santa de Almeida, y Termas de Monfortinho, 1.168 inscripciones, con instalaciones hoteleras renovadas al pie de la frontera.
5. Alto Alentejo: Termas de Fadagosa de Nisa y Termas de Cabeço de Vide, 1.565 inscripciones.

Conclusiones

Se constata en los últimos años en la Raya ibérica una modificación esencial en la lógica espacial preestablecida y ciertos cambios en las potencialidades de desarrollo ligadas al efecto frontera, como consecuencia de los ajustes producidos a raíz del proceso de integración europea que afectan a este espacio – integración de España y Portugal en 1986, apertura de fronteras del espacio Schengen en 1995 y moneda única del euro en 2002 –, lo que ha producido un cambio de tendencias en la “desaparición” de la frontera-borde, proceso que se denomina también *desfronterización* (*debordering*), y la puesta a punto de buenas prácticas de la frontera-cooperación. Durante este proceso se ha anulado el diferencial en la oferta y en los precios de los productos ofrecidos a la venta

a uno y otro lado, si bien permanecen las diferencias en el coste de vida y de salarios de mano de obra, así como el incremento de la movilidad residencial y laboral, particularmente en las áreas de mayor densidad urbana. A esta nueva lógica espacial se han sumado las crisis económicas en ambos Estados, que han afectado particularmente al flujo fronterizo del turismo de compras, tal como se observa entre los agentes comerciales que hemos encuestado recientemente en algunos lugares fronterizos.

Como resultado de estos nuevos comportamientos de consumidores y viajeros, están cambiando los hábitos de españoles y portugueses en lugares y espacios rayanos. Desde las provincias españolas más próximas se sigue viendo la Raya de Portugal como destino de un *turismo comercial popular*, aunque con menos afluencia y asiduidad que en los años 1980 y 1990, para comprar en tiendas sobre todo en fines de semana y días vacacionales (Valença, Chaves, Miranda, Elvas, Vila Real de Santo António) y mercadillos mensuales (Vilar Formoso, Portalegre) y excepcionalmente en supermercados (Castelo de Vide, Portalegre), un comportamiento que se acompaña a menudo con la visita a restaurantes. En paralelo, se está produciendo cada vez más un flujo del *turismo ecológico y patrimonial* en los parques y reservas naturales de la Raya y villas históricas, mientras que ha declinado el destino clásico de centros de salud termal en Portugal (Gerês, Chaves, Monfortinho). Desde el territorio portugués, el turismo comercial en España se dirige hacia los supermercados de lugares fronterizos y en especial a los nuevos centros comerciales instalados en Tui, Vigo y Badajoz, “sin estar interesados para nada en los mercadillos”. Asimismo, se mantiene el número de visitantes urbanos portugueses en el turismo patrimonial y de naturaleza en los espacios “extremos” de la Raya, y si traspasan la frontera es para hacer en ocasiones campismo (caso del lago de Sanabria y playas próximas de Galicia o Huelva).

La atracción de la frontera se plasma ahora en todo tipo de cruce de viajes y destinos por parte de españoles y de portugueses que, como resultado de la reciente patrimonialización de la frontera, además de viajar a la Raya comercial, complementan destinos e itinerarios en la Raya patrimonial (natural e histórica), donde, por ejemplo, se presentan recursos turísticos tan interesantes como los

parques naturales, los baluartes y ciudadelas, las aldeas y villas históricas o las rutas de las antiguas veredas de los contrabandistas. Sin embargo, la apertura de la frontera y la desfronterización, aunque ha posibilitado el acercamiento mayor a nacionales de un lado y otro, no parece haber sido así entre las gentes de la Raya, ya que “no ha conducido de forma inevitable a un estrechamiento en las relaciones entre las personas que viven a uno y otro lado. La paradoja aparente es que los ‘queridos amigos’ de ayer... ya no siguen tan unidos como en otros tiempos lo estuvieron, y eso sucede precisamente ahora cuando la proximidad física ha sido desembarazada de limitaciones al máximo” (Kavannah, 2011, p. 46).

Por último, se hace necesario trasladar a nivel de la gobernanza territorial de estos espacios y lugares fronterizos las figuras jurídicas aplicadas en la ordenación territorial de cada país, de modo que sea efectiva una propuesta ajustada de planificación de ámbito regional como subregional, que supere la “municipalitis” de los responsables locales. Es el caso planteado oportunamente en la lectura geográfica de Bouro a Barroso, en los confines del parque nacional de Gerês, en relación a las potencialidades del medio natural y humanizado, el termalismo y el turismo religioso-cultural y de naturaleza, unido a la dinamización de la actividad agropecuaria y la revitalización del patrimonio construido (Silva, 2011, pp. 328-332). En este cometido, se debe articular en red la atractividad de los lugares centrales de distinto nivel urbano y semiurbano así como aprovechar el mayor número de pasos fronterizos y el reforzamiento de los corredores transfronterizos asociados a las modernas comunicaciones como vías de cooperación transfronteriza y potenciar nuevas y renovadas actividades asociadas a la frontera.

Bibliografía

AA. VV. (1998). *Entre Duas Margens. Douro Internacional*. Mirandela: J. Azevedo editor.

Barbosa, M. I. G (2015). O aproveitamento turístico da via romana XVIII (via nova) como possível vetor de desenvolvimento sócioeconómico dos municípios de Terras de Bouro e Lóbios. *Iberografias*, n.º 11, pp. 57-68.

- Campesino Fernández, A. (2007). Territorio y ciudades abaluartadas de la Raya ibérica. In M. Cruz Villalón, *Ciudades y núcleos fortificados de la frontera hispano-lusa*, Mérida: Universidad de Extremadura, pp. 257-268.
- Campesino Fernández, A. (dir.) (2013). *Turismo de frontera (I)*, Vigo: Eixo Atlántico.
- Cavaco, C. y Simões, J. M. (1998). *Água. Desenvolvimento e bem-estar*. Lisboa: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
- Domínguez Castro, L. (coord.) (2008). *Chaves-Verín: A Eurocidade da Auga. Axenda Estratégica*. Vigo: Eixo Atlántico do Noroeste Peninsular.
- Guichard, F.; López Trigal, L. & Marrou, L. (coords.) (2000). *Itinerarios transfronterizos en la península Ibérica*. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques.
- Kavanagh, W. (2011). Identidades en la frontera luso-española: permanencias y transformaciones después de Schengen, *Geopolítica(s)*, vol. 2, n.º 1, pp. 23-50.
- Observatorio Transfronterizo España/Portugal* (2015). Madrid, Ministerio de Fomento. En línea: www.fomento.gob.es/NR/rdonlyres/D2AEF2DB-C451-48AB-8B6A-CF30BF6D4D44/130650/OTEP2012_pdf
- Pintado, A. & Barrenechea, E. (1972). *La raya de Portugal. La frontera del subdesarrollo*. Madrid: Editorial Cuadernos para el Diálogo. [Edición en portugués: Barrenechea, E. & Pintado, A. (1977). *A raia de Portugal: A fronteira do subdesenvolvimento*. Porto: Edições Afrontamento].
- Reitel, B. et al. (coords.) (2002). *Villes et Frontières*. Paris : Anthropos.
- Silva, R. F. Moreira da (2011). *O Gerês: de Bouro a Barroso. Singularidades patrimoniais e dinâmicas territoriais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sirgado, J. R. (1995). O turismo nas áreas de fronteira em Portugal. In C. Cavaco (coord.), *As regiões de fronteira. Inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos-Universidade de Lisboa, pp. 187-205.
- Valadés Sierra, J. M. (2010). Turismo cultural y museos en la Raya. *Revista de Museología*, Nº 49, pp. 36-45.
- Wackermann, G. (2003). *Les frontières dans un monde en mouvement*. Paris : Ellipses.

BROZAS, VILLA CACEREÑA DE FRONTERA

Antonio-José Campesino Fernández/acampesi@unex.es

Universidad de Extremadura

Ordenación patrimonial de los conjuntos históricos

Al referirse a conjuntos históricos, los marcos normativos están pensados para la protección de las arquitecturas urbanas singulares (monumentales) de nuestras ciudades históricas emblemáticas, doblemente protegidas por las administraciones central y autonómicas, y beneficiadas en los últimos tres decenios por intervenciones rehabilitadoras de cuantiosas inversiones públicas y privadas.

Por el contrario, en el territorio rural dependiente de las regiones interiores españolas, como Castilla y León, Castilla-La Mancha, Extremadura y Aragón, con profusión de mini-municipios rurales en declive, inferiores a 2.000 habitantes, convertidos en asilos de ancianos por agonía biológica y desmantelamiento funcional, las políticas de ordenación urbanística-patrimonial y de rehabilitación-refuncionalización de las arquitecturas populares brillan por su ausencia, relegadas al ostracismo, con muy escasas posibilidades de sus titulares públicos y privados para enfrentar la preservación de sus bienes.

Sin embargo, estos pequeños municipios rurales contienen todavía un cuantioso patrimonio en sus Centros Históricos, de muy diferente estructura urbana y arquitectónica, con dominio de las arquitecturas populares que, pese al abandono desde la segunda mitad del siglo xx, aún conservan tipologías rurales

vernáculos muy maltratadas por la renovación mimética de lo “urbano” de las tres últimas décadas. A las consecuencias irreversibles de pérdida patrimonial y renovación edificatoria de los pequeños municipios rurales contribuye el hecho de que al no ser Conjuntos Históricos no están obligados a la redacción de planeamiento especial, limitándose las Normas Subsidiarias a la catalogación genérica de sus edificios.

Conjuntos históricos de Extremadura

A partir de 1983, el trasvase de competencias patrimoniales a la Comunidad Autónoma de Extremadura permitió a la Consejería de Cultura proceder al inventario y catalogación de monumentos, tarea que asumió el Departamento de Historia del Arte de la Universidad de Extremadura (Andrés *et al.*, 2006). Hasta mediados de los años ochenta, con la promulgación de la aún vigente *Ley 16/85, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español* (LPHE), los municipios con declaración de Conjunto Histórico no dispusieron de figuras de ordenación patrimonial, salvo los insertos en centros urbanos, cuyos Planes Generales de Ordenación Urbana (PGOU) se limitaron a elaborar discutidos catálogos de edificios, lo que propició ingentes pérdidas patrimoniales de bienes desprotegidos. Inexplicablemente, Extremadura no dispuso de Ley de Patrimonio Histórico y Cultural hasta tres lustros después.

Para la *Ley 2/1999, de 29 de marzo, de Patrimonio Histórico y Cultural de Extremadura* (LPHCE) (D.O.E. 59, de 22 de mayo de 1999)¹ los Conjuntos Históricos son “agrupaciones homogéneas de construcciones urbanas o **rurales** que destacan por su interés histórico, artístico, científico, social o técnico y que constituyen unidades claramente delimitables por elementos tales como sus calles, plazas, rincones o barrios” (Título I Cap. I, Art. 6.1.b.). Como la ley

¹ Modificada por la *Ley 3/2011, de 17 de febrero de modificación parcial de la Ley 2/1999, de 29 de marzo, de Patrimonio Histórico y Cultural de Extremadura* (LPHCE). (DOE, n.º 35, de 21 de febrero de 2011).

estatal, la autonómica extremeña explicita que “la declaración de un Conjunto Histórico determinará la obligación para el Ayuntamiento en que se encuentre de redactar y gestionar un Plan Especial de Protección (PEPCH) del área afectada en el plazo que el Decreto de declaración establezca en atención a las características y circunstancias de cada Conjunto Histórico. La Administración regional arbitrará en estos casos las medidas de ayuda y colaboración que fueran pertinentes para facilitar dicha obligación de los Ayuntamientos. La aprobación definitiva de este Plan requerirá el informe favorable de la Consejería de Cultura y Patrimonio, que se entenderá positivo si transcurren tres meses desde su presentación y no hubiese sido emitido” (Capítulo II, Sección III, Art. 40.1.). En su cumplimiento, la LPHCE establece que “Los Ayuntamientos que con declaración de Conjunto Histórico no hayan redactado el PEP a que obliga el Art. 40, dispondrán de un plazo de cuatro años a partir de la entrada en vigor de la misma para su aprobación definitiva”. (Disposición Transitoria Cuarta).

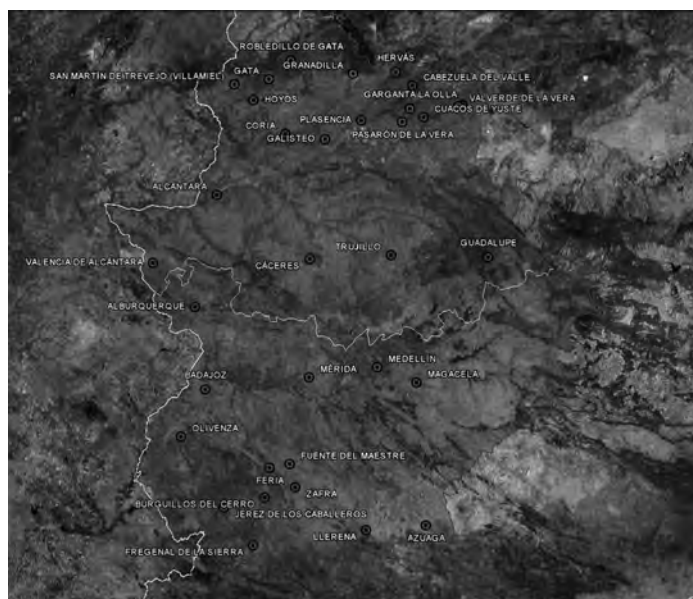


Figura 1
Conjuntos Históricos de Extremadura

Fuente: Google Earth. Elaboración propia

Desorden patrimonial

Cuando a la ausencia de ordenación patrimonial por carencia de PEPCH se une la ausencia de ordenación urbanística por carencia de Plan General Municipal (PGM) la resultante es desorden urbanístico-patrimonial en proporción inversa al tamaño y jerarquía urbana de los núcleos, siendo penalizados los Conjuntos Históricos más frágiles y de arquitecturas populares menos emblemáticas de las agrovillas y pueblos rurales.

Tabla I
Ordenación patrimonial de los Conjuntos Históricos de Extremadura (2015)

Conjunto histórico	Declaración incoación	Planeamiento especial de protección
Alta Extremadura		
Alcántara	I. 15-06-1998	
Brozas	I. 28-05-2015	
Cabezuela del Valle	D. 09-06-1998	PEPCH (No vigente)
Cáceres	D. 02-02-1949	PEPCH Vigente (20-03-1990)
Coria	D. 01-06-1993	PEPCH Vigente (26-05-1994)
Galisteo	D. 10-09-1991	PEPCH (No vigente)
Garganta la Olla	D. 25-03-1978	PEPCH (No Vigente)
Gata	D. 01-04-1995	PEPCH (No vigente)
Granadilla	D. 10-11-1980	PEPCH (No vigente)
Guadalupe	D. 10-10-1943	PEPCH (En tramitación)
Hervás (Barrio Judío)	D. 03-03-1969	PEPCH (No vigente)
Hoyos	I. 11-06-1994	
Pasarón de la Vera	D. 28-07-1998	PEPCH (No vigente)
Plasencia	D. 08-07-1958	PEPCH Vigente (26-05-1994)
Robledillo de Gata	D. 15-03-1994	PEPCH (No vigente)
San Martín de Trevejo	I. 30-05-1991	
Trevejo	I. 13-05-1994	
Trujillo	D. 07-09-1962	PEPCH Vigente (15-06-2006)
Valencia de Alcántara	D. 12-05-1997	PEPCH (En tramitación)
Valverde de la Vera	D. 02-02-1971	PEPCH (En tramitación)
Vegaviana	I. 26-12-2014	
Villanueva de la Vera	D. 26-01-1983	PEPCH (En tramitación)

Baja Extremadura		
Alburquerque	D. 14-01-1998	PEPCH (No vigente)
Azuaga	D. 10-02-1998	PEPCH (No vigente)
Burguillos del Cerro	D. 09-06-1998	PEPCH (En tramitación)
Feria	D. 12-05-1970	PEPCH (En tramitación)
Fregenal de la Sierra	D. 25-02-1992	PEPCH (No vigente)
Fuente del Maestre	D. 28-02-1998	PEPCH (No vigente)
Jerez de los Caballeros	D. 24-01-1967	PEPCH Vigente (03-04-1999)
Llerena	D. 24-01-1967	PEPCH (En tramitación)
Magacela	D. 12-03-1994	PEPCH (No vigente)
Mérida	D. 27-02-1973	PEPCH Vigente (09-02-2000)
Olivenza	D. 17-07-1964	PEPCH (En tramitación)
Zafra	D. 08-06-1975	PEPCH (En tramitación)

Fuente: Dirección General de Patrimonio Cultural. Junta de Extremadura. Elaboración propia.

Entre 1985 y 1999, se redactó en Extremadura una primera generación de Planes Especiales de Protección del Patrimonio de Conjuntos Históricos (Campesino y Rengifo, 2010). A finales de 2015, la Dirección General de Patrimonio Cultural de la Junta de Extremadura censó 34 Bienes de Interés Cultural con categoría de Conjuntos Históricos, 28 declarados y 6 incoados². En la Tabla I, puede comprobarse el generalizado grado de incumplimiento normativo, municipal y autonómico, para dotar a los Conjuntos Históricos de PEP (Junta de Extremadura, s/f).

Carencias gestoras

La ordenación urbanística-patrimonial es similar a una banqueta de tres patas: planeamiento, gestión y disciplina; basta que una se quiebre para ir al suelo. No hay gestión, ni disciplina, sin planeamiento.

² Conjuntos Históricos incoados: Alcántara, Brozas, Hoyos, San Martín de Trevejo, Trevejo y Vegaviana, todos ellos ubicados en la Alta Extremadura (Provincia de Cáceres).

Agrovillas y núcleos rurales carecen de instrumentos técnicos y administrativos para afrontar la gestión del planeamiento general y especial. Consciente de ello, la LPHCE arbitró: “A fin de que se cumpla la obligación prevista en el art 40, la Junta de Extremadura concederá ayudas o subvenciones a las entidades locales afectadas, mediante la firma de convenios oportunos, en los que se definirán los términos de cofinanciación con dichas entidades, dentro de los límites presupuestarios que reglamentariamente se determinen” (Art. 86).

En apoyo inestimable a la gestión patrimonial de los Conjuntos Históricos la Consejería de Urbanismo y Ordenación del Territorio creó 22 Oficinas ARIs (Áreas de Rehabilitación Integrada)³, reguladas por el *Decreto 47/1997*, mediante convenios entre la Comunidad Autónoma y los ayuntamientos afectados, al objeto de hacer efectivas las actuaciones protegibles contenidas en el *Real Decreto 1188/1998* y definidas como: tramitación de los expedientes de rehabilitación de edificios en áreas históricas; tramitación de ayudas y subvenciones en materia de vivienda; asesoramiento y gestión de las actuaciones protegibles de renovación urbana; información urbanística de las licencias municipales e información de los proyectos para las Comisiones Provinciales de Patrimonio Histórico. Sin embargo, fueron desmanteladas de un plumazo el 31 de diciembre de 2012 por los recortes presupuestarios del gobierno del Partido Popular. Todo un “ejemplo de buenas prácticas patrimoniales”.

A efectos gestores, los PEP de los Conjuntos Históricos de Cáceres y Coria crearon Comisiones de Seguimiento de los Proyectos de Intervención, interdisciplinarias y con decisiones no vinculantes, supeditadas a las Comisiones Provinciales de Patrimonio Histórico. Las Oficinas de Gestión de los Conjuntos Históricos brillan por su ausencia y tan sólo Mérida y Cáceres disponen de Consorcios Técnicos en las Ciudades Monumentales respectivas.

³ Oficinas ARI (anuladas): Alcántara; Cabezuela del Valle; Cáceres; Coria; Cuacos de Yuste; Guadalupe; Hervás; Hoyos; Plasencia; Trujillo; Valencia de Alcántara; Alburquerque; Azuaga; Badajoz; Burguillos del Cerro; Feria; Fregenal de la Sierra; Jerez de los Caballeros; Llerena; Magacela; Olivenza, y Zafra.

Brozas, villa patrimonial

La villa de Brozas se emplaza en las coordenadas 39° 36' 45" N y 6° 46' 41" O, a 411 m de altitud sobre un resalte de la penillanura occidental trujillano-cacereña, al NO de su término municipal de 398,84 km², festoneado por el río Tajo, al N, el Salor, al S y la rivera de Araya, al E. La elección del sitio fue estratégica en el centro de la comarca de Alcántara, a 15 km de la villa matriz, a 32 de la frontera de Portugal y a 47 de Cáceres, en la encrucijada caminera, transversal de Cáceres-Alcántara (EX-207), y meridiana, de Alburquerque-Alcántara. Dos unidades paisajísticas se diferencian en el territorio municipal: la dilatada superficie de 25.000 hectáreas de los "Llanos", de sustrato esquitoso y pizarroso, que se traduce en suelos esqueléticos de miseria, aptos para pastizales adherados, y los suelos graníticos de los sectores septentrional y oriental, fértiles, porosos y con reservorios de aguas subterráneas, que contienen numerosas charcas (Charca de Brozas) y surgencias termales (Baños de San Gregorio, 1869). Su excelente renta de situación en una doble encrucijada caminera y de trashumancia (cruce de las Cañada Real de Merinas y la Cañada Leonesa), junto a suelos de vocación pascícola y agro-ganadera (merina y caballar) y abundancia de agua en los descansaderos convirtieron a Brozas en un enclave de invernada y agostada de merinas trashumantes, con las tensiones inherentes entre ganaderos del poderoso y (no tan) Honrado Concejo de la Mesta y los agricultores, que se acentuaron con la demanda de alimentos motivada por el crecimiento demográfico. Estos potenciales del territorio explican la transformación de Brozas, de núcleo medieval de señorío en villa renacentista de realengo de las más boyantes de Extremadura, al concitar los poderes de la Sede de la Encomienda Mayor de la Orden de Alcántara y los latifundios de los poderosos linajes señoriales, emparentados con las aristocracias de Cáceres, Trujillo y Alcántara, que arquitectónicamente se traducen en Castillo-Fortaleza, diez casas-palacio, dos iglesias, tres conventos y nueve ermitas.

Urbanismo y arquitecturas

Tras la reconquista de Alcántara por Alfonso IX de León en 1231, el monarca entregó el territorio a la Orden de San Julián del Pereiro (Alcántara) que lo pobló mediante núcleos como “Las Broças” (1237-1244), donde fijó en 1270 la sede y cabecera de la Encomienda Mayor de Alcántara, con funciones defensivas, religiosas y administrativas. Factores político-territoriales (frontera), economía y demografía, íntimamente ensamblados en las variables espacio-temporales, constituyen las claves explicativas de la evolución del plano de Brozas, huella digital única e irrepetible que refleja en sus etapas de crecimiento, estabilización y retroceso los avatares, venturas y desventuras de su rica historia urbana. En la Tabla 2, consignamos la dinámica demográfica de Brozas, desde su eclosión como Villa independiente en 1537 hasta 1940, fecha de consecución del techo poblacional histórico. El indicador demográfico es el mejor termómetro de medición de las permanencias y mutaciones urbanas.

Tabla II
Dinámica poblacional de la Villa de Brozas (1537-1950)

Años	Vecinos	Habitantes	Fuentes impresas
1537		2.900	
1591		6.240	Censo de la Corona de Castilla de 1591.
1600	1.642	6.568*	Censo de Población de la Corona de Castilla.
1646		3.602	
1700	672	2.688*	
1753	1.172	4.688*	Catastro del Marqués de la Ensenada
1787	1.160*	4.641	Censo de Floridablanca.
1796	1.200		Interrogatorio del Geógrafo Tomás López
1800		4.701	
1845	1.300	7.121? 5.200*	Diccionario Geográfico de Pascual Madoz (1845)
1850		5.525	(Correas, 1988, p. 12)
1887		5.200	Censo Oficial de Población de España
1900		5.143	Censo Oficial de Población de España
1910		5.308	Censo Oficial de Población de España
1920		5.424	Censo Oficial de Población de España
1930		6.046	Censo Oficial de Población de España
1940		6.320	Censo Oficial de Población de España

*Multiplicador de 4 hab x vecino. Elaboración propia.

En la parte más elevada del emplazamiento, el núcleo genético medieval se conformó en torno a dos motivaciones funcionales: militar, el *Castillo, Palacio o Casa-Fortaleza de la Encomienda Mayor de Alcántara* y su cerca, y eclesiástica, la *Iglesia de Santa María la Mayor de la Asunción*, de antecedentes medievales (1244), pero de filiación gótica-renacentista. Ambos hitos, Castillo e Iglesia, concentraron y polarizaron los ejes viarios principales, responsables del plano medieval, radial y espontáneo, de calles estrechas e irregulares que transmiten la irregularidad del diseño a la conformación de las manzanas y éstas a las parcelas y edificaciones. El dinamismo económico, demográfico y social explica el incremento de la feligresía y la necesidad de construcción de una segunda parroquia, la *Iglesia de los Santos Mártires San Fabián y San Sebastián* alineada con la Matriz en el sector oriental del casco consolidado, en virtud de la Real Cédula otorgada por los Reyes Católicos el 7 de enero de 1495, proceso constructivo que no concluirá hasta 1964.

De los siglos XVI al XVIII, la aristocracia rentista de Brozas construyó sus arquitecturas civiles con tipología de casas palacio blasonadas, a las que se unirán las arquitecturas religiosas de 3 conventos, 9 ermitas y el Hospital de Santiago, un rico legado patrimonial de arquitecturas singulares, escudos, rejerías, chimeneas y cerramientos que ocupan lugares de privilegio en la trama urbana. A mediados del siglo XVIII, el parque inmobiliario de Brozas comprendía 990 casas pobladas, 8 arruinadas y 5 solares (Catastro de Ensenada, 1753). Un siglo después, el desarrollo superficial del plano de Brozas mantenía la trama viaria irregular, compuesta de 33 calles y 3 plazas, con un parque inmobiliario de 1.078 casas, en su mayor parte de dos plantas, pero algunas de tres, con alturas de 12 a 14 varas (de 10 a 11,7 metros) (Madoz, 1850).

Junto a las arquitecturas singulares destacan las populares vernáculas perfectamente acomodadas al medio (sostenibles), a la economía y a la experiencia auto-constructora de sus moradores (Campesino, 2006 y 2013). Al Sur del Tajo y en el dominio de la penillanura central alcantarina-cacereña-trujillana, la casa tipo de Brozas responde al modelo de dos plantas, la alta dedicada a desván (doblar) con un pequeño hueco de ventilación centrado en la fachada sobre la puerta de entrada, abierto o con cerramiento de madera y con ménsulas

o repisas pétreas al exterior; de techo abovedado la baja, por ausencia de madera, como respuesta bioclimática de primer orden a las fuertes oscilaciones térmicas anuales, superiores a los 40°C. La casa se soporta sobre gruesos muros de mampostería encalada, con vanos adintelados y jambas de sillería vista, y se cubre con teja árabe cocida en faldones a dos aguas. Sobre ella destaca la chimenea de sección rectangular o cilíndrica (Rubio, 1980) que se proyecta al interior en una amplísima campana, el hogar, centro de la vida familiar. Desde la puerta de entrada, de dos hojas de madera, dividida una de ellas horizontalmente con batiente superior y pequeña mirilla, un pasillo central distribuye las alcobas laterales en dos crujías y conduce a un patio o corral posterior, donde solía ubicarse la cocina. Del comienzo del pasillo arranca la escalera al doblao (Flores, 1979). Arquitecturas sin arquitectos, construidas con gran sobriedad formal, sin despilfarro alguno, como herramientas de las explotaciones agro-ganaderas.

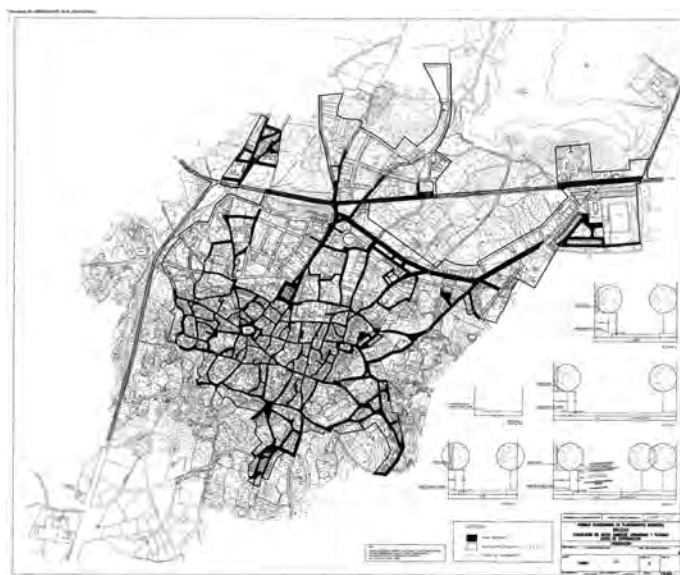


Figura 2
Morfología urbana de la villa de Brozas

Fuente: Normas Subsidiarias Municipales. Carmen Cienfuegos y María Luisa Márquez (2003).

Ordenación urbanística-patrimonial

La ordenación urbanística de Brozas se inició en época democrática con la aprobación del Proyecto de Delimitación de Suelo Urbano (PDSU), redactado por el arquitecto Javier Rey Harguindey, con A.D. el 11-12-1984 y vigente desde su publicación en el BOP del 08-11-1989. Catorce años después, el PDSU fue revisado por las Normas Subsidiarias de Planeamiento Municipal (NN. SS.), redactadas por las arquitectas Carmen Cienfuegos Bueno y María Luisa Márquez Velázquez, con A. D. el 11-04-2003 (estando ya aprobada la LSOTEX) y que se mantienen vigentes en la actualidad desde su publicación en el DOE del 05-08-2003. Conforme a la LSOTEX, las NN SS están siendo revisadas en la actualidad por un Plan General Municipal, redactado por la UTE CERTUM-KALITAS y en proceso de tramitación...

A efectos de conservación del patrimonio y en cumplimiento del Art. 93 del Texto Refundido de la Ley del Suelo y el Art. 86 del Reglamento de Planeamiento, las Normas Subsidiarias vigentes incorporan un *Catálogo* en que se relacionan y describen los bienes que por sus singulares valores y características son objeto de especial protección para el equipo redactor, incluyendo el establecimiento y definición de los niveles de protección otorgados a los edificios, conjuntos urbanos y elementos aislados de especial interés que conforman el patrimonio municipal, así como las normas reguladoras de edificación y usos del suelo.

Estos elementos patrimoniales, integrados por arquitecturas singulares y populares, civiles y eclesiásticas, componen el *Centro Histórico* de Brozas, que conforma el manzanero delimitado por las calles Pico Domínguez, Virgen de Guadalupe, Plaza de Ovando, calle Tinados, Santa Lucía, Iglesia de los Santos Mártires, calle Capitán Herrera, Francisco de Lizaur, de las Monjas, Antonio Gómez, Plaza del Coso, obispo Merino, Ermita de Santa Bárbara, calle Aldehuela, Castillo, Palacio, Peligro, Peñas, Derecha, Travesía de Derecha y Empedrada. La abundancia, calidad arquitectónica, homogeneidad y valor ambiental de los elementos del tejido urbano lo acreditan como Conjunto Histórico, propuesta contenida en el Catálogo de las NN. SS. (Cienfuegos y Márquez, 2002).

Tabla III
Catálogo de Bienes Inmuebles de la Villa de Brozas

Bienes inmuebles	Época	Categoría	Estado	Ubicación
Iglesia Sta. María la Mayor	XV-XVIII	Monumento Nacional BIC (1988)	Bueno	Plza. Príncipe de Asturias
Iglesia de Santos Mártires	XV-XVIII	Inventario de la DGPC	Bueno	Plza. Santos Mártires
Convento N.ª, S.ª, de la Luz	XVI-XVIII	Inventario de la DGPC	Regular	Ctra. C-522, km 25,5
Convento Comendadoras A.	XVI	Inventario de la DGPC	Mala	C/ San Pedro, 31 y 35
Convento de la Encarnación	XVIII	Inventario de la DGPC	Mala	C/ S. Fco. de Lizaur, 34
Ermita del Buen Jesús del H.	XVI	BIC de la DGPC	Bueno	Ctra. C-522, km 25,3
Ermita de San Antón	XVIII	Inventario de la DGPC	Bueno	Plza. San Antón
Ermita de San Juan	XV	Inventario de la DGPC	Malo	Ctra. C-522, km 24,3
Ermita del Humilladero	XVII	Inventario de la DGPC	Bueno	Barrio del Humilladero
Ermita de Santa Lucía	XVIII	Inventario de la DGPC	Bueno	Avda. de Trashumancia
Ermita N.ª, S.ª de la Soledad	XVI	Inventario de la DGPC	Bueno	Ctra. C-522, km 24,8
Ermita de Santa Bárbara	XVII		Bueno	C/ Obispo Merino
Crucero	XVI	Inventario de la DGPC	Bueno	Ctra. C-522, km 24,8
Casa Palac. de los Argüellos	XVII	I. 05-05-1994	Bueno	C/ Broccense, 23
Casa Palacio de los Bravo	XVII	BIC	Bueno	Plza. Ovando, 15
Casa Palac. de los Flores	XVI	Inventario de la DGPC	Bueno	C/ Ramón y Cajal, 12
Casa de Mendoza-Escalante	XVII-XX	Inventario de la DGPC	Bueno	C/ Corredera, 21
Casa de los Gutiérrez-Florez	XVI	Inventario de la DGPC	Bueno	C/ Derecha, 14
Casa de Condes Camilleiros	XVII-XX	Inventario de la DGPC	Bueno	C/ Muñoz Chaves
Casa de los Paredes y Arce	XVII	Inventario de la DGPC	Bueno	Plza. Cipriana Vivas, 5
Casa de los Tejada	XVI-XVIII	Inventario de la DGPC	Bueno	C/ Broccense, 6

Palacio Encomienda Mayor	XIII-XVII	BIC (BOE 29-06-1985)	Bueno	C/ Condesa de Encina
Casa del Brocense	XVI	Inventario de la DGPC	Bueno	C/ Aldehuela, 32
Vivienda y escudo	XVI	Escudo en I. de DGPC	Bueno	C/ Brocense, 8
Vivienda	XVI	Ventana en I. de DGPC	Bueno	Mariano Durán Navarro
Vivienda	XVII	Portada en I. de DGPC	Bueno	C/ Derecha, 24
Vivienda	XVIII		Bueno	Condesa de la Encina, 1
Vivienda	XIX		Bueno	C/ Brocense, 5
Vivienda	XIX		Bueno	C/ Brocense, 18
Vivienda	XIX		Bueno	P. Manuel Amado, 35
Vivienda y escudo		Escudo en I. de DGPC	Bueno	C/ Cipriano Cabrera, 15
Vivienda y portada		Portada en I. de GGPC	Regular	Virgen de Guadalupe, 8
Vivienda	XVIII		Bueno	Francisco de Lizaur, 1
Vivienda y escudo		Escudo en I. de DGPC	Bueno	Francisco de Lizaur, 4
Vivienda	XVIII-XIX		Bueno	Francisco de Lizaur, 5
Vivienda y escudo		Escudo en I. de DGPC	Bueno	Francisco de Lizaur, 7
Vivienda y portada	XVII	Portada en I. de DGPC	Bueno	Francisco de Lizaur, 18
Resros Hospital de Santiago	XVI		Bueno	C/ Santiago
Vivienda	XIX		Bueno	C/ Santiago, 25
Vivienda	XVIII		Bueno	Marcelo de Nebrija, 6
Vivienda	XIX		Bueno	Antonio Gómez, 18
Vivienda	XIX		Bueno	C/ Corredera, 9
Colegio Divina Pastora	XVIII	Escudo en I. de DGPC	Bueno	C/ Corredera, 10
Conjunto Histórico		I. 28-05-2015		

Fuente: Normas Subsidiarias Municipales. Catálogo. Elaboración propia.

El Incoado Conjunto Histórico de Brozas

El 27 de marzo de 2006, el pleno del Ayuntamiento de Brozas acordó por unanimidad solicitar a la Consejería de Cultura de la Junta de Extremadura la apertura del expediente para la declaración de Brozas como Bien de Interés Cultural (BIC) con categoría de Conjunto Histórico-Artístico, aspiración largo tiempo perseguida para una villa desconocida patrimonialmente e incomprendida por foráneos y propios, como instrumento para erradicar las reiteradas agresiones patrimoniales y urbanísticas, denunciadas por la Asociación para la Defensa del Patrimonio de Brozas. A este buen fin colaboró mi alumno Pedro Antonio Blanco Aldeano (prematamente desaparecido), el cronista de la villa Juan Francisco Rivero Domínguez, <http://cronistadelasbrozas.blogspot.com.es>, y yo mismo, como Vicepresidente de ICOMOS-España (Campesino, 2007).

Por Resolución de la Consejera 15 de mayo de 2015 (DOE, 101, de 28 de mayo de 2015) se produjo la incoación de BIC para el patrimonio histórico-artístico de Brozas en la categoría de Conjunto Histórico (Consejería de Educación y Cultura, 2015). El expediente define el perímetro y la zona periférica exterior de protección, circunscrita “al espacio construido o no, de apoyo ambiental al bien, cuya alteración pudiera afectar a sus valores, a la contemplación o al estudio del mismo” (Art. 8.1.b). La incoación del expediente se realizó con la intervención del Consejo Asesor de Bienes de Interés Cultural.





LEYENDA	
	DELIMITACIÓN DEL CONJUNTO HISTÓRICO INCOADO B.I.C. A Castillo-Palacio de La Encomienda Mayor (B.I.C. 1985). B Iglesia de Santa María la Mayor (B.I.C. 1988). C Iglesia de los Santos Mártires. D Casa-Palacio de los Argüello (incoado B.I.C. 1994). E Casa-Palacio de Los Bravo (B.I.C.)
	ENTORNO DE PROTECCIÓN DEL CONJUNTO HISTÓRICO
	OTROS BIENES FUERA DEL CONJUNTO HISTÓRICO 1 Ermита del Buen Jesús del Humilladero (B.I.C.) 2 Ermита de Santa Lucía 3 Ermита de San Antón 4 Fábrica de Harinas 5 Hito

Figura 4
Plano de delimitación del Conjunto Histórico de Brozas (2015)

Fuente: Google Earth. Elaboración propia

Conclusiones

Los valores patrimoniales de Brozas se justifican relevantes para la Consejería al ser Brozas “patria de importantes humanistas y contar con edificios señeros del Renacimiento, merecedores de la declaración de Conjunto Histórico”. Junto a la trama medieval arquitectura palaciega de los siglos XVI al XIX, un Castillo-Fortaleza, dos iglesias, tres conventos, nueve ermitas, cruceros en la Cañada Real de Merinas, Charca del Ejido (Parque Periurbano de Conservación y Ocio) y otras arquitecturas en el territorio (Casas Viejas de Araya y de la Greña, Y puente sobre el arroyo Jumadiel). De todos ellos, el Castillo-Fortaleza (Monumento, 1985), la Iglesia Parroquial de Santa María la Mayor de la Asunción (Monumento Nacional, 1988) y los Cruceros e Hitos de los caminos de trashumancia (patrimonio etnológico), ya están declarados BIC, mientras la Casa-Palacio de Los Argüello tiene el expediente incoado con categoría de Monumento (1994).

Bienes que es necesario proteger de forma integrada mediante el Conjunto Histórico, cuyo perímetro ha de delimitarse razonadamente, definiendo en paralelo el entorno de protección, conformado por una aureola periférica, externa y continua, ya que un Bien de Interés Cultural resulta inseparable de su entorno de protección, estando ambos ya cubiertos por las normas de protección. Dichos límites deberán ser respetados e incluidos en el ámbito de intervención del obligado Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Brozas, que como planeamiento de desarrollo del Plan General Municipal, habrá de redactarse obligatoriamente (Art. 40 de la LPHCE), a partir del momento de la declaración, en concurrencia normativa con el PGM, conjugando así ordenación urbanística y ordenación patrimonial, y contemplando en sus determinaciones las derivadas turísticas-patrimoniales, que prácticamente son ignoradas por el planeamiento, siendo hoy el fundamento de desarrollo de los municipios rurales en declive, ante las expectativas, atractivos y potenciales del Turismo de Frontera en la Raya de la EUROACE (Campesino, 2002; 2013; 2013a; 2014; 2014a; 2014b; 2014c; 2014d; 2014f).

Referencias bibliográficas

- Andrés Ordax, S. *et al.* (2006). *Monumentos Artísticos de Extremadura*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, II Tomos, 823 p.
- Campesino Fernández, A.-J. (1987). Alcántara. La compleja articulación de un espacio comarcal fronterizo. *Anales de ADECO (Alcántara y Comarca. Asociación de Estudios Comarcales)*, 1, Alcántara, pp. 13-25.
- Campesino Fernández, A.-J. (1987). Experiencias gestoras en planeamiento de centros históricos. In M. Á. Castillo Oreja (Ed.), *Centros históricos y conservación del patrimonio*. Madrid: Fundación Argentaria, Visor Ediciones, 1998, pp. 71-78.
- Campesino Fernández, A.-J. (2002). Centros patrimoniales y turismo: una experiencia de colaboración entre Portugal y Extremadura. In X. Pardellas de Blas (Dir.), *Estrategias Turísticas Urbanas*. Asociación Galega de Ciencia Regional, pp. 29-63.
- Campesino Fernández, A.-J. (2006). Conjuntos y arquitecturas populares: patrimonio cultural vernáculo de Extremadura. In J. L. Martín Galindo (Coord.), *La Arquitectura Vernácula, Patrimonio de la Humanidad*. Colección Raíces, 21. Asociación para la Arquitectura Rural Tradicional de Extremadura, Departamento de Publicaciones de la Diputación de Badajoz, Badajoz, Vol. II, pp. 1273-1296.
- Campesino Fernández, A.-J. (2013). Turismo de fronteira: arquiteturas vernáculas e alojamentos rurais na raia extremeña. Formas antigas para novas funções. In A. Martins, E. Milheiro, J. Alves, J. Nunes, e L. Cardoso, L. (Org.), *Estudos Rurais, Portalegre/Elvas. O Futuro do Mundo Rural em Questão. Atas do I Congresso de Estudos Rurais do Norte Alentejano*. Coleção C3i (Coordenação Interdisciplinar para a Investigação e Inovação), Nº 4. Instituto Politécnico de Portalegre, Portalegre, pp. 31-52.
- Campesino Fernández, A.-J. (Dir.) (2013a). *Turismo de fronteira (I)*. Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças (RIET). Eixo Atlántico do Noroeste Peninsular. Vigo. 212 p. + CD en color.
- Campesino Fernández, A.-J. (Dir.) (2014a). *Turismo de fronteira (II): Oferta y demanda turística en la Raya ibérica*. Autores. Imprenta CopeGraF, S.L. Cáceres. 341 p.+CD.
- Campesino Fernández, A.-J. (2014b). Oferta de recursos turístico-culturales en la raya extremeña”. In A.-J. Campesino Fernández (Dir.), *Turismo de Fronteira (II): Oferta y demanda turística en la Raya ibérica*. Autores, Imprenta CopeGraF, Cáceres, pp. 85-112.
- Campesino Fernández, A.-J. (2014). Población y turismo en la EUROACE rayana. *Coleção Iberografias, 27. Espaços de Fronteira, Territórios de Esperança: das vulnerabilidades as dinâmicas de desenvolvimento*. Edição digital. Centro de Estudos Ibéricos (CEI), Guarda, pp. 315-335. <http://www.cei.pt/publicacoes/iberografias.htm>
- Campesino Fernández, A.-J. (2014d). Potenciales y productos turístico-culturales en la Raya de Extremadura. In A.-J. Campesino y J. M. Jurado (Dirs.), *Turismo de fronteira (III): Productos turísticos de la Raya ibérica*. Imprenta Gómez Alcalá, S.L. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Huelva. Huelva, pp. 31-71.
- Campesino Fernández, A.-J. (2014f). Territorio y paisajes patrimoniales de la raya ibérica. El espacio geográfico de la EUROACE / Território e paisagens patrimoniais da raia ibérica. O espaço geográfico da EUROACE. In *I Jornadas Internacionales sobre la Frontera Hispano-Portuguesa y sus Fortificaciones / I Jornadas Internacionais sobre a Fronteira Hispano-Lusa e as suas Fortificações*. Badajoz, noviembre de 2012. Ayuntamiento de Badajoz, Badajoz, pp. 51-74.

- Campeño Fernández, A.-J. (2014g). Geografía Histórica de la Villa de Coria (Cáceres) en el Antiguo Régimen. In J. Olcina, e A. M. Rico (Coords.), *Libro Jubilar en Homenaje al Profesor Antonio Gil Olcina*. Instituto Universitario de Geografía, Universidad de Alicante, Alicante, pp. 819-837.
- Campeño, A.-J. & Jurado, J. M. (Dir.) (2014). *Turismo de frontera (III): Productos turísticos de la Raya ibérica*. Imprenta Gómez Alcalá, S.L. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Huelva Huelva. 355 pp.+CD en color.
- Campeño, A.-J. & Rengifo, J. I. (2010): *Urbanismo y Patrimonio. Colección 1986-2008. Extremadura. Más de 20 años de progreso con Europa*. Vol. 14. Junta de Extremadura, Fundación Universidad-Empresa, REINE, Badajoz. 120 p.
- Corchero, M. (2000): “La protección del patrimonio arquitectónico en la legislación de Extremadura”. En AA. VV. *Urbanismo y Patrimonio Histórico. Ciudad Artística y Calidad Urbana*. Ayuntamiento de Cáceres, Cáceres, (15 a 17 de diciembre de 2000). (Inédito). 60 p.
- Flores, C. (1979): *Arquitectura Popular Española*. Tomo III (Extremadura). Aguilar, Madrid. 555 p.
- Gobierno de Extremadura. (2015): Sistema de Información territorial de Extremadura (SITEX). Planeamiento. Consejería de Medio Ambiente y Rural, Políticas Agrarias y Territorio, Mérida. <http://sitex.gobex.es/SITEX/planeamiento>
- Junta de Extremadura. (1994): *Arquitectura y vida de frontera*. Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, Mérida. 79 pp.
- Junta de Extremadura. (1999): *Ley 2/1999, de 29 de marzo, de Patrimonio Cultural de Extremadura*. Consejería de Cultura, Mérida. (DOE, n.º 59, de 22 de mayo, de 1999).
- Junta de Extremadura. (S/F): *Conjuntos Históricos: Burguillos del Cerro, Coria, Fregenal de la Sierra, Jerez de los Caballeros, y Llerena*. Consejería de Vivienda, Urbanismo y Transportes, FEDER, Red de Centros Históricos de Influencia Islámica, Mérida.
- Navareño Mateos, A. (1988): *Arquitectura militar de la Orden de Alcántara*. Cáceres.
- Navareño Mateos, A. (1994): *Arquitectura y arquitectos del siglo XVI en Extremadura. Proyectos de obras de la Orden de Alcántara*. Universidad de Extremadura, Colegio de Arquitectos de Extremadura, Cáceres. 222 p.
- Pagés Madrigal, J. M. (1987): “El problema de los centros y villas históricas de la raya ibérica”, en *Encuentros/Encontros de Ajuda. Acta, Ponencias y Comunicaciones*. Diputación Provincial, Badajoz, pp. 305-321.
- Rubio Masa, J. C. (1985): *Arquitectura popular de Extremadura*. Consejería de Educación y Cultura. Cuadernos Populares, n.º 8. Mérida.
- Rubio Rojas, A. (1980): *Rutas cacereñas. La de las chimeneas*. Madrid.
- Salcedo Hernández, J.-C. (2013): “Conjuntos Históricos de Extremadura”, en Álvarez Mora, A. (Dir): *Políticas urbanas aplicadas a los Conjuntos Históricos – Avance de resultados*. Ed. Instituto Universitario de Urbanística de Valladolid, ETSA, Universidad de Valladolid, Valladolid, pp. 85 -98.

Brozas

- Andrés Ordax, S. et al. (2006). Brozas. *Monumentos Artísticos de Extremadura*. Editora Regional de Extremadura, Mérida, Tomo I, pp. 152-160.

- Campesino Fernández, A.-J. (2007). Gestión del patrimonio en pequeños Conjuntos Históricos. Aplicación a Brozas. In *6ª Jornadas Históricas de la Villa de Brozas. Pasado, presente y futuro del patrimonio histórico de Brozas*. Auditorio de las Comendadoras, Brozas (13 de abril de 2007). (Inédita).
- Carrasco Montero, G. (1986). Las ermitas de Brozas, una pequeña miniruta turística. *Coloquios Históricos de Extremadura*.
- Carrasco Montero, G. (1994). *Iglesia parroquial de Brozas. La "Catedralina" de Santa María de la Asunción*. León.
- Catastro del Marqués de la Ensenada. (1753). *Respuestas Generales de la Villa de Brozas*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte.
- Cienfuegos, C. y Márquez, M^a. L. (2002). *Normas Subsidiarias Municipales de Brozas*. Catálogo. Brozas: Ayuntamiento de Brozas, p. 150
- Consejería de Educación y Cultura (2015). *Resolución de 15 de mayo de 2015, de la Consejera, por la que se incoa expediente de declaración de Bien de Interés Cultural para el patrimonio histórico-artístico de Brozas en la categoría de Conjunto Histórico-Artístico*. DOE, 101, jueves 28 de mayo de 2015. Mérida: Junta de Extremadura, pp. 17740-17805.
- Díez González, M^a. del C. (2004). *Brozas y el Convento de la Luz*. Cáceres.
- Díez González, M^a del C. (2006). Propuesta de reforma en la iglesia del Convento de San Pedro de Brozas (Cáceres), por Theodosio de Magalães. In *Norba-Arte*, Vol. XXVI, Departamento de Historia del Arte de la Universidad de Extremadura, Cáceres, pp. 261-266.
- Díez González, M^a del C. (2008). Proyecto de restauración de la capilla del Convento de las Monjas Comendadoras para Auditorio Municipal: Brozas (Cáceres). Fases I y II. *Boletín de Arte*, n.º 29, pp. 113-133
- Dirección General de Medio Ambiente (2012). *Documento de Referencia para la Evaluación Ambiental de la Modificación Puntual, N° 11, de las Normas Subsidiarias de Planeamiento Urbanístico de Brozas (Cáceres)*. IA12/00545. Mérida: Servicio de Protección Ambiental, Junta de Extremadura, 17 p.
- Escobar Prieto, E. (1961). *Hijos ilustres de la villa de Brozas*. 2ª Ed.. Cáceres.
- García Barriga, F. (2004). Los Desastres de la Guerra. La incidencia de los conflictos bélicos en la historia moderna de Brozas (desde 1640 hasta 1812). *Actas de las V Jornadas de Historia en Llerena*, Llerena.
- García Barriga, F. (2005). *La villa de Brozas en el Antiguo Régimen, evolución demográfica y estructura familiar*. Cáceres.
- Montano Domínguez, C. (1994). Puente romano sobre el arroyo Jumadiel (Brozas). *Alcántara*, n° 33. Diputación Provincial de Cáceres, Cáceres, pp. 95-99.
- Rivero Domínguez, J. F. (1995). *Guía turística de la comarca de Alcántara*. Madrid: Vigraf Ediciones. <http://cronistadelasbrozas.blogspot.com.es>
- Rivero Domínguez, J. F. (2013) El Palacio de Brozas. *Pelourinho, Revista Hispano-Portuguesa*, n° 17. Diputación Provincial de Badajoz, Badajoz.
- Sánchez Lomba, F. M. (1983). La Casa de la Encomienda Mayor de Brozas: Dibujos y documentos de Juan Bravo. *Memoria de la Real Academia de Extremadura*, vol. 1. Trujillo.
- Torres Pérez, J. M. (1996). Bartolomé de Jerez y Luis Salvador Carmona en el retablo de la iglesia parroquial de Brozas (Cáceres). *Norba-Arte*, XVI. Cáceres.

(Página deixada propositadamente em branco)

ANTROPOCENO, CIDADES E GEOGRAFIA

João Ferrão/joao.ferrao@ics.ulisboa.pt

Instituto de Ciências Sociais

Universidade de Lisboa

“Who will speak for the Earth, and how, will it become one of the most crucial questions of the 21st century.”

(Castree, 2015: 245)

Nota prévia

O António Gama cultivava o debate científico, tinha um enorme fascínio pelas cidades e era um apaixonado pela Geografia. O tema escolhido para este ensaio procura contemplar simultaneamente esses três aspetos. O Antropoceno é um conceito recente, com uma expansão fulgurante mas rodeado de controvérsia dentro e fora da academia, mobilizando, com igual intensidade, defensores, apoiantes críticos, céticos e detratores. O António não desperdiçaria esta oportunidade para exercitar o seu gosto pelo debate e para demonstrar a sua capacidade reflexiva em torno de um conceito provocador (Harrington, 2016). As cidades, por sua vez, constituem uma dimensão crítica da narrativa geo-histórica do Antropoceno (Taylor, O’Brien e O’Keefe, 2015b). Ganham, por isso, uma nova centralidade analítica e normativa neste contexto, o que permite aprofundar teses e perspetivas anteriores e, ao mesmo tempo, levantar questões que apontam para horizontes inovadores de pesquisa e de ação. Por

último, o Antropoceno e a sua relação estrutural com as cidades colocam o foco nas interações entre sistemas sociais e sistemas biofísicos, entre humanos e não humanos, de tal modo que, conforme observa Castree (2015), tem suscitado o regresso à geografia de alguns geógrafos que entretanto se tinham afastado em direção a outros domínios. O triângulo Antropoceno – cidades – Geografia parece desenhado para ser debatido pelo António Gama. Discuti-lo-ia como poucos. E, suspeito, como apoiante crítico.

Antropoceno: a rápida ascensão de um conceito controverso

Num texto anterior (Ferrão, 2016), apresentámos sucintamente o modo como o conceito de Antropoceno, lançado por Crutzen e Stoermer em 2000 numa simples *newsletter* do IGBP – *International Geosphere – Biosphere Programme* e apenas dois anos depois alvo de publicação de um artigo na prestigiada revista *Nature* (Crutzen, 2002), abriu um ciclo de debate em torno da ideia de que teríamos entrado numa nova época geológica, marcada pela força da influência antropogénica na evolução dos sistemas biofísicos terrestres, nomeadamente no que se refere a alterações climáticas, à extinção de espécies naturais e a modificações no uso do solo: o Antropoceno, ou seja, a época do homem. Em 3 de maio de 2016, uma consulta ao Google académico confirma que esta continua a ser a publicação mais influente sobre o Antropoceno se levarmos em consideração o total de vezes que foi citada: 1635.

Num texto posterior mais desenvolvido, redigido com outros autores (Steffen, Crutzen e McNeill, 2007), é justificada e caracterizada a emergência desta nova época geológica, apresentando-se uma periodização com início na revolução industrial de finais do século XVIII ocorrida na Europa e identificando-se as opções com que nos confrontamos hoje face a esta nova realidade. De modo muito sumário, aquele texto desenvolve, em particular, as seguintes ideias¹:

¹ Retoma-se, de forma parcial ou integral, a síntese apresentada nas primeiras duas páginas do texto Ferrão (2016).

- Com o recurso intensivo da revolução industrial de finais do século XVIII/início do século XIX a combustíveis fósseis, os seres humanos tornaram-se uma força geofísica global que influencia de forma crescente a evolução do funcionamento do planeta Terra: os seres humanos, através das atividades que desenvolvem, constituem um agente transformador ativo da biosfera;
- A emergência do Antropoceno, desde essa altura até à atualidade, inclui duas fases: a etapa industrial (ca. 1800 – 1945), caracterizada pelo recurso sistemático ao uso de energias fósseis num contexto de modernização técnico-científica e de forte expansão urbano-industrial; e a etapa da Grande Aceleração (1945 – ca. 2015), marcada pelo aumento da exploração de recursos finitos, da emissão de CO₂, do aquecimento global, da degradação ambiental e da extinção de numerosas espécies animais e vegetais;
- O momento em que nos encontramos hoje confronta-se com vários cenários, desigualmente desejáveis, e cuja concretização dependerá das opções que prevalecerem globalmente: i) continuidade (*business as usual*), baseada na desvalorização sistemática da gravidade do problema e na crença de autorregulação da economia; ii) mitigação, proporcionando o regresso ao período pré-Antropoceno através de soluções tecnocientíficas; iii) geoengenharia, assente na manipulação crescente dos processos de funcionamento do sistema terrestre acompanhada pelo reforço do papel regulador das instituições internacionais; e, finalmente, iv) uma perspetiva alternativa, em que os seres humanos se assumem como cuidadores do sistema terrestre através do aumento da consciencialização dos impactos de origem humana na evolução do nosso planeta, da atribuição de maior centralidade às questões éticas associadas à produção e, ainda, de uma avaliação rigorosa dos efeitos colaterais não-esperados resultantes das perspetivas anteriores, sobretudo das soluções de geoengenharia

Este texto de Steffen, Crutzen e McNeill corresponde ao começo de um debate acadêmico aceso, que irá transbordar para as redes sociais, para a comunicação social e para alguns livros de divulgação mais ou menos sensacionalistas ou mesmo apocalípticos sobre o colapso da atual civilização, como consequência da grave crise ambiental induzida por forças antropogênicas fora do controle humano.

Em 2009, é criado o Grupo de Trabalho sobre o Antropoceno (AWG – *Anthropocene Working-Group*) por membros da Sociedade Geológica de Londres e outros especialistas no âmbito da Subcomissão da Estratigrafia do Quaternário, que integra a Comissão Internacional de Estratigrafia. O seu objetivo é alcançar o reconhecimento oficial do Antropoceno como época geológica, um desígnio até agora não atingido e que permanece sob contestação no seio da comunidade dos geólogos e de outros especialistas de áreas afins, embora se pense que o desejado reconhecimento possa ser obtido em breve. Mas o debate em torno do Antropoceno estava lançado. O ano de 2014 foi particularmente relevante para os defensores da nova época do ‘homem’: o Oxford English Dictionary inclui pela primeira vez uma entrada sobre ‘Anthropocene’; é criado o periódico *The Anthropocene Review*, que publica, aliás, artigos pró e contra a ‘narrativa do antropoceno’; realiza-se a primeira das reuniões anuais do AWG; ocorre o primeiro encontro internacional *Anthropocene Curriculum & Campus*, por iniciativa da The Haus der Kulturen der Welt e do Max Planck Institut for the History of Science, com o objetivo de definir um currículo interdisciplinar sobre o Antropoceno que possa ser adotado por universidades de diferentes países. Em 2015 é editado um número temático da revista *Geographical Research* sobre “Geografias do Antropoceno”. Nesse mesmo ano e em 2016, como assinala Castree (2016), diversos artigos sobre o Antropoceno foram publicados nas prestigiadas revistas *Nature* e *Science*, o que não deixa de refletir o grau de maturidade científica entretanto alcançado neste domínio temático.

Desde 2009, o total de pesquisas no Google da palavra Antropoceno (sobretudo em inglês, mas também em português/castelhano) teve um aumento significativo (Figura 1). É verdade que o Antropoceno permanece um conceito ‘adolescente’ (Castree, 2014c), de futuro incerto. Mas uma pesquisa realizada no Google Scholar em 14 de março de 2016 permitiu identificar cerca de 1.700

publicações com a palavra “Anthropocene” no título, estando 425 registadas na *Web of Science* e 550 na *Scopus* (Harrington, 2016:9).

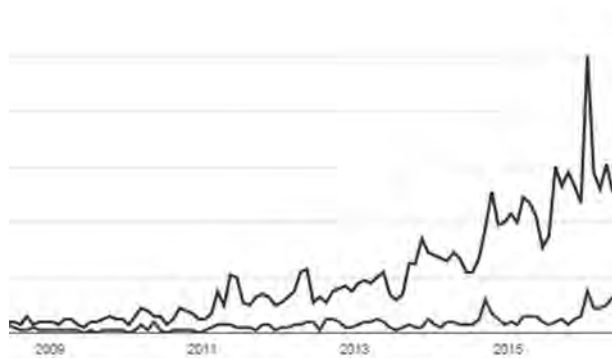


Figura 1

Evolução do total de pesquisas da palavra “antropoceno” no Google, 2009-2016

Fonte: <https://www.google.com/trends/explore#q=antropoceno%2C%20anthropocene&cmpt=q&tz=Etc%2FGMT-1>

Legenda: cinzento: ‘anthropocene’ (inglês); preto: ‘antropoceno’ (português/castelhano)

Nota: os valores do gráfico obedecem a uma escala de 0 a 100, em que este último valor corresponde à ocorrência máxima mensal observada no período em análise, 2009-2016 (neste caso, janeiro de 2016); os restantes valores distribuem-se naquela escala em função da sua proporção em relação ao valor máximo atingido.

Entretanto, foram sendo criados diversos blogues especificamente dedicados ao Antropoceno, permitindo ampliar o debate, quer no seio da academia, quer no seu exterior.

Não cabe, neste texto, aprofundar a discussão sobre o Antropoceno como época geológica, o seu início, os fatores que o explicam, os seus impactos globais em termos ambientais, sociais e económicos ou as suas implicações éticas. A bibliografia disponível sobre estes temas, ainda que tenha uma incidência muito desigual nas várias áreas disciplinares, contaminou já as ciências sociais e as humanidades (ver, por exemplo, Palsson *et. al.*, 2013)² e mobiliza

² Atente-se, no entanto, à deceção revelada por Harrington (2016: 9/10) quanto à ausência quase total de referências ao Antropoceno num dos principais encontros mundiais no domínio das

aspectos e argumentos em número suficiente para confirmar que o conceito de Antropoceno proposto por Crutzen e Stoermer em 2000 foi capaz de suscitar um debate vivo mas ainda longe de estar estabilizado, merecendo, por isso, mais atenção e reflexão crítica (Castree, 2016).

O objetivo deste ensaio é, no entanto, mais modesto: relacionar a emergência do debate sobre o Antropoceno com a necessidade de adotar novas visões acerca das cidades e a possibilidade de se abrirem novas oportunidades a uma Geografia que esteja disponível para redescobrir, reinventando-a, a sua tradição fundadora de visão integrada ‘homem-meio’.

Cidades e Antropoceno: uma relação estrutural?

Desde a revolução industrial iniciada em Inglaterra na segunda metade do século XVIII que as cidades não deixaram de crescer. Embora o conceito estatístico de cidade não seja consensual, estima-se que as áreas urbanas ocupem atualmente cerca de 3% da superfície terrestre, concentrando um pouco mais de metade da população mundial. Tendo por base modelos de previsão probabilística, Seto *et al.* (2012) calculam que a população urbana em 2030 atingirá os 5 mil milhões, correspondendo a um acréscimo de 1,2 milhões de km² de solo urbano, o que significa triplicar o espaço ocupado por cidades em 2000.

No contexto da relação cidades – Antropoceno, aquelas são crescentemente importantes não apenas pela população que concentram ou pela superfície que ocupam, mas também por outros motivos: por exemplo, consomem 76% dos recursos naturais do planeta e são responsáveis pela emissão de 60% dos gases com efeito de estufa (UN-HABITAT, 2015). Compreende-se, portanto, que exista uma relação forte e estrutural entre os processos de urbanização em

Relações Internacionais: “The 2015 International Studies Association (ISA) Annual Conference, the largest annual event in the discipline, contained over 6000 presentations. Only one paper abstract explicitly mentioned the Anthropocene”.

curso à escala planetária e a emergência do Antropoceno (ver síntese efetuada em Biermann *et al.* (2015) na secção 2.3 sobre urbanização).

As cidades constituem os grandes palcos da transformação alargada das relações entre os sistemas humanos/sociotécnicos e os sistemas biofísicos. A expansão das cidades canónicas, através de morfologias urbanas consolidadas, mas também das suas áreas envolventes, com subúrbios de diferentes densidades e com distintos graus de formalização, e ainda o aumento exponencial dos fluxos materiais interurbanos ao nível do planeta, induzem alterações profundas no funcionamento do sistema Terra pelo menos por quatro vias, as duas primeiras diretas e as restantes indiretas:

- Ocupação do solo: artificialização e impermeabilização da superfície terrestre, destruição e enterramento de linhas de água, terraplanagens, diminuição da biodiversidade, etc. (ver, por exemplo, Price *et al.*, 2011, para o caso da Grã-Bretanha);
- Aquecimento urbano: criação de ilhas de calor urbano e alteração dos regimes dos ventos locais, com impactos, nomeadamente, ao nível da qualidade do ar (poluição atmosférica) e dos consumos de água e de energia³;
- Aquecimento global: alterações climáticas provocadas pela crescente emissão de gases com efeito de estufa, cujos impactos são hoje conhecidos, como o agravamento da ocorrência de fenómenos extremos, o aumento das temperaturas médias, a concentração dos períodos de chuva ou a subida do nível médio do mar, afetando, neste último caso, as cidades ribeirinhas⁴;

³ Ver, a este propósito, o número temático da revista *Finisterra*, Volume XLIX, número 98, organizado por Alcoforado (2014).

⁴ A bibliografia sobre alterações climáticas e cidades é imensa. Ver, por todos, o capítulo da autoria de Revi *et al.* (2014), produzido pelo Grupo de Trabalho II do IPCC. É particularmente relevante, neste domínio, a proposta apresentada por diversas entidades (redes de cidades, autarcas, etc.) na 43ª sessão do IPCC, realizada em Nairobi em abril de 2016, de elaboração de um relatório especial do IPCC sobre cidades e alterações climáticas.

- Empobrecimento das relações rural-urbano: degradação, nomeadamente por via dos efeitos das alterações climáticas, das áreas rurais envolventes enquanto espaços de aprovisionamento das cidades (água, produtos alimentares, etc.) e de lazer das populações urbanas (biodiversidade, qualidade paisagística, etc.), e crescente desconexão de ecossistemas transversais aos espaços rurais e urbanos (OECD, 2013; UN-HABITAT, 2015).

De entre os vários autores que têm vindo a escrever sobre cidades e Antropoceno, Taylor, O'Brien e O'Keefe destacam-se através da produção de três textos complementares onde procuram realçar a importância estrutural da relação cidades – Antropoceno do ponto de vista analítico (papel das cidades na génese e no aprofundamento do Antropoceno) e da ação (novos estilos de vida e processos urbanos como superação do Antropoceno). Para isso, apresentam o que designam por uma “nova narrativa geohistórica que coloca as cidades no coração das alterações climáticas de origem antropogénica” (Taylor, O'Brien e O'Keefe, 2015b: 1).

Os autores limitam, portanto, o Antropoceno à componente antropogénica das alterações climáticas, certamente a mais relevante mas não a única (recorde-se, como acima se referiu, o modo com a expansão urbana artificializa extensões crescentes da superfície terrestre e destrói ecossistemas essenciais ao funcionamento da biosfera). Apesar dessa visão restrita, a tese que defendem é ambiciosa, assentando nas seguintes ideias-chave:

- O Antropoceno caracteriza-se por uma temporalidade multimilenar, tendo-se iniciado com a primeira revolução urbana ocorrida há cerca de 8.000 anos (criação de cidades como Jericó ou Catalhöyük); os autores rejeitam, pois, quer a narrativa da modernidade industrial defendida por Crutzen e muitos outros (o ‘modelo dos dois séculos’) quer a narrativa, proposta por Moore (2014), da modernidade do sistema-mundial iniciada com o movimento das ‘descobertas’ de navegadores europeus (o ‘modelo dos 500 anos’). O Antropoceno terá,

- assim, uma temporalidade transmoderna, isto é, preexiste e acompanha a modernidade nas suas diversas etapas;
- À temporalidade multimilenar e transmoderna do Antropoceno associa-se uma espacialidade global, marcada pela expansão das cidades e pela transformação sistemática e generalizada do uso e da cobertura do solo decorrente da expansão da agricultura (via desflorestação, por exemplo), ou seja, uma espacialidade não inicialmente restrita, como nas narrativas da modernidade industrial ou da modernidade do sistema-mundo, à Europa ou, de forma mais genérica, aos espaços da sociedade dita ocidental;
 - A importância das cidades decorre do efeito conjugado do seu papel como focos de desenvolvimento económico, de consumo, de inovação e de criatividade – isto é, de mudança – bem como das suas características cosmopolitas e de organização em rede, que favorecem fluxos de diversa natureza, os quais alargam os efeitos urbanos a escalas que ultrapassam em muito as áreas em que as cidades se localizam;
 - Em função deste diagnóstico, os autores criticam o privilégio que tem vindo a ser atribuído às soluções centradas na mitigação da emissão de gases com efeito de estufa, considerados a principal fonte antropogénica das alterações climáticas. Em alternativa, defendem a necessidade de “transcender a nossa herança moderna” (Taylor, O’Brien e O’Keefe, 2015b:9) através de uma 4.^a revolução industrial assente na adoção generalizada de novas formas de vida baseadas em consumos urbanos frugais no âmbito de redes verdes de cidades criativas. O foco da mudança, na ótica destes autores, não deve ser, portanto, a concretização, cidade a cidade, de ações de mitigação e de adaptação baseadas em soluções tecnológicas inovadoras, mas sim a opção global por novos estilos de vida coletivos sustentáveis. A dimensão urbana crítica para a mudança reside, assim, no consumo e nos modos de viver (Taylor, O’Brien e O’Keefe, 2015a);
 - A generalização de estilos de vida coletivos sustentáveis exige a superação dos modelos económicos baseados no crescimento contínuo, ou

seja, do ‘capitalismo’ como acumulação permanente (Taylor, O’Brien e O’Keefe, 2015c).

Em síntese, esta narrativa multimilenar, transmoderna e global de Antropoceno implica a substituição da perspectiva moderna assente no que designamos, tentando sintetizar a perspectiva destes autores, pela equação “cidades como lugares + economia como crescimento contínuo + tecnologias como solução + políticas estatais e negociações intergovernamentais como resposta política” pela equação “cidades como processos + desenvolvimento não baseado no crescimento económico + novos modos de vida e de consumo sustentáveis + processos de decisão ascendentes (*bottom-up*)”, isto é, pelo que Taylor, O’Brien e O’Keefe classificam como uma visão utópica de redes verdes de cidades criativas e promotoras da inovação societal.

As propostas destes autores são ambiciosas, arrojadas e, para muitos, irrealistas. Mas a verdade é que outros textos, incluindo publicações de entidades internacionais ou supranacionais, colocam igualmente o foco na necessidade urgente de reconciliar a cidade com a natureza, o desenvolvimento urbano com a biosfera, nomeadamente através do entendimento das cidades como sistemas socioecológicos e não, como sucede na visão moderna, como sistemas socio-técnicos, isto é, em que os avanços tecnológicos foram permitindo construir as cidades ‘contra’ a natureza em vez de se moldarem a ela e a valorizarem. A ‘renaturalização’ das cidades contemporâneas ou, de forma mais pragmática, o desenvolvimento de soluções baseadas na natureza (*nature-based solutions*) e de infraestruturas verdes⁵, são, assim, enaltecidos quer em textos académicos (ver, por exemplo, Scott e Lennon, 2016, e o dossiê temático por eles organizado no n.º 17(2) da revista *Planning Theory & Practice*), quer em estudos publicados pela Comissão Europeia (EC, 2015).

O entendimento da cidade como sistema socioecológico leva a colocar a natureza no centro dos processos de metabolismo urbano (Lennon e Scott, 2016) e a defender a necessidade de gerir os espaços urbanos a partir de uma

⁵ Sobre o conceito de infraestrutura verde, ver Comissão Europeia (2013).

visão de coexistência e de coevolução dos diferentes sistemas sociais e ecológicos (Haase, 2016). E é justamente aqui que nos encontramos com a Geografia. Esta preocupação, ainda que formulada numa linguagem distinta, faz parte da sua tradição fundadora como comunidade científica autónoma. A relação Antropoceno – cidades – Geografia pode, assim, criar novas oportunidades a uma disciplina que se institucionalizou no final do século XIX tendo como principal objeto de estudo as relações ‘homem - meio’ em diferentes regiões da superfície terrestre.

O Antropoceno visto a partir das cidades: o regresso da Geografia integrada?

Cook, Rickards e Rutherford (2015) recorrem à metáfora do ‘ponto de encontro’ (*meeting-point*) para salientar que o debate em torno do Antropoceno, das suas origens e dos seus efeitos, pode criar uma oportunidade para retomar uma geografia unitária, pelo menos em alguns domínios subdisciplinares, que, ao colocar o foco de atenção nas relações humanos – natureza, supere a divisão ontológica moderna que levou à sua separação.

A Geografia institucionalizou-se como disciplina autónoma, no final do século XIX, em torno de dois grandes objetivos: o estudo da distribuição de diferentes fenómenos na superfície terrestre (clima, espécies animais e vegetais, povoamento, produções agrícolas, atividades económicas, culturas, etc.) e o estudo das relações ‘entre o homem e o meio’. Do ponto de vista analítico, é este segundo objetivo que vai marcar a então nova disciplina, conferindo-lhe unidade interna e, ao mesmo tempo, diferenciando-a das restantes. Quer na sua versão inicial de determinismo geográfico, em que as características geográficas de uma dada área eram vistas como fatores que determinavam os atributos físicos, culturais e económicos de quem nelas habitava (nas planícies predomina o monoteísmo, nas ilhas os habitantes são pescadores, nas regiões calcárias as mulheres são mais vulneráveis, etc.), quer na perspetiva posterior do possibilismo, em que se reconhecia que as comunidades humanas podiam

responder de forma diferenciada ao mesmo tipo de características geográficas em função dos seus modos de vida e do tipo de civilização prevalecente, o estudo da relação ‘homem-meio’ permaneceu até meados do século passado como o objeto de estudo por excelência da Geografia.

Esta visão ecológica fundacional da disciplina apenas virá a ser colocada em causa, e mesmo rejeitada, nos anos 60 do século xx. A visão moderna neopositivista da autodesignada Nova Geografia substituiu então as perspetivas ecológicas clássicas, levando a que a geografia física e a geografia humana se afastem cada vez mais uma da outra e, ao mesmo tempo, se aproximem de outros domínios científicos: as geociências, no primeiro caso; a economia e as ciências sociais, no segundo. A quebra da velha unidade da Geografia, lamentada pelos geógrafos clássicos mas menosprezada ou mesmo celebrada pelos geógrafos ‘modernos’, vai-se consolidando como uma inevitabilidade natural. Afinal, a modernidade significava, justamente, a libertação das sociedades em relação à natureza, domesticada nuns casos, ou destruída noutros, em nome do progresso e do crescimento económico. O estudo das relações ‘homem-meio’ parecia deixar de ter sentido.

É verdade que, poucos anos mais tarde, os excessos da modernidade vão levar a que se atribua, na Geografia como em outras áreas científicas, particular atenção aos riscos e impactos ambientais decorrentes dos processos de urbanização e de produção e consumo intensivos em recursos finitos. Mas mesmo esta preocupação não foi suficientemente forte para induzir uma nova relação entre especialistas de geografia física e de geografia humana centrada no estudo sistemático das inter-relações entre sistemas sociais e sistemas biofísicos.

Será que o tema Antropoceno poderá romper essa tendência de afastamento recíproco entre os dois grandes subdomínios da Geografia? Ou, nas palavras de Cook, Rickards e Rutherford (2015), constituirá este conceito um ponto de encontro entre eles, ou, pelo menos, entre algumas das especialidades existentes no seio de cada um deles? Que contributo poderá o tema Antropoceno dar à Geografia e, ao mesmo tempo e simetricamente, que valor poderão os geógrafos acrescentar aos debates sobre este novo conceito? Contribuirão os geógrafos, mantendo as suas especialidades, para investigações e debates crescentemente

temáticos e interdisciplinares? Ou serão, antes, reforçadas as visões integradas no interior da comunidade dos geógrafos?

É, naturalmente, demasiado cedo para encontrar respostas definitivas em relação a estas várias questões. Autores como Castree (2014a, 2014b, 2014c, 2015) têm tentado vislumbrar tendências nesse sentido, através de uma análise cuidada da produção científica recente dos geógrafos e mesmo das suas trajetórias pessoais. Deste último ponto de vista, é particularmente interessante o exemplo de Mike Hulme, um geógrafo que se tornou um especialista em clima e que retornou agora à Geografia em função dos desafios colocados pelo tema Antropoceno (Castree, 2015: 248).

A relação Antropoceno-Geografia é sobretudo evidente nas cidades, afinal os territórios na linha da frente da concentração de causadores e de vítimas deste reforço crescente e incontrolado da ação humana como fator de transformação do planeta Terra. A tríade Antropoceno – cidades - Geografia é demasiado relevante para ser ignorada. Mas mesmo ‘pontos de encontro’ bem localizados nem sempre conseguem induzir as necessárias interações.

Comentário final

Ao descrever o modo como a morfologia e as funções das cidades se ajustam aos *sítios* onde se implantam e expandem ou ao salientar as particularidades do urbanismo de colina recorrente nas cidades portuguesas, Orlando Ribeiro (Ribeiro, 1969), no primeiro caso, e Manuel Costa Lobo (Costa Lobo e Júnior, 2012), no segundo, caracterizavam realidades pré-modernas e, por isso, consideradas por muitos como inevitavelmente condenadas porque desajustadas às necessidades quotidianas das sociedades modernas.

Do ponto de vista da conceção moderna de sociedade e de economia, essas críticas são pertinentes. Mas a controvérsia em torno do Antropoceno, como sucede com outros debates, relembra-nos os limites da modernidade e apela-nos para que adotemos perspetivas e soluções que a transcendam nas suas várias metamorfoses, do ‘velho’ capitalismo urbano-industrial à atual fase de

capitalismo global urbano-financeiro. A visão socioecológica de cidade não é um regresso a perspectivas organicistas do passado nem se baseia na ideia de equilíbrio harmonioso entre ‘o homem e o meio’. Tensões e contradições, dissensos e compromissos, instabilidade e incerteza, fazem parte, mais do que nunca, das sociedades complexas contemporâneas. Mas a visão socioecológica de cidade resgata valores e princípios analíticos e de ação importantes que o projeto moderno de sociedade orgulhosamente rejeitou, como o respeito pela natureza ou a gestão da coevolução dos sistemas sociais e biofísicos.

Poderão um conceito contestado, como o Antropoceno, uma disciplina socialmente pouco valorizada, como a Geografia, e uma realidade crescentemente complexa, como as cidades, reforçarem-se reciprocamente de modo a melhor garantir a sustentabilidade do planeta Terra como casa comum? António Gama teria, certamente, algo a dizer sobre o assunto. A partir de uma posição, estou convencido, que oscilaria entre o otimismo crítico e o ceticismo cooperante.

Referências

- Alcoforado, M. J. (2014). Issue on Applied Human Bioclimatology in memory of Henrique Andrade, *Finisterra*, Volume XLIX (98), pp. 3-14.
- Biermann, F. et al. (2015). Down to earth: Contextualizing the Anthropocene, *Global Environmental Change*.
- <http://dx.doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2015.11.004> (acesso: 03.05.2016)
- Castree, N. (2014a). The Anthropocene and geography I: The back story, *Geography Compass*, 8(7), pp. 436-449.
- Castree, N. (2014b). Geography and the Anthropocene II: Current contributions, *Geography Compass*: 8(7), pp. 450-463.
- Castree, N. (2014c). The Anthropocene and geography III: Future directions, *Geography Compass*, 8(7), pp. 464-476.
- Castree, N. (2015). Geographers and the discourse of an earth transformed: influencing the intellectual weather or changing the intellectual climate?, *Geographical Research*, 53(3), pp. 244-254.
- Castree, N. (2016). Anthropocene Science: There may be trouble ahead, *EnviroSociety*, 7 April. www.envirosociety.org/2016/04/anthropocene-science-there-may-be-trouble-ahead (acesso: 03.05.2016)
- Comissão Europeia (2013). *Infraestrutura Verde — Valorizar o Capital Natural da Europa*, COM(2013) 249 final, 6.5.2013.

- Cook, B. R.; Rickards, L. A. & Rutherford, I. (2015). Geographies of the Anthropocene, *Geographical Research*, 53(3), pp. 231-243.
- Costa Lobo, M. L. da & Júnior, J. G. S. (org.) (2012). *Urbanismo de Colina: uma Tradição Luso-brasileira*, SciELO-Editora Mackenzie.
- Crutzen, P. J. (2002). Geology of mankind, *Nature*, 415.6867, p. 23.
- Crutzen, P. J. & Stoermer, E. F. (2000). The Anthropocene, *Global Change Newsletter*, 41, pp. 17-18.
- EC (2015). *Towards an EU Research and Innovation Policy Agenda for Nature-Based Solutions & Re-Naturing Cities*. Final Report of the Horizon 2020 Expert Group on 'Nature-Based Solutions and Re-Naturing Cities', Directorate-General for Research and Innovation, Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015.
- http://www.kowi.de/Portaldata/2/Resources/horizon2020/coop/Expertenbericht_zu_Nature_based_Solutions.pdf (acesso: 02.05.2016)
- Ferrão, J. (2016). As geografias rurais do Antropoceno: ainda uma *terra incognitae*? In Neves, António Oliveira das (Org.), *Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural*, Edição IESE, Lisboa.
- Haase, D. (2016). Reflections on urban landscapes, ecosystems services and nature-based solutions in cities, *Planning Theory & Practice*, 17(2), pp. 276-280.
- Harrington, C. (2016). The ends of the world: International relations and the Anthropocene. *Millennium: Journal of International Studies*, pp. 1-21.
- <http://intl-mil.sagepub.com/content/early/2016/04/07/0305829816638745.full.pdf+html> (acesso: 26.04.2016)
- Lennon, M. & Scott, M. (2016). Re-naturing the city, *Planning Theory & Practice*, 17(2), pp. 270-276.
- Moore, J. W. (2014). The Capitalocene part I: On the nature and origins of our ecological crisis.
- http://www.jasonwmoore.com/uploads/The_Capitalocene__Part_I__June_2014.pdf (acesso: 01.03.2016)
- OECD (2013). *Rural-Urban Partnerships: An Integrated Approach to Economic Development*, OECD Rural Policy Reviews, OECD Publishing, Paris.
- Palsson, G. *et al.* (2013). Reconceptualizing the 'Anthropos' in the Anthropocene: Integrating the social sciences and humanities in global environmental change research, *Environmental Science & Policy*, 28, pp. 3-13.
- Price, S. J.; Ford, J. R.; Cooper, A. H. & Neal, C. (2011). Humans as major geological and geomorphological agents in the Anthropocene: the significance of artificial ground in Great Britain, *Philosophical Transactions of the Royal Society of London A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences*, 369(1938), pp. 1056-1084.
- Revi, A.; Satterthwaite, D. E.; Aragón-Durand, F.; Corfee-Morlot, J.; Kiunsi, R. B. R.; Pelling, M.; Roberts, D. C. & Solecki, W. (2014). Urban Areas, In *Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part A: Global and Sectoral Aspects*. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, pp. 535-612. http://ipcc-wg2.gov/AR5/images/uploads/WGIAR5-Chap8_FINAL.pdf (acesso: 03.05.2016)

- Ribeiro, O. (1969). Proémio metodológico ao estudo das pequenas cidades portuguesas, *Finisterra*, 4(7), pp. 64-75.
- Scott, M. & Lennon, M. (2016). Nature-based solutions for the contemporary city, *Planning Theory & Practice*, 17(2), pp. 267-270.
- Seto, K. C.; Güneralp, B. & Hutyra, L. R. (2012). Global forecasts of urban expansion to 2030 and direct impacts on biodiversity and carbon pools, *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 109(40), pp. 16083-16088.
- Steffen, W.; Crutzen, P. J. & McNeill, J. R. (2007). The Anthropocene: are humans now overwhelming the great forces of nature? *AMBIO: A Journal of the Human Environment*, 36(8), pp. 614-621.
- Taylor, P. J.; O'Brien, G. & O'Keefe, P. (2015a). Human control of climate: Introducing cities, *GaWC Research Bulletin*, 446 (edited and posted on the web on 11th December 2015). <http://www.lboro.ac.uk/gawc/rb/rb446.html> (acesso: 01.03.2016)
- Taylor, P. J.; O'Brien, G. & O'Keefe, P. (2015b). A Trans-modern understanding of anthropogenic climate change through cities, *GaWC Research Bulletin*, 447 (edited and posted on the web on 11th December 2015). <http://www.lboro.ac.uk/gawc/rb/rb447.html> (acesso: 01.03.2016)
- Taylor, P. J.; O'Brien, G. & O'Keefe, P. (2015c). Ten antitheses on cities and states: Challenging the mindscape of chronology and chorography in anthropogenic climate change, *GaWC Research Bulletin*, 448 (edited and posted on the web on 11th December 2015). <http://www.lboro.ac.uk/gawc/rb/rb448.html> (acesso: 01.03.2016)
- UN-HABITAT (2015). *Habitat III Issue Papers 10 – Urban-Rural Linkages*, New York, 31 May 2015 (not edited version 2.0). http://unhabitat.org/wp-content/uploads/2015/04/Habitat-III-Issue-Paper-10_Urban-Rural-Linkages-2.0.pdf (acesso: 03.05.2016)

**A GEOGRAFIA PORTUGUESA EM 1929
NA CORRESPONDÊNCIA ENTRE AMORIM GIRÃO E
GONZALO DE REPARAZ RUIZ**

João Carlos Garcia/garciajcs@hotmail.com

Faculdade de Letras da Universidade do Porto e
Centro Interuniversitário de História
das Ciências e da Tecnologia (UL/UNL)

Enric Mendizàbal Riera/enric.mendizabal@uab.es

Facultat de Filosofia i Lletres
Universitat Autònoma de Barcelona

Na Cartoteca do Institut Cartogràfic i Geològic de Catalunya, em Barcelona, encontra-se um importante núcleo documental para a História da Geografia Iberoamericana: o Fons Gonzalo de Reparaz Ruiz (1901-1984) cedido à instituição pela família do geógrafo em 2005. Dele fazem parte milhares de documentos manuscritos e impressos, de fotografias e cerca de 3.000 volumes da sua biblioteca pessoal, até então guardados em Lima (Perú), onde o autor residiu exilado, desde 1951. No espólio existe igualmente documentação relativa a seu pai, Gonzalo de Reparaz Rodríguez-Báez (1860-1939), também geógrafo, diplomata e jornalista, nascido no Porto, onde participou na fundação da efêmera Sociedade de Geografia Comercial do Porto, sob a presidência de Oliveira Martins, em 1880. As relações da família Reparaz com Portugal abarcam três gerações e incluem muitos dos mais importantes intelectuais portugueses do final do século XIX e da primeira metade do século XX.

Entre os diversos tipos de documentos conservados avultam os núcleos de correspondência trocada com políticos, académicos e artistas. Aí procurámos os geógrafos portugueses e, particularmente, o mais conhecido e influente nome da escola portuguesa de Geografia, no segundo quartel do século xx: Amorim Girão. As cartas e bilhetes postais enviados por Girão a Reparaz (de Coimbra e Vouzela) e as cópias a papel químico das cartas dactilografadas, apenas algumas, enviadas por Reparaz a Girão (de Barcelona), num total de quase quatro dezenas, correspondem a um restrito período, entre Setembro de 1928 e Janeiro de 1932, mas nelas debatem os correspondentes, muitos aspetos da Geografia coeva, ibérica e internacional: as suas correntes e escolas, autores e obras, instituições e periodismo científico¹.

Para este volume em memória de António Gama Mendes, que trabalhou entre nós, de forma marcante, sobre a evolução do pensamento geográfico e cultivou a Geografia ibérica, seleccionámos para análise, duas das mais interessantes missivas, datadas de Abril de 1929, numa das quais Reparaz solicita a Girão, um breve panorama da Geografia em Portugal, no período em que este consolida o seu magistério na Universidade de Coimbra. É então o momento em que na Universidade do Porto, a Faculdade de Letras se encontrava provisoriamente encerrada por motivos políticos. Na Universidade de Lisboa, Silva Telles, detentor da primeira cátedra de Geografia em Portugal, falecerá no ano seguinte.

Mas falaremos primeiro da Geografia espanhola durante a década de 1920 e de Gonzalo de Reparaz, para compreendermos o contexto da solicitação e o correspondente de Amorim Girão, já que o Mestre da Geografia de Coimbra e a sua obra são suficientemente conhecidos.

¹ Institut Cartogràfic i Geològic de Catalunya (ICGC). Cartoteca. Fons Gonçal de Reparaz Ruiz. 3. Correspondència, 42-42c, 1091. Muito recentemente deu entrada na mesma instituição o espólio de Gonzalo de Reparaz Rodríguez-Báez, vindo do Centro Documental de la Memoria Histórica, Salamanca. Queríamos agradecer à Doutora M. Carme Montaner i Garcia, Directora da Cartoteca do ICGC e investigadora do Grup d'Estudis d'Història de la Cartografia da Universitat de Barcelona, todas as facilidades concedidas na consulta e reprodução dos documentos do espólio de Gonzalo de Reparaz Ruiz. Sobre o conjunto da correspondência preparamos um estudo mais detalhado e contextualizado.

A Geografia espanhola na década de 1920

Durante os anos de 1920 e início da década seguinte, a Geografia tinha em Espanha duas vertentes. Por um lado, apresentava-se como um saber baseado na memorização de topónimos relacionados com algum dado estatístico, fosse a altitude de uma montanha ou os habitantes da capital de um país. Este tipo de Geografia era o que se encontrava na maioria dos livros escolares (Capel *et al.*, 1985; Luis Gómez, 1985) e aquele que foi lecionado a quase todos os estudantes por muitas décadas. Por outro lado, esse é o momento da divulgação de novos métodos a partir dos princípios defendidos por Maria Montessori (1870-1952), que propõe uma docência progressista, ativa, participativa, de observação e experimentação, ao mesmo tempo que surge a metodologia geográfica vinda da escola de Paul Vidal de la Blache.

Esta realidade reflete-se nos movimentos de renovação pedagógica defendidos tanto pela burguesia liberal como pelo movimento operário, especialmente o libertário que, entre outras ações, promove a edição de traduções para castelhano das obras de Elisée Reclus (Vicente Mosquete, 1982). Do mesmo modo, nas Escolas Normais, onde eram preparados os futuros professores, começa a difundir-se esta “nova” Geografia, com importantes resultados. Um exemplo dos seus defensores é Pedro Chico Rello, que publicou uma *Metodología de la Geografía* (1931), que incorpora esta pedagogia renovadora baseada na metodologia vidaliana, especialmente a partir dos trabalhos de Jean Bruhnes.

Se os professores do ensino primário e secundário formavam uma primeira linha de geógrafos, a segunda seria a dos naturalistas, alguns deles professores universitários nas Faculdades de Ciências (Gómez Mendoza y Ortega Cantero, 1992). Uma amostra desta Geografia ambiental incluiria Odón de Buen (1914), um dos introdutores do darwinismo em Espanha e tradutor de Elisée Reclus; Emilio Huguet del Villar (1921) em Biogeografia e, especialmente, em Pedologia; Eduardo Hernández Pacheco (1934) em Geomorfologia; ou ainda Juan Dantín Cereceda (1929) em Fisiografia (Vilà Valentí, 1989).

A Geografia universitária nas Faculdades de Letras era escassa e, em alguns casos, de pouca qualidade. Durante o período analisado existiam quatro

catedráticos: Emilio Bullón (Madrid), Amando Melón (Valladolid), Angel Bozal (Sevilha) e Eduardo Pérez Agudo (Barcelona). Este último é o exemplo do geógrafo que leciona uma Geografia enciclopédica e de memorização, e que durante o seu tempo de catedrático (1919-1950) não teve nenhum discípulo, divulgando um programa “quase caricatural” da Geografia (Capel, 1976: 9).

Na Catalunha onde Gonzalo de Reparaz se instalou, existia um importante grupo de geógrafos que eram pedagogos e/ou docentes de escolas superiores à margem da Universidade. Para além de Pere Blasi, deve ser recordado Miquel Santalò (1923) e, especialmente, Pau Vila, com quem Reparaz contactou à sua chegada a Barcelona, no início dos anos 20.

Gonzalo de Reparaz Ruiz (Sévres, 1901 – Lima, 1984)

Gonzalo de Reparaz Ruiz forma parte de uma dinastia de geógrafos: o seu pai, Gonzalo de Reparaz Rodríguez (Porto, 1860 – México, 1939) foi um publicista, diplomata e geógrafo espanhol interessado em Geografia Política e colonialismo em Marrocos (Soriano, 1999); e o seu filho, Gonzalo André de Reparaz (Barcelona, 1932-) foi professor de Geografia, atualmente jubilado, do Institut de Géographie de Aix-en-Provence².

Até se fixar com a família em Barcelona, em 1921, Gonzalo de Reparaz não viveu demoradamente em nenhum lugar, em consequência da vida intensa e complexa de seu pai: entre 1901 e 1908 repartiram-se entre Paris e San Sebastián; entre 1908 e 1911, residiram em Tanger; de 1911 a 1913, novamente em Paris, com estadas em Portugal; entre 1913 e 1919 estiveram na América do Sul (Rio de Janeiro, São Paulo, Buenos Aires...); e entre 1919 e 1921 na Suíça (Berna, Friburgo) e na Alemanha (Berlim). Toda esta vida errante fez com que Reparaz

² Este ponto tem por base os seguintes textos: Soriano (1999) que descreve o espólio de Gonzalo de Reparaz Rodríguez, incluindo informação sobre a sua vida pessoal e científica, assim como de seu filho Gonzalo de Reparaz Ruiz; Nel-lo (1994) que entrevistou Gonzalo André de Reparaz para falar de seu pai, Gonzalo de Reparaz Ruiz e Pau Alegre Nadal (2008).

(filho), soubesse corretamente o português, o catalão, o castelhano, o francês, o alemão, o italiano, o inglês e um pouco de checo.

Em Barcelona fez-se membro do Centre Excursionista de Catalunya (CEC) onde contactou com Pau Vila, autor de numerosas obras de Geografia da Catalunha, um dos sócios fundadores da Societat Catalana de Geografia, em 1935, e introdutor da Geografia vidaliana em Espanha, graças às suas relações com Raoul Blanchard, discípulo de Vidal de la Blache e professor na Universidade de Grenoble. Blanchard deu conferências e cursos no CEC sobre Geografia Humana, Urbana e da Montanha, entre 1922 e 1931. Nesse período que permaneceu em Barcelona, de onde escreve a Girão, entre 1928 e 1932, como referimos, Gonzalo de Reparaz investigou sobre a História da Geografia, História da Cartografia, Geografia Humana, Geografia Política e Geografia da Catalunha. Escreveu textos de divulgação e fez também traduções científicas³.

Duas cartas de geógrafos

Gonzalo de Reparaz era um jovem professor de Geografia, na Escola de Ciències Socials de Barcelona, quando escreveu (em fluente português) a Amorim Girão, com um pedido particular: um breve panorama do “estado atual dos estudos geográficos em Portugal e da sua situação nas Universidades”. A correspondência ter-se-ia iniciado uns meses antes, quando Reparaz enviara a Girão dois dos seus trabalhos: a *Història dels Descobriments Geogràfics* (1927), em dois volumes, e um estudo sobre o rio Ter, *El Ter i el seu règim* (1928a).

Reparaz escreve um mês antes da abertura da grande Exposição Internacional de Barcelona, em Montjuïc. O ambiente não é exclusivamente de festa para receber Alfonso XIII e o ditador Primo de Rivera. Os estudantes manifestam-se nas ruas e a atuação da polícia não é pacífica. A Universidade, para a qual

³ As traduções realizadas por Gonzalo de Reparaz foram as seguintes: Albert Demangeon (1928). *Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo*. Barcelona: Montaner y Simón (volume da *Geografia Universal* dirigida por Paul Vidal de la Blache) e Norbert Krebs (1931). *Geografia humana*. Barcelona: Labor.

há muito se pedem reformas, é temporariamente encerrada. Será também por este contexto que Reparaz pede informações sobre a Geografia portuguesa? Ou pensava num possível lugar de professor universitário em Portugal? O geógrafo de Coimbra tinha agora um desafio para responder.

“Barcelona, 12 Abril 1929

Exmo Amigo:

Meu obrigado pela sua carta de 3 do corrente e pelas amáveis phrases que contam a respeito da minha “Plana de Vich”⁴.

Recebi, com efeito, a sua interessantíssima monographia sobre “Viseu” que li com a maior attenção⁵. É de grande interesse e esgota o assumpto. [?], especialmente, as investigações que fez sobre a Viseu romana, e que, aproveitarei para a Encyclopedia Espasa, que justamente me encarregou de escrever esta parte do artigo “Viseu”⁶. Nem precisa accrescentar que terei o maior prazer em me occupar da sua bellissima monographia, bem assim como das outras publicações enviadas, na *Bibliographie Géographique*.⁷ – Seria bem preciso que os géographos portuguezes tivessem para os seus trabalhos uma publicação mais frequente e abundante que as “Memorias”, ou, se quizer, umas “Memorias” mais frequentes e abundantes. Talvez, no futuro, se possa chegar a este desideratum?⁸

A observação que o meu Exmo. Amigo me faz não é para para [sic] ser facilmente discutida n’uma carta. É antes assumpto para algum longo cavaco

⁴ G. de Reparaz, 1928b. Ver nota 10.

⁵ A. Girão, 1925. Trata-se da dissertação de concurso para Assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, V Grupo – Geografia.

⁶ Foi publicado na *Enciclopedia Universal...*, vol. 69, 1930, p. 404-405.

⁷ *Bibliographie Géographique Internationale* (BGI). Desde 1895, separata de *Annales de Géographie*. Desde 1921, publicação autónoma – *Bibliographie Géographique* -, sob coordenação da Association de Géographes Français. Desde 1932 tem o título de BGI. Só desde 1949 a Union Géographique Internationale passa a controlar a publicação. Reparaz seria então um dos correspondentes espanhóis do periódico.

⁸ Só em 1950 será criada uma revista universitária de âmbito geográfico, o *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, coordenado por Amorim Girão, na Universidade de Coimbra, que se publicará até 1966/67. As *Memórias e Notícias. Publicações do Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra*, existentes desde 1921, só a partir de 1932 passarão a ser uma publicação periódica.

entre ambos, que espero ainda se apresentará, um dia ou outro, a ocasião de ter-mos. A observação que V.^a Ex.^a me faz – digamos – por excesso (estar demais a geographia social e a evolução demographica), fil-a eu, por falta, na “Bacia do Vouga”, como sem dúvida o meu Exmo. Amigo viu na critica que fiz na “Bibliographie Géographique”⁹. É ahi que está a differença maior entre ambas as nossas tendências geográficas, talvez. Mas afinal de contas é apenas um detalhe, talvez secundário. – Ainda assim quero fazer notar ao meu amigo que eu fizera preceder o capitulo da geographia social de três ou quatro paginas explicativas, que supprimi a pedido do editor, quem me pedia para não fazer theoria n’uma obra que correspondia a uma serie como a “Enciclopedia Catalunya”¹⁰. Eis uma das razões que n’este caso me impediram de dar a conhecer a minha opinião ao respeito. Aliás creio do maior interesse conhecer com exactidão a distribuição da população humana – deixando-a fixada n’um momento dado – e a sua evolução, visto que esta e as suas modalidades diversas pode obrigar-nos a buscar as causas das anomalias na evolução da distribuição geographica e suas causas... Poder-lhe-ia fazer outras muitas observações que se me occorrem... Mas iria muito longe e prefiro deixa-lo para quando possamos falar largamente e com toda a calma.

Com effeito, creio que um alphabeto a escrever sobre coisas que não entende nem se tomou o incomodo de estudar, como foi o caso do Fidelino de

⁹ Sobre *A Bacia do Vouga* (1922), dissertação de Doutoramento em Geografia, de Amorim Girão, a primeira em Portugal, comentara Reparaz na *Bibliographie Géographique*: “La thèse de Mr. Amorim Girão est un étude approfondie et détaillé d’une région du Portugal fort interessante: le bassin du Vouga. L’auteur l’a étudié soigneusement et en détail, sauf l’évolution de la population, qu’il aurait peut-être pu examiner un peu plus à fond, en y ajoutant quelques donnés statistiques, qui manquent. La partie physique et climatique est très complete, ainsi que l’étude économique de la région.” (vol. XXXVII, 1927, p. 351). Na biblioteca de Reparaz depositada no ICGC existe o exemplar da obra enviado por Girão a Reparaz, com a seguinte dedicatória: “Ao Exmo Senhor D. Gonçalo de Reparaz (filho) homenagem e agradecimento de A. de Amorim Girão. Coimbra, 12.10.1928”.

¹⁰ A “Col.lecció Popular Barcino” e a “Enciclopedia Catalunya” foram duas coleções de obras publicadas pela editora Barcino, fundada em 1924. Na primeira, entre outros títulos, foi difundido o *Resum de Geografia de Catalunya* (9 vols.), de Pau Vila, entre 1929 e 1936; na segunda, publicaram-se manuais e estudos de Ciências Sociais sobre a Catalunha. A secção de Geografia da coleção, foi dirigida por Pau Vila, que solicitou a Reparaz uma monografia sobre a Plana de Vic (1928b). Sobre a história da editora ver Manent, 1980.

Figueiredo, merecia a sova que lhe dei. Estimei bem que V.^a Ex.^a gostasse do meu artigo e que o achasse oportuno¹¹. Só pretendi fazer justiça...

E a propósito: teria o meu prezado amigo a bondade de me dar alguns detalhes sobre o estado actual dos estudos geographicos em Portugal e da sua situação nas Universidades? Isto completaria muito útilmente o que eu já sei a respeito.

Tornei domingo da excursão da U.G.F.L. (Union Géographique de la Faculté de Lettres), que fez um grupo de 36 estudantes da Sorbonne pelo Rosselhão¹². Entre elles havia 22 *geographas*! É o meu amigo ver as sympathias que em França sente o elemento feminino pela geographia! Penso occupar-me d'isto na "Seara"¹³. No entanto tomo a licença de enviar a V.^a Ex.^a um artigo que publiquei ontem sobre esta pittoresca e útil excursão¹⁴. Talvez lhe interesse.

Tive um verdadeiro prazer sabendo que, já está muito melhor. Espero que prestes estará totalmente restabelecido para bem da geographia portugueza.

Repetindo-lhe os meus sinceros agradecimentos pelas suas amáveis phrases, repito-me, como sempre, de V.^a Ex.^a muito dedicado amigo e admirador".

Amorim Girão responde duas semanas depois. A crítica à "Geografia Social" de Reparaz com base na *Plana de Vic* já a tinha feito, a contra-resposta vai agora

¹¹ Reparaz refere-se a uma polémica que travara recentemente com Fidelino de Figueiredo (1888-1967), historiador, crítico literário e político, que se encontrava então exilado em Madrid. Em Agosto de 1928, Figueiredo publicara na *Revista de las Españas*, de Madrid, um texto intitulado "Parenthesis Anti-Geographico", sobre a Geografia da Península Ibérica e a sua relação com a História. Reparaz fará uma crítica demolidora ao ensaio e ao seu autor, "O Sr. Fidelino Geógrafo", na revista Seara Nova (1929a), citando Girão como "o único professor de Geografia Humana que ensina numa universidade peninsular" e a sua "excelente monografia geográfica sobre a *Bacia do Vouga*" (1929a, p. 72). De qualquer modo, Figueiredo republicará o texto na coletânea *Crítica do Exílio* (Lisboa, 1930, pp. 39-74).

¹² A U.G.F.L. enquadrava-se na Union Nationale des Étudiants de France (U.N.E.F.), fundada em 1909.

¹³ Uns meses mais tarde cumprirá a promessa: a Seara Nova publica "Por terras dos Pyrenéus. Uma excursão geográfica" (Reparaz, 1929b), onde além da descrição e enquadramento do evento, o autor relaciona este tipo de atividades com os métodos defendidos por Amorim Girão, recomendando mesmo a leitura da obra *Geografia Moderna* (Girão, 1917).

¹⁴ Procurámos o artigo no espólio de Gonzalo de Reparaz (ICGC) mas, lamentavelmente, sem resultado.

dentro da publicação sobre o ensino da Geografia, que lhe envia de presente. Aí diz sobre quem defende essa nova visão da Geografia: “[...] confundem, afinal, *geografia* com *antropogeografia*, ou, para melhor dizermos, *geografia humana*, que constitui apenas um ramo dos conhecimentos geográficos, aquele por ventura que tem um cunho menos acentuadamente científico. Porque é incontestável que a geografia como ciência, conforme a própria etimologia do nome indica, tem forçosamente de constituir-se como *sciencia da Natureza*, ao lado da geologia, por forma que as duas se aliem de maneira a dar-nos a ideia completa e harmónica do organismo cujo estudo tem por objecto – a Terra.” (Girão, 1928: 384)¹⁵. Reparaz não terá gostado mas, mais do que debater os temas polémicos, Girão escreve para o convidar a dar umas aulas na Universidade de Coimbra, sobre História da Geografia. Essa visita acontecerá no ano seguinte, durante os Cursos de Verão, e mudará o percurso de vida de Reparaz.

“Coimbra, 29-IV-929

Meu Exmo Amigo:

Só hoje respondo à sua carta de 12 dêste mês, para poder enviar-lhe juntamente a separata de um artigo que publiquei sôbre o ensino da geografia em Portugal¹⁶.

Concordo absolutamente com a explicação que dá ao diferente modo de ver que temos àcêrca da discutida *geografia social*: a diversidade das nossas tendências geográficas! Deve ser isso, com efeito; eu tive por mestre um geólogo¹⁷, e assim não admira que, através de tudo, procure sempre encarar a geografia como a ciência dos “factos que se inscrevem sobre o solo.”

¹⁵ Girão continua fiel ao organicismo oitocentista e esta posição contribuirá também para a futura polémica com Orlando Ribeiro, cujas primeiras publicações, em 1934, defendem a importância determinante da Geografia Humana (ver Gama, 1984).

¹⁶ Trata-se de “O Ensino da Geografia nos Liceus e nas Universidades” (Girão, 1928).

¹⁷ Anselmo Ferraz de Carvalho (1878-1955). Foi Professor Catedrático de Geologia, Paleontologia e Geografia Física da Universidade de Coimbra e Diretor de várias instituições na mesma Universidade: Instituto Geofísico, Observatório Meteorológico, Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico e da Faculdade de Ciências.

Muito agradeço o artigo sobre a notável excursão geográfica da U.G.F.L.¹⁸ A simpatia, a que alude, do elemento feminino pelos estudos geográficos, também aqui a poderíamos verificar: eu tenho tido cursos por vezes constituídos na sua maior parte por senhoras!¹⁹

Além das informações contidas no artigo que envio, vou procurar dizer-lhe mais alguma coisa, com a possível imparcialidade.

O ensino superior da geografia em Portugal data, pode dizer-se, da criação das Faculdades de Letras, ou seja, do advento da República²⁰. Para a Fac. de Letras de Lisboa, transitaram os profs. do antigo Curso Superior de Letras, e entre eles o Dr. Silva Teles, prof. de Geografia²¹. Para a Fac. de *Coimbra* transitaram alguns profs. da extinta Fac. de Teologia. O primeiro prof. de Geografia da Fac. de Letras coimbrã foi o Dr. Ferraz de Carvalho, catedrático de Geologia da Fac. de Ciências e meu Mestre²². Já não rege todavia cadeira em Letras. A Fac. de Letras do *Porto*, de criação posterior (1919), e onde ensina Geografia o Dr. Mendes Correia, prof. da Fac. de Ciências, está ameaçada de desaparecer, condenada sobretudo pela falta de critério que presidiu ao recrutamento do seu corpo docente²³.

¹⁸ Union Géographique de la Faculté des Lettres. Ver nota 12.

¹⁹ A presença feminina no âmbito das licenciaturas em Geografia terá ocorrido relativamente cedo, se comparada com a realidade de outros países europeus. Em Portugal, a primeira Doutora em Geografia foi Raquel Soeiro de Brito (1925-), que defendeu a sua dissertação sobre a ilha de São Miguel (Açores), na Universidade de Lisboa, em 1955. Na Universidade de Coimbra, a primeira Doutora em Geografia foi Lucília de Jesus Caetano, em 1986.

²⁰ As Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa e Coimbra foram criadas em 1911 e a da Universidade do Porto, em 1919. Amorim Girão contava-se entre os primeiros bacharéis em Ciências Históricas e Geográficas formados pela Universidade de Coimbra, em 1916 (Rebello, 2008, p. 16). A sua tese de licenciatura versará sobre o conceito e a evolução de “Geografia Moderna” (Girão, 1917).

²¹ Silva Telles detinha desde 1904, a cátedra de Geografia no Curso Superior de Letras, fundado por D. Pedro V, em Lisboa, em 1861 (ver Ribeiro, 1976 e Pimenta, 2004).

²² Ver nota 17.

²³ A Faculdade de Letras do Porto fora provisoriamente encerrada por motivos políticos em 1928, na sequência da revolução do ano anterior, no Porto, contra o novo regime de ditadura militar. Em 1931, no contexto de novos tumultos políticos, a Faculdade será definitivamente encerrada por três décadas (Garcia & Pimenta, p. 548-549). As matérias geográficas nunca foram aí lecionadas por geógrafos: ao médico, antropólogo e professor da Faculdade de Ciências, A. Mendes Corrêa, nomeado Doutor em Ciências Geográficas pelo Conselho Científico da instituição, em 1925, reuniram-se os historiadores A. Magalhães Basto e Torquato de Sousa Soares, como assistentes.

Tenho notado que os alunos saídos da Fac. de Lisboa se preocupam mais com questões de método, denotando uma grande simpatia por Davis²⁴; os de Coimbra dão, pelo contrário, mais atenção a estudos de investigação pessoal, sem preocupação de escolas geográficas²⁵.

Pensa-se numa nova reorganização do ensino da geografia nas nossas Universidades, motivada ao que parece pelo meu artigo. Pelo menos, estou colaborando num projecto sôbre o assunto, por incumbência do Ministério da Instrução²⁶.

E, a propósito: Como por esta reorganização teremos talvez a criação de cadeiras novas, como História da Geografia, em que se tem especializado, ser-lhe-ia agradável vir aqui um dia fazer algumas lições sôbre o assunto? Pensei nisto porque, tendo-me mostrado desejo de vir a Portugal, poderíamos talvez combinar as coisas por forma a juntar o útil ao agradável...²⁷

Ano passado, tivemos em Coimbra a reger cadeira, durante todo o ano em que estive doente, o Prof. Bourdón, director do Instituto Francês em Portugal²⁸. Porque não havia de vir também o meu Exmo Amigo? Eu sou daqueles que muito gostam de ver arejar os cursos, e teríamos assim realizada a melhor forma de intercâmbio intelectual.

²⁴ Girão refere-se certamente ao geógrafo físico norte-americano William Morris Davis (1850-1934), famoso pela sua teoria do ciclo de erosão. Silva Telles conhecia Davis das reuniões científicas internacionais e com ele mantinha correspondência (cf. Garcia & Aurindo, 2004, p. 20).

²⁵ Sobre as correntes teóricas na evolução da Escola de Geografia de Coimbra, ver Almeida et al. (2003) e, particularmente, o estudo de António Gama, 2011.

²⁶ Provavelmente por indicação do Ministro G. Cordeiro Ramos, a quem sucede na pasta, o geógrafo Silva Telles, entre Julho e Setembro de 1929. A reforma foi promulgada em Fevereiro de 1930, individualizando finalmente a licenciatura em Ciências Geográficas. O ensino ficou repartido entre as Faculdades de Letras e de Ciências e a defesa de uma dissertação escrita final tornou-se obrigatória (Medeiros, 2013, p. 958-959).

²⁷ Por indicação de Amorim Girão, Gonzalo de Reparaz participará como professor, no Curso de Verão da Universidade de Coimbra, em 1930. As críticas não foram as melhores já que tinha sido convidado “um estrangeiro” para reger aulas de Geografia de Portugal. Reparaz, que não visitava Portugal desde 1913, conheceu em Coimbra a sua futura esposa, Jeanne Chambord, também geógrafa e discípula de Pierre Camena d’Almeida e de Louis Papy.

²⁸ León Bourdon (1900-1994), especialista de temas da História e da Cultura portuguesas do século XVI, foi Director do Institut Français au Portugal (1928-1935) e, posteriormente, professor nas Universidades de Toulouse e Paris (Sorbonne).

Da minha saúde, posso dizer-lhe que isto continua a progredir, embora muito lentamente²⁹. Lá vou dando umas pequenas aulas, mas ainda não tenho autorização do médico para fazer qualquer esforço de maior. Continuo, portanto, sem nada fazer. E logo que o tempo definitivamente se firme, voltarei para a serra, onde me fecharei todo o verão, a 900 m. de altitude, isolado do mundo. Vamos a ver se, com uma longa estada na altitude, isto entra de novo na normalidade.

Esquecia-me dizer-lhe: Já cá temos a parte publicada da Geografia Universal do Instituto Gallach³⁰. Admirável. O seu fascículo de História da Geografia, que fez o favor de enviar-me, está nas mãos do Dr. Ferraz de Carvalho, que muito o apreciou também. É ele que está escrevendo, para a mesma obra, a parte relativa a Portugal³¹.

4-V-929

Circunstâncias várias, obrigam-me, bem contra minha vontade, a só hoje fechar esta carta. Desculpe a demora.

Envio-lhe os melhores cumprimentos, e peço me creia sempre

De V.^a Ex.^a

Adm.or e m.to at.o e grato am.o

de Amorim Girão”

²⁹ Amorim Girão sofria de graves problemas pulmonares.

³⁰ Amorim Girão refere-se a *Geografia Universal. Descripción moderna del Mundo* publicada pelo Instituto Gallach de Librería y Ediciones, em 5 vols., entre 1929 e 1931. Gonzalo de Reparaz assina no vol. I, o capítulo dedicado à “Historia de la Geografía” (pp. 532-563) e, no volume dedicado à Ásia, África e Oceânia, os textos intitulados “Asia” e “Regiones Polares”. Anselmo Ferraz de Carvalho redigiu o capítulo respeitante a Portugal, no volume dedicado à Península Ibérica (pp. 521-587).

³¹ Ver nota anterior.

Intercâmbio científico

Nesse final dos anos 20, em que os países ibéricos viviam sob regimes políticos de ditadura militar, novas ideias científicas circulavam entre alguns investigadores e universitários. Amorim Girão e Gonzalo de Reparaz trocam informações sobre as novidades do saber geográfico – os princípios da escola de Vidal de la Blache, as teorias de William Morris Davis, os estudos recém editados e referidos na *Bibliographie Géographique Internationale* – e sobre os seus percursos académicos e pessoais. As cartas permitem outra maneira de ver a difusão das ideias, muito mais humana e pessoal, complementando a obtida através das publicações científicas. Na correspondência passa a notícia das importantes relações intelectuais entre Portugal e Espanha e o conhecimento e reconhecimento dos respetivos trabalhos geográficos, onde cabem os pontos de coincidência mas também os desacordos e diferenças de escolas, correntes e metodologias.

Nesse final dos anos 20, os dois geógrafos ibéricos, um mais ligado às ciências naturais e outro às ciências sociais, com formações académicas e opções políticas distintas, discutem a ascensão da Geografia Humana no conjunto do saber geográfico e, particularmente, na Geografia Regional. *A Bacia do Vouga* e *La Plana de Vic* servem de palco e de laboratório para testar teorias e práticas e, sobretudo, para os autores discutirem a construção do discurso científico. Como faremos a História da Ciência no futuro, sem o acesso aos e-mails do passado e sem o maço das velhas cartas dos geógrafos?

Bibliografia

- AAVV (1908-1930). *Enciclopedia Universal Ilustrada europeo-americana*. 72 vols., Barcelona: J. Espasa y Hijos / Madrid: Espasa-Calpe.
- Alegre Nadal, Pau (2008). La mirada d'un geògraf, la de Gonçal de Reparaz. *Obrador Obert. El Bullerí digital de la SCG*, <http://scg.iec.cat/Scg9/Scg90/S96241.htm> (ultima consulta 27/02/2016).

- Almeida, A. Campar de; Gama, A.; Cravidão, F. D.; Cunha, L. & Jacinto, R. (2003). *Fragmentos de um retrato inacabado. A Geografia de Coimbra e as metamorfoses de um País*. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos / Centro de Estudos Geográficos.
- Buen, Odón de (1914). *Nociones de Geografía Física*. Barcelona: La Escuela Moderna.
- Capel, H. (1976). La Geografía Española tras la Guerra Civil. *GeoCrítica. Cuadernos críticos de Geografía Humana*, N.º 1.
- Capel, H. *et al.* (1985). *Geografía para todos. La Geografía en la enseñanza española durante la segunda mitad del siglo XIX*. Barcelona: Los Libros de la Frontera.
- Dantín Cereceda, Juan (1929). *Geografía*. Madrid: Publicaciones de la Revista de Pedagogía.
- Gama, António (1984). Geografia e Civilização: a propósito da teoria geográfica na obra de Orlando Ribeiro. In *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, vol. I, pp. 77-88.
- Gama, António (2011). Geografia e Geógrafos: institucionalização e consolidação da Geografia na Universidade de Coimbra. *Biblos*, vol. IX, pp. 217-246.
- Garcia, João Carlos & Aurindo, Maria José (2004). *Francisco Xavier da Silva Telles. Catálogo da Exposição Bio-Bibliográfica na Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos.
- Garcia, João Carlos & Pimenta, José Ramiro (2004). Os Livros de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1919-1931): Ciência, Ensino e Divulgação. In *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. II, pp. 545-559.
- Girão, A. de Amorim (1917). Geografia Moderna. Evolução. Conceito. Relação com outras Ciências. Ensaio de Síntese. *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. VI, pp. 316-340.
- Girão, A. de Amorim (1922). *A Bacia do Vouga. Estudo Geográfico*. Coimbra: Imprensa da Universidade (Dissertação de Doutoramento em Ciências Geográficas).
- Girão, A. de Amorim (1925). *Viseu. Estudo de uma aglomeração urbana*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Girão, A. de Amorim (1928). O Ensino da Geografia nos Liceus e nas Universidades. *Arquivo Pedagógico. Boletim da Escola Normal Superior de Coimbra*, vol. 2, n.º 4, pp. 373-386.
- Gómez Medoza, Josefina & Ortega Cantero, Nicolás [dirs.] (1992). *Naturalismo y Geografía en España (desde mediados del siglo XIX hasta la guerra civil)*. Madrid: Fundación Banco Exterior.
- Hernández Pacheco, Eduardo (1934). *Síntesis fisiográfica y geológica de España*. Madrid: Trabajos del Museo Nacional de Ciencias Naturales, serie geológica, n.º 38.
- Huguet del Villar, Emilio (1921). *El valor geográfico de España. Ensayo de ecética*. Madrid: Rivadeneyra (2.ª ed., Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona, 2010).
- Luis Gómez, Alberto (1985). *La Geografía en el bachillerato español (1836-1970)*. Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona.
- Manent, Albert (1980). *Josep Maria Casacuberta i l'Editorial Barcino*. Barcelona: Associació d'Editors en Llengua Catalana.
- Medeiros, Carlos Alberto (2013). Geografia. In Sérgio Campos Matos & Jorge Ramos do Ó (coord.). *A Universidade de Lisboa nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta da China, vol. II, p. 956-981.

- Nel-lo, Oriol (1984). Apunts sobre la vida i l'obra de Gonçal de Reparaz i Ruiz (1901-1984) Una entrevista amb el professor G. André de Reparaz. *Treballs de la Societat Catalana de Geografia*, n.º 38, pp. 137-146.
- Pimenta, José Ramiro (2004). Traços de uma biografia científica. In *Obras de Silva Telles. A Ciência Geográfica*. Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos, pp. 1-xxix.
- Rebello, Fernando (2008). *A Geografia Física de Portugal na vida e obra de quatro professores universitários. Amorim Girão, Orlando Ribeiro, Fernandes Martins, Pereira de Oliveira*. Coimbra: Edições Minerva.
- Reparaz Ruiz, Gonzalo (1927). *Història dels descobriments geogràfics*. Barcelona: Barcino (Col.lecció Popular Barcino).
- Reparaz Ruiz, Gonzalo (1928a). El Ter i el seu règim: qüestions geogràfiques. *Bulletí del Centre Excursionista de Catalunya*, n.º 398, pp. 269-272.
- Reparaz Ruiz, Gonzalo (1928b). *La Plana de Vic*. Barcelona: Barcino (Col.lecció Enciclopèdia Catalana). 2.ª ed., Vic: Eumo, 1982.
- Reparaz Ruiz, Gonzalo (1929a). Geografia hilariente. *Seara Nova*, Ano VII, n.º 149, pp. 69-73.
- Reparaz Ruiz, Gonzalo (1929b). Por Terras dos Pyrenéus. Uma excursão geográfica. *Seara Nova*, Ano VIII, n.º 184, pp. 250-253.
- Ribeiro, Orlando (1976). Silva Telles, introdutor do ensino da Geografia em Portugal. *Finisterra*, XI, 21, pp. 12-36.
- Santaló, Miquel (1923). *Per l'estudi de Catalunya: concepte de la comarca geogràfica i dels seus factors. Assaig monogràfic: El Gironès*. Girona: Talleres gràfics "El Autonomista".
- Soriano, Ignacio C. (1999). El archivo de Gonzalo de Reparaz. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, n.º 34, pp. 211-227.
- Vicente Mosquete, María Teresa (1983). *Eliseo Reclus, la Geografía de un anarquista*. Barcelona: Los Libros de la Frontera.
- Vilá Valentí, Juan (1989). *El conocimiento geográfico de España. Geógrafos y obras geográficas*. Madrid: Síntesis.

(Página deixada propositadamente em branco)

**A GEOGRAFIA EM ALBERTO SAMPAIO – DESDE AS
EXPLORAÇÕES GEOGRÁFICAS PELA BIBLIOTECA
DO HISTORIADOR VIMARANENSE**

Miguel Sopas de Melo Bandeira¹/sopasbandeira@gmail.com

Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho
e Vereador do Urbanismo e do Património Cultural
da Câmara Municipal de Braga

Ao [António] Gama que está sempre presente, nosso bibliotecário de afetos e hermeneuta da imensa livraria que generosamente nos legou. Escutamo-lo ainda, à volta da fogueira nos acampamentos de geografia, convictos de que a sua voz se projecta nas esferas... se propaga na eternidade...

A biblioteca para mim, imagino que ao invés de uma grande maioria, nunca teve nada de sereno ou de acolhedor, pelo contrário, foi sempre um lugar de vertigem, angustiante até, pela impossibilidade do que promete, uma floresta luxuriante de variedade, de lugares recônditos, uma infinitude de novidades, de ideias, das histórias que os livros contêm e que uma vida inteira jamais pode abarcar. Enfrentar uma biblioteca tem, pois, sempre algo de venturoso, como

¹ Geógrafo do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e vereador do Urbanismo e do Património Cultural da Câmara Municipal de Braga.

o explorador que se embrenha na floresta em busca de um espécime e que, julgando que o vai encontrar, glosando H. Eco (1983), como quem procura um livro, depara-se com outras inesperadas variedades, isto é, com outros livros que nem suspeitava lá existissem...

Os livros, ainda que possam ser comparados às árvores de uma floresta, quando reunidos fazem uma biblioteca, estabelecem uma miríade de enraizamentos e ramificações, interligados na cosmologia do tempo. Como dizia J. J. Borges (1941-44), ‘a biblioteca é um modelo de universo’.

A biblioteca de Alberto Sampaio (1841-1908) configura um desses mundos que nos atrai para além do valor do documento em si e da perscrutação de supostos índices. Pelo dedilhar das lombadas; o abrir dos volumes em páginas que devolvem luz às letras adormecidas, depois de muitos e muitos dias passados na obscuridade do esquecimento; nos sobressaltam até, pelo desdobrar dos mapas e velhas cartografias, que exibem a delicadeza frágil de uma filigrana, cerzida pelo passar dos anos; de facto, é também a emoção que nos interpela, que nos dá a palpitante ilusão de proximidade ao nosso longínquo protagonista, dir-se-ia, que inspira algo devotamente afetivo. Essa será igualmente uma das magias da biblioteca, mais a mais quando se quer admitir que dela terão sussurrado muitas das “vozes” inspiradoras que hoje nos permitem desfrutar da leitura de Alberto Sampaio.

E no entanto uma biblioteca privada não sendo propriamente a pegada do seu proprietário, não é, também, sequer o único filão que explica ou justifica uma obra, mesmo quando o seu edificador se trate do próprio autor.

Percursos, bibliotecas e leituras

Cabendo-nos em sorte abordar a *Geografia em Alberto Sampaio* desde a sua biblioteca, porque toda a obra conhecida é, também, ela mesmo, a expressão da própria geografia no alcance seminal do termo, temos na *livraria* do ilustre historiador alguns dos indícios mais sintomáticos e evidentes de filiação ao contexto do pensamento científico que marcou a época em que viveu e parte

da expressão de conhecimento geográfico que desbravou. Naturalmente que, para além das congeminações concetuais que a epistemologia da geografia hoje pode convocar, mesmo admitindo a assunção disciplinar explícita do que esta matéria e os seus officiantes, incluindo o próprio Alberto Sampaio, poderiam então reclamar, é pacífico que toda a sua obra está humanamente prenhe de paisagem, de territorialidade sistemática, dos denominadores comuns que unificam a evolução do pensamento e da práxis geográfica. Desde logo, e sem mais, porque a denominação titular do fundamental dos seus trabalhos, tendo inequivocamente um tempo e um lugar, recria atmosferas e pinta paisagens, articula escalas, circunscreve territórios, precisa toponímias e marca símbolos, explora e localiza a relação entre os homens, os seus ambientes e o quadro físico-natural em que viveram. Mas, também, porque a sua obra se inscreve claramente numa admissível *geo-história*, que nós preferiríamos designar de *geografia histórica*, por ter a perenidade e o alcance de manter uma validade atual nos desígnios prospetivos do País, da nossa região, do compreender e do sentir telúrico das terras em que nascemos e vivemos... Sobretudo, num tempo em que buscamos desesperadamente resgatar a nossa identidade coletiva, em defrontar a autenticidade daquilo que nos constitui como nação.

É de todo insuspeito que a relação de Alberto Sampaio com os livros e os documentos foi uma constante ao longo da sua vida, por isso a sua biblioteca é tão-só a parte de um caminho percorrido. De facto, este conheceu e escrutinou as demais bibliotecas e acervos documentais que se abriram ao seu dispor.

Como o próprio nos confessa, no texto evocativo a seu amigo F. Martins Sarmiento (1833-1899), a propósito da “preciosa biblioteca” que este legou à Sociedade que lhe foi dedicada, fora ele, Alberto Sampaio, quem *catalogou esses livros*, [e que verificou explicitamente terem sido] *lidos meditadamente como mostram as marcas marginais*, acrescentando em abono do seu alcance que, com *franca generosidade (...) estava(m) à disposição de quem o desejava* (SAMPAIO: 2008, 482/3). Na composição da biblioteca de Martins Sarmiento, afirma Pimenta, existe *um impressionante número e extensão de referências ‘clássicas’, comparável ao [mesmo referente] da literatura crítica correspondente (...), muitas obras que a Europa do momento produzia sobre os temas em que pretendia investigar*

(2007, 510). Aí encontramos alguns dos mais afamados historiadores latinos, como Heródoto, Políbio, Tito Lívio e outros, entre os quais, neste propósito, se destaca o inevitável Estrabão, de quem, todavia, o nosso *ego* preteria comparativamente a Plínio (Trindade, 1979: XIII).

As suas relações de amizade proporcionaram, além da troca de ideias, incontornavelmente, também, a permuta de livros e textos, de que nos testemunha a sua abundante correspondência², sobretudo, trocada com o amigo Luís de Magalhães (1859-1935).

Do mesmo modo foi frequentador assíduo da Biblioteca Pública Municipal do Porto, de que nos dá conta a sua epistolografia³, designadamente através da profusa expedição de correspondência emanada da Rua Formosa, n.º 335, e, depois, da rua da Alegria, n.º 200; locais onde costumava hospedar-se nas suas frequentes estadias no Porto, por sinal bem cercanas da dita instituição⁴. Acrescente-se ainda o seu percurso académico, desde o Colégio de Landim (1852-56), passando episodicamente pelo Liceu de Braga (1856/57), até à Universidade de Coimbra (1858-63), que o pôs, certamente, em contacto com um filão indeterminável de obras literárias, muitas delas, seguramente, detentoras de conteúdos geográficos.

² *Ex.* cartas expedidas do Porto a Luís de Magalhães, onde refere: a 31 de maio de 1902, “irei a casa dele [Ric. Severo] pedir-lhe o Haupt” (filólogo alemão); ou, a 27 de agosto de 1908, “Talvez tenha de o incomodar por causa dum livro ou livros, a respeito do comércio inglês”; in *Cartas de Alberto Sampaio...* respetivamente p. 337, e p. 408.

³ De que são exemplo, entre e outras, as cartas enviadas: a João de Oliveira Guimarães (Abade de Tagilde), (Boamense: 2 de Outubro de 1904), onde, a dado passo, A.S. refere, “Não conheço a obra de que me fala. Deve de facto existir na Biblioteca do Porto: e como estou em vésperas de voltar para lá, não deixarei de a procurar, na primeira ocasião”; ou, então, as missivas enviadas a Luís de Magalhães (Porto: 5 de Setembro de 1902), (...) “para deixar em paz os grossos *P.M.H.*, e seguir depois com outros autores, que não tenho, mas, penso, os haverá na Biblioteca de cá”; ou, ainda para o mesmo destinatário, (Boamense: 11 de Maio de 1904), “Por fim já cheguei a uma conclusão, precisando todavia de verificar umas passagens em certos autores, o que farei no meu regresso, na biblioteca do Porto. *vid* “*Cartas de Alberto Sampaio...*”, respetivamente, pp. 27, 348 e 364.

⁴ Deixou definitivamente de frequentar com regularidade a Biblioteca do Porto, conforme afirma em carta dirigida a Jaime de Magalhães Lima, em 30 de Abril de 1907, *Cartas de Alberto Sampaio...* p. 131.

Do mesmo modo que a bibliografia compulsada ao longo da sua vida extravasou a biblioteca que pode edificar, também é sabido que o conhecimento e o interesse geográfico da época ultrapassavam as publicações da temática específica, e até mesmo da própria cartografia, que, julgando-se inalienável à matéria, já então era igualmente a de uma tecnologia indexável a distintas origens disciplinares.

A geografia desde os livros e os mapas da biblioteca

Como ponto de partida do inventário de que podemos dispor da Biblioteca de Alberto Sampaio⁵, doada pelos seus familiares descendentes ao Museu de Alberto Sampaio, em Guimarães, estão reunidos especificamente vinte e duas entradas, num conjunto de 572 *Itens*, que foram catalogadas como sendo de *Geografia*. Dentro desta secção praticamente metade (11) constituem *material cartográfico*, mais ou menos avulso, que, se for adicionado aos *Atlas*, *Diccionarios* e outras obras de carácter genérico ou instrumental (manuais, apêndices e relatórios), sobrarão apenas dois ou três títulos, em edição francesa, que incluem uma referência específica à afirmação disciplinar da geografia da segunda metade de oitocentos. Naturalmente, no âmbito desta pequena *série* sobressai a monumental obra de Élisée Reclus, a *Nouvelle géographie universelle: la terre et les hommes* (1876-1884)⁶, que afirma o contacto direto de Alberto Sampaio com um dos marcos mais expressivos do paradigma dominante coevo das ciências geográficas na Europa. Do seu significado e alcance para a modelação de uma mentalidade geográfica, sobretudo da segunda metade do século XIX, daremos conta detalhada mais adiante.

⁵ Biblioteca de Alberto Sampaio – catálogo – organizado pelo Museu Alberto Sampaio (policopiado) – Guimarães.

⁶ Reclus, Élisée – *Nouvelle géographie universelle: la terre et les hommes* – Paris Hachette, 1876-1884, 9 tomos.

O trabalho de indexação considerou dez classes⁷, de entre as quais podemos encontrar inúmeros títulos, cujo conteúdo, inequivocamente, integra domínios do conhecimento que interessavam aos geógrafos e à geografia instituída da época.

Através do tema da *agronomia*, sobretudo, a área do conhecimento que o autor percorreu profusamente e dedicou muito das suas preocupações ao longo da vida, encontramos o exemplo de B. Barros Gomes (1839-1910), *Notice sur les Arbres Forestiers du Portugal* (1878). Também, no âmbito da antropologia, arqueologia e etnografia, com indiscutíveis relações geográficas, apontamos as *Chronicas Scientíficas*, em a *Terra Portuguesa* (1897), de A. A. Rocha Peixoto (1866-1909), onde se abordam aspetos patrimoniais e referências aos trabalhos de J. Leite de Vasconcelos (1858-1941), vultos da ciência e dos conhecimentos afins, com quem se correspondeu. No capítulo das *ciências exactas e ciências naturais*, notamos a existência de umas quantas obras que nos ajudam a compreender a acentuação do contributo *evolucionista*, com evidentes implicações na formação de um pensamento geográfico sistemático, então dominante. Desde logo, a edição francesa de *Histoire de la création des êtres organisés d'après les lois naturelles : conférences...* (1877) de Ernest Haeckel (1834-1919), obra que convoca A. v. Humboldt, Darwin, Goethe e Lamarck, entre outros percursos da ecologia científica. Mas podemos igualmente avocar A. Brongniart (1838), H. Maré Davy (1876 e 1877), respetivamente, com: *Tableau de terrains qui composent l'écorce du globe, an essai sur la structure de partie connue de la terre...*; e, ainda, mais dois títulos sobre meteorologia, de H. M. Davy (1876 e 1877). No plano do trabalho de campo, tão caro à metodologia empírica, tanto dos naturalistas como dos geógrafos, vale a pena ainda referir o relatório da *secção botânica* da responsabilidade de Júlio A. Henriques (1838-1928), alusivo à expedição científica à Serra da Estrela de 1881, em que participou o seu amigo F. Martins Sarmiento⁸. Da parte da *economia e política*, várias são as presenças

⁷ 1. Agronomia; 2. antropologia, arqueologia e etnografia; 3. ciências exactas e ciências naturais; 4. dicionários e elucidários; 5. economia e política; 6. filosofia; 7. geografia; 8. história; 9. línguas; 10. literatura.

⁸ Na série de *geografia* foram incluídos os *Relatórios das secções auxiliares: topografia, acampamento, de F. Ribeiro e L. F. Ferreiro* (1886).

que nos podem ajudar a compreender a heurística do território, seja ela administrativa, pela referência à *Histoire de L'emphytéose...*, ou demográfica, pela asserção do trabalho de T. Malthus (1820), tão cara aos geógrafos da época.

Contudo, será no capítulo dos títulos atribuídos à disciplina de *História* que podemos encontrar conteúdos explicitamente comuns ao húmus geográfico, que decorrem do interesse direto que certas matérias têm para a formação do conhecimento do espaço geográfico histórico, bem como pelo testemunho renovador da historiografia produzida ao longo de *oitocentos*. Disso é exemplo o *Précis d'Histoire et de la Géographie du Moyen-Âge; depuis la décadence de l'empire romain, jusqu'à la prise de Constantinople par les turc-ottomans*, de C. Michels (1842). Por outro lado podemos ainda confrontar a expressão do conhecimento geográfico veiculado ainda pelo ideário da *ilustração*, como sejam as *Memórias para a História Eclesiástica...* de Jerónimo Contador de Argote (1732-47). Avançando para lá da arregimentação dos restantes títulos, desanexados da catalogação específica, pode-se ainda desfrutar de espécimes de elevada suscetibilidade geográfica, tais como as célebres, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica* (1868/69), de Pe. António Carvalho da Costa (1650-1715); e ainda, o *Portugal Antigo e Moderno* de A. Pinho Leal (1816-1884), subtintulado *Diccionario geográfico, estatístico, chorográfico, heráldico, arqueológico, histórico, biográfico e etymologico de todas as cidades, villas e freguesias e de grande número de aldeias* (1873/1890)⁹.

Em todas as bibliotecas privadas deparamo-nos sempre com outro tipo de publicações, que admitimos serem mais difíceis de avaliar quanto a um eventual impacte no percurso intelectual do autor. Referimo-nos às ofertas bibliográficas que lhe foram dedicadas¹⁰, aos folhetos e publicações avulsas, algumas até, menos eruditas e mais populares, como a *Biblioteca das Maravilhas* (contendo temas como: *Trombas e Cyclones; Vulcões e Terramotos*, etc...); o *Black's Guide*, outros guias de viagem estrangeiros; e até relatórios das instituições com que

⁹ De que Alberto Sampaio faz uso (Tom. 6, p. 300) em carta enviada a Bento Carqueja informando da localização de Oliveira de Azeméis avançada por P. Leal, *Cartas de Alberto Sampaio, opus cit*, p. 20

¹⁰ ex. Meyra, J.M. (1907) – *O Concelho de Guimarães – estudo de Demographya e Nosographya...*

se relacionou, ou fez parte dos órgãos sociais (Termas de Felgueiras, Banhos de Vizela, Companhia de Caminho de Ferro de Guimarães...). Queremos admitir, também, que destas publicações algo de teor analítico terá contribuído para integrar o seu profundo conhecimento da natureza e do território.

Da série de *geografia* propriamente dita vimos já que a catalogação privilegiou o *material cartográfico* e os títulos mais explícitos. No primeiro caso, a maior parte da temática dos mapas versa as representações africanas¹¹, certamente associada ao acompanhamento que votava à política nacional e internacional, muito particularmente aos interesses coloniais portugueses que então convocavam o debate parlamentar e governativo, e que o autor acompanhava pelo jornais e na relação com os seus antigos condiscípulos de Coimbra. Tal interesse pode-se confirmar, por exemplo, nos recortes de jornais nacionais e estrangeiros alusivos, designadamente ao célebre contencioso diplomático entre Portugal e o Reino Unido que ficou conhecido pela questão do *mapa cor-de-rosa* (1886/90). Ou também através da correspondência que manteve com o seu estreito círculo de amigos mais diretamente envolvido na vida política, como Oliveira Martins (1845-1894), Luís de Magalhães, Jaime Magalhães Lima (1859-1936) e outros, da qual sobressaem ainda referências dos contactos havidos com o mais célebre cabo-de-guerra *africanista* da época, Mouzinho de Albuquerque (1855-1902), e o estadista João Franco (1855-1929).

Para além de mais uns quantos espécimes dedicados à ilustração da geografia política de então, surge também alguma cartografia do território nacional muito relacionada com a própria asserção da geografia da época. Isto é, uma temática disciplinar melhor reconhecida na esfera popular da grande divulgação pública do que no círculo fechado da erudição académica. Destacamos neste ponto as profusas e persistentemente disseminadas *Cartas elementares de Portugal para uso das escolas*, de Barros Gomes (1878) e, a *Carta geographica do reino de Portugal* de F. Perry Vidal (1883)¹², de que Alberto Sampaio fará uso

¹¹ *Carta Hydrographica do Golfo da Guiné...* (1845); *Delta do Zambeze...*(18--); *General-Karte von Afrika...*(1890); *Hydrographia da Africa austral...*(187-); *Istmo do Suez...* (1857).

¹² *Cartas de Alberto Sampaio...* p. 20.

instrumental nas suas pesquisas¹³ e em algumas citações especializadas, muito concretamente no mais canónico dos seus textos geográficos, *A propriedade e cultura do Minho* (1885...).

Embora nem todos os *atlas* mereçam uma catalogação uniforme, a atestar essa recorrente interpenetração entre os conhecimentos geográficos, os históricos e os clássico-humanísticos, facto que, todavia ainda hoje subsiste, a presente *série* - que, por exemplo, exclui do frontispício geográfico o *Atlas historique, généalogique, chronologique et géographique*, de E. Las Cases (1829) – por outro lado, integra na disciplina de geografia o *Atlas universel de géographie moderne, ancienne et du Moyen Âge...* (180-), e o *Atlas de géographie physique, politique et historique* (1874), para uso nos liceus nos cursos de geografia e história.

Também, no plano instrumental da consulta, observamos dois exemplares do *Diccionario geográfico abreviado*, dedicados ao território nacional, respetivamente, de F. P. Maranhão (1852) e P. J. Marques (1853)¹⁴.

Por fim, no tocante aos títulos propriamente específicos em geografia, as poucas publicações sobranes do critério adotado, afiguram-se como sendo de natureza e alcance diversos.

Próximo ainda de uma finalidade consultiva de teor descritivo, exhibe-se a *Geographia e estatística geral de Portugal e colónias*, de G. A. Pery (1875). Por outro lado, sobressaem duas obras editadas em 1860 dedicadas à reconstrução da geografia da antiguidade clássica, de que se destacam, a *Géographie ancienne: comparée avec la géographie moderne*, de Meissas e Michelot, e a *Petite géographie ancienne...*, de Blignièrès. Finalmente, mais não fosse pelo seu volume e formato, impõem-se-nos os tomos já referidos da *Terra e os Homens* (1876-1884), de Elisée Reclus (1830-1905), o geógrafo do *determinismo geográfico* e o libertário das causas emancipatórias e da fraternidade universal.

¹³ “Observo ainda que no mapa de Portugal publicado por Frederico Perry Vidal vem indicado um sítio, ou 2, com o nome de ‘Sopellos’ – entre Castelões e Ossela. Não o encontro no P. Leal nem no dic. cor. q. tenho à mão (...)” escreve Alberto Sampaio a Bento Carqueja, de Boamense, em Julho de 1907, *idibid*, p. 25.

¹⁴ Este último especifica os *concelhos, comarcas, districtos, províncias, dioceses, oragos, freguesias, côngruas respectivas, legoas de distancia, correios e feiras...*

Alberto Sampaio, Elisée Reclus, e a afirmação de uma disciplina científica: configurações implícitas e explícitas da geografia do final de oitocentos

L'histoire n'est que la géographie dans le temps, comme la géographie n'est que l'histoire dans l'espace

Elisée Reclus (1905)

Para quem percorra as estantes envidraçadas que acolhem a biblioteca de Alberto Sampaio é inevitável que, das diversas séries de volumes existentes, o olhar do geógrafo privilegie os nove tomos da magna obra de J. J. Elisée Reclus, a *Nouvelle géographie universelle: la terre et les hommes* (1876-1884). De imediato ocorre-nos uma associação que, podendo não ser mais do que isso mesmo, inspira-nos, porém, na busca de articulações e dos nexos causais que fazem o fermento de toda a investigação e ensaio. No caso, releva-se a afinidade ideológica de Reclus, assumido *communard* do anarquismo ideológico, com Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865)¹⁵, precursor e mestre dessa demanda. Sendo este, como é sabido, uma referência intelectual e influência declarada junto de algumas das principais figuras da *geração de setenta*, particularmente, Antero de Quental, Oliveira Martins..., os condiscípulos de Coimbra e amigos mais chegados de Alberto Sampaio. Salvaguardando, contudo, que Sampaio se sentisse um monárquico convicto.

Ainda que o conceito de geografia aí vertido, por si só, não constitua um referente metodológico omnipresente e sistemático da obra de Sampaio, é inegável, porém, no âmbito do pequeno universo bibliográfico que nos convida, que este veicule os rumos do conhecimento do *sábio geógrafo francês*¹⁶, constituindo assim, o principal marcador identitário da geografia disciplinar,

¹⁵ Cuja biblioteca contém o título, *De la création de l'ordre dans l'humanité*, P. J. Proudhon (1868), curiosamente, autografado por Antero de Quental.

¹⁶ Assim o designa Alberto Sampaio, In *Plantas e Animais, III, A Propriedade e Cultura do Minho, I, O Minho Rural e Industrial* (1884); Sampaio, A. – *Estudos Históricos...* II Vol. *opus cit.*, 1979: 192.

senão, e no mínimo, a linha de estilo deliberadamente científico-geográfica da sua obra de historiador. Dir-se-ia, não tanto pelo carácter *kantiano* que então poderia distinguir a natureza das matérias, mas, sobretudo, porque Elisée Reclus «adopte un point de vue quasi hégélien pour proposer une méditation sur le sens de l'histoire universelle envisagée du point de vue de la géographie. On est là dans l'univers des «grands récits» (Besse: 2005 : 5). Nesta perspectiva, a postura de Alberto Sampaio, que, nas suas próprias palavras, se assumirá como cultor de uma *história sem personagens* (Sampaio: '1979': 7), da terra e das suas gentes, reconhecidamente um pioneiro no campo da historiografia, afeiçoa-se igualmente à condição da geografia de E. Reclus, pela sua parte, o geógrafo do globo e da irmandade dos povos. Isto é, de acordo com Besse, «le géographe, au début du xx^e siècle, est un témoin. Montrer le monde tel qu'il est, cela reste pour lui une tâche, à la fois sur le plan de la connaissance et sur celui de la morale» (2005: 11). Saliente-se, os atratores indissociáveis da obra do Mestre de Boamense.

De facto, pese a advertência auto consciente de Alberto Sampaio em reconhecer o seu trabalho despojado *do drama das paixões e dos jogos de interesses*, ainda que com isso, confessa-o, limitando a capacidade de atrair leitores, especifica a dado passo ter por finalidade um alcance mais amplo, o de dar a conhecer as *origens* comuns às “gentes da sua terra, não os cultos íntimos do latim, mas dos outros que apenas podem ler ou ouvir na sua língua os feitos passados daquelas terras que lhes consumiam os trabalhos e os dias” (Trindade, 1979: VII). Num certo sentido, poder-se-á afirmar que Sampaio e Reclus se irmanam humildemente na mesma missão de serviço em prol do desígnio moral da disseminação do saber, adiante do reconhecimento académico, que, ainda assim, sublinhe-se, ambos igualmente desfrutaram ainda em vida.

Poderemos então considerar, para lá de uma geografia implícita, permanente, e decorrente da novidade historiográfica que a sua própria obra aporta, que há em Alberto Sampaio também uma geografia explícita, mais circunscrita aos parques geógrafos que cita, e de que Elisée Reclus é, sem dúvida, um marco incontornável. A este propósito, não deixa de ser notável que a primeira ilustração de uma variedade de imagens selecionadas da geografia do globo, inserta

nos *folios* frontispiciais do primeiro volume da citada obra, Reclus inclua uma cartografia das *colónias de veteranos romanos*¹⁷, representativa do parcelário rural de Faenza, em Itália. Mais precisamente, o tema do cadastro romano, um dos motivos centrais da reconstituição histórica de Alberto Sampaio, sobretudo desenvolvida nos primeiros capítulos de *As Villas do Norte de Portugal*.

De acordo com H. Capel a institucionalização da geografia em França ocorreu a partir dos anos de 1870, sendo o *positivismo* e o *evolucionismo* o principal atractor “inspir[ador de] una parte de la obra científica de los primeros maestros de la geografía francesa contemporánea” (Capel, 1988: 293). De entre as principais temáticas, as de maior pendor *naturalista*, daquilo que hoje designaríamos como sendo do âmbito da *geografia física* (a topografia/relevo, o clima, a vegetação e os solos), denotam uma expressão de maior dinamismo e de acentuação do sentido evolutivo da paisagem, por contraponto à visão cénica, romântica, de carácter estático, que até aí vigorou, e de que a *geografia imaginativa* de Martins Sarmiento (Pimenta, 2007: 474), seu amigo intelecto mais imediato, é disso um claro exemplo.

Para o geógrafo e *epistemólogo* espanhol, E. Reclus enquanto discípulo assumido de K. Ritter (1779-1859) – que já utilizava profusamente o *método comparativo* – ele é o primeiro a refletir na sua obra o impacto das teses de C. Darwin (1809-1882) na geografia, desde logo pelo seu carácter marcadamente evolutivo e de permanente mudança do espaço terrestre (Capel, 1988: 302). Reclus posiciona-se ainda como um *determinista ambiental* no método, por afirmar que a geografia de então, como nos refere Besse, citando I. Hacking, deve ser percebida nos campos de uma *racionalidade observável, descritiva, comparativa*, que se pode resumir ao domínio da *história natural* e que desenvolve um estilo próprio (Besse, 2005: 9). Nesta mesma ordem de ideias também Alberto Sampaio, sendo um historiador das raízes profundas e das razões populares, da história das grandes tendências, ele é também um inequívoco cultor da *história comparada* (Trindade: XII), que não a da estrita administração das datas e da

¹⁷ – primeira figura (p.2), in Nouvelle Géographie... vol. I, «Colonies des Vétérans Romains», 1/356 :000, gravé par Erhard, d'après la carte de l'Etat-Major autrichien, Faenza, Itália (c. Imola).

política dos nomes sonantes. Recorrendo frequentemente às referências gerais de outras paragens e à bibliografia estrangeira, sobretudo francesa e alemã, da qual tira partido, pelo seu alargado conhecimento de línguas. Por outro lado, o historiador também privilegia a heurística da localização geográfica (Trindade, 1979: xvi e xiv), que sempre induz considerações de *história comparada*, como são os exemplos que ele nos faculta, sobretudo da antiga Gália e Itália.

De facto, uma das dimensões mais inovadoras da metodologia histórica de Alberto Sampaio decorre precisamente do privilégio que o autor consagra ao *ambiente geográfico, económico e social* (Mendes, 2008: 20). Ou seja, precisamente no modo como convoca a relação estreita entre a história e a geografia nos seus estudos. Veja-se como principal testemunho desse conceito - *A propriedade e cultura do Minho* (1885...) - esse verdadeiro ensaio geográfico, dir-se-ia, de enquadramento num programa mais vasto de estudos regionais, sobretudo pelo conteúdo e organização que imprime à estrutura do texto. Este reparte-se por quatro capítulos (*I - A Terra; II - O clima; III - Plantas e animais; e, IV - Os Homens*), sendo os três primeiros dedicados a temas ambientais enquadradores, de rasto *naturalista* - os dois iniciais, designaríamos hoje, do foro da *geografia física*, e o terceiro da *biogeografia* - a antecederem a inevitável asserção etno-histórica, a mesma que, mais tarde, estabelecida em relação, viria a justificar o ponto de partida para a afirmação da *geografia humana*.

Sem se rever, ou sequer pressentir no dito prefácio, Alberto Sampaio, como oficiante da geografia dos finais de século, começa por nos advertir não ser um *naturalista*, desvinculando-se mesmo da especialidade dos três primeiros capítulos. Para tal, acrescenta no plano metodológico, ter *recorri[do], de entre as poucas publicações actualmente existentes, às mais autorizadas, preferindo documentos oficiais, sempre que os encontrou* (Sampaio, 2008: 31).

Para o capítulo de abertura - *A Terra* - Alberto Sampaio vai basear-se nos trabalhos de B. Barros Gomes, sobretudo, nas famosas *Cartas Elementares de Portugal* (1878) e, com menor incidência, em G. Perry, *Geografia e Estatística de Portugal e Colónias* (1875). Para a *geologia agrícola* (1884/97) citará E. Risler, uma referência precursora desta matéria em Portugal, e ainda no *iluminista* P^e. António Carvalho da Costa, com a *Corographia Portuguesa* (1868/79).

Curiosamente será só em *Plantas e animais*, para além de Barros Gomes e de diversos relatórios e documentos oficiais, que o nosso autor introduzirá a citação de dois geógrafos, diametralmente opostos na cronologia, E. Reclus e Estrabão. Por fim, no capítulo, *Os Homens*, onde avoca contributos dos mais variados, pontuam autores, como F. Martins Sarmiento e outros investigadores ligados ainda ao Célebre Congresso Internacional de *Antropologia e de Archeologia* (1880), que reuniu entre nós, designadamente na excursão ao norte, alguns dos mais reputados investigadores da época; mas também cita, Estrabão; Michelet, com a sua *Histoire de France...* (1833-1867); Idácio; J. Contador de Argote; D. Francisco de S. Luís (*Cardeal Saraiva*); e o inevitável Alexandre Herculano.

Com este posicionamento, Alberto Sampaio, ainda que por demarcação de competências invoque o *naturalista* na abordagem que faz às matérias que daí são herança, e que justificam o escrutínio da crucial *questão das origens* da região e da razão de ser do Estado, podemos afirmar, expressam já uma “preocupação tipicamente positivista pelo rigoroso encadeamento causal dos factos unido á influência do evolucionismo lamarckiano, que valorizava as condições do ambiente ecológico (...) base do chamado determinismo geográfico” (Capel, 1988: 295). Porém, como historiador assumido, reconhece que: “uma sociedade não rebenta espontaneamente do solo, nem se forma de jacto (...) cada invasor traz consigo o seu génio, o seu direito ou a sua civilização, fundindo-se tudo nas gentes e costumes anteriores (...) [Fazendo a comparação com uma árvore que,] antes de crescer, florir e frutificar, tem de se enraizar profundamente para aurir os princípios constitutivos. Como esta é também aquela. No longo decurso da existência social, o homem vai criando e adquirindo as diferentes instituições que fazem a sua glória de ‘ser’ inteligente e consciente” (Sampaio, 1888, [2008]: 32).

Talvez por isso, possamos também de algum modo reconhecer o programa geográfico de Elisée Reclus, de que Sampaio desfruta em sua casa ao alcance da mão e que se organiza na seguinte sequência: “topografia e estrutura geológica; a circulação das águas; as forças subterrâneas; o oceano; a atmosfera e os meteoros; para depois estudar os fenómenos da vida; o homem e as suas adaptações ao meio”.

Com efeito Alberto Sampaio não é de facto um *naturalista*, como o próprio afirma, e até, talvez por isso, conscientemente ou não, recorrerá à geografia disciplinar sobretudo como matéria e um método auxiliar de explicação da história. Contudo, pela sua sensibilidade intrínseca de investigador, pelo enraizamento do saber e a disseminação do conhecimento geográfico patente na sua obra, particularmente o que advém da vivência telúrica do território enquanto agricultor ilustrado, que o era verdadeiramente, tudo junto traduz um claro domínio antecipador, diríamos até, do que virá a ser mais tarde reivindicado como sendo o da *ciência dos lugares*.

O legado geográfico de Alberto Sampaio

Ao ter acrescentado mais de dez séculos à nossa história, como afirmou postumamente o seu amigo L. Magalhães Lima (1923), Alberto Sampaio, confrontado com as névoas do tempo e perscrutando os sulcos profundos do território minhoto, soube valorizar os processos, detetar as evidências mais perenes, bem para lá do hermetismo dos documentos, da exaltação dos egos e do culto das cronologias. Esta postura desde logo o predispôs para uma nova abordagem da história, inalienável da geografia e de outras mais áreas do conhecimento. Veja-se o exemplo da opção do autor pelo distanciamento à tese do *ermamento*, que reflete um raciocínio genuinamente geográfico, por ser também produto da observação direta, no caso, mais diversa do que foi o resultado da historiografia documental de Alexandre Herculano.

Por isso, não deixa, pois, de ser curioso que uma das principais historiógrafas de Sampaio nos confesse que a primeira vez que contactou a sua obra tenha sido através de Orlando Ribeiro, o mais referencial dos geógrafos portugueses. Recorde-se, o mesmo que comungou da classificação de “revolucionária” a introdução do *milho mais* no noroeste português, ou que estudou o *pastoreio na Serra da Estrela* (1941), referindo aí permanecerem muitos dos hábitos inalterados da *Idade Média* (Trindade, 1979: xv). Replicando, assim, a mesma atitude do historiador relativamente ao País do seu tempo, pela qual se reconhece a

antecipação percursora do “método regressivo”, anos mais tarde concretizado em novo paradigma historiográfico por Marc Bloch (1886-1944) através da célebre escola dos *Annales* (Mendes, 2008: 21). Isto é, fazer história ao revés, dos dias coevos até às origens, a partir do quadro vivo e dos processos longos que o investigador tinha diante dos olhos, e das provas materiais inscritas no subsolo, nas dimensões contextuais das suas descobertas e, finalmente, da sua inscrição na paisagem, que a via como ninguém, porque era agricultor.

Na verdade o efetivo legado geográfico de Alberto Sampaio reconhece-se nos mais variados e disseminados trabalhos de geografia de Portugal. Desde logo nessa genealogia de saberes que une Alberto Sampaio a Orlando Ribeiro, de que são exemplo os estudos que este fez da relação do território com a fundação da nacionalidade, ou, muito particularmente, da abordagem aos domínios da geografia regional. Herança que também subsiste nas referências e asserções de geografia política, como notou mais recentemente Pedro Teles (2012), nos textos de António Sardinha (1887-1925), J. Paiva Boléo, Armando Gonçalves Pereira (1901-1983), Sérgio da Silva Pinto (1915-1970), A. Ferraz de Carvalho (1878-1955) e Eduardo Hernández Pacheco (1872-1965).

Daí para cá, o conhecimento desenvolvido por Alberto Sampaio enraizou-se através de numerosa literatura científica no domínio da geografia, muito particularmente de um modo indireto em tantas das suas especificidades, tais como: a geografia humana de Portugal; a geografia rural; a geografia regional; a geografia histórica; e, a geografia cultural, só para citar algumas das convenções disciplinares da geografia contemporânea.

Mais não bastasse, ainda hoje a ideia de Minho, da natureza e dos seus antecedentes que podem determinar a origem da nacionalidade, o gérmen identitário das características do nosso estado-nação, tem em Alberto Sampaio um dos seus marcos incontornáveis.

Referências bibliográficas

- Alarcão, Jorge (1980). *Os problemas da Origem e da Sobrevivência das 'Villae' Romanas do Norte do País* – Sep. das Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular – Guimarães, Barcelos, pp. 3-11
- Barroso da Fonte (1998). *O Pensamento e a Obra de Alberto Sampaio*. Dissertação de Mestrado, Guimarães, ed. de autor.
- Besse, Jean-Marc (CNRS, UMR «Géographie-cités», Equipe E.H.GO) (2005). La géographie dans le mouvement des sciences au tournant du siècle. In *Colloque «Autour de 1905: Elisée Reclus – Paul Vidal de la Blache. Le géographe, la cité, et le monde»*. Montpellier: Université Paul Valéry.
- Capel, Horacio (1988). *Filosofia y ciência en la Geografía contemporánea. Una introducción a la Geografía – Barcanova*. 3.ª ed., Barcelona: Temas universitarios.
- Eco, Umberto (1987) – *A Biblioteca*. Lisboa: Difel.
- Faria, Emília Sampaio Nóvoa (1995). Alberto Sampaio. Uma vida, uma obra. *Actas do Congresso Histórico 150 anos do Nascimento de Alberto Sampaio*. Câmara Municipal de Guimarães, pp. 19-28.
- Lemos, F. Sande (1992). Alberto Sampaio na arqueologia do seu tempo. *Revista de Guimarães*, N.º 102: 371-386
- Martins, A. & Faria Emília, Nóvoa (2007). 1.º centenário de Alberto Sampaio. A Biblioteca da Casa de Boamense. *Revista História*, ano XXIX (III série), N.º 29.
- Mendes, J. Amado (2008). Introdução. In Alberto Sampaio, *Obras*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, pp. 11-27
- Pimenta, J. Ramiro M. Q. G. (2007). *O 'Lugar do Passado' em Martins Sarmento. Geo-historiografia do programa de investigação arqueológica da 'Cultura Castreja' (1876-1899)*. Tese de Dout. Arque. Braga: Universidade do Minho.
- Teles, Pedro Francisco F. Cabral (2011). *Portugal Peninsular na Evolução do pensamento Geográfico Português (1904-1939)*. Tese de Dout.. Braga: Universidade do Minho.

Fontes

- http://hal.inria.fr/docs/00/11/32/63/PDF/La_geographie_dans_le_mouvement_des_sciences_au_tournant_du_siecle.pdf, Maio de 2012
- Cartas de Alberto Sampaio* (2009). Org. Introd. e notas de Emília Nóvoa Faria e António Martins. *Correspondência* – Volume II; V.ª N.ª de Famalicão: Húmus.
- Cartas a Alberto Sampaio* (2008). Org. Introd. e notas de Emília Nóvoa Faria e António Martins. *Correspondência* – Volume I; Porto: Campo das Letras.

(Página deixada propositadamente em branco)

O PAPEL DOS BALDIOS NA REVITALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS

Pedro Hespanha

Professor Jubilado da Faculdade de Economia
da Universidade de Coimbra

Existe hoje um renovado interesse pelo tema dos bens comuns (*commons*) em boa parte inspirado nas preocupações com os problemas ambientais decorrentes do seu uso ilimitado (Demsetz, 1967; Hardin, 1968; McCay e Acheson, 1987), mas inspirado também em outras preocupações como, por exemplo, a do desenvolvimento socioeconómico ou a da procura de alternativas à gestão privada de interesses comuns através da ação coletiva (Wade, 1987) ou, ainda, a da compreensão dos processos históricos de transformação dos regimes de propriedade (De Moor, Shaw-Taylor e Warde, 2002).

Além da diversidade de olhares sobre os bens comuns, o próprio conceito distingue-se pela sua complexidade, incerteza e institucionalidade (Van Laerhoven e Ostrom, 2007). A complexidade tem a ver fundamentalmente com o modo como interagem os sistemas ecológicos e os sistemas sociais que compõem um bem comum (seja ele o sistema hidrográfico, o clima ou os terrenos comunais) e assume maiores proporções sempre que essa interação envolve grupos sociais diferenciados e multiplicidade de usos, como é o caso que iremos analisar. A incerteza tem a ver com a imprevisibilidade dos efeitos das interações complexas entre os sistemas ecológicos e os sistemas sociais, como, por exemplo, quando “arranjos institucionais deixam uma ampla margem de escolha e cada efeito

individual depende da ação de outros” (Ostrom, 2005: 48-49). Veremos isso quando analisarmos os efeitos do abrandamento, por parte da comunidade, do controle sobre o acesso aos terrenos comunais por estranhos. Finalmente, a institucionalidade tem a ver com a forma como as práticas de uso dos bens comuns estão incrustadas (*embedded*) em sistemas de crenças, valores, normas e papéis; ou seja, em instituições específicas (Popkin, 1979; Wagner, 1994).

Dentre o universo dos “comuns” destacam-se, pela sua longa história e diversificada institucionalização, as terras comunais.

As terras comunais, ou “baldios” como são designadas em Portugal, foram essenciais para a sobrevivência das comunidades até o advento da modernidade, sendo tradicionalmente usadas para múltiplas atividades: cultivo agrícola ou pastoreio, recolha de madeira ou de pedra para edificações, matos para combustível ou para a fertilização das terras, produção de mel, extração de areia ou de água, etc. A par do uso coletivo dos recursos por diversas formas – rebanhos coletivos, fornos e eiras comunitários, equipamento de uso comum, levadas e caminhos, etc. – as terras comunais eram também usadas pelos vizinhos ou compartes para benefício individual, segundo regras costumeiras que reconheciam o livre acesso aos recursos que aquelas terras pudessem oferecer e, ao mesmo tempo, regulavam estritamente as formas de resolução dos conflitos que ocorressem entre o uso comum e o uso individual desses recursos em comunidades internamente diferenciadas.

As terras comunais sobreviveram até hoje, apesar dos ataques que foram movidos, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, por um Estado adverso inspirada no pensamento liberal e por uma burguesia rural feroz e poderosa que desejava ansiosamente colocar as mãos sobre essas terras. O facto de as comunidades terem tido de enfrentar ataques vindos de diferentes antagonistas (nobreza feudal, *gentlemen farmers*, burguesia terra tenente, pensadores fisiocratas, liberais e positivistas, moderna administração estatal) fortaleceu os laços e reforçou a ação coletiva no seu seio. Não obstante, muitas delas não puderam evitar a usurpação de seus bens comuns. Só entre 1874 e 1938, a parte do território português ocupada por terrenos comunais reduziu-se de 45% para 4,6% (Rodrigues, 1987: 83).

A modernidade modificou os modos de vida em toda a parte e criou novas oportunidades de trabalho produtivo fora das comunidades rurais. Mas, à medida que os terrenos comunais se tornaram menos essenciais para a sobrevivência das comunidades, eles sofreram um processo de declínio e de marginalização, acompanhado de uma mudança nas próprias ideias dos indivíduos sobre o papel da comunidade e dos recursos comunitários na sua reprodução económica e social. Como as comunidades atualmente não dependem mais dos baldios para a sua subsistência e estes se tornam cada vez mais atrativos para outros agentes interessados em explorar comercialmente os seus recursos, essas comunidades passam a considerar os baldios mais como uma fonte de rendimento (proveniente da florestação, dos parques eólicos neles instalados, de parcelas arrendadas, do turismo, de eventos desportivos, etc.) do que um meio de produção. Além disso, à medida que o controle da comunidade sobre o acesso de estranhos aos terrenos comunais abranda, a extração mineira dos recursos dos baldios ou o uso imoderado destes para desporto e lazer começam a tornar-se uma ameaça ao equilíbrio ambiental.

O reconhecimento, pela Constituição da República Portuguesa de 1976, da propriedade das comunidades sobre os terrenos baldios que ancestralmente usufruíam foi uma oportunidade para estas recriarem novas formas de uso desses terrenos mais adequadas às realidades contemporâneas. Algumas dessas formas visaram revitalizar as comunidades através da ação coletiva e do investimento em capital material e social com os rendimentos gerados pelos baldios para que nelas se pudesse viver melhor e num ambiente social e natural mais equilibrado; algumas outras formas visaram ampliar e diversificar o acesso ao uso dos terrenos comunais, a fim de atender aos pedidos de utilizadores externos, como por exemplo as agências de turismo, desporto ou lazer, e assim aumentar os proventos que permitissem dotar os baldios de infraestruturas e condições que os tornassem mais atrativos. Nestes casos, as atividades realizadas implicaram, em geral, um elevado grau de mercantilização dos recursos dos baldios e uma gestão mais orientada para o fornecimento de serviços competitivos para um público massificado e distante, diferentemente do que aconteceu nos primeiros em que as comunidades continuaram a ser o alvo prioritário da gestão

dos baldios através da reconstrução de uma “economia solidária” que combina princípios tradicionais de reciprocidade (entrajuda camponesa), com princípios de mercado (venda de bens e serviços associados ao baldio) e de redistribuição (investimento das rendas em capital social).

A apresentação de dois casos que ilustram estes diferentes modos de usar os baldios permite alimentar e aprofundar um debate sobre o futuro dos terrenos comunais em Portugal e sobre os riscos e os desafios dos novos usos desses terrenos.

1. Uma história breve das terras comunais em Portugal

Decerto que o exemplo mais relevante de recursos que, desde tempos imemoriais, são apropriados coletivamente pelas comunidades humanas, é o da terra. Ao longo da história ela foi sendo usada das mais diversas formas para garantia da subsistência dessas comunidades: solos para produzir alimentos, apascentar os gados, fornecer matos e lenha para combustível, madeira para construção, pedra e materiais para obra, etc.

No caso português, as origens das terras comunais perdem-se no tempo, mas existem testemunhos que permitem constatar que a sua posse nunca foi pacífica e que as comunidades tiveram de enfrentar o risco quase constante de as perderem frente a ameaças vindas de vários lados. Um período particularmente crítico foi o da ditadura salazarista, em que o Estado usou os terrenos baldios nas suas políticas de colonização interna (orientando os excedentes demográficos para zonas menos densas de população onde avultavam os baldios) e de florestação dos terrenos incultos (descurando os usos não agrícolas dos baldios que eram essenciais para a sobrevivência das populações). A sua devolução ao “povo” em 1976, menos de dois anos após a Revolução dos Cravos, marca um período novo para as comunidades se recomporem e uma oportunidade de elas lançarem projetos de revitalização destinados a estancar o êxodo rural intenso das últimas décadas. É agora a própria comunidade que tem o direito à propriedade dos bens comuns e não mais as circunscrições administrativas, seja a freguesia ou o concelho, como acontecia antes.

Atualmente, o termo “baldio” é usado na linguagem jurídico-administrativa portuguesa para designar os terrenos comunais. Baldios são áreas de terras tradicionalmente geridas pelas comunidades aldeãs e utilizadas pela população local para inúmeras atividades, conforme se mencionou acima. Etimologicamente, “baldio” significa terra nua ou não cultivada, mas esse não é o sentido que as comunidades associam ao termo. Desde logo, porque tradicionalmente os baldios tinham um claro uso produtivo - criação de gado - e, mesmo na atualidade, em que o número de rebanhos diminuiu bastante, três quartos dos baldios produzem floresta. Se existem áreas de terra não cultivadas, elas estão na sua grande parte (cerca de 70%) nas mãos de privados (Brouwer, 1995), não das comunidades.

A história melhor documentada dos baldios mostra que dos séculos XII a XIV se deu uma acentuada expansão dos baldios, relacionada com a reconquista cristã. Abundantes concessões régias promoveram a instalação de famílias camponesas em terrenos recuperados, atribuindo-lhes regalias e, em muitos casos, terrenos de fruição comum e não apropriados individualmente para que prosperassem em comunidades autogeridas.

Mas esta expansão não se deu sem dificuldades. No século XIV, surge uma proto-burguesia de comerciantes que reivindica o acesso aos campos incultos e aos terrenos comunais com o argumento de que eles não estavam a produzir excedentes para o mercado. A partir de então crescem as reclamações das comunidades contra os abusos dos nobres e dos agricultores comerciantes que se apropriam ilegalmente das terras comunais numa ofensiva que hoje identificamos como manifestações de um processo de destruição das instituições pré-modernas.

Mais tarde, já no século XVIII, o crescimento da população e a necessidade de facilitar o acesso à terra, associada à influência das doutrinas fisiocratas, coloca a propriedade comunal frente a novas ameaças. Vários estudos e propostas publicados nas Memórias de Economia da Academia de Ciências de Lisboa, na viragem para o século XIX, defendiam um uso mais intensivo da terra e a transformação dos baldios em propriedade individual. A propriedade comum passa a ser vista, cada vez mais, como um resquício do regime feudal a ser

abolido. Mas a oposição dos povos a estas ameaças esteve sempre presente e manifestou-se em ações de protesto, registadas em vários pontos do território nacional (Rodrigues, 1987; Tengarrinha, 1994).

Ao longo do século XIX, o processo de penetração das relações capitalistas na agricultura acelera-se e com ele aumenta a pressão para a extinção das formas coletivas de propriedade. É esse o sentido da nova legislação, publicada entre 1804 e 1815, que permite a divisão dos bens comuns pelos “compartes” e impõe a transferência da gestão dos baldios das comunidades para a administração local (municípios). Logo a seguir, a revolução liberal de 1820 revelou-se militantemente antifeudal e anti-comunitária, identificando o sistema agro-pastoril comunitário com o atraso e a ignorância, tal como viria mais tarde exprimir um dos seus epígonos: “a existência de baldios, dos pastos comuns, é um dos mais graves embaraços ao progresso da agricultura entre nós” (Herculano, s/d: 35).

O Código Civil de 1867 reconhece a existência das práticas comunitárias e integra os baldios na propriedade dos municípios e das freguesias, definindo-os expressamente como “coisas comuns”, ou seja, “não individualmente apropriadas, das quais só é permitido tirar proveito [...] aos indivíduos compreendidos em certa circunscrição administrativa ou que fazem parte de certa corporação pública” (artigo 381). Dois anos depois, em 1869, a lei pretende submeter os baldios ao regime de desamortização que tinha sido aplicado aos bens nacionais (1834), aos bens da Igreja e das instituições de “mão-morta” (1861 e 1866), preservando apenas aqueles que as comunidades provassem ser absolutamente essenciais para o uso comum. A forte reação popular contra esta ameaça de apropriação dos bens comuns impediu a aplicação generalizada desta lei. Mais tarde, em 1893, é a ideia positivista de levar o “progresso” à agricultura que inspira a nova vaga de legislação contra os baldios, desta vez para promover a colonização de terras incultas e comunitárias através da criação de colónias agrícolas para camponeses sem terra, esperando com isso aumentar a produção de alimentos para o mercado, em vez de se ficar pela mera subsistência das famílias.

Mas foi a escassez de alimentos, vivida especialmente durante a 1.ª Guerra Mundial, que levou os governos, através de leis sucessivas, a estimular um aumento das áreas para a agricultura à custa de terras comunais. O ataque mais

sério aos baldios, com essa perspectiva, foi desencadeada por Salazar e operou em várias frentes: a) reforço das medidas que, desde o século XVII, promoviam a divisão dos baldios, atribuindo aos municípios o poder de dispor das terras comuns, enquanto a usurpação destas ficava impune; b) assentamento de famílias camponesas em terrenos baldios (“colonização interna”)¹; c) imposição de uma reserva de 400.000 ha para a arborização (cerca de 80% dos baldios recenseados na época), sendo nela proibidos os usos tradicionais de pastoreio e a colheita de lenha e de matos, promovendo assim a substituição da pecuária pela produção de madeira (Brouwer, 1995).

A divisão, feita pelo Estado, dos baldios em glebas e a sua arborização criaram ressentimento e revolta generalizados. A arborização foi vista pelas comunidades como um “roubo” e não como um “presente”, tal como lhes era apresentado. A intrusão abusiva dos Serviços Florestais nos baldios, a atitude prepotente dos guardas florestais e a plantação de espécies florestais muito vulneráveis a fogos incitaram a uma forte resistência popular. Porém, o governo reagiu sistematicamente a esta resistência com intimidação, repressão e multas.

A uma outra escala, a pressão para a florestação dos baldios não pode deixar de estar associada ao aumento do valor económico da madeira, desde o século XIX, e ao facto de se ter tornado atrativo o investimento na plantação de floresta para alimentar as indústrias da madeira, nos seus variados ramos, desde a construção civil e a produção de pasta de papel, ao mobiliário e à construção naval, bem como a indústria dos produtos resinosos, e ainda para abastecer de lenha os caminhos de ferro (Estevão, 1983). Mais recentemente, a própria União Europeia, a braços com uma produção agrícola excedentária, promove os usos não agrícolas da terra, incluindo a florestação, através dos seus fundos estruturais (Brouwer, 1995).

¹ Em 1936 foi criada a Junta de Colonização Interna para, entre outras atribuições, “efetuar o reconhecimento e estabelecer a reserva de terrenos baldios do Estado e dos corpos administrativos susceptíveis de aproveitamento para instalação de casais agrícolas, tendo em atenção a natureza dos terrenos, a sua extensão e as regalias dos povos no que respeita à sua actual fruição” (art. 173, 4.º, do Decreto-Lei n.º 27.207, de 16 de novembro de 1936).

Em 1974, o regime democrático que emergiu da revolução revogou a política anterior e reconheceu as comunidades de partes dos baldios que tinham sido apropriados para florestação como as legítimas proprietárias. Imediatamente após a queda da ditadura, as comunidades criaram comissões para reivindicar os baldios de volta e para recuperarem a autonomia na decisão sobre o modo de gerir os terrenos e a floresta que neles tinha sido instalada. Embora a natureza comunitária dos baldios tenha ficado garantida constitucionalmente a partir de 1976, as comunidades de partes tiveram de remover muitos obstáculos para recuperar a posse plena dos seus baldios, para o que foi necessário um grande esforço de mobilização à escala nacional em manifestações, encontros e divulgação de informação (Rodrigues, 1987: 63 e *ss.*).

Em 1976 a Constituição da República reconheceu os meios de produção comunitários como parte do setor público (e, mais tarde, com a revisão de 1982, como parte do setor cooperativo e social). Os baldios são definidos como áreas de terras possuídas e usadas por comunidades territoriais sem personalidade jurídica (“povo”, “aldeias”), que são o que resta das antigas formas comunitárias de propriedade da terra e dos meios de produção essenciais tais como moinhos, fornos, eiras, levadas de água, colmeias de abelhas, rebanhos, animais de reprodução, etc.

De acordo com a lei de baldios de 1976, as comunidades podiam reclamar os seus baldios de volta se se constituíssem como “assembleias de partes” e se elessem “conselhos diretivos” para a governação dos baldios². Duas modalidades de gestão para os baldios restituídos às comunidades foram criadas: a) a modalidade de gestão exclusiva pela comunidade, a cargo de uma comissão de cinco partes eleitos pelos seus pares; b) a modalidade de gestão associativa pela comunidade e pelo Ministério da Agricultura, a cargo de uma comissão

² O Decreto-Lei n.º 39/76, de 19 de janeiro, define ainda o seu âmbito de aplicação e as categorias de baldio (“Dizem-se baldios os terrenos comunitariamente usados e fruídos por moradores de determinada freguesia ou freguesias, ou parte delas”) e de parte (“São partes dos terrenos baldios os moradores que exerçam a sua atividade no local e que, segundo os usos e costumes reconhecidos pela comunidade, tenham direito à sua fruição”).

composta por quatro compartes eleitos e um representante do Ministério. As despesas de florestação dos baldios suportadas pelo Ministério da Agricultura passam a ser reembolsadas pela afetação de 30% da receita bruta obtida com a venda de madeira (40%, no caso da modalidade b).

2. Mudança rural e novos usos para os bens comunais

Os baldios estiveram no centro de um sistema integrado de uso da terra que se foi edificando ao longo dos séculos e que permitia um aproveitamento ótimo dos recursos à disposição dos povos. Numa síntese bem expressiva da sua complexidade, Fernando Baptista traça o perfil do sistema agrário que tinha no centro os baldios e que permitiu a sobrevivência autônoma da população dos campos através de práticas comunitárias regidas por usos e costumes de uma economia moral, religiosamente cumpridos:

O baldio assegurava o pastoreio do gado que, frequentemente, era a principal produção que os povos levavam ao mercado. Oferecia os matos que a maceração, nos currais e nos caminhos que atapetava no interior dos povoados, permitia converter em estrume [...]. A sua função na fertilização dos campos era, de facto, decisiva. [...]. Além do pastoreio e dos matos, a recolha de lenhas e arbustos alimentava as lareiras e fornos de pão. O carvão, também fabricado no baldio, tinha como destino o mercado mas também fogareiros, braseiras e ferros de engomar. Alguma madeira que era possível obter facilitava a construção de casas, currais e palheiros, carros e outros equipamentos. Nalgumas zonas a existência de vimes favorecia o trabalho de cesteiros. Apanhava-se pedra para marcar a divisória das parcelas de terra e para edificar casas e outras dependências. A água que alimentava as fontes, chafarizes e levadas vinha, e ainda vem, muitas vezes de espaços comunitários. Cultivavam-se lotes no baldio, demarcados cada ano, para complementar o que se obtinha na exploração. O baldio era, de facto, o suporte do sistema agrário. (Baptista, 2010: 30).

Embora a carência de terra tenha permanecido até muito tarde em Portugal, desde os inícios da década de 1960 essa situação mudou, devido a uma forte onda de emigração para o norte da Europa. Com isso, a dependência das comunidades rurais de seus baldios diminuiu. As mudanças manifestam-se numa crescente abertura das comunidades e num maior relacionamento delas com o mercado; em migrações de trabalho para o estrangeiro e para as cidades do litoral; numa crescente especialização dos sistemas de produção agrícola e numa crescente incorporação de capital técnico, incluindo máquinas e fertilizantes químicos, numa maior acessibilidade da população a condições de vida melhoradas pelas políticas públicas de educação, saúde, habitação, transportes, etc.

Num estudo recente sobre os baldios nas regiões centro e norte de Portugal (Baptista, 2010), distinguem-se as atividades tradicionais e as novas atividades e avalia-se a presença de cada uma delas no conjunto dos 820 baldios recenseados. Assim, dentre as atividades tradicionais mais presentes, contam-se a cultura florestal (87,7%), o pastoreio (83,5%), a recolha de matos (71,8%) e a recolha de lenhas (67,1%). No entanto, a intensidade com que elas são realizadas é claramente inferior à de períodos anteriores. No caso da floresta, a recolha dos matos e das lenhas já não é mais feita de um modo generalizado pelas famílias em consequência do abandono paulatino do seu uso tradicional como fertilizante das terras e como combustível para fins domésticos. No caso do pastoreio, a redução do uso dos baldios está associada à diminuição dos rebanhos coletivos que tradicionalmente eles apascentavam e à redução do número de compartes com rebanhos. Em compensação, é mais frequente o uso dos baldios para pastoreio de rebanhos não pertencentes a compartes. Também o tradicional cultivo de parcelas do baldio pelos compartes se foi reduzindo até que, em 2000, ele apenas dizia respeito a 30% das freguesias com baldios. De um modo geral, reduziu-se a dependência das economias dos compartes relativamente ao baldio, os terrenos comunais tenderam a tornar-se espaços de acesso aberto a não moradores³ e passaram, progressivamente, a ser vistos

³ Em parte, o acesso aberto foi favorecido pela ideologia subjacente à luta pela restituição dos bens comuns ao povo e pelos ideais democráticos do 25 de abril.

pelos compartes como uma fonte de geração de rendimento para a comunidade no seu conjunto, quer devido ao recebimento de rendas e compensações por quem usa o baldio sem ser comparte, quer devido a outras receitas associadas a novos usos mercantis dos baldios.

Estes novos usos envolvem um conjunto de atividades muito diversas, entretanto criadas: lazer e recreação (passeios, trilhas, piqueniques), desporto (bicicletas de montanha, escalada, tiro com arco, paintball, canoagem, rafting, hovercrafting, ultraleves), caça e pesca, proteção e educação ambiental, colheita de cogumelos e plantas medicinais, turismo de aventura, instalação de geradores de energia eólica e solar e de antenas de comunicação, exploração de pedreiras e captação de águas, etc.

Algumas dessas atividades envolvem um elevado grau de mercantilização, enquanto outras seguem uma orientação distinta, renovando e adaptando as velhas formas de economia comunitária, configurando-se cada vez mais como o que poderíamos designar de economia solidária de raiz popular (Hespanha, 2009). As formas mais tradicionais de uso dos baldios, em que as economias individuais dos compartes se apoiavam nas atividades que era possível realizar no baldio foram entrando em declínio. Hoje coexistem, com quase nenhuma articulação entre eles, três diferentes economias: 1) uma economia rentista das comunidades; 2) uma economia de produção dos compartes fortemente associada às atividades tradicionais (residual); 3) uma economia de consumo dos utilizadores não-comunitários (Baptista, 2010: 61). O uso preponderante de cada uma destas economias distribui-se do seguinte modo: quase 50% dos baldios assentam numa economia rentista; pouco mais de 10% assentam numa economia individual dos compartes; cerca de um terço combinam economia rentista e economia individual e apenas 7% assentam numa economia de livre acesso (Baptista, 2010: 62).

Para concluir este ponto, importa reconhecer, por um lado, a importância de que ainda se reveste a combinação da função do baldio como produtor de rendas com a função de apoio às economias individuais dos compartes e, por outro lado, o facto de a função comunitária do baldio não se esgotar na produção de rendas. Como defende Diogo Frazão: “Ele deve ser um espaço de

oportunidade para a comunidade, devendo fornecer aos locais as ferramentas necessárias para a inovação dentro daquilo que são as potencialidades do espaço rural” (Frazão, 2013: 62). A capacidade de a comunidade de compartes, através dos seus conselhos diretivos, promover a criação e dinamização de atividades, económicas ou não, que satisfaçam as necessidades atuais sentidas pelos compartes, representa um potencial inovador assinalável e um fator decisivo na retenção da população nos territórios onde os baldios se localizam, designadamente da população mais jovem. Voltaremos a este assunto adiante.

3. Algumas experiências de revitalização das comunidades

O espaço rural português, à exceção da estreita faixa litoral onde se concentram as atividades mais ligadas ao mercado, ficou indelevelmente marcado pelo êxodo rural intenso do último meio século, associado à condição pluriativa dos que ficaram nos campos tentando manter a sua pequena agricultura e ao regresso às aldeias daqueles que partiram e hoje vivem principalmente das suas pensões de reforma. Essa marca manifesta-se num declínio demográfico que não cessa de se aprofundar, num envelhecimento da população que inverte a configuração típica da pirâmide de idades (reduzida na base pela baixa natalidade e alargada no topo pela predominância de pessoas idosas), num défice de ativismo em todos os domínios de vida social e económica devido à incapacidade de reter a população adulta e adulta jovem, um abandono notório do cultivo das terras por falta de gente e uma excessiva fragmentação da propriedade.

O processo de mudança não envolveu apenas a redução do peso da agricultura, mas também uma reestruturação da base produtiva, em que uma nova economia de serviços emerge, quer na sequência de uma filosofia de universalização das políticas públicas, sobretudo nos domínios da saúde e da segurança social, quer de uma procura interna, ainda que débil, alimentada pelos pensionistas retornados das cidades que trouxeram consigo hábitos de consumo mais exigentes.

Ao mesmo tempo, o acesso a empregos não agrícolas e a possibilidade de adquirir equipamento vieram permitir diversificar as formas de uso do solo. “A antiga ocupação agro-florestal predominante perde importância relativa, dando lugar a uma plurifuncionalidade. Além da ocupação agro-florestal, nesta diversidade de funções, surgem instalações industriais e ainda instalações comerciais e de armazenagem, e espaços de ócio, como campos e pavilhões com fins desportivos ou de recreio, que os preços do solo e a proximidade relativa à cidade incentivam” (Gama, 1987:49)

Como se pode ver, o reconhecimento de que existe um processo de declínio demográfico e de envelhecimento do espaço rural português, acompanhado de uma perda de densidade das atividades sociais e económicas, não deve ocultar o facto de aqui ou ali, nestas áreas rurais em declínio, se desencadarem processos de mudança de sinal contrário, em que é possível detectar experiências de revitalização económica e social baseadas no reforço de competências locais com a mobilização ativa dos residentes e com resultados surpreendentes, tendo em conta a fragilidade do tecido social e económico dessas comunidades⁴.

O caso das comunidades com baldios pode constituir um campo de análise muito rico das condições que podem favorecer a revitalização dos espaços rurais. Retomemos as formas preponderantes no atual uso dos baldios mencionadas anteriormente para sublinhar os fatores que podem, em cada uma delas, determinar o sentido das mudanças. A combinação entre estratégias coletivas (tipo 1) e estratégias individuais (tipo 2) permite enraizar mais solidamente na comunidade as economias dos compartimentos, mas é relativamente ambígua quanto à orientação mais mercantil ou mais comunitária dessas economias. Deixando margem de manobra para “jogar em dois tabuleiros” – ou seja, para investir numa agricultura ou pecuária orientada para o mercado e ao mesmo tempo beneficiar direta (uso produtivo dos recursos do baldio) ou indiretamente (via conversão dos rendimentos dos baldios em capital social) – essa combinação

⁴ Estes casos foram objeto de um estudo recente (ANIMAR *et al.*, 2013) destinado a valorizar e promover a intervenção em aldeias rurais isoladas, de modo a criar melhores condições de vida dos seus habitantes através da revitalização económica e social dos territórios.

não elimina a possibilidade de os compartes darem prioridade precisamente ao reforço do capital social. Já quando prevalece uma estratégia rentista para o baldio, o risco a ela associado é o do relaxamento dos laços com a comunidade, sobretudo por parte daqueles que menos se beneficiam com o investimento em capital social, este traduzido “em melhoramentos que tornem a comunidade mais atrativa como local de residência, criando assim um quadro de vida mais agradável para a população cujas economias individuais já não se articulam com a utilização do baldio” (Baptista, 2011: 52). Finalmente, nos casos em que prevaleça o livre acesso de estranhos ao baldio, o risco associado é, além do relaxamento dos laços dos compartes com os terrenos comunitários, a perda de controle sobre o uso que se faz desses terrenos e a sua potencial degradação, quer quando esse uso envolva atividades massificadas de recreio, desporto ou lazer, quer quando implique uma exploração descontrolada dos recursos não renováveis (Hardin, 1968). A probabilidade de os baldios se tornarem meios de produção de valores de troca e de geração de serviços mercantis é elevada nestes casos, sendo dificilmente compatível com uma utilização restritiva por razões de proteção ambiental.

Dois exemplos recolhidos de estudos recentes (Caldas, 2013; Serra *et al.*, 2016; Hespanha, 2014), permitem aprofundar o conhecimento sobre os modelos de revitalização possíveis em comunidades com baldios. O que torna mais pertinente esta comparação é que os dois casos respeitam à mesma área geográfica – a Serra da Lousã – possuem uma história comum até um passado recente e, a partir de certa altura, começam a divergir na sua orientação estratégica: num caso, ela aponta para um reforço da identidade comunitária e, no outro, aponta para uma abertura do acesso à utilização dos baldios, oferecendo um conjunto amplo de serviços de recreio, desporto e lazer numa perspetiva puramente mercantil.

A Serra da Lousã foi intensamente povoada no passado. Uma extensa área de terrenos comunais permitiu a sobrevivência de várias comunidades de montanha (Cerdeira, Candal, Casal Novo, Catarredor, Chiqueiro, Silveira de Baixo, Silveira da Cima, Talasnal e Vaqueirinho), cuja atividade económica se baseava numa agricultura pobre, dados os fortes declives e a escassez de terra

arável, e numa pastorícia de ovelhas e cabras, também ela limitada pela pobreza dos solos. A produção e venda de carvão a partir das lenhas dos baldios representava ainda uma fonte de rendimento complementar. Perante este quadro, compreende-se melhor como a florestação forçada dos baldios – que, iniciada em 1925 ao abrigo do regime florestal⁵, se prolongou até aos anos 1950 – e a conseqüente redução dos rebanhos nas áreas florestadas vieram intensificar um fluxo emigratório para Lisboa, para o Brasil e para a América do Norte, vindo dos finais do século XIX e que culminou com o despovoamento total destes lugares em meados dos anos 1980 (Monteiro 1985)⁶. Mais tarde, alguns destes lugares vieram a atrair gente da cidade (sobretudo da cidade mais próxima, Coimbra, distante cerca de 30 a 40 quilômetros) que procurava a serra para lazer e descanso, reconvertendo as velhas casas de xisto dos serranos em residências secundárias e, em menor medida, visitantes estrangeiros que aí se instalaram movidos por um desejo de regresso às origens, a uma vida simples e em harmonia com a natureza (Dinis e Malta, 2003: 119), sem nunca num caso e noutro representarem nem uma revitalização da atividade agropastoril, nem uma recuperação demográfica significativa desses lugares. De referir ainda que algumas casas da aldeia foram recuperadas para aluguer a turistas que procuravam a serra “pela tranquilidade, a paisagem, a ruralidade, a fuga ao quotidiano urbano, a ausência de poluição, o contacto com a natureza e o silêncio” (Dinis e Malta, 2003: 122).

Esta atratividade cultural e turística das aldeias serranas tem vindo a ser reconhecida pelo planeamento municipal ao estabelecer que “as aldeias de xisto da Serra da Lousã se destinam predominantemente a habitação, comércio,

⁵ O decreto 3.260 de 27 de julho de 1917 submeteu ao regime florestal cerca de 2.300 ha de terrenos na Serra da Lousã com o fundamento na necessidade de um “bom regime de águas” nos afluentes do rio Mondego e de “conservação do solo”, ou seja, a fixação do solo nas montanhas, dois objetivos associados ao conceito de regime florestal criado pelo decreto de 24 de dezembro de 1901 (publicado no Diário do Governo n.º 296, de 31 de dezembro).

⁶ “Das oito centenas de habitantes recenseados nas aldeias do coração da Serra, em 1940, cerca de metade abandonou a montanha até 1960 e quase todos os outros partiram nas décadas de 60 e 70. Em 1991, residiam nos povoados serranos apenas 48 habitantes – 22 dos quais na aldeia do Candal” (Lourenço, 2010: 11).

serviços e turismo e equipamentos de utilização coletiva” (Câmara Municipal da Lousã, 2013: 90).

A estratégia delineada é promover o turismo de montanha, num espaço que apresenta múltiplos atrativos:

A descoberta da Lousã encerra em si o abrir de espaços múltiplos. Visões largas e abertas contrapostas com espaços acanhados e estreitos perpetuados no tempo, emergindo da pedra, sem história escrita. Lugares de montanha que se sucedem junto a estradas que serpenteiam as suas encostas e vales profundos. Na primavera o amarelo eletrizante das giestas entra em sintonia com o dourado do sol em cabeços arredondados e calvos (Câmara Municipal da Lousã, 2014: 13).

Vejamos em detalhe como se processou a alteração de usos dos baldios e que estratégias parecem estar a ser conduzidas na sua governação.

3.1. Baldio de Vilarinho

O baldio, com uma área de cerca de mil hectares, é usado pelos compartes da Comunidade de Vilarinho desde tempos imemoriais, para uma multiplicidade de fins: recolha de pedra e cascalho para construção de casas e de currais para o gado; pascigo de animais; recolha de mato e de lenhas; apicultura; plantação de oliveiras e castanheiros; captação e condução de água para rega de terrenos de cultivo e para acionamento de moinhos de cereais.

Durante a ditadura, os Serviços Florestais ocuparam grande parte do baldio para transformar os usos tradicionais em uso florestal exclusivo. Os compartes foram proibidos de apascentar os seus rebanhos no baldio, sob forte controle dos guardas florestais e pesadas multas, o que levou muitas vezes a que os recalcitrantes se vissem obrigados a vender as suas cabras para pagarem as multas. Foi também proibida a remoção de troncos, pedras, cascalho, grama e outras frutos e produtos do baldio, comumente usados pelos compartes.

Após a queda da ditadura em 1974 e da promulgação da nova lei dos baldios (1976), a comunidade convocou uma Assembleia de Compartes e elegeu o primeiro Conselho Diretivo (CD) e aprovou um plano de investimento coletivo que incluía a construção de uma escola primária, de um posto de saúde, de um centro cívico, de um cemitério e a abertura de algumas estradas e caminhos. Em 2005, o CD contratou a instalação de um parque eólico com uma capacidade de 35 MW, correspondendo a 14 turbinas eólicas⁷.

Em 2006, a assembleia de compartes decidiu pôr fim ao regime de associação com o Estado para a gestão do baldio, o que só veio a ser reconhecido pelo tribunal seis anos mais tarde. Com isso, inaugurou-se uma nova fase, muito rica de iniciativas de reforço da vida coletiva e da coesão local, através a) do investimento nas gerações futuras, preparando as gerações jovens para serem os futuros gestores da floresta, proporcionando-lhes conhecimentos básicos e experiência e sensibilizando as famílias e a comunidade em geral para o valor econômico, social e cultural do património florestal; b) da preservação do património, promovendo a recolha de informação sobre as formas tradicionais de uso da terra, usando a história oral e divulgando um documentário sobre os Baldios de Vilarinho e sete Montes Veciñais de Galiza com hábitos e costumes próprios (Seco, 2014); c) do envolvimento das crianças em projetos coletivos da comunidade, como a Escola de Verão para os mini-compartes sob a sigla “Nós também somos os donos dos nossos montes” (Serra e Ferreira, 2017) realizada em junho de 2013 fruto de uma ação conjunta do Conselho Diretivo dos Baldios da Freguesia de Vilarinho (CDBFV), da ADIC (Associação para a Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho), da Junta de Freguesia de Vilarinho e do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES). Durante as férias escolares, as crianças foram motivadas a desenvolver atividades ao ar livre associadas ao baldio, enquanto representantes do CD e dos restantes órgãos de administração ofereceram formação às crianças com base na sua experiência de gestão do baldio, permitindo que elas ganhassem consciência da importância do seu envolvimento em projetos coletivos da comunidade.

⁷ Cfr. disponível em: <<http://www.baldiosvilarinho-lsa.pt/vilarinho/?q=Historia>>

Uma assembleia de mini-compartes, no final da Escola de Verão, permite que as crianças se familiarizassem com o processo de discussão coletiva de “problemas observados”; e) da abertura do baldio ao exterior, dando a conhecer os recursos e partilhando a fruição dalguns desses recursos de uma forma, ao mesmo tempo, pedagógica e controlada. É exemplo deste objetivo a organização de caminhadas temáticas no baldio. Desde 2012, o CD do baldio juntamente com o CES organiza passeios micológicos com o objetivo de treinar os jovens, bem como convidados externos a identificar as diferentes espécies de cogumelos e a distinguir entre aqueles que são venenosos e os que são comestíveis⁸. Também a experiência de envolvimento das crianças da comunidade, em atividades de formação relacionadas com o baldio, gerou um conjunto de ferramentas pedagógicas sobre o tema dos baldios com vista a serem disponibilizadas a escolas primárias e secundárias da região (Serra e Ferreira, 2017: 341 e ss.). O envolvimento da Universidade de Coimbra, através do CES integra ainda este objetivo, através de um protocolo cujo objetivo “é criar conhecimento de excelência relevante para a gestão sustentável dos baldios” a partir do encontro dos saberes de diversas disciplinas científicas com os saberes baseados na tradição, experiência profissional e experiência de vida” (CES e CCBFV, 2013).

3.2. Baldios da Lousã

Esta designação genérica engloba os terrenos comunais pertencentes a comunidades agropastoris da Lousã⁹ que, como referido anteriormente, desapareceram com a emigração. Alguns pouquíssimos membros dessas comunidades, que se mantiveram nos lugares serranos ou a eles regressaram, “são reformados, quase todos com uma idade muito avançada, impossibilitados de continuar a praticar

⁸ Cfr. Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WK9waBzQYWE>>.

⁹ A Serra da Lousã reparte-se por sete concelhos – Penela, Miranda do Corvo, Góis, Lousã, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande – mas para os efeitos deste estudo apenas se considera a parte da serra que pertence ao concelho da Lousã.

as atividades econômicas tradicionais e de garantir a ocupação produtiva do espaço. Devido à reduzida dimensão das comunidades a que pertencem (duas ou três pessoas), a sociabilidade interna é extremamente restrita e, por desconfiança, só pontualmente se relacionam com os neo-rurais” (Dinis e Malta, 2003: 125).

Devido à inexistência de compartes, a Associação dos Baldios da Lousã, fundada em 12 de abril de 1978, assumiu o entendimento de que os baldios, com uma área de cerca de 600 ha, pertenceriam a toda a população da Lousã, uma cidade de médio porte situada no vale, e que deveriam ser usados para atividades de lazer e turismo de acordo com a regulamentação destinada à proteção ambiental.

As atividades atuais desenvolvidas nos baldios procuram responder ao objectivo de promover o turismo de natureza, tornando os baldios acessíveis aos turistas nacionais e internacionais, para lazer e atividades de aventura em áreas de grande valor natural e paisagístico¹⁰. Para isso, os baldios foram dotados de um parque de campismo para 90 utilizadores, com casas de madeira para estadias curtas, casas de montanha em pedra adaptadas para o turismo, pistas para competições de BTT (bicicletas de montanha), foto-safari de animais de caça (veados e corças) e de observação de aves, trilhos pedestres e colheita de cogumelos.

Um conjunto de normas de conduta procuram disciplinar e orientar as utilizações da Serra para práticas desportivas realizadas em ambiente de natureza (no que respeita à prática do BTT, pedestrianismo e outras atividades desportivas, de forma a salvaguardar a correta utilização dos trilhos, percursos e infraestruturas (Baldios da Lousã, 2010: s/p.).

Diferentemente do caso anterior, os baldios da Lousã seguem a modalidade de gestão associativa com o Ministério da Agricultura, dispondo por isso a co-

¹⁰ Na publicidade promocional de um operador turístico pode ler-se: “Reserve este fim de semana prolongado com estadia no hotel boutique Palácio da Lousã para explorar o melhor desta serra pela mão da Green Trekker. Trilhos de vegetação luxuriante, bosques encantados onde se escondem veados, javalis e outras espécies protegidas, ribeiros de água transparente e aldeias típicas como Talasnal, Candal, Casal Novo e Chiqueiro esperam por si” [consultado em 12 de dezembro de 2014 – <http://www.viralagenda.com/pt/events/83551/aldeias-de-xisto-serra-da-lousa>].

munidade de uma autonomia limitada na gestão da floresta, embora o Conselho Diretivo dos Baldios da Lousã assegure vários serviços ligados à floresta, tais como a limpeza de povoamentos, as podas, desbastes e desramações e, ainda, a instalação de povoamentos, em parte devido à insuficiência dos serviços florestais do Estado, designadamente no acompanhamento técnico.

A comparação dos dois casos evidencia ainda outras diferenças significativas. A primeira é o diferente entendimento sobre quem constitui a comunidade de compartes. No caso de Vilarinho, este entendimento coincide claramente com a formulação que a legislação de 1976 trouxe: moradores que exerçam a sua atividade no local e que, segundo os usos e costumes reconhecidos pela comunidade, tenham direito à sua fruição. Já no caso dos Baldios da Lousã, o entendimento é mais largo, precisamente porque já não existem moradores nas condições previstas, nem sequer moradores em qualquer condição, salvo em um ou outro lugar entrementes repovoado. Por isso a extroversão do uso dos seus baldios foi inevitável. Ainda assim, há que reconhecer que a estratégia adotada procurou tirar partido da atratividade turística da montanha e das atividades ligadas à sua fruição (“aldeias de xisto”, reserva natural, foto-safari de cervídeos, trilhos pedestres, etc.), bem como do seu potencial para atividades de lazer e desporto, promovendo a procura de visitantes nacionais e estrangeiros. O futuro dos baldios da Lousã fica assim e de algum modo dependente do perfil desses utilizadores externos que, tudo leva a crer, terão cada vez mais o seu acesso mediado pelas agências especializadas neste turismo de montanha, de lazer e desportivo. A tendência será então para oferta de serviços que sejam adaptados às preferências dos consumidores e não propriamente que correspondam ao simples alargamento da fruição dos baldios a uma comunidade mais vasta dos moradores da Lousã.

A segunda diferença é no modo de governação. O facto de a comunidade de compartes do Baldio de Vilarinho, a seguir à queda da ditadura, ter sido uma das primeiras a organizar-se para reclamar a posse dos terrenos comunais e, mais tarde, a obter para si a própria gestão da floresta após longo processo judicial contra o Estado, fortaleceu os vínculos da comunidade e consolidou uma prática de auto-gestão com a participação direta dos compartes. Vários

objetivos convergem para o reforço do sentimento de comunidade radicado na fruição partilhada do património comunal: adequação dos usos do baldio às necessidades atuais dos compartes, compromisso entre a iniciativa dos compartes e a conservação do património, compromisso entre a inovação e as tradições da comunidade, socialização das novas gerações nas práticas coletivas, alargamento controlado da fruição do baldio a não vizinhos que respeitem a cultura da comunidade em homologia com a abertura da comunidade a círculos íntimos de proximidade de interesses. No caso dos Baldios da Lousá, o sentimento de comunidade perdeu-se pelo eclipse das comunidades tradicionais e os esforços para reconstruir uma comunidade alargada esbarra em boa medida com o perfil diverso, irregular, fortuito e superficial dos novos utentes e dos novos usos.

A terceira diferença está no grau de mercantilização das relações económicas que se estabeleceram tendo como eixo os baldios. Em ambos os casos os terrenos comunais são geradores de rendimento, mas em apenas um deles (Vilarinho) os compartes fazem um uso produtivo do baldio, quer atuando coletivamente, quer individualmente. A produção individual feita no baldio pelos compartes, ainda que esteja ligada ao mercado, identifica-se mais com a pequena produção popular do que com a produção capitalista (Hespanha, 2009a). O que move os pequenos produtores é a melhoria das condições de vida através do uso produtivo dos recursos próprios (desde logo, do trabalho) e da cooperação com os seus, não a busca cega e incessante de lucro. Não se trata apenas de garantir a sobrevivência, mas também de viver melhor. Mais, a melhoria das condições de vida não é um objetivo pessoal, mas um objetivo de um coletivo – a família – e a reprodução económica das famílias passa pela reprodução das redes sociais primárias – ou seja, pelas relações na comunidade (Hespanha, 2009b). Alguns destes traços definidores, merecem ser salientados: a reprodução ampliada, a valorização do produto em termos do seu uso direto para o consumo, as relações económicas como instrumento de valorização humana. Neste sentido, as relações económicas são institucionais ou morais e não meramente contratuais e monetárias (Popkin, 1979).

Conclusão

Apesar da aparente onnipresença do mercado e do lucro, os baldios não se limitam à condição passiva de suporte de atividades valorizadas pelo mercado. Eles são também um património pleno de significado cultural e político, repositório da experiência de cooperação acumulada ao longo de gerações que conferem identidade e raízes aos que deles disfrutam, escola de aprendizagem de cooperação e de autogestão democrática, desenvolvendo as capacidades para enfrentar coletivamente problemas que isoladamente seriam inultrapassáveis. A autonomia que garantem aos membros das comunidades permite a estes sentirem-se mais seguros e mais aptos a dar corpo às suas iniciativas e aspirações.

Trilhando hoje trajetórias aparentemente distintas e orientados para distintos modos de relação com o mercado, os dois casos analisados não deixam de colocar inúmeras questões de difícil resposta acerca do seu futuro.

Relativamente ao caso dos baldios de Vilarinho, importa saber, entre outras questões: a) se será possível o desenvolvimento de uma estratégia de reforço da vida coletiva exclusivamente através dos rendimentos captados pelo baldio; b) e, na hipótese negativa, se será possível recriar uma economia baseada no trabalho produtivo dos compartos, capaz de absorver e valorizar a diversidade das suas competências; e c) qual a relevância dos fatores “proximidade” e “confiança” para forjar novos laços comunitários entre uma população muito diferenciada (em termos de idade, educação e ocupações).

No caso dos baldios da Lousã, dentre as questões que se suscitam importa saber: a) se é possível desenvolver uma estratégia de revitalização dos baldios com base no acesso livre e na livre iniciativa, que não elimine a condição comunitária desses baldios; b) se é possível criar uma nova identidade para os utilizadores dos baldios com base apenas nas suas afinidades de consumo; c) até que ponto é possível manter uma estrita regulamentação da utilização de baldios, sem a oposição das forças de mercado ou a sua repulsão.

A complexidade e incerteza destes processos de mudança não permitem dar uma resposta fácil a estas questões e a bifurcação, a ter-se dado, é ainda recente. Onde os processos de mudança denotam a presença de uma lógica

mercantil a determinar as escolhas de consumo e as preferências pelo negócio e em que os interesses individuais se separam dos interesses coletivos, o sentido de comunidade perde-se ou assume contornos imprecisos, ao mesmo tempo em que as dinâmicas de mercado tendem a ultrapassar as regras que procuram enquadrar as atividades. Onde, pelo contrario, as mudanças se estão a dar no sentido da valorização tanto do capital material constituído por recursos das comunidades locais para além do mercado, quanto do capital social constituído pelo património de “competências imateriais assentes na participação qualificada das populações e em formas específicas de organização” (ANIMAR, 2013) – ou seja, onde as mudanças se fazem na contracorrente do mercado e dos meros interesses individuais –, então só uma persistente e participada ação coletiva dos vizinhos materializada em práticas económicas baseadas na cooperação e solidariedade e num sentimento de comunidade amplamente partilhado pode absorver e valorizar a diversidade das competências e das aspirações dos vizinhos, mantendo-se um elevado grau de autonomia na fruição dos bens comuns.

Sendo hoje uma realidade aparentemente residual, estes casos de revitalização dos baldios pelas comunidades permitem percecionar a importância de que se podem revestir os bens comuns (seja qual for a sua natureza) na concretização de aspirações de desenvolvimento local, entendido este como um processo de mudança, participado e democrático, que traga melhorias para todos. Mas, para que tal faça sentido, é preciso fazer um balanço crítico daquilo em que se têm tornado as políticas de desenvolvimento na Europa e no mundo e propor uma reformulação drástica dos seus programas, desde o modo como os problemas são definidos até às metodologias de intervenção.

É que o desenvolvimento tem de ser visto como um assunto de todos, um direito universal, amplamente participado e valorizador das experiências mais ricas e genuínas de cooperação, de tal forma que possa fazer renascer a esperança em uma vida digna para todos. A riqueza das experiências de resignificação dos *commons* por toda a parte, facto com que iniciamos este texto, faz-nos crer que existe hoje uma consciência, transbordada em múltiplas práticas no terreno, de que um outro desenvolvimento está em curso.

Referências

- ANIMAR, ICF e ADCM (2013). *Programa Mínimo de Revitalização das Aldeias*. Lisboa: ed. Autor.
- BAPTISTA, Fernando (2010). *O Espaço Rural. Declínio da Agricultura*. Oeiras: Celta.
- BAPTISTA, Fernando (2011). “Os contornos do rural”, in E. Figueiredo (coord.), *O Rural Plural*. Olhar o presente, imaginar o futuro, Castro Verde: Luz Editora, pp. 49-58.
- BALDIOS DA LOUSÁ (s/d). *Normas de Utilização/Conduta de desportos de natureza na Serra da Lousã* Acesso em: 12 dez. 2014. Disponível em: < <http://www.baldioslousa.com/documentos/normas.pdf>>.
- BROUWER, Roland (1995). *Planting Power: the Afforestation of the Commons and State Formation in Portugal*. Delft: P&L
- BROWN, Katrina Myrvang (2006). “New Challenges for Old Commons: The Implications of Rural Change for Crofting Common Grazings”. *Scottish Geographical Journal*, 122(2): 109-129.
- CALDAS, Eugénio de Castro (2004), “A Serra da Lousã. Do povoamento à desertificação”, *Arunce*, 2: 23-38.
- CALDAS, José M. Castro Caldas (2013), “A Economia dos Bens Comuns: Visões Rivalis”, in João Pato, Luísa Schmidt e Maria Eduarda Gonçalves (org.), *Bem Comum: Público e/ou Privado*. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 109-128.
- CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÁ (2013). *Plano Director Municipal. Regulamento do Plano 2013*. Acesso em 12 dez. 2014 <http://www.cm-lousa.pt/_uploads/PDM/DRPDM.pdf>
- CES e CCBFV (2013) *Protocolo de colaboração entre o Centro de Estudos Sociais e a Comunidade de Compartes dos Baldios da Freguesia de Vilarinho* <<http://www.baldiosvilarinho-lsa.pt/vilarinho/?q=content/protocolo-de-colabora%C3%A7%C3%A3o-entre-o-centro-de-estudos-sociais-ces-e-comunidade-de-compartes-dos>>
- DEMSETZ, Harold (1967). “Toward a Theory of Property Rights”. *The American Economic Review*, Vol. 57(2):347-359.
- DE MOOR, Martina; SHAW-TAYLOR, Leigh; WARDE, Paul (2002). *The Management of Common Land in North West Europe, c. 1500-1850*. Turnhout: Brepols Publishers.
- DINIS, Isabel; MALTA, Miguel (2003). “Da desvitalização da Serra da Lousã à nova ruralidade: identidades sociais e destinos do território”. In José Portela e J. Castro Caldas (org.) *Portugal Chão* (111-128). Oeiras: Celta.
- ESTEVÃO, José (1983). “A florestação dos baldios”, *Análise Social*, vol. xix.
- FRAZÃO, Diogo (2013). *O Regime Jurídico dos Baldios e a sua importância no desenvolvimento de regiões desfavorecidas*. Dissertação de Mestrado em Economia Social e Solidária. Lisboa: ISCTE (mimeo).
- GAMA, António (1987) “Indústria e Produção de um espaço Peri-urbano”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 22: 33-54.
- HARDIN, Garrett (1968). “The Tragedy of the Commons”. *Science, New Series*, 162(3859): 1243-1248.
- HERCULANO, Alexandre (s/d) “Breves reflexões sobre alguns pontos de economia agrícola. 1849”. In *Opúsculos*, vol. vii: 23-46. Lisboa: Livraria Bertrand.

- HESPAHNA, Pedro (2009a). “Da expansão dos mercados à metamorfose das economias populares”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 84:49-64.
- HESPAHNA, Pedro (2009b). *Microempreendedorismo Popular e Associativo em Portugal. O sentido das mudanças*. Relatório do Projecto de Pesquisa “Microempreendedorismo e Associativismo em Países de Desenvolvimento Periférico”. Coimbra: CES.
- HESPAHNA, Pedro (2014). “Revitalizing rural communities through the commons. The case of the ‘Baldios’ in Portugal”. Seminar on *Forms of Collective Territory Management* organized by Istituto Svizzero, Rome (mimeo).
- McCAY, Bonnie J. e ACHESON, James M. (1987). *The Question of the commons: the culture and ecology of communal resources*. Tucson: University of Arizona Press.
- LOURENÇO, Joaquim (Org.) (2010). “Baldios da Lousã. 32 anos de história”. *Rev. Baldios*, 1(1).
- MONTEIRO, Paulo F. Gouveia (1985). *Terra que já foi Terra: análise sociológica de nove lugares agro-pastoris da serra da Lousã*. Lisboa: Salamandra.
- OSTROM, Elinor (2005). *Understanding Institutional Diversity*. Oxford: Princeton University Press.
- POPKIN, Samuel (1979). *The Rational Peasant*. Berkeley: University of California Press.
- RIBEIRO, Aquilino (1958). *Quando os Lobos Uivam*. Lisboa: Bertrand Editora.
- RODRIGUES, Manuel (1987). *Os baldios*. Lisboa: Caminho.
- SECO, Joaquim (2014) “Baldios de Vilarinho selecionados para documentário espanhol”. *Trevim*, 02/05/2014.
- SERRA, Rita; FERREIRA, Patrícia; SKULSKA, Iryna; ALAVEZ-VARGAS, Mayrén; SALGADO, Anailton; NUNES, João Arriscado, & GARCÍA-BARRIOS, Raúl. (2016). “Education for Sustainability in the Context of Community Forestry”. In *Biodiversity and Education for Sustainable Development* (pp. 169-183). Springer International Publishing.
- SERRA, Rita; FERREIRA, Patrícia (2017). “Governança comunitária de florestas para crianças – kit pedagógico”. Publicações CES. Disponível em: < <http://ces.uc.pt/temp/scram/KitPedagogicoSCRAM.pdf>>.
- SIMÕES, Sara; CRISTOVÃO, Artur (2012). “Baldios no norte de Portugal: o papel da propriedade comunitária no desenvolvimento local”. Comunicação ao *VII Congresso Português de Sociologia*. Acesso em: 12 dez. 2012. Disponível em: <http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP1190_ed.pdf>.
- TENGARRINHA, José (1994). *Movimentos Populares Agrários em Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- VAN LAERHOVEN, Frank; OSTROM, Elinor (2007). “Traditions and Trends in the Study of the Commons”. *International Journal of the Commons*, 1(1):3-28.
- WADE, Robert (1987). “The management of common property resources: collective action as an alternative to privatisation or state regulation”. *Cambridge Journal of Economics*, 11: 95-106.
- WAGNER, Peter (1994). “Enablement and constraint. Understanding modern institutions”. In: *A Sociology of Modernity*. London: Routledge, 19-33.

(Página deixada propositadamente em branco)

**NOVAS DINÂMICAS DOS TERRITÓRIOS RURAIS:
A PARTICIPAÇÃO LOCAL, O REFORÇO E
DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO
E DA GESTÃO PÚBLICA**

**Maria Adosinda de Almeida Henriques/
adosinda@drapc.min-agricultura.pt**

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

*Trata bien a la tierra, no te la han dejado tus padres, te la han
prestado tus hijos. No heredamos la Tierra de nuestros ancestros, nos
la prestan nuestros hijos.*

(Jefe Seattle¹)

Deixo aqui este texto pelo meu amigo António Gama. Ele faz parte de um grupo de exceção com quem muito aprendi e está profundamente ligado ao percurso de estudo e reflexão que marcou a minha formação como socióloga e como pessoa. O interesse do António pelas questões do território e pelos estudos rurais deu-me o privilégio de o conhecer e com ele partilhar mais do que o seu enorme conhecimento, a sua enorme amizade.

Longe vão os tempos em que a abordagem às questões do território, em particular dos territórios rurais, me começou a remeter para os trabalhos do

¹ Citado em *Declaración de Manila de la Conferencia Internacional sobre Industrias Extractivas y Pueblos Indígenas*, 2009.

António, que conhecia como ninguém estas e outras temáticas. Daí para cá e sobretudo ao longo das últimas décadas os espaços rurais sofreram grandes alterações. Não pretendo aqui analisar estas transformações, apenas reforçar a necessidade de continuar a refletir sobre a dificuldade de adequar os recursos disponíveis à diversidade destes espaços. De facto, apesar das perspetivas territoriais para o desenvolvimento rural terem ganhado perfil de políticas públicas e terem obtido recursos financeiros para a sua realização, a sua aplicação só marginalmente se dirigiu ao reforço da pequena agricultura familiar, deixando de fora os grupos mais necessitados e desorganizados.

Pretendo, assim, retomar a discussão sobre aspetos que continuam a ser desvalorizados na definição e, sobretudo, na execução da política agrícola e rural e reforçar a necessidade de alterar o rumo ou dar consistência às tendências de mudança destas políticas públicas.

Nesse sentido, destaco, sobretudo, três aspetos que me merecem especial atenção na prossecução deste objetivo: a necessidade de valorização da pequena agricultura familiar; de ampliação da participação dos cidadãos nos processos de desenvolvimento rural e local e de reforço da autonomia democrática dos vários agentes locais; e, ainda, o reforço e democratização do Estado e da gestão pública.

As lógicas da diferenciação e a eterna questão da Pequena Agricultura Familiar e da sua (des)valorização

Apesar da pequena agricultura ter um papel inegável nas economias rurais, ela nunca foi central nas políticas públicas em Portugal. A sua importância² e a

² Nas duas últimas décadas a atividade agrícola e florestal no país tem vindo a diminuir. No entanto e particularmente na Região Centro, ela continua a ocupar uma parte muito significativa do território e assume ainda uma importância fundamental no suporte alimentar das famílias, na preservação da paisagem e na proteção da natureza, assim como complementa e se articula com outras atividades não agrícolas, fora e dentro da exploração agrícola. Na área de intervenção da Direção Regional de Agricultura do Centro mais de 90% das explorações com SAU (Superfície Agrícola Útil) são familiares e de pequena dimensão (pequenas ou muito pequenas).

necessidade de privilegiar o apoio a este tipo de agricultura levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a declarar o ano de 2014 como *Ano Internacional da Agricultura Familiar*. Mesmo aqui o debate não foi consensual, tendo ficado patente a incoerência das políticas que têm claramente excluído os pequenos produtores da maioria dos programas de apoio ao desenvolvimento do setor agrícola e rural. Esta iniciativa que mobilizou, também em Portugal, um amplo debate sobre o tema, teve a grande virtualidade de colocar de novo a agricultura familiar no centro da reflexão sobre as opções das políticas agrícolas.

“A agricultura transformou-se no plano tecnológico, sofreu um acentuado ajustamento estrutural, as unidades agrícolas especializaram-se e diferenciaram-se, uma grande parte das explorações agrícolas depende agora da articulação das famílias com o sistema social e económico não agrícola”.³ Apesar destas transformações, não se tem mostrado fácil o desenho e definição de medidas de políticas agrícolas adequadas à diversidade dos *mundos rurais*, à pequena agricultura familiar, de modo a colocar estes territórios e as suas populações num lugar central das políticas públicas e, assim, cumprir os objetivos de coesão social e territorial.

É hoje um dado indiscutível que o olhar sobre o rural é bem diferente do passado e “é clara uma tendência para transformar os espaços rurais de agricultura em retração, em espaços de consumo, em espaços de visitação, fruição, em paisagens e experiências” (Fernandes, 2009).

Já nos princípios dos anos 90 Oliveira Baptista referia: “emerge uma questão do espaço autonomizada da agricultura; a sociedade rural assenta cada vez menos na atividade agrícola; esta já não unifica o espaço e a sociedade rural. Desenha-se, assim, a dissociação da agricultura, do espaço e da sociedade rural. Esta é agora uma face marcante do território portugu s” (Baptista, 1993). Acrescentaria, a propósito destas alterações, que apesar disso “ainda não se estruturou uma vida socioecon mica que se sobreponha aos destroços dos anos

³ Intervens o de F. Oliveira Baptista na Sessão de Comemoração dos 30 anos da SPER (Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais).

em que rural era sinónimo de agricultura. O rural já não é agrícola mas ainda não é *outra coisa*” (Baptista, 2011).

Apesar desta constatação, as opções de política agrícola não têm sido no sentido de contribuir claramente para o reforço articulado da diversidade do espaço rural centrado nas pequenas explorações que, como é sabido, constituem a maioria das explorações agrícolas do país. Ao contrário, a maior parte dos recursos disponíveis continuam a ser dirigidos para uma minoria, mais capitalizada, de agricultores.

Muito embora as alterações da sociedade rural sejam reconhecidas por todos, é débil a articulação da problemática da agricultura à problemática da diversidade de modo a dar conteúdo às novas funções do espaço rural. “Se as medidas destinadas à multifuncionalidade forem esvaídas de um enquadramento de apoio sustentado, assente na economia local, os benefícios decorrentes das novas funcionalidades ficam confinados ao *rural para visitar* (o que parece) sem se repercutir no *rural para viver* (o que é)”, acabando por desaparecer (Figueiredo, 2009).

O facto de o mundo rural e agrícola ser hoje profundamente influenciado por objetivos de natureza não-diretamente produtiva, em que é essencial construir uma forte representação social do fenómeno da diferenciação, implica políticas de intervenção no espaço rural que assinalem as especificidades locais, socorrendo-se de mecanismos de valorização de produtos tradicionais e de recursos produzidos e irrepetíveis, como são a paisagem, os modos de vida e sociabilidade e os recursos patrimoniais de vária natureza. Ora é aqui que políticas dirigidas à agricultura familiar têm um importante papel a desempenhar de modo a que esta valorização beneficie diretamente os produtores e quem vive e habita nesses espaços e não seja, apenas, em proveito de quem os visita.

Se as políticas de integração europeia puseram na ordem do dia estas lógicas de diferenciação dos espaços rurais, ao mesmo tempo que as dimensões produtivas da política agrícola se foram alterando substancialmente, elas só marginalmente têm contribuído para alterar as condições de vida das populações rurais. Contrariamente, o que tem acontecido é que os setores chamados *menos competitivos* têm ficado maioritariamente fora dos apoios necessários à

sua revitalização. Os casos de sucesso em algumas atividades ou regiões não foram suficientes para inverter uma situação de desequilíbrio face ao mundo não rural.

Com efeito, os programas intitulados de desenvolvimento rural, apesar de integrarem alguns mecanismos de apoio no sentido de dar resposta às novas solicitações decorrentes da nova perspetiva e discurso sobre o rural, não se mostraram suficientes para constituir recursos para novas formas de negócio, consumo, produção, identidade de base local e que possam, também, integrar camadas mais débeis das populações rurais que têm sido sistematicamente arredadas das políticas públicas. Isso implicaria a integração do conjunto dos grupos e organizações locais para o diagnóstico e planeamento estratégico e participativo do desenvolvimento local, ordenando a partir daí a organização de programas e projetos, e a definição de orçamentos para o desenvolvimento (Rover e Henriques, 2007).

“Importa que as políticas se orientem não para destinatários idealizados, mas sim para os destinatários reais que decidem e agem no terreno. O problema tem a maior relevância prática, uma vez que uma soma vultuosa de recursos tem sido canalizada nas duas últimas décadas para projetos de desenvolvimento rural e local, sem ter em conta a heterogeneidade dos públicos e as diferenças de recursos e de poder. Historicamente envolvidos em atividades agrícolas, com menor organização para o mercado e, certamente, mais necessitados de apoios para a produção de novas alternativas para o seu desenvolvimento económico, os agricultores familiares, de perfil supostamente menos empreendedor, ficaram maioritariamente à margem do acesso aos apoios comunitários” (Hespanha, 2003).

Isto mesmo é reconhecido na *Declaração de um Grupo de Economistas Agrários* apresentada à comunicação social em Bruxelas no ano de 2009. Segundo esta declaração “o princípio de coesão conferiu à UE um papel de ajuda às regiões menos favorecidas para desenvolverem o máximo do seu potencial. O desenvolvimento rural pode integrar essas políticas em áreas remotas e subpovoadas, mas os programas de desenvolvimento rural da atual PAC (Política Agrícola Comum) não são dirigidos, prioritariamente, para as áreas com necessidades

mais prementes nem para os agricultores com mais baixos níveis de rendimento, nem se integram, habitualmente, numa visão abrangente e coerente de desenvolvimento local⁴.

É, assim, evidente a necessidade de um esforço institucional de discriminação positiva dos grupos menos favorecidos no conjunto das políticas públicas de desenvolvimento local e não apenas em políticas de carácter social.

Na medida em que as atividades agroflorestais, com especial destaque para as associadas à pequena agricultura familiar, de que aqui se cuida, são ainda determinantes em grande parte dos territórios, até pela ausência de outras, tendo uma importância elevada na economia e no emprego e também na preservação do ambiente e da biodiversidade, é urgente mudar a conceção de gestão do território e implicar as políticas públicas nessa mudança.

Reis, a propósito da sua abordagem sobre as políticas do território, autonomiza “a que se dirige aos espaços de baixa densidade, aqui entendida não apenas como baixa densidade demográfica mas essencialmente como rarefação socioeconómica” e realça a importância de também este território qualificado como território de baixa densidade dever “ser na mesma sujeito de políticas e elemento de coordenação de atores. Claro está que a estas políticas presidem fins próprios: estruturação territorial, organização e valorização de recursos específicos, definição de condições de bem-estar e acesso a padrões gerais de sociabilidade, qualificação institucional (...). É justamente na medida em que estes espaços são espaços de articulação do conjunto do território e lugares onde tem de ser garantido o acesso dos cidadãos que aí residem a serviços de natureza universal que eles são relevantes para as políticas públicas” (Reis, 2015).

⁴ Declaração de um *Grupo de Economistas Agrários de Primeira Linha*, “Uma Política Agrícola Comum orientada para os Bens Públicos Europeus” (apresentada à comunicação social em Bruxelas, em novembro de 2009).

A urgência da ampliação da participação das populações nos processos de desenvolvimento rural e local e a necessidade de reforço e democratização do Estado e da gestão pública

Continua, assim, atual a reflexão sobre o papel do Estado, por um lado, e, por outro, a forma de *governança local* que possibilite e garanta uma maior capacidade de organização e autonomia das populações locais para formular as políticas e as estratégias organizativas no sentido do seu desenvolvimento futuro.

A constituição de modelos autónomos de gestão das políticas territoriais é apresentada como o ponto de estrangulamento nas discussões da teoria democrática participativa. Isto ganha particular ênfase no que se refere à relação entre Estado e Sociedade Civil no rompimento com modelos centralizadores de construção das políticas públicas, de modo a superar o favorecimento de grupos organizados com interesses específicos e, pelo contrário, beneficiar os grupos mais desorganizados e vulneráveis.

Existe um amplo consenso relativamente à necessidade da participação dos agentes destinatários das políticas na construção de processos de planeamento do desenvolvimento local, por distintas razões: por preocupações democráticas, ou por procurar maior eficácia nos processos de gestão local. A participação tornou-se um "lugar-comum" no discurso de diversas lideranças políticas e sociais locais. Importa saber, no entanto, se estas motivações de ampliação da participação apontam para uma maior autonomia das pessoas e grupos locais ou para a manutenção de práticas de dominação política e económica.

É neste contexto que entendo que o papel dos vários agentes e atores locais, quer seja perante as políticas de integração europeia, quer na relação com o Estado, não deve reduzir-se a uma relação de simples absorção das políticas estatais mas sim de negociação efetiva a partir dos interesses locais. Ao nível de representação, deverão integrar e ampliar os interesses da população do território local, nomeadamente as franjas mais débeis e com menor capacidade de organização. Este deverá ser o sentido da sua atuação, sobretudo quando se trata da gestão de políticas públicas destinadas às regiões e territórios desfavorecidos.

Em Portugal, uma política europeia de desenvolvimento rural que valorizasse o rural, promovesse os seus elementos diferenciadores, contra a homogeneização e especialização a que a política agrícola se tinha reduzido, tinha de ter uma base, carecia de interlocutores organizados localmente (Henriques, 2001), papel que as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) desempenharam, embora nem sempre tenham conseguido integrar a representação dos grupos e atores locais tradicionalmente arredados destes processos, como é o caso dos rurais mais ligados à pequena agricultura que, por norma, têm menos capacidade organizativa e negocial.

Assim, em muitos territórios locais, o esforço de concertação político-institucional junto das populações e organizações para construir consensos relativamente a estratégias de desenvolvimento regional e definir projetos prioritários nesse sentido tem-se revelado precário. Autonomia como luta política implica, em cada organização, lutar pelo seu espaço político-institucional nos processos de desenvolvimento e não apenas desempenhar o papel de “extensão do Estado”. Não raras vezes foi este o papel assumido por essas entidades, aliás incentivado pelo próprio Estado numa lógica de privatização de serviços que a ele deviam competir. Embora em articulação com os agentes locais, o Estado não se deve demitir do papel fundamental que lhe cabe na regulação e monitorização das políticas, sobretudo quando se trata de setores mais carenciados do apoio público.

As últimas décadas têm vindo a demonstrar a necessidade de uma maior participação da comunidade nas causas comuns mas, também, de “uma participação muito mais significativa do Estado que, com as suas fragilidades, ainda constitui o melhor instrumento de coordenação dos esforços sociais de que dispomos. Mas se trata de um Estado muito mais regulador do conjunto dos esforços da sociedade” (Dowbor *et al.*, 2010), o que implica também o reforço e democratização do Estado.

Uma nova governação que seja participativa “implica que no espaço público a boa gestão se consegue por meio da articulação inteligente e equilibrada do conjunto dos atores interessados no desenvolvimento (*stakeholders*). É uma gestão que busca ‘responder’, ou ‘corresponder’ aos interesses que diferentes

grupos manifestam, e supõe sistemas amplamente participativos, e em todo o caso mais democráticos (...), além da ampliação da transparência de todos os processos” (*idem, ibidem*). Como acentuam estes autores, “a eficiência é medida não só no resultado, mas no processo” (*idem, ibidem*).

Igualmente, Hespanha refere que “contrariamente às concepções neoliberais que têm vindo a inspirar muitas políticas públicas, o papel regulador do Estado nesse processo de desenvolvimento continua a ser decisivo para evitar que aumentem as desigualdades sociais e a segregação social entre o espaço urbano e o espaço rural ou entre as diferentes componentes do espaço rural (...) o papel regulador do Estado deve assentar num tipo de intervenção diferente, mais descentralizada e mais partilhada, capaz de envolver na discussão e descoberta de soluções os diferentes atores sociais, desde as autarquias, as associações, as organizações voluntárias e outras instituições locais (...) e, obviamente, o cidadão comum” (Hespanha, 2003).

O direito a participar não deve, por isso, ser interpretado apenas como ideal democrático, mas também como um mecanismo que garanta maior eficácia e efetividade dos processos de desenvolvimento local. Através de uma participação ao nível da decisão e integrada por amplos contingentes da população local, é possível aproveitar o *saber-fazer*, o conhecimento detalhado da realidade e a vontade de agir dos atores sociais locais.

Efetivar dinâmicas autónomas de desenvolvimento local implica ampliar a capacidade dos sujeitos sociais, para se constituírem também eles como sujeitos autónomos. Deste modo, esta participação não deve ser apenas consultiva e delegativa mas, sim, assumir-se como uma participação ativa, para não se reproduzirem – ainda que de forma subtil – novos processos de dominação (Rover e Henriques, 2006). É importante que este debate sobre as formas de participação e representação de interesses não fique à margem do discurso oficial sobre o desenvolvimento rural.

A experiência passada e o reconhecimento de que as políticas públicas são fundamentais para a criação de condições para o desenvolvimento, remete-nos para a necessidade de ultrapassar a dificuldade em “gerar iniciativa autónoma, mobilizar os recursos locais e criar confiança” (Hespanha, 2003). “O problema

tem a maior relevância prática uma vez que uma soma vultuosa de recursos tem sido canalizada nas duas últimas décadas para projetos de desenvolvimento rural e local, sem que a heterogeneidade social dos públicos, as diferenças de recursos e de poder, a trama das redes e dos grupos de interesses, o historial dos episódios de cooperação e de conflito tivessem sido tidos em conta ou constituído um problema” (*idem, ibidem*).

É, portanto, evidente a necessidade de um maior controlo sobre o uso e gestão dos recursos públicos aplicados em cada local/região e sobre a gestão do processo de desenvolvimento. No entanto, mais do que controlo, afinal, a gestão deve compor-se também de planeamento, direção e organização, o que torna necessária a constituição de processos mais efetivos de gestão social do desenvolvimento local. Como afirma Hespanha, “há necessidade de um agente legitimado para mobilizar e mediar as ações dos intervenientes, que garanta a expressão equilibrada de interesses, que evite a sobreposição de atuações e que vele pela melhor utilização de recursos” (Hespanha, 2000). A meu ver, a falta de mecanismos de coordenação, dado que a gestão destes processos pelos vários agentes locais que operam nos territórios rurais, sobretudo nos anos mais recentes, não se tem mostrado suficiente, evidencia a necessidade de reforço e intervenção do Estado. O próprio Conselho Económico e Social (CES) refere que o papel do Estado passa também pela criação de condições de diálogo entre as suas instituições e a sociedade (CES, 2008).

A construção de um desenvolvimento local com autonomia passa também pela identificação de necessidades e interesses comuns entre diferentes atores socioeconomicamente fragilizados e a sua organização para a satisfação destas necessidades e interesses. Postular a mobilização da sociedade civil não é apenas estabelecer entidades capazes de receber tarefas de gestão descentralizadas pelo Estado, mesmo que o façam com maior eficiência. É sobretudo criar capacidade de autonomia no conjunto dos atores individuais e coletivos locais, abrindo espaços para novos experimentalismos (Santos e Avritzer, 2002), gerando criatividades e iniciativas, “contra o desperdício da experiência” (Santos, 2000).

O aprofundamento da democracia política, social ou económica – e pensar estas dimensões em conjunto no âmbito local –, pressupõe a democratização

e descentralização do Estado, novas práticas de participação ativa dos(as) cidadãos(ãs) em espaços públicos estatais ou civis, além de garantir que pessoas e grupos que ainda não se constituíram como atores protagonistas do seu desenvolvimento tenham espaço para tal. A criação de uma diversidade enorme de associações não correspondeu ainda à expressão de um setor verdadeiramente autónomo, pois está-se frequentemente perante o tratamento privado de objetivos públicos (Henriques, 2001). Espera-se, portanto, que o Estado seja parte ativa e integrante no processo de regulação de uma sociedade em crise e que se ressentida cada vez mais da desregulação a que tem sido sujeita pelo papel de passividade a que os poderes públicos se têm remetido.

Todas estas questões, fruto da reflexão e estudo destes temas, feita sobretudo por um conjunto notável de Autores com um conhecimento profundo da sociedade rural e dos quais, aqui, apenas citei alguns de entre eles, realçam a importância da investigação em áreas como a Economia Agrária e Sociologia Rural. No entanto, aos estudos rurais, que tiveram entre nós grande desenvolvimento a partir, sobretudo, de finais da década de 70 continuam, ainda, a colocar-se grandes desafios.

J. Reis atribui “à agenda de investigação de finais de setenta princípios de oitenta sobre o rural uma preocupação mais metodológica e problemática do que disciplinar ou setorial”. Acrescenta que “os seus efeitos (mais ou menos fracos, mais ou menos fortes) repercutiram-se tanto na leitura que queríamos fazer da sociedade portuguesa, quanto na que queríamos fazer dos meios rurais e das atividades agrícolas” (Reis, 2001).

Como outrora, em que “nos estudos rurais se concentraram preocupações e interesses cujo significado e amplitude ultrapassavam em muito a própria matéria empírica” (*idem, ibidem*) também agora só indo além dos estudos setoriais se conseguirá uma melhor compreensão da complexidade e diversidade dos problemas que se colocam a estes territórios no sentido do seu desenvolvimento.

Importa, por isso, aproximar cada vez mais a investigação da prática técnica de modo a que os resultados dessa investigação influenciem a definição, gestão e desempenho das políticas públicas. Só assim, a meu ver, estudar e investigar estas realidades faz sentido. Não deixa de ser inquietante que, apesar da evidência

dos estudos rurais, decorridas quatro décadas, grande parte destas preocupações continuam a ser desvalorizadas.

Atrever-me-ia a dizer que precisamos, como o António tão bem soube fazer, de “olhar o mundo, ler o território, viajar pelos mapas”. E, quem sabe, ele nos possa dizer como é, afinal, *Portugal Visto do Céu*.

Referências bibliográficas

- A common agricultural policy for European public goods. Declaration by a group of leading agricultural economists* (2009) [acesso em 10 de março de 2016; disponível em www.reformthecap.eu/posts/declaration-on-cap-reform].
- Baptista, Fernando Oliveira (1993). *Agricultura, espaço e sociedade rural*. Coimbra: Fora do Texto.
- Baptista, Fernando Oliveira (2011). Os contornos do rural. In Figueiredo, E. (coord.geral), *O rural plural: olhar o presente, imaginar o futuro*. Castro Verde: 100LUZ.
- Dowbor, Ladislau; Sachs, Ignacy & Lopes, Carlos (orgs.) (2010). *Riscos e oportunidades em tempos de mudança*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire; Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil.
- Fernandes, A. M. (2009). O discurso urbano de reinvenção da ruralidade: da crise à construção de um ideal consumível. Comunicação apresentada no *IV Ciclo Anual Jovens Cientistas Sociais*, CES, Coimbra.
- Figueiredo, E. (2009). Ser rural ou parecer rural? Representações rurais e urbanas do ambiente, do desenvolvimento e da ruralidade. Comunicação apresentada na Conferência *Territórios de Baixa Densidade em Tempos de Mudança*, 20 e 21 de março de 2009, Proença-a-Nova.
- Henriques, M. A. (2001). Uma alternativa associativa para o desenvolvimento rural? *1.º Congresso de Estudos Rurais*, Vila Real, 16 a 18 de setembro de 2001.
- Henriques, M. A. (2002). Globalização e integração diferenciadora dos espaços rurais. In Reis, José & Baganha, Maria Ioannis (orgs.), *A economia em curso: contextos e mobilidades*. Porto: Afrontamento.
- Henriques, M. A. (2011). Presente e futuro do desenvolvimento rural-territorial. Novas formas de governação na programação para além de 2013. In Figueiredo, E. (coord.geral), *O rural plural: olhar o presente, imaginar o futuro*. Castro Verde: 100LUZ.
- Hespanha, P. (2000). Problemas sociais em espaço rural: políticas e atores. In *Estudo de avaliação contínua do PIC LEADER II* (volume de anexos). Lisboa: DGDR/GEOIDEIA/IESE.
- Hespanha, P. (2003). Os estudos rurais e a economia agrária. Novas oportunidades e desafios à investigação. Conferência na sessão plenária do *V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais "Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada"* Bragança, 24 de outubro de 2003.
- Reis, J. (2001). Observar a mudança: o papel dos estudos rurais. *Oficina CES*, n.º 165, novembro 2001.
- Reis, J. (2015). Território e políticas do território. A interpretação e a ação. *Finisterra*, L(100), 2015, pp. 107-122.

- Rover, O. & Henriques, M. A. (2006). O programa LEADER e a sua relação com a sociedade civil local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 75, pp. 117-137.
- Santos, Boaventura de Sousa (2000). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002). *Democracia e participação: o caso do orçamento participativo de Porto Alegre*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa & Avritzer, Leonardo (2002). Introdução: para ampliar o cânone democrático. In B. S. Santos (org.), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- União Europeia, Comité Económico e Social Europeu (2009). Parecer sobre a necessidade de uma ação concertada a nível da EU para reforçar a sociedade civil em zonas rurais, com particular destaque para os novos Estados-Membros. *Jornal Oficial da União Europeia* (2009/C 175/07), pp. 37- 42.

(Página deixada propositadamente em branco)

**MORFOGÉNESE E INTENÇÕES, PLANOS E PROJETOS
DE ATRAVESSAMENTO DA BAIXA DE COIMBRA:
OUTROS CONTRIBUTOS DE UM GEÓGRAFO**

Mário Gonçalves Fernandes
mgfernan@letras.up.pt

Departamento de Geografia da Faculdade de Letras
da Universidade do Porto

Nota prévia

Como em publicação de homenagem anterior, a uma geógrafa¹, também aqui se apresenta um texto preexistente, divulgado em círculos restritos mas não publicado, assumidamente inalterado, que consubstancia parte do contributo de um geógrafo para a construção de um documento que visa a transformação de um território, no caso presente, o *Documento Estratégico para a Primeira Unidade de Intervenção na Cidade de Coimbra*², que enquadra e enforma a inserção do Metro Ligeiro do Mondego na Baixa da cidade de Coimbra.

A clara relação intrínseca entre a cidade de Coimbra e António Gama Mendes, acrescentada à memória das nossas conversas nas noites de sábado que

¹ O texto de 2005, “Plano de Pormenor da Zona Ribeirinha Nascente em Vila do Conde: contributos de um geógrafo”, Porto, *Revista da Faculdade de Letras, Geografia*, I Série, Vol. XIX: 429-439; em homenagem à Prof^a Rosa Fernanda Moreira da Silva.

² 2007, *Documento Estratégico para a Primeira Unidade de Intervenção na Cidade de Coimbra*, Coimbra Viva SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, S.A. (policopiado, coordenação c/ Rui Passos Mealha).

mediavam o meu labor de estudante de mestrado na Coimbra da década de 1990, fazem com que a adequação deste texto como pequena parcela do livro em sua homenagem se me apresente evidente. Além do mais, relendo o texto, reencontro-o atualizado, importando apenas acrescentar alguns contributos de referência recente³, que, no essencial, confirma, com a investigação, os pressupostos estribados na experiência de investigações sobre outras cidades.

Enquanto geógrafo, mantenho a ideia de carrear elementos decorrentes da análise morfogenética para, pelo debate, contribuir para delinear o *concept*, a ideia conceptual geradora subjacente à proposta de plano e/ou projeto de intervenção.

Optando por alimentar a reflexão em torno do papel do geógrafo na conceção da ação sobre o território a esta escala, continuam a considerar-se pertinentes as referências de há cerca de uma década, sublinhando-se que é na compreensão do lugar que, com arrojo e ponderação, deve assentar uma das âncoras incontornáveis do plano e/ou projeto.

Morfogénese urbana

Quer literalmente, no âmbito geomorfológico, quer por analogia, no que à morfologia urbana concerne, a Baixa de Coimbra é uma área de sedimentação prolongada. Não o é menos a Alta, naturalmente, onde o povoamento assentou origens, talvez pré-romanas, num *morro calcário* desde cedo fortificado, para a resistência luso-romana às invasões Bárbaras (Martins, 1983, 1.^a edição 1951: 41 e 44-45), e cujos muros seriam sucessivamente reforçados e renovados até serem parcialmente substituídos, nas intervenções pombalinas, com o seu chão transformado em eixos de articulação entre a Alta e a Baixa, as *courças* (Rossa, 1997: 307). As suas portas *não atingiam a planície de inundação* (Rebello, 1999: 11) do Mondego, cujo contínuo assoreamento, apesar dos inelutáveis soterramentos,

³ 2015, Margarida Isabel Barreto Relvão Calmeiro, *Urbanismo antes dos Planos: Coimbra 1834-1934*, Doutoramento em Arquitetura, na Especialidade de Teoria e História de Arquitetura Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

foi insuficiente para impedir a formação e desenvolvimento de um arrabalde ribeirinho. Este, pela posição privilegiada enquanto encruzilhada de caminhos protegida pelas muralhas e *aproveitando as facilidades de um vau estreito e seguro*, reforçadas pela ponte que a técnica romana terá edificado, tornar-se-ia, além de *ponto de passagem*, num lugar *de pausa na progressão*, propiciador do trato comercial (Martins, 1983, 1.^a edição 1951: 44-45).

Como para a Alta, também a data da génese da Baixa de Coimbra é indeterminada e, embora seja factualmente seguro precisar a existência de nódulos morfogenéticos no século XII e a generalidade das suas ruas estejam *atestadas* apenas a partir do século XII (Alarcão, 1999: 3), o seu esboço terá sido certamente anterior. De qualquer forma, como A. Fernandes Martins esquematizou no seu *esboceto* (Figura 1), no século XII estavam constituídos os elementos fundamentais geradores e agregadores da Baixa coimbrã: a porta da Almedina, as igrejas paroquiais então reconstruídas (S. Bartolomeu, S. Tiago e Santa Justa) e o mosteiro de Santa Cruz. Todos marcadamente articulados pela estrada Norte-Sul, que seguia desde o Arnado pelas ruas dos Caldeireiros (depois rua Direita, porque direta a Santa Cruz), do Coruche (actual Visconde da Luz), dos Francos (atual Ferreira Borges) e pelo Largo da Portagem, ancorando-se na ponte sobre o Mondego, então mandada edificar por D. Afonso Henriques.

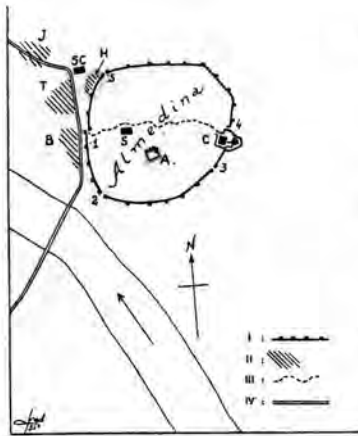


Fig. 4-A - A Almedina e o Arrabalde coimbricenses nos meados do séc. XII. (Esboceto.)

LEGENDA :

- I - Circuito muralhado da Almedina.
1 - Porta de Almedina; 2 - Porta de Belcouce; 3 - Porta da Traição; 4 - Porta do Sol; 5 - Porta Nova.
A - Alcáçova. C - Castelo. S - Sé Velha.
- II - Áreas prováveis dos núcleos arrabaldeiros.
B - S. Bartolomeu. T - S. Tiago. J - Santa Justa. H - Bairro judeu, não referido no texto, que tinha seu núcleo na actual rua do Corpo de Deus. SC - Mosteiro de Santa Cruz.
- III - A principal artéria da circulação intra-muros (do Castelo à Porta de Almedina, pelo Rego de Águas, rua das Covas, Quebra-Costas).
- IV - Tramo da estrada de Lisboa a Portucale (Lisboa-Porto), traçado no subúrbio coimbricense pela Calçada (desde a ponte no terreiro de Santa Cruz) e pela Via Direta (Rua Direita).

Figura 1

Esboço de A. Fernandes Martins (1983, 1.^a edição 1951: 52)

Papel relevante terá sido o do Mosteiro de Santa Cruz consubstanciando-se como fator essencial de desenvolvimento de toda a Baixa. De facto, integrando o Vale da Ribela na sua cerca e assim contendo a progressão do casario vale acima (o que só aconteceria na segunda metade do século XIX, possibilitado pela desamortização dos bens das ordens religiosas ocorrido em 1834) “o mosteiro cedo promoveu uma característica operação de urbanização no espaço compreendido entre si e o rio, um primitivo núcleo rural em torno da primitiva Igreja de Santa Justa a norte e a extensão em ‘baixa’ da cidade Alta a sul, não sem prover na criação do espaço intermédio que hoje é um dos principais polos de centralidade da cidade, a Praça 8 de Maio”, como explicitou Rossa (2005: 3-4).

Paulatinamente, a malha urbana da Baixa foi-se estruturando, com uma *morfologia genericamente orgânica* (Rossa, 2005: 4) nas proximidades das igrejas paroquiais e mais ordenada defronte do Mosteiro de Santa Cruz, de onde irradiam as ruas da Moeda e da Louça. A Quinhentista, retilínea e desafogada, Rua da Sofia (que se constituiria na nova saída da cidade, secundarizando a rua Direita) viria completar a estrutura geral em “leque”, nodolizado na Praça 8 de Maio e virado aos cais da margem do Mondego, então eventualmente mais próxima e irregular.

Cedo a cidade se recentraria funcionalmente na Baixa, com a intensificação da azáfama de artesãos e comerciantes, aprofundada e diversificada com a localização dos conventos das ordens mendicantes na periferia próxima e, depois, com os colégios da Rua da Sofia, função a que ficou limitada após a frustrada instalação da Universidade. De facto, a Rua da Sofia, “aberta como instrumento inicial da instalação da Universidade e produzida, financeira e urbanisticamente à custa e a partir do Mosteiro de Santa Cruz”, mostrar-se-ia insuficiente para o desenvolvimento ulterior da Universidade, afinal definitivamente localizada na Alta, que assim seria reanimada porque “reformada em peculiar e arcaico/precoce campus universitário” (Rossa, 2005: 6).

Conformava-se, assim, a *dual* Coimbra quinhentista, segundo a prosa de Martins (1983, 1.^a edição 1951: 58): “dual na topografia e no acomodar dos moradores – na Almedina, a vida estuante dos escolares, as maneiras comedidas

dos familiares do paço episcopal; na Baixa, o povo agremiado, a atividade dos oficiais mecânicos, os burgueses dados ao comércio”. Esta dualidade perduraria até ao século XIX, sendo aprofundada pelas intervenções pombalinas na Alta (1772/73), aqui vertidas num “urbanismo regrado (...) feito de formas e objetos arquitetónicos e não de grelhas viárias ou arruamentos” (Rossa, 1997: 308) e pelo encanamento artificial do Mondego, quando *estava em curso o ano de 1791* (Martins, 1983, 1.ª edição 1951: 62), o qual, além de explicar a mata do Choupal, minimizaria a irregularidade do regime fluvial e as dificuldades da navegabilidade.

Apesar de tudo, chegou o século XIX, Coimbra mantinha-se *uma cidade pequena*, como afirmou Martins (1983, 1.ª edição 1951: 63), “ou seja, a velha Almedina mais o casario da Baixa – que, alongando-se da Portagem à rua do Carmo, formava conjunto contínuo mas sem beirar o rio –, alguns colégios para além do Carmo e o arruado de Fora-de-Portas. Era tudo. Isso mesmo pode ser verificado pela observação da *Planta Topographica da Cidade e Arredores de Coimbra*” (Figura 2), levantada e desenhada em 1845, por Izidoro Emílio Baptista, *estudante da Universidade de Coimbra*, que Martins (1983, 1.ª edição 1951) copiou e reproduziu (Figura 3). De facto, apenas na segunda metade de Oitocentos esta realidade sofreria alterações, decorrentes do contexto de estabilização política que permitiu a concretização da política fontista de melhoramentos materiais, visando a formação e articulação de um espaço económico nacional e consubstanciada na melhoria da navegação fluvial e nas obras portuárias e na construção das rede ferroviária e de estradas, assente na ideia do *livre trânsito*, quer entre as povoações como no seu atravessamento, à qual se acrescentariam as preocupações higienistas de incremento da salubridade dos aglomerados urbanos.



Figura 2

Original da *Planta Topographica da Cidade e Arredores de Coimbra*, levantada e desenhada, em 1845, por Izidoro Emílio Baptista



Figura 3

Cópia da *Planta Topographica da Cidade e Arredores de Coimbra*, reproduzida por Martins (1983, 1.^a edição 1951: 58-59)

É então que, como noutras cidades do país, Coimbra registaria importantes transformações decorrentes do progresso material e da inovação técnica coeva. Assim, apesar de intervenções anteriores, na década de setenta realizam-se os *trabalhos definitivos e mais consistentes* (Macedo, 2005: 2) da regularização e aterros que permitiram elevar a cota da margem direita do Mondego e a abertura, em 1888, do tramo Norte da avenida Emídio Navarro. Em 1875 concluiu-se o processo de redesenho do largo da Portagem e de construção de uma nova ponte no lugar da estreita ponte do O. Entre 1857 e 1866, por ter sido designada como integrante da estrada real e por isso necessitar de se ajustar aos parâmetros legalmente definidos para a sua classe de estrada (Fernandes, 2005: 100-110), foi alargada e regularizada a rua de Coruche (então renomeada de Visconde da Luz).

Em 1864 chegaria o caminho de ferro à Estação Velha (Coimbra B), que por ser afastada da cidade leva à concretização, em 1874, do primeiro serviço urbano de transporte de passageiros, em carros americanos, o qual viria a ser suspenso, em 1885, com a construção do ramal ferroviário até à Estação Nova. Os transportes urbanos, agora com tração elétrica, apenas se reiniciariam em 1911 (Figura 4), então potenciados pelo crescimento da cidade pelo vale do Ribelas (então já pertencente ao domínio público), concretizado nas décadas de oitenta e noventa do século XIX, nomeadamente com a abertura da rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes, da avenida Sá da Bandeira e da praça de D. Luís (hoje da República), constituindo-se esta como rótula de articulação do conjunto de arruamentos da expansão (inaugurada em 1888 – Alarcão, 1999: 5), nomeadamente do Bairro de Santa Cruz e da ligação, finalmente facilitada à parte Alta da cidade.

Antes, em 1867, havia sido inaugurado o mercado municipal D. Pedro V, no lugar da antiga horta de Santa Cruz, e em 1879 realizara-se “a primeira sessão pública camarária na obra ainda inacabada” do novo edifício municipal, o qual, congregando a cada vez mais complexa e diversificada burocracia camarária (decorrente da criação de novos serviços como a iluminação urbana a gás, de 1856, o cemitério municipal da Conchada, de 1860, ou o saneamento da cidade, concluído em 1893 – Costa *et al.*, 1893: 25), mas também “as

dependências do Estado, tribunais, cartório, conservatório e escola” (Macedo, 2005: 4), viria reforçar a centralidade do largo 8 de Maio.

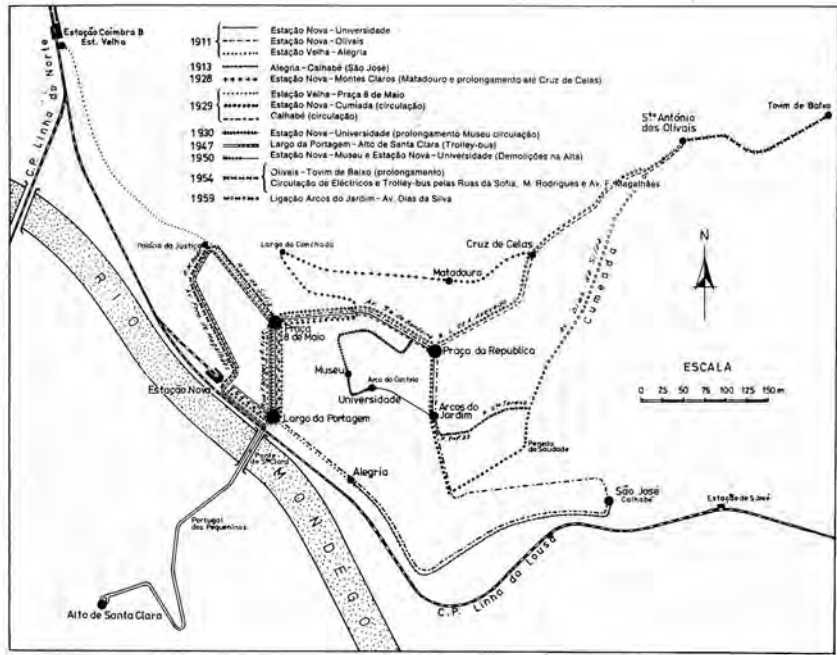


Figura 4
Redes dos transportes urbanos de tração elétrica em Coimbra

Fonte: Matos, 1986: 206.

Naturalmente, como se depreende, além dos investimentos do poder central, muito se deveu à iniciativa complementar do poder municipal. De facto, como noutras povoações, também em Coimbra o poder municipal tratou de promover o levantamento de cartografia rigorosa e de grande escala, consubstanciada na *Planta Topográfica de Coimbra* (Figura 5) levantada em 1873/74 (na escala de 1:500 e por João Alexandre Cesar Goullard e Francisco Aimé Goullard, os quais são também autores, juntamente com Carlos Pezerat da *Carta Topográfica da Cidade de Lisboa*, de 1856/58 e na escala de 1:1000, sendo o Francisco também

autor da *Planta de Braga*, na escala de 1:500 e de 1883/84), para sobre ela traçar o seu *plano de melhoramentos* (Macedo, 2005: 5), concretizando na década de oitenta a possibilidade prevista pelo Decreto de 31 de Dezembro de 1864, primeiro documento de abrangência nacional relativo ao planeamento urbano em Portugal. Aí se delineou a expansão da cidade, que a *Planta da Cidade de Coimbra*, na escala 1:2000 e que pensamos ser de finais do século XIX, já apresenta (Figura 6). Aliás, a planta, que segundo o Arq. José Santiago Faria se encontra no Museu Nacional Machado de Castro, pode estar relacionada com o *plano de melhoramentos*, efetuado ou a efetuar.

Finalmente, já durante a Primeira República, mas prolongando os princípios urbanísticos Oitocentistas, terá sido concretizado o *Parque da Cidade*, aproveitando o anterior aterro decorrente da regularização do Mondego e ter-se-á concluído a retificação e alargamento da rua da Madalena, ambos já marcados na *Planta Topográfica da Cidade de Coimbra*, levantada em 1932/34 (Torres, 2005: 5) e da autoria de José Baptista Lopes (Figura 7). Pela observação deste documento pode verificar-se que, apesar dos séculos e das transformações Oitocentistas, a Baixa que ficara definida no século XVI continuava quase intacta a nascente da rua da Madalena e assim se manteria até às últimas décadas do século XX, apesar das várias intenções e projetos de transformação.

Apesar das demolições encetadas pelo Estado Novo a partir de 1942 (Rosmaninho, 2005: 5), que arrasaram parte da Alta coimbrã, e da expansão moderna da Baixa a Norte do Arnado, a malha urbana tradicional da Baixa, a Baixinha, manter-se-ia inalterada, mantendo, no entanto, o seu papel proeminente na vida económica da cidade. Disto nos deixou testemunho A. Fernandes Martins e Sant'Anna Dionísio, com o primeiro a sublinhar os aspetos funcionais ao referir que “na zona chá rente ao rio, a Baixa, de estreitas e tortuosas ruas, conjugada com o Arnado, de artérias largas e traçadas a tira-linhas, não deixou de ser uma colmeia apinhada e é a sede eleita das atividades comercial e industrial” (Martins, 1983, 1.^a edição 1951: 76); e com o segundo a relevar as questões morfológicas quando caracterizava a Baixa como “constituída por um aglomerado de quarteirões antiquados e dispostos numa inextricável rede de ruas muito estreitas e tortuosas” (Dionísio, 1993, 1.^a edição 1944: 205),

salientando-a como exemplo de uma “impressão bem aproximada e sugestiva do que seria uma cidade antiga, na qual, em alguns recantos o sol dificilmente consegue penetrar e onde as casas, escuras e bastante altas, são tão vizinhas, que quase se beijam pelos bicos dos beirais, com os alinhamentos a fazerem os mais imprevisíveis rodeios” (Dionísio, 1993, 1.ª edição 1944: 209).

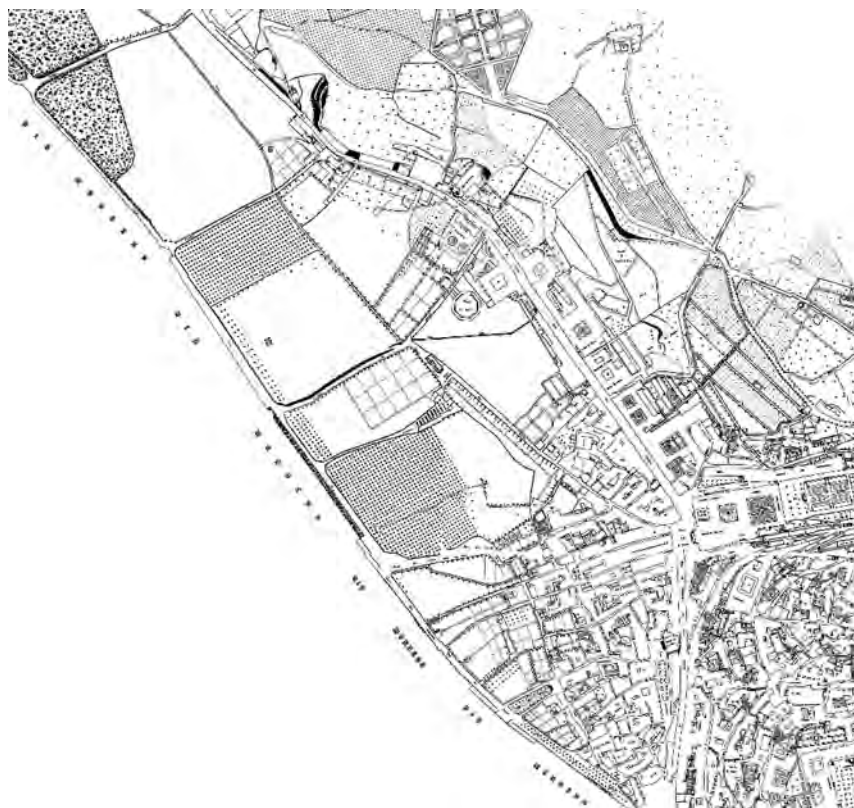


Figura 5

Reprodução reduzida e parcial da *Planta Topográfica de Coimbra*, de 1873/74



Figura 6
Planta da Cidade de Coimbra, c. finais do século XIX

Intenções, planos e projetos de atravessamento da Baixa

Não foi pela falta de ideias, intenções, planos e projetos que a malha urbana da Baixa perdurou. De facto, logo em 1865, provavelmente impulsionada pela predisposição aberta pelo Decreto de 31 de Dezembro de 1864, sempre visando o “livre trânsito” e a salubridade, terá existido uma “tentativa infrutífera de organizar um plano de melhoramentos da Baixa” (Rosmaninho, 2005: 2). Estas intenções ganhavam particular acuidade a partir do prolongamento do ramal ferroviário e da construção, em 1885, da nova estação junto ao largo das Ameias, pretendendo-se a articulação fácil da estação ferroviária, ou de suas proximidades, com os locais vitais da cidade, propósito que, aliás, esteve na origem de muitos projetos e concretizações em várias cidades do país. Em Coimbra, esta ideia levaria, desde logo, em 1891, à conceção da abertura de três arruamentos estruturantes, confluindo na estação ferroviária: “a primeira ligaria a Praça 8 de Maio ao Cais dos Oleiros; a segunda estabeleceria comunicação ampla pela

Rua da Madalena até à Portagem; por fim, a terceira ia pela Rua das Padeiras até à Rua Visconde da Luz” (Rosmaninho, 2005: 2). De todas, apenas se terá iniciado o alargamento da rua da Madalena, já que os restantes implicavam avultados investimentos em expropriações e arrasamentos.



Figura 7

Planta Topográfica da Cidade de Coimbra, 1932/34, de José Baptista Lopes

Sublinhe-se, como explicitou Rosmaninho (2005: 2), que “foi de arrasamentos que se falou durante setenta anos”, sempre que se pensou em intervir na Baixa, ideia que é confirmada, de facto, pela observação de cada um dos muitos planos e projetos elaborados desde o *projeto* de Abel Dias Urbano, de 1924, até ao *estudo urbanístico* de Fernando Távora, de 1992, a seguir discriminados:

1924 – *Projecto dos novos arruamentos na zona da Cidade limitada por Rua Ferreira Borges, Cais, Largo das Ameias e Praça 8 de Maio*, de Abel Dias Urbano;

1936 – *Plano de urbanização da parte baixa da cidade*, de Luís Benavente;

1940 – *Anteprojecto de Urbanização, de Embelezamento e Extensão da Cidade de Coimbra*, de Etienne De Gröer;

1955 – *Plano Regulador da Cidade de Coimbra*, de Antão de Almeida Garrett;

1956 – *Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra*, de Alberto José Pessoa;

1970 – *Urbanização da Zona Central da Cidade entre Santa Cruz e o Mondego*, de Januário Godinho;

1971 – *Plano de Urbanização da Baixa*, de Manuel Costa Lobo;

1992 – *Área Central – Programa de Intervenção*, de Jorge Carvalho e Paulo Fonseca;

1992 – *Eixo Bota Abaixo/Rio – Estudo Urbanístico*, de Fernando Távora.

De facto, nuns casos com maior amplitude e noutros de forma mais contida, sempre esteve pressuposta a intenção de efetuar demolições na Baixa e a necessidade de articular a estação ferroviária e/ou a margem do Mondego com a Praça 8 de Maio ou as suas proximidades, através da denominada Avenida Central (outras vezes de Santa Cruz). A ideia, é de tal modo recorrente que se manteve como o mínimo denominador comum de todos os planos e projetos elaborados.

Assim, quer o projeto de Dias Urbano (1924), quer o plano de Luís Benavente (1936), *faziam tábua rasa da malha medieval existente*, como afirmou José Santiago Faria, (2005a: 2). E ambos propunham novas teias de arruamentos, geometrizadas e a assentar o desenho dos eixos principais, provavelmente, no traçado em *pata de ganso* inspirado em Versailles e então em voga no plano das inglesas cidade-jardim, potenciando, além das questões funcionais, os efeitos de perspectiva sobre a igreja de Santa Cruz (Figuras 8 e 9).

Etienne De Groër, no seu *Anteprojecto*, de 1940, apesar de, noutra conceção, se mostrar adepto da cidade-jardim, diminui as demolições, mas mantém a proposta do atravessamento da malha tradicional por dois grandes eixos: um no enfiamento da rua Olímpio Nicolau Fernandes e outro, mais importante, defronte da igreja do antigo mosteiro, a Avenida de Santa Cruz (Figuras 10a e 10b), implicando a demolição da Estação Nova e o seu recuo para jusante (Lusitano dos SANTOS, 1983, p. 12). Antão de Almeida Garrett, no *plano regulador* de 1955, confirma o esqueleto de arruamentos proposto por De Groër, reafirmando e alargando a Avenida de Santa Cruz, mas limita o prolongamento da rua Olímpio Nicolau Fernandes apenas até à rua Direita (Figuras 11a e 11b), mantendo o alargamento desta também anteriormente proposto por De Groër.

As propostas de Alberto Pessoa, no *plano de remodelação* de 1956, mostram a emergência do urbanismo modernista e a influência da Carta de Atenas, o que, no caso, também implicava, de novo, as demolições generalizadas, aliás explicitamente defendidas ao afirmar que *toda a obra válida de urbanização terá forçosamente de constituir uma razia* (citado por Faria, 2005a: 7). Do tecido medieval apenas preservava a parte a Sul da nova avenida central proposta, neste caso no enfiamento de Santa Cruz e da câmara municipal (Figuras 12a e 12b).

Januário Godinho, em 1970, circunscreveu-se, explicitamente, à *urbanização da Zona Central da Cidade entre Santa Cruz e o Mondego*, mantendo as suas *variantes* de proposta dedicadas à ligação entre aquelas duas áreas: Santa Cruz e Mondego. No entanto, evitou Santa Cruz como enfiamento da avenida, em qualquer das soluções (Figura 13).

Com o plano de Manuel Costa Lobo, de 1971, *as avenidas ficam definitivamente afastadas do Mosteiro de Santa Cruz* (Faria, 2005a: 8), para se limitar ao enfiamento da rua Olímpio Nicolau Fernandes. Contudo, Costa Lobo introduz um elemento novo: um edifício vazado na continuidade da rua da Sofia, que pretende cerzir o rasgamento provocado por aquele prolongamento (Figura 14). A ideia será retomada em 1992, no *Programa de Intervenção* de Jorge Carvalho e Paulo Fonseca (Figura 15), para logo desaparecer, ainda no mesmo ano.

De facto, simultaneamente, os serviços camarários conceberam uma solução que, face às demolições já concretizadas, propunha o prolongamento da rua Olímpio Nicolau Fernandes, não incluindo aquele cerzimento. Esta solução seria depois *pormenorizada/desenvolvida* (Câmara Municipal de Coimbra, 1993: 29) por Fernando Távora (Figura 16). Entretanto, foi iniciada a execução, a qual, apesar de parcial, foi suficientemente importante, levando à edificação dos incontornáveis novos edifícios do Bota-a-Baixo, cuja concretização já previu os vazamentos para a passagem do metro de superfície.

Antes e depois, a manutenção do projeto de abertura da avenida levaria à demolição de grande parte do velho casario, nomeadamente, e recentemente, aquele que bordejava, pelo Sul, a rua João Cabreira. Agora, há que minimizar estragos, preservando, e evocando, o que for possível da antiga malha urbana, seja pela manutenção do alinhamento da rua da Sofia, pela simbolização da materialização do edificado na rua Direita, seja ainda através da opção pela organização morfológica tradicional, mantendo o mais possível os quarteirões existentes nas edificações a concretizar.



Figura 8

1924 – Projeto dos novos arruamentos na zona da Cidade limitada por Rua Ferreira Borges, Cais, Largo das Ameias e Praça 8 de Maio, de Abel Dias Urbano



Figura 9

1936 – *Plano de urbanização da parte baixa da cidade*, de Luís Benavente



Figura 10a

1940 – Planta do *Anteprojecto de Urbanização, de Embelezamento e Extensão da Cidade de Coimbra*, de Etienne De Gröer

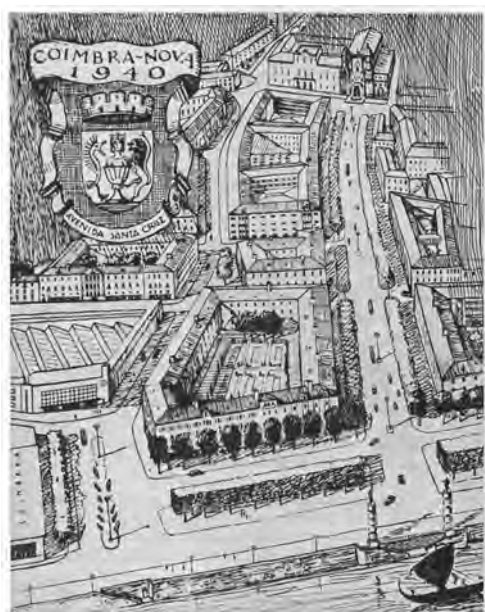


FIG. 1 — Antevista da Avenida de Santa Cruz, construída à custa de demolição das construções localizadas entre as ruas da Moeda e Borilato Pinheiro, do desaparecimento de alguns largos medievais típicos e da destruição da Estação Nova dos Caminhos de Ferro.

Figura 10b

1940 – Vista geral da Avenida de Santa Cruz, de Etienne De Gröer.

Fonte: Santos, 1983: 13.



Figura 11a

1955 – *Plano Regulador da Cidade de Coimbra*, de Antão de Almeida Garrett

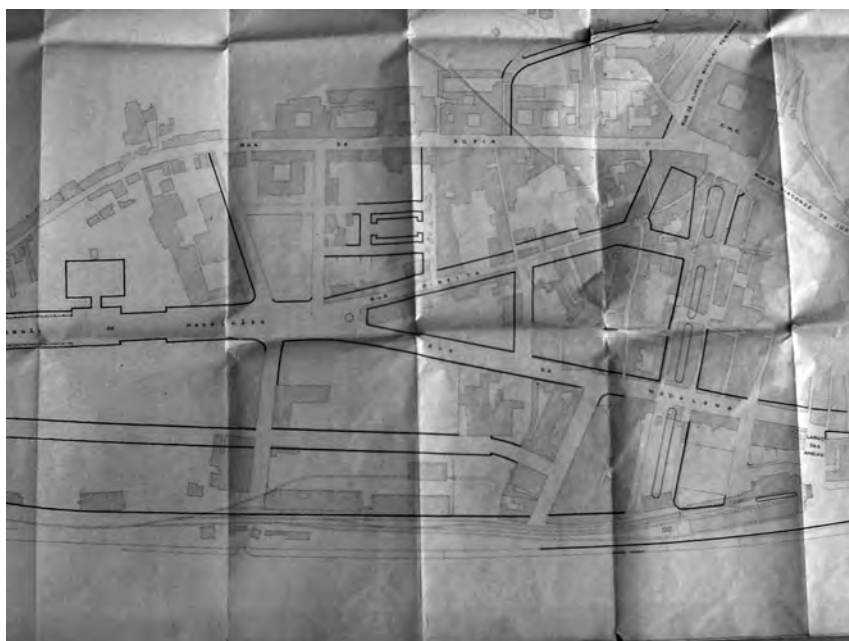


Figura 11b

1955 – *Plano Regulador da Cidade de Coimbra*, de Antão de Almeida Garrett

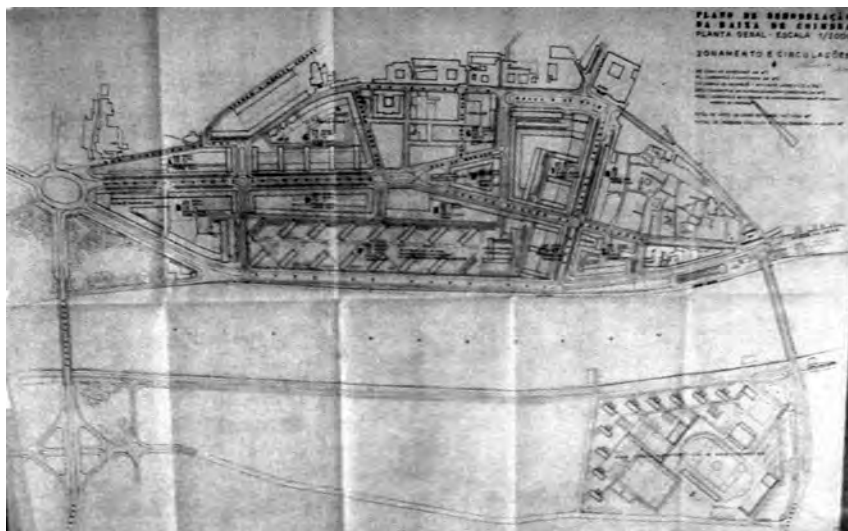


Figura 12a

Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra, de Alberto José Pessoa, 1956

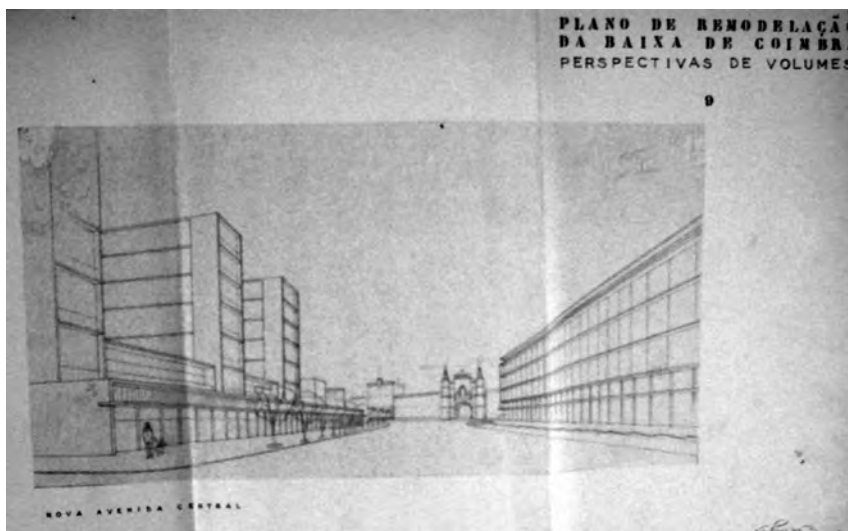


Figura 12b

Perspetiva da avenida da cidade; *Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra*, de Alberto José Pessoa, 1956



Figura 13

As variantes de *Urbanização da Zona Central da Cidade entre Santa Cruz e o Mondego*, de Januário Godinho, 1970

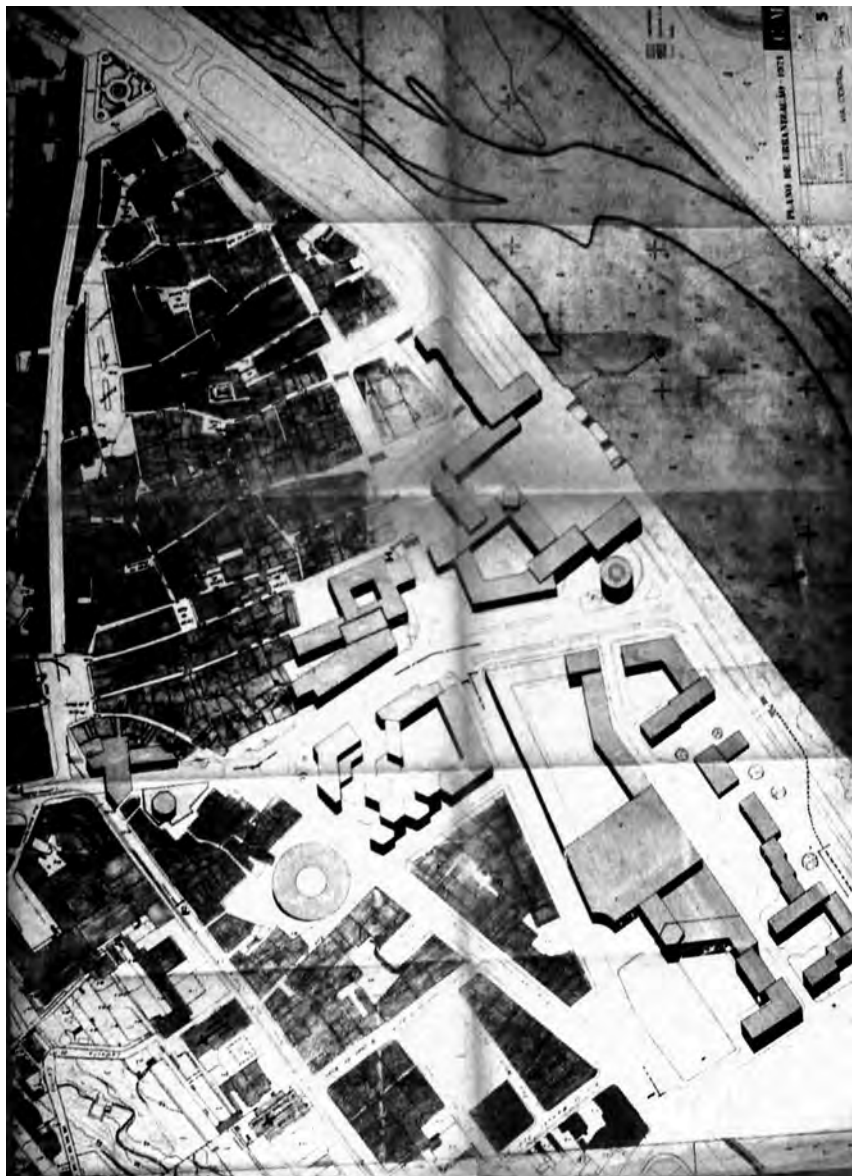


Figura 14

Plano de Urbanização da Baixa, de Manuel Costa Lobo, 1971

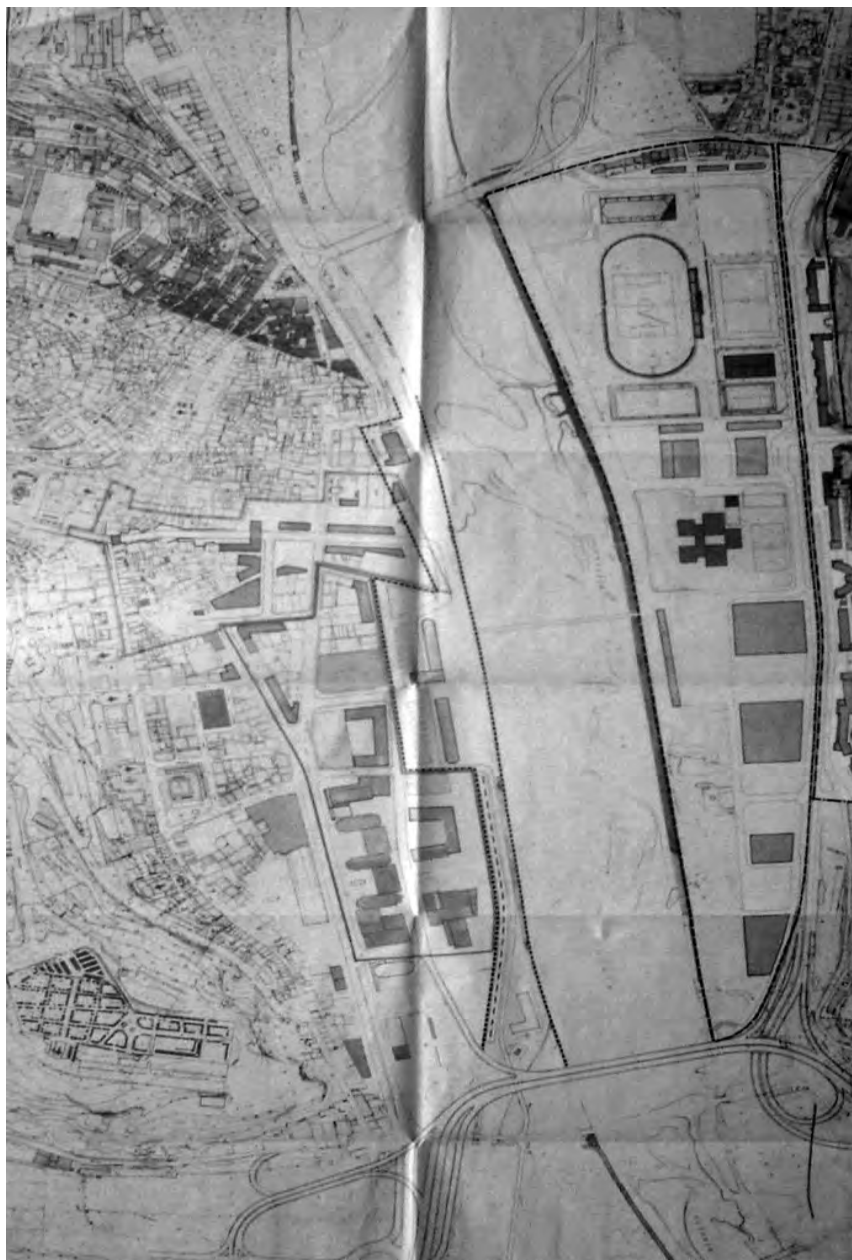


Figura 15

Área Central – Programa de Intervenção, de Jorge Carvalho e Paulo Fonseca, 1992

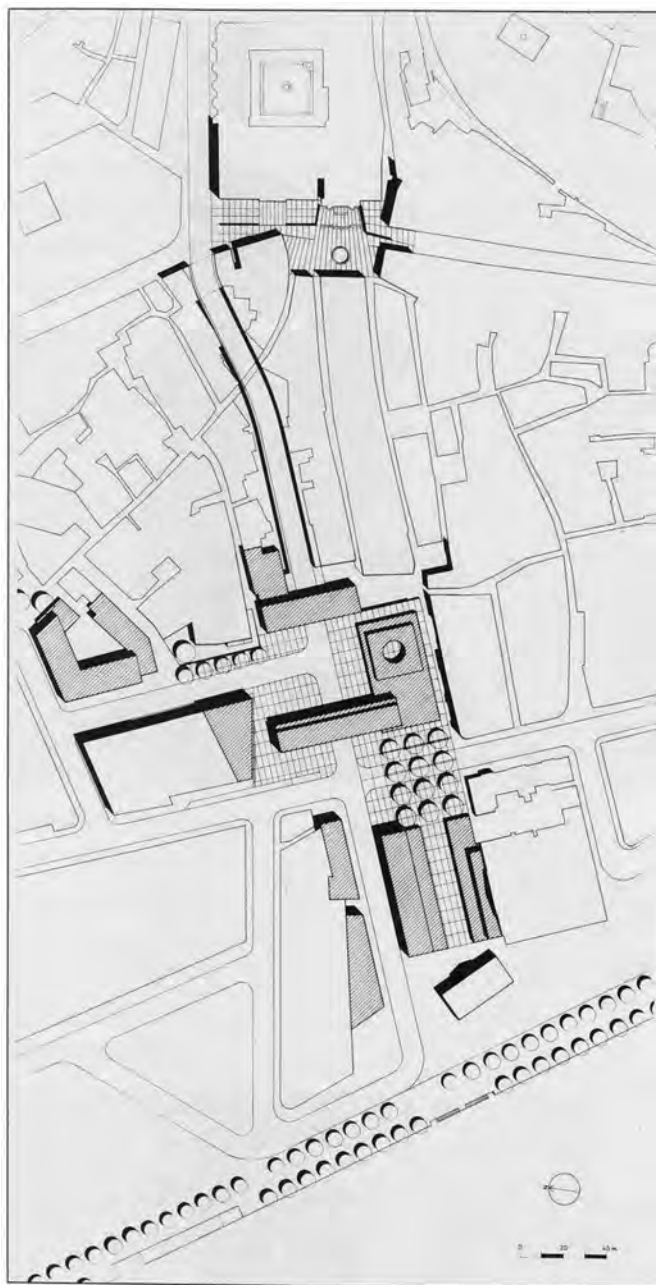


Figura 16

Eixo Bota Abaixo/Rio – Estudo Urbanístico, de Fernando Távora, 1992

Bibliografia

- Alarcão, Jorge de (1999). A Evolução Urbanística de Coimbra: das origens a 1940, Coimbra: *Cadernos de Geografia*, n.º especial *Actas* do I Colóquio de Geografia de Coimbra, pp. 1-10.
- Almeida, Elisa (2005). Coimbra e o Rio Mondego. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, texto para catálogo da exposição de cartografia *Evolução do Espaço Físico de Coimbra*, policopiado, 6 p.
- Calmeiro, Margarida Isabel Barreto Relvão (2015). *Urbanismo antes dos Planos: Coimbra 1834-1934*. Doutoramento em Arquitetura, na Especialidade de Teoria e História de Arquitetura Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (policopiado).
- Câmara Municipal de Coimbra (2004). *Atitudes de Planeamento*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, Divisão de Planeamento Urbanístico e Projetos Especiais.
- Câmara Municipal de Coimbra (2004). *Urbanismo Coimbra Anos 90*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, Divisão de Planos.
- Coimbra Viva SRU (2007). *Documento Estratégico para a Primeira Unidade de Intervenção na Cidade de Coimbra*. Coimbra Viva SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, S.A. (policopiado, coordenação c/ Rui Passos Mealha).
- Costa, José Cecílio da *et al.* (1893). Projeto de esgoto e saneamento da cidade de Coimbra. Lisboa: *Revista de Obras Publicas e Minas*, n.º 24, pp. 18-47.
- Dionísio, Sant'Anna, Coord. (1993, 1.ª edição 1944). *Guia de Portugal, Beira Litoral*, 3º vol., Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Faria, José Santiago (2005a). O Centro Histórico de Coimbra, aniquilação, preservação e reabilitação. Coimbra: 2.º *Seminário – A intervenção no Património, Práticas de conservação e Reabilitação* (policopiado).
- Faria, José Santiago (2005b). Evolução do Espaço Físico de Coimbra. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, texto para catálogo da exposição de cartografia *Evolução do Espaço Físico de Coimbra*, policopiado, 7 p.
- Fernandes, Mário Gonçalves (2005). *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal, 1852-1926*. Porto: FAUP publicações.
- Fernandes, Mário Gonçalves (2005). Plano de Pormenor da Zona Ribeirinha Nascente em Vila do Conde: contributos de um geógrafo. *Revista da Faculdade de Letras, Geografia*, I Série, Vol. XIX, pp. 429-439.
- Macedo, Marta (2005). Coimbra na segunda metade do século XIX. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, texto para catálogo da exposição de cartografia *Evolução do Espaço Físico de Coimbra*, policopiado, 8 p.
- Margarido, Ana Paula (1987). A Morfologia urbana da “Alta” de Coimbra – Ensaio sobre o traçado da malha e sua evolução. *Cadernos de Geografia*, n.º 6, Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 43-69.
- Martins, Alfredo Fernandes (1983, 1.ª edição 1951). “Esta Coimbra ..., Alguns apontamentos para uma palestra”. Coimbra: *Cadernos de Geografia*, n.º 1, Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 35-78.
- Matos, Mário Antunes de (1986). Os transportes urbanos de tração eléctrica em Coimbra. Coimbra: *Cadernos de Geografia*, n.º 5, pp. 197-207.

- Rebello, Fernando (1999). Condicionaismos físico-geográficos na origem e no desenvolvimento da cidade de Coimbra. *Cadernos de Geografia*, n.º especial Actas do I Colóquio de Geografia de Coimbra, pp. 11-13.
- Rosmaninho, Nuno (2005). Coimbra no Estado Novo. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, texto para catálogo da exposição de cartografia *Evolução do Espaço Físico de Coimbra*, policopiado, 13 p.
- Rossa, Walter (1997). A cidade portuguesa. In Pereira, Paulo, dir., *História da Arte Portuguesa*, Vol. 3. Lisboa: Temas e Debates, pp. 233-323.
- Rossa, Walter (2005). O espaço de Coimbra: da instalação da urbanidade ao fim do antigo regime. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, texto para catálogo da exposição de cartografia *Evolução do Espaço Físico de Coimbra*, policopiado, 8 p.
- Santos, Lusitano dos (1983). *Planos de urbanização para a cidade de Coimbra*. Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro.
- Torres, João Agria (2005). Geo-informação: base para o conhecimento do território. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, texto para catálogo da exposição de cartografia *Evolução do Espaço Físico de Coimbra*, policopiado, 8 p.

**EQUIDADE EM SAÚDE.
O PAPEL DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS
E DOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS**

Paula Santana

CEGOT e Departamento de Geografia e Turismo
da Universidade de Coimbra

Pedro Lopes Ferreira

CEISUC e Faculdade de Economia
da Universidade de Coimbra

Nos últimos vinte anos (entre 1991 e 2011) a saúde da população portuguesa residente nos municípios do Continente melhorou consideravelmente (Santana e Freitas, 2015b) verificando-se, ainda, a redução das desigualdades entre municípios na mortalidade prematura, nas condições da habitação, escolaridade e no acesso geográfico aos cuidados de saúde (hospitais e centros de saúde) (Freitas e Costa, 2015). Em sentido oposto, outros indicadores revelam o aumento da vulnerabilidade de alguns territórios expressa, por exemplo, no aumento do envelhecimento, dos idosos a viver sós e no desemprego (Freitas e Costa, 2015).

A redução das desigualdades sociais e geográficas é uma das prioridades dos governos democráticos, sendo essencial garantir o acesso tempestivo da população a serviços públicos de qualidade. A equidade vai além do mero combate das desigualdades; exige um esforço intersetorial na análise, avaliação e redução das vulnerabilidades a que certos grupos populacionais estão

expostos (Koivusalo *et al.*, 2007), que resultam de determinantes sociais da saúde (“causa das causas”) (Marmot *et al.*, 2008), incluindo os cuidados de saúde de qualidade.

Este texto tem como objetivo i) identificar condições do contexto que influenciam a saúde da população e como evoluíram nos últimos vinte anos em Portugal Continental; ii) analisar o papel dos Cuidados de Saúde Primários (CSP) na equidade em saúde e iii) avaliar a satisfação dos utilizadores com os CSP.

O texto é dividido em quatro partes. É iniciado com um enquadramento geral ao Sistema de Saúde Português, dando destaque aos CSP e à relevância da avaliação dos serviços. Na segunda parte são apresentadas fontes e métodos de análise. A terceira e quarta partes apresentam os resultados das análises das características sociais e de acesso aos cuidados de saúde e, ainda, a avaliação dos utilizadores da qualidade dos CSP.

Contexto

Qualquer sistema de saúde inclui todas as atividades, todos os atores, instituições e recursos cujo objetivo principal é promover, restaurar ou manter a saúde dos cidadãos (WHO, 2000, 2007). Relativamente a Portugal, no início da década de 70 do século passado, a situação do sistema de saúde pode ser caracterizada por um baixo financiamento dos serviços públicos de saúde e pela existência de indicadores socioeconómicos e de saúde muito desfavoráveis (Santana 2014), mesmo quando comparados com os de outros países da Europa Ocidental. A oferta de cuidados era muito fragmentada e variada, com hospitais do Estado e das Misericórdias, postos médicos dos Serviços Médico Sociais da Previdência, Serviços de Saúde Pública, médicos municipais, e serviços especializados de saúde materno-infantil, tuberculose e doenças psiquiátricas. Para além desta oferta existia também um setor médico privado, em especial na área dos cuidados ambulatoriais (OPSS, 2001, 2002).

Mais tarde, em 1971, sob a responsabilidade de Gonçalves Ferreira, então Secretário de Estado da Saúde e Assistência, os Serviços Médico Sociais atrás

referidos passaram a denominar-se Centros de Saúde, constituindo, para muitos, essa decisão um primeiro embrião de um Serviço Nacional de Saúde (SNS), embora as circunstâncias políticas e sociais de então o tivessem impedido de levar a cabo essa decisão.

Só a partir de 25 de abril de 1974 e da aprovação da Constituição da República Portuguesa (CRP) em 2 de abril 1976 é que o Estado Português reconhece o direito à saúde, definindo no art. 64.º da CRP que “o direito à proteção da saúde é realizado pela criação de um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e gratuito...”. No entanto, fazendo parte integrante do processo de democratização política e social por que passava o país, só em 15 de setembro de 1979 é que a Assembleia da República aprova a Lei n.º 56/79 que criou o SNS, englobando todos os cuidados de saúde de prevenção da doença, de diagnóstico e tratamento dos doentes e de reabilitação.

Rapidamente se assiste a uma notável cobertura geográfica dos serviços de saúde e se efetiva, por parte do Estado, a sua responsabilidade na proteção da saúde, individual e coletiva.

Em 1990, a Lei de Bases da Saúde (Lei nº 48/90) reestrutura o SNS, tendo como objetivos “ser universal quanto à população abrangida; prestar integralmente cuidados globais ou garantir a sua prestação; ser tendencialmente gratuito para os utentes, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos; garantir a equidade no acesso dos utentes com o objetivo de atenuar os efeitos das desigualdades económicas, geográficas e quaisquer outras no acesso aos cuidados; ter organização regionalizada e gestão descentralizada e participada (Koivusalo *et al.*, 2007).

Cuidados de Saúde Primários

Os cuidados de saúde primários pretendem afirmar-se como a primeira e a principal forma de contacto dos cidadãos com o sistema de saúde. Isso é assumido pela reforma dos cuidados primários em curso, constatada que foi a necessidade de uma profunda mudança organizacional.

O Observatório Português dos Sistemas de Saúde (OPSS) acompanhou a reorganização dos cuidados de saúde primários e considerou-a um contributo importante para a obtenção de ganhos em saúde (OPSS, 2008). Este processo passou pela criação de Unidades de Saúde Familiar (USF), pequenas equipas multiprofissionais e auto-organizadas, dispendo de autonomia funcional e técnica e sujeitas a uma contratualização de carteira básica de serviços, com meios de diagnóstico descentralizados e um sistema retributivo facilitador de uma maior produtividade, acessibilidade e qualidade. Foram também criados Agrupamentos de Centros de Saúde (ACeS), entidades organizativas e de gestão a um nível superior ao das USF, que também integram as antigas estruturas de CSP, agora designadas por Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP).

A abertura da primeira fase de candidaturas à criação de USF teve início no dia 1 de março de 2006, prevendo-se, na altura, o envolvimento de cerca de vinte e dois mil profissionais e de duas mil unidades de prestação de cuidados. Em 7 de março de 2016 (dados da ACSS) existem 241 USF-A e 208 USF-B a que correspondem 2.936 médicos de família (ponderados pela dimensão da lista) e a 5.210.785 utentes com médico de família atribuído. A distribuição é, no entanto, muito assimétrica, revelando desigualdades geográficas no acesso a estes serviços, que podem comprometer a equidade em saúde (Figura 1). Mais ainda, se tivermos em conta as 411 UCSP existentes que envolvem 2.220 médicos de família ponderados e 3.551.819 utentes.

Em recente estudo (Ferreira e Raposo, 2015), as USF apresentaram, de uma forma sistemática, maior satisfação face às UCSP e, dentro daquelas, os modelos B das USF foram também premiados com maior satisfação face aos modelos A. Isto levanta um outro tipo de iniquidade, sendo também difícil de aceitar que cidadãos portugueses tenham acesso a cuidados de saúde primários distintos, em relação aos quais manifestam níveis de satisfação muito diferentes.

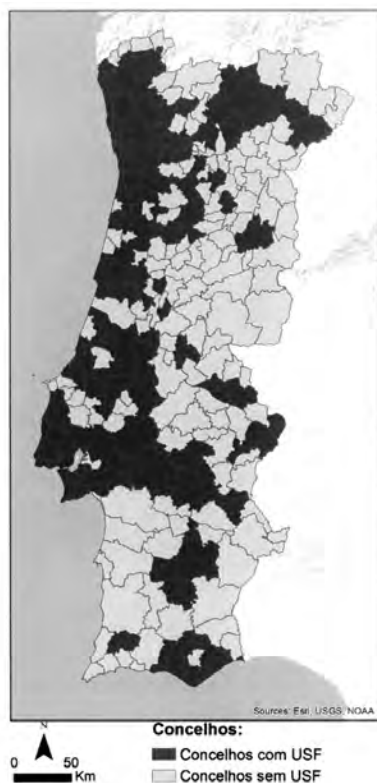


Figura 1
Concelhos com USF e outras UCSP

Fonte: Elaborado a partir de informação disponibilizada pela ACSS

O próprio primeiro Memorando de Entendimento emitido em 3 de maio de 2011 pela troika (i.e., Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e União Europeia) no início da “intervenção” a que Portugal esteve sujeito, já aconselhava o aumento do número de USF contratualizadas e, mais recentemente, um relatório da OCDE (OECD, 2015), após considerar inovador e impressionante o nosso sistema de CSP, quando comparado com o de outros países da OCDE, sugere que Portugal deve definir uma data para a transformação de todas as UCSP em USF e/ou introduzir nas UCSP incentivos de qualidade/desempenho existentes nas USF.

Satisfação dos utilizadores dos Cuidados de Saúde Primários

É reconhecido o papel dos serviços prestadores de cuidados de saúde na satisfação das necessidades e das expectativas dos seus utilizadores, quer no que respeita aos aspetos técnicos dos cuidados quer aos interpessoais (Campbell *et al.*, 2000; Donabedian, 1988). Além disto, em época de grandes mudanças na sociedade baseada no conhecimento, de aumentos da despesa com a saúde e de grandes limitações orçamentais, é cada vez mais importante que a prestação de cuidados satisfaça as necessidades subjetivas dos doentes. Por isso, a avaliação da satisfação dos utilizadores é hoje em dia reconhecida como um valor a adicionar a outras medidas de resultado como o estado de saúde ou a qualidade de vida (Debono e Travaglia, 2009; Grol *et al.*, 2000).

A satisfação pode então ser enquadrada quer em termos das exigências das sociedades atuais, na ótica dos direitos dos cidadãos e seu envolvimento no sistema de saúde, quer como uma forma de avaliar o desempenho das organizações de saúde, quer mesmo como um meio de prestar contas e de exercer a transparência. Já nos anos 80 do século passado, Hannu Vuori defendia que a satisfação dos doentes devia ser incluída nos processos de garantia de qualidade, que os doentes eram perfeitamente capazes de avaliar a qualidade dos cuidados e que esta avaliação podia ser medida (Vuori, 1987).

Por isso, atualmente a satisfação dos doentes é considerada uma componente indispensável à avaliação da qualidade dos cuidados e há evidência da sua correlação com os próprios resultados em saúde. Por outro lado, qualquer organização está inserida num ambiente com o qual interage permanentemente, promovendo constantes trocas de bens e serviços. Nos serviços de utilidade pública, tais como as instituições sociais, de saúde e de educação, este intercâmbio deve ainda ser mais acentuado em consequência da forte pressão e da crescente procura de participação por parte da sociedade civil (Ferreira e Raposo, 2015).

Dados e métodos

Esta secção é dividida em duas partes. Uma relativa aos indicadores de contexto, correspondendo aos municípios de residência, e outra à satisfação com os CSP.

2.1 Indicadores demográficos, socioeconómicos, de acesso e condição geral de saúde

Foi recolhido um conjunto de indicadores, em 1991 e 2011, para cada concelho do Continente (Quadro I).

Quadro I

Indicadores socioeconómicos e demográficos utilizados e respectivas fontes

Indicador	Dimensão	Fonte
Índice de privação material	Socioeconómica	www.ine.pt
Idosos que vivem sós (%)	Socioeconómica	www.ine.pt
Proporção de idosos na população total (%)	Socioeconómica	www.ine.pt
Densidade populacional (hab/km ²)	Demográfica	www.ine.pt
Índice de saúde da população	Condição geral de saúde	http://saudemunicipio.uc.pt
Taxa de mortalidade prematura (100.000hab)	Condição geral de saúde	www.ine.pt
Acessibilidade geográfica aos hospitais (min).	Acesso a serviços	http://saudemunicipio.uc.pt

Alguns destes indicadores foram disponibilizados já calculados (e.g. índice de saúde da população, acessibilidade geográfica aos hospitais, densidade populacional); outros foram transformados em percentagem (e.g. proporção de idosos na população total e idosos que vivem sós) ou taxa (taxa de mortalidade prematura de indivíduos com menos de 70 anos). Adicionalmente, procedeu-se à construção do Índice de Privação Material (IPM) dos municípios, calculado normalizando e somando três variáveis censitárias: a taxa de analfabetismo, a taxa de desemprego e a percentagem de alojamentos familiares de residência habitual sem retrete. Seguiu-se o método proposto por Carstairs e Morris

(1990), em que valores superiores a 0 significam privação superior à média do Continente, enquanto municípios com resultados negativos apresentam melhores condições que a média.

Análise estatística

As áreas de risco potencial resultantes dos fatores socioeconômicos foram identificadas através da análise de dependência e heterogeneidade espacial. Os indicadores selecionados foram submetidos a uma análise exploratória para identificar a existência de auto correlação espacial, através do índice de auto correlação espacial de Moran (I de Moran Global e Local). Verificando-se uma auto correlação espacial estatisticamente significativa, foram identificados os clusters espaciais de valores similares positivos e negativos, através da análise espacial local (LISA) (Anselin, 1995). Sobrepondo estes clusters espaciais (positivos e negativos) foi possível identificar a frequência com que determinados municípios faziam parte de aglomerados espaciais com significativamente melhores ou piores condições.

Para avaliar possíveis associações estatísticas entre os indicadores em estudo (i.e., entre, por um lado, os quintis de privação material e os restantes indicadores de contexto e, por outro, o índice de satisfação dos utilizadores e indicadores de contexto), recorreu-se ao coeficiente de determinação, às correlações lineares de Pearson e respetivos valores de significância.

Dados de satisfação

Os dados de satisfação utilizados neste texto provêm de um estudo realizado em junho de 2015 após convite da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) ao CEISUC para determinar o grau de satisfação dos utilizadores com os cuidados prestados por todas as USF e por algumas UCSP do país, aleatoriamente selecionadas (Ferreira e Raposo, 2015). Pretendeu-se também

efetuar uma análise comparativa de âmbito nacional, dos cuidados de saúde primários, entre unidades de saúde com o mesmo modelo organizacional e unidades de saúde com modelos diferentes. Foram assim consideradas todas as 201 USF-A e as 192 USF-B então existentes e uma amostra aleatória de 51 UCSP, perfazendo um total de 444 unidades funcionais de prestação de cuidados primários de saúde.

O questionário utilizado para a recolha da informação foi baseado no questionário Europep, um questionário europeu para cuja conceção e validação contribuímos desde 1994 (Grol et al., 2000). Mede essencialmente quatro dimensões: (1) cuidados médicos; (2) cuidados não médicos; (3) organização dos cuidados; e (4) qualidade das instalações. Nos cuidados médicos são abordadas ambas as componentes interpessoais e técnicas dos médicos de família e na dimensão referente aos cuidados não médicos são abordados os cuidados de enfermagem e a atenção prestada pelos secretários clínicos. Por fim, na organização dos cuidados são analisadas a acessibilidade e os serviços prestados em geral.

Deste questionário é possível obter um conjunto de dimensões e subdimensões apresentadas no Quadro II e obtidas estatisticamente através de análise fatorial pelo método das componentes principais após uma rotação varimax.

Quadro II

Dimensões e subdimensões de monitorização da satisfação

I	Cuidados médicos
▫	Componente interpessoal
▫	Componente técnica
II	Cuidados não médicos
▫	Enfermagem
▫	Secretariado clínico
III	Organização dos cuidados
▫	Acessibilidade
▫	Serviços prestados
IV	Qualidade das instalações

O número total de questionários entregues aos utilizadores foi de 58.846, tendo este projeto obtido uma enorme taxa de resposta: 89,3% para as USF e 90,1% para as UCSP.

Das condições de contexto e resultados em saúde

Conforme se pode observar nos mapas das Figuras 2 e 3, as condições gerais de saúde melhoraram consideravelmente entre 1991 e 2011 (Santana e Freitas, 2016b), sendo possível observar a diminuição, generalizada, das taxas de mortalidade prematura e aumento dos valores do Índice de Saúde da População (para informação mais detalhada *vide* Santana e Freitas, 2016 a; Santana e Freitas, 2016 b). O padrão geográfico de ambos é semelhante, caracterizando-se por melhores valores nos municípios da faixa litoral entre o Minho Litoral e Lisboa (com algumas exceções, onde se incluem os municípios de Lisboa e Porto).

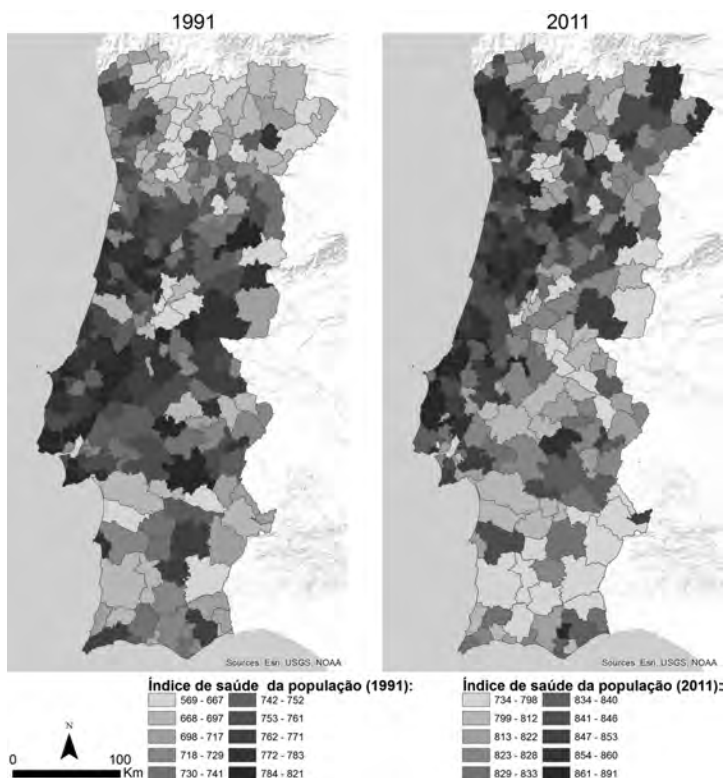


Figura 2
Índice de Saúde da População, em 1991 e 2011

Fonte: GeoHealthS, 2016

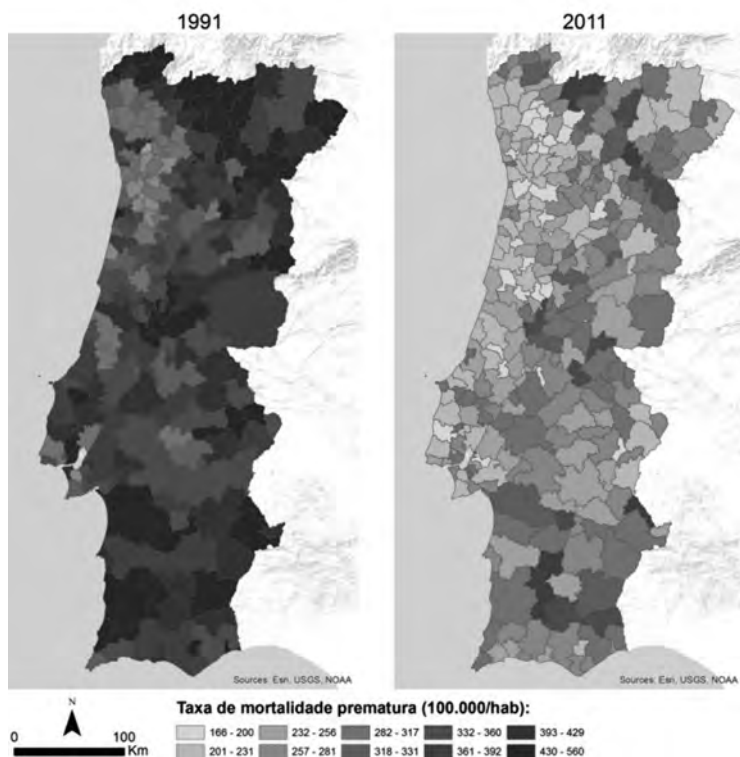


Figura 3
Taxa de mortalidade prematura, em 1991 e 2011

Fonte: Elaborado a partir de INE, Portugal, 1991 e 2001

Relativamente aos mais idosos, os indicadores socioeconómicos relacionados com o envelhecimento da população revelam um aumento da proporção de idosos na população total (Figura 4) e de idosos a viverem sós (Figura 5), destacando-se os concelhos de Porto e Lisboa por apresentarem características mais próximas às dos municípios do interior que aos restantes concelhos das respetivas áreas metropolitanas.

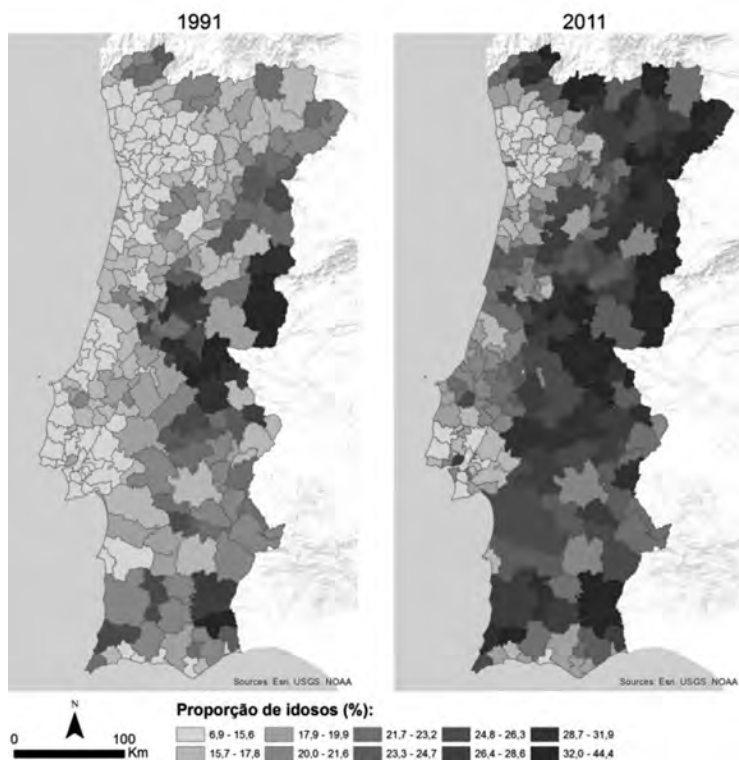


Figura 4
Proporção de idosos na população total (%), em 1991 e 2011

Fonte: Elaborado a partir de INE, Portugal, 1991 e 2001.

Analisando o IPM (Figura 6) verifica-se que os municípios com piores resultados se localizam nas áreas rurais e mais afastadas da faixa litoral. Entre 1991 e 2011 as desigualdades entre municípios diminuíram, havendo em 2011 uma maior concentração de municípios com valores próximo de 0 e menos valores extremos (tanto altos como baixos).

Olhando também para a densidade populacional (Figura 7) verifica-se um despovoamento dos municípios do interior, principalmente do interior Centro e Sul, tendência que se acentuou de 1991 para 2011.

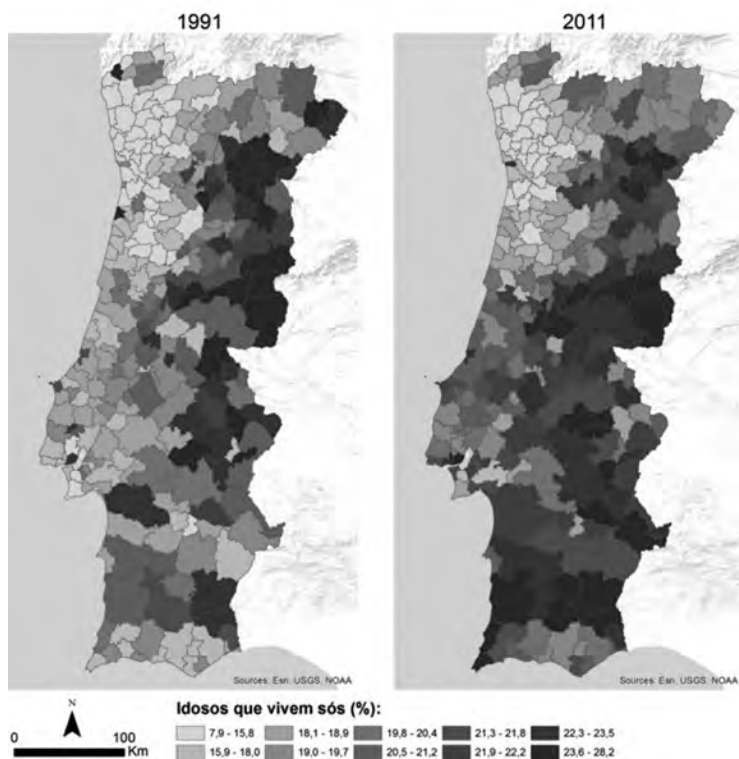


Figura 5
Idosos que vivem sós (%), em 1991 e 2011

Fonte: Elaborado a partir de INE, Portugal, 1991 e 2001.

A observação da associação entre os quintis de IPM e os indicadores de contexto (Figura 8) permite concluir que existem fortes e significativas correlações lineares entre eles. O aumento da privação material está, assim, negativamente associado à diminuição do Índice de Saúde da População e da densidade populacional. Com os restantes indicadores, a associação é positiva e estatisticamente significativa, estando maiores níveis de privação associados a uma maior mortalidade prematura, proporção de idosos, idosos a viverem sós e maior distância a hospitais.

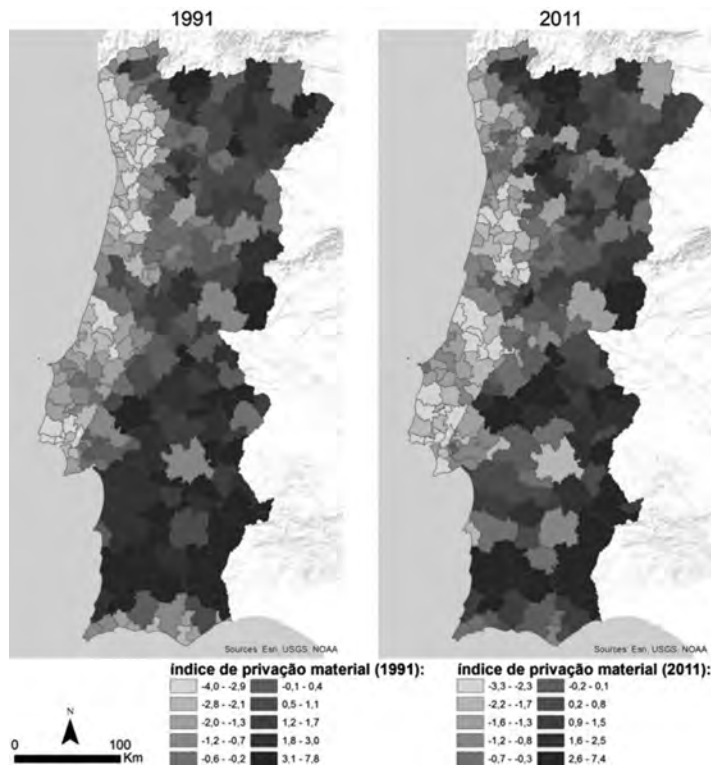


Figura 6
Índice de Privação Material, em 1991 e 2011

Fonte: Elaborado a partir de INE, Portugal, 1991 e 2001

A estatística I de Moran Global foi aplicada às variáveis selecionadas, evidenciando auto correlações espaciais globais positivas ($p < 0,05$) para todos os indicadores.

Analisando a sobreposição de clusters espaciais (Análise Espacial Local – LISA) de valores negativos dos indicadores de contexto apresentados anteriormente, verifica-se que em 1991 a quase totalidade dos municípios fronteiriços fazem parte de, pelo menos, um cluster, destacando-se os concelhos do Interior Norte e do Alentejo pela frequência com que foram identificados (Figura 9). Em 2011 verifica-se uma ligeira alteração do padrão, podendo observar-se uma importante melhoria dos municípios do Interior Norte.

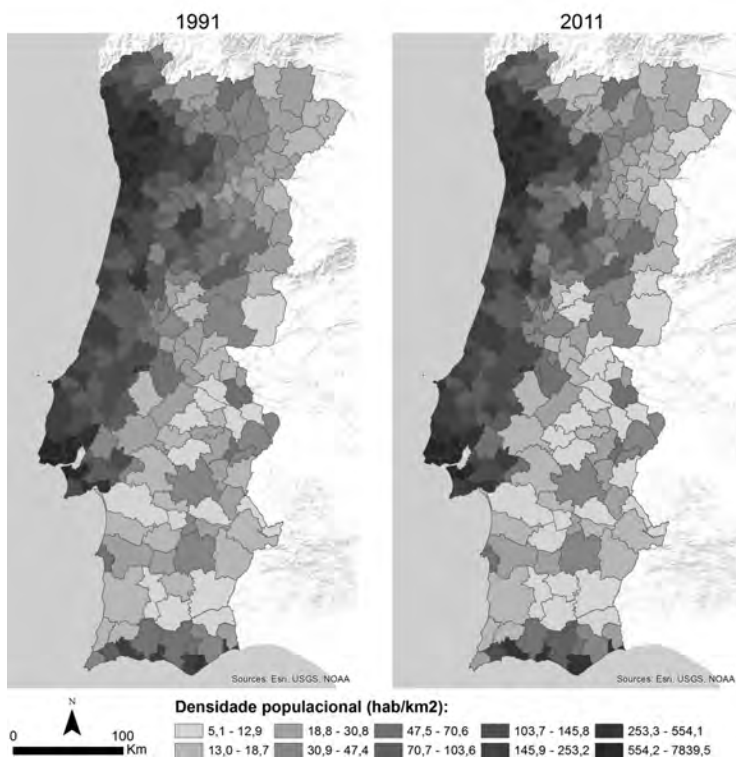


Figura 7
Densidade populacional (hab/km²), em 1991 e 2011

Fonte: Elaborado a partir de INE, Portugal, 1991 e 2001

Ao observar a sobreposição de clusters de valores positivos destaca-se a faixa litoral entre Lisboa e Minho Litoral pela frequência com que os municípios foram identificados (Figura 10). Comparando os períodos em análise, esta tendência parece intensificar-se, observando-se incremento de número de municípios, nos clusters positivos, na região Centro.

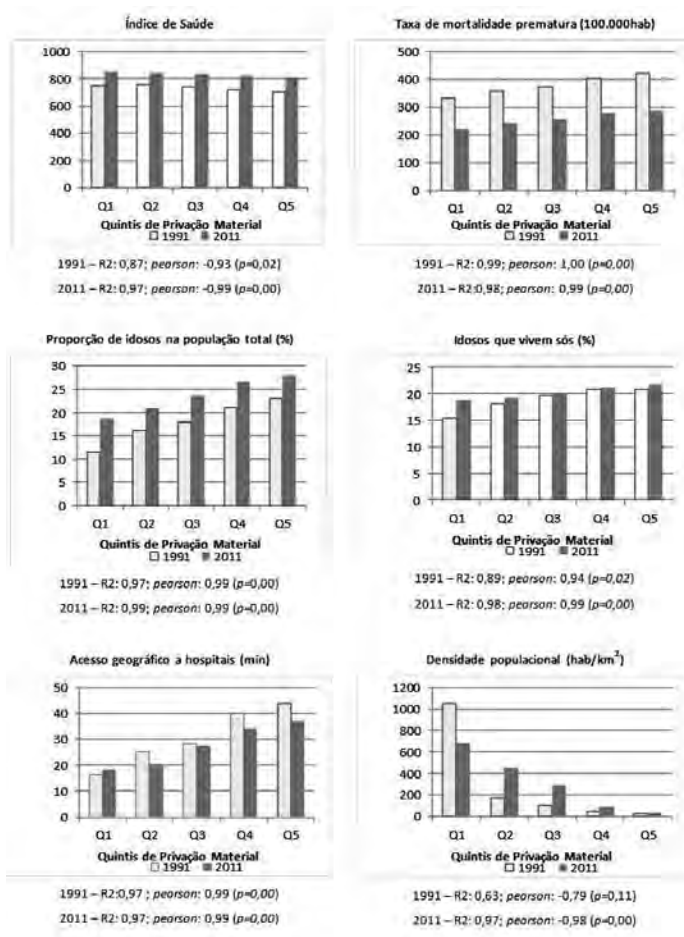


Figura 8

Associação entre quintis do Índice de Privação Material (Q1= baixo; Q5=alto) e as condições de contexto

Fonte: Elaborado a partir de INE, Portugal, 1991 e 2001.

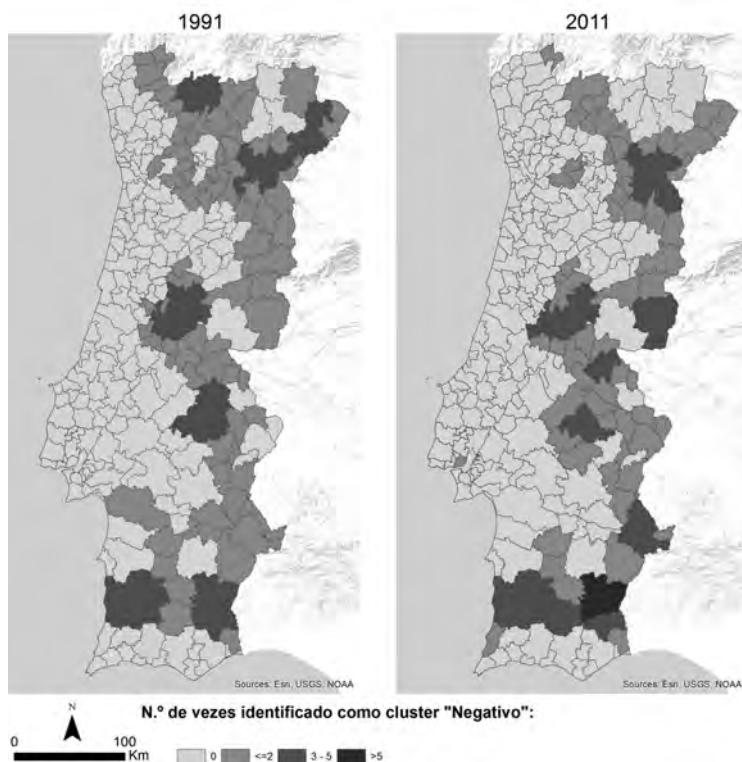


Figura 9
Sobreposição de *clusters* negativos, em 1991 e 2011

Fonte: Elaborado a partir de INE, Portugal, 1991 e 2001.

Satisfação das USF: perfil dos utilizadores e associação com as características do contexto

Verifica-se que a satisfação dos utilizadores das USF varia consideravelmente com a idade (Figura 11). Nos grupos etários mais novos há maior percentagem de indivíduos no tercil mais baixos de satisfação (37% dos 16 aos 34 anos e 35% dos 35 aos 54 anos). A partir desta classe etária verifica-se uma inversão de tendência, com 40% e 43% dos inquiridos entre 55 e 74 anos e com 75 e mais,

respetivamente, a fazerem parte do tercil de maior satisfação. Comparando as diversas dimensões da satisfação identifica-se um padrão semelhante, em que os indivíduos mais novos apresentam menor satisfação em todas as dimensões.

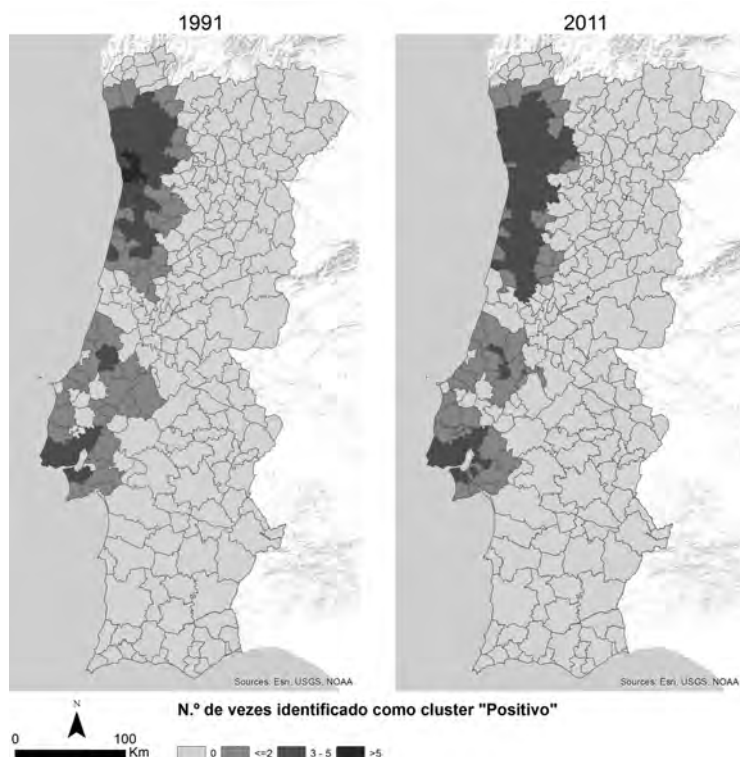


Figura 10

Sobreposição de *clusters* positivos, em 1991 e 2011

Fonte: Elaborado a partir de INE, Portugal, 1991 e 2001.

Relativamente ao género, os indivíduos do sexo masculino apresentam maior satisfação geral que as mulheres, sendo esta diferença mais importante na dimensão de satisfação organizacional e menos na satisfação médica e não médica. Por outro lado, indivíduos com menor formação tendem a reportar maior satisfação geral; contrariamente são os indivíduos com ensino secundário

que indicam menor satisfação. Comparando os indivíduos com formação inferior ao ensino básico com os que possuem ensino médio ou superior verifica-se que apenas relativamente à satisfação médica apresentam valores semelhantes, em todas as outras dimensões os inquiridos com menor formação reportaram encontrar-se mais satisfeitos.

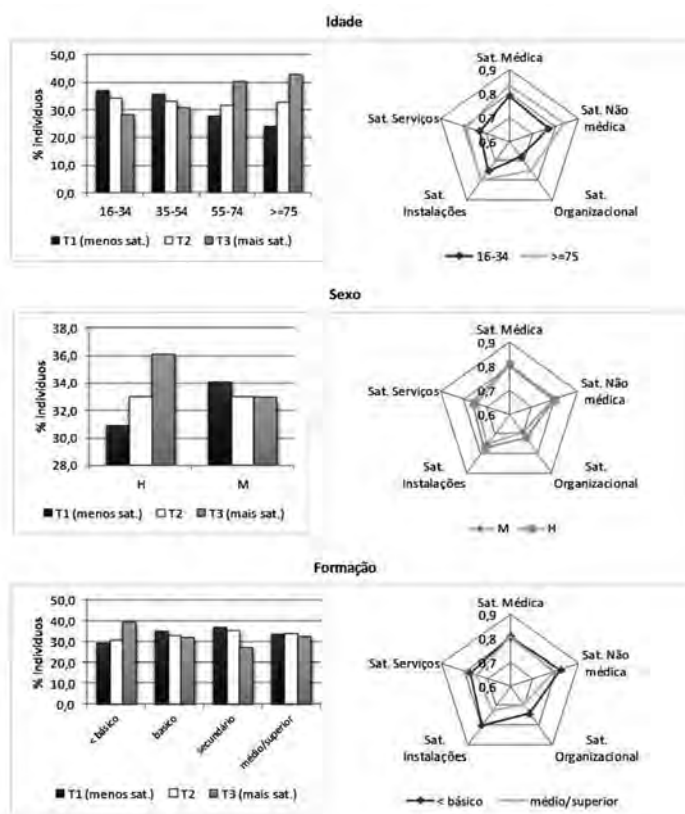


Figura 11
Satisfação dos utilizadores das USF (geral e por dimensão)

Fonte: Questionário de Satisfação aos utilizadores das USF.

Analisando a variação dos valores médios de satisfação por quintil dos indicadores considerados (Quadro III), verifica-se que a densidade populacional, a acessibilidade geográfica aos hospitais e o Índice de saúde da população apresentam fortes correlações com a satisfação (apenas a densidade populacional regista correlação estatisticamente significativo). Maior distância aos hospitais está, assim, associada a menor satisfação; contrariamente, municípios mais densamente povoados e com melhor índice de saúde apresentam melhores resultados de satisfação média.

Quadro III
Satisfação média por quintil de condições contextuais, em 2011,
e correlação linear de Pearson

Indicadores de contexto	Satisfação geral média por Quintil		Correlação (p-value)
	Quintil 1	Quintil 5	
Índice de privação material	0,77	0,78	-0,25 (0,71)
Idosos que vivem sós	0,77	0,77	-0,44 (0,46)
Proporção de idosos na população total	0,77	0,79	0,14 (0,82)
Densidade populacional	0,74	0,78	0,99 (0,00)
Índice de saúde da população	0,74	0,78	0,77 (0,13)
Taxa de mortalidade prematura	0,77	0,77	-0,43 (0,47)
Acessibilidade geográfica aos hospitais	0,78	0,71	-0,82 (0,09)

Fonte: Elaborado a partir de INE e Questionário de Satisfação aos utilizadores das USF.

Conclusão

Em geral, quando se analisam as variáveis de contexto socioeconómicas, demográficas, de saúde geral e de acessibilidade, evidencia-se uma assimetria

regional. Quando é estudada a satisfação que os utilizadores têm das unidades de prestação de cuidados de saúde primários, encontra-se também uma grande assimetria.

No entanto, quando a satisfação é comparada com as variáveis de contexto, apenas se verifica uma correlação significativa com a densidade populacional. Pode-se assim concluir que não são as condições contextuais que ditam uma maior ou menor satisfação por parte dos utilizadores dos CSP. Os determinantes desta satisfação são possivelmente outras variáveis mais relacionadas com aspetos de organização interna das unidades funcionais e/ou aspetos de personalidade e de liderança dos responsáveis de tais unidades.

Referências bibliográficas

- Anselin, L. (1995). Local Indicators of Spatial Association – LISA. *Geographical Analysis*, 27(2), pp. 93-184.
- Campbell, S. M.; Roland, M. O. & Buetow, S. A. (2000). Defining quality of care. *Soc Sci Med*, 51(11), pp. 1611-25.
- Carstairs, V. & Morris, R. (1990). Deprivation and health in Scotland. *Health Bull* (Edinb), 48(4), pp. 162-75.
- Debono, D. & Travaglia, J. (2009). *Complaints and patient satisfaction: a comprehensive review of the literature*. University of New South Wales. Centre for Clinical Governance Research in Health.
- Donabedian, A. (1988). The quality of care. How can it be assessed? *JAMA*, 260(12), pp. 1743-8.
- Ferreira, P. L. & Raposo, C. (2015). *Monitorização da satisfação dos utilizadores das USF e de uma amostra de UCSP* Relatório Final. Centro de Estudos e Investigação em Saúde da Universidade de Coimbra, 2015.
- Freitas, A. & Costa C. (2015). Resultados em saúde e determinantes contextuais. In: P. Santana (coord.), *A Geografia da Saúde da População. Evolução nos últimos 20 anos em Portugal Continental*, pp. 8-15. CEGOT, 2015.
- Grol, R.; Wensing, M.; Mainz, J.; Jung, H. P.; Ferreira, P. L.; Hearnshaw, H.; Hjortdahl, P.; Olesen, F.; Reis, S.; Ribacke, M. & Szecsenyi, J. (2000). Patients in Europe evaluate general practice care: an international comparison. *Br J Gen Pract.*, 50(460), pp. 882-7.
- Koivusalo, M.; Wyss, K. & Santana, P. (2007). Effects of decentralization and recentralization on equity dimensions of health systems. In R. Saltam, V. Bankauskaite & K. Varngbaek (eds.), *Decentralization in Health Care*. European Observatory on Health Care Systems, pp. 189-205. World Health Organization
- Marmot, M.; Friel, S.; Bell, R.; Houweling, T. A. J. & Taylor, S. (2008). Closing the gap in a generation: health equity through action on the social determinants of health. *Lancet*, 372, pp. 1661-9.

- OECD (2015). *Reviews of Health Care Quality: Portugal 2015: Raising Standards*, OECD Publishing, Paris.
- OPSS, Sakellarides C. (coord.). *Conhecer os caminhos da saúde. Relatório de Primavera 2001*. Lisboa: Observatório Português dos Sistemas de Saúde; 2001.
- OPSS, Sakellarides C. (coord.). *O estado da saúde e a saúde do Estado. Relatório de Primavera 2002*. Lisboa: Observatório Português dos Sistemas de Saúde; 2002.
- OPSS, Ferreira P. L. (coord.). *Sistema de saúde português: riscos e incertezas. Relatório de Primavera 2008*. Coimbra: Mar da Palavra; 2008.
- Santana, P. (2014). A saúde dos Portugueses. In A. Campos & J. Simões (coord). *40 anos de Abril na saúde*, pp. 68-93. Almedina, 2014.
- Santana, P. & Freitas A. (2015a) A saúde da população. Enquadramento teórico e metodológico. In: P. Santana (coord.), *A Geografia da Saúde da População. Evolução nos últimos 20 anos em Portugal Continental*, pp. 8-15. CEGOT, 2015.
- Santana, P. & Freitas, A. (2015b). Índice de saúde da população nos últimos 20 anos. A saúde da população. In P. Santana (coord.), *A Geografia da Saúde da População. Evolução nos últimos 20 anos em Portugal Continental*, pp. 80-105. CEGOT.
- Vuori, H. (1987). Patient satisfaction -an attribute or indicator of the quality of care? *QRB Qual Rev Bull.*,13(3), pp. 106-8.
- WHO (2007). *Everybody's business. Strengthening health systems to improve health outcomes*. Geneva, Switzerland: World Health Organization.
- WHO (2000). *The World Health Report 2000. Health systems: improving performance*. Geneva 27, Switzerland: World Health Organization.

A ESCOLA EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE. PROPOSTA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA MATRIZ DE REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR

A. M. Rochette Cordeiro/rochettecordeiro@fl.uc.pt

Departamento de Geografia e Turismo
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS 20

Contextualização da problemática

Com a expulsão da Companhia de Jesus na 2.^a metade do século XVIII e a consequente reforma do ensino protagonizada pelo Marquês de Pombal (Ministro do rei D. José), o Estado passou a deter a responsabilidade pela educação em Portugal. Desde esse momento, o sistema educativo português tem apresentado um carácter centralizado, passando a rede escolar por um longo *caminho* em que as escolas ocupavam maioritariamente edifícios devolutos preexistentes. O Estado respondeu a partir de então, e durante mais de século e meio, através de um processo reativo na definição do parque escolar português, muito em função dos edifícios associados à expulsão das ordens religiosas nos séculos XVIII e XIX – conventos e antigos colégios religiosos –, situação que se prolongou mesmo por toda a 1.^a República (Cordeiro, 2014). As sucessivas reformas, e no que se refere às infraestruturas, não foram capazes de ultrapassar as meras referências às rendas das casas para escolas e professores, o fornecimento de mobiliário e de material de apoio (Alcoforado *et al.*, 2011).

Este caminho (entre muitas outras explicações) levou Portugal a chegar ao final do primeiro período republicano com indicadores educativos e escolares exageradamente baixos e com uma rede escolar cujos edifícios da responsabilidade das Câmaras Municipais, sem plano coordenador, eram distribuídos por casas particulares e antigos edifícios religiosos.

Neste contexto, o primeiro verdadeiro momento de uma visão de planeamento para a rede escolar em Portugal acontece no início da década de 40 do século xx (na vigência de um Governo do Estado Novo), com o desenvolvimento de uma agenda bem planeada de edificação de escolas. O designado “Plano dos Centenários” pretendia a criação de uma rede escolar de índole nacional com o objetivo fundamental de diminuir o enorme atraso educacional que se observava relativamente aos demais países europeus. Este plano previa o número, a localização e o tipo de escolas a construir em todo o país procurando-se, pela primeira vez, enfrentar a necessidade de edificar um parque escolar adequado à população e às características demográficas e geográficas do país (Martins *et al.*, 2011). Através do Despacho do Conselho de Ministros de 15 de Julho de 1941, o Governo enunciava a construção de 6060 edifícios, com 12500 salas, numa tipologia que não poderia ultrapassar as quatro salas por edifício (74% teriam apenas uma sala) e quarenta alunos por professor, com uma localização geográfica que não tornasse necessário a qualquer aluno andar mais de três quilómetros (Alcoforado *et al.*, 2011).

A localização e caracterização dos edifícios permitia (e ainda hoje permite) identificá-los como construções com identidade própria – maioritariamente com orientação a nascente, localizados num terreno que não deveria apresentar uma área inferior a 2000m² e com facilidade de abastecimento de água¹. Neste contexto, foram construídas milhares de escolas que pretendiam ser a base física para ultrapassar o grande atraso que o país mostrava em termos educativos onde, no início do seu processo de implementação, exibia números brutais de

¹ Assumidos através de uma adaptação funcional dos *projetos-tipo regionalizados* dos Arquitetos Raul Lino e Rogério Azevedo, este edificado acabou por se tornar em assinaláveis referências das comunidades onde foi construído (Alcoforado *et al.*, 2011).

analfabetismo, apresentando em 1950 valores globais nacionais na ordem dos 40% (41,7%), observando-se mesmo uma percentagem de 24,5 % nos jovens com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos (Mata, 2014).

A rede escolar de proximidade desenhada nos anos 40, muito pelo facto de as acessibilidades se apresentarem como extremamente deficitárias, levou a que no Portugal rural fossem disseminados edifícios pelos pequenos lugares. Contudo com a crise emigratória dos anos 60/70, estes territórios foram-se desertificando levando a um conseqüente processo de transformação de amplos setores do país rural onde o envelhecimento passou a ser uma das “marcas” territoriais. No decorrer das últimas décadas do século xx, fruto dessas profundas transformações demográficas, mas também por via das alterações socioeconómicas e de mobilidades que Portugal sofreu, a rede escolar passou a debater-se com graves desequilíbrios entre a oferta e a procura, facto que se traduziu num enorme paradoxo: alunos a menos e escolas a mais, em particular nestes territórios de baixa densidade (Cordeiro, 2014).

Em função destas transformações e a constatação da realidade de uma significativa diminuição de alunos nas escolas, foi assinado nos finais dos anos 80 um acordo com a União Europeia no qual era equacionado o encerramento das escolas de 1.º ciclo do ensino básico (1.º CEB) que apresentassem um número inferior a 21 alunos. Porém, só a partir de 2003, com a elaboração das cartas educativas de responsabilidade autárquica, se iniciou uma nova fase de planeamento da rede escolar pública portuguesa do 1.º CEB, tendo estas ficado marcadas pela afirmação do seu carácter prospetivo, pelo protagonismo da dimensão local na construção das soluções, pela diversidade e pela pluralidade de propostas de reorganização e de distribuição territorial, apresentando uma lógica algo oposta à do centralismo estatal do Plano dos Centenários (Cordeiro e Martins, 2013; Cordeiro *et al.*, 2014).

Todavia, a temática da “reorganização da rede escolar”, nesta última década, só muito raramente reuniu consenso entre os diferentes investigadores e atores, levando a importantes reflexões acerca do encerramento destas escolas, no essencial pelos reflexos negativos que estes fechos apresentaram nas comunidades locais, em particular no mundo rural português.

Nos vários documentos de suporte legal às medidas de encerramento de estabelecimentos de ensino preconizadas pela Tutela, assumia-se que as escolas com um número inferior a 21 alunos não eram propícias ao sucesso escolar, mencionando-se amiúde que existiria uma relação direta entre a dimensão das escolas e o sucesso escolar. A lógica centrava-se no facto de, nestes estabelecimentos de ensino, os alunos e professores terem menos hipóteses de progredir na sua formação e no seu desenvolvimento, seja pelas diminutas oportunidades de aprendizagem conjunta, seja pelos trabalhos de grupo, convívio social e troca de experiências, ao invés do que é assumido para com os alunos dos estabelecimentos de maior dimensão.

Neste contexto, assistiu-se em Portugal, na última década, ao encerramento de largas centenas de escolas (em particular do 1.º CEB), fenómeno constatado particularmente nos territórios de baixa densidade (Cordeiro, 2014). Porém, não pode deixar de ser referida a realidade das questões relacionadas com a distribuição dos equipamentos educativos onde não é mais do que uma das diferentes facetas do universo das preocupações que englobam as atividades económicas no meio rural, as estratégias de ocupação do território ou a preservação de espaços sociais e culturais ameaçados pelos valores dominantes (Azevedo, 1996). A premência da procura de soluções para a coesão territorial de amplos setores do Portugal rural tem levado à demanda de novos paradigmas nos quais a educação deve ser assumida como um dos seus principais pilares.

Na realidade, e resultado da desertificação e envelhecimento que caracterizam estes territórios, as suas escolas, inseridas em comunidades isoladas, acabam por ter poucos alunos e poucos recursos. Cada uma destas escolas insere-se numa aldeia ou numa freguesia distante geograficamente das escolas de maior dimensão, facto que pode promover um isolamento pedagógico e a não obtenção de resultados tão bons quanto os alunos destas (Matthews *et al.*, 2009).

Há, contudo, referências bibliográficas e argumentos que defendem a manutenção destas escolas de territórios de baixa densidade, tendo em conta que se apresentam como meios vivos para a criança, fazendo parte do seu

ambiente diário, permitindo ao professor conhecer bem a criança no seio da sua família, num certo contexto sociocultural, com o seu passado e com a projeção do futuro mais ou menos expressa pelos pais, sendo as escolas, em meio rural um elemento essencial da identidade comunitária (Champollion, 2011; Machado, 2013).

Foi neste quadro de grande diversidade de opiniões (e julga-se que com mais de uma década de atraso) que se propõe o revisitar sobre as virtualidades e as desvantagens de manutenção de escolas em territórios de baixa densidade (rurais e de montanha). O presente texto deve ser assumido, no essencial, como ponto de partida sobre a discussão do papel da escola na construção de uma coesão territorial que é absolutamente imperiosa para amplos setores do interior de Portugal, sobretudo no contexto das políticas públicas de educação. Assim, e face à solicitação de diferentes atores locais (nomeadamente autarcas), foi desenvolvida uma matriz de reorganização de rede escolar em territórios de baixa densidade, a qual teve como objetivo fulcral criar mecanismos para o repensar do papel da escola nesses territórios (Cordeiro e Gama, *coords.*, 2015).

A Escola rural e de montanha no 1.º quartel do século XXI

Os espaços de baixa densidade podem, numa análise global sobre os diferentes mosaicos de um Portugal cada vez mais heterogêneo, apresentar matizes muito variadas, mostrando assim, uma segmentação: os de carácter rural (em continuidade geográfica); os de montanha (onde a movimentação orográfica, quer em montanha, quer nos vales mais profundos levam à existência de declives elevados); ou mesmo os periurbanos, os quais globalmente, e mesmo que apresentando problemas idênticos, integram contextos muito diferenciados. Estes têm vindo a apresentar-se como territórios onde as características socioeconómicas e culturais vão ter algum peso na definição dos percursos escolares dos alunos, fazendo com que a ruralidade surja, ainda hoje, como ónus.

As características territoriais de base destas escolas – envelhecimento, desertificação, poucos recursos – refletem-se numa população escolar reduzida criando, de acordo com a tutela, obstáculos à modernização e reorganização da escola do 1º Ciclo do Ensino Básico. Anos antes, Canário referia já que “a escola em meio rural poderá estar a induzir uma iniciação à escola que não prepara as crianças para a inevitabilidade da vida num mundo urbano” (Canário, 2000). Assim, a escola em territórios de baixa densidade poderá, no entender de alguns autores, promover um isolamento pedagógico, estando as crianças isoladas dos restantes colegas assim como os próprios professores (Canário, 2000; Formosinho, 1998; cfr. Machado, 2013). Nesse sentido, parece existir uma tendência dos alunos oriundos de escolas pequenas para a não obtenção de resultados tão bons quanto os alunos de escolas de maior dimensão, mesmo que estes resultados não sejam visíveis no imediato (Matthews *et al.*, 2009; Cordeiro e Alcoforado, coord., 2015).

Contudo, e muito na linha de inúmeros estudos realizados em regiões e países da Europa do Sul com territórios e características demográficas idênticas (França e Espanha), observam-se também argumentos que defendem a manutenção destas escolas (Alpe, 2008; Boix, 2008; Champollion, 2008; 2011). É, portanto, nessa linha de pensamento que sobressaem os fatores positivos destas escolas permitindo utilizar os conhecimentos existentes e desenvolver uma sinergia entre toda a comunidade educativa utilizando a riqueza do espaço envolvente tais como a história, as paisagens, a vida cívica em parceria com projetos elaborados e desenvolvidos com a autarquia, as associações e os habitantes, possibilitando às crianças passar do meio familiar para a escola sem rutura do contexto familiar, favorecendo a construção das suas referências e a sua abertura ao exterior (Jean, 1995; Champollion, 2008)

As escolas rurais podem, assim, assumir uma verdadeira riqueza na medida em que permitem uma maior socialização das crianças ao integrá-las no coletivo devido à qualidade das relações entre crianças, pais e professores, favorecendo as afinidades entre indivíduos e facilitando uma construção do tecido social (Jean, 1995).

Neste contexto dialético entre os defensores da manutenção ou do encerramento das escolas de territórios rurais e de montanha, as questões pedagógicas

ganham ainda contornos mais extremados quando associadas à impossibilidade de manter turmas homogêneas em escolas com número diminuto de crianças, facto que tem motivado a discussão à volta da existência de turmas constituídas por mais de um nível de ensino².

A diversidade de alunos, dentro de uma turma, acarreta uma tarefa muito mais exigente para os professores surgindo, naturalmente associada ao receio de não conseguirem apoiar os alunos com maiores dificuldades de aprendizagem, assim como o de não poderem dar a devida atenção aos mais desenvolvidos. Nos casos em que a heterogeneidade é bastante elevada acresce a dificuldade de atender a todos os alunos, sobretudo se tivermos em conta que os programas são, muitas vezes, desajustados e demasiado longos. Estes fatores podem levar à existência de situações em que os professores sentem angústia por não conseguirem responder, com o seu trabalho, ao nível dos critérios de exigência, do seu desejo de atender e de desenvolver todos os tipos de alunos que têm à sua frente (Cortesão, 1998; cfr. Machado, 2013).

No campo da investigação, também nesta temática não existe amplo consenso relativamente à virtualidade destas turmas, ainda hoje muito numerosas nos meios rurais e de montanha. Parece ser evidente que em Portugal subsiste uma insuficiência de estudos que se centram em turmas com diferentes anos de escolaridade. No estudo levado a cabo por Fátima Machado é feita uma associação ao termo *multi-grade* (OCDE, 1989; cfr. Machado, 2013), cuja definição refere o envolvimento de dois ou mais anos de escolaridade na mesma sala de aula, tendo os professores de lecionar mais do que um currículo em simultâneo³. Para o nosso país, que integrou a amostra desse estudo, é mencionado que estas turmas surgem por força das circunstâncias e não enquanto escolha,

² A legislação em vigor, relativamente à constituição das turmas, demonstra-nos que em Portugal pode existir uma grande heterogeneidade, em especial nas turmas do 1.º ciclo do ensino básico.

³ No ano de 1989 foi publicado um relatório da OCDE, intitulado “As Escolas e a Qualidade”, onde são referidos estudos nos quais se comprova que as escolas de pequena dimensão criam ambientes mais familiares e acolhedores, enquanto as escolas de grandes dimensões têm outras vantagens, tais como a oferta de uma maior variedade de atividades extracurriculares (OCDE, 1989).

pelo que a sua constituição é o reflexo da realidade demográfica de pequenos povoados em zonas rurais ou de montanha.

A abordagem feita por vários estudos a nível internacional sobre esta realidade torna possível recolher informações onde é evocada esta dicotomia entre aspetos desfavoráveis e favoráveis à criação e permanência destas turmas. Os aspetos desfavoráveis prendem-se com o facto de os alunos só receberem atenção direta do professor durante um tempo parcial, não constituindo um contexto favorável às aprendizagens (Mingat e Ogiet, 1995). Estes resultados foram obtidos em França no ano de 1993, época em que a carta escolar nacional determinava que, sempre que possível, se organizassem turmas de um só nível (Zanten e Obin, 2008). O argumento na altura sustentava que, para além das dificuldades que estas turmas representavam para o professor, também devido à necessidade de lecionar vários níveis não constituíam um contexto pedagógico favorável porque o professor tinha de partilhar o seu tempo entre os diferentes grupos de alunos⁴.

Em Portugal, por via do encerramento de muitas escolas com um número inferior a 21 alunos, assistiu-se à deslocalização destes para escolas de maior dimensão e, um pouco por todo o país, propagou-se a construção de Centros Escolares que, de acordo com os discursos que sustentam essa medida, tenderiam a oferecer condições de igualdade de oportunidades e de melhoria na qualidade de ensino. Foi portanto, baseado neste argumento, e através de um discurso de promoção do sucesso escolar, que se visou a escola de meio rural, adotando-se uma (não) estratégia, na medida em que não se criaram quaisquer planos para a resolução da situação. Tal facto, em muito tem contribuído para acentuar a desertificação humana o envelhecimento exponencial da população, a ausência de alternativas de empregabilidade, entre outros factores (Ferreira e Oliveira, 2007). Em suma, com base na anterior argumentação teórica, e concomitantemente ao discurso da concentração em centros escolares, surge o

⁴ Importa destacar que, em diversas reuniões tidas no âmbito da construção de diferentes Projetos Educativos Locais, estes argumentos foram igualmente utilizados pelos docentes que assumiam grupos com estas características nos diferentes territórios.

inevitável encerramento de centenas de escolas de 1.º CEB em territórios de baixa densidade, o que "ajudou", em definitivo, a uma tendência crescente da desertificação populacional desses territórios⁵.

Não obstante, de novo se salienta a existência de vários estudos apresentados que validam a ideia das escolas pequenas em meio rural poderem ser vantajosas. Entre eles está o estudo levado a cabo por Sigsworth e Solstad (2001), no qual os autores referem que a estrutura social destas escolas apresenta semelhanças a uma família mais alargada na medida em que o professor tem as mesmas ou mais preocupações dos seus colegas de outro tipo de escolas e, conseqüentemente, turmas maiores. No mesmo estudo é ainda referido poder o professor sentir-se só, cheio de dúvidas, acontecendo ainda a natural possibilidade de ter de se preocupar com questões relativas à organização da escola. No entanto, o seu tempo na escola torna-se precioso, devendo ser aproveitado ao máximo para promover o sucesso das aprendizagens dos alunos. No mesmo estudo, sobre estas escolas de menor dimensão onde existem necessariamente turmas com vários níveis de ensino, é referido ser possível observar que as crianças se encontram diariamente em contacto com outras de diferentes idades, e que a composição da turma vai-se alterando muito lentamente de ano para ano, na medida em que os alunos mais velhos, ao terminarem o ciclo, dão entrada a alunos novos que se vão inserindo gradualmente na estrutura da turma. Nesse sentido, as relações entre os alunos vão-se desenvolvendo com os da sua idade, mas também com alunos de outras idades, promovendo e desenvolvendo a noção de identidade dentro do grupo.

Na realidade, parece não existir um consenso relativamente ao encerramento destas escolas, embora, e no sentido da ideia de coesão territorial, não deva ser esquecido que, nos territórios onde elas se encontram inseridas, o seu encerramento traduzir-se-á, necessariamente, por conseqüências sociais significativas. Parece ser inquestionável que em determinados contextos (projetos educativos

⁵ Contudo, não pode deixar de ser referido que quando tal situação se observa a dimensão do problema já se encontra no limiar de sustentabilidade demográfica sendo, por norma, a escola o último reduto resistente ao encerramento dos serviços nestes mesmos territórios.

próprios, reflexão sobre as práticas pedagógicas alternativas, etc.) a escola situada em meio rural contém diferentes potencialidades de desenvolvimento de um trabalho educativo e pedagógico com grande abrangência social e comunitária. É nesta lógica de pensamento, por exemplo, que surgem as questões relacionadas com a importância da escola para o desenvolvimento rural defendidas por Ferreira e Oliveira (2007).

Os territórios rurais apresentam, em si mesmo, um recurso fundamental na medida em que se constituem como uma reserva de espaço físico, assumindo um papel preponderante nos processos de proteção e preservação da natureza e da paisagem envolvente (Almeida, 1998). É nesse âmbito que, para a riqueza desses territórios, as escolas deverão ser cada vez menos entendidas num sentido estritamente escolar, mas, isso sim, deverão ser encaradas num contexto educativo, enquanto lugares de fomento a uma cultura comum, promovendo projetos e políticas em que seja defendida essa territorialização da escola, por forma a ver destacada a sua polivalência e a ampla oferta educativa.

Reforçando os argumentos anteriormente expressos relativamente às escolas em territórios de baixa densidade, importa refletir ainda acerca da dimensão emblemática que esta instituição possui, constituindo-se como um elemento identitário da própria comunidade. Num meio rural, a escola apresenta-se como o serviço que resta após todos os outros terem desaparecido, terem sido deslocalizados pelo Estado, ou até, alguns deles, terem mesmo falhado os seus propósitos. Independentemente das razões que levam a esta situação, a comunidade, no seu todo, é quem sai penalizada, pelo que as ameaças à escola são uma das dimensões do problema que mais tem afetado os territórios de baixa densidade⁶.

⁶ Porém, importa ter presente que muitas destas escolas poderão vir a sofrer um encerramento natural devido à diminuição progressiva da população, nomeadamente em idade fértil, contribuindo para que simplesmente não nasçam crianças nestes territórios (Cordeiro, 2014).

Abordagem preliminar à construção de uma Matriz para reorganização de rede educativa de territórios de baixa densidade

Se é verdade que existem territórios onde, devido às suas características demográficas, é impossível manter uma escola a exercer apenas a sua função de escolarizar crianças, também é verdade que este espaço pode ser revitalizado de modo a transformar-se num excelente meio de desenvolvimento local. Para tal, é forçosamente necessário o empenho dos autarcas e das comunidades na assunção e no reconhecimento da escola, enquanto instituição, evidenciando a criação de um serviço local, reconhecendo os novos papéis para a mesma ou, pelo menos, considerando as diferentes tarefas que ela pode assumir, lançando novos desafios e apostando noutros contributos e propostas de parcerias (Amiguiño, 2005). Ao desenvolver-se uma estratégia para a educação num determinado território – projeto educativo local – este deve ter em consideração todas estas perspetivas (Cordeiro *et al.*, 2012; Alcoforado *et al.*, 2014), aliás, no sentido do constatado também por Smit e Humpert (2012).

Foi no sentido do reconhecimento da importância destas escolas como fatores de desenvolvimento em territórios rurais e de montanha que o desafio de construção de uma matriz de reorganização da rede escolar, a nível municipal, foi assumido (Cordeiro e Gama, *coords.*, 2015).

Na reorganização da rede escolar da primeira década do século XXI todo o enfoque, tal como tem vindo a ser salientado, se coloca no número de alunos de cada estabelecimento de ensino como premissa decisiva. Só muito ocasionalmente a análise das condicionantes naturais, demográficas e pedagógicas foram tidas em consideração nas decisões de encerramento ou de manutenção de escolas. A morfologia dos territórios, assim como os cursos de água de maior dimensão, não assumiram papel relevante nos projetos de cartas educativas de 1.^a geração, tornando-se por demais evidente que essas condicionantes são muitas vezes responsáveis por “fronteiras” e mesmo alguns estrangulamentos em termos de mobilidade observados nos diferentes territórios. De igual modo, só pontualmente foi analisada a rede viária (muitas vezes associada a esses mesmos constrangimentos naturais), a qual é

responsável pela criação de debilidades nas mobilidades, nomeadamente em territórios mais acidentados.

Quanto às questões relacionadas com as dinâmicas demográficas, por seu turno, não foram em muitas situações compreendidas na sua plenitude. Neste âmbito, e a título de exemplo, observa-se preferencialmente a análise dos valores atuais e não os seus quantitativos e características futuras, as quais associadas às questões dos fluxos diários da população escolar, deveriam fornecer diferentes cenários em termos das décadas seguintes⁷. Todavia, esta leitura das alterações deveria ter sido integrada de igual modo no contexto alargado da evolução dos respetivos sistemas sociais, culturais, económicos e políticos dos diferentes territórios, uma vez que a situação de uma comunidade, projetada no futuro, seguramente revelará muito sobre como poderá vir a ser.

Na construção de uma matriz, e além dos fatores anteriormente destacados, outros existem que têm de ser integrados, nomeadamente os de índole pedagógica e da comunidade envolvente. Estes devem ser trabalhados dado considerar-se existirem múltiplas questões que condicionam as dinâmicas das famílias e dos alunos aquando da procura de uma escola, sendo importante as suas condições de aprendizagem e não somente o número de inscritos.

Assim, e de modo a organizar os critérios atendendo ao grau de influência que devem ter na análise global da tomada de decisão, é forçoso levar em linha de conta um dos cinco principais fatores escolhidos – território; demografia; dinâmicas empresariais; componentes pedagógicas; e espaço e comunidade educativa. Estes factores apresentam valores de ponderação de enorme amplitude – podem ir dos 40% aplicados ao território, aos 5% da dinâmica empresarial. No entanto, e desde o primeiro momento, dois elementos são assumidos como bloqueadores, obrigando desde logo à manutenção de uma escola: uma distância-tempo que não pode ser superior a 25 minutos e a existência de um projeto educativo de escola alternativo onde se observem propostas de práticas

⁷ É ainda de refletir que desenvolvendo-se as cartas educativas na segunda metade da década, os valores utilizados foram, em muitas situações, os relacionados com o início da década, ou seja, os relacionados com os Censos de 2001.

pedagógicas inovadoras. Por sua vez, cada um dos 23 subcritérios apresenta uma pontuação atribuída entre 1 e 5 (sendo 1 o valor mais baixo e 5 o mais alto), e em que o cálculo final é o relacionado com os dois tipos de pontuação (Figura 1).

Esta matriz integra, assim, uma análise ao nível do território (com ponderação global de 40%), nomeadamente a “distância tempo de casa-escola”, a “sinuosidade/perigosidade” e uma “Análise de Componentes Principais” (ACP). Portanto, e considerando-se que a distância e as condições físicas do território em muito podem condicionar a transferência de alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico para uma escola vizinha de acolhimento, todos os subcritérios integrados neste critério, e pelos motivos anteriormente descritos, têm níveis de ponderação elevados (níveis 5 e 4).

O segundo critério é referente à análise das questões demográficas (que apresenta ponderação global de 20%), nomeadamente no que concerne à população escolar, às projeções demográficas e à fidelização atual da população escolar, já que a manutenção (ou não) de uma escola deverá ter em conta o número de alunos que estará em idade escolar até 2020, a possível evolução da população escolar, e às quais se deverá associar a análise da perda atual de alunos para outras escolas do território. Estes subcritérios apresentam níveis de ponderação que variam entre o 3 e 4.

Um outro critério de análise introduzido na matriz foi o referente à dinâmica empresarial, embora com um nível de ponderação muito baixo (1) uma vez que, e apesar de poder influenciar as dinâmicas territoriais e as empresas possam ser excelentes atores para a concretização de parcerias, não parecem ser determinantes para o sucesso escolar de um aluno.

O quarto critério diz respeito à componente pedagógica (ponderação global de todos os subcritérios apresentam 25%), surgindo aqui um número muito significativo de subcritérios, nomeadamente: notas obtidas pelos alunos, quer ao nível da avaliação contínua ao longo do ano letivo (ponderação 5), quer ao nível das notas de exame (ponderação 4); análise do ensino pré-escolar (ponderação 4); percurso escolar dos antigos alunos (ponderação 4); estratégias pedagógicas e de avaliação (ponderação 5; recursos pedagógicos (ponderação 4); atividades

de enriquecimento e apoio curricular (ponderação 3); relação entre turmas e níveis de ensino (ponderação 3); escola e ciclos de ensino (ponderação 3); e, anteriormente referido, projeto educativo de escola (ponderação 5).

		Fator ponderação (de menos importante a muito importante)					Avaliação (de menos relevante a mais relevante)					Resultado
CRITÉRIOS	Subcritérios	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	
Espaço	Distância-Tempo					5						
	Sinuosidade				4							
	ACP/contextos socioeconómicos territoriais				4							
	<i>Somatória parcial</i>											
Demografia	População Escolar (previsões 2020-2021)				4							
	Projeções demográficas 2011-2021 (crescimento positivo/nulo/negativo)				4							
	Fidelização da população escolar				4							
	<i>Somatória parcial</i>											
Dinâmica Empresarial	Empresas	5										
	<i>Somatória parcial</i>											
Componentes Pedagógica	Notas de Frequência 4º ano					5						
	Notas de Exame 4º ano					5						
	Pré-escolar					5						
	Percurso escolar dos antigos alunos					5						
	Estratégias pedagógicas e de avaliação					5						
	Recursos pedagógicos					5						
	Atividades de enriquecimento curricular					5						
	Turmas e níveis de ensino					5						
	Escola e ciclos de ensino					5						
	Projeto Educativo da Escola					5						
<i>Somatória parcial</i>												
Espaço e Comunidade Educativa	Qualidade da infraestrutura escolar atual											
	Custos de manutenção do edifício escolar atual											
	Qualidade da infraestrutura escolar de acolhimento											
	Recursos da Comunidade/Património											
	Escola como espaço público											
	Opinião dos pais sobre a escola											
<i>Somatória parcial</i>												
					<i>Somatória total</i>							

Figura 1
Matriz de análise de escolas de baixa densidade

Por fim, o último critério diz respeito ao espaço e comunidade educativa (ponderação global de 10%) em que é proposta a análise dos seguintes sub-critérios: qualidade da infraestrutura escolar e os seus custos de manutenção (ponderação de 3 e 4, respetivamente); qualidade da infraestrutura escolar de

acolhimento (ponderação de 4); comunidade e património (ponderação de 3); e os dois últimos, a escola como espaço público e a opinião dos pais sobre a escola (ambos com fatores de ponderação de 4).

Assim, e com base num pormenorizado diagnóstico que integrará análises diferenciadas (quantitativas, qualitativas e cartográficas), construir-se-á para cada escola em situação de risco de encerramento uma grelha de avaliação na qual será encontrado um valor referencial relativamente aos limiares que, entretanto, deverão vir a ser definidos e aceites pela tutela.

Notas para reflexões futuras

Os estabelecimentos do 1.º ciclo (bem como os do pré-escolar) dos territórios rurais e de montanha no Portugal deste início do século XXI, caracterizam-se por genericamente terem poucos alunos, poucos recursos e se encontrarem inseridos em comunidades isoladas, resultado da desertificação e envelhecimento que caracterizam estes setores do território nacional. Segundo a tutela, estes factos constituíram-se como o principal obstáculo à modernização da escola do 1.º CEB, situação que levou ao encerramento de largas centenas de escolas por todo o interior do país. Contudo, observam-se também argumentos que defendem a sua manutenção já que a escola em meio rural permite utilizar os conhecimentos existentes e desenvolver sinergias entre toda a comunidade educativa, utilizando a riqueza do espaço envolvente de modo a permitir às crianças passar do meio familiar para a escola sem rutura do contexto familiar, favorecendo as relações entre indivíduos e facilitando uma construção do tecido social e afetivo.

A criação de uma Matriz para planeamento de rede em territórios de baixa densidade, e após uma década da implementação da reorganização, mesmo parecendo estranha, justifica-se plenamente neste momento. O seu objetivo fulcral é, assim, atinente à necessidade de preservar as débeis dinâmicas destes territórios, muito além do enfoque do limiar mínimo de alunos. A morfologia, a rede viária (distância-tempo e sinuosidade) e as dinâmicas demográficas

(passadas, atuais e prospetivas), bem como os fatores de índole pedagógica e de comunidade envolvente nas quais a necessidade de desenvolver um projeto pedagógico diferenciador, foram assumidos na matriz como fatores decisivos no sucesso futuro desses jovens enquanto cidadãos.

Referências bibliográficas

- Alcoforado, L.; Cordeiro, A. M. Rochette. & Ferreira, S. (2012). A (re)organização da rede escolar como reflexo das transformações demográficas, políticas e geográficas, nas últimas seis décadas em Portugal. In Mogarro, M.J. & Cunha, M.T.S. (orgs.). *Rituais, Espaços & Patrimónios Escolares. IX Congresso Luso Brasileiro de História da Educação (Atas)*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, pp. 5423-5435.
- Alcoforado, L; Cordeiro, A. M. Rochette & Ferreira, A. Gomes (2014). Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável. In A. M. Rochette Cordeiro, Luís Alcoforado e A. Gomes Ferreira (Coords.), *Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável*. Coimbra: DG-FLUC, pp. 7-14.
- Alpe, I. (2008). Les élèves ruraux sont-ils “défavorisés”? La construction et le traitement par les politiques éducatives d’une inégalité hypothétique. *Colloque international «Efficacité & Équité en Éducation* Université Rennes 2, 19/20/21, pp. 3-13.
- Alpe, I. (2012). Contexte territorial et organisation scolaire: l’école rurale française, de l’idéalisaton à la stigmatisation. *Revue suisse des sciences de l’éducation* 34 (2).
- Amiguiño, A (2005). Educação em meio rural e desenvolvimento local. *Revista Portuguesa de Educação*. 18(2), pp. 7-43.
- Autès, Michel (2004). Três formas de desligadura. In Saul Karsz (org.), *La Exclusion: Bordaando sus Fronteras. Definiciones y Matices*. Barcelona: Gedisa, pp. 15-54.
- Azevedo, José Maria (1996). *Os Nós da Rede: O Problema das Escolas Primárias em Zonas Rurais*. Porto, Edições ASA. 176 p.
- Boix, R. (2008). La politique éducative catalane et l’école rurale : équité et efficacité dans le territoire. *Colloque international Efficacité & Équité en Éducation*. Université Rennes 2, 19/20/21, pp. 4-18.
- Canario, R. (2000). A escola no mundo rural: contributos para a construção de um objecto de estudo. In *Educação, Sociedade & Culturas*, n.º 14, pp. 121-139.
- Champollion, P. (2008). La territorialisation de l’école au regard de l’égalité des chances: frein ou levier? Éléments de cadrage et de réflexion développés principalement à partir des territoires ruraux isolés et montagnards. *Colloque international Efficacité & Équité en Éducation*. Université Rennes 2, 19/20/21, pp. 19-31.
- Champollion, P. (2011). «El impacto del territorio en la educación. El caso de la escuela en Francia.» *Profesorado – Revista de currículum y formación del profesorado*, Vol. 15, N.º 2, pp. 53-69.
- Cordeiro, A. M. Rochette (2014). O lugar dos Municípios no planeamento e gestão da rede escolar em Portugal. In Maria de Lurdes Rodrigues (coord.), *40 anos de políticas de educação*

- em Portugal: a construção do sistema democrático de ensino*, Vol. II, Coimbra. Almedina, pp. 421-444.
- Cordeiro, A. M. Rochette & Alcoforado, L. (Coord.) (2015). *Programa Intermunicipal de Prevenção do Abandono Escolar e Promoção da Igualdade de Acesso ao Ensino da Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra*. Coimbra, DG-FLUC (Relatório Técnico – inédito).
- Cordeiro, A. M. Rochette & Gama, R. (coords.) (2015). Reorganização de rede escolar em Territórios de baixa densidade – Matriz de análise. Projeto Educativo Local do Fundão – Volume III. Coimbra, DG-FLUC, 105 p. (Relatório Técnico – inédito).
- Cordeiro, A. M. Rochette & Martins, H. (2013). A Carta Educativa Municipal como instrumento estratégico de reorganização da rede educativa: tendências de mudança. *Cadernos de Geografia*, n.º 32, pp. 339-356.
- Cordeiro, A. M. Rochette; Martins, H. & Ferreira, A. Gomes (2014) As cartas educativas municipais e o reordenamento da rede escolar no Centro de Portugal: das condições demográficas às decisões políticas. *Revista Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Set 2014, Vol.22, N.º 84, pp. 581-607, Rio de Janeiro.
- Ferreira, F. & Oliveira, J. (2007). Escola e Políticas Educativas: lugares incertos da criança e da cidadania. *Perspectivas*, Vol. 25, n. 1, jan./jun. Florianópolis, Brasil. pp. 127-148.
- INE, I.P. (2012). *Censos 2011*, resultados definitivos – Região Centro. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE, I.P. (2014). *Tipologia de Áreas Urbanas de 2014* (TIPAU 2014). Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- Jean, Yves (2003). Écoles rurales. Diversité sociale des structures scolaires et des politiques municipales. *Ville-École-Intégration, Enjeux – Migrations-Formations*, 134, pp. 112-128.
- Justino, D.; Pascueiro, L.; Franco, L.; Santos, R.; Almeida, S. & Batista, S. (2014). *Atlas da Educação: Contextos sociais e locais do sucesso e insucesso – Portugal 1991/2012*. Lisboa, CESNOVA.
- Machado, F. (2013). *A gestão curricular em turmas com diferentes anos de escolaridade – conceções e práticas pedagógicas dos professores do 1.º CEB*. Dissertação de Mestrado em Estudos da Criança – Área de Especialização em Integração Curricular e Inovação Educativa. Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal.
- Matthews, P.; Klaver, E.; Lannert, J. Ó.; Concluain, G. & Ventura, A. (2009). *Política educativa para o primeiro ciclo do ensino básico. Avaliação internacional*. Lisboa, Editorial do Ministério da Educação.
- Mingat, A. & Ogiet, C. (1995). Elementos para uma nova reflexão sobre a escola primária em meio rural. In R. Canário (Org.), *Escola Rural na Europa Instituto das Comunidades Educativas. Cadernos ICE*. pp. 13-31.
- Nazareth, J. M. (1988). *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*. Lisboa: Edições Presença.
- Sigsworth, A & Solstad, K. J. (2001). *Making Small Schools: A Handbook for Teachers in Small Rural Schools*. Addis Ababa: UNESCO, International Institute for capacity Building in Africa.
- Smit, R. & Humpert, W. (2012). Differentiated instruction in small schools. *Teaching and Teacher Education*, 28, Elsevier, Lda, pp. 1152-1162.
- Zanten, A. van & Obin, J.-P. (2008). *La Carte Scolaire*, Que sais-je, Paris: PUF, 127p.

(Página deixada propositadamente em branco)

DESCONSTRUÇÕES RECONSTRUÍDAS SOBRE O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO. PERSPETIVAS GEOGRÁFICAS EM TERRITÓRIOS LITERÁRIOS

Fátima Velez de Castro/velezcastro@fl.uc.pt

Departamento de Geografia e Turismo/CEGOT
da Universidade de Coimbra

Introdução: notas para uma geografia do envelhecimento

Nos últimos tempos, o tema do envelhecimento tem vindo a ganhar um destaque sem precedentes no âmbito da investigação científica em Ciências Sociais. O programa europeu “Horizonte 2020” (2014-2020), o qual financiará no futuro próximo projetos de investigação e inovação científica, tem como um dos principais pilares a abordagem de desafios sociais, onde destaca a temática do envelhecimento populacional. Tal não é alheio ao facto de as estatísticas demográficas revelarem que a sociedade contemporânea está, por um lado, a evidenciar o declínio da população jovem, fruto de uma taxa de natalidade/fecundidade cada vez mais baixa; por outro, o aumento do contingente da população idosa, resultante do alargamento da esperança média de vida. Em suma, nasce-se menos e vive-se mais.

Este panorama tem criado preocupação nos governos dos países desenvolvidos, que se veem confrontados com a falência do sistema de segurança social, referente à sustentabilidade das pensões, uma vez que, se o padrão demográfico actual não se inverter, ou pelo menos alterar em determinados indicadores –

natalidade/fecundidade - estará em causa o bem-estar de um grupo populacional que, por direito, poderá não ter acesso à sua reforma e por conseguinte a bens e serviços essenciais (Eurobarometer, 2011; Rosa, 2012).

A ONG HelpAge International¹ (2016) publicou recentemente o *Global Age Watch Index 2015*, um relatório que pela primeira vez apresentou um índice cujo cálculo se baseou na utilização de indicadores de bem-estar social e económico dos idosos². Foram 4 os domínios em causa:

- 1) Ganhos fixos – Valor das pensões, rácio de pobreza na velhice, bem-estar dos idosos, PIB *per capita*;
- 2) Estado de saúde – Esperança média de vida aos 60 anos;
- 3) Emprego e educação – Emprego de idosos, grau académico dos idosos;
- 4) Ambiente quotidiano – Contactos sociais, segurança física, liberdade cívica, acesso aos transportes públicos.

No fundo tratou de analisar este grupo social sob o ponto de vista da vertente material, pelo conhecimento da disponibilidade financeira, assim como da imaterial, pelo conhecimento das competências pessoais e das relações sociais.

O resultado mais evidente deste estudo é o de que já fazemos parte de um mundo envelhecido e que no futuro terá tendência a envelhecer ainda mais, com algumas exceções regionais (países do centro do continente africano; a oriente o Iémen e o Afeganistão). Em 2012, 11% da população mundial tinha mais de 60 anos; em 2030 prevê-se que esse valor seja de 16%; em 2050 esse valor ascenderá aos 22%. Refira-se ainda que nesta mesma data se espera que cerca de 60 países do mundo vejam as suas sociedades constituídas por 30% ou mais de população com 60 anos ou mais. Uma análise à escala regional permite perceber que estes valores médios indicativos se revelam díspares face a diferentes realidades socioterritoriais. Em 2050 África será o continente

¹ Esta ONG tem como objetivo ajudar os idosos a reclamar pelos seus direitos e a lutar contra situações de discriminação e de pobreza, para que possam viver dignamente, seguros, ativos e com saúde. Desenvolve atividades em 65 países.

² O índice varia entre 1 (elevada qualidade de vida) e 96 (baixa qualidade de vida).

com menor contingente de população com 60 anos ou mais (10%), seguido da Ásia, América e Oceânia (25%, respetivamente). A Europa chegará perto dos 40%.

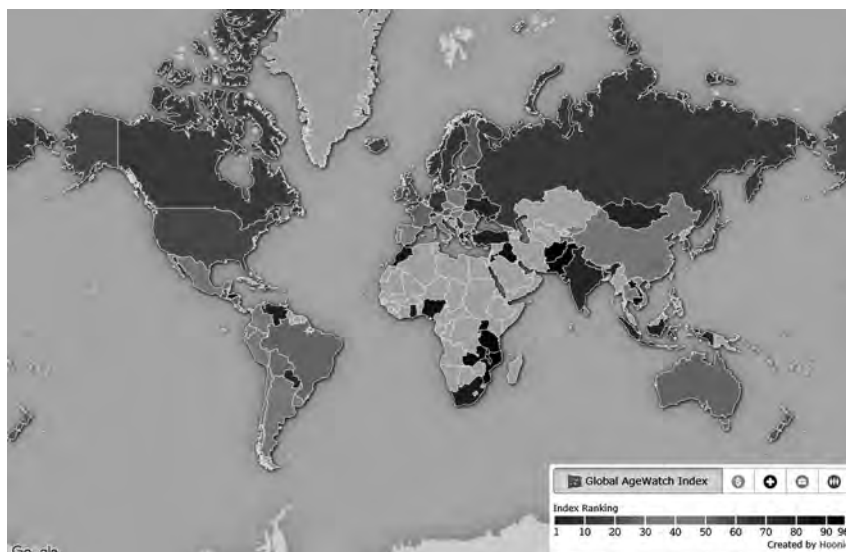


Figura 1
Cartografia do ranking de países do Global Age Watch Index (2015)

Fonte: HelpAge International (2016)

Em Portugal, Leão, *et al.* (2010) estimam que em 2060, o índice de envelhecimento³ seja muito elevado, ou seja, haverá 271 idosos por cada 100 jovens. Estas autoras chamam a atenção para o facto desta projecção poder ser alterada, caso haja uma transformação do comportamento dos indicadores de crescimento efetivo, nomeadamente dos que permitem o aumento de efetivos – a natalidade e a imigração. Lutz e Scherbov (2008) defendem que, no caso europeu, os governos devem ponderar a aplicação de políticas migratórias, tendo em conta a necessidade de imigrantes para suprir as lacunas de população

³ Relação entre o número de idosos e o de jovens.

autóctone. Em 2013 a população total da UE28 era de 505.730.473 habitantes (Eurostat, 2013). Em 2050 esse valor recuará para aproximadamente 413 milhões, se os fluxos migratórios diminuïrem; se estes continuarem, ainda assim o recuo populacional poderá não ser tão grande, pelo que a população europeia se poderá constituir por 460 milhões de habitantes.

Em síntese, as principais projeções dão conta que o futuro das sociedades, de uma forma geral, passará pelo envelhecimento das suas populações, com todos os desafios que esse facto acarretará. Tendo em conta a complexidade do fenómeno, urge fazer uma breve reflexão sobre o que se considera ao certo como sendo “envelhecimento”, conceito este baseado num outro cuja objetividade e relatividade em muito se cruzam: a idade.

Desconstrução conceptológica sobre a idade

Perante a questão “o que é a idade?”, do ponto de vista da Geografia Social, Pain, *et al.* (2001) defendem que se trata de uma série cronológica em que se podem agrupar os indivíduos, partindo do princípio de que a partilha de determinadas idades está relacionada com a partilha de experiências similares. Não se vivem por isso ciclos de vida (evolução de carácter estático e contínuo), mas antes estádios/fases de vida, significando que os indivíduos que partilham a mesma idade (biológica) podem ter experiências de vida completamente diferentes umas das outras, e portanto apresentarem características diferenciadoras. A estes se associam a infância, a meia-idade e a velhice, sendo que não há limites estáticos em termos de definições etárias.

Do ponto de vista social e cultural, estes autores afirmam que no que diz respeito aos idosos e ao envelhecimento, há um discurso ambivalente, por um lado positivo (por exemplo, moda para idosos, reformas ativas com as universidades seniores), por outro negativo (associado ao declínio físico e mental, dependência, isolamento social, confinamento a certos espaços). Em algumas sociedades, por exemplo africanas, os idosos são anciãos respeitáveis, tomam

decisões coletivas (embora sendo “jovens” do ponto de vista do contexto ocidental), mas também a ideia de “criança” se altera, começando-se a ser produtivo muito cedo. Sobre a necessidade de se categorizar a idade, Laws (1994) refere: “We wear labels that other people assign us, with or without our knowledge and/or our consent” (Laws, 1994: 789).

Pain, *et al.* (2001), assim como Fonseca (2006) assumem que a idade deve ser entendida sob vários pontos de vista, daí que distingam três tipos etários:

- a) Idade cronológica ou biológica – Refere-se ao número de anos vividos, ou seja aos sistemas vitais do organismo humano. Cada país tem idades limites para determinadas situações (entrada na escola, carta de condução, votação, responsabilidade criminal, casamento, consentimento de relações sexuais, idade de reforma, de trabalho, etc.). Nas sociedades pré-modernas não havia o sentimento de exclusão dos idosos, porque estes trabalhavam praticamente até ao fim da vida, por isso eram sempre ativos. Isso agora também acontece (trabalho voluntário, cuidado dos netos, serviço doméstico) só que não é reconhecido porque não se trata de atividades formalizadas e remuneradas.
- b) Idade psicológica – Refere-se às capacidades de natureza psicológica que os indivíduos utilizam para se adaptarem às mudanças. Envolve o estado de saúde, de *fitness* e visível aparência do corpo, fruto também da grande pressão para que este não envelheça.
- c) Idade social – Conjunto de crenças, atitudes e papéis desempenhados sobre as capacidades das pessoas de diferentes idades e o comportamento social e espacial apropriado/esperado.

Perante esta reflexão, destaca-se a importância da análise da idade e do envelhecimento relacionado com o corpo, fruto das exigências sociais, de índole coletivo, mas também numa perspetiva individual, derivado de uma maior noção/conhecimentos dos indivíduos sobre si mesmos e sobre as suas capacidades e aspirações.

A idade e as geografias do corpo

Valentine (2001) refere que os geógrafos se têm focado no corpo como um espaço, citando Rich (1986), que o considera como *the geography closest in* – a geografia mais próxima do indivíduo, a geografia íntima. O corpo marca uma fronteira entre o espaço individual e o espaço comunitário, sendo que o primeiro faz ligação com outros territórios através de sensações. É a localização primeira através da qual são constituídas as identidades sociais, que se baseiam no género, raça, idade e capacidades para excluir ou incluir indivíduos em diferentes categorias sociais. O corpo também é lugar de luta e de contestação pela forma como o usamos, como se desloca, como estabelece a relação com o agregado familiar, a comunidade, a globalidade.

As sociedades ocidentais (séc. xx) caracterizam-se pelo crescimento do consumo em massa, pela democratização da cultura, pelo declínio da moralidade religiosa, e por uma ênfase da filosofia hedonista. Neste contexto o corpo ganha importância na sua identidade individual, pois há uma maior preocupação com a sua imagem, com o seu aspecto, daí que haja uma necessidade de reconstrução, em termos estéticos (pela cirurgia plástica, tratamentos de laser, lipoaspiração, *bodybuilding*, *bodymodification*); de saúde (procura de acompanhamento para doenças como o cancro ou diabetes, etc.); em ambas as componentes (controlo do peso, não fumar ou beber em excesso, etc.)

Segundo esta autora, na sociedade ocidental contemporânea, é suposto sermos vigilantes quanto ao tamanho, forma e aparência do corpo, disciplinando-nos para produzir corpos culturalmente desejáveis, pois falhar na manutenção de um corpo esbelto e jovem, é entendido como uma fraqueza pessoal mas também moral. Considera a aparência corporal essencial para as oportunidades de vida: pessoas com excesso de peso são normalmente estereotipadas como indulgentes, preguiçosas, desleixadas.

O corpo é, por isso, marcado por normas sociais e expectativas que influenciam aquilo que se “pode ou não fazer em determinada idade”, “pode ou não usar”, “pode ou não vestir”. Por exemplo, na menopausa, uma mulher não é tida como apta para cuidar de um filho, porém é tida como apta para cuidar de

dependentes (por exemplo, dos pais idosos). As expectativas quanto à idade do corpo não são tanto limitadas pela biologia, mas antes construídas socialmente através de práticas variáveis no tempo e no espaço, o que limita as oportunidades, estrutura as experiências coletivas, condicionando a dimensão espacial.

Supõe-se que a vida tenha uma sequência linear: na infância e adolescência estuda-se; na juventude e idade adulta trabalha-se; na velhice goza-se a reforma. Isto gera a criação de estereótipos e de formas de discriminação, baseadas na assunção de características associadas ao corpo em relação com a idade – o *ageism*. Especificamente no que diz respeito aos idosos, em certas culturas adquirem um estatuto privilegiado de “anciãos”, sendo respeitados pela sua experiência e sabedoria, tendo poder de decisão. Todavia, nas sociedades ocidentais, normalmente isso não acontece, sendo o idoso excluído por já não ser um indivíduo produtivo e por ter passado a idade reprodutiva (em especial as mulheres), daí que perca poder decisório e de atuação.

Neste contexto, Hugman (1999) defende que se deve fazer distinções categóricas, pelo que identifica os *old-old* (física e psicologicamente frágeis) e os *young-old* (com mais atividade, com dinamismo na comunidade), assim como a noção de *gray-power*. Este conceito sustenta a ideia de que, com o aumento da esperança média de vida, a noção de “idoso” e de “envelhecimento” toma outra dimensão, sobretudo nas novas gerações. Significa que este contingente representa um potencial de capital humano/social ao nível das escolhas de consumo, das necessidades culturais, da posição cada vez mais em destaque que vai ocupando em posições de decisão (por exemplo, quando prolongam a vida ativa no plano profissional, ou em grupos/associações de natureza diversa – cultural, filantrópica, de defesa dos direitos dos mais velhos, etc.). Fonseca (2006) reconhece e aplica esta conceptologia, discutindo se se deve considerar, além da 3.^a idade, que anteriormente abarcava toda a vida do idoso, a 4.^a idade, a qual se refere de facto ao envelhecimento no estágio último da vida do indivíduo.

Estas e outras reflexões sobre a geografia da idade, do envelhecimento e a sua relação com a perceção corporal (do ponto de vista individual e coletivo), muito têm e estão a intrigar os investigadores científicos, que têm produzido

e irão produzir cada vez mais estudos neste sentido. Mas não é só a comunidade acadêmica que está a intrigada com todas as questões levantadas em torno deste assunto. Também a literatura tem contribuído, numa perspectiva hipotética, para intensificar esta discussão, colocando à disposição hipóteses aparentemente irrealizáveis sobre o tema do envelhecimento populacional. Nesse sentido, parece ser pertinente a análise de determinadas perspectivas literárias, tendo em conta alguns dos pressupostos teóricos já analisados.

Perspetivas geográficas do envelhecimento em territórios literários

As três obras em análise foram escritas em tempos e espaços geográficos diferenciados, por autores que expressaram diferentes formas de entender o fenómeno do envelhecimento, do ponto de vista ficcional.

O “Estranho caso de Benjamin Button”, um conto escrito por F. Scott Fitzgerald, foi publicado pela primeira vez em 1922. Especula-se que a ideia para a composição da história terá derivado de um desabafo de Mark Twain, o qual lamentou que a melhor parte da vida fosse o início e a pior o fim. Tendo essa ideia-chave como ponto de partida, Scott Fitzgerald resolveu então inverter o percurso da existência e apresenta Mr. e Mrs. Roger Button, os quais, no desejo de serem pais, deram à luz um rapaz – Benjamin Button. Tudo teria um percurso normal e regular, similar ao de qualquer outro casal em idade fértil, não fosse o caso de o “bebé” ter nascido de facto como um homem de 70 anos, com todas as características físicas e peculiaridades de um indivíduo dessa idade.

“– Bem – perguntou Mr.Button, ofegante –, qual é o meu [bebé]? (...)

Os olhos de Mr.Button seguiram o dedo estendido, e eis o que viu: embrulhado num volumoso cobertor branco, e parcialmente entalado num dos berços, estava um velho que aparentava cerca de 70 anos de idade. (...)

– Estarei doido? – berrou Mr. Button, cujo terror se transformara em fúria.

– Isto é alguma horrível brincadeira de hospital? (...)

E não sei se o senhor é louco ou não [disse a enfermeira]... mas este é, sem sombra de dúvida, o seu filho.”

(Fitzgerald, 2008: 13)

Após o primeiro momento de espanto, há uma aceitação do facto e Benjamin tem oportunidade de realizar um percurso de vida “ao contrário”. O *ageism* face à velhice, definido por Valentine (2001), torna-se evidente na primeira fase de vida da personagem, pelo que se destacam dois momentos em particular. O primeiro, no hospital, onde o corpo médico manifesta repugnância pelo facto de Mrs. Button ter dado à luz um bebé com um aspeto tão invulgar, preocupando-se imenso com as consequências para a reputação da instituição; o segundo, mais tarde, quando entra para a Universidade de Yale e vê vedada a frequência do estabelecimento por, aparentemente, ser demasiado velho para isso.

“– Tenho muito prazer em conhecê-lo, Mr.Button. Estou à espera do seu filho de um momento para o outro.

– Sou eu! – explodiu Benjamin. – Sou um caloiro.

– O quê?

– Sou um caloiro. (...)

– Como é possível, se Mr.Benjamin Button está aqui registado como tendo dezoito anos?(...)

– Tenho dezoito anos – repetiu.(...)

– O atrevimento! – gritou. – Um homem da sua idade a tentar entrar aqui como caloiro. Com que então dezoito anos? Pois bem, dou-lhe dezoito minutos para sair da cidade. (...)

Foi o maior erro que o Yale College jamais cometeu...”

(ob. cit.: 35-37)

Ou seja, pela aparência física, partiu-se do princípio de que Benjamin não teria capacidades físicas e psicológicas para frequentar a universidade, acesso que lhe foi negado sem se averiguar sobre as verdadeiras capacidades do candidato. Atualmente, o sistema de ensino universitário acolhe estudantes

de diversos grupos etários, entre os quais indivíduos em idade de reforma que, realizando disciplinas isoladas ou níveis de ensino como a Licenciatura, Mestrado ou Doutorado, procuram valorizar os conhecimentos adquiridos ao longo da vida, readquirindo renovadas competências. A sua presença em turmas heterogêneas do ponto de vista etário, são uma mais-valia para o professor e para os colegas mais novos, pois enriquecem o debate e as reflexões com ideias diferenciadas, fruto de uma experiência de vida mais alargada. Neste caso (e veja-se o contexto sociocultural e temporal em que o livro foi escrito), Scott Fitzgerald aproveita esta metáfora para criticar uma sociedade fechada, a qual não admite ver para além das aparências, afastando como que numa perspetiva eugénica, quem não apresenta o perfil desejado para determinados tempos-espacos-circunstâncias. Valentine (2001), numa geografia do(s) corpo(s), refere que o espaço se encontra condicionado no sentido antagónico – vocacionado *versus* interdito – a determinadas idades. Mais adiante na história, Benjamin cresce, começa a trabalhar no negócio de família, casa, tem um filho, e entretanto continua o seu “processo de rejuvenescimento”. E embora, em determinada idade (meia-idade?) se “encontre” com a esposa, a partir daí ela começa a envelhecer e ele a ser cada vez mais novo, sendo díspares os seus interesses (por exemplo, a dança). Com cinquenta anos inscreve-se na Universidade de Harvard, dez anos depois de o filho aí se ter formado e, dessa vez, ninguém lhe pergunta pela idade, dada a sua aparência física. A história termina com a esposa idosa a tratar do marido criança, que vai perdendo capacidades pois regride até ao ponto do recém-nascido, pronto para adquirir todas as capacidades e competências inerentes a um ser humano, até regressar a um estágio próximo daquilo que seria o da presença no ventre materno e morrer.

Nesta perspetiva de evolução, Scott Fitzgerald fez uma reflexão brilhante sobre o que Pain, *et al.* (2001) chamam os “grupos de franja” – as crianças e os idosos. Apesar das diferenças etárias e da posição no curso da vida, trata-se de contingentes economicamente dependentes, pouco aptos do ponto de vista físico e social e que usam mais certos serviços (por exemplo, de saúde), relativamente aos adultos. Significa que, independentemente de se alterar a

posição dos “extremos do ciclo de vida” na lógica de Mark Twain, o sentido da dependência se mantém, exacerbando-se por isso o poder do grupo dos adultos, no auge das capacidades físicas e mentais, e por isso sendo “os dominantes”. Refira-se ainda que esta história coloca em destaque a reflexão paralela sobre o que Rosa (2012) define como envelhecimento biopsicológico. Sendo um reflexo do envelhecimento cronológico, distingue-se por ser vivido por cada indivíduo de forma diferente, dependendo das condicionantes genéticas, gênero, vivências, hábitos. Cita Cícero, o qual afirmava que “a velhice, longe de ser débil e inerte é, pelo contrário, laboriosa, sempre empenhada em fazer ou planejar coisas novas, segundo a natural propensão de cada um na vida passada” (ob. cit.: 20). Benjamin rejuvenesce durante a velhice, apresentando-se como um indivíduo pleno nas suas capacidades físicas e intelectuais. Scott Fitzgerald parece evidenciar uma linha anti-preconceitual, através da construção de uma metáfora que coloca como elemento central um homem de idade avançada a realizar atividades que seriam adequadas a alguém mais jovem, tendo a personagem uma aparência corporal capaz de tais realizações. Desta constatação urge a pergunta: não será o corpo e a aparência um elemento perniciosamente limitador e enganador das verdadeiras capacidades dos indivíduos?

Oscar Wilde também reflete sobre a resposta a esta questão ao escrever “O Retrato de Dorian Gray”, publicado pela primeira vez em 1890, e onde o autor discute o tema do envelhecimento ligado às alterações do corpo, à suposta e relativa perda de beleza.

Dorian Gray é um jovem de invulgar formosura e que revela uma obsessiva preocupação em mantê-la. A relação que estabelece com Lorde Henry Wotton, uma personagem cínica e tendencialmente hedonista, acentua-lhe a inquietação, uma vez que é despertado para um conjunto de valores a seguir, que se baseiam na preservação daquilo que é belo e do prazer, desprezando tudo o resto. O climax desta visão ocorre quando o pintor londrino Basil Hallward conhece Dorian e, fascinado pela sua beleza, o convida a posar para ele. Perante a observação do produto final – um quadro de rara qualidade onde a figura do jovem se destaca pela rara beleza – o destino próximo de Dorian Gray passa pela tentativa de manutenção das características corporais.

“Que tristeza! Eu serei velho, horrível, disforme, mas este retrato permanecerá sempre jovem. Nunca terá mais idade do que este dia exacto de Junho... Mas se pudesse ser ao contrário! Se eu ficasse sempre jovem e o retrato que envelhecesse! Era capaz... era capaz de dar tudo por isso! Sim, não há nada no mundo que eu não desse! Até a alma!” (Wilde, 2003: 31).

A obra fá-lo acentuar este pensamento, o qual se torna maníaco a ponto de destruir tudo e todos à sua volta, sendo que no centro do seu projeto de vida se torna a busca da juventude. Dorian Gray, com a passagem do tempo, repara num fenómeno perturbador, o qual irá acentuar esta patologia: ele permanece jovem, o retrato envelhece.

“Hora após hora e semana após semana, o retrato na tela ia envelhecendo. Poderia escapar à fealdade do pecado, mas estava condenado à fealdade da idade. As faces tornar-se-iam secas e flácidas. Pés de galinha amarelados trepariam pelos olhos esmaecidos que pareceriam horrorosos. O cabelo perderia o seu brilho, a boca abrir-se-ia num bocejo ou desfaleceria abatida, seria ridícula ou obscena, como são as bocas dos velhos. Teria o pescoço enrugado, as mãos frias e de veias protuberantes, o corpo curvado que recordava no avô que tão severo fora para com ele na sua infância. Era preciso esconder o retrato, não havia nada a fazer” (ob. cit.: 123).

Esta metáfora na história vai ao encontro das ideias de Valentine (2001), a qual refere, tal como havia sido discutido, que o corpo é cada vez mais entendido como um projeto de entidade individual, na relação com o individualismo hedonista, o qual se reflete na preocupação com a imagem, seja em termos estéticos ou por motivos de saúde. Mas Oscar Wilde introduz um elemento novo: a personagem sente necessidade absoluta de esconder a pintura cuja figura envelhece. À primeira vista é-se tentado a pensar que tal artefacto se deve à preocupação em ocultar do público um segredo tão incompreensível como tétrico. Porém, a ideia de esconder o envelhecimento pode ser entendida na perspectiva discriminatória, de limitação do elemento idoso a certos espaços, do confinamento a territórios de exclusão. Nesse sentido Heasman, *et al.* (s/d) referem que a discriminação etária ocorre quando uma decisão acerca de um indivíduo é única e exclusivamente motivada pela sua idade, seja ela a crono-

lógica/biológica ou a perfeccionada, e portanto que não corresponde de facto à realidade. Tal como outras formas de segregação, o *ageism* revela um padrão de comportamento injusto que se pode expressar através de atos prejudiciais (por exemplo, de limitação espacial).

No final assegura-se um desfecho fatal.

“Dantes sentia prazer em mudar e envelhecer. Ultimamente já não desfrutava de tal prazer. (...) Era para si como uma consciência. (...) Iria destruí-la. Pegou na faca e golpeou o retrato. Ouvia-se um grito e um baque. O grito foi tão terrível na sua agonia que os criados, aterrados, acordaram e saíram dos seus quartos. (...) Quando entraram [no quarto onde estava Dorian Gray], encontraram, pendurado na parede, um magnífico retrato do patrão como o tinham visto na última vez, em todo o esplendor da sua delicada juventude e beleza. Jazendo no chão estava um homem morto, de casaca, com uma faca no coração. Um homem mirrado, engelhado, com uma cara hedionda. Só depois de lhe examinarem os anéis é que descobriram quem era” (Wilde, 2003: 222-223).

Esta consciencialização retardativa do processo de envelhecimento, acaba por atribuir à personagem um sentimento de culpa por não ter assumido a imposição biológica temporal, o que o levou à inadaptação face ao prolongamento da juventude. Esta situação pode revelar uma certa noção de *ageism* do indivíduo idoso, de auto-exclusão quanto a si mesmo, ao estabelecer limites sociais e comportamentais face ao número de anos vividos. Dorian Gray acaba por se deixar martirizar pela voz da consciência, que é ele mesmo, a qual lhe promove sentimentos de culpa por não estar/ser/sentir como um idoso que é, ou seja, tal como refere Fonseca (2006), perpetuam-se estereótipos sobre a velhice que derivam de falsos pressupostos sobre a idade sociocultural, o que leva à utilização de rótulos como por exemplo ser “uma pessoa de idade”. Neste caso, a personagem sente que o prolongamento da vida e do período de juventude parece não fazer sentido, uma vez que é o próprio indivíduo que nas diferentes idades se limita a padrões comportamentais e sociais predefinidos, sem desenvolver um adequado sentido crítico.

No que diz respeito a esse assunto a obra de José Saramago “As intermitências da morte”, publicado pela primeira vez em 2005, resolve um dos enigmas

mais prementes da humanidade – a morte – de uma forma surpreendente e descomplicada: cessa-a e, conseqüentemente, prolonga a vida da população de forma quantitativa.

“No dia seguinte ninguém morreu. O facto, por absolutamente contrário às normas da vida, causou nos espíritos uma perturbação enorme (...), basta que nos lembremos que não havia notícia nos quarenta volumes da história universal (...), de ter alguma vez ocorrido fenómeno semelhante, passar-se um dia completo, com todas as suas pródigas vinte e quatro horas (...), sem que tivesse sucedido um falecimento (...)” (Saramago, 2005: 13)

Este é um romance constituído por duas partes, sendo que para o contexto em causa apenas se irá abordar a primeira. Depois de toda uma população se aperceber da cessação da morte, vivem-se momentos de plena euforia, pois está-se perante a possibilidade da vida eterna. Este cenário ideal, vivido no momento imediato à constatação do fenómeno, em breve levará a uma situação de rutura que pouco antes estes indivíduos esperaram viver, uma vez que o decurso da vida não parou, e a idade biológica continuou a decorrer através da evolução/degeneração dos sistemas vitais do organismo humano numa perspectiva quantitativa e não qualitativa (Fonseca, 2006). José Saramago chama atenção para a necessidade de construção de estruturas que pudessem albergar todos os idosos em situação vegetativa, já que se a morte não surgisse novamente, todos os seres humanos acabariam por permanecer dessa forma, mais dia, menos dia.

“Seria multiplicar os lares do feliz ocaso (...), construindo de raiz grandes edifícios, com a forma de pentágono (...), primeiro bairros, depois cidades, depois metrópoles, ou, usando palavras mais cruas, cemitérios de vivos (...), pois os seus dias não teriam fim (...). Multidões de pais, avós, bisavós, trisavós, tetravós, pentavós, hexavós, e por aí fora, *ad infinitum* (...)” (Saramago, 2005: 33, 34).

Este fenómeno vai-se revelar, a curto prazo, incomportável tanto na dimensão individual como coletiva, sendo difícil dar resposta às necessidades específicas dos mais velhos, com patologias degenerativas, com necessidade de cuidados continuados a uma população que estava a manter os mesmos padrões (baixos) de natalidade. Assim, na história contada por Saramago, há muitos para cuidar, mas dos quais não vai havendo quem cuide.

Há portanto dois pontos a ter em conta. Por um lado, o autor confronta-nos de forma direta com o aumento da esperança média de vida à nascença; por outro, de forma indireta, com o declínio da natalidade/fecundidade. A plataforma estatística Pordata (2013) revela dados que comprovam a notável evolução neste domínio. Em Portugal, onde parece ocorrer a trama da história, em média, em 1960, os homens viviam 61,1 anos, as mulheres 66,7 anos. Em suma, um português vivia 64 anos. Até 2012, ganhou-se quase duas décadas de sobrevivência: em média, um homem vive 77,3 anos, uma mulher 83,6 anos. Em suma, um português vive 80,6 anos. Este incremento tem trazido novos desafios à sociedade, necessariamente mais atenta ao aumento do contingente dos mais velhos; aos governos, que têm de gerir o sistema de segurança social (Eurobarometer, 2011; Rosa, 2012).

Por outro lado Saramago impele o leitor, ainda que de forma indireta, a refletir sobre a ineficaz renovação geracional contemporânea. A Pordata (2013) revela que o índice sintético de fecundidade (número médio de filhos por mulher, que deveria ser de 2,1) em 1960 era de 3,20, sendo que até 2012 esse valor baixou para 1,28. Esse baixo valor é fruto de uma taxa de natalidade (número médio de nascimentos por cada 1000 habitantes) que diminui de 24,1‰ em 1960 para 8,5‰ em 2012.

Entretanto a preocupação latente na primeira parte da história resolve-se, pois depois de alguns meses de cessação, a morte volta a atuar. E de repente, para a quase totalidade dos intervenientes da trama, a vida e o envelhecimento voltam a tomar as suas posições na arquitetura da existência onde os lugares das diferentes idades, numa perspetiva mais ou menos estereotipada, passam a fazer sentido.

Conclusão

O envelhecimento da população à escala mundial tem levado vários organismos nacionais e internacionais a refletir de forma mais ativa sobre o papel e a importância dos mais velhos na sociedade. A solicitação de estudos

científicos tem como objetivo conhecer melhor a realidade dos mais velhos, para que se possam delinear estratégias de atuação que promovam o bem-estar das populações idosas.

Também a literatura se tem vindo a interessar pelo assunto, pelo que as obras apresentadas revelam reflexões pertinentes por parte de três autores originários de contextos temporais e espaciais diferenciados, ligados pelo denominador comum da problemática da idade na relação estabelecida com o ser humano.

A mudança nos padrões de mortalidade, de natalidade, de fecundidade, gera desafios renovados tanto nos governos como na sociedade civil, criando necessidades, mas também gerando oportunidades baseadas no aproveitamento das competências e capacidades dos mais velhos, geradas pela riqueza da longevidade.

Bibliografia

- Eurobarometer (2013). *Active aging*. Special Eurobarometer 378/Wave EB76.2, s/l.
- Eurostat (2013). *DataBase*. <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/> (acedido em Fevereiro de 2016)
- Fitzgerald, F. Scott (2009). *O estranho caso de Benjamin Button*. Lisboa: Editorial Presença.
- Fonseca, António Manuel (2006). *O envelhecimento. Uma abordagem psicológica*. Lisboa: Universidade Católica Editora, Campus do Saber 8.
- HelpAge (2013). *Global age index 2015. Insight report*. Londres: HelpAge International.
- Heasman, Kate; Lawrence, Saskia; Price, Andrew; Renton, David; Russel, Paul & Sargeant, Malcom (s/d). *Challenging Age Discrimination*. Natfhe Policy Document, Reino Unido. http://www.ucu.org.uk/media/pdf/6/g/agediscrim_1.pdf (acedido em 30/11/2013)
- Hugman, R. (1999). Embodying old age. In E. K. Teather (ed.), *Embodied Geographies: Spaces, Bodies and Rites of Passage*. Londres: Routledge, s/p.
- Leão, Carla; Ataíde, Ânia; Revés, Mafalda; Marques, Melissa & Ponte, Soraia (2010). *Globalização do envelhecimento. O caso português*. CEPESE, População e Prospectiva working papers. Porto.
- Laws, G. (1994). Aging, contest meanings and the built environment. *Environment and Planning, A* 26,1, s/l, pp. 87-802.
- Lutz, Wolfgang & Scherbov, Sergei (2008). O contributo da imigração para o futuro demográfico da Europa. In Demetrios Papademetriou, *A Europa e os seus imigrantes no séc. XXI*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 244-259.
- Pain, Rachel; Barke, Michael; Fuller, Duncan; Gough, Jamie; MacFarlane, Robert & Mowl, Graham (2001). *Social Geographies*. Londres: Arnold.

- Pordata (2013). *Base de dados de Portugal contemporâneo*. <http://www.pordata.pt/Home> (acedido em 30/11/2013)
- Rosa, Maria João Valente (2012). *O envelhecimento da sociedade portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Saramago, José (2005). *As intermitências da morte*. Lisboa: Caminho.
- Valentine, Gill (2001). *Social Geographies. Space and Society*. Edimburgo: Pearson Education.
- Wilde, Oscar (2003). *O Retrato de Dorian Gray*. Coleção Mil Folhas Público, Lisboa.

(Página deixada propositadamente em branco)

**APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A MUI NOBRE
VILA DE ÁLVARO – CONTRIBUTO PARA A SUA
REDESCOBERTA**

**Anselmo Casimiro Ramos Gonçalves/
anselgoncalves@gmail.com**

CEGOT – Centro de Estudos de Geografia
e Ordenamento do Território

Luís Alexandre Mendes/la86am@gmail.com

Câmara Municipal de Oleiros
Gabinete Técnico Florestal

Enquadramento geográfico

No limite noroeste do Concelho de Oleiros, Álvaro possui uma posição geográfica de promontório, no passado, como hoje, de muito difícil acesso. Integrada no contexto territorial da sub-região da Beira Baixa, no espaço de relação entre a Beira Baixa e a Região de Coimbra, a povoação localiza-se na margem esquerda do rio Zêzere, na confluência com a Ribeira de Alvelos, também chamada Rio de Álvaro (Figura 1).

A região onde se insere Álvaro é uma unidade com características estruturais, geomorfológicas, paisagísticas e mesmo humanas bem definidas. Esta área caracteriza-se não só pela presença de recursos naturais importantes como a floresta e a água, mas também pela sua localização e topografia bastante sinuosa e acidentada, apresentando problemas de “encravamento” e graves deficiências de acessibilidades locais e sub-regionais. Estes fatores de isolamento contribuíram, e contribuem em larga medida, para o seu despovoamento.

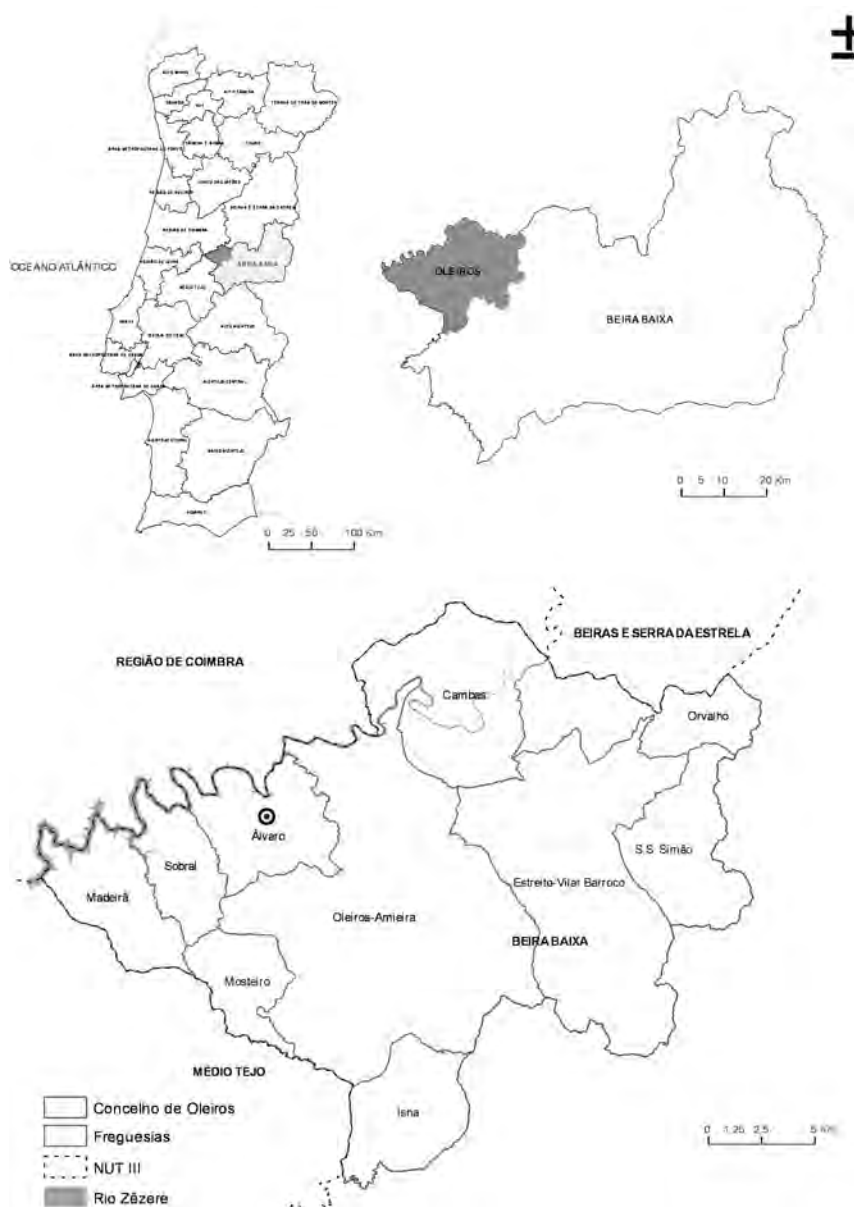


Figura 1

Localização de Álvaro no país e na Região Centro de Portugal, o seu enquadramento no concelho de Oleiros

Fonte: Adaptado de C.M.O., 2016.

O Rio Zêzere atravessa esta região num trajeto que segue o rumo geral NE-SW, desaguando a oeste de Constância, no rio Tejo, após um percurso de cerca de 200km. O Zêzere é um dos rios mais emblemáticos de Portugal, mas também dos menos conhecidos. Os seus meandros a jusante da Cova da Beira conferem-lhe uma paisagem admirável.

O rio Zêzere¹ foi desde épocas remotas uma barreira natural, mas também uma via de comunicação e uma fonte de recursos. Por isso, a ligação entre as povoações e os campos das duas margens foi, durante séculos, natural e corrente, sobretudo num quadro de vida rural, sendo ainda visível os barqueiros que, antes da construção das pontes, ganhavam o dia fazendo o transporte de pessoas de uma para a outra margem.

Embora esta relação direta já não exista, o cenário e o quadro de vida são comuns, e muitos deles permanecem intocados graças às pontes de hoje (Figura 2).



Figura 2

O rio Zêzere junto à povoação de Álvaro; à direita vê-se a ponte construída no início dos anos 80 do século xx

¹ A primeira referência sobre o rio Zêzere, para a época em análise, foi encontrada na doação de Pedrógão Grande, feita por D. Afonso Henriques, em 1135, a Uzbert, Monio Martins e Fernando Martins (M. Vicente, 2013, p. 34).

As atuais condições de acessibilidade estão vinculadas à natureza das centralidades existentes no contexto regional. Isolada das grandes vias de comunicação terrestre, as ligações faziam-se e fazem-se, sobretudo através da sede do concelho, Oleiros. Os velhos caminhos mantêm-se hoje como percursos essenciais nas relações de proximidade com as povoações vizinhas (Gaspalha, Lomba do Barco e Maria Gomes, as duas últimas no concelho de Pampilhosa da Serra). Estes percursos morosos e acidentados, mas com cenários de rara beleza, são elementos essenciais da paisagem, da história e do território de Álvaro.

O aglomerado populacional surge implantado em local estratégico, numa elevação sobre o vale, onde se desenha o leito do rio, rodeado por serras com extensas manchas de arvoredo, entre as quais predomina o pinhal. A amplitude do horizonte, o contraste do relevo e a predominância do verde do pinhal e do azul da água são aspetos que distinguem a paisagem, conferindo um carácter de exceção ao conjunto edificado e à sua envolvente. O perfil histórico e geográfico marca o carácter. O profundo vale do Zêzere é o elemento natural mais significativo, origem da organização da vida e da economia local, bem como do próprio enquadramento regional (Figura 3).



Figura 3

Álvaro. A aldeia implantada sobre a linha de fecho, e a paisagem envolvente

Atualmente tem na floresta o principal recurso, no entanto, encontra-se fragilizado pelo abandono e ameaçado pelo efeito destruidor dos incêndios que, nos últimos anos, atingiram esta freguesia (2001, 2003, 2005 e 2015). Embora a

exploração industrial da madeira esteja em declínio, o trabalho artesanal pode ser revitalizado, de modo a preservar a memória de uma tradição artística genuína, impressa no património cultural de Álvaro. Estando os habitantes conscientes do seu potencial histórico e natural, encaram, com esperança, a reabilitação do património e a implementação de atividades de lazer e cultura, de modo a potenciar e sustentar um processo de desenvolvimento que se pretende qualitativo e criador de condições de atração para as novas gerações.

Alguns apontamentos sobre a história local

O percurso da instalação e desenvolvimento desta aldeia, outrora Vila, encontra-se profundamente marcado pelas ligações históricas às Ordens Militares, à Casa de Trofa e à Casa do Infantado, o que lhe conferiu importância no contexto regional e contribuiu para o legado de um património arquitetónico e artístico relevante. O povoamento do território remonta a épocas remotas e as qualidades naturais e defensivas foram determinantes para a escolha do sítio, em local elevado, protegido e sobranceiro ao rio (Revista Aldeias do Xisto, 2004).

O primeiro núcleo, de tipo castrejo, formou-se no sítio do Castelo, dando origem à organização e expansão do aglomerado populacional. A partir da romanização, nos primeiros séculos da nossa era, este aglomerado integrou-se na estrutura administrativa, económica e viária regional e peninsular.

É de registar que numa das vertentes da vila passa a Ribeira de Alvelos, sob a qual cruza uma ponte romana ligada aos Caminhos de Santiago (uma antiga via romana com destino a Santiago de Compostela), e que atualmente serve um dos Caminhos do Xisto de Álvaro, o PR2. A Ribeira de Alvelos nasce na Mata d'Álvaro, em plena Serra Vermelha, uma das vertentes da Serra de Alvelos (Figura 4).

Numa zona remota e de difícil penetração, território de conflito entre invasores e autóctones, terá mantido funções estratégicas de defesa no seio da Lusitânia romana.



Figura 4
Principais elementos do património edificado

Fonte: LVP-FAUTL.

Aqui, como no restante território, D. Afonso Henriques desenvolveu uma política de conquista e de fixação, avançando sobre o sul, apoiado especialmente nas Ordens Militares, então os únicos corpos armados preparados para uma ação guerreira continuada.

“Já no início da nacionalidade Álvaro surge como um dos polos aglutinadores de povoamento, diretamente relacionado com o rio Zêzere e que se encontra, junto à atual barragem do Cabril, sendo constituído pelas vilas de Pedrógão, na margem direita e Álvaro, Oleiros, Sertá e Proença-a-Nova, na margem esquerda, povoações que gravitavam em torno da Ordem do Hospital.

A doação era constituída por uma extensa área, desde a serra da Lousã até ao rio Zêzere. Por ela se assegurava uma linha de observação e defesa estratégica da região do vale do Zêzere, sendo ponto de apoio firme para as futuras conquistas da linha do Tejo. Algumas décadas mais tarde, em 1195, D. Pedro Afonso, filho do Rei Afonso Henriques e alferes mor do Reino, o então senhor destas terras, daria carta de foral aos seus moradores, presentes e futuros” (Vicente, 2013: 76).

Esta região recebeu a influência dos visigodos e dos muçulmanos e na época da reconquista cristã deu-se o despovoamento dos campos e a concentração

da população nos núcleos protegidos. Nesse momento, Álvaro destacou-se e iniciou a sua consolidação como núcleo urbano. As Ordens Militares, que desde as origens do Condado Portucalense tiveram papel decisivo na conquista e defesa das Beiras, estiveram envolvidas com as ações estratégicas na região. Em 13 de junho de 1194, El-Rei D. Sancho I atribui foral, conhecido por foral velho, a Álvaro, este bem mais velho do que aquele que foi atribuído a Oleiros, em 1206.

D. Sancho I, conhecedor da realidade e mesmo antes da atribuição do foral a Álvaro, privilegiou a Ordem do Hospital, concedendo-lhe as “Terras de Guidintesta”², amplos territórios situados entre o rio Zêzere e Tejo, com a obrigação de repovoar e desenvolver. Segundo Frei Lucas de Santa Catarina (1660-1740)³, no seu livro de “Memórias” (da Ordem do Hospital de Malta ou Crato), “um certo cavaleiro fez casa no castelo do cimo da colina em que se encontra a localidade, quando da expulsão dos Mouros, que circundavam a região (...) depois destes definitivamente afastados teria deixado os seus haveres a um criado (?) de nome Álvaro Pires, incumbindo-o de povoar e defender o sítio”. As escassas referências históricas permitem colocar a hipótese de se tratar de um fidalgo ou cavaleiro ou do próprio prior da Ordem, Dom Álvaro Gonçalves Pereira, situação que parece mais verosímil (Pimentel, 1881).

No final da reconquista cristã no século XIV e com a sede da Ordem fixada no Crato, verifica-se a fase de maior desenvolvimento regional, implementada

² Da extensa lista dos priores de Portugal, alguns se podem destacar pelo seu desempenho no campo militar ou na administração dos bens da Congregação, ou ainda pela sua ação de conselheiros e embaixadores do rei. Entre eles refira-se D. Afonso Pais, que recebeu das mãos de D. Sancho I a terra de Guidintesta em 13 de Janeiro de 1194. O Prior do Hospital, a partir de meados do séc. XIV, no reinado de D. Afonso IV, aparece designado por Prior do Crato. Possuía jurisdição cível e crime e era detentor de um vasto património constituído pelas vilas e castelos de Belver, Crato, Gáfete, Tolosa, Amieira, Sertã, Pedrógão Pequeno, Álvaro, Oleiros, Proença, bem como várias comendas e padroados dispersos pelo país. Nomeava, nas terras da Ordem, os juizes, e o seu ouvidor equiparava-se aos corregedores do rei. Estava no topo da hierarquia, ao nível do Priorado, mas também ao nível do Reino, e atuava em harmonia com as normas da Ordem e com as determinações do Capítulo Provincial, o mais importante órgão coletivo dentro do Priorado, a que presidia. In: http://novaserie.revista.triplov.com/numero_03/ordem_do_hospital/index.html

³ Frade Dominicano exerceu o cargo de cronista da Ordem de S. Domingos, sucedendo a Frei Luís de Sousa. Foi membro fundador da Academia Real de História, in: <http://www.portaldaliteratura.com/autores.php?autor=136> acedido em 02.01.2016

pelo grão-prior, Dom Álvaro Gonçalves Pereira⁴, pai de Dom Nuno Álvares Pereira. É nestas “terras de Guidintesta doadas por D. Sancho I que se incluía o território de Álvaro, embora esta Vila não fosse mencionada; tal facto, não invalidou que nos finais do séc. xiv, surgisse uma polémica entre a Coroa e a Ordem de Malta quanto à posse da comenda da vila de Álvaro. Em 1345 o Comendador da Ordem de Malta desenvolve diversas diligências numa disputa com o Rei relativa à posse da Comenda de Álvaro. Porém, D. Fernando (1367-1383) em 1381 acaba por sancionar esta pretensão da Ordem. O litígio sobre a posse de Álvaro e suas terras ressurgiu com D. Afonso V (1438-1481) que em 1457 faz dela doação a Gomes Martins de Lemos, Senhor de Trofa⁵ pondo cobro a 263 anos de comenda da Ordem de Malta em Álvaro (Aldeias do Xisto).

Durante a primeira dinastia verifica-se a expansão do aglomerado de Álvaro, estruturado ao longo da via de acesso, com base na tradicional rua Direita ou rua do Castelo. Data também desta época a identificação toponímica, associada à liderança de um donatário.

As características da morfologia urbana e da matriz arquitetónica da rua do Castelo testemunham a natureza da povoação, cuja economia derivava da exploração dos recursos agropastoris, das funções defensivas, administrativas e económicas da comenda da Ordem e do acolhimento aos peregrinos do Caminho de Santiago de Compostela. O castelo, o celeiro, a residência dos cavaleiros ou casa da comenda, e a albergaria com um pequeno hospital eram edifícios emblemáticos, a par da arquitetura religiosa.

O quadro de vida foi impulsionado a partir do século xv, em pleno contexto da economia dos Descobrimentos Marítimos, tanto pela ligação aos Senhores

⁴ Figuras como D. Nuno Álvares Pereira e seu irmão D. Pedro Álvares Pereira poderão ter tido Álvaro como raiz, uma vez que o pai de ambos terá residido nesta localidade, in: <http://aldeia-de-alvaro.chospitalarios.com/Historia/Historia.htm> acedido em 02.01.2016

⁵ O rei D. Afonso V fê-lo ainda senhor da vila de Pampilhosa, com suas jurisdições, de juro e herdade, por carta passada em Santarém a 04.12.1457, e senhor da terra de Álvaro, na comarca da Covilhã, também com suas jurisdições cível e crime e de juro e herdade onde também confirmou a pensão dos tabeliães e o privilégio de as apelações que daí fossem aos juizes da Covilhã viessem depois a ele, Gomes Martins de Lemos (Pimentel, 1881).

de Trofa como pelo destaque internacional de alguns priores da Ordem do Hospital, que em 1530, passou a designar-se Ordem de Malta.

Sem nunca ter sido residência senhorial, este enquadramento tutelar contribuiu para uma certa nobilitação e para a construção de melhoramentos e o impulsionamento das artes, por parte de donatários e beneméritos.

Em 1500, esta localidade é dotada de um hospital, fundado por Bartolomeu Gomes Curado e suas irmãs, naturais da vila, onde se assistem residentes, viajantes e, sobretudo, peregrinos de Santiago de Compostela. Muito antes de lhe ter sido concedido foral, já Álvaro tinha um tabelião e no período de 1511 a 1827, pelo menos, a vila de Álvaro manteve esse mesmo tabelião.

Em 1514, à medida que o monarca organiza internamente o território, dando autonomia às localidades preponderantes, concede a Álvaro estatuto político-administrativo próprio, através de foral de 4 de Agosto de 1514 assinado por D. Manuel.

Durante a Inquisição os habitantes de Álvaro não terão sido molestados pelos inquisidores. Segundo Júlio Cortez Fernandes (s/d) “as populações de Álvaro eram crentes e moralizadas, sem descendência de judeus convertidos à força ou que, por motivo material, houvesse razões para denúncias”.

Desde 1570, ano de criação das Ordenanças, até 1834 em que foram extintas, manteve-se em Álvaro um corpo de milícias composto por quatro companhias num total de 1614 praças (Pimentel, 1881).

A integração dos bens e tutela da Ordem de Malta na Casa do Infantado, em 1789, promoveu as suas ligações à família real. Esta dinâmica local foi ampliada pelo desenvolvimento regional, que se traduziu na construção de equipamentos como a ponte filipina do Cabril, sobre o Zêzere, ou o cais fluvial de Constância, no Tejo, que incrementaram a mobilidade de pessoas, produtos e ideias, e permitiram um melhor aproveitamento e escoamento da madeira.

O crescimento e extensão do perímetro urbano, a fundação da Misericórdia, em 1597, e a construção e decoração de capelas e ermidas, são sinais de uma nova era que haveria de pautar-se, também, por uma maior autonomia administrativa, pela construção de um rico património religioso e pela presença de formas artísticas de cariz erudito.

Nessa fase, embora os poderes e a presença da Ordem tenham diminuído, as influências ficaram bem marcadas, nos períodos em que alguns grão-priores se destacaram nas causas nacionais (o Infante D. Luís e D. Manuel de Portugal, no séc. XVI) e, na esfera internacional (os grão-mestres D. Manuel de Melo, no séc. XVII, e D. Manuel de Vilhena, no séc. XVIII).

Em contraste com a simplicidade chá e a influência vernácula da arquitetura, os espaços interiores são requintados e exuberantes, com especial relevância para a Igreja da Misericórdia onde a pintura, a escultura e a talha se harmonizam na composição de ambientes barrocos de grande expressão e certa erudição (Figura 5).



Figura 5
À esquerda Altar-Mor da igreja da Misericórdia,
à direita Altar-Mor da igreja Matriz

Ao conjunto plástico e decorativo integrado na arquitetura deste edifício, acresce ainda um significativo espólio, formado por estatuária, objetos de culto e pintura, onde existe uma interessante representação da Rainha Dona Maria I.

A quantidade e a qualidade deste e doutros núcleos revelam a existência de uma forte produção artística regional, com influências dos centros eruditos de Tomar e de Coimbra. A utilização da madeira como suporte da pintura e recurso escultórico das técnicas de entalhamento exprimem o sábio e engenhoso aproveitamento de um recurso natural que foi a base da prosperidade da região.

Por volta de 1810, Álvaro, à semelhança de muitas povoações vizinhas, foi vítima das invasões napoleónicas, por grupos de soldados armados que em muitos casos eram grupos de desertores que semeavam o terror por onde passavam. Durante a época das lutas liberais, a vila de Álvaro foi das que mais liberal se mostrou. Com a reforma de 1836 de Passos Manuel, na época de D. Maria II, desintegra-se o concelho de Álvaro⁶, enquadrando-se em definitivo no concelho de Oleiros.

Desde a implementação das reformas do Liberalismo, em 1834, o processo histórico alterou-se profundamente. Com a extinção da Casa do Infantado, sendo o Infante D. Miguel o último grão-prior, os bens da Ordem de Malta em Portugal foram incorporados na fazenda pública. Ao mesmo tempo, foram extintas outras regalias tutelares e vínculos de dependência senhorial. Integrada no Concelho de Oleiros, Álvaro iniciou uma nova fase da sua história. Perdidos os antigos vínculos, a vida local organizou-se em função da vida cívica (freguesia) e religiosa (paróquia) e em torno da Misericórdia, a instituição que sempre funcionou como centro de assistência à população e polo de atração da vida coletiva. A economia manteve a base rural ligada à agricultura e dimensionou as formas de exploração da indústria da madeira.

As condições de isolamento e fragilidade económica, a par do efeito de atração dos grandes centros, estiveram na base da perda continuada de população ativa, que se acentuou na segunda metade do século xx. Parado no tempo, o aglomerado populacional e urbano mantém as características próprias do aban-

⁶ O antigo concelho de Álvaro era composto pela própria freguesia de Álvaro, Amieira, Sobral e Madeirã, todas hoje integradas no concelho de Oleiros e ainda as aldeias de Trinhão e Várzeas que pertenciam à freguesia da Madeirã e hoje estão integradas na freguesia da Portela do Fojo, concelho de Pampilhosa da Serra.

dono e do envelhecimento, mas também as potencialidades de uma memória viva do processo de desenvolvimento histórico.

Caracterização demográfica

Segundo Frei Lucas de Santa Catarina (1734), no início do século XVIII, a população do concelho de Álvaro contava 2000 pessoas, das quais mais de 200 eram menores. Em 1708, por exemplo, a vila possuía 90 fogos e o resto do concelho de Álvaro mais 374 (J. Pimentel, 1881).

A freguesia de Álvaro (Figura 6) entre 1864 e 1900 teve um acréscimo de 94 habitantes. Entre 1910 e 1930, iniciou-se uma acentuada perda de população que estamos em crer que é o resultado de elevada taxa bruta de mortalidade em consequência da epidemia conhecida como *pneumónica*, que provocou também uma elevada taxa de mortalidade infantil nesta área do Pinhal, motivando desse modo uma relativa escassez populacional naquelas gerações. Um outro fator que afetou negativamente a faixa etária dos 25-29 anos, teve a ver com o início da migração dos homens para trabalhar no porto de Lisboa na estiva.



Figura 6

Atual delimitação da freguesia de Álvaro onde se localizam as restantes três aldeias que a compõem (gentilmente cedido pela Câmara Municipal de Oleiros, 2016)

Entre 1930 e 1940 houve uma recuperação da população residente, para então entrar em declínio até aos dias de hoje (Quadro 1 e Figura 7).

Quadro 1
Evolução da população da freguesia de Álvaro

Censo	1864	1878	1900	1911	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011*
Álvaro	1435	1325	1529	1344	1192	1304	1258	1162	1120	754	468	315	237

* Relativamente aos Censos de 1864 a 2011, os dados foram retirados das publicações dos respectivos Censos (INE).

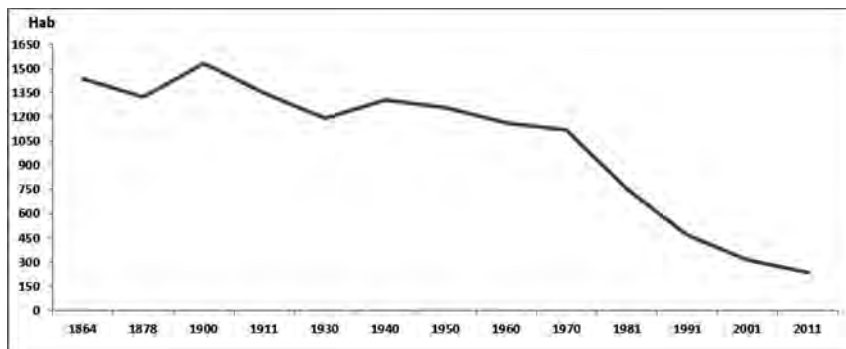


Figura 7
Evolução da população da freguesia de Álvaro

Num processo de recessão demográfica, a população de Álvaro apresenta características claras de envelhecimento; atente-se no Quadro 2 para perceber facilmente este processo, quando em 2001 a população com mais de 65 anos ainda não representava metade da população residente, em 2011 esse valor aumentou cerca de 10% passando para quase 55% dos residentes; em sentido inverso a população jovem (0-14 Anos) perdeu peso no total da população, constituindo um valor meramente residual.

Quadro 2

Evolução recente da população de Álvaro por grandes grupos etários

Grupos Etários	2001	%	2011	%
0 – 14 Anos	18	5,71	11	4,64
15 – 24 Anos	23	7,30	8	3,36
25 – 64 Anos	131	41,59	88	37,1
65 e mais	143	45,40	130	54,9
Total	315	100	237	100

De facto, os fortíssimos movimentos migratórios que afetaram a população de Álvaro a partir dos anos 40 do século xx (Quadro 1), em muito contribuíram para a quebra da percentagem de pessoas em idade ativa e jovem, e consequentemente para o aumento da proporção de idosos (Quadro 2). Nesse período, as migrações (para alguns países da Europa e para Lisboa) influíram decisivamente para o duplo envelhecimento da população, tendência que se tem mantido, associada a um ainda grande movimento migratório de jovens adultos.

Este fenómeno veio alterar completamente a estrutura demográfica da freguesia, uma vez que permitiu, a partir daí, o aumento da população idosa e uma drástica diminuição da população jovem, que se veio traduzir numa maior procura de serviços de saúde, maior pressão sobre o sistema de Segurança Social (pensões de reforma, velhice e outras) e sobretudo pelo facto de diminuir a parcela de população capaz de produzir bens e serviços (força de trabalho).

Comparando os quadros 2 e 3, este ao nível dos sexos, podemos retirar algumas conclusões, que apontam para um espetacular aumento da esperança de vida de ambos os sexos com especial destaque para o sexo feminino.

Quadro 3

Evolução recente da população por sexo

Sexo	2001	%	2011	%
Homens	149	47,30	110	46,40
Mulheres	166	52,7	127	53,60

Embora os reflexos do processo de envelhecimento tenham sido manifestos em ambos os sexos, as mulheres sempre apresentaram em qualquer dos momentos em análise níveis de envelhecimento superiores aos homens. Outro fator a levar em conta tem a ver com o envelhecimento dentro das próprias classes etárias idosas.

Uma das razões que determinam a diferença entre homens e mulheres – e, talvez, a mais importante – é a frequência com que ocorrem as doenças graves e potencialmente mortais.

Para além de um decréscimo no número de jovens (0-14 anos), nos últimos 10 anos, surge na razão inversa as pessoas com idades superiores a 65 anos, tendo sido este estrato etário que apresenta um crescimento positivo.

Presentemente os 237 residentes registados no censo de 2011 mantêm uma atividade ligada à agricultura de subsistência, com destaque para o cultivo de produtos agrícolas e aproveitamento da azeitona. Os principais espaços de sociabilidade e acolhimento são os equipamentos religiosos (igrejas e capelas) e o equipamento social (centro de dia). O pequeno comércio (minimercado) e os dois cafés existentes são lugares de convívio, essenciais para manter vivas as trocas entre a comunidade de residentes e os visitantes que ocorrem em épocas festivas, procurando a descoberta de um cenário autêntico e belo. A Misericórdia é a instituição de referência e o Largo da Misericórdia o espaço agregador, onde se erguem os edifícios que albergam as atividades ligadas à vida coletiva desta comunidade.

Breve abordagem à morfologia urbana e espaço público

A estrutura do aglomerado reflete e agrega o modo de formação e desenvolvimento, a sua importância e interesse, as atividades e a vida social, a organização urbana e os edifícios. A implantação e a forma relacionam a geografia, a exposição solar e as características geológicas do terreno. Morfológicamente, Álvaro estrutura-se ao longo de uma crista montanhosa, de forma linear, seguindo o traçado da rua principal (Rua do Castelo/ Rua de Santo António / Rua Alfredo Moreira), em articulação com os campos, o sistema viário exterior e os caminhos

vicinais. A malha estruturante apresenta uma rua secundária, paralela à principal. Este sistema polariza-se em torno de um núcleo dinamizador: uma praça com funções religiosas e administrativas, referenciada pela Igreja da Misericórdia, Igreja Matriz e Junta de Freguesia. Trata-se de uma estrutura ordenada, de tipo medieval, onde se identificam três fatores determinantes na morfologia: o relevo, a água (rio Zêzere e ribeira de Alvelos) e a arquitetura religiosa (igrejas e capelas). O espaço construído acompanha o escalonamento das ruas, obtendo pontos de vista para a paisagem envolvente.

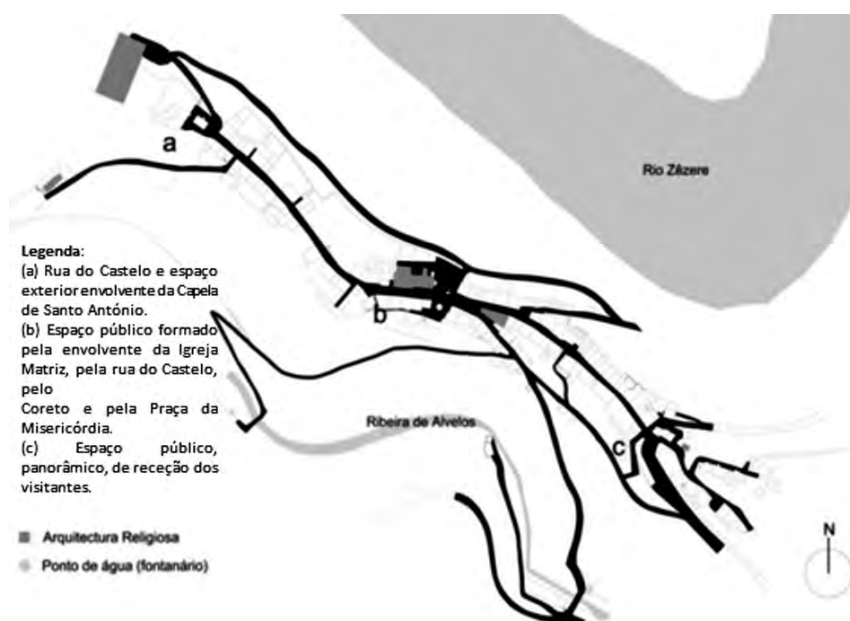


Figura 8
Morfologia urbana e espaço público

Fonte: LVP – FAUTL, in: L. M. Paulo, 2009.

Caracterização do edificado

O largo (Praça da Misericórdia) e a rua principal (Rua do Castelo/Rua Alfredo Moreira) constituem elementos marcantes na estrutura interna e agregam atividades

e funções sociais, culturais e comerciais. O espaço construído acompanha o escalonamento de ruas, criando pontos de vista para a paisagem envolvente. Predominam as tipologias da arquitetura civil (habitação), mas destacam-se os edifícios religiosos, pela localização, representatividade, função social, valor identitário e conteúdo artístico. No conjunto tipológico da arquitetura religiosa, todos os casos são representativos do enquadramento regional, predominando plantas retangulares ou tendencialmente alongadas, volumetria pouco acentuada, fachadas simples e harmoniosas e interiores com decoração artística elaborada e qualificada a reter a localização desses espaços (Figuras 9a e 9b).

As tipologias de habitação ligam-se aos fatores de humanização da paisagem. Para além das funções de abrigo do habitat humano, comportam também equipamentos agrícolas, adaptados às necessidades de exploração da terra.

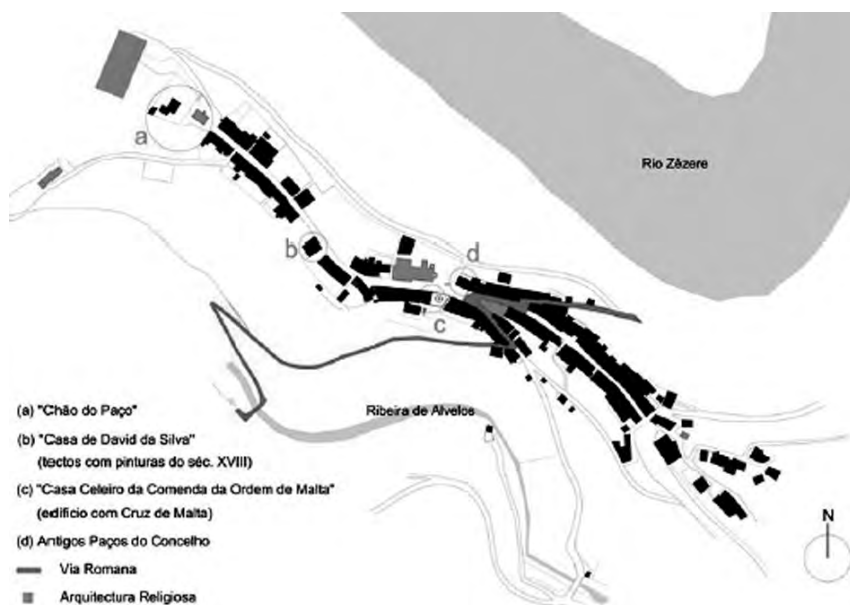


Figura 9a
Arquitetura de cariz civil

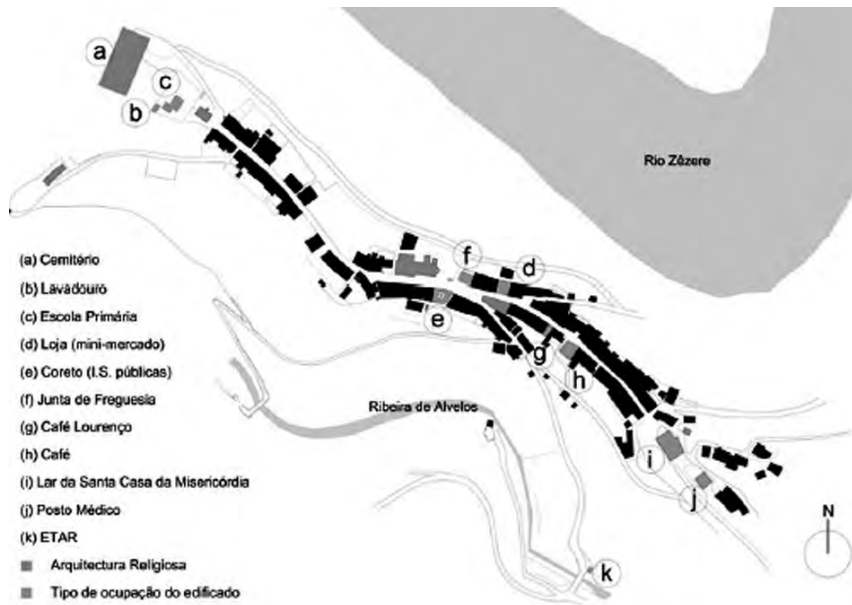


Figura 9b
Equipamento e serviços

Fonte: LVP – FAUTL, in: L. M. Paulo, 2009.

Assim, a organização e distribuição dos espaços interiores revela a habitação enquanto elemento cultural, resultado de uma longa evolução, traduzindo experiências de sucessivas gerações. Após o Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal, realizado no final dos anos 50 início dos 60 do século xx⁷, sob coordenação do arquiteto Keil do Amaral, continua ainda a verificar-se no edificado habitacional de Álvaro a permanência de duas tipologias: uma, característica do contexto rural disperso e a outra mais comum no contexto urbano do aglomerado.

⁷ Quanto ao Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal teve lugar na passagem dos anos 50 para os 60 do século xx, e foi organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos. À sua frente encontravam-se nomes sonantes da arquitetura portuguesa da época, todos eles identificados – de formas diferentes – com as propostas da arquitetura moderna. Entre esses arquitetos encontravam-se Fernando Távora, Keil do Amaral e Nuno Teotónio Pereira.

Em contexto rural, observam-se construções de planta retangular, habitualmente de dois pisos, sendo o piso inferior destinado inicialmente a animais, utensílios e armazém de produtos agrícolas, e o piso superior à habitação. Tradicionalmente, as escadas são exteriores, em pedra, apresentando, por vezes, alpendres que se projetam no prolongamento do telhado. As coberturas são revestidas a telha de canudo. Os interiores, sem grande conforto, têm fraca iluminação. Na sala comum, a lareira surge como ponto fulcral da habitação. As alcovas são de dimensões bastante reduzidas e desprovidas de janelas.

Em contexto urbano, predominam as construções de planta retangular, de maior regularidade, com dois pisos, ambos destinados a residência. O primeiro piso possui sala comum, alcovas e passagem para o logradouro / quintal. O segundo destina-se à cozinha e alcovas principais. Como subgrupo desta tipologia, surgem situações em que o espaço da sala, no piso térreo, é destinado a atividades comerciais e, o segundo andar, se reserva a residência. As escadas são interiores, de tiro e em madeira. As coberturas são revestidas a telha de canudo, as chaminés são frequentes e o assentamento dos beirais é mais cuidado do que nas construções isoladas com funções agrícolas. Nos interiores, relativamente iluminados, existe maior profusão de vãos com abertura para as divisões principais. Este tipo de construção é bem representativo da tipologia urbana mais antiga, cuja organização espacial traduz um modo de vida ancestral. De espaços exíguos, a habitação tem zonas comuns (sala de estar, sala de jantar) de maiores dimensões, face aos espaços de maior privacidade (alcovas).

Em jeito de conclusão

Em Álvaro, o património cultural e histórico é extenso, rico e diversificado. Abrange não só os recursos de natureza material, caracterizados pelos bens imóveis do espaço edificado e pelos bens móveis artísticos, mas também por um conjunto de atividades e tradições. Para além do interesse histórico-cultural, estes bens imateriais têm um particular valor social, na medida em que reforçam laços e pertenças e possuem um carácter de identidade. No entanto,

a sua proteção e revitalização dependem da própria preservação do conjunto edificado natural, bem como dos hábitos e modos de vida, preservados num tecido social que está em acelerada transformação. A fragilidade destes recursos exige uma especial atenção para que a coerência e a essência se mantenham, com capacidade de apropriação por parte de todos quantos se sentem ligados por estas memórias e nelas encontram significado. Neste universo incluem-se muitas vivências que têm como cenário o património edificado, com especial relevância para os espaços públicos e no ambiente doméstico.

As festividades integradas no calendário religioso são marcos de referência e ocasião para reativar rituais e eventos, participados por residentes e naturais que retornam em épocas especiais, nomeadamente no Natal, na Páscoa e durante o Verão.

As procissões, ligadas aos patronos e devoções da Igreja Matriz, das capelas e ermidas, mantêm rituais antigos no itinerário urbano sendo elementos de valorização e pretexto para fruir o espaço público como o conjunto edificado. Algumas delas integram-se em festas e romarias, acontecimentos que atraem grande número de participantes, incluindo moradores e visitantes. A gastronomia recorre aos produtos da região, confeccionados com labor e engenho. Os peixes do rio, o cabrito da serra, a azeitona, o milho, os produtos hortícolas são alguns dos ingredientes que constituem a base dos produtos, das receitas e das iguarias tradicionais.

Em Álvaro, a relação entre os vários tipos de bens culturais é indissociável e só uma valorização integrada permite o aproveitamento integral destes recursos, que se nos afiguram como potenciais componentes das estratégias de revitalização, permitindo o desenvolvimento das atividades orientadas para a cultura e o lazer. Com uma situação privilegiada, construída no cimo de uma linha de festo, entre dois cursos de água, num enquadramento florestal imponente, Álvaro apresenta uma paisagem singular de grande beleza natural. Entre montes e vales pertencentes aos conjuntos montanhosos das Serras de Alvelos

e do Muradal⁸, localiza-se num território de transição entre a Beira Interior, a Beira Litoral. O grande vale, desenhado pelo curso do rio Zêzere, condiciona a natureza e forma a paisagem. A água emerge como elemento de identidade e recurso natural e cultural, promovendo a fruição e a criação de percursos de observação, exploração e investigação das condições ambientais.

A flora característica da humanização da região abrange as espécies florestais onde predomina o pinheiro e algumas manchas de olival, alternando com o coberto vegetal ancestral. Dos antigos castanheiros seculares apenas restou a memória. Hoje predominam os pinhais, pontuados por manchas de oliveiras e eucaliptos. Na realidade, as grandes extensões de pinhal nas encostas serranas fomentaram, durante muito tempo, a economia local. Os olivais da região são manchas verdes na paisagem e permitem aos residentes manter a produção de azeite e a sua utilização na tradição gastronómica. A agricultura, eminentemente hortícola, é hoje reduzida a alguns espaços de aproveitamento da água e da terra fértil ribeirinha. A atividade de subsistência marca o quotidiano dos residentes, condicionando os hábitos, os ciclos e os modos de vida. A fauna apresenta uma variedade de espécies aquáticas que se constituem como importantes recursos piscícolas a proteger e promover. Igualmente, do ponto de vista cinegético, existem algumas potencialidades reconhecidas.

Bibliografia

- Aldeia de Álvaro – <http://aldeia-de-alvaro.chospitalarios.com/Historia/Historia.htm> Acedido em 02.01.2016.
- Aldeias do xisto <http://aldeiasdoxisto.pt/artigo/2021>. Acedido em 31.12.2015.
- Câmara Municipal de Oleiros (2010). Plano Diretor Municipal. Primeira Revisão, Estudos de Caracterização, Vol. I, 331 p.
- Casa da Trofa <http://www.soveral.info/casadatrofa/trofa4.htm>. Acedido em 31.12.2015.

⁸ (origem da palavra: *murada+-al*) Sítio cheio de entulho. *muradal* in Dicionário da Língua Portuguesa sem Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. [consult. 2016-04-18 22:28:43]. Disponível na Internet: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa-ao/muradal>

- Comissão Europeia (2014). Regulamento (U.E.) n.º 868/2014 da comissão, de 8 de agosto de 2014.
- Diário da República (2013). Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- Fernandes, Júlio Cortez (s/d). aldeia-de-alvaro.chospitalarios.com/Historia/Historia.htm .
- Paulo, Luísa Maria (2009). *A reabilitação do património como fator de desenvolvimento local: o modelo de aldeia sustentável*, Tese de Doutoramento apresentada em Arquitetura à FAUTL.
- Pimentel, João Maria Pereira d'Amaral (1881). *Memórias da Villa de Oleiros e do seu Concelho*, Angra do Heroísmo.
- Revista Aldeias do Xisto (2004). “Álvaro, aldeia com Património”, 2, jan, fev, mar. CCDRC, Coimbra.
- Santa Catarina, Lucas de (1734). Memórias da Ordem Militar de S. João de Malta, L. II, c. 5, n.º 60.
- Vicente, Maria da Graça Antunes (2013). *Entre Zêzere e Tejo Propriedade e Povoamento (Séculos XII-XIV)*, Vol. I, Dissertação de Doutoramento em História Medieval, apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

A VELHA E A NOVA LUZ: DINÂMICAS GEOGRÁFICAS DE UM PROCESSO DE DES-RETERRITORIZAÇÃO

Ana Maria Cortez Vaz/anamariacortezvaz@gmail.com

Doutoranda em Geografia.
CEGOT/Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra

Introdução

Recuemos ao início do século xx, data das primeiras referências à necessidade de criação de uma reserva de água no rio Guadiana. No entanto, o projeto enquanto Empreendimento de Fins Múltiplos só se estabeleceu em 1957, data do Plano de Rega do Alentejo. Em 1975, os trabalhos são iniciados, mas passados 3 anos, as obras param e o projeto entra em fase de novos estudos e avaliações. Em 1993, o Governo cria a Comissão Instaladora da Empresa de Alqueva e, em 1995, no Decreto-Lei n.º 33/95, de 11 de Fevereiro, é referido que o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva representava uma obra de interesse nacional, e os trabalhos são reiniciados. Em 1998 têm lugar as primeiras betonagens para o paredão da barragem de Alqueva e as comportas acabariam por fechar em Fevereiro de 2002, alterando por completo o território.

A construção de barragens é um dos mais importantes meios de artificialização rápida da superfície terrestre e, na escala temporal da vida humana, irreversível. Provocam mudanças radicais no ambiente e submergem vales,

alteram regimes climáticos, inundam terrenos agrícolas e florestais, e podem, como acontece no caso da Barragem de Alqueva, submergir núcleos de povoamento, com consequências diretas na desterritorialização de comunidades autóctones que, deste modo, se veem forçadas a abandonar os seus territórios pessoais (Fernandes, 2008).

De facto, a montante da barragem ocorreram modificações profundas. O espaço foi alagado, as paisagens alteradas e a aldeia da Luz foi submersa.

Este artigo, baseado no trabalho de campo da nossa dissertação de Mestrado em Geografia Humana (Vaz, 2011), pretende debruçar-se sobre as consequências geo-humanas da construção da barragem de Alqueva, sobretudo sobre o processo de desterritorialização que implicou a deslocação forçada das populações da aldeia da Luz, efetuando uma análise geográfica das dinâmicas da velha e da nova Luz.

Desterritorialização – um conceito eminentemente geográfico

A desterritorialização é abordada por vários autores, como é o caso de Badie, Deleuze e Guattari, Appadurai e Friedman (Vaz, 2011), mas a interpretação que vamos seguir é a do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert, que defende que o Homem vive em ciclos constantes de desterritorialização – reterritorialização, necessita de território e que este é inerente ao próprio Homem.

Sendo assim, há desde logo um elemento fulcral para qualquer indivíduo, o território. “Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’” (Haesbaert, 2004: 20). De facto, tanto o território funcional como o território simbólico funcionam como espaços de referência para a construção da identidade dos indivíduos. Esta ligação com o território designada topofilia, é “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (Tuan, 1980: 5). Topofilia remete para a pertença de um lugar ou região e surge com Gaston Bachelard (1957) na sua obra *A poética do espaço*, que aborda o poder de atração dos espaços de intimidade no bem-estar do indivíduo.

De facto, o indivíduo necessita de um território, de um espaço com o qual mantenha uma relação, seja ela de posse mas também de identificação com esse espaço.

No entanto, esta relação entre indivíduo e território está sujeita a riscos, e é precisamente a esta precariedade territorial que Haesbaert designa por desterritorialização (ou des-reterritorialização, dado que ao processo de desterritorialização está sempre subjacente o processo de reterritorialização).

De facto, desterritorialização é definida como um processo que pode ser voluntário ou forçado, violento, de perda de território, de quebra de controlo das territorialidades pessoais ou coletivas, de fratura no acesso a territórios económicos, simbólicos, a recursos, a bens (Haesbaert, 2004). “A desterritorialização é precisamente a quebra do controlo de cada indivíduo, comunidade ou empresa sobre o seu território: no caso específico das populações, essa implica uma quebra de vínculos, uma perda de território, um afastamento aos respetivos espaços de afirmação material e/ou imaterial, funcional e/ou simbólica” (Fernandes, 2008: 5).

O processo de desterritorialização caracteriza-se por ser uma quebra na topofilia, uma quebra do vínculo que une determinado indivíduo ao seu território, e o processo de reterritorialização corresponde à ‘tentativa’ e necessidade do indivíduo em (re)criar laços, vínculos com outro (s) território (s). O movimento de desterritorialização “equivale a todo um processo de saída ou de destruição de um território – para a entrada em ou a (re)construção de outro, já que ninguém sobrevive sem algum tipo de controlo do espaço, por mais instável e precário que pareça” (Haesbaert, 2014: 184)

Assim, este processo de quebra de vínculo do indivíduo com o seu território pode ser desencadeado por vários fatores, desde causas naturais a humanas. Dentro das causas naturais, são exemplos as erupções vulcânicas, as cheias, os sismos, os incêndios florestais e os movimentos de vertente, e como causas humanas temos exemplos como as crises políticas, as crises económicas, o desemprego, a guerra, os projetos de desenvolvimento e construção de infraestruturas, a patrimonialização, os confinamentos espaciais, o envelhecimento demográfico e a doença.

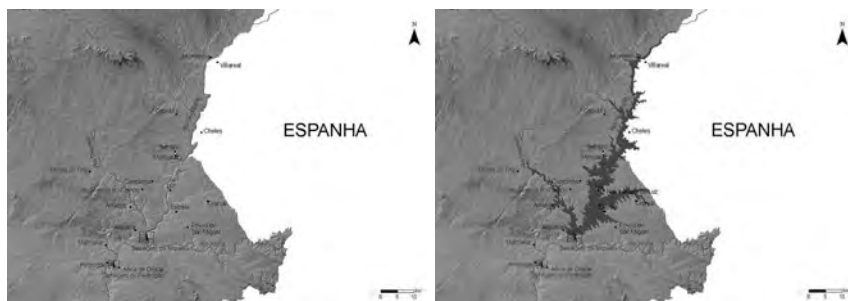
O processo de desterritorialização pode ser *in situ* ou *ex situ*. É *in situ* quando ocorre sem alteração dos referenciais de localização do indivíduo, este não abandona o seu território, mas deixa de ter acesso aos seus espaços, aos seus territórios. É *ex situ*, quando o processo implica a deslocação do indivíduo. Pode ainda ser total ou parcial, dependendo se a perda de vínculo é total ou parcial do território. Pode ser voluntária ou involuntária e forçada, coletivo ou individual e permanente ou temporária (Haesbaert, 2004).

Consequências geo-humanas da construção da Barragem de Alqueva: a rede das aldeias ribeirinhas e os impactos na agricultura e no turismo

O encerramento das comportas da barragem de Alqueva, no ano de 2002, e o conseqüente enchimento da albufeira veio submergir infraestruturas, territórios e monumentos. Em relação a estes últimos, tomaram-se algumas medidas, nomeadamente em relação ao Castelo da Lousa (freguesia da Luz, no concelho de Mourão), que foi totalmente coberto com sacos de areia para o preservar o mais possível após a sua submersão, e o Cromeleque do Xerês (freguesia de Monsaraz, no concelho de Reguengos de Monsaraz) que foi trasladado, dado que o local onde se situava está hoje em dia submerso.

A barragem de Alqueva, como já foi referido e irá ser analisado no terceiro ponto, provocou o processo de desterritorialização (Haesbaert, 2004) das populações da aldeia da Luz. Mas trouxe também alterações profundas na paisagem e nas dinâmicas sociais e económicas daquela área.

A água, através da albufeira, chegou a territórios onde antes era impensável tal facto, e tornou algumas aldeias em 'aldeias ribeirinhas', que se caracterizam hoje em dia pela atividade piscatória, turística, de lazer, ligadas ao elemento água. A mutação na paisagem está retratada nas Figuras 1 e 2, onde é notória a diferença no território, antes e depois da construção da barragem.



Figuras 1 e 2

Esboço de localização das aldeias ribeirinhas de Alqueva, antes e após a construção da barragem de Alqueva

Criou-se assim, então, uma rede de aldeias ribeirinhas que é composta por dezoito aldeias, dezasseis das quais localizadas em Portugal e duas em Espanha: Alqueva, Amieira, Campinhos, Capelins, Cheles, Estrela, Granja, Juromenha, Luz, Marmelar, Mina da Orada, Monsaraz, Monte do Trigo, Pedrógão, Póvoa de São Miguel, São Marcos do Campo, Telheiro e Villareal, abarcando sete concelhos: Alandroal, Moura, Mourão, Portel, Reguengos de Monsaraz, Serpa e Vidigueira. Em relação às aldeias ribeirinhas espanholas, Cheles e Villareal situam-se nos Ayuntamientos de Cheles e de Olivenza, respetivamente.

De acordo com o Plano Estratégico de Qualificação Urbana e Ambiental das Aldeias Ribeirinhas das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão, esta rede de aldeias ribeirinhas pretende “promover a qualificação urbana e ambiental das aldeias marginais das albufeiras; apostar na qualificação das utilizações da albufeira através da criação de infraestruturas e equipamentos de apoio às utilizações de recreio e lazer da albufeira; promover a criação de um território turístico, ligado a uma ‘marca territorial’, a uma identidade regional, cultural e ambiental”.

De facto, a barragem de Alqueva alterou a paisagem e conduziu a impactos no território, seja a nível agrícola, seja a nível turístico.

A possibilidade do aproveitamento da água da albufeira para a agricultura potencializa uma atividade agrícola de regadio, que traz novos desafios e inovação à agricultura desta região. As culturas predominantes nesta área, antes da construção da barragem, eram sobretudo de sequeiro, como a vinha, a oliveira

e o trigo. O desafio, nos dias de hoje, passa pela introdução de novas culturas agrícolas, de maneira a aproveitar e a rentabilizar o recurso água.

Desta forma, esta região passou a dispor de potencialidades no que diz respeito às culturas de regadio, de que, até à construção da barragem de Alqueva, não dispunha. Assim, as principais culturas de regadio que estão a ser praticadas são: tomate, milho, melão, olival intensivo e superintensivo. Estas novas potencialidades, novas paisagens e novas culturas, sobretudo as de regadio conduziram a novos investimentos e à entrada de atores externos ao território, sobretudo espanhóis (Vaz, 2013).

No que diz respeito ao desenvolvimento do turismo nesta área, estes caracterizam-se por investimentos realizados no setor do turismo, novas infraestruturas de alojamento e de restauração em espaço rural, novos atores, alguns externos à região, e inovação. A este propósito referiremos apenas três casos: o turismo fluvial na albufeira de Alqueva, o astroturismo e o Museu da Luz.

O turismo fluvial na albufeira da barragem de Alqueva realiza-se na Amieira (concelho de Portel), em Monsaraz (concelho de Reguengos de Monsaraz), na Luz (concelho de Mourão) e junto ao paredão da barragem. O polo com maior relevância em termos de meios e serviços oferecidos localiza-se na Amieira. A Amieira Marina, que funciona desde 2006, dispõe de serviços de marina, estacionamento de barcos, aluguer de barcos-casa, e de serviços de restauração.

O astroturismo é uma vertente de turismo ‘pouco convencional’, que assenta na observação dos astros e das estrelas num território pouco urbanizado, e por isso, muito pouco iluminado. Toda a área da albufeira da barragem de Alqueva (concelhos de Alandroal, Barrancos, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz) reúne as condições favoráveis e por isso faz parte da Rota *Dark Sky* Alqueva, primeira certificação mundial atribuída pela UNESCO e pela Organização Mundial do Turismo. O astroturismo engloba atividades noturnas como passeios pedestres, passeios a cavalo, observação de estrelas, *birdwatching* e *wildnightwatching*.

Em relação ao Museu da Luz, estamos perante um caso de patrimonialização da identidade local da antiga aldeia da Luz, destruída e submersa pela albufeira da barragem (Vaz et al., 2013a). Corria o ano de 2003 quando o Museu da

Luz foi criado, com a pretensão de ser um espaço de referência e memória da velha aldeia da Luz e das atividades que nela mais se desenvolviam. Assim, o Museu é constituído por três salas: a sala da Memória, a sala de exposições temporárias e a sala da Luz. Na sala da Memória, “do seu interior retoma-se a relação com a paisagem através de uma pequena janela da qual se avista o antigo espaço da velha aldeia, sintetizando o único elemento não submergido, o Monte dos Pinheiros” (Saraiva, 2007: 448). De facto, a partir de uma pequena janela é possível observar o local onde se situava a velha Luz, tendo como referência um pinheiro.

O processo de des-reterritorialização das populações da Luz – dinâmicas da velha e da nova Luz

A velha e a nova Luz localizam-se no concelho de Mourão, na freguesia da Luz, na sub-região do Alentejo Central, que se caracteriza pelas dinâmicas demográficas comuns a quase todo o interior português: baixa natalidade, baixos índices de fecundidade, envelhecimento da população e diminuição da população residente, tal como se pode verificar no Quadro I.

Quadro I

População Residente no concelho de Mourão, por freguesias, em 1991, 2001 e 2011

População Residente	1991	2001	2011
Mourão	1974	2111	1774
Luz	394	373	291
Granja	905	746	601
Mourão (concelho)	3273	3230	2666

Fonte: INE.

De facto, como se observa no Quadro I, a população residente no concelho de Mourão e em todas as suas freguesias tem vindo a diminuir. A freguesia mais

populosa é a sede do concelho, sendo que a freguesia da Luz é a que regista o menor número de população residente, representando apenas cerca de 11% do total da população residente no concelho, no último ano censitário.

De facto e recorrendo a Vaz (2011) constatamos que os concelhos limítrofes ao de Mourão (Barrancos, Moura e Reguengos de Monsaraz) registam também diminuição da população residente. No entanto, o concelho com maior perda populacional é o de Mourão. Note-se que entre o ano de 1991 e 2011 a variação é de -18,5%, e na freguesia da Luz é de -26,1%. Certamente que o processo de desterritorialização das populações da Luz e o facto de 1/3 do território do concelho de Mourão ter ficado submerso com a construção da barragem de Alqueva veio acelerar um processo de despovoamento, que por si só já estava em curso.

No sentido de analisar as tendências e dinâmicas futuras da população no concelho de Mourão, para Vaz (2011) efetuámos projeções demográficas, assentes no método matemático, seguindo o modelo geométrico, para o concelho de Mourão e as freguesias que o constituem, que estão apresentadas no Quadro II.

Quadro II
Projeção da População Residente no concelho de Mourão,
por freguesias, para 2021 e 2031

População Residente (projeção)	2011	2021	2031
Mourão	1774	1491	1253
Luz	291	227	177
Granja	601	484	390
Mourão (concelho)	2666	2200	1816

Tal como seria expectável, o concelho de Mourão e todas as suas freguesias irão perder população segundo estas projeções, sendo que a freguesia da Luz é a que apresenta a maior variação entre os anos de 2011 e 2031, cerca de -39,1%, que representa uma diminuição de 114 habitantes. Em relação ao concelho

de Mourão, segundo as projeções irá registar uma variação de -31,9%, o que representa uma diminuição de cerca de 850 habitantes.

O envelhecimento da população é também uma característica demográfica da generalidade do interior do país, e relaciona-se com o comportamento das dinâmicas de natalidade e de mortalidade. De facto, no concelho de Mourão, em 2011, a taxa de natalidade era de 12,4‰ e a taxa de mortalidade era de 22‰, e na freguesia da Luz, 0‰ e 17,2‰ respetivamente. Aliás note-se que na freguesia da Luz, no último ano censitário, o número de nados vivos registados é 0, e o número de óbitos 5, sendo que o crescimento natural é -5, e a taxa de crescimento natural é -17,2‰, contribuindo não só para a diminuição da população residente, como também para agravar o envelhecimento da população.

No concelho de Mourão tem-se vindo a registar um duplo envelhecimento, isto é um envelhecimento no topo e na base numa análise de uma pirâmide etária, sendo que o envelhecimento no topo representa o número cada vez maior de idosos, e na base, a quebra muito significativa das populações jovens. Observe-se então o Quadro III, que representa os índices de envelhecimento no concelho de Mourão e suas freguesias, nos anos de 1991, 2001 e 2011.

Quadro III
Índice de Envelhecimento, no concelho de Mourão e suas freguesias,
em 1991, 2001 e 2011

Índice de Envelhecimento	1991	2001	2011
Mourão	92,6	121,8	127,2
Luz	106,5	171,9	307,4
Granja	141,2	206,8	287
Mourão (concelho)	105,7	143,8	165,8

Fonte: INE.

O índice de envelhecimento, que representa a relação entre a população com 65 e mais anos e a população dos 0 aos 14 anos, atinge valores muito significativos na freguesia da Luz, com cerca de 307,4%, significando isto que para 100 jovens existem 307 idosos.

De facto, todo o contexto social e demográfico tem contribuído para o despovoamento desta área, e neste sentido as dinâmicas demográficas da nova Luz têm seguido as tendências registadas na velha Luz.

Mas afinal como é que esta mudança forçada da velha para a nova Luz se procedeu? Como decorreu? Quem foram os atores? Como é que os habitantes reagiram ao facto de terem forçosamente de abandonar os seus territórios? Como estão agora as populações? No intuito de analisar estas dinâmicas, far-se-á a divisão do processo em quatro pontos: A velha Luz e a consciencialização da mudança; a mudança e a transladação dos corpos do cemitério; a nova Luz, a nova casa e os novos espaços da Luz; e a Luz, hoje em dia.

A velha Luz e a consciencialização da mudança

“A população da Luz viveu, sobretudo na última década, perante a irreversibilidade e inevitabilidade de um processo, a sensação de perda de um passado que, de futuro, se existir, só existirá sob a representação de memórias” (Reino, 2005: 76). A consciencialização da mudança ocorreu desde há muito. No trabalho de campo que efetuámos, verificámos que a ideia da construção da barragem e posterior submersão da aldeia foi algo sempre presente, mas após tantos adiamentos da construção da barragem, alguns indivíduos confidenciaram-nos que tinham esperança que a submersão da aldeia não se verificasse.

A velha aldeia da Luz estava localizada a apenas 2 km da atual Luz, era pouco povoada e possuía características eminentemente rurais, marcada pela predominância da prática agrícola. A sua morfologia era marcada por ruas estreitas e desordenadas e a arquitetura da Luz caracterizava-se pela casa térrea, com poucas janelas, e muitas vezes apenas com a porta de entrada na frontaria (Saraiva, 2005). A aldeia possuía um posto de saúde, um centro de dia, uma escola primária e um jardim de infância, três estabelecimentos comerciais, cinco cafés e a Sociedade Recreativa Luzense. Estes espaços de encontro e de comércio constituíam importantes referências coletivas, no sentido de serem

lugares de sociabilidade – feminina, no caso das mercearias, e masculina, no dos cafés (Saraiva, 2005).

A velha Luz era constituída por dois núcleos distintos: o núcleo populacional, e um núcleo mais afastado, distando um do outro cerca de 1500 metros. O núcleo mais afastado era formado pelo Santuário de N. Sra. da Luz, pela praça de touros e pelo cemitério: “um conjunto que simbolicamente unia as esferas da morte e da festa, do sagrado e do profano” (Saraiva, 2005: 109).

A mudança e a transladação dos corpos do cemitério

“A nossa aldeia velhinha; Até agora tão branquinha; Tão escura que vai ficar; Quando a água aqui chegar; Já aqui não há viventes; Apaga-se a luz para sempre; Vai ficar na escuridão.” (Farias, 2006: 32). A deslocação forçada das populações da aldeia da Luz foi um processo de desterritorialização bastante complexo.

Todos os mecanismos relativos ao processo de mudança foram conduzidos por atores externos, como empresas especializadas em transporte de bens. Neste ponto do processo de desterritorialização registou-se apoio por parte de técnicos e funcionários da EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva). “Os residentes da Luz, com a ‘mudança’ perderam a dimensão casa, sendo obrigados a reconstruírem as suas referências espaciais. A perspectiva de ‘mudança’ provocou nos residentes um desencanto, uma perda de valores, provocando um estado de incerteza e de insegurança” (Reino, 2002: 139).

O presidente da Junta de Freguesia da Luz em 2002 confidenciou-nos (em 2011), que a mudança tinha sido muito complicada, e que as pessoas saíram da antiga aldeia, ainda com as casas de pé, sendo que a maioria não assistiu à sua demolição. A inauguração da nova Luz ocorreu no dia 19 de Novembro de 2002 e ainda hoje esse dia é recordado como um dia de luto pelas populações. O mês de Fevereiro de 2003 marca o início da demolição da aldeia, e em Junho de 2003 toda a área, onde seis meses antes se localizava a aldeia, era agora um espaço.

Quando se iniciaram as negociações com os habitantes sobre as futuras casas, foi deixado bem claro, por parte dos habitantes que, antes da sua mudança, teria de se fazer a transladação de todo o cemitério.

De facto, a transladação iniciou-se nos finais de Junho de 2002, e durou cerca de duas semanas, sob a direção de Moita Flores, com quem tivemos também a oportunidade de refletir e conversar sobre este episódio no decorrer da elaboração da dissertação de mestrado. Na época, em 2011, Moita Flores justificou a transladação dos corpos pelo facto de ‘a polis dever ser entendida como um todo, incluindo a nekropolis, território essencial para a gestão do luto e da memória individual e coletiva’.

A transladação dos corpos do cemitério foi o episódio mais intimista e que causou maior sofrimento aos luzenses, sendo descrito como um momento de catarse emocional coletiva. Moita Flores, em 2011, acrescentou que ‘mexer num cemitério na sua totalidade é um ato muito delicado. Aqui (...) penetramos na memória. Um cemitério é sobretudo, a capacidade de evocação e rememoração das relações psicoafectivas e grupais num concentrado radical que é a consciência do não encontro físico’.

A transladação dos corpos do cemitério da velha Luz para a nova aldeia fez com que os habitantes revivessem dores, sofrimentos, luto, mas o apoio dado pelos técnicos às populações foi reconhecido, não só pelos habitantes da aldeia, que nos relataram que dentro de toda a mudança foi o que correu melhor, como pela comunidade científica nacional e internacional.

A nova Luz, a nova casa e os novos espaços da Luz

“Os residentes da Luz foram compelidos numa primeira fase a aceitar a ‘mudança’ e ultimamente foram forçados a adaptarem-se a novos espaços” (Reino, 2002: 115). De facto, as habitações possuem melhores condições, o valor das casas sofreu um considerável aumento, mas quando refletimos sobre a adaptação à nova casa e à nova aldeia, esta ainda não estará concluída. Um dos indivíduos com quem travámos conversa durante o trabalho de campo

confidenciava-nos “Quando é que eu vou ganhar apego a isto?”. De facto, o processo de reterritorialização vai para além dos bens materiais, da casa, das paredes, do telhado, prendendo-se com o conforto, a segurança ontológica (Giddens, 1992), a topofilia (Tuan, 1980), e com a dimensão simbólica do espaço (Haesbaert, 2004 e 2014).

No que diz respeito à nova casa e à escolha de todos os acabamentos, é de realçar o papel da mulher, adulta e idosa, com grande poder dentro de casa, assumindo o seu domínio e governo, e por isso sendo reivindicativa em relação à nova habitação. Registaram-se alterações significativas nas habitações da nova Luz, no que diz respeito sobretudo aos materiais de construção. Na antiga aldeia, os materiais mais usados eram a taipa, o adobe, o xisto e a lousa, e na nova Luz estes foram substituídos por mais recentes.

Deste modo, o parque habitacional da nova Luz é o fator primordial pelo qual a população mudou a sua maneira de estar na sociedade, devido sobretudo à standardização da habitação e à semelhança do exterior das diferentes casas, que vieram diminuir significativamente as diferenças sociais e económicas que existiam na antiga Luz, e ‘estabeleciam alguma ordem’ à sociedade. Com efeito, os sentimentos de vizinhança e solidariedade alteraram-se bastante com a mudança, dado que “provocou um aumento da conflitualidade entre os habitantes (...), que se traduziu num maior isolamento e na interiorização negativa das suas novas casas” (Reino, 2002: 117). A mudança social dos habitantes da Luz deveu-se também à nova morfologia da aldeia, dado que os passeios e as ruas obedecem a normas que afastaram os habitantes dos vizinhos da frente, dificultando-lhes assim a comunicação, facto que se diferencia da velha Luz, onde não existiam passeios, as estradas eram estreitas e em muitos casos só com uma faixa de rodagem, o que possibilitava a proximidade e a comunicação entre os residentes.

Na nova Luz continuam a existir dois núcleos, separados agora por apenas 500 metros. O núcleo afastado é agora constituído pelo Santuário de N. Sr.^a da Luz (que é uma réplica do que existia na antiga aldeia), pelo cemitério e pelo Museu da Luz. Funcionando como um espaço da memória: o Santuário evoca a memória da lenda da aparição de N. Sr.^a da Luz e a formação da aldeia, o

Museu recorda as tradições e costumes da antiga aldeia, e o cemitério prende-se com as memórias das gerações do passado.

A Luz de hoje

A aldeia da Luz, à vista de um transeunte, transporece uma sensação de vazio e uma perceção de ausências. É característico das aldeias do interior, sobretudo do Alentejo, os homens encontrarem-se nas praças principais, à sombra, a conviver e a conversar, e foi-nos dito que na nova Luz, embora ainda aconteça, já não é com a mesma afluência que era outrora, contribuindo para este facto, não só a mudança da aldeia, como a nova morfologia, dado que a aldeia se expandiu no espaço, sendo consideravelmente maior do que a antiga, mas também o envelhecimento da população.

As condições habitacionais e sociais na nova Luz são superiores às da velha Luz, como já foi referido, mas a antiga aldeia da Luz englobava em si os territórios, tanto funcionais como simbólicos, da população, e isso foi visível em alguns depoimentos que pudemos registar: ‘isto (a nova Luz) a mim não me diz nada’ e ‘da antiga aldeia tenho saudades das estevas, do rosmão e dos sobreiros’.

O condicionamento imobiliário também tem marcado a vida da Luz, prejudicando o desenvolvimento e a prosperidade da aldeia, dado que o espaço da aldeia está confinado e limitado por propriedade privada. A juntar a este facto, está a falta de ofertas de emprego nesta região, que tem levado alguns indivíduos a procurarem residência fora da freguesia da Luz e também do concelho de Mourão, sendo que a sua maioria se estabeleceu por Reguengos de Monsaraz.

Notas conclusivas

Haesbaert (2014) defende que os conceitos devem ser utilizados para além do restrito círculo académico, fazendo deles ‘armas para a ação de outros’. De facto,

temos defendido a introdução dos conceitos de topofilia e desterritorialização nos conteúdos programáticos de Geografia, sobretudo do ensino secundário (Vaz *et al*, 2013b e 2016), por se tratarem de conceitos fascinantes, eminentemente geográficos, tratando o território segundo as dimensões funcionais e simbólicas que tão bem representam as geografias pessoais e coletivas.

Aplicando este conceito ao que ocorreu na mudança forçada dos habitantes da velha Luz para a nova aldeia referimos as mutações na paisagem, a submersão de territórios e podemos concluir que estes processos de desterritorialização têm consequências nefastas em populações de menor resiliência.

Com efeito, os indivíduos não ganham vínculo com um novo território só porque são forçados a nele residir. Um lugar que leva tempo a ser modelado não pode ser comparado com um que foi decidido por técnicos, muitas vezes à distância e de modo exógeno. Na verdade, estabelece-se aqui a oposição entre dois modos de produzir o espaço, um mais popular, de forma lenta e ascendente, e outro, mais técnico, elitista e descendente.

De facto, o sentimento de topofilia vai muito para além de se habitar em determinado local, é antes, o vínculo, o apego, o afeto que temos para com determinado território, sobretudo com o simbólico, enaltecendo mais o lado emocional do que racional. Por este lado mais emocional é que os processos de desterritorialização/ reterritorialização são tão complicados e complexos.

Bibliografia

- Farias, João Chilrito (2006). *Chamam-me poeta e artesão, porque faço versos e cadeiras*. Aldeia da Luz.
- Fernandes, João Luís (2008). Implantação de projetos de desenvolvimento, desterritorialização e vulnerabilidade das populações: o caso da construção de barragens. *Cuarto Encuentro Internacional sobre Pobreza, Convergencia y Desarrollo*; Eumed.Net; Universidad de Málaga, Espanha.
- Giddens, Anthony (1992). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Haesbaert, Rogério (2004). *O Mito da desterritorialização – do 'fim dos territórios' à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.
- Haesbaert, Rogério (2014). *Viver no limite – território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- Plano estratégico de qualificação urbana e ambiental das aldeias ribeirinhas das albufeiras de Alqueva e Pedrovão* (2003) – Parte I: território português, Edia.
- Reino, João Pedro (2002). *Luz – a aldeia imaginada*; Dissertação de mestrado em Sociologia, apresentada à Universidade Lusófona, Lisboa.
- Reino, João Pedro (2005). Aldeia da Luz, uma aldeia em ‘mudança’ – a aldeia imaginada”, in *Atas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia*; Braga.
- Saraiva, Clara (2005). *Luz e água – Etnografia de um processo em mudança*. Museu da Luz, 02, Edia, Beja.
- Saraiva, Clara (2007). Mudança e água no sul de Portugal: a barragem de Alqueva e a aldeia da Luz. *Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais*, Vol. 1, N.º 1, Campinas, Brasil.
- Tuan, Yi-Fu (1980). *Topofilia: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente*; São Paulo: Difel.
- Vaz, Ana Maria Cortez (2011). *Processos de desterritorialização e filiação ao lugar – o caso da aldeia da Luz*. Dissertação de mestrado em Geografia Humana, Ordenamento do Território e Desenvolvimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Vaz, Ana Maria Cortez (2013). A barragem de Alqueva – fator de inovação e cooperação territorial transfronteiriça. In Rui Jacinto (coord.), *Condições de vida, coesão social e cooperação territorial*. Iberografias 25; Centro de Estudos Ibéricos; Âncora Editora; Lisboa.
- Vaz, Ana Maria Cortez & Fernandes, João Luís (2013a). A patrimonialização da memória e da identidade territorial: o caso singular do Museu da Luz. *Atas do IX Congresso de Geografia Portuguesa – Geografia: Espaço, Natureza, Sociedade e Ciência* (e-book); Universidade de Évora, Associação Portuguesa de Geógrafos, Évora.
- Vaz, Ana Maria Cortez; Reis, Maria José & Nunes, Adélia Nobre (2013b). A literatura como recurso no processo de ensino-aprendizagem em geografia: o caso de Miguel Torga. *Atas do IX Congresso de Geografia Portuguesa – Geografia: Espaço, Natureza, Sociedade e Ciência* (e-book); Universidade de Évora, Associação Portuguesa de Geógrafos, Évora.
- Vaz, Ana Maria Cortez; Reis, Maria José & Nunes, Adélia Nobre (em publicação). A notícia escrita como recurso pedagógico na educação para o risco – o caso da erosão costeira em Portugal – o caso da erosão costeira em Portugal. *Atas do Cegot 2nd International Meeting – Water Territories*; Março de 2016, Cegot, Coimbra.
- www.ine.pt, consultado entre Janeiro e Março de 2016.

**REVISITAR O ITINERÁRIO RAIANO
DO PROF. GAMA MENDES
ATRAVÉS DE UMA VISÃO GEOGRÁFICA**

**Emanuel de Castro/emanuelcastro@ipg.pt
Ana Lopes**

Instituto Politécnico da Guarda

Introdução

A fronteira surge no léxico geográfico como algo que divide dois territórios, duas dimensões espaciais, duas culturas ou, simplesmente, o final e início de qualquer parcela geoespacial. Todavia, mais do que uma terminação geográfica, a fronteira tem assumido um significado conceptual, recorrentemente discutido e analisado, nem sempre pelas melhores razões.

A raia portuguesa em geral e a da Região Centro em particular apresenta um conjunto de vulnerabilidades que a história se encarregou de construir e o presente não soube ultrapassar. A sua baixa densidade marca o quotidiano destes territórios, pesem embora alguns esforços em sentido contrário, mesmo que para muitos, ainda tímidos. No espaço e no tempo têm sido identificados alguns problemas estruturais que decorrem, em larga medida, da escassa população existente, resultante quer do êxodo rural, quer da emigração em diferentes momentos do século xx e início do atual. Na verdade, a ausência de dinâmicas demográficas põe em causa quaisquer estratégias de desenvolvimento, por muito profícuas que possam parecer. Partindo deste cenário, torna-se necessário que

se altere a narrativa vigente. Da compreensão da sua história devemos saber construir o futuro, das vulnerabilidades devemos fomentar as dinâmicas de desenvolvimento. Ancorada numa paisagem ímpar de significado, quer pela sua história, quer pela estrutura organizacional que apresenta, a fronteira deve ser hoje objeto de requalificação, repensando o modo como a podemos viver e desenvolver. Muitas são as oportunidades que se identificam nestes espaços que, ao contrário do que alguns fazem acreditar, não se esgota nas práticas turísticas. Na verdade, acreditamos na importância do turismo para a promoção destes espaços, desde que integrado em estratégias holísticas, assentes na dinamização do tecido produtivo e no seu potencial endógeno.

Através da sua refuncionalização, torna-se premente que estes territórios não vivam apenas na memória da sua história, mas possam continuar a construir o seu presente, deixando marcas para que outros, no futuro, as transformem em identidade. Neste contexto, a patrimonialização de alguns valores territoriais e comunitários constitui um reforço da sua identidade, representa um fator de pertença para as suas comunidades e pode induzir outras práticas e dinâmicas. Se, na verdade, estes territórios de fronteira já não são o que eram, devem trabalhar para que hoje, tal como amanhã, possam ser outra coisa. Dito por outras palavras, é premente que os espaços de fronteira sejam reconhecidos e percebidos como territórios de esperança, não apenas cenário bucólico de um país à beira-mar plantado. Mas acima de tudo, como parte de uma geografia muito mais importante que os seus limites. Um território cuja relação com as regiões espanholas deve ser trabalhada como uma oportunidade, um desafio e, sobretudo, uma inevitabilidade.

A paisagem raiana: da sua geografia à patrimonialização

A paisagem é constituída por um conjunto de elementos, dos quais fazem parte os processos naturais e a utilização que deles fazem os grupos humanos, apresentando uma determinada organização e estrutura espacial. Qualquer uma das componentes existentes apresenta uma clara dependência em relação a um

todo, resultando sempre da sua interação no tempo e no espaço. Desta forma, é a materialização das componentes físicas e humanas que reveste de sentido aquilo que chamamos paisagem e que constitui, no fundo, o território, objeto de estudo “caro” à Geografia. Os estudos da paisagem pressupõem, antes de mais, a procura da identidade ou identidades de um território, em função do seu *genius loci*, assente numa nova visão ecológica, perspetivando não só os atuais usos, mas acima de tudo, o planeamento dos futuros. Não nos podemos esquecer que a paisagem, entendida na perspetiva das ciências que a estudam e da sua aplicabilidade, é muito mais do que o vocábulo português significa; “[...] porção de território que abrange num lance de olhos; vista; panorama; [...]” (Dicionário de Língua Portuguesa da Poro Editora, 2006). Mas é também tudo isto.

A Paisagem raiana constitui um território complexo a nível social, económico e demográfico, mas com um carácter bem vincado, no qual se evidenciam os elementos naturais que a constituem. De facto, destaca-se, neste território, a riqueza e a variedade da paisagem, entendida sobretudo como um complexo sistema de factos e de valores, originados essencialmente pelo contexto evolutivo destes territórios. Apesar de não se poder falar, exclusivamente, em paisagens naturais, de facto, são os elementos da natureza (morfologia, água, vegetação) aqueles que mais valorizam esta paisagem (Cunha, 1995).

Neste território raiano podemos individualizar parte da superfície da Meseta (superfície de aplanamento poligénica), com significativa conservação a Este do rio Côa, onde podemos encontrar alguns relevos residuais de elevado interesse geomorfológico e paisagístico (Serra da Marofa). Por outro lado, parece-nos importante perceber os contrastes na paisagem entre a área da Meseta (com notável inclinação entre o sopé da Serra da Malcata, com altitudes que rondam os 950-1000 metros, e a Norte com uma altitude de 400-450 metros), os relevos mais acidentados da Serra da Malcata, área de transição entre a Meseta e a Superfície de Castelo Branco, que pelos 400-500 metros de cota revela já uma aproximação às paisagens do Sul do País, bem testemunhada pela presença de montados de azinho e mesmo de sobreiro (Ribeiro, 1949 cit. por Cunha, 1995).

Do conjunto dos relevos aplanados, da referida superfície, emergem importantes elementos que marcam a paisagem. Assim, a favor do carácter granítico do substrato e de uma evolução muito longa e particular, os chamados *inselberge*, dos quais se pode destacar Monsanto, mas também o de Belmonte ou de Linhares da Beira. Para Sul desta superfície encontramos a “Superfície do Alto Alentejo” aqui conhecida pela designação geral de “Campinas da Idanha”, através da vigorosa escarpa que marca a passagem da falha do Ponsul (*Idem*). Aqui a paisagem adquire um novo carácter, fruto não só dos novos contrastes geomorfológicos, mas também da própria ocupação e atividade humana.

A imponência dos relevos da raia central marca, de modo contundente, a paisagem visual. Estes elementos conferem um carácter vigoroso aos trechos de montanha que dominam vastos setores da nossa área de estudo. Assim, tanto as Serras da Cordilheira Central (Serra da Estrela e da Gardunha) como a Serra da Malcata ou as vigorosas Serras quartzíticas da Marofa, Penha Garcia ou do Ródão quebram a monotonia dos relevos aplanados, constituindo o fator mais importante para a caracterização daquelas unidades paisagísticas. Entre as Serras da Estrela e Gardunha, devido à tectónica de fratura existente, surgem-nos um fosso de separação conhecido como a Cova da Beira, que apresenta características climáticas particulares, característica que se revela na própria atividade humana presente.

Paralelamente a estes elementos morfológicos, fruto da história tectónica e orogénica, encontram-se os vales, indissociáveis do quadro paisagístico da raia central. Estas formas, muitas vezes profundamente encaixadas, constituem espaços de natural beleza e de importante valor em termos ambientais, como acontece com o Côa, o Águeda e o Douro, a Norte, e com o Tejo e os seus afluentes, o Erges e o Ponsul, a Sul.

A Raia Central, tal como suprarreferido, apresenta uma variedade de elementos paisagísticos que merecem uma atenção especial, do ponto de vista da sua valorização e do seu aproveitamento. Os fatores históricos, as condições sociais e culturais, os aspetos naturais e a ocupação do espaço, associada às tradições e modos de vida das populações muito particulares, são fatores suficientes para

não deixarmos de falar da sua patrimonialização e do papel que pode ter na revitalização destes setores.

A paisagem será, então, um meio através do qual se constrói a identidade de um lugar, surgindo tanto como uma representação (um ideal que revela sentido), como uma existência material (a realidade das condições de vida) (Harner, 2001). Aqui reside um outro problema das paisagens raianas, as condições de vida das suas populações e a ausência de outros recursos que permitam o seu desenvolvimento. Com o declínio demográfico, o despovoamento e abandono de um conjunto de práticas tradicionais, restam alguns nichos ou retratos daquilo que a paisagem havia sido. As políticas de valorização devem começar precisamente pela fixação das populações e a melhoria das suas condições de vida, uma vez que a ideia de indução de atividades como o turismo não resulta da mesma forma em todos os territórios. As preocupações sobre a questão da transformação da paisagem como componente da identidade territorial e da sustentabilidade na era atual de globalização económica e cultural, ganhou maior relevância na última década, tanto ao nível da investigação sobre as problemáticas do desenvolvimento, como ao nível das agendas políticas, sobretudo quando aquelas preocupações têm por objeto as áreas rurais ou periféricas e em processo de desvitalização social e económica (Roca e Oliveira, 2004).

A imagem dos territórios está, intrinsecamente, relacionada com a sua paisagem, não apenas com aquilo que a nossa visão alcança, mas todos os elementos que a compõem e que lhe dão “vida”, cheiro e cor à sua dimensão espacial. Estas imagens que se constroem e que dão forma e conteúdo aos lugares estão, muitas vezes, associadas à qualidade ambiental de inúmeros setores da raia, à diversidade e heterogeneidade das suas paisagens, à sucessão de elementos patrimoniais. Tanto histórico-culturais como naturais, aos modos de vida ligados às práticas tradicionais, materializadas em alguns produtos regionais, tradições e outros “usos”, aos recursos naturais de valor estratégico, alguns com potencial energético, e à história da história das gentes de cada lugar. Todos estes fatores, de ordem natural, social, cultural e histórica podem e devem ser aproveitados, em primeiro lugar pela fixação da população, condição *sine qua non* para o tão almejado dinamismo dos territórios.

O itinerário raiano do professor Gama Mendes

As características geográficas da fronteira raiana entre o Douro e a Cordilheira Central evidenciam um conjunto de fatores comuns, dos quais destacamos uma área de fronteira territorialmente marginal (povoamento, demografia, economia e estruturação espacial); os problemas comuns às áreas marginais (fragilidade económica e marginalidade social) e a cooperação e conflitos dos mesmos (nomeadamente a questão das bacias hidrográficas internacionais e as redes de transportes).

A Raia, com mais de setecentos anos em que ambas as sociedades têm estado, em boa parte, de costas voltadas, emergiu do avanço do repovoamento que, durante os primeiros tempos dos reinos cristãos medievais da península, se foi produzindo. Até que no século XIX se dão os últimos retoques nos seus limites, tornando-se assim uma fronteira histórica, cuja geografia se apoia na maior parte do seu traçado em cursos fluviais, ainda que, longe de constituir um limite natural absoluto, passou a ser uma das fronteiras mais estáveis e, por isso, uma perfeita divisória de povos e culturas que acabaram por vir a diferenciar, de forma continuada, os dois Estados Ibéricos, criando uma zona fronteiriça a que se vem designando por raia.

Este espaço é o protótipo de um território extenso (1232 km de comprimento e aproximadamente 150 000 km² de espaços fronteiriços abarcando dez distritos e sete províncias vizinhas) ao mesmo tempo marginal e periférico (com uma densidade populacional reduzida e índices de industrialização e de urbanização baixa, em relação às médias quer nacionais, quer comunitárias). Por outro lado, ainda que a raia não tenha contrastes importantes ou disparidades sociodemográficas, económicas, e de infraestruturas entre uma e outra margem da fronteira, existem algumas diferenças no grau de urbanização, de desenvolvimento económico, com evidentes desvantagens para Portugal. Esta é a fronteira do subdesenvolvimento, que ocupa uma boa parte do que foi a região romana da Lusitânia, com amplos vazios de serras e de montado ou de matagal e uma mínima presença de cidades, uns poucos corredores e reduzidos fluxos viários entre um lado e outro, sendo em grande medida áreas terminais

e não intermédias dos sistemas urbanos e mercados nacionais. Esta região de fronteira, apesar da sua contiguidade, tem tido até agora muito pouca interpenetração, até que, depois de ambos os estados se incorporarem na Comunidade Europeia, o processo de inter-relações e cooperação, ao menos ao nível inter-regional e internacional (turistas, capitais e empresas) está a mudar a situação herdada, de marginalização e de subdesenvolvimento, geralmente conhecida como “síndrome da raia”.

Envolvendo os distritos de Bragança (nomeadamente os concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro e Freixo de Espada à Cinta) e Guarda (concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida e Sabugal) pela parte portuguesa e as províncias de Zamora (nomeadamente as comarcas de Aliste e de Sayago) e de Salamanca (comarcas de Vitigudino e Ciudad Rodrigo) pela parte espanhola, o itinerário raiano do Professor Gama Mendes pretende demonstrar esta realidade, de um lado e do outro da fronteira, quer ao nível da ocupação do espaço, quer na ótica da gestão do Património Construído e Natural.

O percurso (Figura 1) corresponde ao setor Norte das terras de Riba-Côa, começando em Castelo Mendo, fortaleza na antiga linha de fronteira anterior ao tratado de Alcanices (1297). Passando o Rio Côa pela estrada antiga, dirigimo-nos para Castelo Bom (Figura 2), que ficava do outro lado da fronteira, em domínio castelhano, com destino a Vilar Formoso (Figura 3), povoação de passagem da fronteira atual. Em seguida, visitamos duas obras de arte militar dos tempos modernos, de estrutura abaluartada, uma em tempos abandonada, Fuerte de la Concepción (atualmente refuncionalizada em Hotel Rural – Figura 4) e outra sede de concelho, Almeida (Figura 5). Todo o restante percurso se faz ao longo da raia, com especial atenção para as povoações de fronteira que espelham o seu quotidiano (Figura 6).

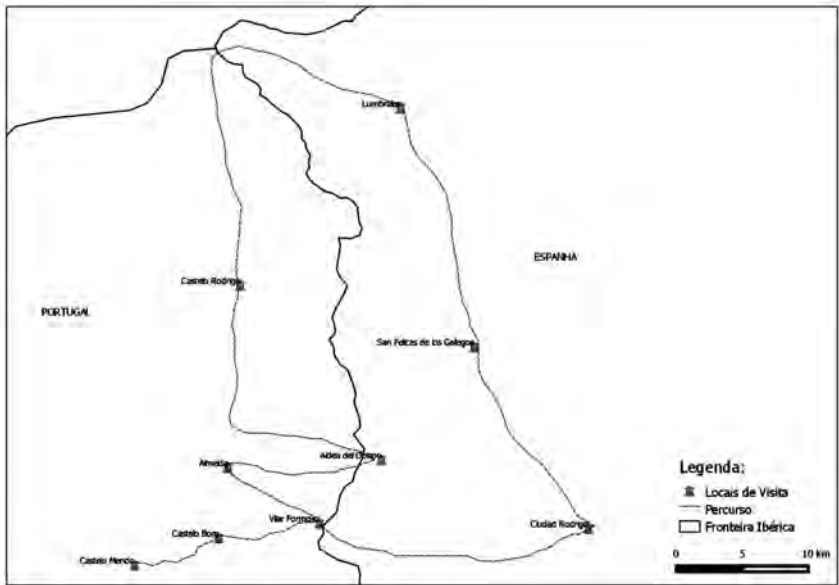


Figura 1
 Representação esquemática do Itinerário Raiano do Professor Gama Mendes



Figura 2
 Vista panorâmica de Castelo Bom



Figura 3

Estação ferroviária de Vilar Formoso, exemplo de património azulejar civil



Figura 4

Antigo Forte de la Concepción, agora refuncionalizado em Hotel Rural



Figura 5
Entrada Poente do Forte de Almeida



Figura 6
Vista panorâmica da Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo

Notas finais

Com o advento das sociedades modernas, industrializadas e seculares, e com o conseqüente afastamento relativamente às anteriores modalidades de filiação, o património surge como um artifício criado no sentido de fortalecimento de uma pertença a um espaço simbólico que faz parte integrante do processo evolutivo das sociedades. Podemos considerar, então, que o património surge como uma intervenção, uma construção mental da modernidade. Ao mesmo tempo que se atribui uma transcendência a determinados símbolos culturais que atestam um carácter singular de uma determinada comunidade, conferindo uma ilusão de permanência e continuidade em relação a um passado, construindo-se um ideal coletivo para o futuro. Esta valorização social do património fez com que progressivamente se desenvolvessem ações conducentes à reativação do património, protagonizadas por vários agentes locais, com vista à sua rentabilização económica mediante a promoção local e regional e a captação de fluxos turísticos, com o objetivo último de dinamizar os territórios, tendo por base eles mesmos e as marcas antrópicas veiculadas através da sua geografia.

Contudo, este desenvolvimento suportado pela patrimonialização, só será plenamente alcançado se contar com a participação de todos os intervenientes do território, bem como com uma análise integrada do mesmo através da identificação das suas fragilidades e das potencialidades existentes.

Este olhar atento das sucessivas transformações geográficas e sociais da paisagem raiana esteve presente em todas as saídas de campo do Professor Gama Mendes, nas quais tivemos o privilégio de participar. Mais do que uma visita, constituiu um marco na nossa formação como geógrafos, mas sobretudo, enquanto pessoas!

Referências

Almeida, António Campar de (2006). Paisagens: um património e um recurso. O Interior Raiano do Centro de Portugal: outras fronteiras, novos intercâmbios, *Iberografias*, 8. C:E.I., Guarda, pp. 31-42.

- Boura, M. Isabel (2006). As Aldeias Históricas de Portugal e as Rotas Culturais. O Interior Raiano do Centro de Portugal: outras fronteiras, novos intercâmbios, *Iberografias*, 8. C.E.I., Guarda, pp. 293-304.
- Castro, Emanuel (2007). *Análise Integrada da Paisagem da Raia Central Portuguesa: o território como recurso de desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Cunha, Lúcio (1995). Turismo e Desenvolvimento na Raia Central: a paisagem e o ambiente como recursos. *Cadernos de Geografia*, 14. I.E.G., F.L.U.C., Coimbra, pp. 129-138.
- Cunha, Lúcio (2003). A montanha do centro português: espaço de refúgio, território marginal e recurso para o desenvolvimento local. In Lucília Caetano (coord.), *Território, Ambiente e Trajectórias de Desenvolvimento*, IV. C.E.G., F.L.U.C., Coimbra, pp. 35-62.
- D'Abreu, A. Cancela; Correia, Teresa Pinto & Oliveira, Rosário (2004). Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental, Volume I. Colecção Estudos 10, D.G.O.T.D.U., Universidade de Évora.
- Harner, John (2001). Place Identity and Copper Mining in Sonora. *Annals of the Association of American Geographers*, 91. México, pp. 660-680.
- Roca, Zoran & Oliveira, J. António (2005). A Paisagem como Elemento da Identidade e Recurso para o Desenvolvimento. *Actas do X Congresso Ibérico de Geografia* (CD-ROM). Évora.

PARTE IV

(Página deixada propositadamente em branco)

**TEMPOS E ESPAÇOS DE LAZER
NUMA PERSPECTIVA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL:
QUESTÕES DE BASE GEOGRÁFICA**

Patrícia Rego/patrego@uevora.pt

Centro de Estudos Geográficos (IGOT-UL)
e Escola de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Évora

Sara Pedro Rego

Royal Mencap Society (Londres)

Pascale Millecamps

Fernanda Pereira

Casa João Cidade (Montemor-o-Novo)

Rita Silva

Luís Sá-Fernandes

AEIPS (Lisboa)

Introdução

Este texto tem por objetivo analisar e discutir o papel das atividades de lazer na integração social de pessoas com experiência de doença ou com deficiência mental, em diferentes contextos geográficos. A discussão parte, do ponto de vista da geografia, do papel dos lugares na inclusão ou exclusão destas pessoas por via do acesso a atividades de lazer. Do ponto de vista da inclusão ou integração

social, é abordada a visão dos técnicos de duas organizações do terceiro setor sobre o seu papel na promoção da integração através do lazer, em contextos distintos. Assim, o tema em estudo tem a particularidade de associar a reflexão sobre as respostas sociais para pessoas com deficiência e com experiência de doença mental que, regra geral, surgem centralizadas nos espaços urbanos, e as atividades de lazer aí oferecidas em quantidade e diversidade. Esta constatação e a reflexão e a prática de duas instituições do terceiro setor que trabalham com estes públicos em contextos urbanos muito diferenciados, colocam no centro do debate a inovação social e a importância da dimensão dos lugares na promoção da integração social.

O texto representa igualmente um tributo à leitura feita por António Gama (1988) sobre a relação entre espaço e tempo nas atividades de lazer. Neste particular, as atividades de lazer surgem associadas a diferentes escalas de análise (dos espaços de alcance imediato aos espaços de alcance longo) e aos diferentes tempos da vida dos indivíduos consagráveis a estas atividades.

Se o tema não é novo na abordagem geográfica, como o atesta a publicação de síntese da Escola de Coimbra (Santos e Gama, 2008), a sua exploração no âmbito de grupos vulneráveis é exploratória mas rica de possibilidades na abordagem da inovação socioterritorial.

Devido ao carácter exploratório deste estudo, pensámos ser pertinente recorrer a processos colaborativos para a realização desta investigação. Neste sentido, pretendemos refletir e discutir as questões tratadas com técnicos das duas organizações que trabalham, uma com pessoas portadoras de deficiência, a outra com pessoas com doença mental. A tentativa de realizar esta investigação de acordo com alguns princípios da investigação colaborativa justifica-se com o conhecimento teórico e com a experiência prática que estes técnicos detêm sobre a questão do papel do lazer para a integração social. Por outro lado, cremos ser da maior relevância ouvir e aprender com aqueles que mais conhecimento e experiência detêm sobre esta questão. Entendemos, igualmente, que a perspectiva da geografia pode iluminar certos aspetos importantes nesta reflexão, nomeadamente no que respeita às questões relativas ao espaço e como este é vivido pelos indivíduos.

No sentido de irmos ao encontro de um conhecimento que se cria com base numa relação e numa ligação social entre investigadores e participantes num estudo, adotamos uma abordagem epistemológica contextualizada, ou seja, que se foca na procura da compreensão aprofundada de um espaço e de um tempo particulares (Ornelas, 2008). Assim, pretendemos realizar, com este estudo, uma parceria colaborativa entre os investigadores e as pessoas que participaram na investigação, focando-nos na compreensão do contexto e em aprender o mais possível acerca das pessoas que o compõem.

O texto pretende analisar, num primeiro momento, o conceito de integração social, o papel das atividades de lazer no processo de integração destes grupos de indivíduos e o contributo destas práticas para a inovação socioterritorial. A metodologia de colaboração a que se recorreu, convocando sistematicamente as referências teóricas e a prática que configuram a opinião dos técnicos das duas associações parceiras, permitiu esta primeira reflexão conjunta. Por um lado é feito o questionamento sobre o papel do lazer na organização e vivência do tempo e do espaço social destes grupos, por outro inicia-se o debate sobre a influência de diferentes contextos territoriais neste processo. Importou a identificação de divergências mas também dos pontos de convergência presentes nas experiências destas associações.

As associações parceiras

Casa João Cidade

A Casa João Cidade (CJC) é uma comunidade socioterapêutica dirigida a jovens e adultos portadores de deficiência mental e resulta, em 2002, da iniciativa de uma rede local de atores civis de Montemor-o-Novo (M-o-N), pequena cidade alentejana de cerca de 9 000 habitantes (INE, 2012), situada numa região rural marginal. A ideia do projeto baseou-se na vivência pessoal de alguns destes atores e na reflexão conjunta sobre a experiência recolhida

junto de outras instituições locais vocacionadas para o apoio à infância e à deficiência. A Casa João Cidade que adota o nome de um dos mais ilustres filhos da localidade, inovador no apoio à deficiência (S. João de Deus), valoriza a criatividade artística como forma de expressão: por um lado a expressão do indivíduo e o reconhecimento da sua identidade, por outro a sua relação com aqueles que o rodeiam, facultando o desenvolvimento da sua vida social.

As respostas sociais atuais são um Centro de Atendimento, Acompanhamento e Animação para as Pessoas com Deficiência (CAAAPD) que data de 2008 e um Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), criado em 2012. Apesar de terem o mesmo público, as pessoas com deficiência, estas duas respostas têm objetivos (legislados) diferentes. O CAAAPD tem por missão melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência e das suas famílias na comunidade. A sua visão é orientada pelos seguintes princípios: a inclusão é incondicional; a busca de soluções para uma sociedade inclusiva passa, sempre, pela criatividade; toda a pessoa tem o direito de contribuir com o seu talento para o bem comum e o direito à igualdade não pode ser desvinculado do reconhecimento das diferenças entre cada pessoa. Nesta perspetiva o CAAAPD começou por desenvolver atividades artísticas, desportivas e turísticas pontuais na e com a comunidade para um grupo de pessoas com deficiência. O CAO é uma resposta social que oferece às pessoas com deficiência atividades ocupacionais. A resposta do CAO tem um carácter mais fixo, diário, e um número de clientes registados, sendo as suas atividades enquadradas por monitores da própria resposta.

AEIPS

A Associação para o Estudo e Integração Psicossocial – AEIPS, apresenta-se com uma vasta história de trabalho e investigação na área da saúde mental, promovendo as capacidades individuais e a integração comunitária. Enquanto organização de saúde mental de base comunitária, atua desde 1987, tendo sido criada em Lisboa por participantes, profissionais e familiares com o objetivo de

desenvolver diferentes tipos de suporte promotores da integração comunitária e propondo-se como alternativa à institucionalização em Portugal (Ornelas, Duarte e Jorge-Monteiro, 2014; Ornelas, Moniz e Duarte, 2010).

A AEIPS visa contribuir para que as pessoas com experiência de doença mental possam ter uma vida plena na sociedade. A integração na comunidade para as pessoas com experiência de doença mental deve significar o seu acesso a recursos e a papéis valorizados, ao fortalecimento das relações sociais, à diversificação das atividades e ao sentimento de comunidade e participação cívica (Salzer e Baron, 2014).

Alguns dos programas disponibilizados pela organização referem-se ao Emprego, Educação e Habitação Apoiada, que oferecem suporte individualizado para as pessoas que desejem retomar os estudos, em qualquer grau educacional, ou alcançar um emprego competitivo nas melhores empresas da comunidade, e/ou viver numa habitação independente inserida na comunidade (Ornelas, Duarte e Jorge-Monteiro, 2014).

A integração social

A integração na comunidade dos indivíduos com desvantagem apresenta-se como um tema essencial nos dias de hoje e importa à geografia na sua reflexão sobre a vivência dos espaços que habitamos.

Pessoas com deficiência mental e pessoas com experiência de doença mental vivem nos mesmos bairros e frequentam os mesmos espaços que a restante população. Devem poder realizar as mesmas atividades e, conseqüentemente poder desempenhar os mesmos papéis, assumir as suas responsabilidades enquanto cidadãos no sentido de se tornarem membros da sociedade no seu todo. Assim, é fundamental encontrar o conjunto de respostas mais eficaz, capaz de fornecer a estes grupos o melhor suporte à sua participação ativa na vida comunitária e ao exercício dos seus direitos.

Cummins e Lau (2003) questionam a existência de uma real inclusão social, apenas pelo facto de pessoas com deficiência intelectual realizarem certas

atividades na comunidade, tais como utilizar os serviços de saúde, frequentar instituições e espaços de lazer ou fazer compras. Será que a prática destas atividades constitui por si só a integração destas pessoas? Para estes autores a integração social terá que ser muito mais do que uma mera inclusão física. Neste sentido, importará a reflexão acerca do sentimento de ligação ou conexão comunitária ou sentimento de comunidade. Sarason (1974) introduziu este conceito na área da psicologia comunitária defendendo a ideia de que o sentimento de comunidade pode ser um processo facilitador da participação dos cidadãos, de modo a que estes sintam que contribuem para as soluções dos problemas da sua comunidade. Esta noção implicará a reflexão acerca de outras noções como o sentimento de pertença a uma rede de relações e a uma coletividade maior e fiável, a interdependência voluntária e a mutualidade. Segundo Sarason (1974), o sentimento de comunidade identificar-se-á com o sentimento de que se faz parte de uma estrutura estável, da qual se pode depender. Cummings e Lau (2003) afirmam que a integração de pessoas com deficiência intelectual não existirá enquanto estas pessoas permanecerem em casa com a família, frequentarem escolas segregadas, estiverem contratadas num regime de emprego protegido ou viverem em circunstâncias onde estão maioritariamente na presença de outras pessoas com a mesma deficiência. Estes autores creem que as instituições são a antítese do que passou a ser tido como desejável. Assim, para que a integração comunitária seja possível e benéfica para a pessoa a ser integrada, deve existir um sentimento de comunidade capaz de fazer com que o indivíduo se sinta parte de uma estrutura de suporte, disponível e confiável, evitando que as respostas que já existem na comunidade caiam no erro de se tornarem institucionalizadas e segregadoras.

A opinião dos técnicos

Casa João Cidade (CJC)

No contexto de M-o-N, as pessoas com deficiência mental, clientes da CJC, residem, em grande parte, nos núcleos rurais vizinhos desta pequena cidade alentejana. Na perspetiva de Pascale Millecamps, técnica da Casa João Cidade, faz mais sentido falar de inclusão do que integração e crê que este processo começa quando ambas as partes, pessoas com deficiência e “os outros” se encontram no mesmo local a desenvolver as mesmas atividades. As principais barreiras à inclusão relacionam-se com as atitudes da restante população, na medida em que ainda existem práticas assentes no assistencialismo e no protecionismo que limitam a autonomia e a liberdade de escolha dos próprios. A existência do CAO reforça uma prestação de serviços institucionalizada. Na medida em que em M-o-N existe uma concentração de respostas sociais para as pessoas com deficiência, existindo três instituições que prestam serviços a esta população, o sentimento de pertença à comunidade apresenta um carácter mais coletivo e não tão individual. Cada uma destas associações tem uma participação bastante ativa na vida social, cultural e desportiva da cidade. Assim, as pessoas com deficiência, clientes das associações, acabam por participar nas actividades de lazer que Montemor oferece mediante o papel ativo dessas associações na comunidade.

AEIPS

Com a missão de promover a integração comunitária e alternativamente à manutenção de contextos segregados para as pessoas com experiência de doença mental realizarem atividades de lazer, a intervenção da AEIPS, na cidade de Lisboa, possibilita a integração nos contextos comunitários naturais, através de um suporte individualizado, que vai ao encontro dos objetivos, interesses e

sonhos individuais, contando com a escolha, a autodeterminação e o envolvimento do participante em todo o processo, concretizando deste modo, projetos individualizados em recursos artísticos, desportivos, de participação cívica, recreativos e de lazer na comunidade. A associação defende, desta forma, a mobilização dos recursos naturais existentes, que contribuem para a expansão das redes sociais de cada participante, através da diversidade de interações, possibilitando a reconquista de papéis sociais valorizados e aumentando a participação dos mesmos na sociedade. Preconiza-se assim, uma intervenção focada na individualidade e na escolha de cada participante, que possibilita uma relação recíproca com os contextos naturais, isto é, não é apenas o contexto que tem impacto na pessoa, mas a pessoa também imprime mudanças que se refletem no próprio contexto, tornando deste modo, a sociedade mais aberta à diversidade e por consequência mais integradora dos participantes na mesma (Ornelas *et al.*, 2014; Ornelas *et al.*, 2010).

Atividades de lazer da população com doença ou deficiência mental

A procura do lazer pelas pessoas com deficiência ou experiência de doença mental é reveladora do contributo destas atividades para o desenvolvimento pessoal. Tal como referem Santos e Gama (2008) a propósito do público feminino a que dedicam uma nota específica na sua reflexão, a prática de atividades de lazer proporcionam à mulher uma outra forma de mostrar a sua individualidade, constituindo uma expressão da sua libertação no sentido da igualdade social. No caso da população com deficiência ou experiência de doença mental, estas atividades apresentam-se particularmente atrativas e acessíveis, pelo seu carácter não obrigatório. Concretamente, “o lazer é o conjunto de ocupações a que o indivíduo se pode dedicar livremente, para repouso, para divertimento ou para desenvolver a sua informação e a sua formação desinteressada, a sua participação social voluntária ou a sua livre capacidade criadora depois de se ter libertado das suas obrigações profissionais, familiares ou sociais” (Dumazedier, 1974: 93). Nesta base, o tempo consagrado a atividades de lazer surge como

“um tempo de realização individual, por oposição ao tempo coletivo e preso das atividades necessárias que são as que asseguram a alimentação, o vestuário e a habitação” (Pedro-Rêgo, 1993:177). A discussão sobre a possibilidade de este grupo de indivíduos ter dificuldade em assegurar de modo plenamente autónomo as atividades básicas referidas, suscita uma reflexão sobre o papel das atividades de lazer na realização individual e social destas pessoas. Dumazedier (1974) salienta que sua prática é livre e as atividades são escolhidas de acordo com as capacidades e gostos dos praticantes, possibilitando um convívio social e a realização e desenvolvimento pessoais. Assim, o questionamento da geografia foca-se, inicialmente, nos tempos e espaços destas práticas que nos parecem condicionados pela distribuição e acessibilidade da oferta. Contudo, o cruzamento do tema do lazer de grupos específicos numa comunidade conduz a outras questões.

Dias (2013) salienta a importância do trabalho das associações se orientar para um suporte centralizado no indivíduo, contrariando a tendência de que estas organizações escolham as atividades a desenvolver pelos indivíduos a quem dão suporte.

De acordo com Gama (1988), os tipos de lazer e o seu alcance relacionam-se, em grande medida, com o tempo do qual os indivíduos dispõem para a sua prática. Para além da questão do tempo disponível, os fatores económicos são igualmente preponderantes nas escolhas. Para o público que nos ocupa, para além das relações acima referidas, importa salientar um outro aspeto relativo à autonomia dos praticantes. O grau de autonomia condiciona não só a tipologia das práticas (ex. desporto adaptado) mas sobretudo o seu alcance espacial que, sem o suporte associativo ou familiar, se revela limitado. A proximidade geográfica associa-se a uma proximidade relacional que assegura a confiança.

Quadro I

Classificação das atividades de lazer: promovidas com o apoio das associações ou realizadas de forma autónoma

		Durante o dia	Fim de dia	Fim-de-semana	Férias
	Na Associação	Assistir a filmes, Fazer teatro, Pintar, Escrever jornal			
Com a Associação	Espaço de alcance imediato	Ginásio, Piscina			
	Espaço de alcance médio	Participação em torneios de futebol, Museus, Exposições, Cinema, Debates temáticos	Festivais de cinema e marionetas, Participação na programação cultural da comunidade	Passaios no campo, Passaios nos parques da cidade, Participação em feiras temáticas, Praia	
	Espaço de alcance longo				Viagens, Colónias de férias
	De forma autónoma em casa	Horticultura, Jardinagem	Ouvir música, Rádio, Trabalhos manuais (croché/tricô)	Ver televisão, Ouvir música e rádio, Convívio, Ir ao café	Horticultura, Jardinagem, Trabalhos manuais (croché/tricô)
De forma autónoma	Espaço de alcance imediato		Idas ao café, Desporto	Cinema e teatro	
	Espaço de alcance médio		Visitar amigos	Espetáculos, Festas Populares de Aldeia e de Lugares (no verão)	
	Espaço de alcance longo				Férias com família, Visitar familiares

As associações têm tempos bem definidos para o suporte e enquadramento destas práticas mas o alcance não é um fator limitativo, já que enquadram atividades que têm um alcance longo como é o caso das viagens e das colónias de férias.

As atividades desenvolvidas de forma autónoma que ocorrem nos contextos domésticos prendem-se com ouvir música, ver televisão, jardinagem e horticul-tura ou ainda os trabalhos manuais. Fora de casa, regista-se uma participação importante nos locais próximos da residência. Nos contextos rurais, a frequência das festas locais é importante e, em qualquer contexto, mais ou menos urbano, a ida ao café é referida e considerada como um momento social.

Embora o alcance não deva ser descurado é pertinente focarmo-nos no papel das atividades de lazer desenvolvidas quer nas associações (ou com o seu suporte) quer de forma autónoma, para se compreender o processo de integração deste público na comunidade.

A aprendizagem com os casos em análise

Casa João Cidade

Na perspetiva do CAAAPD podemos dizer que o entendimento do lazer é centrado na questão da liberdade de escolha e na possibilidade de realizar a atividade nos locais onde qualquer pessoa o faz. A título de exemplo falaremos do desporto: foi criado na CJC um grupo de natação adaptado no clube de natação de M-o-N. Os treinos são enquadrados por um treinador do clube de natação e estão inscritas as pessoas com deficiência que querem praticar a natação de forma mais intensiva. A promoção da natação passou por várias etapas, tanto ao nível das pessoas com deficiência, como do resto da comunidade. A primeira foi a descoberta da atividade, a segunda foi o convencimento de ambas as partes da viabilidade da atividade, a terceira foi a sua realização efetiva e, a quarta, a avaliação dos resultados. A parte mais trabalhosa e constante foi a segunda (o convencimento recíproco da viabilidade da prática regular da natação).

AEIPS

A AEIPS desenvolve um programa de promoção de atividades de lazer na comunidade, mais especificamente ligadas ao desporto e à cultura, atendendo aos interesses e necessidades individuais dos participantes. Este programa tem como objetivo promover uma vida saudável e o bem-estar, contribuindo assim para o processo de *recovery* e para a integração comunitária. Este objetivo é concretizado através de dois tipos de atividades: as coletivas e as individuais. Ambas dependem do contexto comunitário que providencia oportunidades e recursos para a realização de atividades significativas, nas quais as pessoas possam exercer e desenvolver as suas capacidades. Em todas as comunidades existe uma grande diversidade de recursos de lazer, que vão ao encontro dos interesses dos participantes, logo, não há necessidade de criar estruturas paralelas, segregadas para um grupo específico de pessoas, que ao invés de promoverem a sua integração, propagam o estigma e a separação das outras pessoas da comunidade. A estas deve ser garantido o acesso a recursos valorizados da comunidade usufruídos pela população geral, contribuindo desta forma para a mudança.

Sob a forma de atividades coletivas, usando a classificação das atividades de lazer propostas por Santos e Gama (2008), consideradas de alcance imediato e/ou médio, a AEIPS promove um leque de atividades desportivas, como é o caso das caminhadas quinzenais ao ar livre e de baixo custo em parques e jardins da cidade de Lisboa, a utilização semanal de ginásios da comunidade local, com a orientação de um *personal trainer* para o grupo e a utilização de pavilhões desportivos municipais para a realização de desportos coletivos semanais, como é o caso do futebol, basquetebol, andebol, entre outros (AEIPS, 2014). Desta forma, pretende-se desafiar o sedentarismo característico dos contextos segregados e assegurar o acesso aos recursos comunitários. A importância que dá a este programa prende-se com o facto de as pessoas com experiência de doença mental viverem com o duplo desafio da doença mental e sérios problemas de saúde como a diabetes, a obesidade e a hipertensão. Sendo que, nas últimas duas décadas as crescentes disparidades de saúde que existem para as pessoas com experiência de doença mental resultam num tempo de vida perdido de 25 anos

em comparação com a população em geral (Parks *et al.*, 2006; Hutchinson *et al.*, 2006). É indiscutível como a promoção de uma vida saudável é um poderoso contributo para a experiência das pessoas com doença mental. A promoção de hábitos de vida saudável que ocorrem em contextos naturais aumenta a qualidade de vida das pessoas e contribui para a mudança de papéis, de modo a assegurar que estas têm direito a uma saúde ideal (Hutchinson *et al.*, 2006).

De forma a garantir o desenvolvimento do potencial individual, da criatividade e os conhecimentos dos seus participantes, a AEIPS promove ainda o acesso à cultura, através de visitas aos espaços culturais da comunidade local, como é o caso de museus, exposições de interesse de forma regular, idas ao cinema e debates, concentrando-se sempre numa grande diversidade de atividades culturais de temáticas pertinentes para a integração dos participantes. Em todas as atividades as deslocações são realizadas através da utilização dos transportes públicos (AEIPS, 2014). Na época de verão a AEIPS, proporciona idas à praia e visitas fora de Lisboa a espaços culturais de interesse selecionados pelos participantes, assim como possibilita uma semana de férias em Portugal Continental ou nas Ilhas dos Açores, podendo estas ser consideradas por Santos e Gama (2008) atividades de alcance longo.

Relativamente às atividades individuais desenvolvidas de forma autónoma, a AEIPS promove a definição de percursos individualizados, definidos em função dos interesses, recursos financeiros e tempo dos participantes, bem como do espaço de alcance da própria atividade de lazer. Este processo de decisão individual e participação engloba a seleção e a procura de atividades, o contacto com os recursos comunitários e a identificação das próprias necessidades e recursos de suporte, contribuindo para o desenvolvimento de competências de autonomia e de resolução de problemas, bem como para o fortalecimento individual. O papel do profissional consiste em proporcionar o acesso à informação sobre a oferta de atividades, com o propósito de possibilitar que os participantes possam identificar, comparar e avaliar várias opções, de forma a realizarem escolhas com base nos seus interesses, aspirações e competências.

Uma componente essencial deste programa é a existência de um sistema de apoio continuado e flexível que possibilite a participação em atividades de lazer

integradas na comunidade, bem como a sua manutenção. Por outro lado, tem-se verificado um progressivo reconhecimento da importância da utilização dos recursos locais, do suporte prestado pelos agentes da comunidade, bem como da utilização das mesmas instalações e serviços que a população em geral. O projeto individual não é considerado de forma isolada, sendo integrado em termos de um projeto de vida global, que inclui objetivos e necessidades em termos habitacionais, educacionais/profissionais, sociais e de lazer, implicando uma articulação com outros recursos e serviços da comunidade (Ornelas, 2008).

Discussão

De que modo o desenvolvimento da prática de lazer, das pessoas portadoras de doença ou deficiência mental, pode contribuir para o aparecimento de uma nova visão das comunidades sobre esta população específica?

Nos últimos anos a integração comunitária surgiu como um novo paradigma na saúde mental. No entanto, viver na comunidade pode não ser sinónimo de integração comunitária, sendo necessária uma visão mais transformadora da mesma. Este paradigma tem vindo a ser proposto como linha orientadora do planeamento dos serviços e das políticas públicas de saúde mental. Os sistemas orientados para a integração comunitária devem promover oportunidades para uma vida plena e significativa, expandindo oportunidades para maximizar a autodeterminação. A integração comunitária pretende promover na pessoa com experiência de doença mental, a passagem do estatuto de paciente para o estatuto de estudante, trabalhador, participante com o recurso a papéis significativos nos contextos comunitários (Salzer e Baron, 2014). A integração comunitária implica que se criem condições em que as pessoas com experiência de doença mental, possam viver, trabalhar e beneficiar de tempos de lazer, sem distinção e com as mesmas oportunidades que as outras pessoas na comunidade.

O mesmo se aplica aos indivíduos portadores de deficiências mentais e físicas, ou a quaisquer pessoas que o resto da sociedade ainda considera fazerem parte de grupos minoritários. No sentido de se encontrarem respostas às

necessidades destas pessoas e de se tentar diminuir o intervalo de interação destes indivíduos com a restante população com quem vivem, são necessárias ações de caráter inovador.

A inovação social é uma resposta nova a necessidades não satisfeitas (ou ainda não identificadas) que implica uma transformação das relações sociais no sentido da igualdade de oportunidades, da justiça social e da autonomia das pessoas, promovendo assim a inclusão e a coesão social (André e Rêgo, 2015: 34, citando Moulaert *et al.* 2009 e 2013; Klein e Harrison, 2007). Os autores referidos salientam que a inovação social surge normalmente na sequência de adversidades ou no âmbito de novas oportunidades. Em ambos os casos, é uma resposta coletiva que respeita o interesse comum.

No caso em análise podemos esperar que as práticas de lazer que correspondem sempre a uma escolha livre e desinteressada venham contribuir, não só para a capacitação destes grupos vulneráveis, como também para uma nova visão, ampla e refletida, do sentimento de comunidade.

Referências bibliográficas

- AEIPS (2014). *Relatório de atividades 2014*. Lisboa: AEIPS.
- André, I. & Rêgo, P. (coord. cient.) (2015). *Guia para a Colaboração*. Évora: Ed. Fundação Eugénio de Almeida.
- Cummings, R. & Lau, A. (2003). Community integration or community exposure? A review and discussion in relation to people with an intellectual disability. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 16, pp. 145-157.
- Dumazedier, J. (1974). *Sociologie empirique du loisir. Critique et contre-critique de la civilisation du loisir*. Paris: Editions du Seuil.
- Gama, A. (1988). Notas para uma geografia do tempo livre. *Cadernos de Geografia*, 7, pp. 203-217.
- Hutchinson, D. S.; Gagne, C.; Bowers, A.; Russinova, Z.; Skrinar, G. S. & Anthony, W. A. (2006). A framework for health promotion services for people with psychiatric disabilities. *Psychiatric Rehabilitation Journal*, 29(4), p. 241.
- INE. *Anuário Estatístico da Região Alentejo 2012*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2013. 32. ISBN 978-989-25-0214-4 ISSN 0872-5063 Página visitada em 05/05/2014.
- Klein, J.-L. & Harrison, D. (eds.) (2007). *L'innovation Sociale – Emergence et effets sur la transformation des sociétés*, Québec: Presses de l'Université du Québec.
- Moulaert, F. *et al.* (eds.) (2009). *Social Innovation and Territorial Development*, Aldershot: Ashgate Publishing, Farnham.

- Moulaert F. *et al.* (2013). *International Handbook on Social Innovation. Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research*. Aldershot, UK and Brookfield, US: Edward Elgar.
- Nelson, G.; Kloos, B. & Ornelas, J. (2014). Transformative change in community mental health. In G. Nelson, B. Kloos & J. Ornelas, *Community Psychology and Community Mental Health: Towards Transformative Change*. Oxford University Press, pp. 3-20.
- Ornelas, J. (2008). *Psicologia Comunitária*. Lisboa: Fim de Século Edições, Sociedade Unipessoal, Lda.
- Ornelas, J. H.; Moniz, M. J. V. & Duarte, T. (2010). Community psychology and social change: a story from the field of mental health in Portugal. *Global Journal of Community Psychology Practice*, 1, pp. 21-31.
- Ornelas, J.; Duarte, T. & Jorge-Monteiro, M. F. (2014). Transformative Organizational Change in Community Mental Health. In G. Nelson, B. Kloos & J. Ornelas (2014), *Community Psychology and Community mental Health*. Oxford University Press, pp. 253-277.
- Parks, J., Svendsen, D., Singer, P., Foti, M., & Mauer, B. (2006). *Morbidity and mortality in people with serious mental illness*. National Association of State Mental Health Program Directors, 2006.
- Pedro-Rêgo, P. (1993). O Associativismo e a Identidade Cultural – Uma perspectiva Localista. *Economia e Sociologia*, 55, Évora, pp. 177-194.
- Salzer, M. S. & Baron, R. C. (2014). Who is John?: Community integration as a paradigm for transformative change in community mental health. *Community psychology and community mental health: Towards transformative change*, pp. 228-249.
- Santos, N. P. & Gama, A. (coord.) (2008). *Lazer. Da libertação do tempo à conquista das práticas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Sarason, S. B. (1974). *The Psychological Sense of Community: Prospects for Community Psychology*. San Francisco: Jossey-Bass.

O TURISMO, O TURISTA E O TERRITÓRIO – UMA NOVA CENTRALIDADE PARA A GEOGRAFIA?

Fernanda Cravidão/cravidao@fl.uc.pt

Paulo Nossa/paulonossa@gmail.com

Departamento de Geografia e Turismo
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
e Centro de Estudos de Geografia
e Ordenamento do Território (CEGOT)

*“O espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do
espaço, ou melhor, do território visto e ou vivido”*

(Raffestin, 1993: 147)

Introdução

Data de 1902 o que parece ser o primeiro estudo dos impactos espaciais provocados pela atividade turística. Escrito por A. Brouguier, tem como área de análise a Baviera: *L'importance du tourisme en Bavière*. É de resto nesta sequência, alterações territoriais geradas sobretudo nas estâncias turísticas europeias ligadas a neve, que a noção de Geografia do Turismo terá sido pela primeira vez utilizada. A. L. Gomez (1988:46) escreve: “Stradner (1905) fue el introductor en la bibliografía germana especializada del termino geografia del turismo, (...) el cual, desde entonces, ha servido para designar a la rama de nuestra disciplina que se ha ocupado de analizar de una manera particular

ciertos impactos producidos por lo que de una manera amplia pudiéramos llamar el fenómeno del ocio”. A escola alemã tem de resto um papel fundamental nas primeiras reflexões a propósito da atividade turística no território. Em 1939, Poser marca uma nova etapa, com o trabalho *La place des montagnes moyennes*. Neste texto, o autor reflete, quer a propósito do significado que a paisagem assume no seio da geografia do turismo quer, também, do impacto que este fenómeno gera nos territórios. Isto é, apesar de ser sobretudo a partir da década de sessenta do século xx que o fenómeno turístico inicia um processo de consolidação e estruturação, um pouco por todo o mundo, promovendo múltiplas reflexões, onde a geografia tem um papel central, as alterações que se registam vão trazer novas abordagens onde a sociologia, a antropologia, a economia ou a história cada vez mais se cruzam, com a geografia, em análises multiescalares e multidisciplinares.

As transformações económicas, sociais, o desenvolvimento dos transportes, a democratização do automóvel, a consolidação das férias pagas, o reconhecimento do direito ao lazer, são alguns dos fatores que suportam, por um lado, a importância progressiva da atividade turística e por outro, as mudanças que se vão desenvolvendo e onde emergem novas relações com o tempo, com o passado, com o território, com a cultura.

Se em 1950 os 25 milhões de turistas internacionais tinham destinos quase sempre bem definidos, em que os lugares de eleição tinham no sol e mar o principal produto, os quase mil milhões no final da 1.ª década do século xxi escolhem percursos cada vez mais diferenciados onde cada destino tem o seu lugar próprio. Esta “nova forma de viajar” apela à experiência, a uma atração quase nostálgica, a uma identidade social e territorial onde se recriam novas identidades. Os sítios, os lugares, os territórios, adquirem novas dimensões, simbólicas, afetivas. Tal como sublinham Kearns e Gesler (1998), na produção identitária e contemporânea dos lugares, devemos ter presente uma dimensão polimórfica, estratificada, que está para além das características físicas dos lugares, marcada pelas experiências sensoriais registadas (luz, som, odor, temperatura), pelas experiências preceptivas mediadas pela consciência e pela dinâmica dos valores estéticos, políticos, religiosos e históricos (inclusão,

exclusão, agitação, quietude, medo). Neste contexto, as ligações entre o turismo e os territórios parecem particularmente importantes no tecido das práticas turísticas /culturais da sociedade contemporânea. É neste sentido que as novas cumplicidades entre turista/visitante e o lugar representam, para a sociedade de hoje, um elo entre a tradição e a modernidade e por isso uma ligação em construção permanente, onde o sentido de lugar adquire uma centralidade nova.

Estas são, já, ligações antigas. Quando os filhos da burguesia inglesa, no final da sua formação académica, realizavam a *viagem*, o “tour” que os levava a conhecer os lugares das civilizações clássicas, ou as grandes referências culturais de então, como Praga ou Paris, eram os territórios que procuravam. Espaços que retratavam as relações com a sociedade, com a cultura, e por isso territórios onde o material e imaterial se cruzam, se completam. Ontem como hoje.

Breve percurso pelos territórios do turismo

No século XVIII Diderot escrevia que as águas mais distantes eram as que se deviam eleger pois o mais importante era a viagem. Neste percurso temporal, é certo, também, que a viagem se foi adaptando às alterações sociais que ao longo do tempo têm tido como cenário quase todas as regiões do mundo. Porém, ainda, hoje a viagem continua a ter um valor simbólico.

O século XVIII foi definitivo para a estruturação e progressiva consolidação da atividade turística mundial. Se o “*Grand Tour*”, realizado pelos filhos da burguesia inglesa tinha um “olhar neutro” das galerias de arte, dos museus, com o Romantismo emerge “o turismo voltado para a paisagem” (URRY, 1996), valorizando progressivamente o território que se visita, onde se permanece durante algum tempo e desafiando cada vez mais essa neutralidade. O começo da institucionalização das férias tem, no final do século XIX, na Inglaterra do Norte, os primeiros trabalhadores abrangidos. A procura pelas frentes de mar vai, de modo progressivo, intensificar-se e, com o passar dos tempo, massificar-se. Ainda hoje, estes territórios ancorados à água, ao sol e à praia, constituem os

grandes lugares de chegada para milhões de turistas em todo o mundo. Ainda que com tempos e modos de uso e fruição diferentes.

”Bradford à beira-mar” é um dos primeiros exemplos de lugares de férias para as classes recém-integradas no mercado de trabalho inscrito na revolução industrial. “Foi aqui que as férias à beira mar (...) se tornaram uma experiência de massas durante o último quartel do século XIX (Walton, 1980). O processo que se irá desenvolver tem no território o palco por excelência (Ignarra, 2003; Novelli, 2005).

As termas, herdadas do império romano, são um permanente exemplo onde a questão do território como recurso inicia um processo de apropriação pelo turismo que não cessará mais. Com ciclos de esplendor e declínio, mas sempre mapeadas; nos mapas “tradicionais” e nos mapas mentais. Explorando, num primeiro momento, a água, vai, em muitos casos, passando para segundo plano. “No século XIX, na Europa, as termas, funcionam como centros urbanos elegantes, frequentados por elites, não necessariamente por motivos médicos, importava bem mais ver e ser visto na alta sociedade e valorizava-se a vertente social e cultural em detrimento do uso terapêutico das águas” (Cavaco, 2008). A terapia termal era, neste contexto, o pretexto certo para o exercício de atividades ociosas, lúdicas e desportivas, estratégia distintiva utilizada para suprir necessidades curativas que os excessos “crônicos”, característicos de determinadas classes superiores, causavam nos organismos. A estada termal, sempre prolongada, marcava de modo exuberante uma independência em relação aos calendários de trabalho, funcionando como instrumento de diferenciação social que a aristocracia (e mais tarde a burguesia em ascensão) organizou para manter a distinção (Ferreira, 1994).

Baden-Baden foi, durante muitos anos, como que sala de visita da Europa de então. Esta relação, coletiva e individual, com o(s) território(s) atravessa toda a atividade turística. Modifica-se. Diversifica-se. Mas está presente.

Num rápido olhar por antigos percursos ou notas de viagem há (quase) sempre uma “marca” que os define ou identifica, tornando-os únicos: a sua geografia. É esta a motivação que leva os primeiros turistas pela Patagônia, ou os que atravessam as grandes reservas de África, ou aqueles que visitam o

Parque de Yellowstone nas Montanhas Rochosas, ou ainda os que procuram nas Cataratas do Niágara novas sensações, ou os outros que na Côte d’Azur ou na Costa do Sol começam a construir imagens de lugares que têm (nesse tempo) o clima como atração principal. (cfr. Lozato-Giotarto, 1993). Nas primeiras décadas do século xx, a procura pela classe rica da Europa do Norte situava-se, sobretudo, no sul de França – Nice e Cannes – onde permaneciam longe dos invernos rigorosos. Tratava-se de um turismo homotérmico que se esbate, progressivamente, com a emergência do turismo de sol e mar e que tem, nas estações quentes, os tempos de maior procura. (Besancenot, 1983, 1990)

Porém, de um fenómeno de elites que se deslocavam segundo uma geografia bem delimitada, transforma-se, em menos de 50 anos do século xx, num fenómeno massificado e global. Entre os anos 50 e 60 do século xx o número de viagens duplicou, de 25 milhões para cerca de 50 milhões; dez anos depois ultrapassava 125 milhões; no início dos anos noventa situava-se próximo dos 500 milhões, para, em 2008, atingir o total de 903 milhões prevendo a OMT, 1600 milhões em 2030. Neste contexto e apesar da crise económica internacional, 2012 constituiu um marco na história da viagem e do turismo, atingindo o simbólico número de mil milhões de viajantes num só ano, ao qual, em 2013, se somaram mais 52 milhões de turistas, perfazendo um total mundial de 1087 milhões de chegadas, 53% das quais tiveram como destino a Europa, seguidas pela Ásia e Pacífico, com 23% dos viajantes (OMT, 2014).

O Século XX – dos “novos” turismos às “novas” geografias

A atividade turística, pelas suas próprias características, esteve sempre exposta às grandes alterações sociais e económicas do século xx. Ainda que nos primeiros anos se assista ao continuar da matriz herdada do século anterior, as mudanças de que o mundo foi protagonista vão-se retratar em todos os domínios da sociedade. A atividade turística, cada vez mais consolidada e exposta a estas alterações, tem no desenvolvimento dos transportes, na melhoria do nível de vida, no aumento da esperança de vida, no aumento da escolaridade,

na institucionalização das férias pagas, na mobilidade social, alguns dos fatores principais para se desenvolver e globalizar.

Os operadores turísticos criam novos percursos, novos territórios, onde o longínquo, porque simbólico, adquire progressivamente o papel principal. Territórios que eram imaginados, faziam parte dos mapas mentais, das histórias familiares, dos percursos migratórios, estão agora ao dispor do turista.

As Ilhas do Caribe, os Estados Unidos, o Brasil ou alguns países asiáticos, passam a fazer parte de pacotes turísticos onde a imagem que é vendida vai ao encontro do imaginário de cada um e de todos.

Já em 1977 Jean Marie Miossec no texto *L'image touristique comme introduction à la géographie du tourisme*, chamava a atenção para os novos caminhos da atividade turística que então se começavam a delinear. Neste estudo, o autor, reflete a propósito da importância na decisão da viagem, das imagens que cada um construiu. De como as diferentes representações que cada um transporta constituem suportes importantes para as escolhas de itinerários, construção de novos olhares sobre o território, definição de diferentes perfis de turistas. São estes que promovem e obrigam a ofertas cada vez mais definidas e dirigidas, procurando cativar “velhos” e “novos” turistas, conferindo novas imagens a “velhos” lugares e alterando e diversificando a sua atratividade. Há novas procuras, novos perfis de turistas, novas formas de olhar e consumir o território onde o *lugar* assume um lugar diferente e onde a sua geografia lhe confere uma função central.

Importa dizer que a atividade turística desenvolvida, sobretudo a partir de meados de século xx, exerceu sobre (alguns) territórios pressões de natureza ambiental pondo em causa a sua própria sustentabilidade – física, social, económica, cultural. Numa época em que o turismo de sol e mar atraía turistas de modo sazonal, os litorais transformaram-se em enormes concentrações de edifícios de volumetria e arquitetura questionáveis onde, hotéis, resorts, agências de viagem e outros serviços domin(am). Um dos muitos exemplos é Palma de Maiorca, que viu o seu território completamente alterado.”A velha Palma deixou de existir; o seu centro foi devorado por restaurantes, bares, lojas de lembranças, agências de viagem, (...) Novas conurbações brotaram ao longo de

todo o litoral. Depois que todas as árvores forem cortadas, terão de se mandar colocar arvores de plástico, para que os turistas as admirem das janelas dos seus ônibus”(Graves, 1965, citado por Urry, 1996: 88)

É neste contexto, e apesar de recente, que as práticas turísticas se modificam, se alteram, se diversificam, se consolidam, sendo certo que fazer turismo continua, ainda, a ter um valor simbólico. Não como era entendido em meados do século xx, mas pelo que hoje significa: ainda poder económico, símbolo do exótico, sinónimo de ascensão social e cultural, mas também retratando o domínio do corpo e da mente.

Para uma parte significativa de turistas a *viagem* constitui, ainda, como que uma metáfora onde liberdade e domínio para além dos espaços familiares, quotidianos e da esfera do privado, são objetivos a atingir.

Neste cenário, que tem como protagonista a ultima geração do século passado, alteram-se os quotidianos, os ritmos de trabalho, os tempos de lazer assumem novas regras ou despem-se delas, buscam-se novas experiências. Há novas procuras e por essa via novas ofertas. As novas tecnologias vão impor novos ritmos e diferentes modos de aceder aos territórios. O domínio das TIC é hoje um impulsionador confirmado do *Web turismo*, gerando novos padrões na procura e concretização da viagem: “No novo valor do *web turismo*, o valor é criado através da ligação a atores dentro e fora do sector do turismo em diferentes combinações para criar e explorar novas oportunidades. Os mais jovens estão muitas vezes na vanguarda de tal inovação, porque eles estão disponíveis para cruzar as fronteiras e fazer novas ligações. Como utilizadores “precoces” de nova tecnologia, os jovens são pioneiros no uso de *sites* de redes sociais e *media* móvel, à procura de informação sobre viagens e compra de produtos” (WYSETC – *The power of youth travel*; 2011: 5).

Por esta e por outras vias, a geografia das regiões turísticas altera-se e emergem novos espaços com novas práticas. A consciência da finitude dos territórios, a necessidade da sua conservação (Krippendorf, 1986), a segmentação e flexibilidade dos mercados turísticos começam a dar resposta às novas práticas que se traduzem em modos diferentes de os fruir. Novos consumidores, novas tecnologias, “novos” territórios, onde a competitividade é uma das palavras-chave

(Poon, 1983). Existe uma nova cultura na relação Natureza /Ser humano onde os roteiros, o turismo cultural, de natureza, o golfe ou os desportos radicais (cfr. Santos e Cunha, 2008) constituem nichos de mercado turístico onde o desenvolvimento sustentável é uma meta (quase) conseguida.

Nesta época de mudança, o turista tem cada vez mais uma relação intimista com os lugares que visita, com os percursos que realiza, com a experiência da viagem (Netto, 2010). Há como que uma busca por territórios perdidos, por memórias geográficas.

Da importância à competitividade dos(s) território(s)

Para diversos autores (Cavaco, 2008; Cavaco e Simões, 2009; Féris 2006; Ignarra, 2003; Netto, 2010), estes mercados criam novas ofertas em “velhos territórios” a públicos dirigidos, personalizando os consumos. Deste modo imprimem-lhe uma singularidade que lhes dá um lugar nos mapas turísticos. Os exemplos distribuem-se por todas as latitudes, respondendo a um novo padrão de turistas. Mais informados. Com maior consciência de cidadania. Novas relações com o território. Outros modos de os fruir. Buscam novas experiências em “velhos” lugares. Tal como sempre sucedeu ao longo da longa história da atividade turística e de lazer, o território responde. Adapta-se. Agora, por via das novas tecnologias do marketing, dos novos perfis de turistas, encontra novas respostas para novas procuras. (Re)inventam-se percursos, (re)constroem-se imagens há muito perdidas.

Dá-se novos usos a velhos espaços. Com outras práticas. Outros tempos de ocupação. Visitas mais curtas. Novas formas de fruição. Tudo se adapta. Durante todo o ano e para todos os turistas. São inúmeros os exemplos. No Mundo, na Europa, em Portugal. Tomemos apenas alguns que mostram a capacidade, quase infinita, de como o território é recurso/produto principal.

A gastronomia é moldada e reflete os territórios (Gimenes, 2010). Dá sentido aos sabores e aos saberes. Torna-se numa experiência turística e sensorial. Onde as geografias se cruzam. Durante os séculos XVIII, XIX e princípio do XX, as

migrações que se dirigem de todo o mundo para o mundo todo, levam consigo as práticas, a capacidade de adaptar produtos autóctones com os de locais de partida, encontrando novos sabores, novas modos de confeccionar, ainda que a matriz seja a dos pais de origem. São muitos os exemplos. Os milhões de italianos que se dirigiram para o novo mundo levaram consigo a *pizza*, originária da região de Nápoles, e transformam-na num produto global. O *sushi*, produto de uma antiga arte culinária japonesa, vai acompanhar os fluxos migratórios que do Japão se dirigiram sobretudo para o continente americano. A difusão das técnicas de manufatura de queijos partiu, quase a medo, no século XVI da Europa mas, no século XIX, chega à Austrália, América do norte e do sul.

É em cidades como Nova Iorque, Los Angeles ou S. Paulo que hoje encontramos alguns dos restaurantes que transformaram um simples prato num arte gastronómica e turística e que testemunha esta relação permanente entre migração e alimentação/gastronomia. No cruzamento multicultural soube encontrar-se a singularidade que distingue cada lugar de origem. “A gastronomia constitui (ou pode vir a constituir), uma experiência turística, na medida em que oferece, a partir dos sabores e técnicas culinárias características, uma interação com o meio visitado. Ao se degustar, pode ter-se acesso a uma série de acontecimentos simbólicos que termina por revelar a história e a cultura de um grupo humano” (Gimenes, 2008).

Espaços há muito abandonados por migrações de dimensão diversa, retomam, em muitos casos, novas vivências para novas ofertas turísticas onde a experiência está cada vez mais presente. Muitas destas “novas” geografias emergem de imagens criadas por histórias familiares, por espaços perpetuados pela literatura, pelo cinema, por ligações afetivas, por ligações estéticas. Estes “novos” territórios de viagem vêm ao encontro desse imaginário, dando-lhe uma identificação territorial que vai começando a desenhar novos mapas. Tal como afirma Rosa Gomes (s/d) “habilmente reconvertidos (os bens culturais) são um eficaz instrumento de desenvolvimento territorial, (turístico) para além de serem elementos potenciadores de qualidade de vida, uma vez que trazem a reabilitação de espaços e a consequente oferta de novos serviços, sempre inspirados na identidade do lugar”.

É também neste contexto de mudança e competitividade territorial que o estabelecimento, por exemplo, de rotas e de redes, tem promovido a construção de itinerários, que passam pelo natural, pelo arquitetónico, atravessam o histórico, o religioso, o cinema, a música. De facto, a importância económica que a atividade turística assume, do local ao global, criou e cria expectativas que são registadas no discurso político, nos planos estratégicos de desenvolvimento, nos agentes económicos, na comunicação social, nas populações. Uma rota pode reforçar o sentimento de unidade dentro da diversidade de um território. Uma rota pode ajudar a promover a coesão territorial e social e, neste sentido, o desenvolvimento. O património arquitetónico, o artesanato, a música, a gastronomia, podem constituir um guião que nos leve a novos percursos e a outros olhares.

Os Caminhos de Santiago, constituem um exemplo de como percursos que germinaram por motivações religiosas, sobretudo durante os séculos XI e XII, jornadas ordenadas por obrigação, reganharam protagonismo convertendo-se em itinerários voluntários de conhecimento, experiência e enriquecimento, tendo sido declarados como Primeiro Itinerário Cultural Europeu em 1987, e Património da Humanidade em Espanha e em França, respetivamente 1993 e 1998. Estes percursos fazem, agora, apelo a novas experiências onde o turista “vive e sente” a paisagem que o envolve, o território que visita, a geografia do lugar.

Num tempo em que a consciência pela preservação ambiental quase se globalizou, os espaços naturais encontraram, pela via do marketing, das novas tecnologias, do acesso à informação, novos formatos para serem fruídos. O território mítico que constitui a Amazônia é disso um exemplo.

Uma vez mais, estes lugares estão na vanguarda da diferenciação da oferta, reinventando-se numa fuga à massificação, afirmando-se como territórios singulares (Amazônia, Antártida, Galápagos...) onde (re)emerge o conceito de *expedição*, num misto de turismo natureza e aventura, proporcionando a pequenos grupos uma experiência quase científica em ambiente e contexto de lazer.

Outro bom exemplo de como os territórios se adaptam às novas procuras pode ser referenciado na Nova Zelândia. Não sendo pioneiro, é um dos países onde paisagem/território tem *com* e *na* natureza uma maior envolvimento com

o “novo” turismo. O *tramping* tem adquirido um significado cada vez maior na captação de turistas “amigos do ambiente” (Ross, 2008). É de resto nestes cenários que o turismo ligado aos espaços cinematográficos acolhe cada vez mais visitantes. Se o *Senhor dos Anéis*, leva “ao outro lado mundo” muitos turistas, Hollywood, constitui, também, um lugar de chegada para milhões de visitantes onde os imaginários se encontram, e se recriam cenas há muito “vivas”. São centenas de restaurantes, cafés, bares, lojas, onde se reproduz o “*velho oeste*”, o *Jurassic Park* ou a *Guerra das Estrelas*. Segundo Hanefors e Mossberg (2001) e Strauss (2003), os lugares divulgados pelo cinema podem tornar-se locais de destino turístico, já que criaram no espectador expectativas em relação aos territórios que divulgam. Tudo dá sentido, ou parece dar, à *viagem*.

A *Montanha*, frequentemente imponente mas sempre frágil, desde há muito que atrai visitantes. As grandes estações de turismo de neve, Aspen nas Montanhas Rochosas (USA), Saint Moritz ou Andorra, entre muitas outras, foram-se massificando, gerando problemas de sustentabilidade de difícil resolução. Nestes contextos de mudança surgem novas alternativas onde a *montanha* é o recurso, mas as práticas turísticas alteram-se tendo como suporte a geografia desses territórios. O turismo de aventura, os circuitos pedonais, a paisagem, criam novas procuras. Novos turistas. O *trekking* que se pratica em muitos lugares do mundo (Peru, Argentina, Nova Zelândia ou Nepal) constitui um bom exemplo de como os operadores turísticos, moldaram velhos territórios em novos espaços. Portugal não fica alheio a este processo. Ainda que a uma outra escala, no seu território de montanha, estabelecem-se novas práticas turísticas/lazer, reconfigurando cenários envelhecidos de antigos espaços termas e sanatoriais, agora reconvertidos em elegantes centros *wellness*¹.

Com um território topograficamente diversificado, uma frente de água privilegiada, os desportos radicais dão novas geografias aos espaços de lazer. As rápidas difusões de informação – redes sociais, televisão, divulgações em

¹ Combinação proposta por Dunn (1961) que conjuga a palavra *wellbeing* (bem-estar) com a palavra *fitness* (aptidão física) e que, adotando uma visão holística, propõe um conjunto de práticas orientadas para alcançar um estado de equilíbrio do corpo, espírito e mente.

revistas especializadas, internet, associados a uma publicidade tecnicamente bem estudada, encarregam-se de fazer chegar a alguns grupos de população este tipo de desporto. O território nacional rapidamente entrou na lista de sítios obrigatórios de campeonatos mundiais. Vejam-se os exemplos das provas de *Surf* que têm lugar na Nazaré ou Peniche, e *Bodyboard* na Figueira da Foz” (Cravidão e Cunha, 1998). Exemplos de como é quase infinita a capacidade de criar novos interesses de procura, em velhos territórios mas sempre moldados pela sua geografia.

Considerações finais

No início do século XXI o turismo reflete, também, os novos paradigmas que marcam o mundo. O global que valoriza o local. A consciência de finitude dos recursos. O saber olhar o *Outro*. O domínio de novas tecnologias, do marketing, da publicidade. A busca de novas experiências onde prazer, domínio do corpo e da mente se cruzam e valorizam. Nestes cenários os territórios continuam a ter um papel decisivo. As “velhas” práticas turísticas dão lugar a novos modelos de fruição que levam à (re)construção de imagens novas em “velhos” territórios. Ainda que sejam a montanha, as termas, o sol e o mar, os espaços do sagrado, os centros históricos, os espaços rurais ou paisagem, os lugares de chegada para quase mil milhões de turistas, os novos modos de fazer turismo e os novos turistas, exigem outras experiências a que o território responde, quase sempre com novas ofertas. A montanha vai-se transformando num espaço de múltiplas funcionalidades. As termas dão lugar ao SPA’s e ao *wellness* polarizando novos fluxos que dão lugar ao turismo de saúde e bem-estar, oferecendo serviços para todas (ou quase todas) as classes sociais. As praias vão progressivamente adquirindo novos hábitos de consumo. De verão e de inverno. De modos diferentes ao longo do dia. Os desportos ligados ao mar, os concertos promovidos por bandas musicais, encontram nestes “velhos” territórios um espaço imenso para se desenvolverem e se promoverem. Lugares de culto religioso deixam de ter calendarizações rígidas e são visitados de acordo com novos ritmos de trabalho

ou de férias, criando liturgias adaptadas aos novos ritmos do quotidiano, como é o caso da celebração da Semana Nacional das Migrações que culmina a 13 de Agosto no Santuário de Fátima.

A flexibilização da oferta permite, hoje, encontrar sempre um operador que vá ao encontro do interesse do turista. É antiga esta relação do turismo com o território com a geografia. Porém, esta ligação tem-se tornado cada vez mais forte e criativa. Não só porque o território é o palco principal mas sobretudo porque é o seu maior recurso, e aqui a geografia renova a sua centralidade.

Bibliografia

- Besancenot, J. L. (1983). *Les bioclimats humaines en façade méditerranéenne de l'Europe*. Thèse d'État, Université de Dijon. 750 p.
- Besancenot, J. L. (1990). *Climat et Tourisme*. Paris: Éditions Masson, 223 p.
- Cravidão, F. (2012). Turismo, território e Cultura. Uma trilogia (sempre) em construção. *Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, n.º 29, pp. 35-42.
- Cravidão, Fernanda (2014). Velhos territórios: novo(s) turismo(s). In C. Costa, F. Costa Brandão & Z. Breda (orgs.), *Turismo nos Países Lusófonos: conhecimento, estratégia e territórios*. Escolar Editora, pp. 59-70.
- Cravidão, F. & Cunha, L. (2008). Notas para uma geografia dos desportos radicais em Portugal. In Norberto Santos e António Gama (coord.), *Lazer – da libertação do tempo livre à conquista das práticas*. UC. Coimbra, pp. 131-145.
- Cravidão F. & Santos, N. (orgs.) (2013). *Turismo e cultura: destinos e competitividade*. Coimbra: Imprensa da Universidade: 545 p.
- Feifer, M. (1985). *Going Places*. Londres: Macmillan.
- Ferreira, C. (1994). *Os usos sociais do termalismo. Práticas, representações e identidades sociais dos frequentadores das Termas da Curia*. Provas de Aptidão Científica e capacidade pedagógica. Coimbra: FEUC.
- Gimenes, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. S. Paulo: UNESP.
- Gomez, A. (1988). De la Geografía del turismo al estudio de las actividades de ocio. Algunos problemas concetuales. *Estudios Turísticos*, Madrid, 98, pp. 43-58.
- Kearns, A. & Gesler, M. (1998). *Putting Health into Place. Landscape, Identity, and Well-being*. Syracuse University Press.
- Krippendorf, J. (2000). *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. S. Paulo: Ed. Aleph.
- Marujo, N. & Cravidão, F. (2012). Turismo e lugares: uma visão geográfica. *PASOS, Revista de turismo y patrimonio Cultural*, Vol. 10, n.º 3, pp. 281-288.

- Miossec, J. M (1977). L'image touristique comme introduction à la géographie du tourisme. *Annales de Géographie*, Tomo 86, n.º 473, pp. 55-70.
- Moreira, C. & Santos, N. (2010). New opportunities for water environments. River Tourism and water leisure activities. In *WATER and TOURISM*. Lisboa: CEG, pp. 147-168
- Netto, P. & Gaeta, C. (2010). *Turismo de experiência*. S. Paulo: Ed. Senac.
- Nossa, P. & Dias, J. (2015). Turismo Juvenil: notas para a compreensão da oferta/procura *Spring Breaker* em Portugal. *Cadernos de Geografia*, n.º 34. Coimbra, pp. 21-32.
- Nossa, P.; Santos; N. & Cravidaõ, F. (2013). Risco e vulnerabilidade: a importância de factores culturais e sociodemográficos na interpretação e reacção aos perigos. In Luciano Lourenço (org.), *Riscos Naturais, Antrópicos e Mistos*. Homenagem ao Professor Doutor Fernando Rebelo. Dept. Geografia. Univ. de Coimbra, pp. 45-62. http://www.uc.pt/fluc/depgeo/Publicacoes/livro_homenagem_F_Rebelo
- Poon, A. (1983). *Tourism, technology and competitive strategies*. Oxford: CAB International.
- Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. S. Paulo: Ed. Atica
- WYSETC (2011). *The power of youth travel*. <https://www.wysetc.org/research/publications/power-of-youth-travel/>
- UNWTO Annual Report 2013 | World Tourism Organization UNWTO
- URRY, John (1996). *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. S. Paulo: Sesc.

GASTRONOMIA E VINHOS¹. UM PRODUTO SEMPRE NOVO COM RAÍZES NAS TRADIÇÕES DA CULTURA DA POPULAÇÃO PORTUGUESA

Norberto Santos/norgeo@ci.uc.pt

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
e Departamento de Geografia e Turismo
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

A nossa relação com o trabalho modificou-se significativamente ao longo das últimas décadas. Max Kaplan (*Leisure in America: a social inquiry*, 1960), Georges Hourdin (*Une civilisations des loisirs*, 1961), Nels Anderson (*Work and Leisure: A Perceptive Inquiry Into Current Ways of Using Time*, 1961), Joffre Dumazedier (*Vers une civilisation du loisir?*, 1962), entre muitos outros, perceberam cedo, no início da segunda metade do século xx, tal como Paul Lafargue (*Le Droit à la paresse*, 1880) e Thorstein Veblen (*The Theory of the Leisure Class*, 1899) o fizeram, muito antes do tempo de valorização do lazer como compensação para o tempo de trabalho, com a sua evocação da preguiça e da classe ociosa, respectivamente, que as relações e valores sociais estavam em mutação, no sentido de uma civilização dos lazeres. Todavia, a interpretação de uma sociedade sem trabalho tem uma longa história surgindo, por exemplo, associada ao modelo concebido por Deus para o trabalho e descanso humanos,

¹ A escolha deste tema decorre do facto de este ter sido o assunto científico que motivou o último trabalho conjunto com o saudoso amigo António Gama.

recordado no Génesis, onde se afirma que Deus criou o universo em seis dias e descansou no sétimo (Veal, 2009).

A partir do entendimento de que seria possível atribuir um valor social ao tempo de lazer – mais ainda, um tempo de valor económico, porque produtivo a tempo inteiro (Sue, 1988) –, a organização dos tempos fora do trabalho ganhou um especial significado, até porque, até ao último quartel do século xx, não havia uma estrutura da oferta capaz de motivar muitas das vontades e desejos que se encontravam esmagados pela pressão do valor social do trabalho.

A mudança, que adiante servirá de suporte a todo o discurso, permite novas formas de relação entre as pessoas, das pessoas com os bens e das pessoas com o seu espaço de vida, como nos foi referido por autores como John Kennett Galbraith (*The affluent society*, 1958), Pierre George (*Géographie de la consommation*, 1963), Claude Quin, Jean Boniface, Alain Goussel (*Les consommateurs*, 1965), Guy Débord (*La société du spectacle*, 1967), Jean Baudrillard (*La société de consommation*, 1970), Beja Santos, (*O poder dos consumidores. Viver diferente, viver melhor*, 1982), Gilles Lipovetsky (*Ère du vide: essais sur l'individualisme contemporain*, 1983), António Gama (Notas para uma Geografia do tempo livre, 1988), Michel Maffessoli (*Le temps des tribus. Le déclin de l'individualisme dans les sociétés de masse*, 1988), Restituto Zorrilla Castresana (*El consumo del ocio, Una aproximación a la teoría del tiempo libre desde la perspectiva del consumo*, 1990), Rob Shields (*Lifestyle shopping. The subject of consumption*, 1992), Zygmunt Bauman (*Intimations of postmodernity*, 1992) John Kennett Galbraith (*The culture of contentment*, 1992), George Ritzer (*The Mcdonaldization of society*, 1993), Robert Bocoock (*Consumption*, 1993), Olivier Le Goff (*L'invention du confort. Naissance d'une forme sociale*, 1994), John Urry (*Consuming places*, 1995), Robert Rochefort (*La société des consommateurs*, 1995), Peter Jackson, Michael Rowlands, e Daniel Miller (*Shopping, place and identity*, 1998), Zygmunt Bauman (*Liquid modernity*, 2000), Norberto Santos (*A sociedade de consumo e os espaços vividos pelas famílias*, 2001), Gilles Lipovetsky e Sebastian Charles (*Les temps hypermodernes*, 2004), Luis Enrique Alonso (*La era del consumo*, 2005), Zygmunt Bauman (*Liquid times: living in an age of uncertainty*, 2006),

Zygmunt Bauman (*Consuming life*, 2007), Gilles Lipovetsky (*La culture-monde: réponse à une société désorientée*, 2008).

A par com a promoção de processos de massificação turística, rapidamente se constituem outros modos mais identitários, autênticos, singulares, um novo turismo materializado em autores como Jost Krippendorf (*The holiday makers. Understanding the impact of leisure and travel*, 1987), Auliana Poon (*Tourism, technology and competitive strategies*, 1993), Marina Novelli (*Niche tourism: contemporary issues, trends and cases*, 2005); Greg Richards e Julie Wilson (*From cultural tourism to creative tourism: the changing context of cultural tourism*, 2008), José Manuel Simões e Carlos Ferreira (*Turismos de nicho: inovações, produtos e territórios*, 2009), Alexandre Panosso Netto e Cecília Gaetta (*Turismo de experiência*, 2010).

Estes turismos, capazes de promover a sustentabilidade e simultaneamente serem expressão de notoriedade e criadores de imagem, assumem-se como estimuladores de novas procuras. O turista e o visitante evidenciam modos muito diversificados de procuras, orientadas por motivações cada vez mais diferenciadoras, quantas vezes agregadas na mesma pessoa, que afirmam propósitos diferentes em função das circunstâncias: o viajar sozinho, em família ou em grupo; a maior ou menor disponibilidade monetária; a existência de mais ou menos disponibilidade de tempo; os diferentes estados de espírito; o ambiente social do momento, entre outros.

Neste âmbito tem ganho importância o entendimento das razões que levam, qualquer um de nós, a sentir necessidade de iniciar uma atividade de lazer ou uma viagem de turismo. O que se quer apresentar neste texto é a forma como os produtos de gastronomia e os produtos vínicos, referidos por um número crescente de investigadores, de que se salientam aqui alguns² são por

² Jukka Gronow (*The sociology of taste*, 1977), Jean-Robert Pitte (*Gastronomie française. Histoire et géographie d'une passion*, 1991) Michel de Certeau, Luce Giard e Pierre Mayol (*L'invention du quotidien. 2. habiter, cuisiner*, 1994), Claude Fischler (*L'Homnivore*, 2001) Jean-Pierre Poulain (*Sociologies de l'alimentation*, 2002), Regina Schluter (*Turismo y patrimonio gastronómico. Una perspectiva*, 2003), Regina Schluter (*Gastronomia y turismo. Historias detrás de las recetas*, 2004), Michael C. Hall (*Wine, Food, and Tourism Marketing*, 2004), Anne-Mette Hjalager, Greg Richards (*Tourism and Gastronomy*, 2004), Orlando Simões (*A vinha e o vinho no século XX*, 2006), Michael

nós interpretados como motivação, primária ou secundária, para qualificar a experiência individual ou de relação social.

A gastronomia no turismo de Portugal

Sabemos que a Gastronomia e Vinhos está a merecer uma atenção diferente daquela que foi proposta no Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT), de 2007, em que apenas algumas regiões do país teriam especial atenção, em termos de estratégia, por parte das entidades oficiais regionais e nacionais de turismo. Hoje, com o PENT 2013-2015 e com as linhas de orientação propostas pelo Turismo 2020, a Gastronomia e Vinhos é estrategicamente importante em todo o território nacional. Efetivamente, pode ler-se que importa “destacar o papel especial da Gastronomia e Vinhos na oferta turística nacional. Embora não se trate de uma motivação primária de viagem (ou seja, embora sejam poucos os turistas que viajam com o objetivo principal e quase único de disfrutar da gastronomia do destino), a gastronomia assume-se como um complemento essencial de todos os produtos turísticos. De facto, a gastronomia, bem como os vinhos portugueses, têm demonstrado uma enorme capacidade de agradar e surpreender quem nos visita. “Os inúmeros prémios internacionais e, acima de tudo, a opinião manifestada pelos turistas em sucessivos inquéritos de satisfação, confirmam a gastronomia e vinhos como um dos fatores mais fortes de valorização do destino Portugal” (Turismo 2020: 105).

C. Hall e Liz Sharples (*Food and Wine Festivals and Events Around the World*, 2008), Richards, Schiller, Montanari, Pite, Ascher, François (*Le mangeur hypermoderne*, 2005), Policarpo Lopes (*A modernidade alimentar*, In *(E)volução simbólica do acto alimentar*, 2006), Jonathan Nossiter (*Mondovino. Gosto e poder no mundo do vinho*, 2008), Ana Isabel Inácio (*O Enoturismo em Portugal: da cultura da vinho ao vinho como cultura*, 2008), Gilles Fumey e Olivier Etcheverria (*Atlas mondial des cuisines gastronomiques*, 2009), Anthony Rowley (*Une histoire mondiale de la table. Stratégies de bouche*, 2009), Massimo Montanari e Jean-Robert Pitte (*Les frontières alimentaires*, 2009), Gilles Fumey (*Manger local, manger global. L'alimentation géographique*, 2010), Jean-Robert Pitte (*La bouteille de vin. Histoire d'une révolution*, 2013), Norberto Santos e Fernanda Cravidão (*Gastronomia e vinhos*, 2015).

Já antes se via na valorização da gastronomia um modo de desenvolvimento local e promoção do lugar. Maria do Rosário Serafim, da Rede Portuguesa LEADER+/IDRHa, referia que a “riqueza, diversidade e qualidade da gastronomia portuguesa tem uma forte relação com as identidades territoriais do nosso país, o que a torna num verdadeiro património cultural e social” (Serafim, 2005: 3). Efetivamente, a gastronomia e os vinhos são capazes de qualificar, de forma decisiva, qualquer destino turístico. Daí resultou a qualificação de produto estratégico complementar, quando a sua hierarquia não se assume como primária.

Em 2007, o *Relatório Anual de Pesquisa. Determinação da Representatividade das Motivações Primárias e Estádio de Satisfação dos Turistas em Portugal*, afirmava uma importância residual para a Gastronomia e Vinhos, mas delineava-se já uma evolução no sentido do crescimento e da qualidade deste produto turístico (Figura 1). Quando a motivação de visita estudada não é a primária, verifica-se que 50% dos visitantes dão especial atenção aos Passeios Pedestres, às Experiências Gastronómicas e ao Património Monumental, sendo a motivação primária de *City Break* e Golfe que mais valoriza a oferta complementar de Gastronomia e Vinhos.

Assim, sabendo que a procura de experiência e de emoção é fulcral para um cada vez maior número de visitantes, o turismo gastronómico é um modo de valorização patrimonial local e deve configurar-se em torno da qualidade e da autenticidade do território. Aliás, sendo a autenticidade uma característica cada vez mais difícil de obter, a gastronomia, através da solicitação que efetua de todos os nossos sentidos, permite uma real vivência com a expressão cultural dos territórios.

Atividades de Lazer (%)	
Passeios Pedestres	51,0
Experiências de Gastronomia	50,9
Visita a Monumentos	49,8
Visita a Parques Naturais	39,6
Shopping (Compras)	36,7
Diversão Noturna	28,4
Feiras/Mercados Locais	26,8
Viagem/Excursões	23,7
Passeios de Barco	20,6
Wellness e SPA	18,6
Ir a festas tradicionais	14,8
Observação de Pássaros/Animais	12,2
Visita ao Casino	11,3

Figura 1

Atividades executadas durante a visita. Atividades de lazer

Fonte: Adaptado de Determinação da representatividade das motivações primárias e estágio de satisfação dos turistas em Portugal – RAP, 2007.

Neste âmbito ganha especial significado o estudo da satisfação do visitante e a possibilidade de superação das expectativas (Figura 2). O estudo efetuado pela Intercampus, em 2013, evidencia que os graus de satisfação dos turistas que visitam Portugal são elevados e muito elevados, especialmente no que diz respeito às Paisagens, às Praias e à Gastronomia e Vinhos (G&V). Todavia, uma análise de maior pormenor permite verificar que o produto turístico G&V consegue ultrapassar as expectativas em 46% dos casos, apenas ultrapassado

pela superação conseguida pelas paisagens portuguesas (48%). Quando a interpretação é efetuada com a separação entre Oferta Natural e Oferta Cultural, aí a G&V é, claramente, o produto de referência quanto ao reconhecimento e qualidade da oferta turística portuguesa.

Grau de Satisfação (2012)		
Respostas 8, 9 e 10 (escala de 0 a 10)		
		Superação de Expetativas
Paisagens	90%	48%
Praias	88%	45%
Gastronomia e vinhos	88%	46%
Simpatia da população Local	87%	42%
Simpatia dos profissionais	86%	41%
Profissionalismo dos profissionais	85%	39%
Alojamento	85%	39%
Monumentos/Museus	82%	38%
Restaurantes	81%	37%
Segurança	79%	38%
Atividades náuticas	78%	32%
Entretenimento	77%	34%
Atividades de Natureza	77%	27%

Figura 2
Grau de satisfação e superação de expetativas

Fonte: Adaptado de Relatório de “Satisfação do turista”. REST, 2013.

O turismo gastronómico e vínico

A importância da gastronomia está crescentemente presente na identidade dos territórios. Conforme se afirma na Carta Gastronómica do Alentejo. *Monumenta Transtaganae Gastronomica* “se o Alentejo tiver uma identidade, esta está na sua prática alimentar. Nesta identidade alimentar, que se estende do Rio Tejo às serras do Algarve, da fronteira com Espanha ao Atlântico, existem diferenças locais suportadas por uma mesma estrutura alimentar (...) um plano

de salvaguarda para as práticas alimentares da Região Histórica do Alentejo. E quando falamos de salvaguarda, falamos de reconhecimento, dignificação, sustentabilidade e transmissão” (CGA, 2013, 88).

Os alimentos sempre tiveram, pelo seu carácter de necessidade básica, um valor social e económico mas, também um valor simbólico, com uma significação cultural, religiosa e mesmo política. Isso mesmo é expresso por Santos e Gama (2011) ao afirmarem que “a alimentação é um dos meios privilegiados para as sociedades efetuarem trocas de valores, relações identitárias e prazeres. (...) A alimentação expressa uma diferenciação de civilizações porque é pela comensalidade que surge a distinção entre o homem civilizado e os bárbaros: o primeiro junta ao alimento do corpo a valorização do espírito através da sociabilidade, algo que os segundos não fazem. (...) O *terroir*, muito apoiado no valor cultural resultante das relações entre o económico, o político e o simbólico, ganha, pois, uma dinâmica própria em função da escala de ação, a local. Este, por sua vez, vinca uma relação forte e tendencialmente irrepetível entre o produto e o lugar em que é produzido (...) Assim, um produto de *terroir* é aquele, como nos diz Brunet *et al.* (1993), que não poderia ser produzido noutro lugar que não naquele *terroir*” (Santos e Gama, 2011: 273-275).

Este valor, simultaneamente absoluto, concreto e simbólico, é motivador da viagem, devido às características de singularidade, de autenticidade, de identidade, mesmo de notoriedade e, reconhecidamente, hoje, de sustentabilidade, que oferece ao lugar e ao produto. Estas qualificações quando aplicadas ao turismo remetem para o destino turístico e para o produto ou atração turística, tornando, quer como motivação primária, quer como motivação secundária, as manifestações associadas aos alimentos locais, a forma de os confeccionar, as harmonizações, os restaurantes, as adegas, a paisagem que tudo integra, os festivais de vinhos e gastronomia, as oficinas gastronómicas, em elementos incontornáveis da oferta turística. Como refere Lucy Long (2010: 1) “comer é umas das minhas atividades favoritas quando viajo, e não estou sozinha nesta minha escolha”.

É com base nestas motivações que o Turismo Gastronómico e Vínico ganha relevo e se assume como um elemento central da experiência de viagem e

do carácter hedónico que lhe está associado. Esta perspetiva é especialmente valorizada por Krippendorf, 2001 (1ª edição em 1987); Poon, 1993; Martins, 2010; Marques, 2013; Moreira, 2014; Santos, 2014, entre outros) que valorizam um novo turismo, capaz de funcionar como alternativa ao turismo massificado, que deixou de conseguir responder a muitas das solicitações dos novos turistas.

Este novo turista é significativamente diferente daquele cuja procura aconteceu durante as décadas de 60, 70 e 80 do século passado. De facto, “o turismo assume novos valores que se expressam, no final do século xx, através das alterações socioeconómicas e culturais e de um novo modelo de participação sociopolítica. O turismo massificado passou a apresentar sinais de insuficiência da oferta porque deixa de dar resposta a um turista mais eclético para o qual a satisfação é atingida através da participação em práticas genuínas e experiências autênticas (MacCannell, 1976). O destino passa a ser visto como um local de aprendizagem e não apenas local de descanso e fuga à rotina, o desenvolvimento e contacto com outras culturas são metas primordiais da viagem, tornando o turista num consumidor de edutenimento (entretendo-se aprendendo). Estes novos turistas são, como refere Poon (1993), (1) mais experientes, (2) mais envolvidos ambiental e eticamente, (3) mais flexíveis socio-espacialmente, (4) mais independentes e (5) associados a novas formas de relação sociofamiliar” (Santos, 2014: 70)

O produto turístico G&V consegue, de facto, fazer “mexer” todos os sentidos da pessoa, promovendo uma das procuras primeiras dos turistas: a vivência emocional de experiências inusitadas ou diferenciadoras. Esta característica é de tal forma importante que passa a instigar, em todos aqueles que estão na cadeia de valor, com especial relevância para os fornecedores (nomeadamente os da restauração), uma vontade de qualificação, contribuindo para a criação de iguarias associada à qualidade dos produtos que fornecem, de modo a serem degustados pelos visitantes/turistas, incrementando, assim, o desenvolvimento local. Estamos, então, perante um novo paradigma que encontra suporte no património cultural imaterial, na preferência pela experiência e participação ativa, na assunção da sustentabilidade através da preservação da natureza que

se constitui, hoje, simultaneamente, como um bem de consumo, associada à defesa do paradigma ecológico, inversamente relacionado com a resposta redutora conseguida pelo turismo de massas. O novo turista tem do destino o entendimento de um local de aprendizagem, de desenvolvimento e contacto com outras culturas, não apenas de local de descanso e fuga à rotina, mas de entretenimento e edutenimento, um consumidor que procura entreter-se aprendendo, de forma ativa e experiencial, envolvendo nos seus projetos de visita, tanto em formato *soft* como em formato *hard*, a emoção.

Mas o produto turístico de G&V contribui também para desenvolvimento local e para a criação de emprego, ao mesmo tempo que contribui para a redução da sazonalidade, característica sempre presente na atividade turística, quer por motivos climáticos, quer sociais, profissionais ou, mesmo culturais. Este valor do turismo gastronómico surge associado, então, a esta nova forma de encarar as relações com a viagem, com os lugares, com o consumo, com o lazer, simultaneamente entretenimento e desenvolvimento (Dumazedier, 1962). Por isso mesmo, o turista, hoje, quer mais do que apenas alguns dias para descansar: deseja que a sua vontade e expectativas sejam atendidas; interessa-se por viagens que o façam passar por sensações ímpares; anseia por produtos e serviços diferenciados e diferenciadores; aspira a experiências emocionantes, que o conduzam a experiências sensoriais memoráveis (Netto e Gaeta, 2010).

A G&V apresenta precisamente estas características. O turista gastronómico é, antes de mais, um turista que procura diferentes tipos de experiências que se sobrepõem com outros turistas com outros desejos e interesses, convencionais ou singulares. A gastronomia é um património cultural de eleição e a sua preservação é essencial para o reconhecimento das características dos lugares e das pessoas que os habitam.

Como seria de esperar, nem todas as pessoas têm o mesmo nível de interesse ou motivação relativamente ao produto turístico G&V. No que diz respeito ao produto vinho Brown & Getz (2005, citando Charters & Ali-Knight, 2000) identificam os *wine-lovers* como aqueles que desejam ter experiências relacionadas com a produção de vinho e são visitantes com conhecimentos e interesses significativos sobre o mundo do vinho (Serrenho e Águas, 2006; Santos, 2008).

Uma percentagem reduzida deste segmento é denominada *connoisseur*, aqueles que estão mais interessados em saber tudo sobre o vinho, a sua produção e o saber-fazer com ele relacionado (Santos, 2008). Estes são os turistas que mais valorizam o produto vinho e que convivem com os os *wine interested*, visitantes com interesse elevado e conhecimentos reduzidos, e os *wine curious*, visitantes com interesse e conhecimentos reduzidos (Charters e Ali-Knight, 2000, citados por Serrenho e Águas, 2006). Os *wine interested* constituem o grupo predominante composto essencialmente por mulheres entre os 27 e os 48 anos com elevado nível educacional e rendimento salarial. Na última posição estão os *wine curious*. Em Portugal, o Turismo de Portugal (2006) define o perfil do turista de G&V como sendo homem, isolado, com entre 35 e 60 anos, com elevado poder de compra e com habilitações literárias e elevadas. Procura hotéis de 3 a 5 estrelas ou turismo rural, sem influência da sazonalidade, ficando no território da visita de 3 a 7 dias. Serrenho e Águas (2006) referem que os turistas de G&V procuram: conhecer a história da marca e o *design* da etiqueta do vinho; provar e comprar vinho; conhecer o produtor; valorizar as outras atrações culturais do território; residem predominantemente em regiões urbanas; apreciam o vinho excecional; são de meia-idade e elevado nível salarial e educacional; a mulher está cada vez mais presente.

Da globalização à identidade

A relação da população com o consumo de alimentos tem sofrido uma evolução significativa. O final do século XIX foi marcante, devido às mudanças que ocorreram na cidade, resultado de uma revolução industrial que começou a atrair para as cidades uma parte significativa da população, da envolvência próxima e de paragens mais distantes. Concomitantemente estes processos de urbanização e industrialização foram responsáveis pelo início da pressão sobre o tempo, com o valor social do trabalho a ditar as regras comportamentais dos *urbanitas*. Assim, não é de estranhar que nas sociedades onde a revolução industrial teve mais impacto se possam ver interpretações da relação das pessoas com

os períodos de refeição como aquela que Flandrin e Montanari (1996) abaixo descrevem: “Os americanos mostram ter um apetite feroz; insistem em comer o mais depressa possível, em especial os businessmen de Chicago ou de NY. Nestas duas cidades existem desde o início do século xx *self-services* que servem refeições aos colarinhos brancos. Que as pedem ao balcão e as consomem à mesa, tudo a um ritmo tão rápido que são conhecidos por *smash-and-grab places*. Paul Rousiers (1892) descreve: É a hora do almoço. As ruas enchem-se de novo. Em NY ninguém vai a casa a meio do dia: comem no local, quer nos escritórios, enquanto trabalham, quer nos clubes, quer nas cafetarias. Nas casas de pasto populares, milhares de seres de chapéu na cabeça, alinhados numa única fila como num estábulo, devoram alimentos, sem dúvida frescos e apetitosos, por preços inferiores aos nossos. Atacam pratos cheios de almôndegas; atrás deles, outros esperam pelos seus lugares” (Fischler, 1996: 422).

Efetivamente, a pressão sobre o tempo da passagem do século XIX para o século XX vai manter-se e aumentar até à atualidade. A oferta de restauração vai inovando criando propostas para procuras crescentemente massificadas, para ir ao encontro também da redução das despesas, devido ao facto de parte significativa das refeições familiares ter saído do lar e passado para o mercado, acessível nos mais diversos espaços públicos e privados. Flandrin e Montanari (1996) permitem identificar alguns momentos cruciais desta evolução de que se salientam: a abertura do 1.º *drive-in*, por Dick e Mac McDonald, em 1937, em Pasadena, resultante da importância que o automóvel passou a ter na vida de todos aqueles que usam com muita frequência ou pendularmente, o espaço urbano. Ao mesmo tempo, criam, em San Bernardino, devido à presença de grande número de jovens, um restaurante de venda de cachorros quentes, em 1940. Esta proposta veio a promover o processo de afastamento dos *teenagers* das suas famílias, ao criar uma enorme segmentação, em termos de desejos, por parte dos diferentes membros da família. O fordismo e a produção massificada, associada à imagem da linha de montagem, valorizada por Ritzer (1993) que a define como *McDonaldização*, faz aparecer, em 1948, um novo restaurante de hambúrgueres, sem pratos e sem talheres, utilizando sacos de papel, com um preço extraordinariamente baixo, 15 cêntimos, captando uma clientela em

crescimento, as famílias operárias, sem, todavia, não esquecer a importância da limpeza e da higiene, através da utilização da cor branca e do aço inoxidável. É o taylorismo, produção em cadeia e em série com encomendas em poucos segundos, que chega à oferta de produtos alimentares confeccionados, acompanhado pelos processos de imitação e *franchising* que diversificam as marcas e integram uma multiplicidade de produtos ancorados na McDonald's e seguida, em 1950, pela *Kentucky Fried Chicken* e depois pelos produtos étnicos, como os *Taco Bell*, e pelos produtos identitários, a partir daí massificados, como a *Pizza Hut*, no final da década de 1950. O *fast-food*, associado à imagem de grandes centros comerciais de restauração, vai invadir os produtos alimentares identitários e étnicos e a partir das décadas de setenta e oitenta, do século xx, Itália com as *pizzas*, Espanha com as *tortilhas*, México com os *tacos*, China com *chop suey*, Japão com o *sushi*, Grécia com *pittas* e *falafels*, França com os *croissants*, surgem em qualquer parte do mundo.

Hoje, temos, de facto uma conjugação específica entre a globalização e a promoção do local. Um dos elementos que melhor expressa este ponto de vista, em termos de G&V são as Listas Representativas do Património Cultural Imaterial da Unesco que ao passarem a integrar desde 2009, no caso das cidades criativas da Gastronomia, 2010, no caso dos produtos alimentares e gastronómicos locais e, antes disso, de elementos territoriais inscritos na Lista de Património Mundial da Unesco (*Outstanding Universal Value*)³. Esta relação forte entre o local e o global, diretamente associados ao produto G&V, encontra-se bem expressa por Mak *et al.* (2012) ao referir-se à influência da globalização na oferta gastronómica e consumo de alimentos no turismo.

³ Alto Douro Wine Region (Portugal), Champagne Hillsides, Houses and Cellars (França), Climats, terroirs of Burgundy (França), Coffee Cultural Landscape of Colombia (Colômbia), Cultural Landscape of Honghe Hani Rice Terraces (China), Landscape of the Pico Island Vineyard Culture (Portugal), Jurisdiction of Saint-Emilion (França), Lavaux, Vineyard Terraces (Suíça), Palestine: Land of Olives and Vines – Cultural Landscape of Southern Jerusalem, Battir (Palestina), Rice Terraces of the Philippine Cordilleras (Filipinas), Tokaj Wine Region Historic Cultural Landscape (Hungria), Traditional agricultural practice of cultivating the 'vite ad alberello' (head-trained bush vines) of the community of Pantelleria (Itália), Vineyard Landscape of Piedmont: Langhe-Roero and Monferrato (Itália).

A necessidade de uma oferta estandardizada associada a tempos curtos, à pressão sobre o tempo, a preços cómodos, a proximidade com o local de emprego e a acessibilidade e mobilidade elevadas, são proposições das ofertas de *fast-food* que se encontram difundidas em todo o mundo e gozam de uma comunicação, divulgação e publicitação ecuménica. Como referem Mak et al. (2012) esta oferta é coincidente com a homogeneização e com uma cultura global, normalmente articulada com situações de obrigatoriedade, familiaridade e com rotinas quotidianas. Por outro lado, a importância que hoje damos ao simbólico, à novidade e à diferenciação promove a procura da cultura local que encontra uma expressão superlativa na G&V e permite a fuga aos processos rotineiros. Isto porque a cozinha é “uma linguagem na qual cada sociedade codifica as mensagens que lhe permitem significar ao menos uma parte do que essa sociedade é” (Lévi-Strauss, 1968). Mais do que isso, o regime alimentar é o ponto central do espaço social e do qual comanda a tecnologia e a economia de grupo (Condominas, 1980).

Mak *et al.* (2012, 175) referem, citando Hannerz (1992) “que, embora muitas culturas se estejam a tornar cada vez mais subculturas dentro da *cultura global*, estas subculturas ainda podem manter um certo grau de diferenciação, o que implica uma diferenciação conceitual de *cultura global* e *cultura local*. Ele afirma que as relações entre o *núcleo* e a *periferia* envolvem a difusão, bem como a diferenciação e uma nova cultura pode ser gerada na periferia através do uso criativo de recursos importados ou de recursos locais...”

Esta é uma interpretação coincidente com a que efetua Clarke (2010) ao valorizar a posição de *convergência* das proposições de sustentabilidade em turismo, assumindo que se trata de um objetivo de todo o mercado turístico, independentemente da escala. É por isso que o turismo associado a grandes empresas promove técnicas para induzir mudanças no comportamento turístico compatível com a viagem ambientalmente amigável e com o componente educacional estimulado pelas empresas de pequena escala. Por seu lado, as pequenas empresas integram elementos de desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental eficazes, originalmente território de grandes organizações de turismo. Os processos de globalização, materializados no turismo associado a grandes

empresas, refletem-se na interpretação das pequenas empresas, de âmbito local, sobre o turismo sustentável que passam a dar especial atenção 1) a orientações e códigos de boas práticas, 2) à definição de projetos baseados no destino, 3) à oferta de consultoria e divulgação às partes interessadas.

Considerações finais

Em termos de G&V assume-se aqui a influência biunívoca especialmente motivada pela acessibilidade e divulgação informativas tendencialmente integrais e pela necessidade de, perante essa omni-informação, se fomentar através dos elementos mais carismáticos e facilmente veiculados da cultura local, a Gastronomia e Vinhos, a identidade, a autenticidade, a singularidade, a notoriedade e a sustentabilidade. É por isso que, como refere Inácio (2009), o enoturismo, enquanto modo particular do turismo gastronómico é um importante elemento do Turismo cultural. Isto é fundamentado no facto de este turismo se basear na valorização de tradições ancestrais, ao mesmo tempo que integra traços de inovação e modernização no que diz respeito à quantidade de pessoas envolvidas, à dinamização da agricultura e a motivações específicas relacionadas com o *terroir*. Esta expressão territorial da G&V ganha especial expressão nesta temática porque, como refere Toniello (2007) o *terroir* conecta-se com a origem, a diferenciação e a originalidade dos produtos, escapando à uniformização, à padronização e à standardização. São as tradições gastronómicas locais que se assumem como marcas territoriais e elementos de experiência e participação capazes de integrar os visitantes na cultura local e obterem formas criativas de turismo. Como afirmam Flandrin e Montanari (1996), a “redescoberta” da cozinha de aldeia e das tradições gastronómicas locais acompanhou a negação dos seus direitos pela indústria alimentar. Atualmente, as cozinhas regionais fazem parte do património comum, facto de que estamos sem dúvida mais conscientes do que no passado. Atualmente, a cozinha da aldeia e o carácter sazonal dos alimentos tornaram-se valores objetivos primordiais e prestigiosos. É por isso que as práticas de G&V devem ser vistas como o enaltecimento da

diferença e a salvaguarda da identidade local e, simultaneamente, como um caminho de futuro para promover o desenvolvimento local, através de práticas inovadoras e diferenciadoras mas assumidamente assentes na autenticidade, no storytelling de processos, relações e saber-fazer e no marketing experiencial, superador das mais exigentes expectativas.

Bibliografia

- Anderson, Nels (1961). *Work and Leisure: A Perceptive Inquiry Into Current Ways of Using Time*. London: Routledge.
- Ascher, François (2005). *Le mangeur hypermoderne. Une figure de l'individu éclectique*, Paris, Odile Jacob.
- Athena H.N. Mak, Margaret Lumbers, Anita Eves – Globalisation and food consumption in tourism. *Annals of Tourism Research*, Volume 39, Issue 1, January 2012, pp. 171-196.
- Baudrillard, Jean (1970). *La société de consommation*. Paris: Denoël.
- Bauman, Zygmunt (1992). *Intimations of Postmodernity*. Cambridge: Polity.
- Bauman, Zygmunt (2000). *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity.
- Bauman, Zygmunt (2006). *Liquid Times: Living in an Age of Uncertainty*. Cambridge: Polity.
- Bauman, Zygmunt (2007). *Consuming Life*. Cambridge: Polity.
- Bocock, Robert (1993). *Consumption, Key Ideas*. London: Routledge.
- Carta Gastronómica do Alentejo. Monumenta Transtaganae Gastronomica (2013). *Entidade Regional de Turismo do Alentejo*. Évora.
- Condominas, Georges (1980). *L'Espace social. À propos de l'Asie du Sud-Est*, Paris: Flammarion.
- De Certeau, Michel; Giard, Luce; Mayol, Pierre (1994). *L'invention du quotidien. 2. habiter, cuisine*. Collection Folio Essais, Paris: Gallimard.
- Débord, Guy (1967), *La société du spectacle*. Paris: Buchet/Chastel.
- Enrique Alonso, Luis (2005). *La era del consumo*, Madrid: Siglo XXI.
- Fischler, Claude (1996). A Mcdonaldização dos costumes. In Flaudrin, Jean-Loius; Montanari, Massimo, *Histoire de L'Alimentation*, 2, Paris: Fayard, pp. 412-430.
- Fischler, Claude (2001). *L'Homnivore*. Paris: Odile Jacob.
- Flandrin, Jean-Louis; Montanari, Massimo (1996). *Histoire de L'Alimentation*, Paris: Fayard.
- Fumey, Gilles (2010). *Manger local, manger global. L'alimentation géographique*. Paris: CNRS-Éditions.
- Fumey, Gilles; Etcheverria, Olivier (2009). *Atlas mondial des cuisines gastronomiques*. Paris: Autrement.
- Galbraith, John Kennett (1958). *The Affluent Society*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt.
- Galbraith, John Kennett (1992). *The Culture of Contentment*. Boston: Houghton Mifflin Company.

- Gama, António (1988), Notas para uma Geografia do tempo livre, *Cadernos de Geografia*, 7, pp. 203-217.
- George, Pierre (1963). *Géographie de la consommation*. Paris: PUF.
- Gilles Lipovetsky (1983). *L'Ère du vide: essais sur l'individualisme contemporain*. Paris: Gallimard.
- Gronow, Jukka (1977). *The sociology of taste*, London: Routledge.
- Hall, Michael C. (2003). *Wine, Food, and Tourism Marketing*. New York: Haworth Hospitality Press.
- Hall, Michael C. & Sharples, Liz (2008). *Food and Wine Festivals and Events Around the World*. Oxford: Elsevier.
- Hjalager, Anne-Mette & Richards, Greg (2004). *Tourism and Gastronomy*. London: Routledge.
- Inácio, Ana Isabel (2008). *O Enoturismo em Portugal: da cultura da vinha ao vinho como cultura*. Tese de doutoramento, Geografia (Planeamento Regional e Urbano), 2009, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.
- Jackie Clarke (1997) A Framework of Approaches to Sustainable Tourism, *Journal of Sustainable Tourism*, 5(3), pp. 224-233.
- Jackson, Peter; Rowlands, Michael; Miller, Daniel (1998). *Shopping, place and identity*. Londres: Routledge.
- Kaplan, Max (1960). *Leisure in America: a social inquiry*. New York: Wiley.
- Krippendorf, Yost (2001). *The Holiday Makers. Understanding the impact of leisure and travel*. Oxford: Butterworth-Keinemann.
- Lafargue, Paul (1991). *O direito à preguiça*. Lisboa: Editorial Teorema (1.ª edição, 1880).
- Le Goff, Olivier (1994). *L'invention du confort. Naissance d'une forme sociale*, Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- Lévi-Strauss, Claude (1968). *L'origine des manières de table*, Mythologies. Paris: Librairie Plon.
- Lipovetsky, Gilles (2008). *La culture-monde: réponse à une société désorientée*. Paris: Odile Jacob.
- Lipovetsky, Gilles & Charles, Sebastian (2004). *Les temps hypermodernes*. Paris: Grasset.
- Long, Lucy M. (ed.) (2010). *Culinary tourism*. Kentucky: The University Press of Kentucky.
- Lopes, Policarpo (2006). *A modernidade alimentar*. In *(E)volução simbólica do acto alimentar*. Lisboa: Colibri.
- Maffessoli, Michel (1988). *Le temps des tribus. Le déclin de l'individualisme dans les sociétés de masse*. Paris: Méridiens Klincksieck.
- Mak, Athena H. N.; Lumbers, Margaret; Eves, Anita (2012) Globalisation and food consumption in tourism, *Annals of Tourism Research*, 39, Issue 1, January, pp. 171-196.
- Montanari, Massimo & Pitte, Jean-Robert (2009). *Les frontières alimentaires*. Paris: CNRS-Editions.
- Netto, Alexandre Panosso & Gaetta, Cecília (2010). *Turismo de experiência*. São Paulo: Senac.
- Nossiter, Jonathan (2008). *Mondovino. Gosto e poder no mundo do vinho*. Lisboa: Sextante.
- Novelli, Marina (2005). *Niche tourism: contemporary issues, trends and cases*. London: Routledge.
- Pitte, Jean-Robert (1991). *Gastronomie française. Histoire et géographie d'une passion*. Paris: Fayard.
- Pitte, Jean-Robert (2013). *La Bouteille de vin. Histoire d'une révolution*. Paris: Tallandier.

- Poon, Auliana (1993). *Tourism, technology and competitive strategies*. Wallingford: Oxfordshire: CABI.
- Poulain, Jean-Pierre (2002). *Sociologies de l'alimentation. Les mangeurs et l'espace social alimentaire*. Paris: PUF.
- Quin, Claude; Boniface, Jean & Goussel, Alain (1965). *Les consommateurs*. Paris: Editions Seuil.
- RAP, 2007. *Relatório Anual de Pesquisa. Determinação da Representatividade das Motivações Primárias e Estádio de Satisfação dos Turistas em Portugal*. IMR – Instituto de Marketing Research. Lisboa: Turismo de Portugal.
- REST, 2013. *Relatório de "Satisfação do Turista". Estudo Satisfação de Turistas. Análise de Resultados, Intercampus*. Lisboa, Turismo de Portugal.
- Richards, Greg & Wilson, Julie (2008). *From Cultural Tourism to Creative Tourism: The changing context of cultural tourism*. Arnheim: ATLAS.
- Ritzer, George (1993). *The McDonaldisation of society*. Pine Forge Press, Sage, Newbury Park.
- Rochefort, Robert (1995). *La société des consommateurs*, Paris: Odile Jacob.
- Rowley, Anthony (2009). *Une histoire mondiale de la table. Stratégies de bouche*. Paris: Édile Jacob.
- Santos, Beja (1982). *O poder dos consumidores. Viver diferente, viver melhor*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Santos, Norberto (2001). *A sociedade de consumo e os espaços vividos pelas famílias*. A dualidade dos espaços, a turbulência dos percursos e a identidade social. Lisboa: Colibri, CEGOT.
- Santos, Norberto (2014). Turismo, gestão e território. *Caderno Virtual de Turismo*. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, pp. 66-86.
- Santos, Norberto & Cravidão, Fernanda (2015). *Gastronomia e Vinhos*. Do turismo de experiência à experiência pelo turismo. Coimbra: Minerva, CEGOT.
- Santos, Norberto & Gama, António (2011). As tradições do pão, territórios e desenvolvimento. In Santos, Norberto & Cunha, Lúcio (orgs.), *Trunfos de uma Geografia Ativa*. Coimbra: CCDRC, IUC.
- Schluter, Regina (2003). *Turismo y patrimonio gastronómico. Una perspectiva*. Buenos Aires: Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos.
- Schluter, Regina (2004). *Gastronomía y turismo. Historias detrás de las recetas*. Buenos Aires: Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos.
- Serafim, Maria do Rosário (2005). Territórios, gastronomia e diversidade cultural. *Pessoas e Lugares*, 26, II série: 3.
- Serrenho; Marisa & Águas, Paulo (2006). Perfil do enoturista, *Revista da ESGHT-Algarve*, pp. 21-30.
- Shields, Rob (ed.) (1992). *Lifestyle shopping. The subject of consumption*. The international library of sociology. Routledge: Londres.
- Simões, José Manuel & Ferreira, Carlos (2009). *Turismos de Nicho: inovações, produtos e territórios*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos
- Simões, Orlando (2006). *A vinha e o vinho no século XX*. Crises e regulação. Oeiras, Celta Editora.

- Turismo 2020 (sd). *Cinco princípios para uma ambição. Tornar Portugal o destino turístico mais ágil e dinâmico da Europa* (Documento para Consulta Pública). Turismo de Portugal, Lisboa. Ministério da Economia,
- Urry, John (1995). *Consuming places*. The International Library of Sociology. Routledge: Londres.
- Veal, A. J. (2009). *The elusive leisure society*, Fourth Edition, July, Working Paper 9, School of Leisure, Sport and Tourism.
- Veblen, Thorstein (1899). *The theory of the leisure class. A teoria da classe ociosa. Um estudo económico das instituições*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- Williamson, Judith (1991). *Consuming passions. The dynamics of popular culture*. London: Marion Boyars.
- Zorrilla Castresana, R. (1990). *El consumo del ocio, Una aproximación a la teoría del tiempo libre desde la perspectiva del consumo*. Departamento de sanidad y consumo, Dirección de Consumo.

(Página deixada propositadamente em branco)

TURISMO E FRONTEIRAS: UMA RELAÇÃO DINÂMICA ENTRE O TURISMO CULTURAL E POLÍTICO

João Luís Jesus Fernandes/jfernandes@fl.uc.pt

Departamento de Geografia e Turismo
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
e CEGOT

O turismo é um processo territorial, consumidor mas também modelador de paisagens. Nesse sentido, existe uma relação múltipla e instável entre a atividade turística e o espaço geográfico, entendido este último na sua multidimensionalidade e nos diferentes elementos que o compõem e (des)estruturam.

Entre estes, encontram-se os limites, as fronteiras, os muros e todas as expressões, materiais e/ou imateriais, mais visíveis ou mais discretas, de fragmentação do espaço. O turismo apresenta, com estas linhas ou áreas divisórias, uma relação complexa e diversificada. Considerando a fronteira não na sua concetualização mais restrita (de limite político separador de dois Estados), mas no seu mais lato sentido de demarcação, é possível estabelecer uma relação múltipla entre esta e os espaços turísticos.

Por um lado, o turismo expandiu-se alargando as fronteiras dos seus territórios, ultrapassando obstáculos, entrando em espaços antes não equacionados enquanto lugares de lazer, fruição ou consumo turístico.

Por outro, estas fronteiras constituem, elas próprias, um património de atração de turistas que, seguindo múltiplas motivações, as procuram para observar, fotografar, para estar ali, no extremo, ou simplesmente para o seu atravessamento.

Por último, o turismo e as fronteiras cruzam-se num outro sentido. O turista hipermobilizou-se porque ultrapassou barreiras, viaja porque algumas destas o atraem mas é importante sublinhar que este turista e esta atividade turística criam também as suas próprias fronteiras. Referia-se atrás que o turismo modela a paisagem, isto é, que pode deixar um rasto no espaço geográfico. Um dos elementos territoriais que podem resultar do turismo enquanto atividade inovadora é a construção de novas demarcações e fronteiras, o levantamento de lógicas e dinâmicas, até então inexistentes, de fragmentação do espaço.

O turismo entre as dinâmicas que permeabilizam fronteiras e os muros que persistem

A relevância ambiental, social, económica mas também cultural e política do turismo, resulta em parte da sua expansão e resiliência espacial. Enquanto atividade múltipla, o turismo cresceu porque foi alargando a sua espacialidade e acrescentando territórios turísticos. Numa dinâmica que é outra das faces da hiperaceleração e do sempre necessário investimento do capital em excesso (Harvey, 2011), as cartografias do turismo e do turista alargaram-se, tornaram-se flexíveis, difíceis de registar e acompanhar, facto que deriva da própria dificuldade em regular uma sociedade agora marcada pelos ritmos múltiplos e diferenciados de mobilidade e pela emergência de um novo nomadismo (Urry, 2007).

Neste ponto de vista, o turismo é expressão de uma globalização que encolheu distâncias, ultrapassou barreiras, permeabilizou fronteiras (Harvey, 2002). Em muito alicerçada em processos de inovação tecnológica e institucional aplicada aos transportes, esta distensão deve muito à evolução de setores como a aviação, que parece ter tornado o mundo mais pequeno e acessível (Groening, 2014), num planeta agora plano, sem as rugosidades do espaço e sem limites (Omaha, 1999; Friedman, 2005).

É verdade que esta compressão espaço-tempo foi impulsionada pelo turista que dispõe de mais tempo e recursos para investir na viagem. No entanto, a territorialidade deste alargou-se e flexibilizou-se em consonância com a geografia

dos portos e dos aeroportos, das rotas marítimas organizadas mas também dos voos *charter* ou das companhias *low cost*.

Ainda que agora se aponte o *slow tourism* como alternativa terapêutica (Yurtseven e Kaya, 2011), o turismo alargou fronteiras porque se transportam viajantes a velocidades crescentes, aquela que, na janela de um avião, nos mostra um mundo, na aparência, sem barreiras nem obstáculos (Groening, 2014).

Enquanto atores em movimento da *ethnoscape* de Appadurai (2004), o turista integrou espaços geográficos como a Amazónia e a Antártida, o Tibete ou a Patagónia. Em relação aos mais importantes pontos de partida e difusão do consumo turístico, estes são territórios longínquos que se tornaram acessíveis. Em primeiro lugar, para uma elite de pioneiros e vanguardistas com o poder de arrastar outras procuras, que se vão alargando, porventura até massificando, para logo de seguida, num ciclo de crescimento constante, o sistema se expandir, com o consequente derrube de outras barreiras espaciais.

Nestas procuras múltiplas, o turismo expande-se para o lugar idílico, para o território estereotipado do sol, da palmeira, da areia branca e das águas transparentes, mas também para o anti-idílico, para a favela no Rio de Janeiro, para os perímetros radioativos de Chernobyl, para os campos da morte de Auschwitz ou para cemitérios que, ora assinalam as biografias de celebridades (como no Père Lachaise, em Paris), ora recordam acontecimentos traumáticos de guerras e outros conflitos armados (como os cemitérios que evocam a I Guerra Mundial, na Flandres).

Com este turismo expansivo e elástico, os muros que separam estas *traumas* tornam-se permeáveis a este novo consumo. Por múltiplas razões, as portas abrem-se ao turista que, deste modo, entra num território reservado. Esta entrada faz-se por uma constelação complexa de motivações, da simples curiosidade ao interesse académico e cultural, do desejo de atravessar esses limites, a qualquer evocação ou a uma mais séria e profunda celebração e devoção.

Sustentada por esta diversidade de interesses, a difusão do turista e da atividade turística cria uma sensação de ubiquidade, do turismo que pode estar em todo o lado e a toda a hora, de um mundo sem fronteiras nem limitações de acesso ou, pelo menos, de um mundo no qual ao turista é reservado um

corredor especial de entrada e circulação, uma porta que todos os lugares abrem para assim participarem nesta festividade global.

Apesar disso, a percepção da fluidez desse movimento sem fronteiras nem obstáculos é apenas uma das faces da realidade. Na verdade, persistem obstáculos ao movimento do turista. Mesmo nas viagens de avião, aquelas que parecem avançar num espaço sem barreiras, a aeronave progride num território regulado, fragmentado e limitado por restrições de acesso. À medida que as apropriações espaciais se foram alargando, a lógica das fronteiras foi-se também deslocando, da terra para o mar e deste para o espaço aéreo (Sofield, 2006).

Por isso, o turista não tem total liberdade de movimento. Há restrições e regulações sustentadas por múltiplos fatores, daqueles que podem derivar da limitada capacidade de carga, dos condicionalismos climáticos e de conforto, mas também de outros, mais complexos e de natureza política.

A mobilidade espacial do turista é também regulada pela exigência, ou não, de um visto de entrada em determinados espaços políticos. Este requisito é um fator de orientação e condicionamento desses fluxos, que irão encontrar destinos mais ou menos permeáveis.

Consultando o *The Henley & Partners Visa Restrictions Index* (Henley & Partners, 2015), é possível quantificar o maior ou menor potencial de atravessamento de fronteiras das diferentes nacionalidades e passaportes. Desde os cidadãos da Alemanha e do Reino Unido, que não necessitam solicitar um visto para aceder a 173 países, até aos viajantes com passaporte do Afeganistão (apenas não têm que pedir um visto de entrada em 25 países), é muita a diversidade.

Enquanto requisito de atravessamento de uma fronteira, o visto pode ser um fator de dissuasão e disciplina deste movimento turístico que, afinal, é sensível às rugosidades do espaço geográfico (Blij, 2009). É assim, deste modo assimétrico de regulação, que se promovem alguns destinos e se salvaguardam outros. É também deste modo que os lugares selecionam os visitantes e turistas e determinam os respetivos tempos de estada. A regulação deste turismo que, afinal, não pode estar em todo o lado, é por vezes seletiva, como se verificou com as limitações de acesso a Cuba que turistas provenientes dos EUA chegaram a sentir em virtude da inexistência de relações diplomáticas entre os dois

países. O mesmo ocorre, num outro exemplo, com a dificuldade de acesso de turistas israelitas a países como a Tunísia ou outros territórios islâmicos, como retaliação pelo conflito israelo-árabe.

Nesta instrumentalização do turismo enquanto arma diplomática, as restrições e impedimentos podem ter origem no país emissor, como ocorreu em 2015 com a atitude do Estado russo ao desviar os seus turistas de um país com o qual vivia um diferendo político, a Turquia.

Neste território turístico expansivo é possível identificar áreas ‘no-go’ determinadas pelos espaços de chegada, lugares de acesso restrito ou mesmo proibido, espaços de exclusão ou forte condicionamento para turistas que, apenas com autorizações especiais, poderão atravessar determinados limites, como ocorre em países como Myanmar. Em áreas militares, territórios fronteiriços sensíveis ou espaços de tensão política (como o Tibete), entre a proibição total e as possibilidades condicionadas de acesso, as restrições são variadas: nalguns casos, podem fazer-se visitas de dia, mas não de noite; noutros, a entrada pode fazer-se em grupos, devidamente orientados por guias credenciados, mas já não em viagens e trajetos individuais. Noutros lugares existem restrições de género: entrarão os homens mas não as mulheres.

Nestas estratégias defensivas, o turista pode ser um intruso que perturba uma certa ordem e disciplina: por quebrar códigos mais restritos de conduta, por ser uma testemunha indesejável ou até mesmo, segundo Smith (2003), por simbolizar a frente avançada das potências hegemónicas que, deste modo, através do turismo, quererão alargar a sua influência.

O comportamento das comunidades locais em relação à procura turística pode ser entendido como uma outra frente de resistência que se levanta perante os poderes exógenos. Para Machá (2013: 91), o grau de aceitação/condicionamento/rejeição do turista nos *pueblos* do Novo México (EUA) é exemplo dessa instrumentalização política do turista: “When taking a photo of the old adobe church in the Hispanic village of Córdoba in north-central New Mexico, a man ran out of a near-by house, cursed, half in Spanish, half in English, and told me that photography was not allowed. When I inquired why, he simply said that the priest forbade it. Then he left in a pick-up truck and a few window curtains

slightly moved as we walked out of the village. While used to such reactions in Native American reservations in the area, I was surprised by the existence of such a prohibition in a Hispanic village. This experience which later proved to be one of several more made me think about the wider context of such reactions to tourism and led me to a conclusion that in order to understand the dynamics of tourism in a given place from an anthropological or cultural-geographical perspective we must study not only the 'tourist encounter' (...), that is, the relations and interactions between tourists and locals, but also to analyze the wider social relations between different groups of locals and between locals and their governments. From this perspective the tourist may emerge not only or even primarily as a convenient source of income for a profit-driven global enterprise or as a 'terrorist' (...) but rather as a 'pawn' in a game with a much greater importance, a game over the control of resources, the obtainment and safeguarding of group rights and symbolic recognition".

De acordo com o autor, neste Estado norteamericano as comunidades locais limitam a liberdade de movimento, fecham ou abrem portas ao turista, promovem ou não certos comportamentos do visitante de acordo com a mensagem que pretendem enviar ao Estado Federal, sempre na lógica de afirmar o seu poder de decisão sobre o seu território.

Nesta perspectiva, o turista não é apenas o ator que desloca capital económico, mas é também testemunha e veículo de uma mensagem política. Por outro lado, o poder não está apenas em quem viaja, mas também nas comunidades de acolhimento que, deste modo, instrumentalizam o turista de acordo com os seus interesses, que vão muito além do aspeto material.

O turismo que procura e é atraído por fronteiras e demarcações espaciais

Os limites, as barreiras e as fronteiras constituem meios de condicionamento dos fluxos turísticos e instrumentalização dos turistas, personagens sobre as quais se concentram os principais focos de atenção. Aceitar ou rejeitar o turismo é, por isso, um ato de relevância política. No entanto, estas demarcações espaciais

constituem, elas próprias, um atrativo e um objeto de interesse e desejo por parte do turista, num processo que se manifesta em várias escalas geográficas e em diferentes contextos, facto que confere com a já citada conceção difusa e multidimensional de fronteira.

Por exemplo, em áreas rurais como o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, os muros constituem um dos elementos da paisagem cultural que atrai turistas a esta área classificada. Neste território do Maciço Calcáreo Estremenho, estas demarcações de pedra calcária criam um rendilhado de muros com múltiplas funcionalidades, como a separação entre as terras; a limpeza dos solos pedregosos; a definição de caminhos; o encerramento do gado em perímetros protegidos e a fixação da humidade. A tudo isto, acrescenta-se o valor estético de uma paisagem cultural protegida, agora objeto de apropriação por parte do turista.

Como os moinhos, as levadas ou algum edifício religioso, os muros acrescentam densidade cultural a estas paisagens rurais (Firmino, 2015), dão-lhe carácter e imprimem-lhe uma identidade, valores no centro das procuras turísticas nestes espaços geográficos de baixas densidades, como ocorre, num outro exemplo, com os *Stone Walls* rurais em paisagens como as da República da Irlanda (MacWeeney e Conniff, 1986).

Noutras circunstâncias, recorrendo a um outro conceito de limite, o turista é atraído por muros e fronteiras apenas porque quer atravessar essas demarcações e ser reconhecido por isso. Por aqui passa um certo colecionismo de carimbos de passaporte e países visitados, num simbolismo testemunhado, por exemplo, pela acumulação e exibição de autocolantes geográficos nas velhas malas de viagem. É por aqui, por registos que agora passaram do analógico às plataformas digitais, que se expõem cartografias pessoais que atestam o viajante como cosmopolita e conferem a esse turista um estatuto e perfil que lhe trará prestígio e notoriedade.

Essa glorificação é justificada por se ter ido mais longe, a lugares remotos, atravessando uma *fronteira civilizacional*. Por isso se vai ao extremo em Ushuaia, na Patagónia, cidade do fim do mundo, a última do Hemisfério Sul. Para além dela está a Antártida, onde se quer entrar, como se gosta também de penetrar na

Amazónia, no deserto do Saara ou nas altitudes do Nepal, porque se atravessa uma barreira de separação e, de certo modo, no imaginário coletivo, se entra num área demarcada apenas acessível aos mais aventureiros.

Este turismo de limites apropriou fronteiras e muros históricos, muralhas, fortes e fortins, em rotas patrimoniais que, em diferentes escalas geográficas e contextos, recordam as fragmentações e as lógicas de separação e medo do passado. Lição de História e experiência cultural, estas velhas barreiras que, outrora, afastavam o *Outro*, passaram a lugares de atração e comunhão de valores, como os fragmentos do Muro de Berlim expostos na capital alemã mas também noutros lugares do mundo, como Fátima.

Nalguns casos, aqueles inscritos na lista de sítios Património Mundial da Unesco, os espaços de afastamento do passado representam agora os valores universais de uma herança planetária comum. Assim ocorre com as muralhas e com o sistema fortificado de Elvas, património mundial que se formou na lógica das oposições políticas e militares no contexto ibérico. O mesmo se pode afirmar a respeito da Grande Muralha da China, classificada pela Unesco como valor universal mas construída para defesa do império chinês face ao risco de invasão pelas tribos nómadas do norte.

Para Faucher (2007), os muros e as fronteiras são espaços relevantes que atraem, facto que tem levado o turista a procurar demarcações históricas mas a não contentar-se com estes vestígios de um passado receoso e turbulento. Por isso, não excluindo estas demarcações pretéritas, o território turístico alargou-se também para as fronteiras vivas da atualidade (Cintio, 2012), numa vivência que, segundo Gelbman (2010), pode ser uma via para a aproximação entre as partes, num *pro peace tourism* que será também uma atitude política.

Podem incluir-se aqui os territórios fronteiriços permeáveis que partilham estratégias patrimoniais e procuram heranças comuns, como ocorre nalguns casos na raia entre Portugal e Espanha. Mas devem ainda incluir-se procuras como a atração turística pelos muros da Cisjordânia, pela fronteira entre o México e os EUA ou, num outro exemplo, por Wagah, que separa a Índia e o Paquistão, lugar no qual, todos os dias, se celebra um ritual de descerramento das bandeiras dos dois países e afirmação simbólica da soberania de cada um.

Nesta perspectiva, os exemplos abundam. Numa das mais fragmentadas cidades europeias – Belfast, o turista procura as inscrições urbanas que veiculam mensagens políticas, assim como os muros que separam territórios de maioria católica ou protestante, barreiras de delimitação que segregam este espaço urbano mas que atraem os curiosos e interessados numa lógica de conflitualidade política que a União Europeia atenuou mas não fez desaparecer (Calame e Charlesworth, 2009).

Para Kevin Lynch (1999), os limites e as barreiras são um dos elementos que se destacam na *cityscape*. Neste turismo urbano, valoriza-se a experiência de ver e sentir essa fronteira, de a atravessar, entrar num determinado perímetro, visitar um bairro, como a Mouraria (em Lisboa), ou as medinas das cidades norte-africanas, penetrar no mesmo e voltar a sair, por vezes através de uma porta que adquire o estatuto de ícone (como a Porta de Almedina, através da qual se entra e sai da Alta coimbrã).

O mesmo ocorre em enclaves de natureza étnica, nas *chinatowns* de cidades como Londres ou Nova Iorque, áreas demarcadas que são uma oportunidade para experienciar um certo oriente exótico “without undertaking transpacific travel” (Lin, 1998: 171).

Noutro contexto, no Rio de Janeiro, visitar uma favela como a Rocinha implica o atravessamento de um limite e a entrada num mundo vedado, cujo acesso apenas será possível ser orientado e conduzido por guias locais que assim ganham relevância acrescida, porque apenas estes possuirão a chave para se ir e vir em segurança, sem confrontos com as lógicas de poder territorial que existem para além daqueles muros de separação.

Mas é também nas áreas protegidas que o turista gosta de atravessar fronteiras e portas de penetração, como acontece nos parques nacionais africanos. Para além do limite de Masai Mara ou Tsavo, está o território idílico da natureza selvagem, o mundo que resistiu às mudanças impostas pela civilização, o cenário cinematográfico dos *big five*, do leão e do leopardo.

Atravessar uma fronteira pode implicar isso mesmo, a entrada num mundo escondido, num segredo como a Coreia do Norte visitada por José Luís Peixoto (2012). Nessa perspectiva, o viajante é uma testemunha, uma

voz que trará uma mensagem sobre algum território protegido dos olhares dos outros.

Este turista atraído por limites e perímetros, porque quer experienciar essa barreira ou simplesmente porque quer atravessar para penetrar em territórios reservados (como a Cidade Proibida, em Pequim), é o mesmo que gosta de estar, ao mesmo tempo, nos dois extremos da fronteira. Quer ir e voltar mas quer também representar-se como aquele cosmopolita que assenta os pés nos dois lados da muralha, um no hemisfério ocidental, outro no oriental, sobrepondo-se ao Meridiano de Greenwich, fronteira imaterial que ali está, na periferia de Londres, ao seu dispor e alcance, para uma fotografia que testemunhe que o turista ali esteve, naquela posição de equilíbrio.

Ainda assim, neste mundo fraturado por muros e demarcações (Jones, 2012), o turista que atravessa fronteiras e é atraído por elas, é também responsável pela criação de (novas) linhas e áreas de separação. Enquanto ator geográfico, este mesmo turista pode ser um fator de segregação e fragmentação do espaço.

O turismo que constrói as suas próprias fronteiras, barreiras e limites

São vários os autores que têm estudado a atividade turística como uma dinâmica contraditória que cria territórios de enclave (Lew, 2004), assumindo o turismo como uma espécie de “suspended reality” (Wilson e Richards, 2008), ou uma “tourist bubble” (Judd, 1999).

Nalguns casos, o alargamento espacial do turismo faz-se por confinamentos e por novos muros que se levantam. Assim ocorre com muitos *resorts*, que se expandem apropriando e privatizando solos, levantando fronteiras entre o que está dentro e o que fica do lado de fora. Neste turismo insular de idílios paradisíacos, o turista é enclausurado num perímetro higienizado que o protege de um exterior entendido como agressivo e distante. Neste enclave garante-se o convívio com o semelhante, com o turista que chegou de outro ponto do mundo ocidental mas que comunga e partilha os mesmos interesses. Nas palavras de Mark Ganovetter (1973), este é o espaço dos *strong ties*, daquelas

partilhas que se estabelecem entre iguais. Por contraposição, o muro vigiado esconde as comunidades locais e afasta o risco dos *weak ties*, os laços fracos que se estendem entre os canais e as experiências de interculturalidade que este modelo turístico não promove.

Estes muros condicionam os olhares do turista, afastam-no dos hipotéticos problemas de desenvolvimento humano do exterior. Ao mesmo tempo, podem reforçar as visões estereotipadas. O *Outro*, o habitante local, está escondido, não se vê, porventura toma-se contacto com a sua imagem ou com uma versão padronizada e estilizada do mesmo – o *touree* que se mostra como *típico*, o xingu ou o massai que vai ao encontro do imaginário do turista que, afinal, esteve lá, num mundo remoto ainda habitado por povos exóticos intemporais.

Este turismo muralhado tem também expressão nos parques temáticos, territórios de lazer e entretenimento que concentram as atenções e os consumos. Entrar implica não sair para contactar ou usufruir de serviços no exterior. O bilhete não permite deambulações entre o *dentro* e o *fora*, evitando-se assim qualquer dispersão para o mundo que está para além do muro.

A cartografia de promoção destes perímetros muralhados – os *resorts* e os parques temáticos, são reveladores dessa estratégia autocentrada. Focados nos perímetros que pretendem publicitar, recorrem ao que Monmonier (2010) denominou como cartografia imperativa, isto é, cartogramas que condicionam a percepção e os comportamentos. Representando e posicionando os *resorts* e os parques temáticos no centro daquele mundo, nada mostram para além dos muros divisórios e protetores. Nesta supressão e simplificação do espaço geográfico, depois das fronteiras separadoras nada existe, é um espaço abstrato, sem vida nem materialidade, com uma cor uniforme e discreta, uma homogeneidade indiferenciada apenas, porventura, interrompida pelas vias de comunicação que orientam os fluxos para as entradas, no caso dos *resorts*, desses paraísos de sol, areia branca, palmeiras e água transparente.

Nesta perspetiva da criação de espacialidades de enclave, os *resorts* e os parques temáticos levantam muros para criar um espaço geográfico que é, em exclusivo, um território turístico, de e para turistas, sem interferências de outros atores. Em paralelo, incorre-se no risco da desterritorialização (Haesbaert, 2004), da

supressão de espaço para aqueles que não são turistas, atores que se deverão reterritorializar a partir dessas opções geográficas comprimidas e condicionadas.

Este impacto pode ocorrer num outro perímetro muralhado turístico, um muro que isola espaços para o território exclusivo do praticante de golfe, demarcando um paraíso verde de difícil acesso.

Os muros existem e são levantados por modelos turísticos de elite. No entanto, como se escreveu a propósito dos parques temáticos, nalguns aspetos o turismo mais massificado não deixa também de levantar as suas barreiras e definir as suas formas e modos de enclausuramento. Em muitos casos, a experiência turística de massas organiza-se por ilhas humanas em movimento, pelo *touring* orientado por guias que elevam bandeiras ou outros sinais de agregação, diferenciando o grupo de todos os que ficam fora desse perímetro, numa segregação espacial quantas vezes consolidada pelo idioma: russo para os turistas que chegaram de Moscovo ou Sampetersburgo, mandarim para os que vieram da China.

Neste ponto de vista, o recurso a dispositivos eletrónicos e pessoais orientados por GPS, cria um território turístico individualizado e o enclausuramento do turista num mundo exclusivo, sem contacto com o exterior.

Noutros casos, após o atravessamento de certos limites, após a entrada na favela ou no parque natural, o turista enclausura-se em cápsulas de proteção, para ver sem ser visto, como se se tratasse de um panóptico que protege o observador, mas que o faz movimentar entre muralhas. Este invólucro protetor será uma espécie de torre de marfim móvel que permite ao turista observar e tirar a fotografia em segurança num território que é suposto ser perigoso.

A própria expansão territorial do turismo faz-se através destes compartimentos protetores. O turista movimenta-se por canais de viagem, muitas das vezes sem contacto com a realidade extramuros. Weaver (2005) referia-se aos cruzeiros como uma forma de enclave que apenas pontualmente se abre ao exterior.

Em muitos casos, o usufruto está no percurso em si, no trajeto, ainda que este seja feito numa carruagem, num transporte confinado que se movimenta mas que protege o turista, naquele que será um turismo de observação mas não de contacto, com um viajante que vê à distância mas que não se aproxima.

Esta é a lógica da viagem rápida em turismo, como aquela que ocorre num avião, num espaço topológico que em muito contribuiu para a compressão do espaço e do tempo. Para Groening (2014), a viagem aérea é também uma experiência de enclausuramento dos corpos enquanto condição para vencer as distâncias. Viaja-se rapidamente para o destino, tem-se uma visão aérea (e oblíqua) de uma parte da superfície terrestre. No entanto, continua Groening (2014), tudo isto ocorre com o encarceramento do passageiro que se vai distraíndo com conteúdos de uma indústria de entretenimento que viu nos aviões um dos seus territórios de expansão.

Nesta perspetiva, e enquanto sustento principal do turismo, a aviação comercial tem vencido fronteiras, mas tem criado outras. Ainda para Stephen Groening (2014), para além da fragmentação política e de soberania do espaço aéreo, na aeronave impõe-se uma outra fronteira, um limite de modo subtil demarcado por uma cortina: a separação entre os lugares de classes executivas e os restantes. Para o autor, esta estratificação reflete as barreiras existentes nos aeroportos, talvez um dos lugares mais condicionados pelo sentido de fronteira.

Por um lado, o aeroporto internacional criou fronteiras políticas onde estas não existiam: os limites de Portugal com o exterior já não coincidem em exclusivo com os limites externos do território nacional (a *raia*), para passarem a existir também nos territórios dos aeroportos internacionais de Lisboa, Porto ou Faro, por exemplo.

Por outro, o aeroporto é o espaço da vigilância, do escrutínio, do controlo, da regulação e disciplina, mas também o lugar, ou não-lugar, segundo Augé (1998), dos *VIP Lounges* bem delimitados, das barreiras entre as classes populares e as classes *premium*, naquela que é, em terra, a reprodução da hierarquia que depois se experiencia na aeronave.

Mas o turismo é isso mesmo, uma dinâmica que levanta muros que apenas podem ser atravessados por quem cumprir certos requisitos, por quem pagar o bilhete, quem respeitar determinadas regras de etiqueta no vestuário e no comportamento, quem adquirir os códigos de acesso. No turismo de massas, essa aquisição e esse estatuto podem passar por uma marca, um registo no próprio corpo, uma pulseira colorida que permite entrar e sair. Símbolo de

diferenciação, esse passaporte confere um estatuto e um privilégio: naqueles dias, o turista faz parte daquele território insular, daquele hotel demarcado do exterior mas ao qual pode aceder, circulando por múltiplos espaços, usufruindo de serviços, atravessando muros de acesso e demarcação.

Notas finais

O turismo não é uma atividade neutra nem linear. Pelo contrário, a dinâmica turística é um processo complexo e, por vezes, contraditório. Por um lado, cresceu e difundiu-se no espaço porque a sociedade lhe votou mais tempo e capital, porque novos paradigmas (re) valorizaram velhos e novos contextos geográficos e suscitaram procuras, mas também porque os transportes, para certos atores e consumidores, encurtaram algumas distâncias e estenderam o significado e a dimensão da viagem.

Ainda assim, e partindo de um conceito lato e difuso de fronteira, o turismo está também associado a um mundo rugoso, lento, fragmentado, marcado por limites, barreiras e muros de diferente natureza.

A relação do turismo e do turista com essas linhas (ou áreas) de descontinuidade e separação tem que ser vista de modo amplo. Por um lado, pela capacidade do turista em ultrapassar esses obstáculos, mas também pelo modo como, por vezes, estes continuam a condicionar esses fluxos.

No entanto, o turismo procura fronteiras, encontra motivação para ir ao seu encontro e, por vezes, para ultrapassá-las, ainda que estas estejam em lugares remotos, longe dos centros urbanos organizadores do território. Ainda assim, os limites históricos e os atuais, numa procura algures entre o turismo cultural e político, são pontos de atração. Ir a uma fronteira turbulenta é uma aventura mas pode ser também uma experiência política, uma tomada de posição, uma oportunidade para estar naqueles lugares que, afinal, mostram que o mundo não é plano.

Antes pelo contrário, nalguns casos o turismo é responsável por essas rugosidades. Não apenas porque as consome mas também porque levanta novos

limites e barreiras, novas superfícies de não contacto e muralhas de exclusão e segmentação. Este turismo de hipermobilidade que atravessa o mundo, deixa um rasto geográfico de muros e fronteiras, de territorialidades condicionadas, as dos turistas confinados em *resorts* ou parques temáticos, mas também as de algumas comunidades locais que veem as suas espacialidades encolhidas e as suas opções territoriais limitadas. Nestes e noutros estudos de caso, abre-se aqui um campo para a análise geográfica das relações de poder, aquelas que vão ampliando (ou encurtando) as territorialidades dos diferentes atores.

Bibliografia

- Appadurai, A. (2004). *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Teorema.
- Augé, M. (1998). *Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Blij, H. de (2009). *The power of place. Geography, destiny and globalization's rough landscape*. Oxford: Oxford University Press.
- Calame, J. & Charlesworth, E. (2009). *Divided cities. Belfast, Beirut, Jerusalem, Mostar, and Nicosia*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Cintio, M. di (2012). *Walls. Travels along the barricades*. London: Union Books.
- Firmino, A. (2015). Stone functionalities and sustainable landscapes. *Carpathian Journal of Earth and Environmental Sciences*, August 2015, Vol. 10, N.º 3, pp. 189-196.
- Foucher, M. (2007). *L'obsession des frontières*. Paris: Perrin.
- Friedman, T. (2005). *The world is flat*. New York: Farrar, Straus and Giroux.
- Gelbman, A. (2010). Border tourism attractions as a space for presenting and symbolizing peace. In Moufakkir, O. & Kelly, I. (ed.). *Tourism, Progress and Peace* (83-98). Wallington: Cabi.
- Granovetter, M. (1973). The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, v. 78, Issue 6, pp. 1930-1938.
- Groenig, S. (2014). *Cinema beyond territory. Inflight entertainment and atmospheres of globalisation*. London: Palgrave Macmillan.
- Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Harvey, D. (2002). *The condition of postmodernity*. Cambridge: Blackwell.
- Harvey, D. (2011). *O Enigma do capital e as crises do capitalismo*. Lisboa: Bizâncio.
- Henley & Partners (2015). *The Henley & Partners Visa Restrictions Index*. In visaindex.com/# (consultado a 21 de março).
- Jones, R. (2012). *Border walls. Security and war on terror in the United States, India and Israel*. London and New York: Zed Books.

- Judd, D.R. (1999). Constructing the tourist bubble. In D. R.Judd & S. Fainstein (eds), *The Tourist City*. New Haven: Yale University Press, pp. 35-53.
- Lew, A. (2004). Editorial: Tourism enclaves in place and mind. *Tourism Geographies* 6 (1), p. 1.
- Lin, J. (1998). Reconstructing Chinatown. Ethnic enclave, global change. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Lynch, K. (1999). *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70.
- Mácha, P. (2013). Resistance through tourism: Identity, imagery, and tourism marketing in New Mexico. In J. Sarmiento & E. Brito-Henriques (eds.), *Tourism in the Global South: Heritages, Identities and Development*. Lisbon: University of Lisbon, pp. 91-112.
- MacWeeney, A. & Conniff, R. (1986). *The stone walls of Ireland*. London: Thames and Hudson.
- Monmonier, M. (2010). *No dig, no fly, no go. How maps restrict and control*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Omahe, K. (1999). *The Borderless world. Power and strategy in the interlinked economy*. New York: McKinsey & Company, Inc.
- Peixoto, J. L. (2012). *Dentro do segredo*. Lisboa: Quetzal.
- Smith, M. K. (2003). *Issues in cultural tourism*. Routledge: London.
- Sofield, T. (2006). Border tourism and border communities: An overview. *Tourism Geographies, An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*, vol.8, issue 2, pp. 102-121.
- Urry, J. (2007). *Mobilities*. London: Polity.
- Yurtseven, R. & Kaya, O. (2011). Slow tourists: A comparative research based on *cittaslow* principles. *American International Journal of Contemporary Research*, Vol. 1 N.º 2, pp. 91-98.
- Weaver, A. (2005). Spaces of containment and revenue capture: 'Super-sized' cruise ships as mobile tourism enclaves. *Tourism Geographies* 7 (2), pp. 165-184.
- Wilson, J. & Richards, G. (2008). Suspending reality: An exploration of enclaves and the backpacker experience. *Current Issues in Tourism*, Vol. 11, N.º 2, pp. 187-202.

PATRIMÓNIO E TURISMO LITERÁRIO: LEIRIA QUEIROZIANA

Sara Fernandes/sarapcfernandes@gmail.com

Mestre em Lazer, Património e Desenvolvimento
Universidade de Coimbra

Paulo Carvalho/paulo.carvalho@fl.uc.pt

Departamento de Geografia e Turismo
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
e CEGOT – Centro de Estudos de Geografia
e Ordenamento do Território

Património e turismo literário

Património, sítio e itinerário literário

A palavra literatura surge nos finais do século xv, do latim “*littera*” que significa “letra”, associando-se à arte de escrever e à letra escrita ou impressa. Mais tarde, atribuiu-se importância à relação entre o autor, a obra e o recetor, sendo que a partir da década de 1960, considera-se que o principal objetivo da literatura seria a criação de um processo de comunicação entre autor e leitor (Carvalho, 2009).

Desta forma, através da literatura o autor transmite uma mensagem e um legado emocional e espacial ao leitor, ao longo das gerações, o que conduz ao conceito de “património literário”. O património literário assume especial

importância, na medida em que a literatura é um meio de perpetuar e (re) construir a memória individual (do autor ou do escritor) e coletiva (da sociedade), valorizando a herança cultural de uma determinada sociedade. No entanto, esta memória material e imaterial do lugar é condicionada pela visão e perspectiva do seu autor em determinado momento, o que constitui um elemento valorizador para os espaços, na medida em que se associa um autor ou obra a um determinado local, dinamizando-o (Henriques e Quinteiro, 2011).

Na tentativa da promoção dos lugares surgem dois conceitos diferenciados: sítio literário e itinerário literário. O sítio literário diz respeito ao lugar ao qual é associado um autor, quer seja pela sua vida ou ficção (obra literária) e que, nesse sentido, mistura passado e presente. Por outro lado, o itinerário literário procura estabelecer uma relação “entre diversos locais, paisagens ou atracções associadas a um escritor ou poeta” (Carvalho, 2009: 24), que pode envolver diferentes localidades, num sistema em rede.

Os itinerários literários “Podem ser seguidos por turistas de forma independente ou pode haver organização no destino de modo a promover a sua associação com o escritor e a potenciar a experiência do visitante” (Carvalho, 2009: 24) e “exaltam o sortilégio de promoverem uma autêntica fusão de horizontes entre a cultura do turista e a cultura do “anfitrião” na medida em que radicam de forma existencial valores estéticos que são, intrinsecamente, éticos” (Mendes, 2007: 84).

Neste sentido, os lugares capazes de provar a sua ligação autêntica a um determinado autor ou obra possuem um vantajoso recurso turístico, capaz de movimentar turistas – o património literário.

A turistificação da literatura

Nos últimos anos, face às crescentes alterações do mercado turístico e exigências dos consumidores, o turismo mundial tem procurado, através dos nichos de mercado, responder a essas necessidades e expectativas.

Desde cedo que turismo e cultura se interligaram, porém, apenas a partir da segunda metade do século xx, o turismo cultural se configurou como uma alternativa ao turismo massificado europeu, que se estende a todos os domínios, pois diz respeito às manifestações e costumes de um povo. Nessa perspectiva, pode-se dizer que o turismo literário é um nicho de mercado do turismo cultural, porque procura diferenciar o produto turístico e preservar a cultura local.

De facto, segundo Hopen *et al.* (2014), o turismo literário pode ser considerado um nicho turístico relacionado com os *media* (onde se insere também o turismo cinematográfico), dentro do nicho turístico criativo¹, dentro do largo campo do turismo cultural e patrimonial (Figura 1).

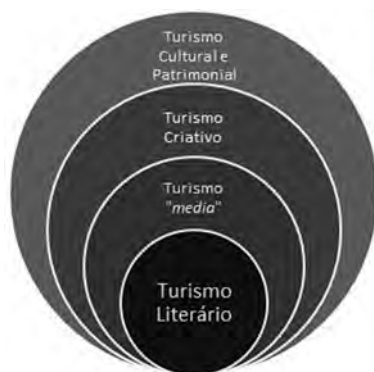


Figura 1
Classificação do Turismo Literário

Fonte: Adaptado de Hopen *et al.* (2014:40).

Mendes (2007: 87), advoga que o turismo literário “privilegia os lugares e os eventos dos textos ficcionados, bem como a vida dos seus autores, promovendo a ligação entre a produção literária e artística de um autor e os turistas

¹ Importa sublinhar que o turismo criativo inclui a participação ativa dos visitantes, com o desenvolvimento de dimensões pedagógicas, sociais e emocionais (Richards, 2011). “Nesta vivência e partilha de experiências, a procura da autenticidade e da cultura social surgem como elementos paulatinamente mais valorizados, uma vez que proporcionam uma aproximação mais fidedigna ao quotidiano dos territórios e às populações que neles vivem” (Maurício, 2013: 6).

que visitam esses locais”. Favorece as “relações com o texto – ou seja, as pontes estabelecidas enquanto leitor da obra e conhecedor da vida do autor – e as relações para além do texto, isto é, as memórias suscitadas e as experiências despoletadas pelos mesmos factores” (Maurício, 2013: 6).

Anterior ao turista literário, existia a ideia de “peregrino literário”, erudito preparado para viajar longas distâncias até locais relacionados com escritores. Estes peregrinos seriam turistas escolarizados nas disciplinas clássicas e com um capital cultural que lhes permitia apreciar este património. Contudo, com a democratização e crescimento do turismo cultural, os sítios literários ocupam um lugar privilegiado nas preferências dos turistas, não só pela sua importância cultural, como aconteceria com os peregrinos, como também devido a uma “conveniência geográfica”, que os posiciona nos principais circuitos turísticos culturais (Herbert, 2001; Carvalho, 2009).

De acordo com Herbert (2001), as principais razões que levam um turista a visitar um sítio literário são quatro. A primeira diz respeito a lugares relacionados com a vida dos escritores (como a casa-museu Miguel Torga, em Coimbra), a segunda diz respeito aos sítios que serviram de cenário a uma obra (como Sintra, em *Os Maias*, de Eça de Queirós), a terceira diz respeito aos sítios que se relacionam com o autor ou a obra e despertam no turista memórias ou emoções (da sua infância, por exemplo) e a quarta diz respeito aos sítios que se relacionam com um evento dramático da vida do autor (como o local da sua morte).

A construção de sítios literários não ocorre de forma espontânea. Estes são o resultado da junção de qualidades excepcionais dos locais (relacionadas com o património literário) e de qualidade gerais (relacionadas com a localização, capacidade atrativa, serviços e *facilities* turísticos), mediados por políticas de ação que conduzirão ao sucesso turístico do lugar (Herbert, 2001).

As políticas de construção do sítio literário são controladas pelos produtores locais e descodificadas e interpretadas de várias formas pelos visitantes. Deste modo, pode-se dizer que os sítios literários são socialmente construídos, através de uma permanente interação entre promotor e consumidor, que levanta o problema da autenticidade do lugar. Contudo, no turismo literário a autenticidade

é indissociável da interpretação individual e, nesse sentido, ao turista literário importa, em primeiro lugar, conhecer o mais perto da realidade ou um “simulacro do autêntico”, desde que relacionado com a vida e obra do autor (Sardo, 2009: 343), isto é, uma fusão entre o real e o imaginário – paisagens turístico-literárias.

Em suma, à semelhança do turista cultural, o turista literário interessa-se pela “forma como os lugares influenciaram a escrita e, ao mesmo tempo, como a escrita criou determinados lugares” (Sardo, 2009: 341) e, por isso, diz respeito aos leitores que se interessam pelos pormenores, habitualmente mais escolarizado e com um maior rendimento disponível, cujo segmento etário se situa entre os 35 e os 54 anos. Assim, é um turista mais exigente, com algum conhecimento prévio à deslocação e que procura, com as suas viagens, aprender e experienciar outras culturas.

Importância do património literário para o desenvolvimento local

Atualmente, a ligação entre turismo e cultura é um dos objetivos e prioridades para o futuro. De acordo com o Plano Estratégico Nacional de Turismo, a construção da marca “Destino Portugal” deve assentar, entre outras coisas, na promoção da “História, Cultura e Tradição” do país e um dos produtos estratégicos – os Circuitos Turísticos – destaca a diversidade do património cultural português (MEE: 2013).

Neste sentido, urge apostar em novos produtos turísticos, que ofereçam um leque completo de atrações e serviços turístico-culturais, permitindo ocupar todo o ano, todo o território e o principal mercado-alvo, que cada vez mais procura experiências criativas e participativas.

É, neste contexto, que o património literário e a atividade turística a ele associada poderá ser um importante contributo para o desenvolvimento local económico, contribuindo para a construção de uma “marca” cultural e literária, identificativa e diferenciada em relação a outros destinos.

O património literário é um importante meio de preservação das singularidades e identidade local, que a diferencia dos restantes territórios, impedindo

que o destino turístico entre na tendência crescente da homogeneização e globalização. Deste modo, o turismo literário torna-se capaz de promover “novos cenários” e captar novos públicos, configurando-se como uma alternativa (ou complemento, contribuindo para o prolongamento da estada) a outras formas de turismo e essencial na atração de fluxos turísticos durante a época baixa e para locais mais periféricos, essencialmente de menor densidade e procura.

Património literário em Leiria

Rota dos escritores em Leiria

A cidade de Leiria está localizada na região Centro de Portugal, designadamente na sub-região do Pinhal Litoral. A sua posição privilegiada, entre as principais áreas metropolitanas portuguesas – Lisboa e Porto –, decorre também de ser ponto de passagem/ligação através de algumas das vias de trânsito mais importantes em Portugal: IC2, A1, A8, A17 e EN109.

Entre as suas atividades socioeconómicas mais relevantes, o setor do turismo tem vindo a afirmar-se, não só devido à atração principal do seu território, o Castelo de Leiria, como a novos produtos que complementam a oferta e atraem novos turistas.

Tal como referido, o património literário configura-se como um importante segmento do turismo cultural, o qual tem sido explorado pelo município de Leiria. De acordo com André (1995), a região de Leiria sempre foi rica em “homens das letras”, que nasceram, viveram ou passaram pela cidade. Atualmente, alguns são uma referência para a cultura leiriense e nacional, de tal maneira que fazem parte da Rota dos Escritores² (Figura 2), iniciativa promovida pela

² No plano nacional, as iniciativas que promovem o conhecimento de obras literárias, de autores e de territórios a eles vinculados são recentes. A título de exemplo, podemos referir as atividades promovidas pela Fundação Eça de Queirós (a qual está presente também na Rota dos Escritores em Leiria, por via de uma parceria entre a Fundação e o Município de Leiria) e a iniciativa “Rota

Câmara Municipal de Leiria (desde julho de 2012), com visitas guiadas em todos os segundos sábados de cada mês, que percorre vinte e oito pontos relacionados com a vida dos autores: ruas, casas onde nasceram ou viveram, praças, estátuas, avenidas e jardins relacionados com a sua vida ou obra.

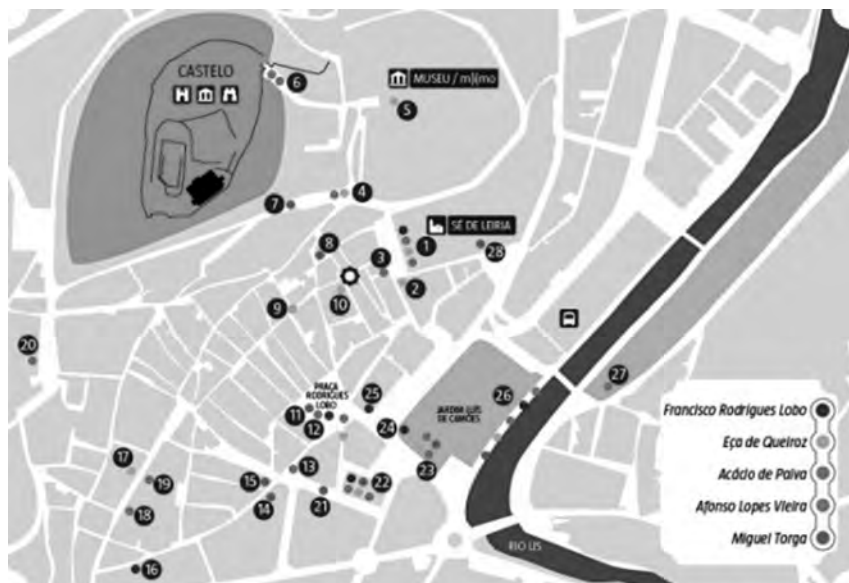


Figura 2
Rotas dos Escritores em Leiria

Fonte: www.cm-leiria.pt (07-04-2014).

Como nota Maurício (2013), o percurso tem uma duração de aproximadamente duas horas e pode ser realizado de modo formal ou informal – no primeiro caso, o município disponibiliza o apoio de dois guias especializados

dos Escritores do Século XX” (Afonso Lopes Vieira; Aquilino Ribeiro; Carlos de Oliveira; Eugénio de Andrade; Fernando Namora; Miguel Torga; Vergílio Ferreira), dinamizada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, cuja origem remonta ao ano de 2003. Carvalho (2009: 37) apresenta uma tipologia de itinerários literários em Portugal, com duas dezenas de exemplos, “divididos por categorias, conforme sejam publicados em livro, organizados por entidades públicas ou privadas, sejam enquadráveis no âmbito de projectos regionais ou se trate de sítios literários ou fundações dedicadas a um escrito”.

para orientar a visita e esclarecer eventuais dúvidas aos participantes. A informação sobre a Rota está disponível para consulta na página da internet da autarquia, bem como nos sites com os quais a Rota estabeleceu parcerias. Por outro lado, constata também a atenção que a rota tem recebido por parte dos meios de comunicação social, tanto regionais, como nacionais, e a sua consequente divulgação junto do grande público.

Os autores que fazem parte da Rota dos Escritores são Francisco Rodrigues Lobo, Eça de Queiroz, Acácio de Paiva, Afonso Lopes Vieira e Miguel Torga. Francisco Rodrigues Lobo nasceu em Leiria no século XVI e foi poeta e autor, apelidado de “cantor do Lis”, considerado o primeiro grande poeta de Leiria; Acácio de Paiva nasceu em Leiria no século XIX e foi poeta, prosador, crítico e jornalista, em cuja obra as imagens da cidade eram uma constante; Afonso Lopes Vieira também nasceu em Leiria no século XIX e dedicou-se à literatura e à ação cultural, fazendo parte do grupo da “Renascença Portuguesa”, descreveu a região e as povoações circundantes, sendo, por isso, considerado um dos mais relevantes símbolos da literatura leiriense. Miguel Torga e Eça de Queiroz apenas passaram e viveram por Leiria, mas deixaram igualmente a sua marca. Miguel Torga teve um consultório médico, onde viveu até casar e foi descrito nas suas obras – aqui escreveu “Bichos”; Eça de Queiroz, figura incontestável da literatura portuguesa, teve uma maior influência na cidade, que justifica a importância dada pelo município, na construção de uma oferta turística literária distinta, que será analisada de seguida.

Leiria Queiroziana: ligação de Eça à cidade e iniciativas culturais

Eça de Queiroz nasceu em 1845 em Póvoa do Varzim e é a 30 de julho de 1870 que se desloca para Leiria, como administrador do concelho, após ter começado a exercer a sua atividade de advogado. Em Leiria, o escritor fica hospedado na Travessa da Tipografia n.º 13, que é descrita na obra “O Crime do Padre Amaro” como a casa de Augusta Carminda (mãe de Amélia e primeira residência de Amaro), com outra localização – Rua da Misericórdia n.º 9.

Eça de Queiroz permanece em Leiria um ano, até pedir a exoneração do seu cargo para se dedicar à carreira diplomática. Durante a sua estada na cidade, escreveu parte de “O Crime do Padre Amaro” e a sua parte de “O Mistério da Estrada de Sintra”, em colaboração com Ramalho Ortigão. “O Crime do Padre Amaro” é considerado o primeiro romance realista escrito em língua portuguesa e tem como cenário de grande parte da ação a cidade de Leiria. A narrativa está centrada no enredo da relação amorosa de um membro da igreja católica (o padre Amaro) com uma jovem beata (Amélia) – que é, de certa forma, aceite pelos clérigos do bispado.

A ação de “O Crime do Padre Amaro” refere lugares da cidade de Leiria possíveis de identificar, o que desencadeou a criação de uma rota com nome igual à obra, que passa pelos principais pontos do enredo (Figura 3): começa



Figura 3
Rota d'O Crime do Padre Amaro

Fonte: Foto de Sara Fernandes, 06.04.2014.

na Praça Rodrigues Lobo, que já em 1870 era local de encontro cultural no contexto da cidade, segue para a residência de Eça de Queiroz, assinalada por uma placa identificativa (Figura 4), e para o largo da Sé, onde decorre grande parte das cenas, e termina na Torre Sineira (Casa do Sineiro), local dos encontros entre Amaro e Amélia. Ao longo do percurso, o visitante é acompanhado pela interpretação da artista plástica Sílvia Patrício, com treze representações da obra em painéis de lona acompanhadas dos respetivos excertos, num total de 300 m² preenchidos.



Figura 4
Placa de identificação da residência de Eça de Queiroz

Fonte: Foto de Sara Fernandes, 06.04.2014.

Apesar do seu estado de degradação, a casa onde morou Eça de Queiroz é identificada e junto a ela foi construído um edifício moderno que homenageia o escritor, a sua vida e obra, em colaboração com a Fundação Eça de Queiroz, e outras figuras literárias que passaram por Leiria – o Centro Cívico: Praça Eça de Queiroz (Figura 5). Este Centro é o ponto de partida da Rota dos Escritores (na

Sala Eça de Queiroz) e desenvolve acções culturais e formativas para a difusão do património leiriense, da responsabilidade da associação *Sempreaudaz*.



Figura 5

Centro Cívico, Praça Eça de Queiroz e Castelo de Leiria

Fonte: Foto de Sara Fernandes, 06.04.2014.

No caso da Torre Sineira da Sé de Leiria³, o estado de conservação não permitia ou dificultava bastante o acesso aos visitantes. Segundo Bernardes (2015), a intervenção na Torre Sineira da Sé (localizada na área mais alta da cidade,

³ Tem a particularidade de estar “afastada da sua igreja matriz” (Sé de Leiria, situada na baixa da cidade). Um vez que os sinos não “ecoavam com intensidade suficiente para alcançar as populações mais afastadas” (Bernardes, 2015: 3), foi preciso escolher um ponto elevado para a construir (na área alta, próxima do castelo). É um elemento marcante da paisagem cultural de Leiria, com origem no século XVIII.

junto ao castelo) foi iniciada no final de 2014, no âmbito da Rota das Catedrais, e pretende valorizar este património da cidade e da diocese Leiria-Fátima, com a criação de um “novo espaço museológico” e a possibilidade de o ligar (como complemento) à rota Queiroziana. “Após a abertura ao público, o espaço da torre e da casa será visitável sendo possível conhecer o carrilhão, o relógio, os pêndulos e o fosso da torre, além de aceder a informação histórica a propósito da muralha do Castelo de Leiria, e sobre a qual foi construída a Torre” (Bernardes, 2015: 8).

Por fim, consciente da riqueza patrimonial literária da cidade de Leiria e consequência do sucesso de visitas à Rota d’O Crime do Padre Amaro, confirmou-se o interesse da população pelo autor e, por isso, a Câmara Municipal desenvolveu um programa de atividades denominado “Eça 2014”, que procura homenagear uma das principais figuras literárias nacionais, relacionando-a com a cidade e, deste modo, afirma Leiria como um “destino turístico literário e cultural” e a “cidade emblemática do Eça e do Crime do Padre Amaro”, de acordo com as palavras do Vereador da Cultura, Gonçalo Lopes (in *Região de Leiria*, 31-01-2014).

Este programa assenta num conjunto de atividades alargado, a saber: Galeria Arte Urbana (com as representações de Sílvia Patrício – Figura 6); seis visitas guiadas gratuitas da Rota d’O Crime do Padre Amaro, concluídas com concertos Queirosianos com o reportório da época da vida e obra do autor; doze espectáculos de teatro de rua pela Companhia de Teatro Leirena no centro histórico, que retrata a sua obra com humor e interatividade; as recriações históricas “Leiria no Final do Século XIX” (Figura 7), entre 31 de maio e 1 de junho, com cerca de mil figurantes locais, e “Baile Queiroziano”, que pretende recriar o ambiente da época de Eça em Leiria; Semana Gastronómica Queiroziana (março) com ementas retratadas pelo autor; visitas guiadas ao Centro Cívico para o público geral e para os alunos do ensino secundário; e encontros de personalidades no Centro Cívico para conversar acerca de Eça e temáticas associadas.

No presente, a literatura é considerada um processo de comunicação entre o autor e leitor em que, através dela, o autor transmite o seu ponto de vista e interpretação, tornando a literatura um instrumento de conservação da memória individual e coletiva de um lugar.



Figura 6
Painéis da Galeria Arte Urbana

Fonte: Foto de Sara Fernandes, 06.04.2014.



Figura 7
Cartaz da Recriação Histórica “Leiria no final do século XIX”

Fonte: Disponível em www.cm-leiria.pt (07.04.2014)

Considerações finais

O património literário assume-se, assim, como um elemento valorizador de um lugar, quando a ele associado um autor ou uma obra de referência, criando os sítios literários, isto é, locais associados a um autor ou obra, e os itinerários literários, que relacionam locais em rede com afinidades a um determinado autor.

Deste modo, o turismo literário afirma-se, cada vez mais, como um segmento do turismo cultural, dada a sua importância na preservação da “herança cultural” e a “conveniência geográfica” nos principais circuitos. De facto, o segmento “turismo e cultura” é uma prioridade futura, onde o património literário assume especial importância como marca cultural diferenciada, meio de preservação da identidade local e de captação de novos públicos, sobretudo em época baixa.

A cidade de Leiria, situada numa posição central entre as principais áreas metropolitanas nacionais, desde sempre teve uma larga tradição literária, o que motivou a criação da Rota dos Escritores, que homenageia Francisco Rodrigues Lobo, Eça de Queiroz, Acácio de Paiva, Afonso Lopes Vieira e Miguel Torga. No entanto, é Eça de Queiroz quem tem mais destaque, devido à sua importância no panorama nacional, com a construção do Centro Cívico em sua homenagem e o desenvolvimento da Rota d’O Crime do Padre Amaro, cuja parte da ação se desenrola na cidade. O sucesso destas iniciativas motivou a criação de um programa para o ano de 2014 – “EÇA 2014” –, que transporta o visitante para a época de Eça, através de várias atividades.

Em suma, destaca-se o papel positivo dos dirigentes leirienses, que procuram afirmar a cidade como um destino turístico cultural, para além do património histórico-arquitetónico, através do estudo e desenvolvimento de novos patrimónios, neste caso o literário, que deixou marcas na cidade. A passagem de Eça de Queiroz e “O Crime do Padre Amaro” são exemplos do papel do património literário na atratividade dos locais, sobretudo quando se trata de autores de referência.

Bibliografia e fontes

- Abreu, J. F. (2012). *A Ilha da Madeira pela Mão dos Seus Poetas – Construção de um Roteiro Literário*. Dissertação de Mestrado, Universidade da Madeira. Recuperado em 5 de março, 2014 de <http://hdl.handle.net/10400.13/503>.
- André, C. (1995). “Terra de Poetas. Leiria e a literatura de outrora” in *II Colóquio sobre História de Leiria e a da sua Região. Actas*. Câmara Municipal de Leiria, pp. 17-38.
- Bernardes, A. (2015). *Torre Sineira da Sé de Leiria*. Texto inédito elaborado no âmbito do Módulo I de Património Cultural (Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento da Universidade de Coimbra).
- Carvalho, I. (2009). *Turismo Literário e Redes de Negócios: Passear em Sintra com Os Maias*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro. Recuperado em 5 de março, 2014 de <http://hdl.handle.net/10773/1691>.
- Henriques, C. & Quinteiro, S. (2011). “O Turismo Literário. Olhão sob a Perspectiva de João Lúcio” in *International Conference on Tourism & Management Studies*, Algarve.
- Herbert, D. (2001). “Literary Places, Tourism and The Heritage Experience” in *Annals of Tourism Research*, Vol. 28, N.º 2 (pp. 312-333).
- Hoppen, A.; Brown, L. & Fyall, A. (2014). “Literary tourism: Opportunities and challenges for the marketing and branding of destinations?” in *Journal of Destination Marketing & Management*, n.º 3 (1) (pp. 37-47).
- Maurício, M. (2013). *Turismo Literário. Estudo de caso da Rota dos Escritores de Leiria*. Texto inédito elaborado no âmbito do Módulo I de Património Cultural (Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento da Universidade de Coimbra).
- MEE (2013). *Plano Estratégico Nacional de Turismo – Horizonte 2013-2015*. Ministério da Economia e do Emprego. Recuperado em 16 de maio, 2013 de www.turismodeportugal.pt
- Mendes, M. (2007). *Na senda estética e poética dos itinerários turísticos e literários: o vale do Lima*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro. Recuperado em 16 de maio, 2015 de <http://hdl.handle.net/10773/4793>.
- Richards, G. (2011). “Creativity and tourism: the state of the art” in *Annals of Tourism Research*, n.º 38(4) (pp. 1225-1253).
- Sardo, A. (2009). “Turismo Literário: A importância do património e dos sítios literários para o desenvolvimento turístico regional” in Simões, J. M. e Ferreira, C. (Ed.), *Turismos de Nicho: Motivações, Produtos, Territórios* (pp. 339-352). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Outros recursos

Câmara Municipal de Leiria – www.cm-leiria.pt

“Centro Cívico abre em Setembro para homenagear Eça de Queiroz” in jornal *Região de Leiria*, 12 de Agosto de 2012.

“Leiria propõe viagem ao passado a partir da memória de Eça de Queiroz” in jornal *Região de Leiria*, 31 de janeiro de 2014.

(Página deixada propositadamente em branco)

**TURISMO, LAZER E PATRIMÓNIO NATURAL
NO DESTINO *MADEIRA***

Claudete Oliveira Moreira/claude@fl.uc.pt

Orcid.org/0000-0002-9188-191X
Departamento de Geografia e Turismo
da Universidade de Coimbra
e Centro de Estudos de Geografia
e Ordenamento do Território, CEGOT

Albano Figueiredo/geofig@fl.uc.pt

Orcid.org/0000-0003-0142-4764
Departamento de Geografia e Turismo
da Universidade de Coimbra
e Centro de Estudos de Geografia
e Ordenamento do Território, CEGOT

Nota prévia

A primeira publicação científica efetuada pelo Dr. António Gama remonta a 1977, ano em que são editadas *Algumas notas sobre as relações entre a Geografia e as Ciências Sociais*. Em 1988 outras das suas vastas anotações são dadas à estampa nas *Notas para uma Geografia do tempo livre*.

O modo como o ilustre intelectual e o magnânimo mestre intitula estas suas publicações, *notas*, ilustra bem uma preocupação: a de precisar aceções e relações. É digno de menção o modo desprezioso que elegia para partilhar o acervo científico de que era detentor: *notas*. Eram *notas* nas quais labutava, *notas* que alinhava, que no tempo guardava e que por vezes publicava. Os seus

escritos, estas e outras das suas *notas*, constituem-se como subsídios científicos atemporais. Não menos digna de referência era a sua eloquência dilatada, sempre ancorada na Geografia mas de limites epistémicos imprecisos, o que a tornava particularmente sedutora. Todos os que lhe foram coevos conheceram um homem *sage* que se referenciava entre a comunidade de geógrafos. A sua disponibilidade, o seu enorme sentido de generosidade e a sua afabilidade permanecem como traços indeléveis do seu carácter.

Por entre os seus referenciais de memória que são as *notas*, o Dr. António Gama dedicou especial atenção, entre outros temas, à sociedade, ao espaço e ao tempo: à organização social e aos seus reflexos na organização do espaço geográfico, aos espaços de produção, de reprodução e de consumo, ao uso do tempo, ao tempo não livre e ao tempo livre, ao lazer e ao turismo. Nas palavras do próprio “as férias e o fim-de-semana deram origem, nas sociedades modernas, a um fenómeno de deslocação espacial ligado ao ócio, que assumiu uma grande magnitude nos nossos dias: o turismo” (Gama, 1988: 214; 2008: 25). O turismo é, nas suas palavras, um “fenómeno por excelência ligado aos ócios modernos, evidencia, a partir do seu *nascimento* no início do século XIX, o aspeto dinâmico destes ócios” (Gama, 1988: 209; 2008: 22). E acrescenta que “o turismo é hoje um dos fenómenos de massa de maior importância económica, social e cultural” (Gama, 1988: 214; 2008: 25)¹.

O presente tributo, *in memoriam*, ao Dr. António Gama, centra-se no turismo, elegendo como espaço geográfico de referência aquele que é um dos mais importantes destinos turísticos de Portugal: a *Madeira*². Começa por se caracterizar, com base em alguns indicadores, o turismo no destino *Madeira* e por se evidenciar a sua expressão no território. Por se tratar de um destino

¹ Refira-se que entre 1991-1995 o Dr. António Gama foi investigador responsável pelo projeto de investigação: *Turismo e cultura em Portugal: quatro estudos sobre mentalidades, práticas e impactos sociais*, no Centro de Estudos Sociais.

² O arquipélago da Madeira, de origem vulcânica, é constituído por duas ilhas habitadas (Madeira e Porto Santo) e por dois pequenos arquipélagos (Desertas e Selvagens) exclusivamente destinados à conservação da natureza. A ilha da Madeira é a maior das ilhas, com uma superfície de cerca de 758 km². A ilha de Porto Santo, localizada a nordeste da ilha da Madeira, tem uma superfície de cerca de 43 km², e possui seis ilhéus adjacentes.

turístico insular valorizam-se as estruturas aeroportuárias e portuárias e a sua importância para o turismo. Pela relevância que o turismo de cruzeiros assume no destino, este é objeto de uma abordagem mais detalhada. No que à procura turística diz respeito analisa-se a sua evolução e a sua variação intra-anual, procurando estabelecer-se uma relação com a variação intra-anual das características climáticas bem como o calendário anual de eventos.

O turismo no destino *Madeira*

Os destinos turísticos insulares, territórios ultraperiféricos espartilhados pelo mar, têm no turismo uma importante atividade socioeconómica, e no património natural, no clima, nas paisagens e na biodiversidade importantes vantagens comparativas. O arquipélago da Madeira não constitui exceção.

A *Madeira* individualiza-se no contexto nacional por ser a mais antiga estância turística de Portugal. Trata-se de um destino turístico com uma matriz acentuadamente cosmopolita, relativamente consolidado e competitivo (Moreira, 2013: 212-214), que possui um património histórico construído, natural e imaterial relativamente bem conservado e uma oferta hoteleira bastante qualificada, onde os hotéis de 4 e de 5 estrelas representam 78% da oferta de alojamento. O rendimento por quarto disponível (RevPAR) da Madeira era, em 2015, de 37,9 euros, um dos mais elevados do destino Portugal, que se ficava pelos 35,0 euros³. Ainda assim modesto face a outros destinos com os quais compete mais diretamente, como as ilhas Canárias, em que o RevPAR, no mesmo ano, foi de 54,2 euros⁴. Para a qualificação da oferta muito relevam os agentes de animação turística. O número de agentes registados no Turismo de Portugal, neste destino, era em agosto de 2016 de 80, o que significava 2,8% dos agentes registados no país, computando-se 24 operadores marítimo-turísticos, 2,6% do

³ INE (2016). *Apuramento específico do RevPAR 2015, por município*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

⁴ ISTAC (2016). *RevPAR 2015*. Gran Canária: Instituto Canario de Estadística.

destino Portugal. Estes agentes concentram-se, principalmente, nos municípios do Funchal e de Santa Cruz (Figura 1).



Figura 1

Total de hóspedes (2014) e número de empresas de animação turística registadas (2016), por concelho na ilha da Madeira

Fontes de dados: Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira 2015, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa; Registo Nacional de Agentes de Animação Turística 2016, Turismo de Portugal, Lisboa.

No destino *Madeira*, enquanto os circuitos turísticos, nomeadamente os associados ao turismo de natureza, se apresentam como produtos consolidados, outras ofertas estão ainda em fase de desenvolvimento, como é o caso do turismo náutico. Os *resorts* integrados e o turismo residencial afirmam-se como produto turístico emergente. Outros produtos surgem como complementares, como é o caso do turismo de saúde e bem-estar. Refira-se que as naturoterapias (a climatoterapia, a helioterapia, a hidroterapia, a talassoterapia, a psamoterapia, a arenoterapia, a crenoterapia, a oligoterapia, a peloterapia), enquadradas hoje no turismo de saúde e bem-estar, sempre encontraram no arquipélago da Madeira condições muito favoráveis, motivando a procura turística. A ilha do Porto Santo constitui-se mesmo como uma *estância singular de saúde natural*, como demonstram Gomes e Silva (2012). Esta ilha possui, na sua face sul,

uma praia com um areal extenso, com cerca de 9 km, sendo reconhecidas as propriedades terapêuticas e medicinais da sua areia dourada de grão fino. As propriedades físicas, térmicas e químicas das areias do Porto Santo permitem o tratamento de doenças do foro reumático, fisiátrico e ortopédico, constituindo-se os “banhos de areia” do Porto Santo como uma referência terapêutica. Às propriedades terapêuticas das areias do Porto Santo somam-se as propriedades das suas argilas esmectíticas e das águas marinhas, cuja temperatura ronda os 22°C no estio e os 17°C no inverno, apresentando apreciáveis concentrações de iodo (I), cálcio (Ca), magnésio (Mg) e estrôncio (Sr), um anti-inflamatório natural. Estes particularismos levaram à criação na ilha, em 2000, de um Centro de Talassoterapia, e em 2008 de um Centro de Geomedicina, ambos integrados em empreendimentos turísticos. A par da saúde e bem-estar, também o golfe e a gastronomia e vinhos são produtos turísticos complementares, contribuindo, decisivamente, para diversificar e valorizar as experiências turísticas. Refira-se que no destino *Madeira*, em 2014, existiam 1141 estabelecimentos de restauração e similares, sendo que 516 (45%) eram restaurantes tradicionais e 33 (3%) eram restaurantes típicos⁵, relevantes para promover as tradições gastronómicas locais e para tornar as experiências diferenciadas e autênticas. A atribuição de vários prémios, como o *Europe's Leading Island Destination* (2013 e 2014) e o *The World's Leading Island Destination* (2015 e 2016) comprova a existência de condições únicas e diferenciadoras, atestando a excelência da oferta turística no destino *Madeira*. Em termos de procura turística, o destino apresenta a maior internacionalização do destino Portugal (81,4% de hóspedes estrangeiros), assim como a maior estada média em estabelecimentos de alojamento turístico (5,4 noites)⁶.

A ilha da Madeira, sendo a de maior dimensão do arquipélago e a que concentra a maior parte da população residente (98%), é também o principal

⁵ ACIF-CCIM (2015). *Documento estratégico para o turismo na RAM. Relatório diagnóstico ao atual posicionamento da Madeira*. Funchal: Associação Comercial e Industrial do Funchal, Câmara de Comércio e Indústria da Madeira.

⁶ INE (2016). *Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira, 2015*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

destino dos turistas. No Funchal e em Santa Cruz concentram-se 68,2% dos estabelecimentos hoteleiros, 76,6% dos hóspedes (Figura 1) e 80,6% das dormidas¹⁶. Vários municípios da ilha estão entre os municípios que em Portugal apresentam um RevPAR mais elevado, sendo merecedores de referência a Ponta do Sol, com 39,4 euros, o Funchal com 44,0 euros e a Santa Cruz com 33,6 euros⁵. O que comprova não só a sua importância turística como a qualidade dos empreendimentos turísticos que, ainda assim, carecem, em certos casos, de intervenções de reabilitação e de modernização para que se qualifique a oferta.

O crescimento, no tempo, da atividade turística é inexorável, com reflexos no território, porque, como o próprio Dr. António Gama refere, “o turismo se tornou um *consumidor* de espaço” (Gama, 1988: 212; 2008: 23). Contudo, o turismo faz “um uso diferenciado do espaço”, sendo responsável por “uma penetração e transformação dos espaços de reserva, a praia, a montanha e o campo” (Gama, 1988: 212; 2008: 24). A ilha da Madeira não constitui exceção, sendo evidente a importância que o incremento do turismo teve na definição de funcionalidades associadas em áreas significativas da cidade do Funchal, nomeadamente na área costeira no setor ocidental da cidade, sobretudo no Lido, litoral sul da freguesia de São Martinho, onde se localiza um importante número de empreendimentos turísticos de grande volumetria (Figura 2 – esquerda). Onde, de acordo com Brito-Henriques (2008: 130) “se desenvolveu uma extensão urbana de clara vocação turística, de tipo ‘riviera’”. Esta dedicação do espaço a empreendimentos turísticos ocorre mesmo nos setores mais altos da cidade, afastados do litoral, ainda que essa função resulte de um processo de reconversão das *quintas de aluguer* oitocentistas, que surgem a meia encosta, propriedades da aristocracia local ou de mercadores britânicos que beneficiaram do mercadejar do vinho da Madeira nos séculos XVII e XVIII. Não raras vezes com laivos da arquitetura inglesa de expressão romântica, têm no jardim um elemento essencial, o qual assume frequentemente dimensões importantes. Alguns destes espaços são convertidos em empreendimentos turísticos, e noutros os seus jardins funcionam na atualidade como atração turística (Figura 2 – direita).



Figura 2

Vista aérea sobre empreendimento turístico no setor ocidental do Funchal (esq.), e Jardim Tropical Monte Palace, freguesia do Monte – Funchal (dir)

Fonte da imagem aérea: Secretaria Regional do Equipamento Social da Região Autónoma da Madeira, 2011. Fotografia de Albano Figueiredo, 2016.

Mesmo fora do Funchal, centro que polariza a atividade turística não só em termos de empreendimentos turísticos, de oferta de atividades de animação turística, como também no número de hóspedes, não raras vezes a paisagem sofre alterações significativas decorrentes da instalação de empreendimentos turísticos, os quais se destacam na paisagem pela volumetria. Os empreendimentos voltados para o turismo rural, esses encontram-se localizados na costa da face norte da ilha, afastados do epicentro da atividade turística, como refere Almeida (2010: 103).

Nos territórios insulares a construção de estruturas aeroportuárias e o estabelecimento de ligações aéreas regulares são fundamentais para viabilizar a economia em geral, e a atividade turística em particular. No arquipélago da Madeira os aeroportos foram extremamente importantes, pois permitiram um aumento significativo do número de turistas. As primeiras ligações aéreas regulares iniciaram-se em 1949, sendo então asseguradas por hidroaviões que amaravam na baía do Funchal, uma enseada que se estende entre a Ponta da Cruz e a Ponta do Garajau, e que é abrigada dos ventos dominantes do quadrante norte e dos ventos de oeste. É na década de sessenta do século xx que o

arquipélago da Madeira passa a beneficiar dos seus dois aeroportos, estruturas que sempre se complementaram: o aeroporto do Porto Santo, inaugurado em 1960, e o Aeroporto da Madeira, inaugurado em 1964. As intervenções de que, desde então, ambos têm beneficiado muito relevam para o crescimento do número de turistas no arquipélago, contribuindo para a internacionalização do destino turístico. Sendo a ilha da Madeira o destino turístico principal, são importantes as diferenças existentes em termos de número de passageiros internacionais desembarcados nos dois aeroportos, sendo o valor do aeroporto da Madeira substancialmente superior (Figura 3).

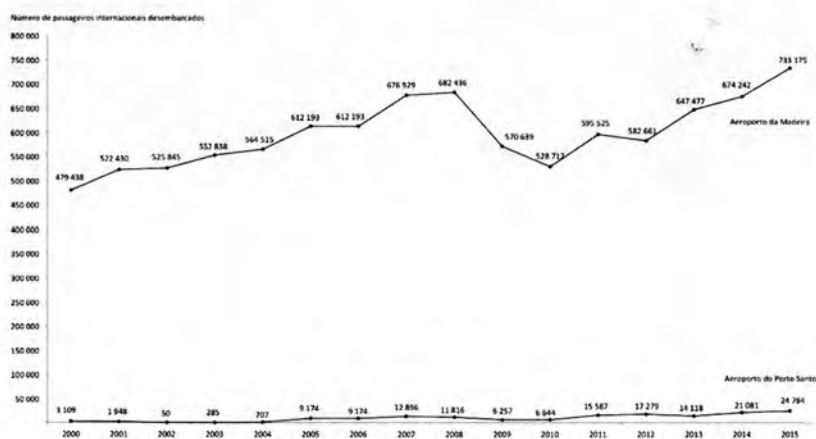


Figura 3
Número de passageiros internacionais desembarcados nos aeroportos da Madeira e do Porto Santo (2000-2015)

Fonte dos dados: Anuários Estatísticos da Região Autónoma da Madeira de 2000 a 2015, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Mas nos territórios insulares não relevam só as estruturas aeroportuárias, as estruturas marítimas são igualmente importantes.

A relevância do turismo de cruzeiros no destino *Madeira*

Pela sua posição, no centro Atlântico, a ilha da Madeira constituiu-se como um porto de escala transoceânico entre a Europa e a América, sendo igualmente relevante nas linhas de tráfego da fachada atlântica da Europa e do Mediterrâneo ocidental, bem como para os cruzeiros entre as ilhas atlânticas da Macaronésia (Canárias, Cabo Verde e Açores) e para os cruzeiros da costa norte de África (Agadir, Casablanca, Tânger, entre outros). Tendo em conta este enquadramento, o Porto do Funchal constituiu-se, secularmente, como um porto de escala e de abastecimento.

O facto de no segundo quartel do século xx o Porto do Funchal evidenciar constrangimentos vários, como por exemplo não dispor de depósitos de combustíveis líquidos que permitissem o abastecimento dos navios, comprometia a atracação de embarcações. A concorrência dos portos das ilhas Canárias, de Santa Cruz de Tenerife e de Las Palmas, em termos de condições das estruturas, de serviços oferecidos, de acostagem e de abastecimento de combustíveis, de eficiência, de segurança, de comodidade e de custos, acentuava-se, levando a um decréscimo da importância turística, mas também comercial, do Porto do Funchal, não só durante a II Guerra Mundial, em que entrou numa crise profunda (Ribeiro, 1985: 128-129), o que era até certo ponto compreensível, como também após este conflito, o que era preocupante. Esta situação altera-se em 1961, com a conclusão das obras do molhe da Pontinha. Neste período o Porto do Funchal continuava a desempenhar um papel fundamental como principal plataforma de acesso à ilha. Era importante não só para os navios de cruzeiro, como os navios soviéticos que operavam nas décadas de 60/70 do século xx a partir de São Petersburgo com passageiros oriundos dos países nórdicos, como para as ligações regulares entre Portugal Continental e as ex-colónias, servindo ainda de escala aos emigrantes portugueses que rumavam ao Brasil e à Venezuela.

As décadas de 80 e de 90 do século xx corresponderam a um decréscimo dos tráfegos que escalavam no Porto do Funchal, justificável pela perda de importância do transporte marítimo de passageiros de média e de longa distância, e pelo desenvolvimento do transporte aéreo, uma situação que se começa a inverter a

partir de finais da década de 90 do século xx, mais concretamente a partir de 1997 (veja-se Sousa, 2004: 349), altura em que começa a recrudescer a importância do turismo de cruzeiros. Tendo em conta a importante procura por este tipo de turismo, o Porto do Funchal passa a estar vocacionado exclusivamente para navios de passageiros a partir de 2004⁷, deslocando as mercadorias para o Porto do Caniçal. No sentido de oferecer melhores condições de desembarque, principalmente aos turistas de cruzeiros, realizam-se obras de melhoramento, levando à construção, no cais sul, no cais da Pontinha, da Gare Marítima Internacional de Cruzeiros, inaugurada em 2010. A partir de 2015, e na sequência de obras na frente mar da cidade do Funchal, passa a funcionar um novo cais de acostagem de navios cruzeiro, o cais 8, permitindo ampliar a capacidade do porto para receber 6 navios de cruzeiro em simultâneo.

A acostagem de navios de cruzeiro faz-se também no Porto da ilha do Porto Santo, tendo, ainda assim, de ser compatibilizada com a acostagem do navio Lobo Marinho que faz a ligação com o Porto do Funchal. O Porto do Porto Santo acolhe um escasso número de escalas de navios de cruzeiro, tendo em 2015 recebido apenas 4 navios de cruzeiro, o que representou 1856 passageiros, pelo que a captação de escalas se torna estratégica em termos de gestão do destino.

No sentido de captar mais escalas de navios de cruzeiro, a 19 de dezembro de 1994 as autoridades portuárias do arquipélago da Madeira, de Santa Cruz de Tenerife e de Las Palmas criaram uma associação, a *Cruises in the Atlantic Islands*, para promover internacionalmente a escala de navios de cruzeiro nos seus portos e reforçar a *rota das ilhas atlânticas*, uma rota ancorada em portos de ilhas que se encontram a poucas horas de navegação entre si, ilhas com características singulares e diferenciadas, o que permite estruturar uma oferta de atrações turísticas complementares. As autoridades portuárias de Cabo Verde associaram-se em 2015 à *Cruises in the Atlantic Islands*, o que traduz uma intenção clara de alargar e reforçar a marca *rota das ilhas atlânticas*, uma rota que certamente se valorizaria com a integração do arquipélago dos Açores, ainda que com uma latitude mais setentrional.

⁷ Ano em que foi aprovado o Plano Director do Porto do Funchal.

O número de navios de cruzeiro que fazem escala no Porto do Funchal tem vindo a aumentar de um modo contínuo de 2000 a 2012, ano em que se registaram 592 935 passageiros e 336 escalas de navios, tendo sido este o melhor ano de sempre do Porto do Funchal (Figura 4). Registou-se uma quebra pontual nos anos de 2013 e 2014, havendo uma retoma expressiva em 2015. No ano de 2015 registou-se uma média diária de 1 585 passageiros de navios de cruzeiro no Porto do Funchal, o que contrasta com a média diária de 465 passageiros no ano 2000. Esta variação estará associada, entre outros fatores, aos investimentos que têm sido efetuados no Porto do Funchal, ao facto de a Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira ter desenvolvido parcerias com outras administrações portuárias, ao facto de integrar novas associações internacionais, e ter havido investimento na promoção internacional do porto, ao marcar presença nos maiores eventos, designadamente feiras de cruzeiros. Outros aspetos, não negligenciáveis, são o facto de o turismo de cruzeiros evidenciar um crescimento muito apreciável, de aumentarem em número os navios de cruzeiro, de estes se especializarem, se tematizarem e segmentarem crescentemente, de possuírem maior capacidade de transporte de passageiros, de apresentarem taxas de ocupação mais elevadas, e de se diversificarem as origens e os destinos turísticos, bem como os circuitos.

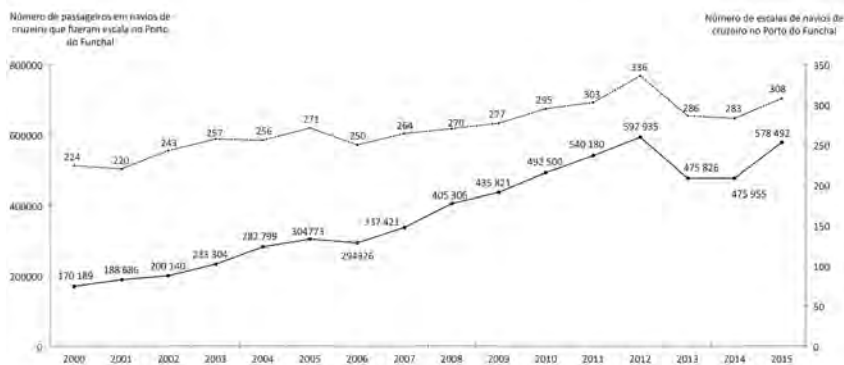


Figura 4

Número de passageiros em navios de cruzeiro que fizeram escala no Porto do Funchal e número de escalas (2000-2015)

Fonte dos dados: Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, 2016.

As iniciativas de promoção internacional dos portos do arquipélago da Madeira são essenciais, pois há uma acentuada sazonalidade da atividade dos navios de cruzeiro. No Porto do Funchal a distribuição intra-anual das escalas e dos passageiros em navios de cruzeiro evidencia uma variação muito apreciável (Figura 5). Considerando o ano de 2015, há um aumento das escalas no Porto do Funchal na primavera e no inverno. Cerca de 85% das escalas concentram-se de outubro a abril (compensado a sazonalidade das dormidas que está expressa na Figura 11), sendo que a maior afluência de navios de cruzeiro se verifica nos meses de abril, novembro e dezembro (Figura 5). Efetivamente, o turismo de cruzeiros contribui para que o Funchal seja um dos mais movimentados destinos turísticos no período outono/inverno. Nos meses de novembro e dezembro é significativo o número de navios de cruzeiro que fazem escala no Porto do Funchal, e que efetuam o circuito das ilhas atlânticas. Um dos momentos com um número mais elevado de navios de cruzeiro está associado ao último dia do ano, em que estes navios atracam na baía do Funchal para assistir ao fogo de artifício do final do ano.

Na primavera as escalas aumentam nos meses de março, abril, época do ano em que adquirem expressão significativa os navios de cruzeiro que fazem a travessia do Atlântico, entre a Europa e a América, navios que reposicionam as suas operações (que no verão, de março a outubro, operam nos países nórdicos, designadamente nos *fiordes* e nos glaciares do norte da Europa, ou no Mediterrâneo, e que no inverno europeu se deslocam para as Caraíbas).

Ora é estratégico, em termos de gestão do destino, aumentar as escalas dos navios de cruzeiro nos meses de verão, tendo em conta a redução significativa do número de navios de cruzeiro que visitam o Funchal (Figura 5). Nesta estação do ano o Porto do Funchal está integrado, principalmente, nos circuitos da costa norte de África e Mediterrâneo ocidental. O facto de haver nesta estação a deslocação de um número significativo de navios para o mar Báltico e para o mar Mediterrâneo transforma este objetivo num desafio importante.

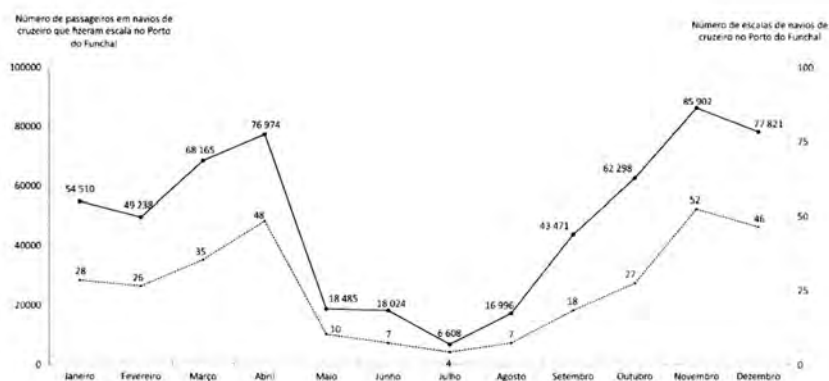


Figura 5
 Número de passageiros em navios de cruzeiro com escala no Porto do Funchal e número de escalas (2015)

Fonte dos dados: Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, 2016.

Considerando a singularidade e a notoriedade do destino *Madeira*, a qualidade dos empreendimentos turísticos existentes na ilha, a posição atlântica do Porto do Funchal, a sua já longa tradição na acostagem de navios de cruzeiro, a existência de um aeroporto intercontinental que permite viabilizar os *fly cruises*, a que se junta a Gare Marítima Internacional de Cruzeiros, é estratégico para o destino *Madeira* que as operações de *turnaround* sejam crescentemente valorizadas, que o Porto do Funchal deixe de ser apenas um porto de trânsito, e se afirme, cada vez mais, como um *home port*. Tal pressupõe a permanência em terra de tripulações e de passageiros, constituindo-se a prestação de serviços *pre-cruise* e *post-cruise* como extremamente importante e com impacto económico na ilha.

Em suma, as estruturas aeroportuárias e portuárias têm permitido a chegada ao arquipélago da Madeira de um número crescente de turistas e uma expansão da atividade turística. A justificar a procura turística anteriormente exposta estão fatores associados à paisagem, ao clima e aos eventos culturais, os quais, numa lógica de complementaridade, muito contribuem para a afirmação da *Madeira*

como destino turístico (Oliveira e Pereira, 2008: 3; Quintal, 2010: 169-170; Marujo, 2012; Marujo, 2015: 7), como se terá oportunidade de demonstrar.

Património natural, clima e eventos no destino *Madeira*

Os atributos naturais assumem uma importância primordial na afirmação do destino *Madeira*, ajudando a consolidar a sua posição como destino turístico. Beneficiando da inata atratividade que as ilhas oceânicas apresentam como destinos turísticos, a *Madeira* apresenta um património natural de carácter excepcional, o que justifica o seu destaque no âmbito das regiões turísticas portuguesas, muito contribuindo esta vantagem comparativa para a sua competitividade entre os destinos turísticos internacionais.

O património natural está identificado como a principal atração, dado que o contacto com a natureza é um importante fator motivacional para a visita (Quintal, 2010: 170, 188-189), tal como o confirmam os resultados do estudo realizado pela Secretaria Regional de Turismo e Transportes da Madeira em 2010, onde o “contacto com a natureza” e o “sol e mar” se assumem como as motivações principais para a procura turística (SRTTM, 2010: 6). E a imagem de marca *Madeira*, como destino turístico, tem explorado a exclusividade destes atributos naturais, valorizando o seu enquadramento insular, o seu clima ameno associado à sua posição subtropical, a presença de uma floresta classificada como Património Natural da UNESCO (floresta Laurissilva), ou a possibilidade de atravessar paisagens naturais de grande interesse, utilizando circuitos como *levadas*, *veredas* ou *caminhos reais* (antigas vias de comunicação). Na verdade, estes atributos têm assumido especial relevo no *branding* deste destino turístico, sendo comum o uso de imagens e palavras associados ao *mar*, ao *sol*, à *montanha*, à *paisagem natural*, à *Laurissilva* ou às *levadas*, elementos cuja combinação se torna especialmente atrativa para turistas procedentes de territórios europeus onde alguns destes elementos não estão presentes. Além de questões de natureza económica, nomeadamente disponibilidade de orçamento para viajar, a existência de atributos naturais exclusivos pode ser um fator que explica a

preponderância de países como o Reino Unido, a Alemanha e a França como os países mais representados em termos de origem dos turistas que procuraram a *Madeira* em 2015 (DREM, 2016).

Diversidade de paisagens

Apesar de ser uma ilha pequena (758 km²), a Madeira apresenta uma grande diversidade de ambientes, estruturada por diferenças climáticas importantes, elevada complexidade topográfica (Figura 6), associada a um profundo encaixe da rede hidrográfica, e paisagens bastante diferenciadas em função do tipo de vegetação e uso do solo.

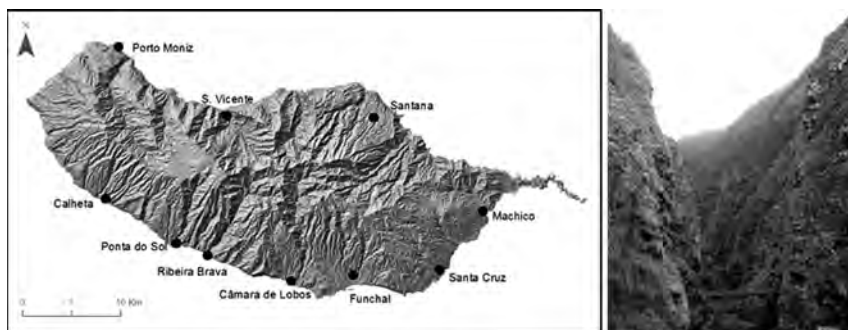


Figura 6
Aspeto geral do relevo da ilha da Madeira (esq.),
e vale encaixado da ribeira do Inferno (dir.)
Fotografia de Albano Figueiredo, 2016

A ilha da Madeira apresenta uma grande diversidade de ambientes naturais (Figura 7). Assim, em curtas distâncias percorridas, é possível passar do fundo de um vale ladeado por vertentes abruptas para um planalto (Paul da Serra); subir aos picos escarpados de maior altitude da ilha, ou descer a uma pequena praia de *calbau*⁸; fazer um percurso numa paisagem desprovida de floresta

⁸ Designação local atribuída às praias de calhaus rolados características da ilha da Madeira.

(Ponta de S. Lourenço), ou penetrar na floresta Laurissilva; caminhar ao longo de uma *levada*, praticamente sempre à mesma cota altimétrica, ou cruzar a ilha através de *veredas* e *caminhos reais*, permitindo usufruir de paisagens naturais de elevado interesse.



Figura 7
Diversidade de paisagens na ilha da Madeira
Fotografias de Albano Figueiredo, 2016

Os setores de maior altitude apresentam-se normalmente desprovidos de floresta, predominando uma paisagem dominada por vegetação herbácea ou formações arbustivas baixas, pois trata-se de áreas associadas ao pastoreio ao longo de séculos. Podendo ser áreas de passagem, funcionam ainda como pontos de paragem, especificamente alguns pontos dos setores mais elevados da ilha, onde normalmente estão instalados miradouros (Pico Ruivo, Pico Areeiro, Bica da Cana, Pico Ruivo do Paul) (Figura 8). Nestes pontos é possível contemplar áreas significativas da ilha, obtendo-se uma vista privilegiada sobre os picos escarpados, vales encaixados, ou manchas de floresta Laurissilva, um outro elemento natural de interesse para o turismo.

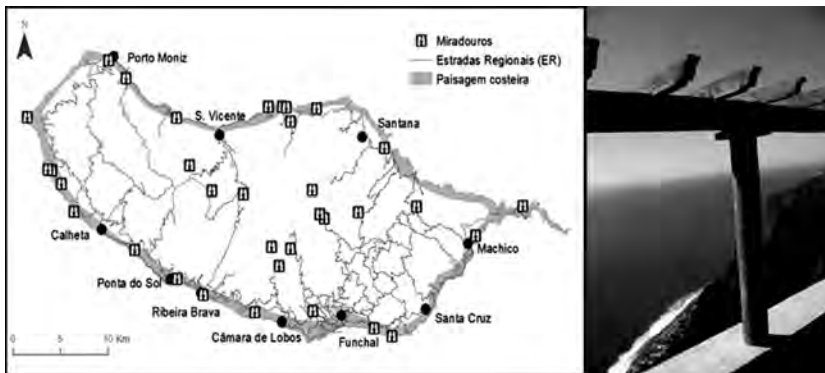


Figura 8

Localização de miradouros na ilha da Madeira (2016) (esq.)
e pormenor do Miradouro do Lombo da Rocha, Calheta (dir.)
Fotografia de Albano Figueiredo, 2016

Vários fatores contribuem para transformar a floresta Laurissilva⁹ numa das principais atrações da ilha da Madeira. Trata-se de uma floresta de elevado valor do ponto de vista da conservação, um aspeto traduzido na classificação como Património Natural da Humanidade pela UNESCO, desde 1999. Além de integrar árvores exclusivas das ilhas da Macaronésia, esta floresta, que ocupa uma área de cerca de 15 000 hectares, aproximadamente 20% da superfície da ilha, inclui ainda arbustos endémicos exclusivos da ilha da Madeira, alguns deles associados a pequenas clareiras definidas pela presença de cascatas e ribeiras no seu interior (Figura 9). Tendo em conta os elevados totais pluviométricos e a elevada frequência de nevoeiros nas áreas onde a floresta Laurissilva ainda persiste, quase exclusivamente na face norte da ilha, esta é rica em epífitos (plantas, líquenes e musgos que cobrem os troncos e ramos das árvores) e pteridófitos (fetos), que lhe conferem um aspeto semelhante a algumas florestas tropicais.

O acesso à floresta Laurissilva faz-se normalmente através de *levadas* (Figura 10), pequenos canais associados ao sistema de irrigação que foi instalado na ilha para permitir suprir as necessidades de água na face sul, que sendo a área mais seca da ilha é também a que concentra a maior parte da população,

⁹ Floresta dominada por árvores da família das lauráceas, como o loureiro (*Laurus novocana-riensis*), o til (*Ocotea foetens*), o vinhático (*Persea indica*) e o barbusano (*Apollonias barbujana*).

área agrícola e infraestruturas hoteleiras. Orlando Ribeiro (1985: 64) refere-se às *levadas* afirmando: “estes aquedutos são aparentemente muito simples: um canal, construído em alvenaria, com a profundidade de meio metro e a largura de 70 centímetros, geralmente acompanhado de uma estreita plataforma onde se dispôs um caminho”. Os caminhos que correm paralelos às *levadas* constituem-se como trilhos, sendo valorizados pelas empresas de animação turística, pois permitem um contacto mais próximo e intimista com a natureza, valorizando a experiência turística. Alguns dos trilhos que acompanham as *levadas* permitem aceder a vales encaixados onde se encontram algumas das manchas melhor preservadas de Laurissilva das ilhas da Macaronésia, onde é possível contactar com alguns dos atributos mais exclusivos da floresta (Figura 9).

Estes percursos têm uma forte relação com o elemento água, pois estas *levadas* cruzam regularmente pequenas ribeiras, algumas delas dando origem a cascatas quando instaladas em ruturas de declive, ou pela frequência de paredes ressumantes que debitam continuamente água nestes canais.



Figura 9

Aspetos da floresta Laurissilva e espécies endémicas da flora e da fauna
Fotografias de Albano Figueiredo, 2016

O início da construção das *levadas* remonta ao início da ocupação da ilha, na centúria de quinhentos, mas foi o aumento da área agrícola que motivou a necessidade de caudais cada vez mais elevados, determinando a criação de uma rede mais densa e extensa, a qual permitiu garantir disponibilidade de água aos diferentes ciclos agrícolas da ilha, desde a cana-de-açúcar nos séculos XVI e XVII, ao ciclo do vinho nos séculos XVIII e XIX, e o da banana no século XX.

Com uma extensão total próxima dos 3000 km (Figura 10), as *levadas* constituem-se como um particularismo deste território insular, muito contribuindo para a singularidade e notoriedade do destino *Madeira*. Assim se compreende o facto de as *levadas da Madeira* integrarem presentemente a lista indicativa do Estado português a Património Mundial da UNESCO.

A combinação destes dois elementos, da floresta Laurissilva e das *levadas*, faz com estes percursos sejam dos mais procurados pelos turistas que realizam percursos pedestres, pela possibilidade de poder atravessar uma floresta com atributos exclusivos e aceder a locais da ilha com paisagens únicas, ainda que nem todas as *levadas* estejam ativas, e nem todas cumpram as normas de segurança necessárias à utilização para práticas de lazer e de turismo. Sublinhe-se que alguns dos trilhos das *levadas*, mesmo não sendo percursos sinalizados e aconselhados, são procurados pelos turistas, nomeadamente as *levadas* que atravessam áreas agrícolas nos setores de menor altitude da face sul da ilha (Figura 10).



Figura 10

Rede de *levadas* e áreas de paisagem natural com interesse turístico na ilha da Madeira (esq.) e pormenor de uma *levada* (dir.)

Fotografia de Albano Figueiredo, 2016

Presentemente existem no destino turístico *Madeira* 30 percursos pedonais recomendados, 28 percursos na ilha da Madeira (10 em *levadas*, 13 em *veredas*, 3 em *caminhos reais* e 2 noutro tipo de caminhos) e 2 percursos na ilha do Porto Santo (ambos em *veredas*) (JORAM, 2012).¹⁰

Para além dos percursos pedestres, é bastante frequente a realização de circuitos turísticos à volta da ilha, com passagem pelos principais centros urbanos e paragem nos miradouros distribuídos ao longo da costa (Figura 8). Esta é uma opção muito procurada por turistas com estadas curtas, assim como por passageiros de navios de cruzeiro. Estes percursos estão baseados essencialmente na possibilidade de contemplar a paisagem natural e aceder aos locais mais emblemáticos da ilha, onde os miradouros desempenham um papel fundamental, permitindo vistas privilegiadas sobre extensas áreas da paisagem e lugares de interesse específico.

Diversidade climática

Um dos aspetos que mais favorece a escolha deste destino é o clima, não só pela sua amenidade, como pela diversidade. A ilha apresenta condições bem diferenciadas em função da altitude e da exposição aos ventos dominantes, os alísios, dando origem a uma marcada assimetria entre as faces norte e sul, e um contraste bem marcado entre os setores de maior altitude (1500-1800m) e as áreas costeiras (<300m). Para tal contribui a disposição perpendicular do sistema montanhoso principal, que atravessa a ilha da Madeira no sentido este-oeste no centro da ilha (Figura 6), e que se apresenta como uma importante

¹⁰ Data do ano 2000 o Decreto Legislativo Regional (Decreto n.º7-B/2000/M) (Portugal, 2000) que estabelece os percursos pedonais recomendados na Região Autónoma da Madeira, num total de 58 pequenas rotas (PR). Em 2010 um Despacho conjunto das Secretarias Regionais do Turismo e Transportes e dos Recursos Naturais, datado de 20 de Agosto de 2010, aprova uma nova lista de percursos pedonais, restringindo a 27 os percursos (24 percursos na ilha da Madeira e 3 na ilha do Porto Santo) (JORAM, 2010). O objetivo dos Despachos de 2010 e de 2012 (JORAM, 2010; JORAM, 2012) foi proceder a uma atualização da lista de percursos, que decorre de trabalhos de recuperação, de beneficiação, de redefinição de trajetos e de implementação de sinalética, medidas de ação essenciais para conferir segurança aos percursos recomendados.

barreira relativamente aos ventos alísios. Responsável por valores de precipitação mais elevados na face norte e setores de maior altitude, esta barreira promove ainda a formação frequente de nevoeiros na face norte da ilha. Assim, a um ambiente mais húmido e fresco da face norte, contrapõe-se o ambiente mais quente e seco das áreas de baixa altitude (< 300m) da costa sul, áreas onde se concentra a maior parte dos empreendimentos turísticos. Estas áreas costeiras junto ao mar apresentam temperaturas médias anuais superiores a 17° C, e valores de precipitação inferiores a 500mm. O número de dias com precipitação é normalmente inferior a 80, e a temperatura diurna nos meses de inverno frequentemente está próxima dos 20° C¹¹. Nestas áreas o número de noites tropicais¹² por ano pode ser entre 40 e 50, podendo o número de dias de verão¹³ oscilar entre 60 e 70 dias. Tendo em conta estas condições climáticas claramente subtropicais, estas áreas são adequadas à prática de turismo ao ar livre mesmo no inverno. Esta pode ser uma das razões por que as escalas de cruzeiro são especialmente importantes entre novembro e abril (Figura 5). Sendo estas condições características de uma franja restrita das áreas costeiras na face sul da ilha, este pode ser um dos fatores que determina a assimetria existente ao nível da distribuição de empreendimentos turísticos entre as duas faces da ilha, duplicando a realidade que se identifica no povoamento.

Em oposição às condições descritas anteriormente para as áreas costeiras da face sul, os setores de maior altitude (1500-1850 m) apresentam um elevado número de dias com precipitação, que pode variar entre 220 e 250 dias, e registam totais anuais entre os 3500 e os 3800 mm, sendo os meses de junho a setembro os que registam os valores de precipitação mais baixos, ainda que apenas o mês de julho se possa considerar um mês seco. A temperatura média anual situa-se entre os 6 e os 9° C, sendo raros os dias com temperatura superior a 25° C (Santos e Miranda, 2006).

¹¹ Instituto Português de Meteorologia, Normais Climatológicas – série 1971-2000.

¹² Temperatura mínima superior ou igual a 20° C.

¹³ Temperatura média diária superior a 25° C.

No período de inverno as condições do estado do tempo são menos favoráveis na face norte da ilha e nos setores de maior altitude, implicando algumas limitações à prática turística, principalmente em termos de percursos pedestres, uma das atividades mais procuradas pelos turistas que visitam a ilha da Madeira. Esta situação deve-se à maior frequência de nevoeiros e valores mais elevados de precipitação, frequente registo de ventos fortes com direção predominante de nordeste, e temperaturas médias diárias mais baixas, condições pouco adequadas à realização de caminhadas nas áreas de floresta Laurissilva, *levadas* da costa norte e áreas de montanha. Mas, devido à diversidade climática da ilha, neste período do ano, aproveitando as condições de estado do tempo normalmente mais favoráveis na face sul, vários percursos estão disponíveis, nomeadamente *levadas*, *caminhos reais* ou *veredas*, neste caso construídas para fazer a ligação entre os núcleos costeiros, frequentemente localizados em fajás, e os aglomerados que se estendem em direção à serra. Ou ainda circuitos pelos miradouros localizados junto à costa, permitindo vistas privilegiadas sobre a paisagem costeira (Figura 8). Ambas as situações podem desempenhar um papel importante à escala local, contribuindo para diversificar a oferta turística e permitir o contacto mais direto com o património, nomeadamente o património natural (Figueiredo, 2008).

Já o período de maio a setembro, período do ano com valores mais baixos de precipitação e temperaturas médias mais elevadas, apresenta condições climáticas adequadas à prática do turismo ao ar livre em toda a ilha, tais como caminhadas nas *levadas* ou nos *caminhos reais*, que permitem aceder a manchas de Laurissilva ou aos setores mais recônditos da ilha. A esta atividade, somam-se diversas possibilidades em termos de lazer associado a ambientes aquáticos (pesca desportiva, *whale-watching*, mergulho, *snorkeling*, *coastering*, *windsurf*, *canyoning*, canoagem, passeios marítimo-turísticos).

Coincidente com o período do ano que mais pessoas escolhem para férias no hemisfério norte, é neste período que se concentra a maior procura deste destino turístico, sendo também o período em que se realiza um maior número de eventos (Figura 11).

Diversidade de eventos

Além do património natural, o destino *Madeira* conta com um conjunto de eventos que ajudam a diversificar a oferta, alguns dos quais se assumem como importantes em termos de atração turística. Eventos como o *Carnaval*, a *Festa da Flor* ou a *Passagem de ano* funcionam já como motores em termos de atração turística.

Mas grande parte dos eventos tem lugar entre abril e outubro. Além dos eventos constantes na Figura 11, outros contribuem para diversificar a oferta, como sejam os *arraiais da Madeira*, festas populares que podem ter projeção à escala da ilha, como as Festas de Nossa Senhora do Monte, ou ainda festas ligadas às colheitas de produtos agrícolas (festa da banana, festa da anona, festa da castanha, festa da vindima, festa do limão, festa da melancia, festa do pêro, festa da cereja, mostra da cana-de-açúcar, festa da cebola). Ainda que sejam eventos que têm capacidade para funcionar como atração turística relevante, contribuem para diversificar a natureza dos eventos propostos.

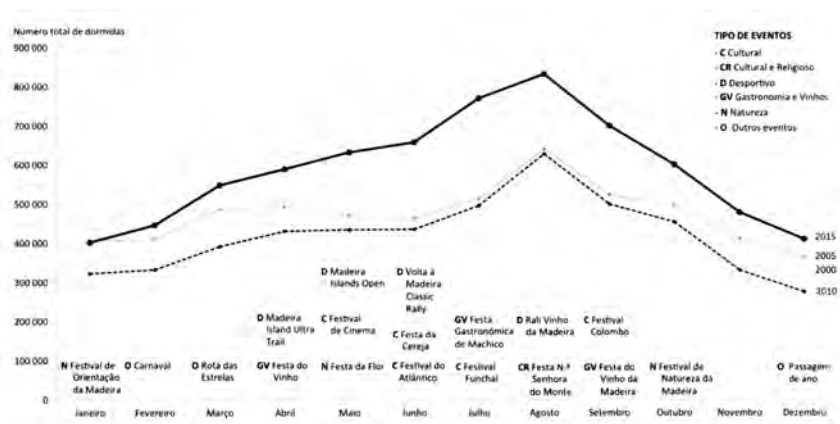


Figura 11

Número mensal de dormidas em empreendimento turístico no arquipélago da Madeira em diferentes anos (2000, 2005, 2010, 2014) e principais eventos, de acordo com o tipo de evento

Fonte dos dados: Apuramento específico, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 2016.

Ora uma das estratégias utilizadas pelas organizações de gestão dos destinos turísticos para aumentar a procura turística e esbater a sazonalidade que geralmente a caracteriza é a organização e promoção de eventos, de âmbito diverso (culturais, desportivos, gastronómicos, religiosos, entre outros). No caso do destino *Madeira* o levantamento, não exaustivo, do calendário anual dos eventos, que se faz constar na Figura 11, permite constatar que estes, além de contribuírem para diversificar a oferta, têm permitido aumentar a procura turística entre os meses de abril a outubro, tal como se pode verificar através da análise comparativa do número mensal de dormidas em empreendimento turístico nos anos 2000 e 2014. Ainda assim, um calendário de eventos adequadamente estruturado e com divulgação mais ampla poderá contribuir para reduzir o efeito da sazonalidade da procura turística no destino *Madeira*.

Considerações finais

Este texto, *in memoriam*, ao Dr. António Gama, contempla um destino turístico específico: a *Madeira*. A *Madeira* vivenciou, desde a centúria de oitocentos, em que se tornou nacional e internacionalmente uma reconhecida estância terapêutica, um crescimento muito apreciável da atividade turística. O turismo assume na *Madeira* uma importância socioeconómica muito significativa, constituindo-se este como um dos mais importantes destinos turísticos de Portugal.

Nos territórios insulares, como a *Madeira*, os transportes aéreos e marítimos adquirem uma importância fulcral, não só em termos de conectividade inter-ilhas como para a acessibilidade externa, nacional e internacional, sendo a construção de estruturas aeroportuárias e portuárias essencial para a sua competitividade, designadamente como destinos turísticos. No caso da *Madeira*, a criação dos aeroportos e dos portos do Funchal e do Porto Santo, relevou-se como essencial para a afirmação do arquipélago como destino turístico. As sucessivas intervenções nas estruturas portuárias e as parcerias com autoridades portuárias congéneres têm permitido que a *Madeira* se (re)posicione em termos de turismo de cruzeiros, que é estratégico para a sua afirmação como destino turístico.

Na *Madeira* o património natural, o padrão climático anual e o calendário anual de eventos contribuem para explicar a variação intra-anual da procura turística, como se demonstra. Pelas suas características, o património natural da ilha da Madeira apresenta-se como um dos fatores que mais contribui para a atratividade deste destino turístico. Ainda que o destino seja afetado pela sazonalidade, o turismo de cruzeiros contribui para esbater a mesma, principalmente nos meses em que se regista um menor número de dormidas no destino. No destino *Madeira*, as condições climáticas que caracterizam o estado do tempo entre o final do outono e o início da primavera condicionam a prática de atividades de lazer ao ar livre, como o pedestrianismo, traduzindo-se num menor número de dormidas. Os eventos, que se concentram fundamentalmente na primavera e no verão, têm contribuído para aumentar o número de dormidas nestas estações do ano, sendo estratégico investir em eventos que ocorram no outono e inverno, e que tenham durações mais alargadas para fazerem aumentar a estada média na ilha.

Presentemente, um dos pontos fracos identificados pelo *Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal Turismo 2020* para o destino Madeira é a *reduzida investigação em turismo* (TP, 2015: 134). Neste sentido, o destino muito beneficiará, no futuro, do aumento da investigação científica, uma investigação que informe os agentes e os grupos de interesse locais, no sentido de robustecer o sistema turístico regional, tornando-o mais inovador e competitivo.

Referências bibliográficas

- Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira (APRAM) (2016). *Sítio da Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira*. Disponível em <http://www.portosdamadeira.com/site/index.php/pt/> Acedido a 15 de julho de 2016.
- Almeida, A. M. M. (2010). From island mass tourism to rural tourism In Madeira: Is there a place for a re-definition of islands' image? *Polytechnical Studies Review*, VIII, 14, pp. 97-110.
- Associação Comercial e Industrial do Funchal, Câmara de Comércio e Indústria da Madeira (ACIF-CCIM) (2015). *Documento estratégico para o turismo na RAM. Relatório diagnóstico ao atual posicionamento da Madeira*. Funchal: Associação Comercial e Industrial do Funchal, Câmara de Comércio e Indústria da Madeira.

- Brito-Henriques, E. (2008). Representações da insularidade e turismo: que possibilidades para as ilhas portuguesas? In Carminda Cavaco (coord.), *Turismo, Inovação e Desenvolvimento* (pp. 123-142). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) (2015). *Estatísticas do turismo da Região Autónoma da Madeira*. Funchal: Direção Regional de Estatística da Madeira.
- Figueiredo, A. (2008). *Calheta: Património natural*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Gama, A. (1977). Algumas notas sobre as relações entre a Geografia e as Ciências Sociais. *Biblos*, LIV, pp. 137-143.
- Gama, A. (1988). Notas para uma Geografia do tempo livre. *Cadernos de Geografia*, 7, 203-217. Disponível em http://www.uc.pt/fluc/depgeotur/publicacoes/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo7/artigo12_Acedido a 8 de janeiro de 2016.
- Gomes, C. de S. F., Silva, J. B. P. (2012). *Ilha do Porto Santo: estância singular de saúde natural/ Porto Santo Island: unique natural health resort*. Funchal: Madeira Rochas, Divulgações Científicas e Culturais.
- Instituto Canario de Estadística (ISTAC) (2016). *RevPAR 2014*. Gran Canária: Instituto Canário de Estadística. Disponível em <http://www.gobiernodecanarias.org/istac/jaxi-istac/tabla.do> Acedido a 29 de julho de 2016.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2016). *Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira 2015*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira (JORAM) (2010). *II Série, número 157, de 20 de agosto de 2010, Despacho conjunto das Secretarias Regionais do Turismo e Transportes e dos Recursos Naturais que aprova as alterações à lista dos percursos pedonais recomendados na Região Autónoma da Madeira*. Disponível em <http://www.sra.pt/dr/ffiles/Percursos%20Pedestres%20-%20Panfletos/legislacao/IIserie-157-2010-08-20.pdf> Acedido a 15 de julho de 2016
- Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira (JORAM) (2012). *II Série, número 74, de 30 de abril de 2012, Despacho conjunto das Secretarias Regionais do Ambiente e Recursos Naturais e da Cultura, Turismo e Transportes que aprova a lista de percursos pedonais recomendados na Região Autónoma da Madeira*. Disponível em <http://www.sra.pt/dr/ffiles/Percursos%20Pedestres%20-%20Panfletos/legislacao/Despacho%202012%20Lista%20dos%20percursos%20pedonais%20recomendados.pdf> Acedido a 15 de julho de 2016.
- Mangorrinha, J. (coord.) (2012). *História de uma viagem: 100 anos de turismo em Portugal (1911-2011)*. Ponta Delgada: Turismo de Portugal, Comissão Nacional do Centenário do Turismo de Portugal.
- Marujo, N. (2012). *Turismo, turistas e eventos: o caso da ilha da Madeira*. Dissertação de doutoramento em turismo. Évora: Universidade de Évora.
- Marujo, N. (2015). O desenvolvimento do turismo na ilha da Madeira. *TURyDES, Revista de Turismo y Desarrollo*, 6(15), pp. 1-16.
- Moreira, C. O. (2013). *Turismo, território e desenvolvimento: competitividade e gestão estratégica de destinos*. Tese de doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Oliveira, P., Pereira, P. T. (2008). Who values what in a tourism destination? The case of Madeira Island. *Tourism Economics*, 14, 1, 155-168.
- Portugal (2000). *Diário da República, I série-A, n.º 67, 20 de Março de 2000, Região Autónoma da Madeira, Decreto Legislativo Regional n.º 7-B/2000/M*. Estabelece os percursos pedonais

- recomendados na Região Autónoma da Madeira. Disponível em <http://www.sra.pt/drf/files/Percurso%20Pedestres%20-%20Panfletos/legislacao/00020007.pdf>.
- Ribeiro, O. (1985). *A ilha da Madeira até meados do século XX: estudo geográfico*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Quintal, R. (2010). Madeira *levadas*: the water ways to discover nature. In Eduardo Brito-Henriques, João Sarmento, Maria Alexandre Lousada, *Water and tourism: resources management, planning and sustainability* (pp. 169-191). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- Santos, F. D., Miranda, P. (eds.) (2006). *Alterações climáticas em Portugal. Cenários, impactos e medidas de adaptação*. 1.ª ed. Lisboa: Gradiva.
- Secretaria Regional do Turismo e Transportes (SRTTM) (2010). *Estudo do gasto turístico*. ECAM, Funchal. Disponível em http://www.acif-ccim.pt/Admin/Public/Download.aspx?file=Files/Filer/ACIF/Paginas/estudo_gasto_turistico.pdf Acedido a 3 de maio de 2016.
- Sousa, J. F. (2004). *O porto do Funchal no contexto do sistema portuário insular regional. As infraestruturas, os tráfegos e as funções portuárias*. Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Turismo de Portugal (TP) (2015). *Turismo 2020 Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- Turismo de Portugal (TP) (2016). *Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística*. Lisboa: Turismo de Portugal. Disponível em <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNAAT/ConsultaRegisto.aspx?Origem=CP&FiltroVisivel=True> Acedido a 31 de agosto de 2016.

(Página deixada propositadamente em branco)

**TURISMO: UM ESPELHO DA(S) REALIDADE(S)
CONTEMPORÂNEA(S) – DO MUNDO GLOBALIZADO
À GLOBALIZAÇÃO DO MEDO E DA INSEGURANÇA**

Mónica Morais de Brito/monicabrito71@gmail.com

Departamento de Geografia e Turismo
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
e CEGOT – Centro de Estudos de Geografia
e Ordenamento do Território

Nota

Este é um pequeno contributo para a reflexão sobre um tema que, na atualidade, invade o quotidiano de todos nós. Mas pretende ser mais do que isso. É uma tentativa de cruzar os meus interesses de investigação com aqueles de que me apercebi, ainda que muito superficialmente, e num curto espaço de tempo, serem também os do colega António Gama. Substituí-o na lecionação da disciplina de Geografia e Organizações Internacionais, um desafio que enfrentei com a sua ajuda e completa generosidade e, também aí, fiz um exercício semelhante. Espero, em honra da sua memória, da pessoa que foi, e do legado que deixou, ter sido bem-sucedida no passado e também agora neste empreendimento.

Introdução

A sensação de sermos cidadãos do mundo confere uma dimensão de omnipresença à nossa vivência quotidiana. A distância psicológica entre as diversas

geografias reduziu-se drasticamente. A distância física mede-se, hoje, não em quilómetros ou em milhas, mas em tempo. O conceito de fronteira alterou-se significativamente, e a percepção de que estamos a poucas horas de quase tudo amplia o nosso universo de expectativas pessoais, profissionais e também de lazer.

Este conjunto de sensações, percepções e realidades sobre o espaço e o tempo resultam da evolução tecnológica, mas também de um conjunto de profundas mudanças políticas, sociais e culturais que em muito contribuíram para a alteração do sistema-mundo, mas também das mentalidades e das nossas próprias escalas. O século xx, sobretudo nas últimas três décadas, foi rico em inovação, nas Tecnologias de Informação e Comunicação, nos transportes e vias de comunicação, mas também em eventos marcantes como a queda do muro de Berlim (1989), o colapso da URSS (1991), o Tratado de Maastricht (1992), e as suas consequências na livre circulação de pessoas, e o surgimento do Espaço Schengen em 1985, entre outros.

Diretamente relacionado com esta realidade física e virtual surge o conceito de globalização, que invadiu o discurso quotidiano: o dos cidadãos comuns, o dos governantes e o dos políticos, entre outros. Pela sua complexidade, pela sua aparente novidade, suscita diferentes opiniões e posições, umas mais extremadas do que outras, sobre um processo, um fenómeno que alguns defendem ter começado com a epopeia dos descobrimentos portugueses, embora com contornos muito distintos dos atuais. Na prática, a globalização estende-se a múltiplas dimensões da realidade, nomeadamente à geopolítica, à universalização de determinados idiomas, à cultura, no seu sentido mais amplo (preferências estéticas, movimentos artísticos, vestuário, hábitos de consumo) e, inclusive à homogeneização de algumas paisagens especialmente as ocidentais (Font e Rufí, 2006: 36).

Este cenário, mesclado de *nuances* positivas, não se esgota na abordagem otimista, pois a globalização, nas suas múltiplas dimensões, como a mobilidade e a proximidade física e virtual, têm igualmente aspetos negativos, permitindo a circulação de pessoas, de bens e de informação para fins perversos, colocados ao serviço de ideais deturpados que se focam no fomento do terror e na propagação da ideologia do medo, à escala global, com os respetivos impactos, nomeadamente económicos. Por outro lado, as incertezas e as inseguranças

de natureza económica e social refletem-se igualmente à escala mundial, independentemente do seu epicentro, sendo tanto maior o seu impacto quanto maior o protagonismo do país ou países envolvidos, podendo citar-se, a título de exemplo, o Brexit no Reino Unido.

McLuhan (1972) introduziu o conceito de Aldeia Global, relacionado com o de globalização, e que traduz uma nova visão do mundo como consequência do desenvolvimento das TIC's e da evolução dos transportes, e que tem subjacente um conjunto de desafios, tangíveis e intangíveis, que impõem uma predisposição contínua para a mudança. Para além da mudança de mentalidades, a vivência nesta Aldeia Global, obriga a um comportamento simultaneamente reativo e pró-ativo por parte de cada um dos territórios, seja qual for a escala considerada, que permita defender a sua individualidade e identidade sem contudo ignorar as ameaças e as oportunidades inerentes a esta realidade.

No caso particular do Turismo, uma das atividades económicas mundialmente mais expressivas, pelas receitas e pelos postos de trabalho, geradas direta e indiretamente, a relação biunívoca com os conceitos de globalização, e de mobilidade física e virtual, é inquestionável. A análise diacrónica dos impactos da evolução dos transportes e das tecnologias de comunicação e informação no turismo, e a reciprocidade deste processo, permite-nos constatar que o incremento da procura turística é, simultaneamente, um produto e um catalisador desse mesmo processo de evolução. Por um lado, a facilidade de circulação das pessoas à escala global é o resultado gradual da evolução dos transportes, o surgimento do comboio, do carro, do barco, do avião, nas suas múltiplas modalidades, são marcos importantes também na história do Turismo, incrementando fortemente a procura interna, mas sobretudo a externa. As TIC's, por outro lado, viabilizaram a inovação na comunicação e no *marketing*, permitindo novas estratégias, a conquista de novos mercados e uma maior autonomia na escolha dos destinos e na preparação das viagens por parte dos visitantes, transpondo para o Turismo o conceito de Aldeia Global. No entanto, esta evolução tem também subjacente uma carga negativa, pois pelas suas características, pela sua natureza sistémica, o Turismo é um setor sensível, continuamente exposto a eventos como guerras, epidemias, terrorismo, crises económicas, entre outros,

potenciados pela proximidade física e virtual do mundo atual. Por esta razão, e também porque o perfil do turista se tem vindo a sofisticar, a segurança é um fator crescentemente valorizado, tendo assumido uma nova dimensão após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América, e tiveram um impacto muito significativo na indústria do turismo, na economia, nas perceções de viagem, entre outros.

Na realidade, existem inúmeros acontecimentos naturais e humanos que constituem verdadeiras ameaças aos fluxos turísticos, às economias e à sustentabilidade e autossustentação dos destinos. Neste grupo integram-se os crimes (roubos, assassinios, raptos), os conflitos étnicos, os aspetos sanitários (águas não potáveis, intoxicações, doenças), os desastres naturais (tufões, sismos, vulcões...), conflitos políticos, terrorismo e a guerra (Bentley e Page, 2001). Normalmente, a instabilidade e a insegurança surgem quase sempre associadas a destinos turísticos mais baratos, que se encontram estigmatizados devido a esses problemas. Por exemplo Roma e Hong Kong têm uma imagem negativa conectada com o número recorde de crimes cometidos contra turistas. No conjunto das questões da segurança também surgem os desastres naturais, e embora o seu impacte sobre as decisões dos turistas tenha um período mais curto, comparativamente aos induzidos pelo homem, podendo até constituir uma atração turística, o certo é que pesam nas escolhas dos turistas pelo menos a curto prazo (Tymothy, 2006).

Pelos motivos anteriormente elencados, a segurança e a estabilidade, nas suas múltiplas dimensões, são fatores a rentabilizar aquando do planeamento e dos destinos turísticos. Territórios com vocação turística com uma imagem positiva a este nível são cada vez mais competitivos, pois muitos dos destinos turísticos mundiais mais maduros situam-se em países muito propensos a atos de terrorismo, com elevado nível de criminalidade, e em que não existem garantias quanto à vida e à integridade do turista, podendo citar-se, a título de exemplo, França, Inglaterra, mas também o Brasil.

No caso particular desta abordagem, o objetivo principal é analisar as consequências para os destinos turísticos, mas também para os diferentes *stakeholders* do sistema turístico, do terrorismo, a partir dos últimos acontecimentos ocorridos a este nível à escala mundial, de forma a relacionar estas

duas variáveis, num quadro teórico encimado pelos conceitos de Globalização e de Aldeia Global, fenómenos intangíveis de impactos tangíveis, que definem a atualidade do mundo em que vivemos.

Terrorismo e turismo: que relação?

Turismo: presente e futuro

O turismo tem vindo a assumir um papel cada vez mais relevante no crescimento económico e no desenvolvimento à escala mundial, sendo responsável por um número crescente de viagens internacionais e de receitas. De acordo com a WTO – World Tourism Organization (2016) o número de chegadas de turistas internacionais, em 2015, foi de 1186 milhões (Figura 1), o que representa um aumento de 52 milhões, cerca de 5%, relativamente ao ano transato. Um comportamento que se verifica pelo sexto ano consecutivo, apesar da crise económica que deflagrou em 2009, e das suas múltiplas consequências.



Turismo Internacional em 2015

Fonte: WTO, 2016.

De acordo com as previsões da WTO (Figura 2), esta tendência manter-se-á nas próximas décadas, perspetivando-se que o número de chegadas de turistas internacionais apresente um aumento médio de 3,3% ao ano, entre 2010 e 2030. Em termos absolutos, o número de chegadas de turistas internacionais irá aumentar cerca de 43 milhões por ano, um valor muito superior ao verificado entre 1995 e 2010, em que se assistiu a um aumento médio de 28 milhões por ano (WTO, 2016).

Ainda que o comportamento turístico das diferentes regiões seja heterogéneo, o presente e o futuro do turismo, em função do número de viagens internacionais e das receitas geradas por essa via, é de afirmação crescente. No entanto, pelas suas próprias características e também pelo seu crescente protagonismo, o Turismo apresenta um conjunto de vulnerabilidades de natureza pouco controlável, entre as quais se destaca o terrorismo, pelo facto dos destinos e das atividades turísticas serem alvos atraentes para estes atos, como também pelos impactos indiretos dos atentados na procura turística dos territórios onde ocorrem.

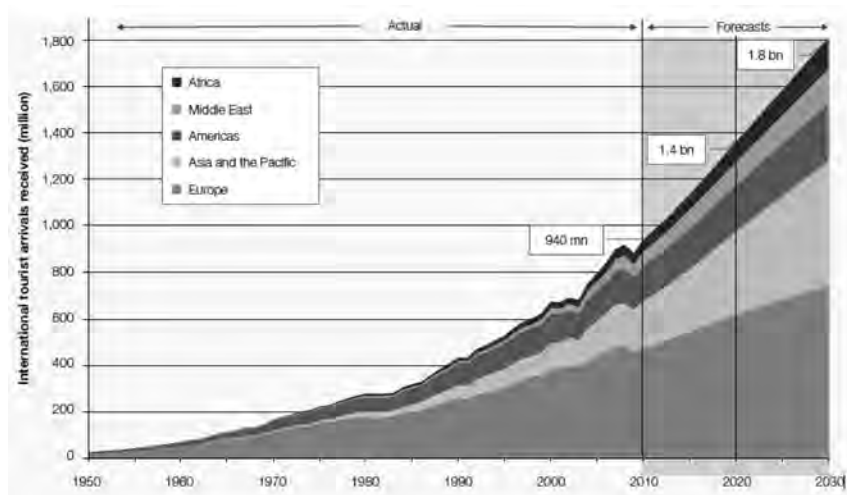


Figura 2
Evolução e tendências do Turismo 1950-2013

Fonte: WTO, 2016.

O impacto do terrorismo no turismo: abordagem conceptual

As crises e os desastres com impactos no turismo estão a intensificar-se de forma extremamente acentuada (Faulkner, 2001 *apud* Brent *et al*, 2004: 3). Esta percepção partilhada pelos vários *stakeholders* envolvidos no sistema turístico e pelos próprios investigadores, ainda não se traduziu num conhecimento teórico-prático que permita uma avaliação profunda dos seus impactos, bem como a sua prevenção e gestão eficiente aquando da ocorrência dos inúmeros eventos que têm ocorrido à escala global. Aliás, Lee e Harrald (1999 *apud* Brent *et al*, 2004: 4) referem como surpreendente a falta de interesse que esta temática tem despertado, considerando que a gestão de crises deverá ser uma competência presente no perfil de qualquer indivíduo que desenvolva a sua atividade profissional no âmbito do planeamento e da gestão do Turismo.

Na atualidade, e passada mais de uma década sobre a análise dos autores referenciados, o mundo e o comportamento do cidadão comum, e em particular dos profissionais ligados ao planeamento e à gestão do Turismo, alterou-se significativamente, pois inúmeras ocorrências, nomeadamente guerras e atentados terroristas, mas também catástrofes naturais, impuseram preocupações acrescidas e novas maneiras de estar e de agir perante estas crises. As geradas pelo atentado de 11 de setembro nos EUA (2001), a invasão do Afeganistão (2001), os bombardeamentos em Bali (2002), a Guerra do Iraque (2003), os atentados em Madrid (2004), o *tsunami* do Oceano Índico (2004), os atentados em Londres (2005), os atentados em França (2012, 2015 e 2016), na Bélgica (2014 e 2016), na Dinamarca (2015), na Turquia (2016) e na Alemanha (2016), pela sua dimensão, pelos seus impactos dramáticos no que concerne à perda de vidas humanas e aos danos materiais, assumiram tais proporções que ultrapassaram as fronteiras do seu epicentro, impondo uma reflexão política e operacional à escala global, na qual também o turismo foi visado. Inclusive a Primavera Árabe, com início em 2010, pelas ocorrências que lhe estiveram associadas, pelo número e perfil dos países onde se desenrolaram, e pela multidimensionalidade dos seus impactos, obrigaram a repensar a estratégia do turismo, porque alteraram significativamente os fluxos turísticos, privilegiando

alguns países, não preparados para o efeito, em detrimento de outros em que o nível de insegurança e instabilidade, o real e o emocional aumentaram de forma acentuada.

A globalização, e em particular a globalização do Turismo, um processo que pode ser extremamente benéfico para a economia dos países, e sobretudo daqueles que têm investido crescentemente na produtização dos seus recursos e na sofisticação e na promoção da sua oferta, contribui para que algumas crises, aparentemente circunscritas a determinadas geografias se transformem rapidamente em crises mundiais, com as respetivas repercussões.

O próprio conceito de crise turística, objeto de várias hipóteses, tem necessidade de ser repensado, perante as dinâmicas do mundo atual. Brent *et al* (2004), a partir do contributo de outros autores, debruçaram-se sobre a definição, mas igualmente sobre a gestão e controlo e sobre o papel da comunicação e do *marketing* nas proporções que assume e na forma como é gerida a crise.

Faulkner (2001: 136, *apud* Brent *et al* 2004: 5) faz a distinção entre a “crise” e o “desastre” a partir do epicentro da sua ocorrência, classificando a crise como uma situação que é da responsabilidade da organização, da sua incapacidade de gestão e de adaptação à mudança; e o desastre como algo proveniente do ambiente externo, quando uma organização é confrontada com mudanças catastróficas imprevisíveis sobre as quais tem pouco ou nenhum controlo. Extrapolando esta classificação para os factos e para a escala que se constituem como objeto desta reflexão, podemos considerar que as crises estão relacionadas com as deficientes competências dos Estados para se gerirem e para se adaptarem às mudanças decorrentes da globalização e de outros fenómenos em curso no mundo atual, ao passo que os desastres decorrem de causas, como as naturais, sobre as quais não existe controlo, ainda que determinadas decisões e comportamentos de prevenção possam minimizar os impactos negativos que lhe estão subjacentes.

No caso do turismo, a ausência de planeamento estratégico, com uma abordagem prospetiva sobre um período temporal tão extenso quanto a imprevisibilidade e a imponderabilidade do sistema o permite, pode evitar, ou atenuar, determinadas crises, nomeadamente as inerentes à ação humana, preparando os

destinos para os seus impactos negativos, mas igualmente para rentabilizar as oportunidades decorrentes da alteração do comportamento da procura face aos territórios alvo de eventos geradores de instabilidade e insegurança. A título de exemplo, pode elencar-se a alteração de fluxos turísticos dos países envolvidos na Primavera Árabe, no que respeita a determinados produtos turísticos, do Norte de África e do Médio Oriente para países com um perfil de menor risco. Relativamente aos desastres, pela sua própria natureza imprevisível, nomeadamente os naturais, porque se trata de uma variável de difícil tratamento nos exercícios de prospetiva impostos pelo planeamento estratégico, existe uma dificuldade acrescida na sua integração neste exercício.

No que respeita à gestão e ao controlo das crises, mas suas múltiplas dimensões, mas também na de comunicação e marketing, Brent *et al* (2004: 7) entendem que é um fator crítico para o presente, mas sobretudo para o futuro das organizações e dos territórios. A gestão da comunicação e das perceções, através de uma estratégia de comunicação de crise, pode limitar a cobertura negativa por parte dos órgãos de comunicação, gerindo as perceções junto da opinião pública durante a crise ou desastre e também na fase da recuperação ou resolução. A abordagem conferida às informações disponibilizadas por esta via ao público-alvo é fundamental para o controlo de danos no que respeita à imagem, um ativo estratégico na competitividade dos destinos turísticos. Nesta lógica, as competências comunicacionais e os conhecimentos de *marketing*, são fundamentais nos gestores de turismo, assim como as estratégias das organizações relacionadas com estas dimensões, aplicados a contextos de crise e de desastres.

Apesar da suscetibilidade do sistema e da indústria do turismo a crises externas e internas e a desastres, e da importância da imagem de destino no sucesso comercial e no comportamento da procura, continua a ser insuficiente a investigação que é feita sobre esta temática (Brent *et al.*, 2004: 9), pelo que se impõe uma reflexão aprofundada de natureza teórica, mas, sobretudo, no nosso entender, uma investigação aplicada que permita, de forma eficiente, gerir as crises e os seus impactos, preparando os destinos turísticos para a nova realidade que se impõe à escala global, que não é espartilhada pelas fronteiras territoriais e que afeta, direta e indiretamente, o Turismo: o terrorismo.

Bassil (2014: 669) entende que a indústria do turismo é o setor mais vulnerável e frágil da economia. A motivação dos turistas para visitar destinos turísticos é afetada negativamente cada vez que a segurança de um destino é comprometida por um ataque terrorista. De acordo com este autor, ainda que não exista uma definição universalmente aceita do que é “terrorismo” há elementos à maioria das definições deste fenómeno, entre os quais se destacam a consecução de um objetivo de natureza política ou religiosa e a intenção de transmitir uma mensagem a um público muito mais vasto do que o constituído pelas suas vítimas diretas. No entanto, de acordo com este autor, pode existir coincidência conceptual e operacional entre os movimentos de resistência e as organizações terroristas, dado que pode ser utilizado o mesmo *modus operandi* para diferentes fins.

Em países como o Líbano, Israel e Turquia, onde a indústria do turismo representa uma importante percentagem do PIB, os ataques terroristas podem contribuir para uma significativa desaceleração da economia. Por exemplo, quando o Líbano foi assolado por uma série de homicídios e de atentados contra figuras públicas, em 2005, a chegada de turistas internacionais sofreu uma redução de 10,7%, e no ano subsequente de 6,7%. Na década de 90, também aconteceram vários ataques à bomba e tiroteios na Turquia, o que se traduziu numa redução de 20% no número previsto de turistas do Reino Unido em consequência destes ataques terroristas (Hall, 1995 *apud* Bassil, 2014:670). De igual forma, quando Israel, a partir de setembro de 2000, enfrentou uma onda de atentados suicidas após a deterioração do processo de paz com a Autoridade Palestiniana, iniciado em 1993 com o acordo de Oslo, o nível de estabilidade e segurança no país reduziu-se drasticamente, tendo-se sentido o seu efeito mais imediato e relevante no turismo, de acordo com Piterman (2000, *apud* Bassil, 2014: 670).

Bassil (2014) estuda o efeito dos ataques terroristas na procura turística do Líbano, Turquia e Israel através da análise do número de chegadas de turistas internacionais, partindo do pressuposto de que o terrorismo é um fator exógeno à procura turística. A escolha sobre estes casos de estudo é justificada pelo facto de serem países vizinhos, o que permite analisar se esta

contiguidade territorial significa uma apropriação da quota de mercado ou se, pelo contrário, os impactos são negativos sobre o país vizinho. Por outro lado, a economia destes países é altamente dependente do turismo e, por último, a sua procura turística tem vindo a sofrer fortes oscilações em consequência das atividades terroristas e da instabilidade vivida na região, tendo experimentado na década de noventa do século xx diferentes níveis de intensidade de atividade terrorista. Inovando relativamente a estudos anteriores pela classificação dos incidentes terroristas em função do seu epicentro (domésticos e internacionais), da sua intensidade, e da análise do estado da arte relativa a três diferentes países mediterrânicos (Líbano, Israel e Turquia), constata que o rápido crescimento do turismo nestes países tem tido inúmeros benefícios, económicos e sociais, mas que o setor se confronta com novos desafios, materializados nos ataques terroristas, nos ataques suicidas e nas guerras, que têm impactado negativamente no desenvolvimento do setor. Apesar disso, a literatura não evidencia claramente o impacto do turismo doméstico e transnacional na procura turística destes territórios. O autor, através da abordagem e da metodologia que desenvolve, conclui que: (1) o efeito do terrorismo no turismo depende do tipo de terrorismo e da sua intensidade; (2) existe um efeito significativo de contágio entre os três países, de natureza negativa, com exceção do Líbano para Israel e do Líbano para a Turquia, em que parece existir um efeito de substituição; (3) o maior efeito de contágio negativo é de Israel para os outros dois países; (4) os impactos negativos nos três países são distintos: o setor é mais afetado no Líbano do que na Turquia, mas é em Israel que assume uma maior dimensão, evidenciando uma sensibilidade acrescida dos turistas que viajam para o Médio Oriente para com a escalada de conflito entre Israel e a Palestina.

Em função das suas conclusões, Bassil (2014) recomenda que os decisores políticos estabeleçam estratégias antiterroristas, pois a estabilidade e a segurança são fatores críticos de sucesso para o desenvolvimento turístico sustentável nestes territórios. Para além de que o comportamento de qualquer um destes países relativamente a estas variáveis tem repercussões nos restantes dois, porque compartilham o mesmo mercado turístico. O autor recomenda também o desenvolvimento de investigação e de ações transfronteiriças, pois a imagem

ultrapassa os limites territoriais delimitados formalmente e o que está em causa, na decisão de viajar e na escolha do destino, que é um processo personalizado, é sobretudo a escala regional.

Na mesma linha, Bac *et al* (2015) consideram que a indústria do turismo é um dos motores mais potentes da economia global, e que numerosos países, sobretudo os emergentes e menos desenvolvidos, foram beneficiados com uma procura crescente de turistas internacionais. No entanto, nestes mesmos países os atos terroristas de grupos e organizações locais contribuíram para uma imagem negativa do destino, funcionando como um fator de desmobilização dessa mesma procura. Num trabalho direcionado para a verificação da relação entre o turismo e o terrorismo, focado no mercado dos EUA, estes autores concluem que, regra geral, apesar dos esforços mundiais para reduzir a atividade dos grupos terroristas, a frequência destes atos é cada vez maior (Ross, 2006 *apud* Bac *et al*, 2015: 8) sobretudo devido às seguintes razões: (1) a utilização do terrorismo como forma de protesto contra as injustiças protagonizadas pelos líderes políticos e pelos governos nacionais; (2) o patrocínio e apoio aos grupos terroristas por parte dos governos, como forma de evitar conflitos armados; (3) o fácil acesso dos terroristas às TIC's e às armas. Neste contexto, o aumento da segurança, através da qualificação e do aumento dos recursos policiais envolvidos e do recurso a equipamento de ponta é uma premência para as transportadoras aéreas, hotéis, restaurantes e outros prestadores de serviços na área do turismo, podendo ainda ser importante na preparação para fazer face a ataques biológicos (Bac *et al*, 2015: 8).

Estes autores concluem que a indústria do turismo de qualquer país se encontra exposta a atos terroristas, razão pela qual o planeamento com vista à recuperação, tangível e intangível, é um imperativo que pressupõe o envolvimento de todos os *stakeholders* com responsabilidades no setor, sejam os governantes à escala nacional, regional e local, as empresas, as universidades, seja a própria sociedade civil. No que diz respeito à recuperação após um desastre, existem duas perspetivas distintas sobre o conceito, no caso do desastre de 11 de setembro de 2001, por exemplo, os analistas do turismo tomaram como referência o ano de 2000, admitindo uma recuperação plena quando o número de chegadas de

visitantes internacionais ultrapassar a registada antes do ataque terrorista. No entanto, os economistas têm uma abordagem diferente, entendendo que esta só tem lugar quando se alcançarem os valores antevistos para o destino, caso o ato não se tivesse verificado. Esta última corrente pressupõe que no período pós-ataque o turismo terá que registar uma taxa de crescimento muito elevada e superior ao perspetivado, para atingir, num curto espaço de tempo, os valores à data do evento, acrescidos das tendências de crescimento anteriormente previstas (Bac *et al*, 2015: 9).

No entanto, e ainda de acordo com estes autores, as evidências mostram que, apesar dos impactos negativos do terrorismo na atividade turística, no longo prazo estes efeitos nefastos tendem a desvanecer-se, ocorrendo uma reposição do interesse da procura. Destinos como a Irlanda do Norte, Egito, Chipre, Grécia, Turquia, entre outros, onde ocorreu um decréscimo significativo da procura internacional em consequência dos ataques terroristas, viriam a registar posteriormente um número crescente de visitantes, ao ritmo da passagem do tempo (Baker, Coulter, 2007 *apud* Bac *et al*, 2015: 10). Nesta perspetiva, há também que referir que, de acordo com a OMT (2011), tanto os Estados Unidos como a Indonésia apresentaram taxas de crescimento impressionantes no período de recuperação, na ordem dos 4% e 9% ao ano, respetivamente. A OTTI (2014) refere que os EUA registam em 2006 o mesmo número de turistas internacionais que em 2000, não conseguindo alcançar, ainda assim, o valor previsto, a partir da extrapolação para o futuro da taxa média de crescimento dos dois anos anteriores ao atentado, caso este não se tivesse verificado.

Bac *et al* (2015:10) concluem, por último, que a realidade evidencia que uma gestão de crise eficiente e adequada é determinante para que qualquer destino turístico recupere de qualquer choque, seja este uma catástrofe natural ou um ataque terrorista, embora reconhecendo que o terrorismo é crescentemente um dos maiores problemas do turismo à escala global (Bac *et al*, 2015:10).

Também Baker (2014:58) considera que o terrorismo pode impactar na indústria das viagens e do turismo em várias dimensões e de forma extremamente significativa, nomeadamente contribuindo para o desemprego, para a deflação e para inúmeros outros problemas sociais e económicos, potenciados

pela extrema relevância que o setor assume em inúmeras economias à escala global. Os efeitos fazem-se sentir através dos setores que estão intimamente ligados ao turismo, como o transporte aéreo, o alojamento, a restauração e outros que são operadores diretos, mas igualmente nos que, ainda que de forma indireta, contribuem para a diversidade e para a diferenciação da oferta dos destinos e, conseqüentemente, para a sua capacidade de atração e para a sua competitividade. De acordo com este autor, o rápido crescimento da indústria do turismo é uma consequência direta do forte crescimento económico verificado em anos transatos, do aumento do rendimento disponível e do tempo de lazer, do aumento da mobilidade, do sucesso da promoção turística, e do reconhecimento por parte dos governos da relevância do papel do turismo na economia dos países. Apesar das previsões otimistas para os próximos dez anos, para a maioria dos destinos, com taxas de crescimento mais elevadas do que em qualquer outro setor, estas só serão concretizáveis através da capitalização da motivação para a viagem dos indivíduos, da valorização dos recursos turísticos, da qualificação dos recursos humanos, da criação de um clima favorável ao investimento e à procura, através da atuação dos governos na promoção da segurança, da facilidade e no apoio ao investimento, e na simplificação das políticas fiscais. Mas para além de todas estas variáveis, um dos maiores desafios para o turismo atualmente é o terrorismo e a turbulência política, até pela sua relevância económica e pela deslocação de pessoas que pressupõe, condicionando o comportamento da procura, o seu crescimento e a sustentabilidade dos destinos (Baker, 2014:64).

A(s) influência(s) do terrorismo no comportamento da procura turística

A decisão de viajar, as motivações, a escolha do destino é um processo individual, embora também muito influenciado pelo comportamento coletivo. Na atualidade, a valorização da segurança estimula o turista a procurar destinos que se afigurem estáveis e com menor propensão para catástrofes naturais, mas sobretudo com risco reduzido de ataques terroristas. A imagem

negativa de um destino, relativamente a esta variável, tem um forte impacto na procura sobretudo no imediato, redirecionando os fluxos turísticos. Evidentemente que o perfil do turista (idade, género, estrato socioeconómico...) é determinante na relevância que confere a estas questões, tal como o facto de viajar sozinho ou integrado em grupos. O turista que viaja com a família, sobretudo quando o agregado familiar é composto também por crianças, tende a sobrevalorizar as questões da segurança, do acesso a cuidados médicos e da acessibilidade. Também o turista sénior é mais sensível a estas características dos destinos, enquanto os pertencentes a grupos etários mais jovens tendem a privilegiar outros aspetos, ainda que possam não descurar completamente estes fatores.

Seabra *et al* (2014: 874), com base numa amostra de 600 turistas internacionais viajantes em Portugal, Espanha e Itália, realizaram um estudo sobre as principais questões relacionadas com o terrorismo, a perceção do risco e a preocupação com a segurança dos turistas internacionais, que lhes permitiu concluir que os turistas se sentem crescentemente motivados a obter informação sobre terrorismo nos meios de comunicação, um comportamento que revela o seu interesse sobre este tema e que influencia diretamente a sua perceção sobre o risco e a sua preocupação com a segurança. De acordo com estes autores, esta perceção condiciona o planeamento da viagem, nomeadamente no que concerne à escolha do destino.

Os resultados deste estudo, realizado com o objetivo de analisar o comportamento do consumidor no mercado de turismo, com base no pressuposto de que o terrorismo pode condicionar a decisão de realizar viagens internacionais, evidenciam que o terrorismo influencia a perceção do risco que os turistas associam às viagens internacionais, ainda que não confirmem que o contacto direto ou indireto com as crises geradas por estes eventos tenha um impacto significativo sobre esta mesma perceção. Paralelamente, o conhecimento prévio sobre o terrorismo, obtido através dos *media*, é um antecedente significativo na perceção do risco em viagens internacionais, evidenciando o efeito importante dos meios de comunicação nas perceções dos turistas e na imagem construída em torno dos destinos (Seabra *et al*, 2014: 891).

Um estudo realizado pela IPK Internacional (2016) para a Feira Turística ITB Berlim, conclui que, ainda que o entusiasmo pelas viagens internacionais não esteja comprometido, a ameaça de terrorismo influencia significativamente o planejamento das férias, embora a imagem associada aos diferentes destinos varie significativamente em função da sua propensão para ataques terroristas. A Figura 3 representa graficamente o nível de alerta dos destinos, em função do risco de ataques terroristas no verão de 2016, sendo perceptível o comportamento díspar dos diferentes países, bem como classificação mais elevada nos países onde já ocorreram atentados terroristas, onde se desenrolam guerras ou onde se encontram localizados geograficamente os grupos que reivindicam a maioria dos atentados, nomeadamente o autoproclamado Estado Islâmico e a Al-Qaeda.

O estudo anteriormente referido conclui que a ameaça de terrorismo influencia o comportamento de viagem de 40% dos turistas internacionais, embora os resultados variem significativamente em função do mercado emissor. Os sul-americanos, escandinavos e holandeses afirmaram que a ameaça do terrorismo irá afetar o seu comportamento de viagem, enquanto os asiáticos e europeus orientais estão sobretudo influenciados pelas ocorrências do presente.

Foram igualmente observadas diferenças entre os vários segmentos do viajante. Aqueles com crianças são mais sensíveis a esta questão, enquanto os grupos etários mais jovens e os solteiros afirmam-se apenas relativamente impressionados com os alertas terroristas.

Esta pesquisa também analisou a influência da ameaça do terrorismo na mudança do comportamento de viagem. No que respeita a esta variável, 15% dos turistas internacionais afirmaram que vão evitar viajar para o exterior em 2016, optando por passar as férias no seu país de origem. Um dos exemplos mais ilustrativos desta realidade é a Alemanha que, no verão de 2016, voltará a ser o destino de férias preferido dos alemães.

Um quarto dos turistas internacionais disseram que pretendem continuar a viajar para o exterior, ainda que para destinos que percecionam como seguros. Os destinos entendidos como menos seguros, de acordo com a informação disponibilizada pelos entrevistados, foram os que no passado já registaram



Figura 3

Nível de alerta dos destinos, em função do risco de ataques terroristas no verão de 2016

Fonte: Foreign Office, Reino Unido, 2016.

ataques terroristas ou eventos similares. Uma análise comparativa à escala global permite concluir que Israel, a Turquia e o Egito são os países considerados menos apelativos, sendo que a má imagem de um destino afeta também os territórios vizinhos, independentemente de se afigurarem, ou não, epicentro de incidentes.

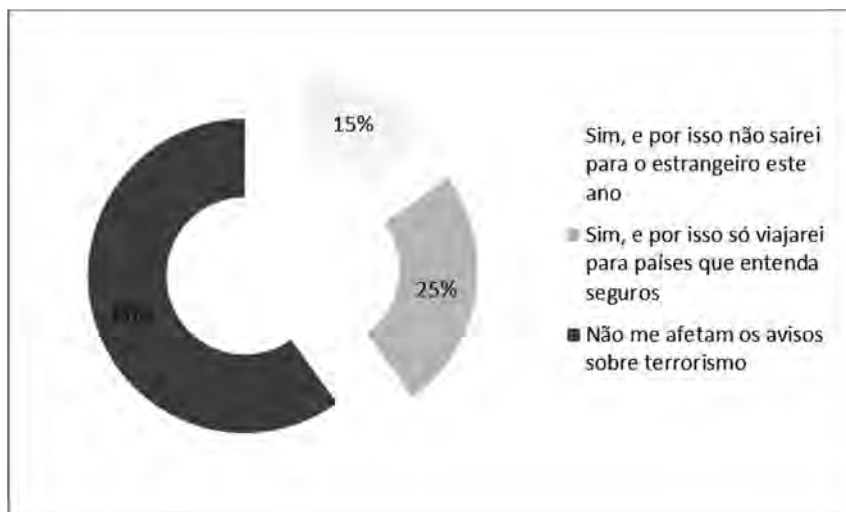


Figura 4

Influência da ameaça de terrorismo sobre o comportamento de viagem

Fonte: IPK para ITB Berlin. Amostra: 50.000 pessoas de 40 mercados emissores que viajaram no último ano para o estrangeiro.

Uma outra conclusão permitida por este estudo, é a de que em 2016 o comportamento da procura turística se altera significativamente. Alguns países como a Turquia, Tunísia, Marrocos, Egito, Jordânia e Israel vão confrontar-se com uma acentuada redução na sua procura turística internacional. Em contrapartida, outros destinos como o Canadá, a Austrália, a Escandinávia e a Suíça apresentam boas perspectivas de crescimento, apesar da ameaça global do terrorismo (IPK Internacional, 2016).

Conclusões

As vivências num mundo globalizado estão associadas a um conjunto de múltiplas oportunidades mas também de ameaças. A proximidade física

e virtual, viabilizada pelas TIC's e pela crescente mobilidade, dão forma ao conceito de Aldeia Global, permitindo a consecução de objetivos individuais e coletivos motivados por princípios e sentimentos contextualizados numa escala em que o Bem e o Mal são os extremos. As consequências económicas, sociais e culturais subjacentes a esta realidade impõem uma adaptação contínua a mudanças e desafios que assumem as proporções que lhe são conferidas por esta nova escala.

O Turismo é um setor com uma crescente relevância na economia global, constituindo a motivação para a deslocação anual de milhões de pessoas, gerando receitas, postos de trabalho e impondo a afirmação contínua das identidades dos territórios perante uma acentuada tendência para a uniformização. Pelas suas características, encontra-se fortemente exposto a crises, como as provocadas pelos ataques terroristas, como as catástrofes naturais, sendo fundamental a sua gestão eficiente para recuperar os destinos e a sua imagem.

A análise do estado da arte e a objetividade dos números que caracterizam a atualidade não permitem uma conclusão diferente da que aponta no sentido de uma relação direta entre o turismo e o terrorismo, sendo que a complexidade deste último fenómeno dificulta a avaliação plena dos impactos, pela natureza intangível de alguns, mas também porque para além dos diretos, os indiretos são dificilmente delimitáveis e mensuráveis.

O terrorismo impacta negativamente no turismo dos territórios que se afiguram como o seu epicentro, e as ondas de repercussão ultrapassam largamente as fronteiras legais. Para além das suas consequências ao nível da perda de vidas humanas e dos prejuízos materiais, o seu contributo para a desconstrução da imagem positiva dos destinos é um dos danos mais incontroláveis e que mais se perpetua no tempo. A capacidade dos inúmeros atores diretamente relacionados com o planeamento e a gestão do Turismo para gerir as crises, nomeadamente na dimensão da comunicação e do *marketing* é determinante para a recuperação tangível e intangível do destino.

Se para os territórios alvo de atentados o Turismo apenas tem impactos negativos, para outros destinos, com oferta turística semelhante ou até distinta, estes eventos podem constituir uma oportunidade. A realidade tem evidenciado

que as crises e os desastres, independentemente da sua natureza, têm um papel determinante na alteração dos fluxos turísticos. Perante a decisão de viajar, os turistas na busca de destinos mais seguros e estáveis direcionam a sua atenção para territórios que até então não tinham exercido sobre eles a sua capacidade de atração. A relação entre o preço e a oferta turística tende a perder protagonismo num cenário de valorização da integridade física e psicológica.

O planeamento estratégico revela-se fundamental na preparação dos destinos para fazer face aos desafios colocados pela globalização, permitindo potenciar as oportunidades que lhe estão subjacentes e prevenir e minimizar as ameaças, nomeadamente as configuradas pelo terrorismo.

Referências bibliográficas

- Bac, D. P.; Bugnar, N. G. ; Mester, L. E. (2015). Terrorism and its Impacts on the Tourism Industry. *Revista Română de Geografie Politică*, 1:5-11.
- Baker, D. (2014). The Effects of Terrorism on The Travel and Tourism Industry. *International Journal of Religious Tourism and Pilgrimage*, 2(1):58-67.
- Bassil, C. (2014). The Effect of terrorism on Tourism Demand in the Middle East. *Peace Economics, Peace Science and Public Policy*, 20(4): 669-684.
- Bentley, T. A. and Page, S. J. (2001). Scoping the extent of adventure tourism accidents. *Annals of Tourism Research*, 28 (3): 705-726.
- Brent W. R., Dorrell, H. Miller, D., and Miller, G. A. (2004) Crisis Communication and Recovery for the Tourism Industry. *Journal Of Travel & Tourism Marketing*, 15 (2-3).
- Font, J. N. E Rufí, J. V. (2006). *Geopolítica, Identidade e Globalização*. São Paulo: Annablume.
- IPK – International (2016). Tourism in Times of Terror – Press Release. <http://www.ipkinternational.com/>. Acesso em 01-09-2016.
- Lee, Y. and Harrald, J. (1999). Critical issue for business area impact analysis in business crisis management: Analytical capability. *Disaster Prevention and Management*, 8 (3): 184-189.
- McLuhan, M. (1972). *A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. São Paulo: Editora Nacional, Editora da USP.
- Seabra, C. ; Abrantes, J. L.; Kastenholz, E. (2014). The influence of terrorism risk perception on purchase involvement and safety concern of international travelers. *Journal of Marketing Management*, 30 (9-10):874-903.
- Tymothy, D. J. (2006). Safety and Security Issues in Tourism. In C. Costa and D. Buhalis, *Tourism management dynamics – trends, management and tools*. Oxford: Elsevier, 19-27.
- WTO – World Tourism Organization (2016). *Tourism Highlights – 2016 Edition*. <http://mkt.unwto.org>. Acesso em 01-08-2016.

TURISMO E CINEMA: UMA OUTRA ABORDAGEM
ATRAVÉS DO FILME DE ANIMAÇÃO
ASTÉRIX – O DOMÍNIO DOS DEUSES

Jorge Humberto Soares Marques/jorgehsm@sapo.pt

Universidade Portucalense, Porto
e Centro de Estudos em Geografia
e Ordenamento do Território, Coimbra

Introdução

O cinema tem a magia de nos transportar para o mundo do sonho, da aventura, do romântico, do entretenimento. Permite-nos apreender novos conhecimentos, refletir sobre os temas mais diversos e conhecer novos lugares, onde o conteúdo e a forma das narrativas proporcionam a construção de imagens mentais. Este constructo, associado à vontade de viajar e de conhecer os lugares, origina aquilo a que hoje em dia chamamos de Turismo Cinematográfico. Desta forma, constrói-se uma relação muito direta entre cinema e território que pode ser analisada sob duas perspetivas (Orueta e Valdés, 2007; Almeida *et al*, 2009). Uma delas refere-se à influência que os elementos geográficos e as características territoriais têm na realização e produção cinematográfica (o território enquanto cenário), a outra tem a ver com a influência que o cinema tem no território e na sua perceção (o território enquanto espaço de visitação), com o cinema a desempenhar um papel importante no *marketing* territorial e na projeção turística dos territórios.

Esta relação entre cinema e *marketing* territorial tem sido desenvolvida ao longo dos últimos anos. Por um lado, através da atuação das entidades gestoras dos destinos (*Destination Management Organizations* ou DMO's), que exploram a relação entre as narrativas e os territórios dos êxitos de bilheteira através de *tours* e ofertas turísticas específicas, como por exemplo no caso das séries de filmes de *Harry Potter* (Londres) e *O Senhor dos Anéis* (Nova Zelândia). Por outro, através da atuação das entidades públicas e institucionais para captarem o interesse de estúdios e realizadores famosos para rodarem filmes nos seus países, como é o caso de Woody Allen e as cidades que nos últimos anos tem escolhido: *Match Point* (Londres), *Vicky Cristina Barcelona* (Barcelona), *Meia-Noite em Paris* (Paris), *Para Roma com Amor* (Roma) ou *Magia ao Luar* (Nice), entre outros. A cidade de Lisboa também tem surgido por algumas vezes associada ao nome do cineasta e não será de estranhar que no futuro surja esta possibilidade de projeção da imagem turística através do cinema de *Hollywood*. Algo que de resto já acontece com a indústria cinematográfica indiana (*Bollywood*), que nos últimos anos tem optado por Portugal para realizar alguns dos seus filmes, como por exemplo *Balupu* (2013), *Bachchan* (2014), *Pandaga Chesko* (2015) e *Chakravyuha* (2016). O mais recente investimento consiste no filme *Airport – Shaira & Me*, rodado em Lisboa, Sintra, Porto, Beja e praias do Algarve, com estreia prevista para 2017. O facto de estarmos em presença da maior indústria mundial de cinema em termos de bilheteira e uma das maiores em número de filmes produzidos anualmente mostra bem a importância que o cinema poderá ter para o turismo e para a projeção dos territórios.

A ligação entre turismo e cinema pode assumir diferentes formas, incluindo a produção de documentários para a divulgação de destinos turísticos, a criação de produtos turísticos a partir dos estúdios de cinema, o turismo de negócios associado aos festivais de cinema e, por último, a deslocação a um lugar por aí ter sido rodado um determinado filme (Almeida *et al*, 2009). Tratando-se de um tema relativamente recente, nos últimos anos têm surgido alguns estudos sobre este fenómeno que associa o cinema e o turismo (Duque, 2013). Bèric *et al* (2013) resumem as cinco temáticas predominantes identificadas nos estudos sobre o Turismo Cinematográfico: i) a influência que o filme tem na decisão

de viajar; ii) as características e motivações dos turistas cinematográficos; iii) as características e motivações dos turistas “televisivos” (*screen tourists*); iv) os impactes do turismo cinematográfico no volume de visitas e nos residentes; e 5) as atividades de *marketing* territorial relacionadas com o turismo cinematográfico.

Com este texto pretende-se explorar uma perspetiva alternativa sobre a relação entre turismo e cinema: a perspetiva educacional. A forma como um filme (neste caso de animação) expõe de uma forma direta alguns pontos de reflexão pertinentes nos domínios do lazer e do turismo. Este tipo de películas poderá ser utilizado como ferramenta de apoio em contexto de aula para o desenvolvimento da reflexão crítica nos alunos, possibilitando a identificação e o debate de fenómenos turísticos que se encontrem mais ou menos explícitos nas narrativas. Neste caso concreto, podemos ver retratada a importância que o lazer tem na vida das pessoas e assistir ao processo de “turistificação” do território e os respetivos impactes, temas que iremos abordar de seguida.

O projeto turístico de César: lições sobre o lazer

O filme aqui analisado tem o título *Astérix: O Domínio dos Deuses* (da versão original *Astérix: Le Domaine des Dieux*). Foi realizado por Louis Clichy e Alexandre Astier e estreou em Portugal em 2014. É baseado no álbum de banda desenhada de Albert Uderzo e René Goscinny, publicado em França em 1971 (17.^a obra assinada por esta dupla). A estória passa-se na Gália, no ano 50 antes de Cristo, e retrata mais uma tentativa de Júlio César e do seu exército para conquistar a aldeia dos gauleses. Desta vez, após as inúmeras tentativas falhadas através da força, Júlio César traça um plano diferente que consiste em construir um condomínio de luxo mesmo ao lado da aldeia dos gauleses. O objetivo é que, através do enaltecimento das práticas de lazer e do culto do ócio, os gauleses se mudem para o condomínio, deixando a aldeia à mercê de Júlio César.

O filme começa com a apresentação do plano turístico que Júlio César idealizou e que designou de Domínio dos Deuses. Para além do alojamento, o

projeto inclui a construção de uma arena de gladiadores que seria o elemento fulcral da oferta turística associada a este lugar. As ideias base deste projeto remetem-nos, desde logo, para os princípios em que assentam os *resorts* turísticos dos tempos de hoje. Tal como no Domínio dos Deuses, nos *resorts* encontramos uma oferta integrada de alojamento, serviços de suporte e atividades de recreio e lazer que proporciona uma experiência turística muito concentrada, quer no tempo, quer no espaço e, por isso, massificada. O turismo massificado, por sua vez, significa geralmente maiores impactes ambientais, económicos e socioculturais, aos quais teremos oportunidade de voltar neste texto.

No início da narrativa, os escravos ao serviço do império romano têm a tarefa de desflorestar uma grande área junto à aldeia para aí se poder construir o complexo. Para evitar que este plano avance, Astérix e Obélix tentam libertar os escravos, dando-lhes a beber da poção mágica que torna os gauleses invencíveis. No entanto, os escravos veem aqui uma oportunidade que vai muito para além da sua libertação imediata. Através da força, reivindicam salário, direito a férias, três refeições por dia e quando o condomínio tiver sido por eles concluído querem ser libertados e ter direito a um apartamento. A partir deste contexto, podemos inferir sobre as transformações ocorridas ao longo dos séculos que contribuíram para a construção de sucessivas análises à problemática do tempo livre e do lazer. Como exemplos, podemos apontar as progressivas reduções do tempo de trabalho e conseqüente aumento do tempo livre, a conquista do direito a férias pagas, o aumento da esperança média de vida, a antecipação da idade de reforma, o desenvolvimento dos meios de transporte e das comunicações, o aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho e o desenvolvimento do consumo massificado (refletido também no aumento do consumo das práticas de lazer). Ao longo dos tempos, a redução do tempo de trabalho e o reconhecimento do direito ao lazer pelas classes trabalhadoras levou a que Joffre Dumazedier (1962) desenvolvesse o conceito de “civilização dos lazes”, assente na ideia de generalização do acesso ao lazer por todas as classes sociais. De acordo com este autor, são três as funções que se interrelacionam no conceito de lazer (os 3 D’s de Dumazedier): i) o descanso (libertação da fadiga); ii) o divertimento (através da recreação, do entretenimento, como

forma de atingir o equilíbrio da vida no quotidiano, compensando o esforço que dispomos no trabalho); iii) o desenvolvimento (através da participação social mais livre). O lazer consiste então no conjunto de ocupações às quais o indivíduo se dedica de um modo voluntário, seja para descansar, seja para se divertir, seja para desenvolver a sua formação desinteressada, a sua participação social voluntária, liberto das suas obrigações profissionais, familiares e sociais, envolto de carácter libertador, gratuito (sem obrigação), hedonístico e pessoal (Dumazedier, 1962). Estas são então quatro as características principais do lazer: i) carácter livre – resulta de uma livre escolha, liberto das obrigações impostas pela sociedade; ii) carácter desinteressado – na medida em que o lazer não está necessariamente submetido ao lucro, nem a obrigações domésticas, nem a qualquer outro princípio ideológico [políticos ou espirituais, por exemplo]; iii) carácter hedonístico – encarado através de uma perspectiva positiva no que diz respeito às necessidades individuais; iv) carácter pessoal – lazer como forma para satisfazer as necessidades do indivíduo, como libertação pessoal das obrigações impostas pela sociedade.

Com o desenrolar da estória, é então possível identificar duas situações distintas relacionadas com as práticas de lazer que poderão sustentar diferentes reflexões. A primeira diz respeito à evolução da generalização do acesso às práticas de lazer e à sua gradual valorização enquanto elemento fulcral nas sociedades; a segunda diz respeito às diferentes formas e lugares que as práticas de lazer podem assumir. Desde logo são identificados dois territórios distintos onde os romanos podem desenvolver as suas atividades de lazer. O primeiro é o território urbano, onde é dado destaque às arenas e aos espetáculos de gladiadores. O segundo é o território não urbano, de natureza ou, se quisermos, rural, que consiste na floresta onde se localiza a aldeia gaulesa e onde será implementado o complexo turístico. Mais à frente na estória, já com o complexo construído e habitado, podemos ver os visitantes a participar em diversas práticas de lazer, nomeadamente *spas*, peças de teatro, aulas de *fitness* e visitas guiadas. Em última análise, podemos ainda encarar aqui o turismo enquanto prática de lazer organizada, de maior complexidade, que envolve deslocação e estadia fora do ambiente habitual de residência e de trabalho, em contraposição com outras

atividades de lazer mais imediatas e com menos grau de complexidade na sua organização, como é o caso de assistir a um espetáculo de gladiadores.

A promoção turística: alguns aspetos sobre posicionamento e imagem

Com a idealização do projeto turístico surgiu a necessidade de o promover junto do povo romano que, no início, estava pouco interessado em passar férias num espaço de lazer perto da aldeia dos gauleses. Como estratégia de promoção turística, César decidiu sortear umas férias com “tudo incluído” no Domínio dos Deuses durante o intervalo de um espetáculo de gladiadores, captando deste modo a atenção dos romanos. A mensagem do anúncio apelou aos romanos e romanas fartos da atmosfera poluída, do barulho, do frenesim e do “trânsito” da cidade de Roma, propondo como alternativa uma estada num apartamento do Domínio dos Deuses, localizado em ambiente tranquilo e num cenário verde, onde se podia usufruir de diversas atividades de lazer e de animação. Esta cena evoca de forma notória a importância de promover e projetar os destinos turísticos junto dos públicos-alvo e de trabalhar o posicionamento e a imagem do destino. O posicionamento consiste na abordagem de comunicação que tem como objetivo assegurar uma posição de valor junto dos mercados-alvo. O posicionamento não é o que se faz ao produto, mas sim o que se faz à mente dos consumidores (Ries e Trout, 1986). Ou seja, consiste na forma como o produto e os seus atributos principais são definidos pelos consumidores, referindo-se ao lugar que o produto ocupa na mente dos consumidores (Kotler e Armstrong, 2004), criando desta forma uma imagem mental do destino. Como refere Gartrel (1994), a decisão final na escolha de um destino turístico, por parte do visitante, é baseada no conjunto de benefícios que este espera obter através do consumo/experiência turística, o mesmo será dizer que são criadas expectativas no potencial consumidor, resultantes da formação de uma imagem prévia. Neste contexto, as ações de *marketing* e promoção desempenham um papel fundamental na promoção dos destinos turísticos porque despertam a atenção para os destinos como potenciais locais a visitar, criando

imagens positivas do destino e motivando os turistas para viajarem para esse destino (Di Marino, 2008). Esta parte da narrativa cinematográfica mostrou isso mesmo: a construção de expectativas, de desejos e de imagens na mente dos romanos através da ação direta do *marketing*. E terão sido essas expectativas e imagens mentais que levaram os romanos a superar o medo dos gauleses e a irem para um complexo turístico mesmo ao lado a aldeia. Isto reflete também a importância do estudo das motivações e dos perfis psicológicos dos indivíduos para o desenvolvimento de estratégias de *marketing* adequadas aos diferentes segmentos de mercado ou públicos-alvo.

O início da construção: aspetos sobre os impactes ambientais

Após o início da construção do complexo, a narrativa explora os principais impactes ambientais provocados na floresta onde se localiza a aldeia gaulesa, mais concretamente através da desflorestação e destruição do *habitat* natural que levou ao desaparecimento dos javalis, que eram um dos principais alimentos da dieta de Obélix. A escassez de alimento traduziu-se depois na falta de força do gaulês e na sua incapacidade para ajudar a proteger a sua aldeia.

Esta questão da desflorestação remete-nos para a problemática associada aos efeitos negativos que o desenvolvimento do turismo poderá provocar no meio ambiente, principalmente quando se trata de um desenvolvimento veloz, em grande escala e sem os devidos cuidados de planeamento. Contudo, o desenvolvimento turístico poderá significar também o lado oposto, ou seja, a proteção e preservação da natureza. Tal como refere Eusébio (2006), em termos ambientais o turismo pode contribuir para a degradação de um determinado destino ou para a sua conservação. O primeiro tipo de efeitos é por excelência aquele que tem sido objeto de uma maior reflexão devido às implicações que poderá desempenhar na sobrevivência dos destinos turísticos. Quando o turismo é responsável por elevados índices de poluição das águas, de poluição do ar, de poluição sonora, de poluição visual e de destruição da flora e da fauna dos destinos turísticos estamos a assistir a uma destruição dos seus recursos

básicos. No entanto, tem-se verificado uma crescente consciencialização em torno dos impactes que algumas formas de desenvolvimento turístico têm no ambiente. Alguns fatores como as chuvas ácidas, o buraco na camada de ozono e o aquecimento global têm originado uma maior sensibilização por parte dos governos, dos turistas e dos *stakeholders* dos destinos turísticos relativamente às questões ambientais (Lickorish e Jenkins, 1997), promovendo cada vez mais o desenvolvimento das atividades e práticas turísticas num contexto “amigo do ambiente”, falando-se cada vez mais em turismo sustentável, turismo ambiental e ecoturismo. Importa, contudo, salientar que não é fácil a identificação dos reais impactes ambientais do turismo, sobretudo quando se trata de distinguir os impactes oriundos especificamente da atividade turística daqueles que resultam de outras atividades económicas. Apesar destas dificuldades, os principais impactes ambientais negativos e positivos geralmente associados ao turismo, dependem diretamente da forma como o desenvolvimento turístico é planeado e controlado, das próprias características dos destinos e da escala que a atividade turística representa (Lickorish e Jenkins, 1997). É um facto que, quanto mais elevado for o grau de massificação do turismo, mais elevada é a propensão para causar impactes ambientais negativos.

A chegada dos turistas e os impactes culturais e socioeconómicos

Com a construção do complexo turístico, e antes que Astérix e Obélix tivessem tempo para o evitar, chegaram em grande número os turistas romanos. O uso intensivo deste novo espaço criado propositadamente para fins turísticos começava a verificar-se. Os gauleses decidiram então seguir outras estratégias para afugentar os turistas romanos e destruírem os edifícios. Fizeram chover com a sua poção mágica, colocaram peixe podre junto dos alojamentos para criar mau cheiro e fizeram barulho à noite na tentativa de fazer com que os romanos se decidissem a regressar a Roma. Contudo, aquilo que se verificou foi o oposto. Mesmo com estas condições desfavoráveis, os turistas romanos continuavam a preferir este lugar na Gália, por ser diferente, pelo escape

à rotina, pela fuga à pressão urbana e pela experiência do contacto com a população local. Foi este contacto com os locais que fez com que os gauleses começassem a identificar vantagens da presença dos romanos, principalmente ao nível económico, pois iam à sua aldeia comprar peixe e outros bens alimentícios, bem como *souvenirs* e artefactos locais que pudessem mostrar um pouco a identidade e tipicidade locais. A partir daqui começaram a surgir conflitos entre os habitantes da aldeia, principalmente devido à concorrência e guerra pelos sestércios dos romanos. Surgiu a especulação dos preços, ajudada pelo facto de os romanos encararem a inflação como elemento valorizador daquilo que estavam a comprar, e a adulteração das características dos artefactos e objetos, consequência de uma produção em escala e estandardizada. Foram introduzidas também novas formas de promoção e de campanhas promocionais através de *neons*, cartazes luminosos e “novas roupagens” nas bancas de comércio local de modo a captar a atenção dos turistas e a aumentar as receitas turísticas. Isto levou a uma alteração profunda na vida quotidiana da aldeia, com o aparecimento de novos negócios turísticos, como visitas guiadas e produção e venda de *souvenirs*. As características socioculturais da aldeia foram assim adulteradas pelo processo de “turistificação”, levando a uma perda de identidade e culminando com a vontade de quase toda a comunidade em se mudar para o condomínio turístico, atraída pela sedução das ofertas e práticas de lazer. Desta forma, verificou-se a adulteração dos modos de vida com a terciarização da sociedade, tal como defende Santos (2001) ao referir que a valorização do lazer veio desencadear alterações nos hábitos de consumo, nas relações sociais e nas funções do espaço, sendo que estas mudanças acentuam a emergência teórica de tratar os temas do consumo, do lazer e da terciarização como processos sociais que se moldam continuamente de forma recíproca (Santos, 2001).

A temática do turismo massificado está muito presente na narrativa, bem como os principais impactes económicos e socioculturais de uma construção turística massiva e da afluência de grandes fluxos de visitantes. Efetivamente, o turismo é umas das atividades que mais contribui para o desenvolvimento económico, sociocultural e ambiental dos destinos. Durante muito tempo, os

impactes económicos positivos que o turismo representa para os destinos levou a que outros fatores sociais, culturais e ambientais fossem descurados, principalmente porque os impactes económicos são muito mais fáceis de identificar e medir que os restantes, pelo menos no que diz respeito a curto e médio prazo. No entanto, essa tendência foi-se alterando ao longo dos tempos originando uma crescente consciencialização da necessidade de se considerarem as questões ambientais e as comunidades locais juntamente com os aspetos económicos no planeamento do desenvolvimento turístico dos destinos (Boniface e Cooper, 2009), tal como é evidenciado na Declaração de Manila proposta pela OMT e adotada em 1980, na qual é reforçada a importância da preservação dos recursos naturais e culturais para o desenvolvimento turístico dos destinos e também o bem-estar das populações locais (Lickorish e Jenkins, 1997). De facto, se não houver planeamento e desenvolvimento estruturados numa base de sustentabilidade, esta atividade, especialmente quando massificada, pode trazer sérios impactes negativos a vários níveis. É um facto evidente que quando se fala em impactes económicos do turismo, a tendência é associá-los aos impactes positivos que representa nas populações locais e nas regiões de destino, através da criação de empresas, de emprego e de aumento dos rendimentos, entre outros, enquanto os aspetos ambientais e socioculturais geralmente são associados aos impactes negativos que a atividade turística acarreta, como a destruição de *habitats* naturais, poluição, perda de identidade das populações locais, entre outros. Todavia, como referem Cooper *et al.* (2005) e Goeldner e Ritchie (2006), os impactes do turismo geralmente englobam uma mistura de características positivas e negativas e afetam tanto os visitantes quanto as populações locais.

Os benefícios económicos dizem respeito principalmente à criação de novos postos de trabalho, à contribuição para o saldo da balança de pagamentos, à criação de rendimentos, ao aumento das receitas do Estado através do pagamento de impostos, à melhoria da estrutura económica do destino através do efeito multiplicador que origina, à diversificação da estrutura produtiva no destino e à contribuição para o aumento das exportações. Importa ainda diferenciar os benefícios diretos (ou efeitos primários) e os benefícios indiretos e induzidos

(efeitos secundários) da atividade econômica gerada pelo turismo. De acordo com Eusébio (2006), os benefícios diretos resultam diretamente das despesas realizadas pelos visitantes no consumo de bens e serviços nos destinos. Estas despesas contribuem, assim, para o aumento das receitas das indústrias que vendem bens e serviços aos visitantes, dos rendimentos dos trabalhadores que exercem uma atividade remunerada nas indústrias que vendem bens e serviços aos visitantes, dos rendimentos dos proprietários das indústrias que vendem bens e serviços aos visitantes através da distribuição de dividendos, dos rendimentos dos proprietários de equipamentos através do pagamento de rendas, dos rendimentos do setor financeiro através da remuneração do fator capital, para o aumento dos níveis de emprego, tanto no setor público como privado, e para o aumento dos impostos pagos ao Estado como consequência do consumo de bens e serviços locais por parte dos visitantes.

No que diz respeito aos custos ou prejuízos econômicos do turismo, os principais referem-se à sazonalidade da produção (e consumo) com impactes evidentes na criação de empregos sazonais, ao aumento da importação de bens e serviços de modo a satisfazer as necessidades dos visitantes, à excessiva dependência do turismo como principal atividade econômica, ao aumento das despesas públicas associadas (aumento dos serviços relacionados com segurança, saúde e manutenção de infraestruturas, entre outros), ao aumento da inflação e ao aumento da pressão sobre a taxa de câmbio (o aumento das despesas turísticas numa determinada região origina o aumento da procura de moeda nacional, originando uma revalorização da moeda e, nesta medida, podendo contribuir para uma diminuição das exportações).

No filme é possível identificar claramente aspetos econômicos positivos provenientes do turismo, como a criação de rendimentos e de empregos. Por outro lado, também mostra o processo de aumento da inflação, muito associado a destinos muito procurados. Ao constatarem que os produtos que vendiam eram mais baratos que em Roma, os gauleses rapidamente aumentaram os preços para valores muito acima do preço e qualidade iniciais.

Já os impactes socioculturais do turismo referem-se às mudanças que a afluência de visitantes provoca nas comunidades locais, no seu estilo de vida, na

sua cultura. Como referem Mathieson e Wall (1982), os impactes socioculturais resultam essencialmente do contacto que é estabelecido entre o visitante e a comunidade anfitriã, podendo ocorrer em maior ou menor escala, dependendo do tipo de turismo praticado, das características socioculturais dos turistas, do desenvolvimento das regiões e da atitude dos residentes face aos visitantes. A este respeito Valene Smith (1989) refere que a atividade turística nem sempre é negativa ou prejudicial para as culturas e povos locais, pois muitas vezes os turistas procuram oportunidades para conhecer e aprender mais sobre as comunidades locais e as suas culturas, surgindo muitas vezes o turismo como uma ponte para uma melhor apreciação e compreensão da diversidade cultural que há no mundo (Smith, 1989). Desta forma, o turismo poderá ser visto como um importante meio para promover as relações culturais e a cooperação entre os povos. Todavia, essa interação poderá trazer várias consequências para a vida dos residentes, como por exemplo tensões culturais, sociais e morais, especialmente quando são grandes as diferenças socioculturais entre os visitantes e as populações locais.

No filme, a pressão turística sobre a cultura da aldeia levou a modificações profundas sobre os modos de vida e a própria cultura local, originando a adulteração das características dos produtos vendidos e apostando em economias de escala que desproviavam os objetos da sua autenticidade e valor cultural. À escala global, são vários os efeitos socioculturais negativos que podem ser identificados com a chegada de elevados fluxos turísticos, nomeadamente ao nível de: i) alterações das atividades tradicionais, como consequência do facto de os habitantes locais optarem por outras atividades ligadas diretamente ao turismo; ii) mercantilização da cultura através de uma excessiva encenação dos eventos culturais para satisfazer os turistas, comprometendo desta forma a autenticidade e o significado cultural local; iii) propagação de doenças infecciosas, como é o caso do vírus HIV, entre outras; iv) padronização da oferta turística, refletindo a perda da diversidade cultural, dos princípios e crenças locais; v) conflitos entre visitantes e população local relacionados com dificuldades de acesso às atividades de lazer originadas pelo aumento dos fluxos turísticos [ex.: filas de espera muito demoradas para acesso às atrações turísticas,

congestionamento de pessoas em monumentos, museus, etc.]; vi) aumento do tráfego urbano, originando [ou aumentando] problemas de estacionamento e engarrafamentos nas estradas; vii) destruição e descaracterização do património histórico e cultural; viii) aumento da criminalidade, da prostituição e do jogo, associados a um acréscimo de pessoas oriundas de outra região ou país (Cooper *et al.*, 2005; Mathieson e Wall, 1982). Tudo isto leva a que, em muitos casos, a população local ganhe uma certa hostilidade em relação aos visitantes e, como tal, o conceito de hospitalidade, muito presente nas questões do turismo, fique definitivamente comprometido.

Apesar dos efeitos socioculturais negativos que o desenvolvimento do turismo causa nas regiões de destino, existem outros que, pelo contrário, trazem benefícios para as comunidades locais. Aqueles que são mais frequentemente identificados na bibliografia consistem nos seguintes: i) melhoria nas infraestruturas básicas que oferecem condições necessárias para o bem-estar do visitante e, conseqüentemente, da comunidade anfitriã, permitindo a todos o acesso, por exemplo, a serviços de transporte, comunicação, energia elétrica e saneamento básico, entre outros; ii) melhoria dos serviços de saúde e respetivas infraestruturas; iii) aumento do interesse da comunidade local pela sua própria cultura, tradições, costumes e património histórico, contribuindo para o aumento do interesse da comunidade local para a preservação dos seus monumentos, locais históricos, manifestações culturais, gastronomia e arte; iv) rejuvenescimento das artes, ofícios, produtos e tradições locais; v) desenvolvimento de novas oportunidades de lazer e entretenimento que beneficiam tanto o visitante quanto o residente; vi) recuperação e valorização turística do património arquitetónico que acaba por beneficiar também a população local.

Os principais benefícios socioculturais que podemos identificar no filme, ainda que de forma subjacente, são o aumento do interesse da comunidade local pela sua própria cultura e o rejuvenescimento das artes, ofícios, produtos e tradições locais.

Considerações finais

A parte final do filme *Astérix: o Domínio dos Deuses* retrata aquilo a que as estórias do herói gaulês sempre nos habituaram. Astérix e os seus amigos conseguem derrotar o imperador César e terminar com os seus planos para destruir a aldeia. Após a turbulência causada por uma invasão de turistas romanos, os gauleses conseguem finalmente “convencê-los” a abandonar o complexo turístico, restabelecendo a ordem e sossego da aldeia.

Ao longo da estória, foi possível assistir a alguns dos principais fenómenos turísticos, como a relação entre tempo livre e lazer, a massificação turística e os impactes do turismo. Além disso, foi possível constatar também o desenrolar das diversas etapas num processo de desenvolvimento de um território como área-destino, podendo comparar-se este processo ao Ciclo de Vida de um Destino Turístico (*TALC – Tourist Area Life Cycle*), de Richard Butler (1980), que sugere que a evolução dos destinos turísticos deverá ocorrer em seis fases principais: i) exploração; ii) envolvimento; iii) desenvolvimento; iv) consolidação; v) estagnação e vi) declínio ou rejuvenescimento. No caso do *Domínio dos Deuses*, o ciclo de vida do destino terminou em declínio e, mais concretamente, na sua extinção enquanto destino turístico. As temáticas retratadas no filme chamam a atenção principalmente para os perigos da falta de planeamento e de desenvolvimento integrado do turismo, que poderá acontecer se as entidades responsáveis pela gestão dos destinos olharem apenas para os objetivos finais e descuidarem todo o processo de contextualização e adequação das políticas e estratégias de desenvolvimento às características territoriais. Em todo este processo, é fundamental a integração da população local e da sua identidade cultural.

A análise e reflexão descritas neste texto, ainda que de forma não exaustiva, pretendem mostrar como certos tipos de filmes poderão contribuir para o desenvolvimento do estudo do fenómeno do turismo, estimulando a reflexão e o debate sobre os fenómenos turísticos retratados nas películas. Esta forma de desenvolvimento de conhecimentos teóricos sobre as temáticas do turismo poderá revelar-se útil principalmente em contexto de aula, enquanto espaço de eleição para a partilha e debate de ideias. Mas também deverá contribuir para

ajudar a trilhar um caminho ainda pouco explorado relacionado com Turismo e Cinema, mais concretamente na vertente educacional. Seria, por isso, interessante que no futuro se pudesse continuar a aprofundar esta vertente educacional, nomeadamente através da análise de outros filmes que se enquadrem na mesma vertente que aqui foi proposta.

Referências bibliográficas

- Almeida, D. *et al* (2009). Cinema e turismo. In José Manuel Simões & Carlos Ferreira. *Astérix: O domínio dos deuses*. Realização: Louis Clichy e Alexandre Astier. Distribuidora em Portugal: NOS Audiovisuais, 2014, DVD.
- Cardoso (Eds). *Turismos de nicho. Motivações, produtos, territórios*. Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- Aubert, C. (2004). *L'individu hypermoderne*. Paris: Érès.
- Béric D. *et al* (2013). Film tourism: a contemporary resource for promoting Serbia. *Turizam*, vol. 17(1), pp. 18-28.
- Boniface, B. & Cooper, C. (2009). *Worldwide destinations: The geography of travel and tourism* (5.ª Ed.). Oxford: Elsevier.
- Butler, R. (1980). The concept of a tourism area cycle of evolution: implications for resources. *Canadian Geographer*, 24(1), pp. 5-12.
- Cooper, C.; Fletcher, J.; Fyall, A.; Gilbert, D. & Wanhill, S. (2005). *Tourism, principles and practice*. (3.ª Ed.). Essex: Pearson Education Limited.
- Di Marino, E. (2008). *The strategic dimension of destination image. An analysis of the French Riviera image from the Italian tourists' perception* [on-line]. <http://www.esade.edu/cedit/pdfs/papers/pdf10.pdf>, acedido em 2 de agosto de 2012.
- Dumazedier, J. (1962). *Vers une civilisation du loisir?* Paris: Éditions Seuil.
- Duque, A. (2013). *O cinema na construção e promoção de territórios turísticos: a imagem do rural no cinema português*. Dissertação de Mestrado, UC, Coimbra, <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/24547/> [acesso em 03/03/16].
- Eusébio, M. (2006). *Avaliação do impacte económico do turismo a nível regional. O caso da Região Centro de Portugal*. Tese de Doutoramento em Turismo. Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial. Universidade de Aveiro.
- Gartrell, R. (1994). *Destination marketing for convention and visitors bureaus* (2.ª Ed.). Kendall: Hunt Publishing Company.
- Kotler, P. & Armstrong, G. (2004). *Marketing management: analysis, planning, implementation and control*. (10.ª Ed.). USA: Pearson Education.
- Lickorish, L. & Jenkins, C. (1997). *An introduction to tourism*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Lipovestky, G. & Charles, S. (2004). *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla.

- Mathieson, A. & Wall, G. (1982). *Tourism: economic, physical and social impacts*. Harlow: Longman Scientific & Technical.
- Nazareth, L. (2007). *The leisure economy: how changing demographics, economics, and generational attitudes will reshape our lives and our industries*. Ontario: John Wiley & Sons.
- Orueta, A. E Valdés, C. (2007). Cinema and geography: geographic space, landscape and territory in the film industry. *Boletín de la A.G.E.*, N.º 45, pp. 407-410
- Ries, A. & Trout, J. (1986). Marketing warfare. *Journal of Consumer Marketing*, 3 (4), pp. 77-82.
- Smith, V. (1989). Introduction. In V – Smith (ed.), *Hosts and guests: the anthropology of tourism* (2.^a Ed.), Philadelphia: University of Pennsylvania Press, pp. 1-17.

O TURISMO, RECREIO E LAZER NA SOCIEDADE DE CONSUMO

Carlos Costa/cafcosta@portugalmail.pt

O turismo apresenta-se como um setor multidisciplinar, capaz de integrar diferentes atividades económicas, sem que a sua definição se apresente consensual, capaz de agradar a todos os interlocutores envolvidos no processo. O turismo apresenta-se, portanto, como um fenómeno complexo e multifacetado que encerra, em si mesmo, um conjunto de interdependências.

Múltiplas são as suas definições, consubstanciadas nas orientações emergentes a partir das áreas de investigação específicas e de acordo com os respetivos autores. Assim, podemos classificá-las como definições de carácter: i) técnico, quando no seu enunciado se coloca a ênfase na localização do turista em determinado espaço geográfico e num certo contexto temporal, tomando-se como referencial a sua residência habitual. Coloca-se em evidência a sua utilidade estatística, legislativa ou setorial, através da mensuração dos fluxos e fenómenos; ii) conceptual, quando para a sua abordagem se privilegia a dimensão holística através do reconhecimento das características essenciais e compelem para um enquadramento técnico, capaz de permitir a distinção do turismo de fenómenos idênticos (Brandão, 2007, *apud* Santos, 2010).

Numa abordagem capaz de integrar a dimensão humana na perceção do fenómeno, designadamente através de uma aproximação a outras atividades humanas como o recreio e o lazer, conforme defenderam McIntosh, Goeldner e Ritchie (1995), constata-se que o turismo pode ser aprofundado na sua con-

ção, explorando-se as suas semelhanças, diferenças e interações. De acordo com Santos e Gama (2008), o modo de estruturação do tempo foi um dos fenómenos que apresentou modificações mais significativas nas sociedades industrializadas, colocando em evidência uma configuração de tempos sociais que acompanharam a transformação de práticas sociais. O tempo dedicado ao trabalho, que durante muito tempo se assumiu como nuclear na esfera dos tempos sociais, é, atualmente, confrontado com novos tempos sociais, designadamente aquele que é dedicado ao consumo, que tem vindo a tomar o lugar do tempo dedicado ao trabalho, enquanto elemento integrador. A evolução ocorrida no âmbito dos espaços urbanos, enquanto territórios simbólicos do processo de afirmação de uma sociedade pós-industrial e pós-moderna, permite que a população percecionem os espaços de lazer como coincidentes com os territórios de consumo e culturais sendo, desta forma, «desencadeadas sinergias responsáveis pela espetacularidade de alguns espaços urbanos, onde o urbanismo comercial acaba por determinar, com importância crescente, o modo e os tempos, tornando o espaço num produto para consumir e o consumo numa forma de lazer» (Santos e Gama, 2008: 128).

A transformação verificada no processo de estruturação dos tempos sociais, próprios das sociedades modernas, permitiu a valorização do tempo de lazer o que, por sua vez, desencadeou profundas transformações nos hábitos de consumo, nas relações sociais e nas funções do espaço. Foram estas transformações que proporcionaram uma nova abordagem aos temas do consumo, do lazer e de terciarização, conforme o expresso na Figura 1.

O tempo livre e o tempo de lazer aparecem, cada vez mais, como tempos dedicados ao consumo, definidores de distinção para além mesmo de um valor de classe. O campo do consumo é um campo social estruturado em que os bens e as próprias necessidades, como também os diversos indícios de cultura, transitam de um grupo modelo e de uma elite diretora para outras categorias sociais, em conformidade com o seu ritmo de “promoção” relativa (Baudrillard, 1970).

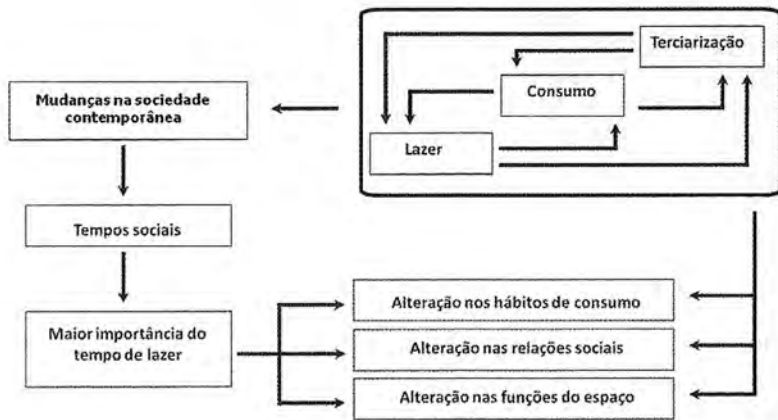


Figura 1
Os tempos sociais nas sociedades modernas

Fonte: Santos e Gama (2008: 128).

Como sintetiza Culler (1988: 154-155), os turistas percebem a paisagem e as culturas como uma espécie de sistemas de signos culturais, aquilo a que Baudrillard (1970) se referiu como base da teoria dos objetos sociais. Os indivíduos passam a interagir em diferentes processos de relações sociais, assumindo ligações de classe, grupos profissionais ou socioeconômicos, sendo capazes de combinar, de modo diferenciado, a oferta com a sua procura de bens e serviços. Esta combinação, diferenciada de grupo para grupo, vem caracterizar estilos e modos de vida, convertendo-os em categorias de análise social e, simultaneamente, territorial (Santos e Gama, 2008), onde o espaço passa a ser também visto como um produto e, por isso, entendido como fazendo parte da oferta (Urry, 1995, *apud* Santos e Gama, 2008: 120). De acordo com os autores, a análise do lazer na sociedade contemporânea, pós-industrial, pós-fordista e pós-moderna, deve sustentar-se numa interpretação do consumo/espetáculo capaz de integrar tempo de lazer, tempo livre e tempo de produção.

Podemos considerar, então, que o lazer se assume como orientação central na vida quotidiana da população, com particular importância naquela que

mantem relações de proximidade com os espaços urbanos, substituindo, de alguma forma, o trabalho nessa função de organização social. A solicitação à evasão da monotonia da vida quotidiana, por via do consumo e do espetáculo é uma constante para as populações, sobretudo as urbanas. O lazer afirma-se, portanto, como uma expressão superlativa deste consumo/espetáculo (Santos, 2011). Podemos afirmar, sem embargo, que à rotina do trabalho sucede a rotina do lazer, pela democratização do consumo, conforme o esquema da Figura 2 sugere.

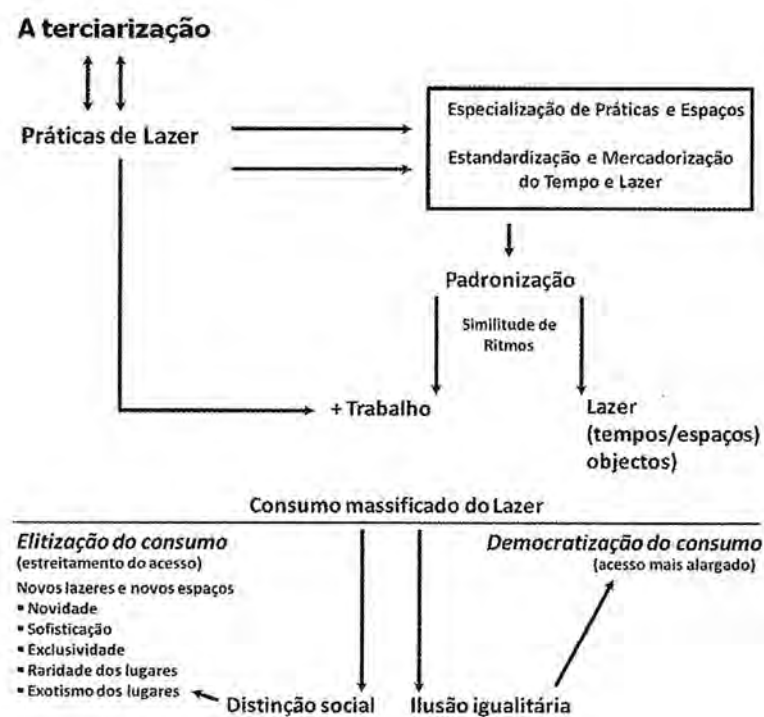


Figura 2
Consumo massificado do lazer. Entre democratização e elitização

Fonte: Santos e Gama (2008: 129).

No entanto, o advento da sociedade pós-industrial e pós-moderna, consubstanciada na terciarização da economia, que conduziu à massificação do lazer,

só aparentemente democratizou o seu consumo. Temos assistido a um processo de elitização dos lazeres pelo cercar do acesso ao grosso da população quer a certos espaços, quer a certos lazeres (Santos e Gama, 2008). Assim, o comportamento do consumo e disponibilidade do tempo livre necessários à afirmação do processo de democratização e massificação do consumo de lazeres parecem confirmar a ideia de uma certa conquista igualitária pela via do lazer. Contudo, a prática tem demonstrado que o lazer executa a reprodução social de classes pelo desigual acesso a lugares de lazer que, pela sua sofisticação, exotismo e raridade, afirmam o seu carácter de exclusividade.

Cazes (1992) coloca em evidência, na sua abordagem, o fator temporalidade nas práticas do lazer e restantes atividades que ocupam grande parte do tempo das nossas vidas. Trabalha, fundamentalmente, com as variáveis “tempo de trabalho” e “tempo liberto”, sendo que neste último se encontra o “tempo livre”, no qual as pessoas se podem dedicar a práticas variadas de “lazer em casa” ou de “lazer turístico”. Considera a existência de um “tempo obrigatório” e de um “tempo livre”, reconhecendo, no contexto da sua gestão, o lazer e práticas de apropriação diversas, estabelecendo a necessária distinção. O autor chama a atenção, nesta sua abordagem, para a inclusão do turismo de negócios no tempo destinado ao trabalho, o que vai, aliás, ao encontro do preceituado pela OMT. A linha divisória que aqui se insere, de acordo com Cazes (1992: 7) e que não consta na proposta de Santos (2008: 159), da “deslocação/viagem”, apresenta-nos diferentes formas ou motivações que o turismo pode adotar, seja na modalidade de trabalho ou de lazer. Cazes (1992), na sua apreciação, faz referência ao facto de que tanto os lazeres turísticos como o turismo de negócios, embora distintos, obriguem a uma deslocação em viagem, conforme se pode constatar na Figura 3.

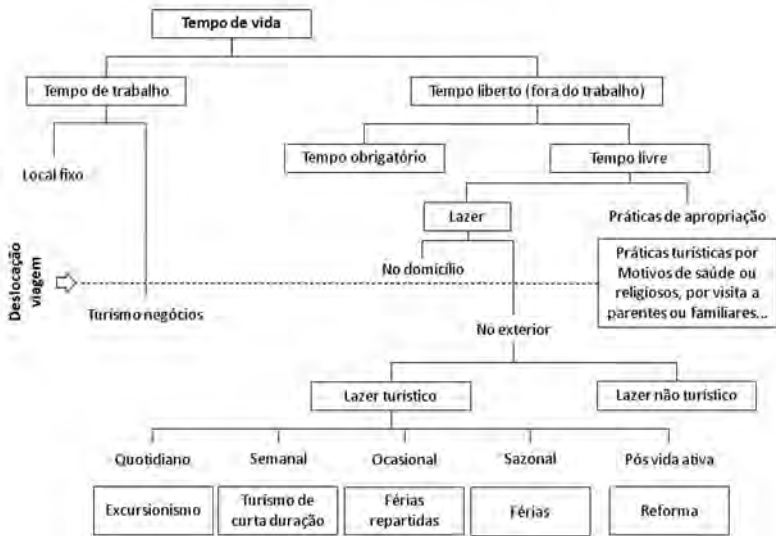


Figura 3
Organização do tempo de vida da população

Fonte: Cazes (1992: 7) *apud* Santos (2008: 159).

Ainda assim, o turismo de lazer, cuja realização acontece em tempo dedicado exclusivamente ao lazer e a outras formas de turismo, que segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT) podem assumir diferentes formatos no que concerne à sua classificação quanto ao consumo (dependendo do local de despesa onde o consumo turístico é feito, a origem do visitante ou, ainda, quanto às motivações e objetivos da viagem) são agrupáveis num tempo que podendo ser considerado livre não deixa de comportar alguma obrigatoriedade ou imposição.

Boniface e Cooper (2005) relacionam, igualmente, o conceito de turismo com o de recreio e lazer. Se para estes autores o fator temporalidade assume importância significativa, assumindo como tempo de lazer o tempo disponível após a satisfação das necessidades básicas e de trabalho, a componente geográfica, por seu lado, acaba por impor a sua presença, conforme se pode verificar na Figura 4.

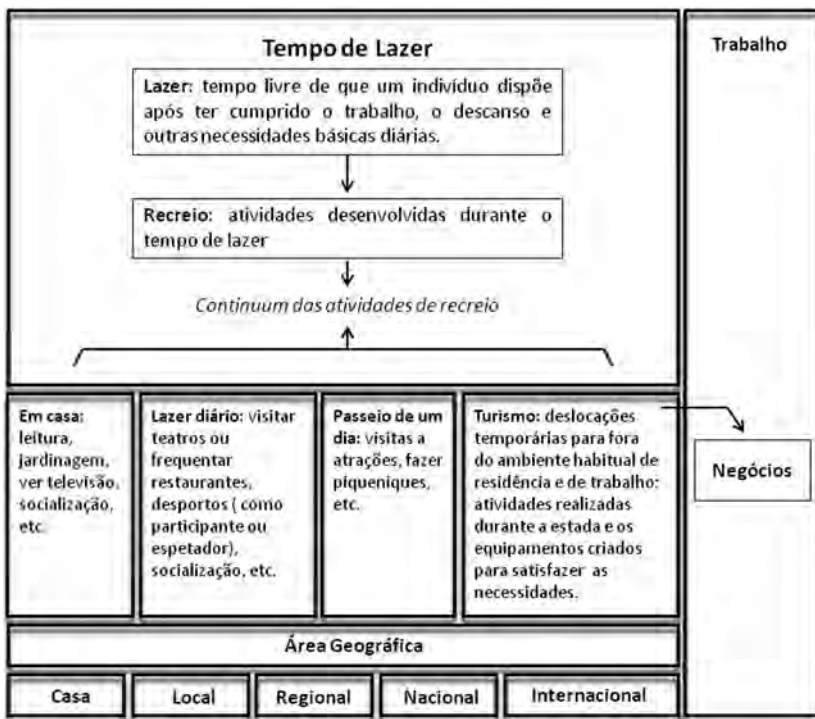


Figura 4
Relação entre lazer, recreio e turismo

Fonte: Adaptado de Boniface e Cooper (2005: 14).

Para Boniface e Cooper (2005), o recreio apresenta-se como o conjunto de ações que podem ser efetuadas durante o tempo de lazer. A Figura 4 permite-nos constatar que existem quatro tipos diferenciados de recreio: i) recreio em casa; ii) recreio fora de casa; iii) excursões e iv) turismo, variando de acordo com a área geográfica onde a atividade é praticada, podendo esta ser realizada em casa, na localidade, na região, no próprio país ou noutros países. É a verificação da sua prática a diferentes escalas que nos permite afirmar que o turismo é uma atividade de recreio realizada fora do ambiente habitual do indivíduo. Importa referir, ainda, que para estes autores as viagens de negócios afiguram-se como uma modalidade de turismo, embora com uma abrangência temporal diferente

do lazer, ao englobar o tempo de trabalho. «A ambiguidade de que se reveste a noção de tempo livre, leva-nos a relacioná-la com a noção de trabalho e de ócio. A imprecisão do significado das noções torna esta problemática objeto de controvérsias» (Lanfant, 1972 *apud* Gama, 2008: 18).

Este imbricado de conceitos, o modo como se relacionam entre si, mereceu, por parte de Tribe (2004), o seguinte esclarecimento: o lazer é considerado como uma medida de tempo que é usada para aludir ao tempo disponível depois do horário de trabalho, do sono, das tarefas pessoais e domésticas se encontrarem realizadas, constituindo-se como um tempo não obrigatório. «A abolição do trabalho, ou pelo menos, redução massiva da sua duração» (Sue, 1982: 21) traduz a meta da sociedade pós-industrial. «A diminuição do tempo de trabalho conduziu tanto à alteração dos valores de uso do tempo e do espaço e à modificação das necessidades, como ao aparecimento de novas figuras de uso do tempo e do espaço à margem das formas convencionalmente estabelecidas» (Gama, 2008: 18).

«Tempo livre, ócio e trabalho são concebidos na forma de produtos da sociedade moderna, em que a urbanização e a industrialização configuram o modo de vida e as relações sociais. Nestas, à ideologia do trabalho sucede a ideologia do ócio sob os signos da racionalidade, da produtividade e do consumismo» (Gama, 2008: 19). Dito de outra forma, o lazer apresenta-se como o tempo livre que as pessoas têm à sua disposição para ser usado como entenderem e tendencialmente não alienado. O recreio, por seu lado, diz respeito às várias atividades realizadas durante o tempo de lazer que podem, inclusivamente, ser realizadas em casa, designadamente ler, ver televisão, ouvir música, entre outras, ou no exterior, como por exemplo o desporto, cinema, teatro e o turismo.

Tribe (2004), Figura 5, apresenta um modelo relacional entre as componentes do lazer, recreio e turismo, colocando a tónica no papel das organizações que desenvolvem atividades no âmbito de cada um destes setores. Estas organizações, mercê do seu campo de intervenção, através do fornecimento de produtos ou prestação de serviços, que são disponibilizados não só aos visitantes como, também, às populações locais, acabam por potenciar o consumo de produtos, bens e serviços relacionados com as atividades do lazer e do turismo.

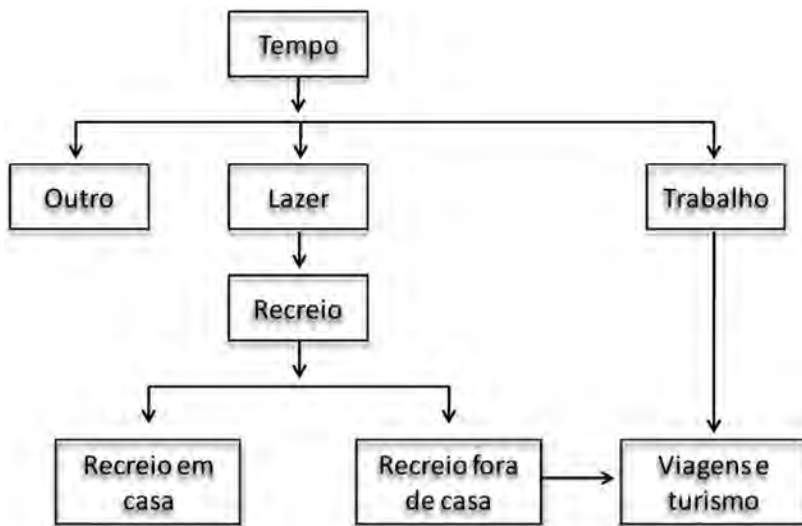


Figura 5
Lazer e turismo (Modelo de Tribe)

Fonte: Adaptado de Tribe (2004).

Verifica-se uma relação apertada entre produção e consumo de certos bens de lazer, uma vez que não só o consumo tende a aumentar, como também se revelou possível uma maior difusão desses bens que se tornaram acessíveis devido ao processo de industrialização dos lazeres, aberto a toda a população. O autor destaca duas vertentes principais de espaço de lazer: i) em casa (leitura, ver televisão, entre outras) e ii) fora de casa (desporto, cinema e teatro, turismo, entre outras). Na perspetiva de Tribe (2004), as viagens e o turismo emergem duas dimensões distintas: i) o lazer, com preponderância para as atividades realizadas fora de casa e ii) o trabalho, responsável pelas viagens de trabalho e o turismo de negócios. Podemos considerar, então, que Tribe (2004) procede, com o seu modelo, a uma abordagem de carácter económico à atividade do turismo.

Patmore (1983), por seu lado, coloca em evidência o facto de que os espaços construídos em função do consumo de lazer, para além de se disseminarem de modo ubíquo e prestarem um forte contributo para os exercícios

de caracterização da socioeconomia contemporânea, são responsáveis pela qualidade de vida das populações (Santos, 2008).

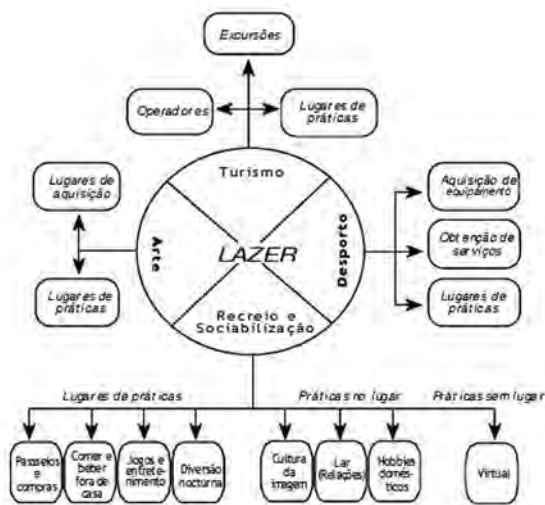


Figura 6
As práticas e os espaços de lazer (Modelo de Patmore)

Fonte: Patmore (1983), *apud* Santos (2008: 159).

Patmore (1983), conforme figura nº 6, propõe uma divisão do lazer em quatro setores significantes, em função da natureza das suas práticas e dos seus espaços: i) o turismo; ii) o desporto; iii) as artes e iv) o recreio e a socialização. Estas formas de lazer e de consumo, dependentes diretamente da especialização comercial e de serviços, implicam novas socioespacialidades (Santos, 2008: 158).

A cada um destes quatro domínios encontram-se associados os lugares de práticas, os lugares de aquisição e de apoio e os agentes operadores. Não raras vezes os lugares de práticas confundem-se com os de aquisição de bens de lazer ou de apoio às suas práticas. A estas práticas e lugares de práticas temos, ainda, de adicionar os agentes operadores que, pelas características dos serviços que prestam, podem estabelecer unidades funcionais distintas (Gama e Santos, 2008). Ilustrativos desta situação são os lugares de prestação de serviços, como

os agentes de viagem e os operadores turísticos que constituem atividades exteriores mas fortemente relacionadas com estas práticas.

Para Santos (2008), a propósito das socioespacialidades, são a cultura e a identidade social que ajudam a definir os comportamentos das populações num mundo que apresenta um crescente processo de globalização. «A assumpção da relevância desta afirmação permite transformar o lazer num tema de análise transversal: tomado a diferentes escalas, decorrendo em tempos curtos e tempos longos, promovendo produções e consumos, integrando situações sincrónicas e diacrónicas, assumindo valências relacionais incontornáveis e atos de isolamento social, expressando-se num mundo urbano e valorizando os espaços rurais e *vazios*, transformando espaços em lugares e servindo-se dos não-lugares, expressando situações de massificação e de diferenciação» (Santos, 2008: 158).

Esta dinâmica complexa foi retratada por Gama (2008: 23) ao colocar a questão nos seguintes termos: «Se o alcance espacial é um problema técnico, dependendo dos meios de transporte e da sua eficácia em distância, tempo de duração das deslocações e comodidade, é também, por razões económicas, um problema social já que gera, por este motivo, uma segregação social no que se refere à utilização do território».

A emergência de um novo paradigma sustentado na rutura de valores marcantes, a par da tendência evidenciada para a ampliação do consumo e da apropriação de objetos e lugares, tão característicos da sociedade pós-moderna, abriu espaço para transformações significativas nas relações sociais, espaciais e culturais. A revolução tecnológica, verificada no domínio da informação, permitiu uma alteração estrutural das relações espaciais, transformando a economia e o modo de vida das sociedades. Estruturalmente, os novos valores emergentes, de ordem cultural, política e ideológica, passaram a determinar as características da produção e do consumo do espaço.

A evolução verificada, em termos de inovação tecnológica, garantiu o acesso a um conjunto de produtos e imagens que ganham o estatuto de produtos desejáveis, nesta sociedade de consumo cada vez mais integrada, onde o tempo pode ser eletronicamente comprimido e o espaço ser transformado num objeto suscetível de reorganização em função das necessidades da sociedade urbana.

Se a esta condição juntarmos a flexibilidade e a mobilidade organizacional do trabalho, mais facilmente compreenderemos as novas necessidades da sociedade pós-fordista, designadamente em matéria de turismo, dando origem ao modelo de turismo pós-fordista. Este modelo turístico emerge a partir da crise da homogeneização e uniformização dos destinos turísticos (Donaire, 1998). De acordo com Lefèbvre (1991), o trabalhador passa a aproveitar o tempo de lazer para efetuar a abstração concreta da troca das horas ou dias de férias em mercadorias, lugares, imagens e signos, também porque essa é uma forma de promover o consumo, fundamental para valorizar o lucro, elemento incontornável na nossa sociedade de pendor capitalista.

A década de setenta constituiu-se como um importante marco no que respeita ao estudo e conhecimento da cultura do consumo. A partir daqui produziram-se abordagens às alterações verificadas desde o período da Revolução Industrial, com um forte contributo de Lafargue (1888), até aos nossos dias, assente na mudança comportamental das sociedades, designadamente no que concerne às relações entre as pessoas e os objetos. Procedeu-se a uma abordagem em torno da evolução comportamental das sociedades, cada vez mais materialistas, que têm vindo a evidenciar o seu pendor consumista. Baudrillard (1970), com os seus trabalhos sobre a sociedade do consumo, Appadurai (1986), com o seu contributo sobre a vida social dos objetos, Rybczynski (1986) e Ferry (1990), com as suas abordagens sobre a introdução do conforto e bem-estar no quotidiano da sociedade, prestaram um grande contributo para a perceção e compreensão de um mundo marcado pelos usos e conflitos de identidade.

Assim, projetou-se a ideia, em setores alargados da população, através da criação de um conjunto de símbolos e imagens associadas a bens ou lugares, de que o consumo se encontra intimamente ligado e influencia a produção, motivado por novos comportamentos consumistas, ainda que se reconheça ser o resultado de uma construção mental e, como tal, algo efêmero ou intangível. Alguns autores como Lyotard, Jameson, e Baudrillard defendem este ponto de vista e «associam a sociedade pós-moderna a uma sociedade de consumo, onde o simbólico é mais significativo que o instrumental» (Campbell, 1995: 98, *apud* Santos, 1999: 50). Assim, podemos afirmar, sem constrangimentos, que «uma

das grandes conquistas da pós-modernidade foi precisamente ter arrebatado para o consumo e/ou produção todas as culturas» (Santos, 1999: 49).

Featherstone (1995) coloca em evidência a teoria da expansão capitalista, centralizada na produção de mercadorias, capaz de proporcionar prazeres emocionais, sonhos e desejos, que são celebrados no imaginário cultural consumista e em locais específicos. É por esta razão que a cultura do consumo se passou a configurar como uma representação da hodierna sociedade capitalista, que por via do acesso e do uso de diferentes espaços e mercadorias definem distintos níveis de qualificação social. Nas palavras de Lefébvre (1976), a configuração espacial, das formas naturais às construídas, e a prática socioespacial da sociedade não é neutra e tão-pouco inocente.

É, justamente, com base neste princípio que o turismo consegue apresentar espaços de consumo ajustados a diferentes grupos sociais, daqueles que são economicamente mais privilegiados, dos que dispõem de menor poder económico. Ganha sentido a ideia defendida por Gama e Santos (1999: 131) de que «apenas aqueles que se encontram integrados no mundo do trabalho tenham a sensação de tempo livre e, sobretudo, apenas alguns consigam auferir o rendimento necessário para alargarem o leque de opções de ocupação no seu período de tempo livre, usufruir mais intensamente e mais longe». «A distinção através do consumo e do aumento do tempo livre necessários para consumir, como característica das sociedades contemporâneas, gera processos de diferenciação social de acesso aos lazeres e modos de produção diferenciados dos espaços de lazer, contrariando a ilusão igualitária dos lazeres e produzindo uma distinção social através da distinção espacial» (Gama e Santos, 1991: 109)

Podemos considerar, então, que o consumo se afirma como um importante elemento de distinção social, partindo da apropriação dos meios de distinção simbólica, onde se constata uma consonância entre o nível social e o tipo de consumo. O valor de troca não se constitui, portanto, como o valor intrínseco do objeto, mas o produto das interações socioculturais que se projetam sobre o seu uso. Passa a ser o objeto que oferece estatuto às pessoas, numa sociedade em que mais do que nunca o ser humano se encontra rodeado de bens e produtos mais do que de pessoas, como refere Braudillard (1970).

De acordo com Lefèbvre (1991), na formulação da sua teoria clássica sobre a vida quotidiana, não há uma separação entre o consumo de um bem e o seu significado, sendo que o ato de consumir se traduz em algo que é, simultaneamente, real e imaginário. No entanto, para além desta questão, ele coloca uma outra, não despreciando, ao interrogar-se sobre se a designação de sociedade de consumo pode ser aplicada à atual sociedade, onde se deteta uma evidente lacuna entre a abundância, o hiperconsumo de uma determinada classe, e a escassez e falta de acesso por parte de um conjunto alargado de população que é excluída desse mesmo processo em todo o mundo. Discutindo o consumismo da atual sociedade, Lipovetsky (2004) defende que há um novo paradoxo: a sociedade do presente que se assume como uma sociedade hedonista, do prazer do consumo. Outrora havia o medo de passar fome, hoje existe o receio de morrermos por conta do que podemos comer, do mal que alguns alimentos podem fazer à saúde. Para o autor o novo rosto da modernidade, da sociedade pós-moderna - ou hipermoderna - é o individualismo, onde se exalta o consumo, a moda, o bem-estar, o desejo e a vida privada. É uma sociedade que apresenta como eixo temporal o presente, na qual é preciso inovar sem parar e onde há uma sobrevalorização da esfera da comunicação e do consumo.

O consumo apresenta-se como a mais atual das linguagens, até porque deixámos de ser uma sociedade de produtores para passarmos a ser uma sociedade de consumidores (Langman, 1992). O consumo transformou-se em sinónimo de felicidade, ao projetar um bem-estar mensurável pela quantidade de objetos detidos e transformou-se, simultaneamente, num indicador de classe social, de estilo de vida, uma vez que a aquisição dos bens, as escolhas e as práticas são reguladas pelo poder aquisitivo dos diferentes grupos sociais, embora assumam, essencialmente, uma expressão individualista. Os conceitos intrínsecos ao valor de uso e de troca revelam-se escassos para se aquilatar o real significado do consumo, tornando-se necessário mensurar o valor signo ou valor simbólico, uma vez que os objetos e paisagens encarnam funções relativas ao uso e ao prestígio.

Para Bauman (2001), o atual sistema social envolve mais os sujeitos enquanto consumidores, porque somos guiados pela sedução e desejos voláteis. As marcas

e os símbolos marcam a sua presença nas relações sociais, ainda que com uma leveza quase impercetível. A lógica do consumo por si proposta considera-o não como um fenómeno que desponta naturalmente, mas algo que reflete como o consumo é estruturado na sociedade contemporânea.

É no espaço de uma sociedade capitalista tardia que o signo e a mercadoria se aliaram para produzir aquilo a que Baudrillard (1970) chama de mercadoria-signo, ou seja, a incorporação de uma gama de associações imagéticas e simbólicas, que podem, ou não, ter relação com o produto a ser vendido. Esse processo que readquire o valor de uso inicial dos produtos e torna as mercadorias em imagens, cujo valor esconde o valor de uso e troca, sendo a substância superada pela aparência.

No império do signo, a mercadoria é transformada em signo e o signo em mercadoria. Para esse autor, a transformação da mercadoria em signo foi o destino do capitalismo no século xx. Nesta perspetiva, e de acordo com Baudrillard (1970), a relação de produção e consumo resulta num processo de significação e de valorização cultural, diferenciando-se o acesso e a utilização de produtos ou mesmo a valorização de certos lugares, com base na satisfação dos impulsos biológicos e estéticos adquiridos no decurso do processo de construção da sociedade. O consumo não é assumido, de acordo com o autor, como uma prática material, acontece pelo simples facto de possuir um sentido, traduzindo-se numa atividade de manipulação sistemática de signos. Ele defende que o objeto-símbolo tradicional não é consumido. Qualquer objeto, para se assumir como objeto de consumo necessita de se transformar em signo. Desta forma, o consumo evidencia-se como um comportamento ativo e coletivo, como um completo sistema de valores humanos, com tudo o que o termo implica, de acordo com a integração grupal e com o controlo social (Baudrillard, 2000; 2003).

No contexto da ideia de que o que se consome não é o objeto mas, antes, o signo, Baudrillard (1995) retorna à crítica da economia política de Marx para sugerir que ela já não pode ser vista unicamente por meio da mercadoria. Para o autor, a forma-mercadoria de Marx transforma-se em forma-signo. Defende que, além da lógica funcional do valor de uso e da lógica económica,

de equivalência, do valor de troca, existe um outro valor, o valor de troca-signo, que se afirma pela lógica da diferença, na relação diferencial com outros signos. Nesta sua avaliação, sendo o signo o verdadeiro “objeto” de consumo é, em última instância, o signo quem explica a relação de consumo, o que o leva a definir o consumo como troca.

Canevacci (1990) realça, por seu lado, que no processo de transição da sociedade de consumo para a cultura de consumo se transformou a ordem simbólica, dispensando-se e condicionando-se a expansão das mercadorias e paisagens a serem vendidas. A cultura do consumo alicerça-se na constante produção e reprodução de símbolos que são reconhecidos pelos seus detentores e pelo seu público em geral, não encorajando um conformismo passivo na escolha das mercadorias. Bem pelo contrário, procura educar os indivíduos na arte de decifrar as diferenças dos signos, a descodificar as infinitas minúcias que distinguem as roupas, os livros, as comidas, os carros, os costumes, o saber-fazer e o consumo dos lugares, conforme defende Urry (1995).

Bibliografia

- Appadurai, A. (1986). *The social life of things. Commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Baudrillard, J. (1970). *La société de consommation. Ses mythes, ses structures*. Préface de J. P. Mayer. Paris: Gallimard.
- Bauman, S. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Boniface, B. & Cooper, C. (2005). *Worldwide Destinations: The geography of travel and tourism* (4th Ed.). Oxford: Elsevier.
- Canevacci, M. (1990). *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel.
- Cazes, G. (1992). *Fondements pour une Géographie du Tourisme et des Loisirs*. Amphi, Géographie, Bréal, Rosny.
- Culler, J. (1988). The semiotics of tourism. In Jonathan Culler, *Framing the Sign: Criticism and Its Institutions*. Norman, University of Oklahoma Press, 153-167.
- Donaire, J. A. (1998). La Reconstrucción de los Espacios Turísticos: La geografía del turismo después de fordismo. *Sociedade e Território*, N.º 28.
- Featherstone, M. (1995). *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*. São Paulo: Studio Nobel Editora.

- Ferry, L. (1990). *Homo aestheticus. L'invention du gout à l'age démocratique*. Paris: Grasset.
- Lafargue, P. (1991). *O Direito à Preguiça*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Lanfant, M. (1972). *Les Théories du Loisir*. Lisboa: P.U.F.
- Lefebvre, H. (1976). *Espacio y Política: El derecho a la ciudad*, II. Barcelona: Ediciones Península.
- Lefebvre, H. (1991). *The production of Space, Translated by Donald Nicholson-Smith*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Lipovetsky, G. (2006). *A Felicidade Paradoxal. Ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. Lisboa: Edições 70.
- Patmore, J. (1983). *Recreation and Resources Leisure Patterns and Leisure Places*. Londres: Basil Blackwell.
- Rybczynski, W. (1986). *Home. A short history of an Idea*. Harmondsworth: Penguin Books.
- Santos, J. (2010). *A investigação sobre turismo em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Aveiro.
- Santos, N. (1990). *A Difusão Espacial*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Santos, N. (1999). *A sociedade de consumo e os espaços vividos pelas famílias: a dualidade dos espaços, a "turbulência" dos percursos e a identidade social*. Tese de Doutoramento em Geografia, Universidade de Coimbra, Departamento de Geografia, Coimbra.
- Santos, N. (2001). *A sociedade de consumo e os espaços vividos pelas famílias*. Lisboa: Edições Colibri, Centro de Estudos Geográficos de Coimbra.
- Santos, N. (2011). Lazer tempo livre e novos consumos. In Hernâni Veloso Neto e Sandra Lima Coelho (Org.), *Novas dimensões do consumo na sociedade contemporânea*. Porto: IS-FLUP. pp. 84-97.
- Santos, N. e Gama, A. (2008). *Lazer. Da libertação do tempo à conquista das práticas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Sue, R. (1982). *Vers une société du temps libre?* Paris : PUF.
- Touraine, A. (1969). *La société post-industrielle*. Paris: Ed. Denoel.
- Tribe, J. (2004). Knowing about tourism: epistemological issues. In J. & Phillimore, *Qualitative Research in Tourism* (pp. 46-62). Routledge.
- Urry, J. (1995). *Consuming Places*. London & New York: Routledge.

(Página deixada propositadamente em branco)

O ELÉTRICO E O TURISMO – O CASO DA CIDADE DE COIMBRA

Paulo Simões/paulosimoes@gmail.com

Departamento de Geografia e Turismo
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Introdução

A implementação dos carris para o carro de tração elétrica (elétrico) no início do século xx, foi uma importante estratégia funcional e de inovação tecnológica que veio em parte resolver um problema que se colocava na cidade de Coimbra, a mobilidade espacial que começa a expandir-se, do grande centro urbano para as zonas periféricas.

O elétrico veio, assim, aproximar do centro as zonas mais distantes do perímetro citadino, contribuindo decisivamente para o alargamento da área urbana, bem como para a expansão do movimento comercial e industrial. Além de ser um meio de transporte inovador, rápido (para a época) e económico, veio ainda criar a difusão da população para bairros mais higiénicos e modernos longe do coração da cidade¹.

Assim o confirma em 1908 o Presidente da Câmara da cidade, Dr. Marnoco e Sousa, “Coimbra precisa de ser dotada urgentemente com este melhoramento que é condição necessária do seu progresso e da sua transformação.

¹ Anais do Município de Coimbra 1904-1919, Introdução, p. x.

O alargamento das cidades modernas não teria senão inconvenientes, desde o momento em que não fosse possível o transporte fácil e rápido dum lugar para o outro”².

A 1 de Janeiro de 1911 os carros elétricos passam a circular pela primeira vez nas ruas da cidade, substituindo o carro americano (tração animal), que em 1874 e 1904 fez duas tentativas frustradas para se impor como meio de transporte público dos conimbricenses.

O elétrico assumiu um papel tão importante na vida das pessoas, que acabou por fazer parte, não só das suas vivências individuais e coletivas, como também ficou ligado a uma identidade cultural. Tem um forte poder de sedução capaz de mudar a paisagem urbana, materializar-se num geossímbolo e até transformar o uso de novos espaços sociais, transportando-nos a um mundo imaginário repleto de simbolismo e nostalgia de um tempo passado. Também pode ser um património de extrema relevância na (re)criação de novos territórios turísticos através de representações que se territorializam, pois modificam os lugares e as paisagens urbanas.

É, por isso, fundamental fazer uma identificação do valor simbólico e funcional do elétrico, emergindo num novo paradigma, recorrendo ao uso das representações. Este processo dinâmico foi construído ao longo de mais de meio século, apropriando-se do espaço urbano enquanto representação de forma contínua, tornando-se num geossímbolo incontornável da história e da paisagem cultural da cidade de Coimbra.

O elétrico constituiu a base para uma progressiva ligação com o centro urbano da cidade, até à sua extinção no início da década de 80 do século xx, construiu novos territórios e transformou a paisagem urbana, sendo por isso importante fazer uma análise conceptual organizada nos domínios da Geografia Humana e do Turismo.

O turismo é uma atividade económica e social, mas é, também, um fator geográfico na medida em que constrói territórios e modifica as paisagens. Ele

² Anais do Município de Coimbra 1904-1919, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1952, pp. 76-77.

aparece como um importante modelador do espaço urbano, pois é através dele que se realiza a difusão de elementos tanto materiais como imateriais, além de contribuir para a criação de novos territórios, reconhecimento e fruição de diferentes patrimônios (re)funcionalizando espaços dando-lhe novos usos.

O turismo detém um papel fundamental na (re)construção simbólica do espaço urbano, enquanto representação. Possibilita, por isso, a territorialização das representações, fazendo uma apropriação simbólica do espaço urbano. Pode-se também, ligar o turismo com a (re) construção de geossímbolos urbanos que podem assumir diversas formas e elementos neste processo de territorialização, estimular novos atores, colocando desafios entre os valores locais.

Será importante reconhecer que o turismo cria um novo mapa de polarizações, outras redes de relação, outras hierarquias entre os lugares, podendo por isso, identificar o valor simbólico do espaço urbano.

Cidade, turismo, espaço e lugar

As cidades são modificadas tanto ao nível do objetivo como do subjetivo, intervindo na sua imagem podendo dar, ou não, maior destaque e não se limita apenas à esfera natural nem à humana, mas sim na forma como a sociedade e a natureza estão relacionadas. Elas formam entre si um elemento concreto de um mesmo espaço geográfico.

São por isso, um “lugar” com uma forte matriz identitária, sendo por isso construídas e consubstanciadas ao longo do tempo, pelo que o “espírito do lugar” se deve à sua dimensão imaterial e material que se caracteriza pelas manifestações culturais e comportamentos de uma comunidade.

Se é verdade que as cidades, enquanto centros de arte, cultura e património, sempre constituíram lugares de relevo dos circuitos turísticos, o turismo urbano e cultural tem vindo a ter ao longo das últimas décadas um impulso assinalável, assumindo novos contornos.

Neste sentido, as cidades podem ser vistas como “geradoras de fluxos turísticos, mas também como polos atrativos e recetores de turismo. A definição

mais simples de turismo cultural que se pode dar é, ser a prática que os turistas têm em visitar as cidades e utilizar os seus serviços e funções” (Page, 1995: 9). O conhecimento das cidades é assim “processo através do qual o homem pode não só repetir as suas experiências passadas, mas também reconstruir essa experiência” (Cassirer, 2001: 52).

A disseminação de processos de “turistização” da cultura e da cidade, num contexto social pós-fordista, pós-modernista e global, tem convergido em preocupações, entre as quais se evidencia a necessidade de respeito pela preservação dos valores identitários do património. Porém, a turistificação da cidade, enquanto produto a consumir, como qualquer outro, pode estar associada a aspetos negativos (Henriques e Quinteiro: 2011).

Como o número de turistas internacionais e internos está e continuará a crescer, as cidades também se têm confrontado com os riscos e desafios criados pelo grande afluxo destes visitantes, tais como congestionamento de locais turísticos, impacto ambiental, deterioração da relação do turista com a população local, perda de autenticidade, sobrecarga dos equipamentos públicos urbanos, segurança pública, dentre vários problemas.

Consequentemente, as cidades devem ter uma clara estratégia de desenvolvimento turístico, incluindo a gestão de visitantes, de forma a reduzir a massificação e assim evitar que se tenham que reduzir as visitas. O turismo não deve ser visto como uma ameaça à autenticidade, à identidade de uma cidade ou à preservação de seu património histórico e cultural, mas sim como uma oportunidade de recuperação, regeneração, crescimento e desenvolvimento sustentável, de forma que realize todo o seu potencial de benefícios económicos, sociais, culturais e ambientais, tanto para o turista como para a cidade e os seus habitantes.

Neste ponto, temos que distinguir dois modelos de relação entre urbanismo e turismo: “cidades turísticas” e “cidades com turistas”. No primeiro modelo, as “cidades turísticas” obedecem a processos de “turistização” (Solla, 2002: 309) e monumentalização que funcionalizam a cidade, convertendo-a num espaço só orientado para o turismo, no qual os habitantes locais se subordinam aos interesses do turismo.

A cidade turística monumentalizada opõe-se, em muitos casos, à cidade socializada e utilizada pelos residentes locais. Pelo contrário, uma “cidade com turistas”, integra o turismo como uma atividade da cidade, não de uma maneira única e funcional, mas sim polifuncional e multifuncional evitando, assim, os riscos de uma economia urbana de excessiva dependência face ao turismo.

A cidade tanto é real como ao mesmo tempo representativa, pois ela faz parte da cultura de uma sociedade e deve ser vista e sentida como o lugar do outro. É um meio de estabelecer, num determinado contexto cultural, a relação entre morfologia e identidade territorial e manifesta-se na necessidade de compreender os lugares e o sentido do espaço e do tempo.

A Geografia Humana aborda o espaço como um território cada vez mais subjetivo pois também exprime ligações topofílicas entre as pessoas e os lugares. Seja como fonte de sensações, seja como o modo de ver um território, de facto tem-se valorizado cada vez mais os aspetos subjetivos da relação dos sujeitos com o espaço que ocupam. Os lugares deixam de ser apenas realidades fisionómicas e passam a ser também construídos pela experiência e pela ligação afetiva do(s) individuo(s) com o lugar.

Salienta-se, contudo, que o termo espaço é, em si mesmo, mais abstrato que o termo «lugar». Este termo serve para nos referirmos a um acontecimento (que teve lugar), a um mito (lugar dito), ou a uma história(s) (lugar histórico). Tratando-se de um termo eminentemente abstrato, a sua utilização sistemática é, contudo, pouco diferenciada na linguagem corrente (Augé, 1994).

De facto, o espaço urbano enquanto representação e extensão territorial acaba por não se diferenciar pois todo o espaço geográfico é um produto social, uma espacialização construída pela ação do Homem num processo contínuo e complexo. A materialidade e a imaterialidade que constituem a urbe têm acima de tudo uma função social, assumindo, também, uma importância capital na identidade cultural dos povos. A memória cultural dos povos, isto é, a iconografia, está na base da cultura e nela está o Homem.

De facto, hoje em Portugal, o espaço urbano é socialmente visível, ele tem uma realidade institucional em discursos, em organismos ou em objetos. Resulta de processos instáveis de construção, destruição e reconstrução, por

isso dinâmicas, constituídas por elementos diversificados. Esta complexidade transporta-nos para uma intersubjetividade de elementos materiais e imateriais da apropriação, vivência e percepção do espaço e (re)materializa-se em manifestações culturais.

O espaço urbano é um processo dinâmico muitas vezes marcado pelas relações de poder ideológico, pois concretiza-se pela sua transformação como elemento inovador com narrativas próprias que marcaram a apropriação simbólica do espaço, pois as transformações podem ocorrer a ritmos muito variáveis.

Estes ritmos são lentos e quase impercetíveis à escala do ciclo de vida do cidadão, ou então a urbe vai-se adaptando aos novos contextos tecnológicos, políticos e socioculturais, a um ritmo mais rápido. Estas mudanças mais bruscas acontecem em diferentes circunstâncias e podem deixar marcas absolutas numa cidade, como a que ocorreu na cidade de Coimbra nos meados do século xx.

Com a construção de novas edificações que vieram transformar a paisagem urbana na Alta Coimbrã e o deslocamento das populações que ali residiam, o poder central deixou uma inscrição do seu poder político no território emergindo-nos num contexto em que a paisagem urbana pode deter uma forte componente ideológica.

O espaço urbano é modelado por elementos pontuais que, de modo geral, trazem novas cores, vivências e sons diferentes. Esta visualidade cíclica acaba por marcar alguns espaços urbanos centrais e simbólicos. Seguindo o caso da cidade de Coimbra, a sua morfologia estética é alterada quando ocorrem eventos que a identificam não só como a cidade estudantil (Queima das Fitas), mas também religiosa como é o caso das Festas da Rainha Santa Isabel, que este ano irá celebrar os 500 anos da sua beatificação.

A cidade é por isso marcada pela geodiversidade sincrónica, com elementos que a identificam e a distinguem de outras, recheada por geossímbolos diferenciadores, que a marcam e colocam como destino turístico.

O turismo e a cidade de Coimbra

O turismo apresenta um potencial no que diz respeito à sua capacidade de fazer a ligação entre as diferentes realidades. O turista “consome” visualmente o ambiente visitado, captando as imagens esteticamente construídas dentro das suas expectativas, onde o quotidiano, a natureza e o património se tornam singulares.

Neste contexto, a estrutura narrativa implícita vê o passado como nostálgico e idealizado. É com esta visão que o intangível e o imaterial se torna físico, adquire uma dimensão existencial, fruto de uma leitura renovada da cidade de Coimbra rica em monumentos e sítios históricos (Figura 1).



Figura 1
Vista de Coimbra, Georg Hoefnagel, 1566

Fonte: Biblioteca Municipal de Coimbra

A cidade de Coimbra é portadora de mais de dois mil anos de história sendo por isso, uma das cidades mais antigas do País. A sua geomorfologia é desde cedo definida e consubstanciada em duas zonas distintas, a Alta e a Baixa. A criação da Universidade em 1308, veio reforçar a divisão entre estas duas zonas, pelo

que a Alta (Salatinas) ficou ligada desde logo ao mundo académico e burguês e a Baixa (Futricas) como zona popular ligada ao comércio e aos serviços. Assim a cidade ficou “marcada” morfológica, funcional, social e culturalmente por esta dicotomia entre a Alta e a Baixa, até aos dias de hoje.

Estas duas facetas antagónicas que se interpõem e modificam mutuamente, o espaço físico e as relações que as pessoas constroem entre si, têm ao longo do tempo funcionado como um cenário onde os seus habitantes desempenharam um papel fundamental na construção da história da cidade. Ela é marcada pela sua dupla condição de espaço físico e de construção ideológica, porque distingue-se como um ícone académico. Esta inscrição social é também fruto do espírito político, ideológico e imagem de referência de memória e de mística tradição religiosa.



Figura 2
Vista parcial do Paço das Escolas

Fonte: Autor, 2014.

Nesta pluridimensionalidade Coimbra emerge numa sucessão de inscrições que ao longo do tempo foram modelando o seu espaço geográfico. A cidade tem

geossímbolos de celebração, de comemoração de acontecimentos e homenagem a personalidades consideradas relevantes em diferentes momentos e contextos históricos e geográficos. São estes geossímbolos ideológicos que influenciam e marcam a cidade de Coimbra, faz-se uma alusão à Torre da Universidade, centro de afirmação do conhecimento e identidade nacional tornando-se por isso um lugar de forte centralidade turística.

Esta centralidade tem, contudo, trazido alguns riscos de concentração de turistas e visitantes neste espaço que se revelam preocupantes. Emerge, por isso, a necessidade de criar uma nova estratégia que vise descentralizar esta procura, dando também a oportunidade de mostrar a cidade que poucos conhecem, pois Coimbra não se resume apenas à Universidade (Figura 2).

As cidades pós-modernas, para além dos elementos fixos, são também marcadas pela mobilidade, pela velocidade e por elementos móveis, alguns deles com forte identificação com os lugares (Fernandes, 2009). Por isso, aliado a esta forte centralidade, a (re)introdução do elétrico pode reforçar este sentido de afirmação de nacionalidade e celebração da memória coimbrã (Figura 3). A cidade é por isso uma complexa realidade cénica, funcional e simbólica marcada por uma multivariada (re)produção do espaço e de diferentes lógicas de poder.

É também um lugar de afirmação do poder religioso e inscreve no espaço urbano geossímbolos duradouros materiais e imateriais do mundo cristão como, por exemplo, as figuras da Rainha Santa Isabel e Santo António dos Olivais ou monumentos arquitetónicos de diferentes temporalidades históricas como a Sé Velha, Sé Nova, convento de Santa Clara a Velha, Santa Clara a Nova, entre outros.

O turismo pode também ajudar a incorporar outros elementos plurais, na história, cultura e tradição urbana pela inclusão material dos espaços urbanos diversificados, emergindo versões de uma cidade turística plural. Esta geodiversidade de saberes permitiria ver em Coimbra, uma cidade histórica, universitária, estudantil, tradicional, arquitetónica, literária, mas também funcional e ecológica, como é caso do elétrico.

A atividade turística aborda as cidades e os seus recursos endógenos, nomeadamente os bens patrimoniais e culturais, como fundamentais na captação de diversos fluxos, como pessoas, bens e capitais. Dentro da oferta diversificada e

segmentada e do aumento da sua procura, surgiu um novo tipo de turismo, o urbano, com características singulares a partir da segunda metade do século xx.



Figura 3
Latada em Direito em 11/11/1967

Fonte: Fernando Marques, “O Formidável”. Biblioteca Municipal de Coimbra/ Imagoteca, 2013.

É preciso realçar que os processos de turistificação da cultura da cidade de Coimbra não podem correr os riscos que marcaram algumas sociedades levantando sérias preocupações, entre as quais a massificação do consumo dos bens identitários e patrimoniais. Isto acarreta sérios riscos que não podem ser

esquecidos, pois o número de turistas internacionais e internos está a crescer e tudo aponta que irá continuar.

É por isso, que se defende a ideia de que Coimbra deve ser uma cidade com turistas e não turística, pois como se sabe, os processos de turistificação ocasionam, em regra, riscos de tensão e conflito entre locais e turistas, além de pôr em causa a sustentabilidade dos territórios visitados. O movimento turístico no centro da cidade de Coimbra é, assim, marcado por estes fluxos que procuram a materialidade e a imaterialidade do lugar.

De realçar também, que a identificação das características comuns do perfil do turista que procura a cidade de Coimbra, constitui um instrumento analítico importante na medida em que os traços sociodemográficos e socioculturais dos turistas, como nos sugerem Fortuna *et al.* (2012), têm implicações decisivas na forma e relação daquele com o espaço urbano que visita.

Um primeiro olhar sobre as características sociodemográficas dos visitantes revela que a composição do género da amostra é relativamente equilibrada, ainda que favorável aos representantes do género feminino. Trata-se também de uma amostra maioritariamente jovem com uma média etária de 36 anos onde temos 54,7% sexo feminino e 45,3% do sexo masculino. A proximidade geográfica é um fator importante na variável caracterizadora dos fluxos turísticos que registam em Coimbra. Cerca do 92,3% residem na Europa e apenas 7,7% provêm de outros continentes (Fortuna *et al.*, 2012).

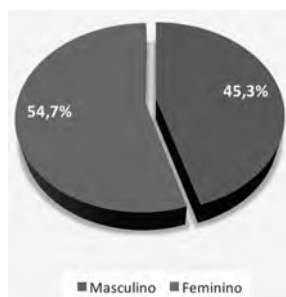


Gráfico 1
Caracterização dos visitantes por género

Fonte: Fortuna *et al.*, 2012.

Segundo dados do Turismo do Centro, entre Janeiro e Agosto de 2015 visitaram a Universidade cerca de 240 mil pessoas, sendo a França o país que mais visita a cidade de Coimbra com 20% do total das visitas, seguido do Brasil e Itália com 10% e Portugal com 9% incluindo escolas, enquanto a Espanha surge em 5.º lugar. Constatou-se que o ano de 2015 foi um grande ano para o turismo na região centro que também conquistou um prémio de melhor *stand* na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) e outro como a melhor região de turismo do País.

Mas o turismo não se resume apenas a receitas e números que, é certo, são importantes, mas não nos mostram a sua verdadeira natureza. Ele é antes de mais um fenómeno geográfico e cultural que precisa de responder às necessidades de turistas mais informados, qualificados e exigentes com uma maior qualidade de vida.

O turismo é um importante fator na criação de novos territórios turísticos e de reconhecimento e fruição de diferentes patrimónios (re)funcionalizando novos espaços de lazer dando-lhes novos usos e significados. Como uma atividade de coexistência espacial e temporal de atores com níveis diversificados de mobilidade e grau heterogéneo de capital, o turismo detem um papel fundamental na (re)construção simbólica do espaço urbano.

Neste contexto possibilita a territorialização das representações, fazendo uma apropriação simbólica do espaço. Sabe-se hoje, de forma mais ou menos consciente, que o grande problema da urbanidade é precisamente a sua representação, o que ela significa, pois as perceções urbanas são tanto apreensões de elementos concretos da cidade como projeções feitas sobre ela.

Esta procura pelo turismo urbano revela-se mais do que nunca pela sua temporalidade e, por isso, a cidade e os seus centros históricos de valor excepcional, tornaram-se uma das principais atrações da atualidade. O património de Coimbra é uma parte integrante da sua identidade e um dos ativos com maior potencial de projeção da cidade devido não só à sua recente classificação pela UNESCO a Património da Humanidade, mas também porque é o terceiro município nacional, após Lisboa e Évora, com maior número de monumentos nacionais.

Contudo, tem-se constatado que este não tem sido o caminho usado para reforçar as relações topofílicas entre os cidadãos com a cidade nem atrair novos visitantes e turistas onde falta claramente uma estratégia e planeamento ao nível do turismo, sendo que o elétrico pode ter aqui um papel fundamental.

Nas últimas décadas tem-se assistido em Coimbra a uma (des) centralidade gravitacional que começou com a retirada do elétrico e as assimetrias que resultaram em entropias. Por exemplo a Baixa da cidade está “deprimida” fruto da procura massificada pela Universidade, tornando-a mais vulnerável, não se sabendo bem que rumo terá. Isto acontece porque na maioria dos circuitos e itinerários turísticos acabam por “desviar” a atenção do turista para um único ponto da cidade, a Alta.

Claro que não se coloca apenas esta questão pois o despovoamento geral da Baixa deve-se também a novos núcleos comerciais, verdadeiras “catedrais” de consumo que vieram trazer uma maior concentração e condições supostamente ideais para a sua atividade, mas também ao envelhecimento geral da sua população que não foi substituída. Isto é assim porque hoje ninguém abdica dos seus modernos apartamentos ou das moradias que conseguem proporcionar, além do *status* social e económico, conforto e espaço que muitos dos antigos imóveis localizados na Baixa não conseguem proporcionar.

Por isso a Baixa de Coimbra deve apostar na atividade turística apoiada num sistema de produtos e serviços comerciais variados como lojas, restaurantes, museus (Chiado e núcleo museológico do elétrico), bares, galerias e espetáculos culturais diversos, mas também (re)funcionalizar os seus imóveis para as micro-empresas facultando o uso a preços de arrendamento mais competitivos, por exemplo, de escritórios e ao *franchising* de lojas de marca que em regra só se encontram nas grandes superfícies comerciais como o *Fórum* ou *Alma*.

É aqui que se pode colocar a questão do transtorno do espaços e acessos a estacionamentos que nos parece legítima. O elétrico mais uma vez teria um papel importante nesta matéria pois pode ser o elo de ligação entre as zonas mais urbanizadas e periféricas com o centro histórico da cidade. Pelos menos pode ser um atrativo, algo diferente que vai ajudar a estimular a procura pela Baixa, que muito precisa.

Se o elétrico fosse (re)ativado poderia também vir a ajudar a fazer a ligação a outros pontos históricos da cidade, como os patrimónios mais “esquecidos” que sem invalidar a importância da Universidade, podem ser (re)ativados e (re)funcionalizados tornando Coimbra como uma “verdadeira” cidade Património.

É preciso dizer que o projeto da sua recente classificação pela UNESCO a Património da Humanidade é uma conquista da cidade e não da Universidade e tanto os seus impulsionadores como os conimbricenses não devem esquecer ou recusar este facto.

O elétrico da cidade de Coimbra: (in)evolução do espaço urbano

Em Portugal, a introdução do elétrico realizou-se pela primeira vez em 1895, na cidade do Porto, seguida pela cidade de Lisboa no ano de 1901, e por Sintra, em 1903, com inauguração de uma linha em 1904. Em Coimbra, a inauguração da tração elétrica, sob a alçada do poder público, em vez de privada, conforme acontecia no Porto, ocorreu no dia 1 de Janeiro de 1911, procedendo o sistema de transporte de carros americanos, “chora”, isto é, carros movidos por tração animal.

Na cidade de Coimbra foi inaugurado um serviço de carros elétricos para transporte público. A eletrificação foi feita pela empresa AEG *Algemeine Elektrizitäts Gesellschaft*. Em Janeiro, entravam em funcionamento as linhas de carro elétrico que ligavam a Estação Velha ao depósito na Rua da Alegria; a Estação Nova à Universidade, pelos Arcos e uma terceira linha ligava Estação Nova a S. António dos Olivais (Figura 4).

A implementação da tração elétrica, com particular destaque o elétrico que veio substituir a tração animal (carro americano) no início do século xx, foi uma importante estratégia funcional e de inovação tecnológica que veio em parte resolver um problema que se colocava na cidade de Coimbra, a mobilidade espacial. Na segunda década a “Tração Elétrica” atingiu um significativo desenvolvimento técnico que lhe permitirá influenciar o desenvolvimento dos

transportes nas décadas seguintes. Tinham aparecido já todos os tipos de sistemas de tração, onde alguns tinham já uma aplicação considerável.

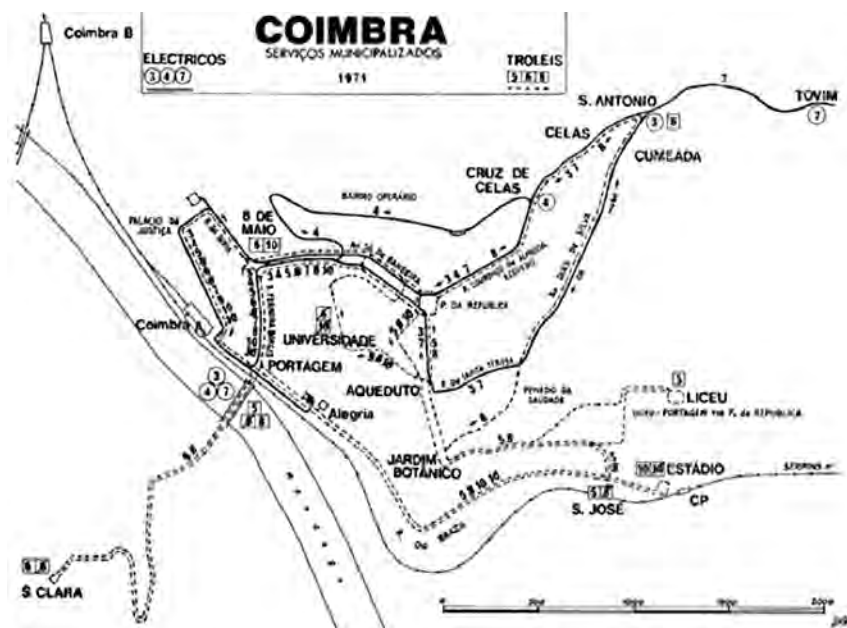


Figura 4

Mapa da Rede de Tração Elétrica no início da década de 70 em Coimbra

Fonte: SMTUC.

Como se viu o elétrico é um ícone urbano, geossímbolo referenciador e agregador de memória e de elementos materiais e imateriais, mas pode também (re)emergir na (re)construção de novos territórios turísticos em contexto urbano. Ele reflete a trajetória do lugar e celebra o surto de inovação e expansão da rede de tração elétrica que a partir das duas primeiras décadas do século xx marcaram a cidade.

Neste processo evolutivo social e territorial, foram introduzidos novos elementos que fizeram alterar em muito a sua geomorfologia e a apropriação do espaço da urbe. Dentro destes elementos o elétrico foi o que melhor consubstanciou a evolução da malha urbana no início do século xx.

Se o caminho de ferro nos finais do século XIX acentuou a visibilidade do centro e reforçou a acessibilidade, permitindo maior fluidez de bens e serviços, potenciando a inovação por uma rede territorial alargada, o automóvel criou o efeito contrário. Contribuiu para a criação de várias centralidades e para o efeito de dispersão, sentido em todos os domínios da urbe.

E é aqui que o elétrico vem desempenhar um papel fundamental como transporte urbano, pois fez a ligação espacial a estas novas zonas periféricas como os bairros sociais e residências da burguesia construídas em zonas mais luxuriantes e elevadas da cidade como por exemplo o Penedo da Saudade e a Avenida Dias da Silva. De facto, o elétrico era um elemento difusor nas relações sociais pois era também conhecido como “carro do povo”, fruto de uma política social que pretendia facilitar aos economicamente menos privilegiados a sua utilização.

A questão dos limites tornou-se problemática, pois ocorreu uma dispersão e expansão descontrolada do território urbano não se sabendo bem ao certo qual é, afinal, o seu perímetro. Existem assim, diferentes centralidades dentro da cidade de Coimbra, a formal do espaço físico como tipologia urbana e a vivencial do lugar como uma identidade agregadora do espaço físico e espiritual. Sabe-se que a identidade é construída por um conjunto de características, próprias de um espaço físico organizado, que suporta as relações humanas e, por isso, construtor de uma identidade social.

A 1 de Janeiro de 1980 é traçado o fim do elétrico (Figura 5), altura em que se dá início às obras de saneamento da Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes que obrigou ao corte da via e conseqüente destruição dos carris do elétrico, passando este a ser substituído pelo autocarro, “para que as obras se realizassem com a rapidez necessária e a maior segurança possível”³.

³ Diário de Coimbra, 9 de Janeiro de 1980.



Figura 5
Retirada dos carris na Rua da Sofia, em Coimbra

Fonte: Nevenius, 1979.

É certo que o elétrico começava de facto a estar desatualizado e desvantajoso em termos de mobilidade e rapidez. Eram frequentes os comentários da população quanto ao barulho e constantes paragens do elétrico, começando por isso a escolher para uso diário o autocarro e o troleicarro pois estes

deslocavam-se melhor, desviando-se dos obstáculos ocasionais, além de serem menos ruidosos.

Contudo, também é verdade que a sua retirada foi uma estratégia errada, porque o elétrico é um geossímbolo agregador de identidade social e cultural e pode ser uma resposta positiva para criar e reforçar os laços afetivos e identitários do cidadão com esta(s) nova(s) centralidade(s) da cidade. Além disso o elétrico tem um potencial turístico capaz de revitalizar zonas económica e socialmente mais “deprimidas” e atrair novos visitantes e turistas.

É preciso ter em conta que a sua (re) introdução deve ser encarada sob o ponto de vista de uma estratégia e planeamento ao nível do turismo, pois, como se viu tem a capacidade de promover a regeneração e a valorização das referências históricas, culturais e simbólicas do lugar (Figura 6).



Figura 6

Possível visão do elétrico na Av. Emídio Navarro em Coimbra

Fonte: Autor, 2015.

A frequente evolução tecnológica das sociedades modernas permite encontrar alternativas no campo dos transportes públicos que se adaptam melhor às exigências das grandes cidades. Mas durante os 69 anos que o elétrico circulou pelas ruas de Coimbra, contribuiu sem dúvida para a evolução do espaço urbano da cidade (Torgal, 1999).

De facto, o elétrico transformou a paisagem da cidade, afirmou-se como um geossímbolo, conquistou o seu território e ficou para sempre na memória e cultura coimbrã. Apesar de ter desaparecido das ruas da cidade a sua presença ainda se encontra bem viva não só na mente daqueles que nele viajaram durante anos, mas também nos vestígios (Figura 7) que se podem hoje identificar em algumas vias da cidade, despertando sentimentos de saudade dos tempos do “amarelo”⁴.



Figura 7

Vestígios da linha do elétrico junto ao Largo de Celas em Coimbra

Fonte: Autor 2013.

A seguir ao desaparecimento do elétrico a cidade começou a crescer descontroladamente, regida por uma intensa especulação imobiliária, desenvolvendo-se

⁴ Refira-se, contudo que os primeiros elétricos em Coimbra eram de cor vermelha.

ao longo de novos eixos viários, organizando-se em função da fluidez e rapidez de circulação e ramificando-se por terrenos cada vez mais distantes do núcleo. Segundo (Ferreira, 2007) a malha urbana, dispersa e descontínua de Coimbra, transformou-se numa teia de fragmentos desconexos, marcados por uma pobreza estética, funcional e espacial.

A cidade de Coimbra desenvolveu-se a partir da Alta, o lugar de fundação, numa dinâmica de proximidade e continuidade do núcleo preexistente, mas também da Baixa numa relação próxima com o Rio Mondego. No entanto, nas últimas décadas do século xx, Coimbra viu-se confrontada com uma súbita alteração dos seus paradigmas de desenvolvimento, marcada por elevado crescimento populacional e urbano, por um planeamento incapaz de controlar as modificações da sua paisagem.



Figura 8

A Ponte do Açude a Sul da cidade. Logo acima o Monte Formoso

Fonte: Autor, 2012.

Não existe uma ordem planeada e reconhecível de infraestruturas, equipamentos coletivos e de atividades e serviços distribuídos segundo uma lógica territorial coerente. Evidencia-se também uma rutura com a conceção e utilização tradicional do espaço público – as praças e os largos, os parques e os jardins são praticamente esquecidos. São agora cada vez mais espaços de fluxos e de ocupação momentânea, ligados à mobilidade passageira, submetidos ao traçado viário externo e ao movimento automóvel (Figura 8).

Este tipo de organização coaduna-se com uma forma de habitar facilitada pela inserção da tecnologia na vida urbana e pela rapidez dos transportes, numa completa submissão ao automóvel, que se sobrepõe ao péão. É, também, reflexo do individualismo e do desejo de lucro imediato, que leva a intervenções que respondem mais aos interesses financeiros dos promotores do que às necessidades coletivas da população (Ferreira, 2007).

Assim, dificilmente se constituem como lugares de permanência e encontro, de relação física próxima entre os cidadãos e o seu espaço urbano como afirmação de identidade individual e coletiva. Este processo de expansão é particularmente visível na margem esquerda, na zona Norte e nas encostas Nascente da cidade, assim como nas áreas de Celas, Santo António dos Olivais e Vale das Flores que, tal como a Solum, se afirmam progressivamente na morfologia urbana. A cidade multiplicou-se, então, em novas centralidades, que se foram sobrepondo ao núcleo histórico, cada vez mais degradado a nível físico, económico, social e cultural (Figura 9).

Quando os territórios são (des)construídos e (des)contínuos não contribuem para a criação de um centro, pois é necessária a unidade e coesão, um lugar criador de referências capaz de dar sentido de identidade e pertença à morfologia da cidade.

O centro é visto como um espaço de referência, núcleo de interação social assente numa memória coletiva e individual que pode ser simbólica e histórica. A cidade de Coimbra vive assim de vários centros, cada um com sua história e memória que marcam o território urbano contemporâneo.

Ora é aqui que se acredita que o elétrico detem um papel fundamental enquanto recurso turístico na (re)construção e (re)ligação destes novos centros da

cidade. Se em tempos assim o fez a outra escala, hoje é, sem dúvida o elemento de que Coimbra precisa urgentemente para enfrentar esta realidade pós-moderna.



Figura 9
Vista do lado Norte com a Alta e a Torre da Universidade

Fonte: Autor 2012.

Conclusão

A cidade de Coimbra sofreu um processo de mutação súbita, dispersa, descontínua e fragmentada por eixos viários periféricos, em função da mobilidade e da velocidade cada vez maiores, apresentando uma ocupação desregrada e inteligível, carente de organização espacial, onde não existe lugar para as vivências sociais duradouras.

Vimos que o tecido urbano de Coimbra resulta sobretudo de operações isoladas e desarticuladas, sem uma estrutura que os integre, onde a qualidade de vida tende a deteriorar-se pelo excesso de trânsito, pela má qualidade do

meio ambiente, pelo progressivo distanciamento dos habitantes em relação à natureza, provocando uma perda de identidade que cria sentimentos de vazio e ausência de sentido de pertença com a urbe.

Tem-se constatado que em certos casos a desvalorização dos aspetos mais técnicos e práticos da vida material moderna pode reforçar as qualidades estéticas e simbólicas dos objetos redefinindo até os limites da noção de património. No caso do elétrico em Coimbra temos a experiência prática de 100 anos de história da cidade que são contados a partir de uma relação dicotómica com o espaço urbano, onde ficaram registadas as relações sociais, as oscilações económicas, as movimentações populacionais e o crescente nível de exigência de comodidade que se foi exigindo ao longo do tempo.

A (re)introdução do elétrico assente numa estratégia ao nível do turismo será a melhor forma de integrar na cidade de Coimbra um geossímbolo agregador de experiências vividas passadas, mas também futuras, podendo reforçar a relação dos cidadãos com o espaço urbano além de atrair novos visitantes e turistas.

A cidade de Coimbra pode, nesta medida, ser projetada a nível internacional como um potencial destino turístico de referência contribuindo, assim, para o desenvolvimento local, além de recuperar um património cultural “esquecido” e que lhe pertence.

Bibliografia de referência

- Augé, Marc (1998). *Não-Lugares*, Lisboa, 2.^a ed. Bertrand.
- Cassirer, Ernst (2001). *Filosofia das Formas Simbólicas*, vol. 1 – A Linguagem. São Paulo: Martins Fontes.
- Fernandes, João (2009). Cityscapes – Símbolos, Dinâmicas e Apropriações da Paisagem Cultural Urbana, *Máthesis*, n.º 18, pp. 195-214.
- Ferreira, Carolina (2007). *Coimbra aos Pedacos: Uma Abordagem do Espaço Urbano da Cidade*. Departamento de Arquitetura da FCTUC.
- Fortuna, Carlos *et al.* (2012). *A Cidade e o Turismo: dinâmicas e desafios do turismo urbano em Coimbra*. Coimbra: Almedina. ISBN:978-972-40-5033-1.
- Gaspar, Jorge (2001). O Retorno da Paisagem à Geografia – Apontamentos míticos. *Revista Finisterra*, Lisboa, Vol. XXXVI, N.º 72, pp. 83-99.

- Henriques, Cláudia & Quinteiro, Sílvia (2011). O Turismo Literário: Olhão sob a perspetiva de João Lúcio. *Book of Proceedings the International Conference on Tourism & Management Studies*, Vol. I, Encontros Científicos – Tourism & Management Studies, Special Issue (Full Papers). Faro: Universidade do Algarve. 600-608. <https://sapientia.ualg.pt/>
- Page, Stephen (1995). *Urban Tourism*. London: Routledge.
- Solla, Xosé (2002). Cidade turística, cidade real, cidade ideal. Os exemplos de Pontevedra e Santiago. In Hernández Bore, J. Díaz Fernández, J. A & Patiño Romarís, L. A (coords.), *O Turismo en Galicia. Potencialidades endóxeas de desenvolvemento urbano e económico*. Pontevedra: Deputación Provincial de Pontevedra, pp. 301-318.
- Torgal, Luís (1999). *A Universidade e o Estado Novo. O caso de Coimbra: 1926-1961*, Coimbra: Minerva.
- Tuan, Yi-Fu (1974). *Topofilia – Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*, São Paulo: DIFEL – Difusão Cultural.

DINÂMICA DAS RELAÇÕES ENTRE ESPAÇO, TURISMO E RELIGIOSIDADE EM COIMBRA

Ana Paula Pinto Bastos/paulaappb@gmail.com

Introdução

O texto aborda questões da relação entre turismo e religião em Coimbra e dá especial atenção a três personalidades históricas que tiveram parte da sua vivência em Coimbra: Santo António dos Olivais, a Rainha Santa Isabel e a Irmã Lúcia.

Foram contemplados conceitos significativos para o desenvolvimento do trabalho, através das contribuições de Zeny Rosendahl (2012), Fátima Castro (2011), Norberto Santos (2012), Henri Lefebvre, (1973), Rogério Haesbaert (2004), Marcos Saquet (2013), Anthony Giddens (1989), Torsten Hägerstrand (1978), David Harvey (1992), entre outros. Não entraremos nas discussões do espaço social, pois envolveria conteúdos vastos, epistemológicos e antropológicos, como Bourdieu aponta como base numa posição “construtivista estruturalista, em abordagens do espaço social, no entanto o autor aponta espaço físico e espaço social como categorias distintas (Bourdieu, 1997: 60).

Foram apresentados alguns aspetos dos itens contemplados na pesquisa. A escolha da temática justifica-se pela importância de Coimbra no contexto histórico e religioso em relação ao país, pois foi a primeira capital do reino, numa época que Lisboa (capital atual) ainda estava ocupada pelos Mouros (árabes/mulçumanos). Outra razão refere-se ao desafio de compreender a ocupação dos

referidos espaços escolhidos, para o estudo como lugares de beleza e significância religiosa, além de envolverem histórias de humanidade e solidariedade.

Aspetos espaciais, históricos e religiosos

A produção do espaço na região urbanizada de Coimbra conforme Santana (1996), pode ser explicada pelo sistema de transportes e a própria evolução destes. Novos espaços surgem com suas especificidades nos quais apareceram os prédios residenciais nas novas zonas da cidade. Este crescimento foi acompanhado pela construção das novas vias de comunicação e infraestrutura do núcleo primitivo da cidade que está atualmente ocupado sobretudo por comércio e serviços, havendo assim, uma desconfiguração do espaço residencial. Com a construção de novos Espaços Universitários (Polo II na Quinta da Boa Vista e Polo III em Celas), ocorre um crescimento que impulsiona um movimento de expansão urbana. Essa dinâmica espacial contribui para o surgimento de novas centralidades como: Celas, Solum e Vale das Flores. A cidade possui um patrimônio de valor arquitetónico, com grande potencial cultural e turístico que traz à tona um significado histórico e importante para Portugal.

O espaço de religiosidade de Santo Antônio dos Olivais está localizado no cimo de uma colina na cidade de Coimbra, geograficamente na Freguesia de Santo António dos Olivais, na Igreja do antigo Convento de Santo Antônio que foi destruído por um incêndio no início do século XIX. Ali existia uma capela dedicada a Santo Antão, que recebeu em 1217-1218 os primeiros franciscanos chegados a Portugal, que posteriormente ergueram ao lado um “eremitério” que chegou a ser ocupado pelos Santos Mártires de Marrocos que, segundo a Igreja Católica, foram os primeiros franciscanos a serem sacrificados pela fé de Cristo. Com a vinda para o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra das relíquias (prováveis restos mortais), Santo Antônio deixou o Mosteiro Crúzio para se tornar franciscano, mudando o seu nome de Fernando para Antônio e, seguindo os mesmos passos dos mártires, indo para Marrocos. Com sua canonização, em 1233, é mudada a invocação deste templo e os franciscanos transferem-se

para o Convento de São Francisco em Santa Clara. Porém, a Igreja dos Olivais representa um espaço que traz para a cidade de Coimbra um sistema religioso, de fé católica que envolve seus adeptos em nível local e no campo simbólico. Na análise de Rosendahl (2002), a ideia de que existe mais simbolismo nos objetos e nas coisas do que a aparência indica reconhecer o valor mercantil como valor cultural de um bem simbólico.

No contexto regional, o Mosteiro de Santa Clara-a-Nova que abriga o solar da Rainha Santa Isabel, sendo seu túmulo, é uma obra de grande valor artístico, dos mais importantes de Coimbra, denominado de túmulo-relicário que recebeu em 1677, as relíquias da Rainha Santa Isabel. Segundo informações do Boletim impresso pela Confraria (2015), o sarcófago foi patrocinado pelo Bispo de Coimbra, Dom Afonso Castelo Branco com nítida influência maneirista foi criado e executado pelos ourives Domingos e Miguel Vieira, de Lisboa. Conforme registros em publicações da Confraria da Rainha Santa Isabel, descendente da Casa Real de Aragão, Santa Isabel nasceu, provavelmente, em 11 de fevereiro de 1270, em Saragoça. Casou-se 11 anos depois ainda criança, por procuração, com Dom Dinis. Tornada Rainha, Dona Isabel chega a Coimbra em outubro de 1282, cidade onde se recolheu após ficar viúva e onde realizou muitas ações de bondade acompanhadas de milagres que viriam a ter como expressão máxima a lenda da transformação do pão em rosas. A Rainha faleceu no dia 4 de julho, ano de 1336, aos 66 anos, em Estremoz e foi sepultada em Coimbra no dia 11 de Julho. O culto em torno da Rainha Santa Isabel, foi impulsionado pelas estruturas eclesiásticas e apoiado por uma forte devoção popular que seria legitimada pela sua beatificação em 15 de Abril de 1516 e canonizada em 25 de Maio de 1625¹.

Pensar a dimensão econômica da religião ao visitar o Mosteiro da Rainha Santa Isabel, é inevitável, pois estão calcados aí bens simbólicos, riquezas, mercados e redes. Como diria Rosendahl (2012, p.188), nessa relação deseja-se reconhecer a dimensão geográfica do processo produtivo de bens simbólicos

¹ A Confraria da Rainha Santa Isabel, localiza-se em Santa Clara na cidade de Coimbra, foi fundada na data aproximada de 1562.

ligados ao sagrado, na qual a autora questiona: como os valores são produzidos? Quem são os produtores desses bens simbólicos? Onde ocorre o processo de produção simbólica? Para quem desenvolve o culto cristão voltado ao catolicismo, as respostas ou explicações seriam mais simples: “fé”, “um milagre” ou “os milagres”, “poder de Deus”, numa percepção ou natureza de seu significado que está inserido na difusão da fé e identidade religiosa. O respeito aos lugares sagrados por parte do cristão católico não caracteriza apenas um prédio estático, um símbolo, mas experiências às vezes vividas por entes queridos e familiares, simplesmente experiências humanas.

Em âmbito internacional, está o terceiro ícone, Maria Lúcia do Coração Imaculado, a Irmã Lúcia do Carmelo, ou a Lúcia, menina de 12 anos dos três pastorinhos de Fátima. O Carmelo de Santa Tereza está localizado à Rua de Santa Tereza, nº 16 em Coimbra/ Portugal. Segundo informações de Boletim impresso (Nº 20, Ano 7, Jan-Abr 2015), Lúcia Rosa dos Santos, nasceu em Aljustrel, paróquia de Fátima, no dia 28 de Março de 1907. Na companhia de seus primos Francisco e Jacinta Marto recebeu por três vezes a visita de um anjo (1916) e por seis vezes, a visita de Nossa Senhora (1917), que lhes pediu oração e penitência em reparação e pela conversão dos pecadores. Sua missão especial consistiu em divulgar a devoção ao Coração Imaculado de Maria como alma da mensagem de Fátima. Ingressou na Congregação de Santa Doroteia, em Espanha, onde se deram as aparições de Tuy e Pontevedra, as aparições da Santíssima Trindade, de Nossa Senhora e do Menino Jesus. Irmã Lúcia teve uma vida de recolhimento para responder e atender à mensagem que Nossa Senhora lhe tinha confiado. Entrou no Carmelo de Coimbra em 1948, onde se entregou mais profundamente à oração e ao sacrifício. Faleceu no dia 13 de Fevereiro de 2005 e o seu corpo repousa na Basílica de Nossa Senhora do Rosário, em Fátima, desde o dia 19 de Fevereiro de 2006. Irmã Lúcia viveu 57 anos na Ordem Carmelita, a Ordem de Nossa Senhora do Carmo. Sua importância para o mundo religioso e católico tem significado sagrado. Diversas publicações foram editadas entre elas “Memórias da Irmã Lúcia I e II”, “Apelos da Mensagem de Fátima” entre outros. Sua biografia está em Português, Inglês e Polaco. Sua beatificação está em processo sob os cuidados de Irmã Ângela

Coelho que foi nomeada vice-postuladora da Causa da Beatificação da Irmã Lúcia, hoje conhecida no mundo católico como “serva de Deus”. No endereço www.lucia.pt podemos encontrar o trecho da oração para pedir a Beatificação: “Santíssima Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo, adoro-Vos profundamente e Vos agradeço as aparições da Santíssima Virgem em Fátima para manifestar ao mundo as riquezas do seu Coração Imaculado. Pelos Méritos infinitos do Santíssimo Coração de Jesus e do Coração Imaculado de Maria, peço-Vos que, se for Vossa maior glória e bem das nossas almas, Vos digneis glorificar, diante da Santa Igreja, a Irmã Lúcia, pastorinha de Fátima, concedendo-nos, por sua intercessão, a graça que Vos pedimos amém”.

A geografia da Religião, nos traz possibilidades de análise do espaço e da cultura, como diria Rosendhal (2012, p 220), espaço e cultura estão reunidos em novos planos de percepção teórica que não invalidam os anteriores, pelo contrário, introduzem mais uma possibilidade de pensar o sagrado e o profano na ciência geográfica. A análise nos reporta a uma convergência, um elo entre religião, oração e resiliência geográfica, talvez, que nos permite e nos fornece elementos para o reconhecimento de que existe um aspeto cultural dominante em um determinado espaço. Como reforço dos acontecimentos e fatos religiosos e sagrados, faz-se necessário aqui registrar um dos trechos da suposta visita da Virgem Maria à menina Lúcia, então naquela época com 12 anos, em Valinhos na Cova da Iria na data, 13 de Junho de 1917, em Fátima: “Tu ficas cá, mais algum tempo. Jesus quer servir-se de ti para Me fazer conhecer e amar” (Boletim da Serva de Deus, N.º 20, Ano 7, Jan-Abr 2015).

Fundamentação teórica

Quando a cidade envolve espaços de religiosidade, numa relação de aprofundamento das potencialidades da cultura, da história e religião, surge o aspeto turístico que se configura de maneira a valorizar as territorialidades. E aí surge um diálogo intercultural que nas palavras de André (2012: 501): (...) nas suas dimensões e acentuando a consciência da sua incontornável natureza que radica

na sua forma peculiar de configuração de mundividências e comportamentos e na fonte de sentido que confere à existência cotidiana, na relação dos homens entre si, dos homens com o mundo e dos homens com o mistério que os ultrapassou com o sagrado que silenciosamente os inspira num convite à contemplação e ao enraizamento no fundo indivisível de uma transcendência acolhida na interioridade do *humanum*. (André, 2012: 501).

A dinâmica espacial à qual nos referimos envolve espaços de visitação turística e religiosa em Coimbra, cidade de grande riqueza arquitet nica e histórica em Portugal. A  rea a ser estudada envolve espaços históricos inseridos no espaço territorial, entre eles: Santo Ant nio dos Olivais, São Martinho do Bispo e União de freguesias de Coimbra. O que nos induz a uma pequena análise sobre Território.   inevitável não falarmos de termo. “A história do homem sobre a Terra é a história de uma rotura progressiva entre o homem e o entorno”, já dizia M lton Santos (1997). É notoriamente perceptível a rela o intríseca entre “Território” e “Sociedade”, pois segundo o autor citado, em 1992, afirmava que o problema do espaço ganhava uma dimensão que ele não havia obtido jamais antes, sabendo nós que a análise territorial está sempre imbuída do elemento social e a problemática da base territorial da vida humana sempre preocupou a sociedade.

Sobre Território, a partir de 1970, diversas abordagens foram realizadas para explicar o significado, através das obras de G. Deleuze, A. Gramsci, G. Dematteis, M. Foucault entre outros. Porém tais reflexões se juntaram às de Henri Lef bvre, sobretudo nos anos 1970, 1973 e 1976. As redes de comunica o e cotidianidade, foram evidenciados por Lef bvre (1973), significativas para a “redescoberta” do Território. Entretanto, consideramos significativo nos reportar   contribui o de Saquet (2013), na qual afirma que entender o território, apenas como produto de centralidade e autoridades, realmente é uma forma reducionista e evidencia que o que é meu não é teu e o que é teu não é meu, mas considera muito pouco diante da complexidade da constru o do território. Para o autor, o território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura, ideia e matéria, identidades e representa es, apropria o, domina o e controle, descontinuidades, conexão e redes, dom -

nio e subordinação, degradação e proteção ambiental, terra, formas espaciais e relações de poder.

Segundo Lefèbvre, in Saquet (2013), é na década de 1960 que se passa uma compreensão da produção direta do espaço, em vez da descrição e quantificação da produção indireta no espaço, o que é praticamente, concomitante. É primordial a discussão abordada por autores italianos com Dematteis (1970) e Quaini (1974) que destacam a importância da utilização de princípios do materialismo histórico e dialético. Pois para Quaini (1974), uma das grandes questões na renovação da geografia é envolvida pelas relações natureza-história na organização territorial do capitalismo. É preciso que se diga, que é evidente a relação dialética entre natureza, sociedade e território, visto que ocorrem aí os processos das relações de produção e relações sociais.

A forma como o homem utiliza o espaço, ou os espaços, pode variar de cidade para cidade ou de um tempo para outros tempos. No que se refere especificamente ao conceito de espaço, à partir da Geografia como Ciência Moderna, diversos geógrafos estudiosos discutem o tema onde apresentam divergências conceituais. Milton Santos fala de “destemporalização” e afirma: “Destemporalizando o espaço e desumanizando-o, a geografia acabou dando as costas ao seu objeto e terminou sendo uma ‘viúva do espaço’ (Santos, 2002, p. 119).

Sorre (1967), entende a Geografia Humana como “descrição do ecúmeno” ou “descrição científica das paisagens humanas e sua distribuição pelo Globo”. É a disciplina dos “espaços terrestres”. Significa estudar os grupos humanos vivos, sua organização espacial, seu movimento, suas técnicas (técnica entendida como “alto grau de desenvolvimento mental”), a relação do homem com o meio (uma ecologia do homem com enfoque espacial) e a formação dos gêneros de vida. O método consistiria em descrever a paisagem, incorporando também uma ferramenta importante que é a imaginação. É necessário recorrer às outras ciências no que for necessário. O espaço é visto como localização (através dos mapas) e extensão. Sorre, chega ao ponto de afirmar, como H. Baulig, que a Geografia é um mero ponto de vista. Moreira (1997) entende o espaço geográfico como estrutura de relações sob determinação do social; é a sociedade vista com sua expressão material visível, através da socialização da natureza pelo trabalho.

“A Geografia estuda também “a dinâmica do espaço humanizado” através da técnica, da intencionalidade (possibilidades da ação humana) e das relações entre as forças naturais e as forças “históricas” (George, 1973).

No que se refere ao conceito de Turismo, Castro (2011) refere: o impulso do indivíduo para viajar é mais do que uma capacidade, uma necessidade intrínseca que o acompanha desde sempre e a Geografia, como ciência, aborda o território em íntima associação com a mobilidade, privilegia por uma questão pragmática e por uma valência cientificamente afetiva, o olhar sobre a viagem no seu movimento dual de “sentido”.

A Organização Mundial do Turismo/Nações Unidas concebe o Turismo como: “as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros.” Não há uma definição única de turismo! Diversos autores comentam, analisam e discutem essa atividade, a qual se amplia à medida que as fronteiras entre países e ligações intercontinentais vão aumentando, tanto do ponto de vista econômico como geográfico. Assim sendo, podemos dizer que Turismo é um movimento econômico e cultural que envolve pessoas dispostas a passear, comprar, testar comidas e atividades de lazer diferentes, circular e observar, numa interação social envolvente. As tipologias são variadas, entre as quais está claramente o Turismo Religioso, que se entrecruza amiúde com a peregrinação.

É importante salientar que o crescimento da atividade turística na Europa vem ocorrendo e nem as crises mundiais (crises do Petróleo em 1973 e 1979, crise da bolha dos Dot.com em 2000 e por último a crise imobiliária e financeira em 2008) conseguiram travar o crescimento contínuo, considerando assim, o setor de atividade mais resiliente do mundo.

No caso de Portugal, existem Departamentos orientados para o Turismo Religioso e Cultural como por exemplo, o GeoStar localizado em Lisboa e no Porto que realiza viagens turísticas chamadas de “Viagens Personalizadas”, que oferecem um serviço ao turista com passagens, hotel e passeios². Em países

² GeoStar <http://turismoreligioso.geostar.pt/home/s-4>.

da América Latina como o Brasil, conforme Embratur-Empresa Brasileira de Turismo, em 2014, o Santuário de Aparecida do Norte, no Estado de São Paulo (região Sudeste do Brasil), recebeu mais de 12 milhões de visitantes, número que corresponde a quase o dobro de pessoas que visitaram em 2013 a Torre Eiffel, em Paris, segundo dados de pesquisa da Euromonitor Internacional, na WTM Latino América, que aconteceu no final de Abril em São Paulo. Ainda no ano passado (2014), 7,7 milhões de viagens domésticas foram motivadas pela fé, segundo estimativas do Ministério do Turismo. O fato do Brasil ser o país com maior número de católicos do mundo, com cerca de 12% da população católica mundial, conforme dados do Vaticano explica a importância religiosa no país.

O Turismo Religioso vem se desenvolvendo há algum tempo em vários países. Algumas cidades possuem potencial e visibilidade, bem como uma dimensão econômica como a cidade de Fátima em Portugal, a Mesquita de Jerusalém/Israel com a cúpula de pedra perto do Templo de Salomão (maior monumento do Islã), Aparecida do Norte em São Paulo/Brasil (os devotos de Nossa Senhora Aparecida) e Juazeiro do Norte/Ce/Brasil com a fé dos cristãos, seguidores de Padre Cícero, (popularmente conhecido como “Padim Pade Cíço”).

A atividade turística requer visitação no lugar como espaço de contemplação, valorização de algo como objeto de um olhar específico, um olhar de cada ser humano. Podemos dizer que a visitação envolve um destino ou vários destinos ao mesmo tempo, onde possam estar reunidos em lugares próximos uns dos outros e com deslocamentos longos ou curtos. Porém, a perspectiva contemplativa com uso do espaço para visitação, do ponto de vista turístico, religioso, histórico ou cultural deve convergir sempre para a sustentabilidade urbana e integração de espaços. No entanto, em publicação na Revista Brasileira Mercator, disse Santos (2011): “A cidade é responsável pela organização espacial de uma sociedade crescentemente dependente do poder de um mercado neoliberal que dá valor a percepções globais, mas que depende das atuações locais de agentes que precisam de estar bem preparados e apoiados em estruturas de relação bem sustentadas”.

A apresentação da cidade para quem passa, para quem vê, observa ou aprecia, pode trazer “olhares” diversos, perspectivas diversas, interpretações multiculturalizadas com significados comuns que podem não incluir uma “sustentabilidade urbana”. Sobre religiosidade é inevitável a relação entre “Religião” e “Espiritualidade”...O que caracteriza a religiosidade é, assim, a atitude particular de uma consciência transformada pela experiência do numinoso (Jung, 1938/1990, p. 10).

A palavra sociedade vem do latim *societas*, que significa “associação amistosa com outros”. Podemos dizer que é um conjunto de seres que convivem de forma organizada. Para Émile Durkheim (2007), o homem é coagido a seguir determinadas regras em cada sociedade, o qual chamou de fatos sociais, que são regras exteriores e anteriores ao indivíduo e que controlam sua ação perante os outros membros da sociedade. Assim sendo, ela controla as ações individuais, o indivíduo aprende a seguir normas que não foram criadas por ele. Mesmo o indivíduo possuindo sua autonomia, seu livre arbítrio, as escolas estão dentro dos limites que a sociedade impõe, de maneira que se o indivíduo ultrapassar os limites, as regras impostas, será punido socialmente. Na visão de Karl Marx (1984), a sociedade é heterogênea e constituída por classes sociais que se mantêm, por meio de ideologias dos que possuem o controlo dos meios de produção que pertencem às elites. Dessa forma, em uma sociedade capitalista, o acúmulo de bens materiais é valorizado, enquanto o bem-estar coletivo fica em segundo plano. O autor analisa dizendo que falta ao trabalhador a consciência de classe para superar a ideologia dominante do capitalismo e assim finalmente realizar a revolução para se chegar ao socialismo. Weber realiza estudos das situações sociais concretas quanto às suas singularidades, nos quais trabalha também o conceito de poder. Para Weber (2004), a sociedade constitui um sistema de poder que perpassa todos os níveis da sociedade, desde as relações de classe a governados e governantes, como nas relações cotidianas na família ou em uma empresa. O poder não decorre somente da riqueza e do prestígio, mas também de outras fontes, como exemplo: o carisma, a tradição e o conhecimento técnico-racional.

Metodologia

A metodologia utilizada seguiu um caráter qualitativo, o qual proporcionou aos entrevistados o livre arbítrio para expressarem suas ideias e conclusões livremente sobre o tema, na busca de interpretações e entendimento sobre uma questão a ser interpretada. Esta pesquisa procura entender as razões, ou motivos de um determinado comportamento ou ação, para entender as percepções que as pessoas têm a respeito de um assunto ou serviço, que no nosso caso se refere à visitação aos Monumentos. Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas diretamente ao representante religioso, habitante, visitante/turista em Coimbra. A amostra por conveniência limitou-se a 9 entrevistas, realizadas em cada monumento (ícone religioso). Foram distribuídas 3 entrevistas direcionadas a um visitante, um habitante e um representante religioso de cada ícone. No entanto, a análise proposta teve o intuito de não abarcar a totalidade dos aspectos religiosos da Cidade de Coimbra, pois a riqueza, grandeza e importância histórica têm dimensão maior.

De acordo com informações da Câmara Municipal, Coimbra teve como nome romano *Aeminium*, que está relacionado com a topografia local ocupado pelo povoado o *meneiu*, ou seja o topo do morro, época oriunda do período visigótico entre 569-589. O nome sofreu transformações “Conimbriga”, “*Colimbria*” até chegar ao nome atual. O morro com formações calcárias era contornado por terras que são banhadas pelo rio Mondego. Todavia, lembramos que devido à perspectiva espacial e geográfica iremos nos limitar ao proposto, pois a história contempla fatos significativos, longos, seguindo uma trajetória recheada de fatos enriquecedores até os dias de hoje.

Resultados e discussão

A análise segue uma direção específica de discussão observando as ponderações dos entrevistados e suas visões de mundo no contexto religioso, turístico e espacial. A investigação foi desenvolvida em 2015. Contou na totalidade com

a participação de nove (09) pessoas entrevistadas, entre elas: representantes religiosos, (uma Freira, um Frei e um Agente da Confraria da Rainha Santa). No primeiro ícone contemplado para o estudo, a Igreja de Santo Antônio dos Olivais, o representante entrevistado foi Frei Domingos, italiano, que mora em Coimbra há 20 anos, e representa a paróquia da Igreja de Santo Antônio dos Olivais; a entrevistada na categoria habitante, foi uma professora de português e francês do ensino secundário; e o visitante foi uma senhora com descendência brasileira, evangélica da Igreja Batista. Sobre a origem dos visitantes todos responderam que são do estrangeiro e também da cidade. O Frei Domingos afirmou que são em torno de 70% católicos, fez uma observação mais voltada para o contexto católico, no qual externou uma informação. No item 2, sobre o perfil, são de maneira geral católicos, ainda que o Frei tenha considerado um perfil heterogêneo, vindos de Coimbra com 12.º ano.

No item relativo ao significado do espaço religioso, as respostas foram diferentes, pois uma entrevistada é evangélica, o grau de importância difere dos outros dois. Para o habitante, é de grande valia esse espaço, na perspectiva cultural e arquitetônica. O que reflete, por parte da professora é o cuidado e o zelo com a importância histórica e religiosa para a cidade. Na relação espaço e culto com a cidade, está visível sua importância na religião católica, confirmando um poder mantido, produzido ou reproduzido pela comunidade.

Na perspectiva de Bonnemaïson, (1981: 251, in Rosendahl, 2002: 187), “é pela existência de uma cultura que se cria um território e é pelo território que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço”. No tocante a pergunta de número 5, sobre a contribuição dos monumentos para a cidade, a resposta do Frei foi verdadeira no sentido da história, pois traz, nos ajuda a relacionar o passado e o presente, nos reporta ao resgate das raízes da fé, num Monumento considerado vivo e vai se reproduzindo numa dinâmica que envolve pessoas em convivência harmônica na Freguesia onde habitam. Os entrevistados da Rainha Santa Isabel foram: uma servidora da Confraria que não quis se identificar, uma moça de (34) anos; um turista português e um habitante da localidade de Santa Clara. O monumento considerado sagrado por muitos, pela crença e fé nos milagres

que a santa proporcionou aos que creem nela. Constatou-se com as respostas, que a Rainha Santa, como é chamada por quase todos, trouxe à tona impressões de bondade, lealdade e solidariedade com os pobres, entretanto seu legado de fé também deixou um monumento que proporciona a existência de um capital religioso acumulado nas mãos de um grupo que fazem a administração do local, pois não foi possível a constatação de um único dono. Como Rosendahl (2002, p.190) analisa, o capital religioso é sem dúvida um instrumento de poder e de estratégia fortemente vinculado à política econômica do capitalismo global. Assim sendo, os valores estabelecidos pela comunidade e sociedade local ou regional podem estar ou ficar concatenados com a produção de bens simbólicos.

Os entrevistados do Ícone Irmã Lúcia foram: uma freira chama de Irmã Ana Sofia de 36 anos que afirmou ter cuidado de Irmã Lúcia em sua enfermidade dos últimos anos; um habitante do entorno, um carpinteiro de 67 anos e uma visitante turista que segue a Religião das “Testemunhas de Jeová” de 42 anos. Dos três entrevistados as respostas mais significativas e que demonstraram um grande carinho e respeito pela Irmã Lúcia foi realmente as da Irmã Sofia, que falou com carinho, realçando a bondade e fraternidade da Irmã Lúcia. Demonstrou também muito conhecimento sobre o Convento das Irmãs Carmelitas e que a Igreja hoje não funciona como paróquia, mas está aberta ao público e tem missa com celebração eucarística. De maneira geral, o que se percebe e se constata com a pesquisa, é que para alguns, a Irmã Lúcia não é tão conhecida para pessoas com outras religiões, ou sua história não é valorizada. Para outros, tem grande significância religiosa, sobretudo para os cristãos católicos, na qual não podemos deixar de abordar aqui a relação com a cidade de Fátima que abriga as aparições de Nossa Senhora aos pastorinhos: Lúcia, Jacinta e Antônio, três crianças na época que pastoravam uma zona rural chamada Valinhos, mais precisamente Cova da Iria. Hoje o local tem uma coluna de mármore sobre a qual é colocada a imagem de Nossa senhora, é aí que os peregrinos fazem suas orações, vindos de diversos lugares do planeta.

Conclusões

Com intuito de apresentar as visões, e impressões pessoais sobre os Monumentos pesquisados, as constatações que ficam, são de que em Coimbra/Portugal existem muitos católicos com crença em Santo Antônio dos Olivais devido ao Santo Antônio casamenteiro, devido também a sua ligação com os frades franciscanos e sua escolha por Portugal para realizar seus votos de pobreza e fundar a sua Ordem, bem como sua história. Podemos dizer que a dimensão mercadológica, não tomou conta do lugar e a comunidade local, que está voltada para a cultura do “Santo Antônio casamenteiro” frequenta a Igreja com intuito de oração, crença e fé, não tomou a característica do capital. Entretanto, no Mosteiro da Rainha Santa Isabel em Coimbra segue outro campo simbólico, mesmo que religioso, porém diferente.

Do nascimento de Isabel de Aragão até à santidade, muitos fatos aconteceram, como o seu casamento por exemplo com um Rei, Dom Dinis, sua trajetória de bondade, viuvez e doença que a levou à morte, aos 66 anos em 1336. Depois veio a fama de santidade e milagres aconteceram, seguidos da beatificação e grande propagação de seu culto com uma proporção nacional. Hoje o lugar é muito visitado, considerado sacro, uma Igreja, das mais prestigiadas do país, abriga um túmulo em prata que é envolvido por vidro de grande espessura e um sarcófago em ouro, reunindo ao longo de alguns séculos importante espólio artístico e também é berço de devoção dos pobres e dos nobres pela Rainha Santa Isabel. Por último o Memorial de Irmã Lúcia, que faz parte do patrimônio histórico da cidade de Coimbra, no qual recebe dos visitantes da cidade e de outros países grande respeito pelo papel que a menina Lúcia teve como “vidente”, por ter vivenciado as aparições de Nossa Senhora na Cova da Iria em Fátima em 1917.

Outra conclusão é que a sociedade constrói identidade, território e se relaciona com o ambiente de maneira histórica e também com o mundo moderno e contemporâneo. Outra razão está a ligada ao fato de que a monumentalidade religiosa católica não se restringe aos católicos. Entretanto, é preciso que se diga que o crescimento de outras crenças também tem atraído visitantes para outros

locais religiosos, como o caso da fé de origem africana, como o candomblé, e de cristãos evangélicos. Concluímos com essa pesquisa que a sociedade constrói identidade, território e se relaciona com o ambiente historicamente e também se relaciona com o mundo moderno e contemporâneo. Portanto, a dinâmica das relações entre espaço, religião e turismo em Coimbra também envolve cultura, na qual é preciso a associação com religião numa perspectiva de entendimento no mundo contemporâneo dinâmico. A globalização se encarrega de um movimento tal, onde pode haver a união dos povos de diferentes nacionalidades, idiomas, crenças, territórios, enfim. No mundo atual de multiculturalidade e pluralidade religiosa, podemos dizer que com os rompimentos de fronteiras a busca pelo novo e o diálogo intercultural é uma constante entre os povos. Então, mesmo que não haja uma convergência intercultural ou uma similar tendência religiosa, os povos se aproximam mesmo com crenças e cultos diferentes.

Referências bibliográficas

- André, J. M. (2012). Potencialidades, limites e operadores do diálogo inter religioso face ao diálogo intercultural. *Revista Filosófica de Coimbra*, N.º 42.
- Ausubel, D. P. (2000). *The acquisition and retention of knowledge: a cognitive view*. Boston: Kluwer Academic Publishers.
- Bernecker, P. (1965). *Les fondements du tourisme, cours d'études touristiques*. UIOOT, Union International des Organismes Officiels du Tourisme.
- Burdieu, P. (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Castro, F. V. (2011). O sentido da viagem: territorialidade (s) no filme “A casa de areia”, de Andrucha Waddington. *Cadernos de Geografia*, n.º 28/29; UC pp. 73-80 – URL/PDF
- Dematteis, G. (1970). “Rivoluzione quantitativa” e nuova geografia. *Laboratorio di Geografia Economica*, n.º 5, Università degli Studi di Torino.
- Durkheim, E. (2007). *As regras do método sociológico*. Tradução: Paulo Neves, 3.ª Edição. São Paulo: Martins Fontes.
- George, P. (1973). *O meio ambiente. Difusão européia do livro: saber atual*. São Paulo.
- Gideens, A. (1989). *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gideens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP.
- Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Hägerstrand, T. (1978). A note on the quality of the life times. In T. Carlstein, D. Parkes e N. Thrift, *Time space and spacing time*. London.

- Harvey, D. (1992). A experiência do espaço e do tempo. In *Condição pós-moderna*, São Paulo: edições Loyala, pp.185-218.
- Lefebvre, H. (1973). *A re-produção das relações de produção*. Publicações Escorpões, (Cadernos o Homem e a Sociedade).
- Marx, K. (1984). *Manuscritos: economia y filosofía*. Traducción, introducción y notas de Francisco R. Lorente. Madrid: Alianza Editorial.
- Moreira, R. (1997). Da região à rede e ao lugar. *Ciência Geográfica*, N.º 6, Bauru, São Paulo.
- Novak, J. D. (1990). Concept mapping: A useful tool for science education. *Journal of Research in Science Teaching*, 27 (10), 937-949.
- Santana, P. (1996). Mobilidades e organização do espaço urbano de Coimbra. *Cadernos de Geografia*, N.º Especial, *Actas do I Colóquio de Geografia de Coimbra*, pp 57-66.
- Santos, M. (1997). *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico informacional*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (2002). *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: Edusp.
- Santos, N. P. (2011). Cidade e sustentabilidade territorial. *Mercator, Revista de Geografia da UFC*, Fortaleza, Vol. 10, n. 23, pp. 7-22.
- Saquet, M. A. (2013). *Abordagens e concepções de território*. 3.ª Ed. São Paulo, Outras Expressões.
- Sorre, M. (1967). *El hombre en la Tierra*. Barcelona: Labor.
- Weber, M. (2004). *Economia e sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, UNB, 2004.

PARTE V

(Página deixada propositadamente em branco)

**ACERCA DO CONGRESSO
DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA DE AVEIRO DE 1973**

Luís Reis Torgal/lrtorgal@netcabo.pt

Professor catedrático aposentado
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
e Investigador no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX
da Universidade de Coimbra (CEIS20)

Para o António Gama...

Este artigo, que foi preparado para servir de base a uma comunicação apresentada em 7 de Dezembro de 2013 no colóquio realizado na Universidade de Aveiro intitulado “40 anos do III Congresso da Oposição Democrática”, encontrava-se inédito e é, evidentemente, datado (como facilmente se percebe na Conclusão, que, por razões óbvias não quisemos eliminar). Revela a minha formação de historiador (foi apresentado num painel de investigadores de História, de que também faziam parte Luísa Tiago de Oliveira e José Pacheco Pereira), mas também a minha sensibilidade de intervenção cívica, que tenho procurado manifestar ao longo dos anos. Tal como o meu saudoso amigo António Gama. Por isso o escolhi entre os textos que guardo no meu arquivo. Muitas vezes refletimos juntos, com outros amigos e colegas, sobre os problemas do país, em tempos em que a Universidade era, além de um lugar de saber, um espaço de debate cívico e até de tertúlia cultural e política.

Marcelismo: o mesmo sistema mas... diferente

Como tenho referido frequentemente nas minhas publicações¹, o Marcelismo mantém as mesmas estruturas do Estado Novo de Salazar, apenas com alterações cosméticas, continuando a afirmar-se, se assim se entender, como uma variante do fascismo, ou seja, um “fascismo à portuguesa”. Deste modo, faz jus à célebre afirmação de Lampedusa no seu livro póstumo *Il Gattopardo*: “*Se vogliamo che tutto rimanga come è, bisogna che tutto cambi*”², “Se queremos que tudo permaneça como está, é necessário que tudo mude”. Ou, como mais vulgarmente se diz: “É preciso mudar alguma coisa para que tudo fique na mesma”.

Em boa verdade, Marcello Caetano assumiu até, claramente, esse papel, representando-o nos seus discursos, desde a tomada de posse, em 27 de Setembro de 1968, e, nos símbolos da sua via política, nas máximas fundamentais “Renovação na continuidade”³ e “Estado Social”⁴.

Este último conceito, que parece diferente, não era, todavia, essencialmente distinto do “Estado Novo”, dado que, embora se omita muitas vezes essa característica, o sistema político de Salazar e de Marcello Caetano, como o fascismo de Mussolini, era, originária e teoricamente, antiliberal e anticapitalista, contrário à democracia partidária e defensor de uma alternativa oposta ao comunismo, seu eterno inimigo. Queria afirmar-se como uma conceção política de “terceira via” (“Estado Novo”) que — por uma linha nacionalista, de ideologia e partido únicos (tese aqui só afirmada explícita e inicialmente por Marcello, mas não por Salazar, que tinha a intenção de fazer entender a União Nacional como uma associação cívica) — procurasse resolver os problemas

¹ Ver sobretudo *Estados Novos, Estado Novo*. 2 volumes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009 (2.ª edição), e *Marcello Caetano, Marcelismo e “Estado Social”. Uma interpretação*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013.

² G. Tomasi Di Lampedusa, *Il Gattopardo*. Milano: Feltrinelli, 2002 (1.ª edição póstuma: 1958), p. 50.

³ Marcello Caetano, *Renovação na continuidade*. Lisboa: Verbo, 1971.

⁴ Marcello Caetano, *Estado Social*. Excertos de discursos proferidos pelo Presidente do Conselho de Ministros, Prof. Doutor Marcello Caetano. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1970.

sociais do “Povo” ou da “Nação” (“Estado Social”). Esse era o grande objetivo, mesmo que à custa da Liberdade (substituída pelo conceito integralista de “liberdades”) e negando a Igualdade (apenas conservada pelo vago conceito jurídico de “igualdade perante a lei”).

Mas, se o Marcelismo é a continuação do Salazarismo, é certo também que as condições da época são diferentes, pelo que era necessário criar a ideia de uma abertura, que se fecharia quando fosse oportuno, pois jamais o Marcelismo se inclinou minimamente para uma solução democrática. Deste modo, só em certo sentido é possível falar de “liberalização bloqueada” (expressão usada no tempo) ou mesmo em “transição falhada”⁵.

Enfim, nada se modificou, de fundo, na política do Estado Novo, agora como “Estado Social”, ainda que a própria mudança de presidente do Governo e a sua nova retórica e estratégia acabassem por conduzir a falsas esperanças e a uma nova ação reivindicativa e conseqüente ação repressiva. É um tempo caracterizado por muitas contradições, como iremos ver.

Em 1969 surge a nova crise académica, afirmada em 17 de Abril em Coimbra, mas que abrangue toda a academia, tomando uma feição mais radical do que a crise de 1962 e provocando assim uma repressão mais acentuada. Nas eleições de 1969 (26 de Outubro), é eleita a “ala liberal”, que em breve sairá da Assembleia Nacional, depois de uma luta inglória (essa sim) pela liberalização dentro do regime⁶. Em 1972 Portugal retira-se da UNESCO. Em Julho de 1970 é preso Mário de Oliveira, pároco de Macieira da Lixa, acusado de tomar posições contra a guerra do Ultramar. No meio de novos conflitos académicos, que foram continuando em anos seguintes a 1969, o estudante José António Ribeiro dos Santos foi morto a tiro pela DGS nas instalações do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (12 de Outubro de 1972). Continuou, sem qualquer alteração, a “guerra colonial”, dando-se o massacre de Wiriyamu, perpetrado pelas forças armadas portuguesas em 16 de Dezembro de 1972. Um

⁵ Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira (Coordenadores), *A transição falhada. O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

⁶ Ver Tiago Fernandes, *Nem Ditadura nem Revolução. A ala liberal no Marcelismo*. Lisboa: Texto, 2008.

grupo de “católicos progressistas” e de não católicos, no dia 30 de Dezembro de 1972, ocupa a capela do Rato para, numa vigília de 48 horas, comemorar o Dia Mundial da Paz (1 de Janeiro), o que é condenado pelo Patriarcado, sendo demitidos pelo Estado os funcionários públicos que participaram nessa vigília e depois afastado das suas funções o padre responsável pela capela, Alberto Neto. Em 17 de Janeiro, por decreto lei n.º 18/73, do Ministério da Educação - que, no entanto, se mostrou aberto a algumas novas perspectivas educacionais, devido ao ministro Veiga Simão -, é criada, no quadro de pessoal auxiliar dos estabelecimentos do Ensino Superior, a categoria de “vigilantes”, que foram conhecidos em gíria por “gorilas”.

Por outro lado, foram surgindo alguns indícios de abertura ou de simples transformação: 147 individualidades da “ala mais liberal” e de outras correntes de opinião criaram a Associação para o Desenvolvimento Económico e Social - SEDES (25 de Fevereiro de 1970); tornou-se mais fluente a divulgação de livros até aí proibidos pela Censura, sendo também publicadas várias obras de crítica à realidade portuguesa, como a que questionava a vantagem de se ser ou não deputado na Assembleia Nacional, publicada pela Ática, inquérito a que respondeu, por exemplo, Francisco Sá Carneiro⁷, ou livros que analisavam o estado do país nas suas diversas perspectivas, publicados pela Moraes Editores; o “novo cinema” português continuou a sua marcha desde os *Verdes Anos* (1963), de Paulo Rocha, embora fossem censurados todos os filmes de temática ultramarina; a Santa Sé nomeou D. António Ribeiro para substituir D. Manuel Gonçalves Cerejeira (já com idade avançada), em Maio de 1971, sem que a mudança provocasse, todavia, qualquer efeito visível; em 1968 surgia a revista *Vida Mundial*, que procurava dar uma panorâmica possível do que se ia passando no mundo, e, em 6 de Janeiro de 1973, inicia-se a publicação do semanário *Expresso*, revelador de uma nova conceção jornalística, que se juntavam a periódicos claramente de oposição, como o diário *República*, e às revistas culturais de longa data, como a *Seara Nova* ou a *Vértice*, mas que tinham outras

⁷ *Ser ou não ser deputado*. Lisboa: Arcádia, 1973.

como mais recentes companheiras, *O Tempo e o Modo* (iniciada em Janeiro de 1963) ou a revista católica *Cadernos GEDOC* (1969).

A pressão internacional aumenta: em 1 de Julho de 1970 o papa Paulo VI recebe, a título informal, os dirigentes do MPLA, do PAIGC e da FRELIMO; em Novembro de 1972, a Assembleia Geral da ONU (só com votos contrários dos Estados Unidos, Reino Unido, França, República da África do Sul e Portugal, e com 23 abstenções) vota a resolução de apelo de ajuda aos movimentos de libertação dos territórios coloniais portugueses; em 24 de Setembro de 1973, a Guiné proclama unilateralmente a sua independência em Madina do Boé; Mário Soares procura interessar os meios internacionais sobre a necessidade absoluta e urgente da democratização de Portugal e vem a ter um papel ativo no protesto contra a visita de Marcello Caetano a Londres; em Bad-Münstereifel (RFA), membros da Ação Socialista Portuguesa (ASP), criada em Genebra em 1964, conjuntamente com outros, fundam o Partido Socialista (19 de Abril de 1973).

Depois da morte de Salazar, em 27 de Julho de 1970, e da reeleição, em 25 de Julho de 1972, de Américo Tomás, considerado o chefe dos “ultra-salazaristas”, elementos da “ala liberal” (já referida), tendo à frente Sá Carneiro, vêm a renunciar aos mandatos da Assembleia Nacional, em 1973. O regime dava os últimos passos, procurando defender-se, mas criando afinal condições para que se viesse a organizar uma sedição da classe militar, que, de movimento profissional, se transformou em movimento político. Com efeito, através do decreto n.º 353/73, de 13 de Julho, permite-se a passagem de oficiais milicianos aos quadros permanentes das armas de Infantaria, Artilharia e Cavalaria. É essa medida, causa da criação de um mal-estar nas forças armadas, que origina reuniões de oficiais, que, em parte, estão na base do MFA. Em 1 de Junho de 1973 realiza-se no Porto o Congresso dos Combatentes do Ultramar, tendo como objetivo apoiar o regime na “guerra colonial”. Era o canto do cisne do regime que, na verdade, nunca conseguira nem desejava fazer alterações sensíveis.

É em todo este contexto complexo, de que apresentámos apenas alguns dados informativos, que se realizou, de 4 a 8 de Abril de 1973, o III Congresso da Oposição Democrática, já não chamado “Republicano” devido ao interesse que

havia da parte das autoridades marcelistas em mostrar que havia uma oposição que se manifestava livremente, mas talvez também devido à adesão de alguns monárquicos liberais. Nele reafirmou-se com maior radicalismo a democratização do país e o fim da “guerra colonial”, efetuando-se pouco depois, em 28 de Outubro desse mesmo ano de 1973, as derradeiras eleições do sistema salazarista-marcelista para a Assembleia Nacional.

Os Congressos Republicanos (1957 e 1969) e o Congresso da Oposição Democrática de 1973

Os Congressos Republicanos realizaram-se em momentos chave, ou seja, em 6 de Outubro de 1957 (I Congresso Republicano), menos de um ano antes das eleições presidenciais (8 de Junho de 1958), nas quais surgiram como candidatos da oposição Arlindo Vicente e Humberto Delgado, e, já na época marcelista, de 15 a 17 de Maio de 1969 (II Congresso Republicano), no mesmo ano e breves meses antes das mais importantes eleições para a Assembleia Nacional, de 26 de Outubro. O III Congresso, que, como se acabou de dizer, já não se apelidou de Republicano mas da “Oposição Democrática”, ocorreu de 4 a 8 de Abril de 1973, poucos meses antes das eleições para a Assembleia, que – segundo pensamos – já não foram consideradas muito importantes pela oposição, em termos de ilusão de eficácia política, mas sim entendidas, pelo menos por alguns dos seus membros e candidatos, como um “dever patriótico” que alargasse cada vez mais o leque das oposições e criasse mais problemas ao regime decadente.⁸

Pode talvez dizer-se que, do lado do sistema salazarista e marcelista, a sua autorização poderia corresponder a uma estratégia para mostrar que o país tinha afinal um sistema de “liberdade”, que possibilitava a realização de atos

⁸ Os dois primeiros congressos foram estudados numa tese de mestrado orientada por Amadeu Carvalho Homem na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Marília de Assis Freire Ribeiro Tavares, *Os Congressos Republicanos de Aveiro. Subsídios para a história da oposição ao Estado Novo*, Coimbra: 1994.

oposicionistas. De resto, essa ideia era inoculada – embora de forma sempre contraditória – pelo próprio Salazar desde 1945, ano do final da II Guerra Mundial, em que se realizaram as primeiras eleições com oposição (as de 1934, 1938 e 1942 não tiveram oposição), em 18 de Novembro, oposição que, na verdade, quase não teve expressão eleitoral, assim como sucedeu em 1949 (ao contrário do que aconteceu com as eleições presidenciais de 13 de Fevereiro, em que Norton de Matos foi o candidato da oposição). Todavia, a desistência da oposição em participar nessas eleições antecipadas (que efetivamente se deveriam realizar em 1946) teve o significado de uma ação de protesto, pois em 8 de Outubro de 1945 organizou-se com algum impacto o Movimento de Unidade Democrática (MUD), tolerado pelo regime apenas durante breves anos, até Março de 1948, quando foi proibido de forma violentamente repressiva⁹. Aliás, as palavras de Salazar foram hipocritamente eloquentes: “As eleições são absolutamente livres, tão livres como na livre Inglaterra”.¹⁰ Dissemos “hipocritamente” com objetividade, porque elas foram precedidas por claros atropelos à liberdade de expressão e à organização eleitoral e porque foram ditas quando a oposição já desistira de ir às urnas.¹¹

A estratégia acima referida quanto à autorização de realização dos congressos republicanos de 1957 e de 1969, bem como o da oposição democrática de 1973, pode explicar-se também pela tentativa de o Estado Novo de Salazar e de o Estado Social de Marcello mostrarem que as posições estavam divididas (o que era um facto, apesar da “plataforma de São Pedro de Moel” de 1969, nesse mesmo ano diluída na prática) e que cairiam em posições radicais, repudiadas pelo “conservadorismo do povo português”, sobretudo na sua visão visceralmente anticomunista estimulada pelo regime. Mesmo a luta contra as “campanhas ultramarinas”, que teriam de vir ao de cima depois de 1961, se-

⁹ Ver proximamente o livro de Mário Matos e Lemos, *Inquérito às listas do MUD*, de próxima edição.

¹⁰ Entrevista de Salazar ao *Diário de Notícias* e a *O Século*, 14 de Novembro de 1945.

¹¹ Sobre a oposição ou as oposições no contexto eleitoral do Estado Novo, ver os livros da autoria de Mário Matos e Lemos e coordenados por Luís Reis Torgal: *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973)*. *Um Dicionário*, Lisboa: Assembleia da República – Texto, 2009; e *Oposição e eleições no Estado Novo*, Lisboa: Assembleia da República, 2012.

riam contrárias ao espírito “imperial” que ainda existia, colocando, por outro lado, as oposições numa situação de ilegalidade, dado que o Ultramar, considerado como território português, era uma das afirmações constitucionais e uma posição política basilar manifestada por Salazar e por Marcello Caetano, como ministro do Ultramar (1944-1947) e desde a sua tomada de posse como Presidente do Conselho.

É de salientar que todos os congressos foram realizados em Aveiro, onde havia uma tradição democrática e liberal, marcada por algumas figuras fundamentais do passado ou do presente, desde José Estêvão e o contraditório Francisco Homem Cristo aos advogados Álvaro Seiça Neves, Manuel Costa e Melo e Carlos Candal (que fora presidente da Associação Académica de Coimbra por altura da crise de 1962) e sobretudo à figura mítica do médico e escritor Mário Sacramento, animador do oposicionismo de Aveiro, mas que já não assistiu ao congresso de 1969, pois faleceu em Março desse ano. Também é de salientar que era Governador Civil (de 1954 a 1959 e de 1968 a 1974) um homem considerado “moderado” dentro do próprio regime, Francisco José Rodrigues Vale Guimarães, que apoiou a viabilização dos congressos, embora não quisesse ou não pudesse lutar contra a repressão que se verificou sobretudo no último.

O Congresso da Oposição Democrática¹² é o último da série e é esse que nos convoca a este colóquio de Aveiro por altura do seu 40.º aniversário, que se realizou exatamente no mês de Abril. Se o confrontarmos com os anteriores, notamos facilmente que se verifica um número superior de comunicações e intervenções selecionadas. Realizado num só dia, o I Congresso, de 1957, teve apenas cerca de 30 comunicações, das quais foram publicadas 19. No II Congresso de 1969¹³ há um maior entusiasmo e a presença das grandes figuras da oposição. Assim, realizaram-se cerca de 90 comunicações e intervenções, verificando-se que alguns desses intervenientes vieram a ser candidatos nas eleições desse ano: por parte da Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), que

¹² 3.º Congresso da Oposição Democrática de Aveiro. *Teses*. Lisboa: Seara Nova, 1974.

¹³ *Teses e Documentos. II Congresso Republicano de Aveiro*. 2 vol. Lisboa: Seara Nova, 1969.

se formou em Lisboa, no Porto e em Braga, constituída por políticos próximos do socialismo democrático e por monárquicos liberais, e por parte da Comissão Democrática Eleitoral (CDE), formada nessas mesmas cidades por políticos próximos do PCP, alguns católicos progressistas e militantes que avançavam para posições mais radicais, embora a CDE congregasse, noutros distritos, políticos de várias sensibilidades, em maior espírito de convergência. Assim, apresentaram as suas comunicações no congresso de Aveiro de 69, por exemplo, o advogado Francisco Salgado Zenha e o jornalista Raul Rego, da CEUD, bem como a engenheira Virgínia de Moura, o licenciado em Matemática Joaquim António Santos Simões ou Mário Sotto-Mayor Cardia, formado em Filosofia, que alinharam pela CDE, embora Cardia se viesse depois a afastar da linha comunista. Mas, independentemente das listas eleitorais, é interessante notar a presença de alguns grandes vultos da oposição de variadas correntes. Assim, encontramos ali comunicações do historiador Armando de Castro, mais próximo do PCP, ou do historiador Joel Serrão, ou do pedagogo Rui Grácio, mais próximos do socialismo democrático, do pedagogo Rogério Fernandes ou do historiador da literatura Óscar Lopes, próximos da linha comunista, ou do escritor neo-realista e comunista Urbano Tavares Rodrigues, dos políticos socialistas Francisco Ramos da Costa, Mário Soares ou José Magalhães Godinho. Acrescentemos a esta lista, sempre como exemplos, escritores como Egito Gonçalves, Elina Guimarães e Maria Lamas, e o jornalista e crítico literário Álvaro Salema (que foi candidato por Viana do Castelo em 1969).

O Congresso de 1973 é, na verdade, mais radical, mais aberto e talvez os seus participantes sejam menos empenhados nas eleições desse ano, embora tivessem participado alguns nas eleições de 1969, pela CDE dos três distritos referidos, onde houve uma separação clara das águas ideológicas. São os casos de Francisco Pereira de Moura, Mário Sotto-Mayor Cardia e José Tengarrinha (Lisboa), Armando de Castro e o jornalista João Arnaldo Maia (Porto), ou Joaquim Santos Simões (Braga). O jornalista Raul Rego, sempre presente, é uma exceção, pois participou como candidato da CEUD de Lisboa. Alguns “históricos” ou que viriam a tornar-se “históricos”, que participam no congresso, já não surgem, na verdade, nas eleições de 1973, como Armando de Castro (que

esteve nas eleições de 1969, pela CDE), Olívio França (que foi candidato pelo Porto em 1953, 1961 e 1965 e que virá aderir ao PPD depois do 25 de Abril), Vasco da Gama Fernandes (que foi candidato por Lisboa em 1953 e por Leiria em 1961, 1965 e 1969), Raul Rego (candidato por Lisboa em 1965 e, como se disse, pela CEUD de Lisboa em 1969), António Arnaut (que fora candidato por Coimbra em 1969). Deve, no entanto, considerar-se que alguns dos participantes do congresso ainda nos surgem nas listas de 73, como são os casos: por Lisboa, de Francisco Pereira de Moura, de Urbano Tavares Rodrigues (que fora candidato por Beja em 1969), de Mário Sotto-Mayor Cardia, de Francisco Marcelo Curto, este do Partido Socialista, todos como suplentes, do advogado Roque Lino e de José Tengarrinha, como efetivos; pelo Porto, de José Augusto Nozes Pires; por Leiria, do professor do ensino primário e farmacêutico Amílcar Pinho, como suplente, e do operário comunista da Marinha Grande Manuel de Sousa Baridó, como suplente; por Viana do Castelo, em lista que acabou por não ser apresentada e como suplente, do jornalista João Arnaldo Maia (que fora candidato pelo Porto em 1969); e por Évora do engenheiro António Areosa Feio. Figuras como José Saramago, Luso Soares ou Keil do Amaral apresentaram comunicações no Congresso, mas não vão, por um motivo ou por outro, participar nas eleições de 1973 como candidatos da oposição.

O que é, efetivamente, evidente é o aparecimento no Congresso de figuras novas, como António Barreto e Medeiros Ferreira, do grupo de Genebra, ou de monárquicos, como Henrique Barrilaro Ruas, que já fora candidato em 1969 pela Comissão Eleitoral Monárquica de Lisboa (CEM), e o surgir de afirmações radicais, em matéria de política, economia, sociedade ou educação,¹⁴ com uma clara oposição ao colonialismo e à guerra colonial. De resto, de cerca de 120 comunicações e intervenções (muitas mais tinham sido apresentadas nos respetivos distritos), à volta de 40 são de autoria coletiva,

¹⁴ O Congresso dividiu-se em 8 secções: 1.ª secção – Desenvolvimento económico e social; 2.ª secção – Estrutura e transformação das relações de trabalho; 3.ª secção – Segurança social e saúde; 4.ª secção – Urbanismo e habitação; 5.ª secção – Educação, cultura e juventude; 6.ª secção – Desenvolvimento regional e administrativo; 7.ª secção – Direitos do Homem e organização do Estado; 8.ª secção – Situação e perspectiva política no plano nacional e internacional.

de organizações de trabalhadores, de grupos de mulheres ou de estudantes ou de grupos locais e regionais.

Em síntese, o Congresso de 1973 é simbólico não só do ruir do sistema, como do radicalismo e da abertura da oposição ou das oposições a novas linhas de combate. Todavia, grande parte dos seus participantes sabia que estes movimentos apenas serviam para atacar o sistema, pois pressentiam que só um movimento ativo, em que as forças armadas se envolvessem, poderia fazê-lo cair. Acima de tudo, não acreditavam que as eleições pudessem servir de alguma coisa. A esperança eleitoral, ainda assim manifestada por alguns em 1969, caíra completamente.

O regime salazarista-marcelista e as eleições

Para se entender o desânimo eleitoral, contraditoriamente marcado por uma aparente posição de força – organizaram-se listas em menos distritos (apenas em 10, dado que a lista de Viana do Castelo acabou por desistir, dos 20 do Continente e Ilhas, ao passo que em 1969 a oposição concorreu em todos), embora em alguns, como em Lisboa e no Porto, com muitos suplentes – vale a pena entender como se organizara a ação do Estado, quer em termos legais quer em termos de propaganda eleitoral. Só assim se poderá afinal entender o significado real do Congresso da Oposição Democrática de Abril de 1973 e as suas consequências nas eleições que se seguiram no mesmo ano¹⁵.

Na verdade, desde 1933 ou ainda antes, que a forma de organização do Estado, Estado Novo, era – como no fascismo italiano –, a de um sistema corporativo, de partido ou associação cívica único(a), autoritário, se não mesmo totalitário. Diga-se que, tal como afirmava Mussolini, aceitaram que fosse “totalitário” o Estado alguns salazaristas, tais como Águedo de Oliveira ou Bissaya Barreto, ambos próximos de Salazar no meio universitário e político. Mesmo alguns outros juristas que discutiram a questão tiveram dificuldade em

¹⁵ Ver Mário Matos e Lemos, *obs cit.*.

catalogar o Estado como “não totalitário”, conforme sucedeu com os professores de Direito Mário de Figueiredo ou Manuel Rodrigues¹⁶. Mas, quem melhor caracterizou o Estado Novo, como *sistema corporativo*, com as suas características que o tornaram clássico, foi mesmo Marcello Caetano, no seu livro de 1938 justamente intitulado *O Sistema Corporativo*¹⁷. Assim, a sua designação de “Estado Social”, assumida em 1968, poderia chamar-se com maior exatidão “Estado Social de direito corporativo”.

Nesta perspetiva, não era possível que Salazar ou Marcello aceitassem que, nesse *sistema* – num *sistema* onde havia também, com carácter consultivo, mas com uma importante função política, uma Câmara Corporativa –, pudesse vir a existir, numa Assembleia Nacional legislativa, uma oposição democrática, ou seja, defensora de *outro sistema*. Por isso toda a retórica legislativa ou de propaganda tinha como finalidade eliminar essa oposição.

Salazar, logo nas primeiras eleições legislativas, afirmou que a sua opinião era que quem quisesse criticar a prática do *sistema* deveria fazê-lo por dentro e entrar nas listas da União Nacional, situação que defendeu sempre que havia eleições legislativas e que afinal só se veio a verificar, com Marcello, em 1969 com a chamada “ala liberal”. Mas, do ponto de vista constitucional, revelou-se cedo e de forma legal essa intenção. Assim, em 1951, logo após a morte do Presidente carismático do Estado Novo, o marechal Óscar Carmona, foi aprovada na Assembleia Nacional a lei n.º 2.048, de 11 de Junho de 1951, de revisão da Constituição. Através dela foi acrescentado um parágrafo (que passou a ser o § 1.º) ao artigo 73.º, que tinha a seguinte redação: “Não poderão propor-se ao sufrágio os candidatos que não ofereçam garantias de respeito e fidelidade aos princípios fundamentais da ordem política e social consignada na Constituição”¹⁸. Por outro lado, o Conselho de Estado passou a ter funções

¹⁶ Ver *Estados Novos, Estado Novo*, vol. I, Parte I, cap. 5.

¹⁷ *O Sistema Corporativo*, Lisboa, s.ed., 1938.

¹⁸ Até aí o artigo 73.º era apenas composto pelo texto fundamental – “Só pode ser eleito Presidente da República o cidadão português maior de trinta e cinco anos, no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, que tenha tido sempre a nacionalidade portuguesa” – e por um § único (“Se o eleito for membro da Assembleia Nacional perderá o mandato”), que passou a ser o § 2.º. Note-se que a cláusula “pleno gozo” dos “direitos civis e políticos” já poderia talvez ser accionada

mais bem especificadas nos parágrafos constantes do artigo 84.º, nomeadamente no parágrafo 1.º, em que se considerava ser sua atribuição: “Decidir sobre a idoneidade dos candidatos à Presidência da República, para os efeitos do disposto no § 1.º do artigo 73.º”. Desta forma, tudo se organizaria para evitar que um candidato como Ruy Luís Gomes pudesse prosseguir na campanha para a Presidência. A justificação da Câmara Corporativa para dar ao Conselho de Estado o poder de seleção dos candidatos era, de resto, bem significativa, pois assim – segundo escrevia o relator do parecer, Marcello Caetano – criava-se uma “combinação entre a escolha popular e a seleção pelos melhores”, pondo-se em prática “uma providência de legítima defesa constitucional”. No mesmo sentido teria de ir, obviamente, a legislação específica que regulava a apresentação das candidaturas, como se pode ver através do decreto-lei n.º 38.311, de 21 de Junho de 1951. Assim, como se esperava, no dia 17 de Julho, o candidato Ruy Luís Gomes foi considerado inelegível, sendo publicada sobre isso uma nota oficiosa do Presidente do Conselho. O que não se fez com o republicano e colonialista Norton de Matos em 1948-49, nem com Quintão Meireles, que estivera ligado ao Estado Novo, fez-se, nesse mesmo ano de 1951, como seria óbvio, com um candidato democrata, ainda para mais, próximo dos comunistas.

Em 1959, depois das eleições em que acabou por participar Humberto Delgado como único candidato da oposição, eleições que puseram em risco o governo de Salazar, ainda foi mais evidente o processo constitucional em defesa do *sistema*. A revisão constitucional ocorrida em 29 de Agosto de 1959 (lei n.º 2100), transformaria a eleição por sufrágio direto numa eleição em colégio eleitoral de tipo corporativo.

Não se deram alterações legais significativas no que respeita às eleições legislativas, mantendo-se o sufrágio direto, pois o regime acreditou sempre que, usando os seus métodos antiliberais, conseguiria vencer facilmente as eleições. E assim sucedeu mesmo nas eleições de 1969. Todavia, do mesmo modo que para a Presidência da República, também poderiam ser eliminados

contra um candidato que tivesse sido demitido por razões políticas. Mas, mesmo assim, considerou-se ser aconselhável acrescentar o parágrafo acima transcrito.

alguns candidatos à Assembleia Nacional considerados mais “perigosos”. Assim sucedeu, por exemplo, com Vítor de Sá, candidato por Braga. Por outro lado, também não foram aceites em 1969 listas da oposição apresentadas no Ultramar, sendo eliminada a lista apresentada então por Moçambique, de que fazia parte, por exemplo, António Almeida Santos.

No entanto, usaram-se em 1973 novas armas legais, pois foram previstas sanções para os candidatos que desistissem de ir às urnas. Pelo decreto-lei n.º 471/73, de 21 de Setembro, passaram a não poder ser eleitos deputados, para sempre, todos os que, candidatando-se, viessem a desistir da candidatura ou a fazer declaração pública de incitamento à abstenção. Mas, acima de tudo, nesse ano, houve uma campanha acesa no sentido de considerar laicistas, comunistas ou “totalitários” os defensores da oposição democrática, fossem eles de que área política fossem, mostrando que isso já era evidente no Congresso de Aveiro.

Num pequeno opúsculo sem autor, pertencente aos “Cadernos Caravela”, coordenado por um tal F. da Costa Santos, intitulado *O Congresso de Aveiro perante a Igreja Católica*, procurava provar-se que o Congresso queria fazer regressar o país aos tempos do anticlericalismo e do laicismo republicanos, acentuando também a presença do perigo comunista¹⁹. Nas vésperas das eleições legislativas de 28 de Outubro de 1973, num discurso proferido na sessão de esclarecimento dos eleitores e de apresentação dos candidatos pela ANP, que teve lugar na Figueira da Foz em 16 de Outubro desse ano, Victor Aguiar e Silva, professor da Faculdade de Letras de Coimbra, procurava provar a ideologia totalitária comunista dos candidatos da oposição democrática, fazendo uma análise detalhada das suas várias estratégias ao longo do tempo, que supunham mesmo a apresentação de candidaturas a eleições²⁰.

Vejamos, porém, mais detalhadamente o que nos diz Marcello Caetano.

¹⁹ F. da Costa Santos (Coordenador), *O Congresso de Aveiro perante a Igreja Católica. Com o texto integral da “Lei de Separação da Igreja e do Estado de 20 de Abril de 1911”*. Cadernos Caravela, n.º 1. S. lugar [composto na Figueira da Foz], s. ed., 1973.

²⁰ Prof. Doutor Aguiar e Silva, *A Oposição Comunista e sua ideologia totalitária*. Coimbra: Acção Nacional Popular, 1973.

Em mais uma das suas “Conversas em Família”, em 27 de Setembro de 1973 (quinto aniversário da sua tomada de posse), extremava a sua luta contra a oposição, sempre manifestada em discursos anteriores²¹. Falava da liberdade que se verificava no ato eleitoral e em todas as suas operações – “no mais livre dos sufrágios”... –, criticava os “liberais”, na sua maioria, por não terem querido alinhar nas listas da agora ANP ou por não terem apresentado, ao menos, listas independentes, e fustigava a que ele próprio denominava “oposição democrática” com palavras duríssimas:

Quem apareceu então a formar, em muitos distritos, as listas da chamada “oposição democrática”?

Democratas autênticos? As suas origens e as suas declarações deixam sérias dúvidas de que o sejam, no sentido tradicional, que é diferente da democracia totalitária ou popular praticada nos países encobertos pela cortina de ferro.

As declarações que vêm fazendo desde o Congresso de Aveiro e agora são reiteradas nos primeiros papéis distribuídos em Lisboa, não deixam dúvidas sobre o pouco interesse que a esses candidatos merece o ato eleitoral em si.

Anunciam logo o seu desprezo pelas eleições que, segundo eles, não conduzem a coisa nenhuma de útil – porque para esses senhores só seria útil a instauração de um regime como o de Cuba...²²

Mais ainda: afirmava Marcello a identificação da oposição com o “terrorismo” e com a guerra subversiva contra as províncias ultramarinas e, por outro lado, colocava no prato da balança da Situação a Constituição que urgia defender e, sempre, a unidade da “Nação”.

A oposição era, com efeito, contra a guerra colonial e, mais do que nunca, como dissemos, alargava-se a várias áreas do marxismo, fora mesmo da orientação do PCP, ficando de fora, ou apenas simbolicamente como suplentes, alguns dos “históricos”. Por isso Marcello e os seus apoiantes conseguiam alguma adesão à sua posição. Mas mesmo assim, o certo é que os resultados

²¹ Cfr. *Na véspera das eleições*. “Conversa em Família” proferida através da Rádio e da Televisão em 27 de Setembro de 1973. Lisboa: Secretaria de Estado de Informação e Turismo, 1973.

²² *Opúsculo citado*, p. 8.

nos deixam antever, nas entrelinhas, a crise do regime. Pese embora o uso de todas as armas referidas, num total de cerca de 1.800.000 eleitores e depois da oposição (apesar da previsão de sanções, consideradas na lei) ter desistido de ir às urnas, as listas da ANP conseguiram 1.391.990 votos, ou seja 64,4%.²³ Não foi, pois, bem vistas as coisas, uma vitória estrondosa.

Conclusão e nota pessoal

O Congresso de 1973 de Aveiro não pode deixar de ser entendido corretamente se o não for no quadro do salazarismo-marcelismo, sobretudo no contexto da última fase do governo de Marcello Caetano, e no âmbito da afirmação ou reforço de todas as oposições e do radicalismo de algumas, como não se pode deixar de se compreender se não for na sua comparação com os congressos de 1957 e de 1969, reveladores de realidades um pouco diferentes.

Por isso é fundamental conhecer também as realidades do ato eleitoral de 1973, que, se denotou o alargamento das linhas da oposição e a maior juventude e radicalismo de esquerda dos seus candidatos, também revelou o radicalismo de direita da situação, em que já não apareceu uma “ala liberal”. Isto é, revela a crise final do sistema, que desabou como um baralho de cartas, e o extremismo de esquerda que atingiu o pós-25 de Abril e o PREC.

Recordar o último Congresso de Aveiro das oposições tem, pois, grande significado, numa altura em que também mantemos um outro *sistema*, democrático sim, mas neoliberal, que se enquadra numa Europa economicista e que transformou Portugal num “protetorado”. Uma democracia formal, violenta e autoritária e não dialogante (com o autoritarismo da maioria absoluta), pode originar também o aparecimento de radicalismos. Não estará em causa a democracia, mas, já que está em causa o “Estado Social de direito democrático”, ou a democracia social ou o socialismo democrático da Constituição de 1976,

²³ Cfr. José Adelino Maltez, *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI*, vol. II (1910-2005). Lisboa: Tribuna, 2005, p. 583.

poderão surgir movimentos sociais de difícil controlo e, sobretudo, de difícil definição política.

Assim, congratulo-me – depois de ter passado por Aveiro e pelo Teatro Aveirense num Domingo de 1973, em 8 de Abril, eu e a primeira minha mulher na qualidade de católicos que nos considerávamos “progressistas”, a sua irmã e o meu cunhado Franklim Torres, um dos candidatos suplentes nas eleições de Outubro pelo distrito de Santarém, aos quais presto a minha homenagem póstuma – em voltar aqui, agora com o meu amigo José Dias, principal promotor de uma lista de cidadãos democratas por Coimbra, nas últimas eleições autárquicas, e à Universidade de Aveiro, onde ensinei, exatamente nesse ano letivo de 1973-1974, e em anos seguintes. É, com efeito, bom que não deixemos apagar a memória, dado que é essa a tendência da incultura destes políticos que nos (des)governam, os quais, de uma penada, terminaram já, sem uma simples justificação histórica, mas apenas sob a forma de uma omissão na lei, o Código do Trabalho, com dois feriados identitários da nossa personalidade, o 5 de Outubro e o 1.º de Dezembro, feriados *respublicanos*, que recordavam a “coisa pública e a “autonomia da pátria portuguesa”²⁴.

²⁴ Ver Luís Oliveira Andrade e Luís Reis Torgal, *Feridos em Portugal. Tempos de memória e de sociabilidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2012.

(Página deixada propositadamente em branco)

**CONHECIMENTO, AFETIVIDADE E CUIDADO
NOS PROCESSOS EDUCATIVOS
EM SOCIEDADES MULTICULTURAIS**

João Maria André/jmandre@sapo.pt.

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

I – Introdução

As sociedades contemporâneas são sociedades crescentemente marcadas pela intensificação da sua multiculturalidade. Entre os motores que mais potenciam essa multiculturalidade, destacam-se a globalização, por um lado, a sociedade em rede, por outro, e ainda os fluxos migratórios com as marcas específicas que têm assumido nos anos mais recentes. Desses fluxos migratórios adquirem agora especial importância as ondas de refugiados que procuram a Europa no quadro da desestruturação total das condições de existência nos seus países de origem marcados pela guerra ou por conflitos étnicos e religiosos de diferente natureza. Se a globalização e a sociedade em rede pareciam conduzir a uma erosão progressiva da estrutura clássica dos Estados-Nação, a acentuação dos fluxos migratórios e, mais recentemente, dos movimentos de refugiados começa a criar mecanismos defensivos em nome do mesmo Estado-Nação em que o “outro” é visto como uma ameaça, colocando em causa as políticas de acolhimento assentes no diálogo intercultural que se vinham desenhando há alguns anos e questionando os modelos educativos que se articulavam com essas políticas. Neste contexto, parece-me

importante repensar os processos educativos numa sociedade multicultural a partir das componentes antropológicas e éticas que os podem fundamentar na sua diferença relativamente à educação em sociedades monoculturais, já que a sociedade que hoje se define como uma sociedade do conhecimento não pode deixar de se assumir, neste contexto e com base no que acabámos de referir, como uma sociedade marcada pela diversidade de culturas em proximidades física, geográfica e também virtual¹.

Importa ter em conta que falar de encontros de culturas é, antes de mais, falar de encontros de povos, comunidades, grupos e pessoas. As culturas encontram-se através dos seus sujeitos e é neles e por eles que elas têm uma dimensão subjetiva². O que significa que o diálogo intercultural não é apenas e só o encontro de ideias e teorias sobre o homem, o mundo, a natureza e a vida, mas também o encontro de pessoas concretas que têm rostos, memórias, nomes, sonhos e projetos, sendo assim no quadro também do encontro pessoal que tem de ser pensado o diálogo e que tem de ser pensada a educação. Daí a proposta que aqui formulamos de uma complementaridade entre o conhecimento e a afetividade nos processos educativos em sociedades multiculturais.

¹ Lecionei com o colega e amigo António Gama uma cadeira do curso de Estudos Europeus designada Migrações e Multiculturalismo na Europa. As preocupações com os temas da multiculturalidade alimentaram muitas das nossas conversas e estavam no centro dos nossos interesses. Este texto resulta do aprofundamento de uma comunicação que apresentei no Colóquio “Perfil ético do professor na sociedade do conhecimento”, organizado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, no âmbito do projeto de doutoramento de Sónia Rodrigues, e com a colaboração dos Centros de Formação de Professores Nova Ágora e Minerva. Ao publicá-lo neste livro, exprimo a minha gratidão pelo muito que ao longo dos anos aprendi com o António Gama, que era também homem de diversificados conhecimentos e interesses e de grandes afetos.

² Cf. M. Abdallah-Pretceille, *Vers une pédagogie interculturelle*, Paris, Anthropos, 2004, pp. 24-34.

II – Premissas antropológicas do exercício do ensino numa sociedade do conhecimento na tradição da Modernidade e dos processos educativos em sociedades multiculturais

Ao fazer a genealogia da atual sociedade do conhecimento nos seus pressupostos filosófico-antropológicos que acabam por moldar em traços dominantes nas suas implicações pedagógicas, parece-nos importante explicitar três premissas que acabam por ser determinantes para a configuração de alguns modelos ainda dominantes na esfera educativa das sociedades ocidentais.

A primeira dessas premissas diz respeito ao dualismo antropológico entre a dimensão física e corporal e a dimensão espiritual e mental do ser humano, que, no processo de constituição da Modernidade Ocidental tem a sua raiz na filosofia cartesiana que acaba por reinterpretar e reconfigurar o dualismo herdado da tradição platónica. A contraposição entre a *res cogitans* e a *res extensa*, reduzindo, de alguma forma, o sujeito à *res cogitans* e objetivando, consequentemente, a partir de um pensamento *sub specie machinae* a *res extensa*, isto é, o corpo humano e, com ele, todo o mundo das coisas materiais³, desnaturaliza o homem e desumaniza a natureza, fazendo apenas da alma ou da mente o sujeito único do processo educativo, com a consequente subalternização da dimensão corpórea nesse mesmo processo.

A segunda premissa, decorrente da primeira, refere-se ao dualismo entre pensamento e afetividade ou entre razão e paixão, com uma clara desvalorização da afetividade, das emoções e das paixões quer na arquitetura do comportamento humano quer na arquitetura do processo de construção do saber e do conhecimento (o método)⁴. Privilegia-se, assim, a dimensão lógica do agir humano e a própria ciência é vista como o resultado de um processo em que os afetos

³ Cf. Descartes, *Meditationes*, VI, in *Ceuvres*, (Ed. Adam et Tannery), VII, Paris, Vrin, 1996, pp. 71-90.

⁴ Embora mais recentemente alguns intérpretes tenham vindo a resgatar a importância da afetividade no pensamento cartesiano, sobretudo a partir de *As paixões da Alma*, não deixa de se registar, mesmo assim, um acentuado dualismo entre o pensamento e a afetividade. Cf. a este propósito, João Maria André, *Pensamento e afectividade*, Coimbra, Quarteto, 1999, pp. 19-36.

e as emoções devem ser suspensos ou colocados entre parêntesis em função de uma verdade dita pura, objetiva e desapaixonada, dando origem a uma razão indolente ou insensível tanto no que se refere aos conteúdos dos seus edifícios conceituais, como no que se refere ao seu alcance e às suas implicações ou aplicações mais práticas.

A terceira premissa prende-se com a aliança entre saber e poder, entre ciência e potência, transformando o sujeito do conhecimento num sujeito de domínio e o objeto do conhecimento, seja ele o mundo, os seres humanos, as circunstâncias ou a natureza, num objeto a dominar, bem patente quer no axioma de Bacon de que “a ciência e a potência humana coincidem”⁵, quer na palavra de ordem de Descartes, segundo a qual o objetivo da ciência é tornar-nos “como que mestres e senhores da natureza”⁶. Esta equivalência faz da previsibilidade (domínio antecipado dos acontecimentos) a condição para o exercício do poder: nestas circunstâncias, o tu deixa de ser uma pessoa inteira com a qual estou em relação, para ser mais um objeto na arquitetura da construção dominada dos acontecimentos do mundo. O progresso é assim visto como a perda da opacidade do mundo e a perda da opacidade do mundo é vista como a sua crescente previsibilidade e dominabilidade.

A estas três premissas contrapõem-se outras que devem suportar os processos educativos em sociedades multiculturais.

Em primeiro lugar, a premissa da unidade humana: corpo e alma, físico e espiritual não são duas coisas (duas substâncias no sentido cartesiano), mas dois registos ou, se quisermos, duas interfaces do ser humano no processo interativo da sua interioridade com a sua exterioridade: se Espinosa o estabeleceu ao unificar as duas substâncias de Descartes⁷ (o que explica que António Damásio,

⁵ Francis Bacon, *Novum Organon*, L. I, af. 3 (Francis Bacon, *Neues Organon*, lateinisch-deutsch, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, p. 80).

⁶ Descartes, *Discours de la méthode*, VI, in *Oeuvres*, ed. cit., VI, p. 62.

⁷ Cf. Espinosa, *Ethica*, II, prop. 13 in *Opera*, Lateinisch-Deutsch, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1989, II, p. 180 e ss.

depois de escrever *O erro de Descartes*⁸ tenha escrito um outro livro, menos conhecido, intitulado *À procura de Espinosa*⁹), o médico-filósofo espanhol Pedro Laín Entralgo deixou-o muito claro quando, ao perguntar “o que é que eu sou?”, responde lapidarmente que eu sou um corpo que diz eu: “Não ‘o meu corpo e eu’, mas ‘o meu corpo: eu’. Não a auto-afirmação de um ‘eu’ para o qual algo de extremamente unido a ele, mas diferente dele, o corpo, fosse um servidor rebelde ou dócil —...— mas a auto-afirmação de um corpo que tem como possibilidade de dizer de si mesmo ‘eu’”¹⁰. Decorre daqui, em termos educativos, que o ensino não deve ser visto apenas como uma transmissão de pensamentos mas como um encontro de eus na sua totalidade, ou seja, na sua dimensão cognitiva, mas também na sua dimensão física e corpórea, nos corpos que são todos os alunos, nos corpos que todos somos, alunos e professores. Numa sociedade multicultural as culturas circulam com as suas dimensões materiais (os movimentos migratórios e as trocas comerciais numa sociedade global fazem circular corpos, vestuários, sons, línguas, músicas, sabores, objetos, artefactos, expressões artísticas, etc...) não havendo culturas sem pessoas e povos, que são grupos e comunidades de seres corpo-mente em movimento e em interação.

A segunda premissa dos processos educativos numa sociedade multicultural, decorrente da primeira, corresponde à indissociabilidade entre conhecimento e afetividade: o conhecimento é o conhecimento de um eu que, sendo um corpo que diz eu, o é de um corpo que sente, que toca e é tocado, que move, que se move e que se comove e, por isso, somos um pensamento que sente ao mesmo tempo que somos um corpo que pensa (pensamos sentindo e sentimos pensando), o que estabelece uma união incontornável entre conhecimento e

⁸ Cf. António Damásio, *O erro de Descartes*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1995.

⁹ Cf. *idem*, *À procura de Espinosa*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1995, 2003.

¹⁰ Pedro Laín Entralgo, *Corpo e Alma*, trad. de M. S. Pereira, Coimbra, Almedina, 2003, p. 321. Cf., a propósito desta concepção de Laín Entralgo, Anselmo Borges, *Corpo e transcendência*, Coimbra, Almedina, 2011, pp. 72-76.

afetividade¹¹. Por isso, o diálogo intercultural supõe não apenas a mobilização de dispositivos lógicos e conceptuais, mas também de dispositivos afetivos e emotivos, ou seja, supõe aquilo a que Raimon Panikkar chamou “o casamento sagrado (*hieros gamos*) entre o conhecimento e o amor” ao afirmar que “conhecimento sem amor é mero cálculo, não penetra no que conhece; amor sem conhecimento é simples emoção, não há identificação com o que se ama”¹², concluindo daí que “qualquer aproximação sem amor a outra cultura é uma violação da outra cultura” e que “qualquer aproximação sem conhecimento é uma sedução mais ou menos imoral”¹³. A aproximação de outra cultura tem de ser, pois, uma aproximação entre a nossa subjetividade e a sua alteridade subjetiva e não apenas a sua dimensão objetiva. Assim, conclui o mesmo autor: “Sem a união entre o conhecimento e o amor a interculturalidade é uma palavra vazia. Sem interculturalidade, a paz é só uma utopia: o *hieros gamos* entre amor e conhecimento é uma esperança para a humanidade.”¹⁴

Finalmente, a terceira premissa dos processos educativos em sociedades multiculturais é a do exercício do conhecimento como entrada no mistério e na imprevisibilidade do mundo, da natureza, da realidade, das pessoas e dos povos numa perspetiva dialógica e não como condição de domínio objetivo do mundo, da natureza, da realidade, das pessoas e dos povos numa perspetiva planificadora e instrumental¹⁵, o que implica articular conhecimento com saber, saber com sabedoria e sabedoria com sabor: saborear não é a mesma coisa que mastigar ou engolir, é sentir, com todos os sentidos, o outro nos seus matizes, nas suas temperaturas, na sua beleza, na sua música, no seu aroma e na sua

¹¹ Cf., a este propósito, a distinção entre os três operadores do diálogo intercultural no campo das artes, em João Maria André, *Multiculturalidade, Identidades e mestiçagem. O diálogo intercultural nas ideias, na política, nas artes e na religião*, Coimbra, Palimage, 2012, pp. 153-157. Cfr. Ainda, do mesmo autor, “Oficinas interculturais de saber: um dispositivo para a educação intercultural”, in Adalberto Dias de Carvalho (Org.), *Interculturalidade, educação e encontro de pessoas e povos*, Porto, Edições Afrontamento, 2013, pp. 147-154.

¹² Raimon Panikkar, *Paz e interculturalidad. Una reflexión filosófica*, Barcelona, Herder, 2006, p. 140.

¹³ *Idem, ibidem*, p. 141.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 148.

¹⁵ Cf. Raimon Panikkar, Mito, *Fe y Hermenéutica*, Barcelona, Herder, 2007, pp. 43-59.

suavidade ou na sua rudeza, ou seja, sentir com a vista, com os ouvidos, com o tato, com o cheiro e com o paladar, e sentir assim não é dominar, é apenas adentrar-se no mistério da alteridade.

III – A vulnerabilidade como característica antropológica fundamental dos mais recentes processos de multiculturalidade

Os mais recentes processos de intensificação da multiculturalidade nas sociedades atuais têm a ver com a migração económica, por um lado, e os fluxos e acolhimento de refugiados por outro. Tanto num caso como no outro, o que mais caracteriza a situação de origem das pessoas, famílias, grupos e povos em circulação é a precariedade no acesso aos bens essenciais nos seus territórios e nos seus países natais, motivada por situações de crise económica ou por conflitos bélicos que desorganizam economias, sociedades e todas as estruturas comunitárias. Transferindo-se para outros países em que são acolhidos e em que se vão incorporar sob o ponto de vista humano, social, económico e político, o seu mundo e a sua situação existencial e social serão marcados por aquilo a que se poderá chamar uma situação de profunda vulnerabilidade. Isso transforma a vulnerabilidade numa das características antropológicas fundamentais a ter em conta nos processos sociais, económicos, políticos e educativos no interior das sociedades multiculturais e, por esse motivo, impõe-se a necessidade de esboçar o que poderíamos chamar uma antropologia da vulnerabilidade.

1. Nessa antropologia da vulnerabilidade, começaríamos por apresentar uma definição genérica e englobante: a vulnerabilidade é a exposição do ser humano ao que lhe é exterior, numa relação marcada pela assimetria. Como primeira nota desta definição há que assinalar que a base de uma antropologia da vulnerabilidade é a dimensão relacional do ser humano. Em segundo lugar, constata-se que a vulnerabilidade começa por significar uma relação assimétrica com o outro (há seres que estão numa situação de poder: poder fazer, poder ser, poder sorrir, poder falar, poder ser feliz e há seres que estão, nessa situação

numa situação de debilitação desse mesmo poder ou desses mesmos poderes), o que significa que não havendo igualdade, nem reciprocidade, resulta daí uma relação de dependência; mas a vulnerabilidade significa ao mesmo tempo uma relação desfavorável com o mundo ou com o contexto: significa que o ser humano não tem capacidade para fazer face aos desafios do que o rodeia, seja o mundo social, seja o mundo físico¹⁶.

2. A partir desta definição, importa enumerar alguns traços mais característicos da situação antropológica de um ser vulnerável. Podemos enunciá-los em cinco alíneas.

Em primeiro lugar, a relação com o tu desestrutura-se em todas as dimensões da vida humana e a existência humana fragiliza-se na sua dimensão dialógica, que é uma dimensão construída através da comunicação¹⁷.

Em segundo lugar verifica-se uma ameaça da identidade do ser vulnerável, ou seja, a construção do seu self em interação com o outro (a identidade é sempre uma identidade dialógica¹⁸) e, por isso, um ser vulnerável é sempre um ser cuja identidade está em vias de fragmentação ou de dissolução; mas se a identidade se constrói também na relação de cada um consigo próprio e, por isso, na narrativa de si próprio¹⁹, então, ao perder-se a interação com o outro perde-se também a relação consigo próprio, o que é importante não só no que se refere à identidade pessoal, mas também nos contextos de multiculturalidade em que o que está em causa é a identidade sociocultural.

¹⁶ Sobre esta dupla relação definidora da vulnerabilidade e do carácter assimétrico que a marca, cf. Marc-Henry Soulet, “La vulnérabilité: examen critique d’une notion”, in Marc-Henry Soulet (éd.), *Vulnérabilité: de la fragilité sociale à l’éthique de la sollicitude*, Fribourg, Academi Press Fribourg, 2014, pp. 27-33.

¹⁷ Cf. Martin Buber, *Je et tu*, trad. de G. Bianquis, Paris, Aubier-Montaigne, 1981. Cf. também Miguel Baptista Pereira, “Filosofia e crise actual de sentido”, in M. B. Pereira *et alii*, *Tradição e crise*, I, Coimbra, Faculdade de Letras, 1986, pp. 5-167.

¹⁸ C. TAYLOR, “A política do reconhecimento”, in Charles Taylor *et alii*, *Multiculturalismo. Examinando a política do reconhecimento*, trad. de M. Machado, Lisboa, Instituto Piaget, 1998, p. 54.

¹⁹ Cf. Paul Ricoeur, *Soi-même comme un autre*, Paris, Seuil, 1990, pp. 167-180. Cf. também “L’identité narrative”, in Paul Ricoeur, *Anthropologie philosophique*, Écrits et conférences 3, Paris Éditions Du Seuil, pp. 355-375.

Em terceiro lugar, constata-se igualmente uma ameaça da gestão do tempo da existência: a vulnerabilidade desequilibra a relação com o passado, que ou se torna uma sombra desfocada ou se expande de tal modo que não deixa olhar nem para o presente nem para o futuro, fazendo viver um passado de tal modo expandido que não deixa espaço para a imersão no presente e transforma assim a angústia do tempo na angústia da saudade; mas desequilibra também a relação com o futuro porque a angústia do presente ou a saudade do passado bloqueiam a capacidade de se inventar e de se projetar para o futuro e a perda do futuro é também, ao mesmo tempo, a perda da esperança traduzindo-se assim, mais uma vez, na clausura do tempo. Mas a perda do futuro é também a perda da promessa e do projeto²⁰: somos não só o que fomos, mas somos já, em certa medida, o que queremos ser e daí que a construção de um projeto de vida seja o primeiro cuidado que se tem com pessoas em situação vulnerável, como são os imigrantes ou os refugiados.

Em quarto lugar regista-se a ameaça da capacidade de sentir com o corpo, com a pele e com os gestos, ou seja, a ameaça da assunção da nossa própria corporalidade, pois é na aprendizagem do corpo que vamos fazendo a aprendizagem do que somos.

Por último, intensifica-se, em situações de vulnerabilidade, a perda da voz e da palavra: é pela voz e pela palavra que a existência humana se projeta, em primeiro lugar, para os outros no campo simbólico que é a linguagem e, como sons emitidos pelo corpo e acolhidos pelo corpo, a voz e a palavra fazem parte do corpo que o homem é; mas a voz e a palavra são, além disso, a possibilidade de inscrição do simbólico, a abertura do espaço do sentido e o percurso pelos seus caminhos e pelas suas clareiras. Por isso, a privação da voz e da palavra é a privação de si e da capacidade de agir²¹, o que adquire uma especial importância em situações e processos de intensificação da multiculturalidade através de fluxos de imigrantes e de refugiados. Aqui é particularmente importante dar

²⁰ Cf. Paul Ricoeur, "Projecto universal e multiplicidade de heranças", in J. Bindé ((Dir.), *Para onde vão os valores?*, Trad. de L. C. Feio, Lisboa Instituto Piaget, 2006, p. 74.

²¹ Cf. Guillaume le Blanc, *Vies ordinaires, vies précaires*, Paris, Éditions du Seuil, 2007, pp. 139-145 e 157-161.

voz a quem está em vias ou em processo de a não ter, o que significa, antes de mais, ser capaz de escutar, de estimular o acontecimento do diálogo, de deixar que o outro fale e se exprima. Além disso, é necessário ter em conta que, sendo a presença do corpo, na palavra, também uma presença intensa, não basta deixar falar ou falar para romper a mudez, mas é preciso falar com o peso (as palavras também pesam) e escutar o peso das palavras, falar com calor (as palavras também aquecem) e escutar o calor das palavras, descobrir a intimidade da voz (a voz pode chegar onde o olhar não chega, ao mais íntimo de uma pessoa) e despir as palavras do ruído que não deixa espaço para o pensamento, para o acolhimento sereno, para o desatar da voz embargada do outro nos soluços da sua vulnerabilidade. Por esse motivo, todos os professores deveriam ter uma especial atenção a este aspeto e muito mais aqueles que trabalham no quadro de uma educação intercultural.

3. Emergem, assim, quatro dimensões fundamentais da vulnerabilidade a que correspondem algumas vertentes axiais mas complementares na resposta que lhes é dada.

A primeira é a que poderíamos designar dimensão biológico-natural: tem a ver com elementos factuais inerentes a uma determinada situação da pessoa vulnerável, quer em termos do sua constituição biológica e respetiva transformação, quer na sua relação com a natureza em que se insere, ganhando especial relevância no contexto de uma sociedade de risco cuja estabilidade se vê ameaçada por catástrofes que interferem com o nosso enraizamento físico e biológico.

A segunda dimensão é o que se poderia considerar, em sentido próprio e específico, a dimensão existencial humana marcada pela consciência da finitude da pessoa vulnerável: uma antropologia da vulnerabilidade é sempre uma antropologia da finitude no sentido de uma antropologia da consciência da finitude.

A terceira dimensão é, em termos mais diretos, a sua dimensão social, relacionada com o enquadramento social que a potencializa ou que potencializa a situação de vulnerabilidade e que se prende com o cruzamento do

económico, do político e do social com o sentido existencial da consciência da finitude²².

Finalmente, acrescentaria às três dimensões anteriores a sua dimensão cognitiva ou conceptual, marcada pelo jogo do conhecimento e do desconhecimento dos fatores que potencializam as situações de vulnerabilidade e que questionam as certezas inerentes ao exercício do conhecimento como previsibilidade e domínio: os acontecimentos que provocam a vulnerabilidade acentuam a fragilidade do conhecimento humano numa sociedade da incerteza como é também aquela em que vivemos e que se repercute numa fragilidade do mundo tal como o conhecemos, sendo a intensificação recente do fenómeno dos refugiados e as respostas contraditórias que lhe são dadas um índice claro desta dimensão, já que a sociedade europeia e a civilização ocidental sentiu, de repente, toda a sua vulnerabilidade na dificuldade em dominar conceptualmente um processo que ultrapassa muitas previsões políticas à escala internacional.

Face a estas dimensões e às notas resultantes de uma antropologia da vulnerabilidade, que implicam um entrelaçamento intenso entre conhecimento e afetividade, emerge um triplo eixo que deve comandar a intervenção em situações de vulnerabilidade: 1.º por um lado esse eixo reclama uma atenção ao outro que se reflete no conceito de cuidado; 2.º por outro, esse eixo inflete-se para a vertente centrada na capacidade de agir do ser vulnerável, na sua preservação e potenciação (que tem a ver com a sua interioridade, mas que também tem a ver com a sua exterioridade); 3.º por outro lado ainda, o mesmo eixo inflete-se também para a vertente centrada na capacidade de autonomia (ou seja, agir de uma forma autónoma, isto é, de uma forma livre, o que implica a reconquista da liberdade). É ao pensamento desses eixos de intervenção que dedicaremos os próximos parágrafos.

²² Para a articulação da dimensão existencial e da dimensão social da vulnerabilidade com o seu sentido humano, cf. Danilo Martucelli, “Vulnérabilité existentielle et vulnérabilité sociale”, in Marc-Henry Soulet (éd.), *op. Cit.*, pp. 40-45.

IV – O cuidado como resposta ética a situações antropológicas marcadas pela vulnerabilidade

Ao cuidado e à ética do cuidado começou por dar voz, nos anos 80, Carol Gilligan²³, ainda numa vinculação a um feminismo demasiado essencialista e a que outras autoras, como Joan Tronto²⁴ e, entre nós, Maria de Lurdes Pintasilgo²⁵, vieram a precisar posteriormente os contornos de uma forma mais alargada. Poderia radicar-se filosoficamente a sua fundamentação no capítulo vi de *Ser e tempo*, onde Heidegger define o cuidado como ser do *Dasein*, depois de apresentar a fábula 220 de Higino que coloca nas mãos do cuidado a modelação do homem a partir do húmus²⁶ e encontrar outras bases para o seu desenvolvimento quer na Filosofia de Levinas do ser como bondade²⁷, quer na forma como Paul Ricoeur aprofunda a natureza da solicitude em *Soi-même comme un autre*²⁸.

1. Para a caracterização do que se entende por cuidado Joan Tronto retoma a proposta de Berenice Fischer, que define o cuidado nestes termos: “uma atividade genérica que compreende tudo o que fazemos para manter, perpetuar e reparar o nosso ‘mundo’, de modo que possamos aí viver tão bem quanto possível. Este mundo compreende os nossos corpos, nós próprios e o que nos rodeia, elementos que no seu conjunto procuramos religar numa

²³ Cf. Carol Gilligan, *Une voix différente. Pour une éthique du care*, Paris, Flammarion, 2008, tradução de Annick Kwiatek da obra publicada originalmente com o título, *In a different voice: Psychological Theory and Women's Development*, pela Harvard University Press em 1982.

²⁴ Cf. Joan Tronto, *Un monde vulnérable. Pour une politique du care*, texto publicado com o título *Moral Boundaries, A political Argument for an Ethic of Care*, em New York, pela Routledge, em 1993.

²⁵ Cf, por exemplo, Maria de Lurdes Pintasilgo, “Cuidar o futuro”, in Maria de Lurdes Pintasilgo, *Para um novo paradigma: um mundo assente no cuidado*, Porto, Edições Afrontamento, 2012, pp. 127-138.

²⁶ Cf. M. Heidegger, *Sein und Zeit*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 19 Auf, 2006, § 42, pp. 197-198.

²⁷ Cf., por exemplo, E. Levinas, *Totalidade e infinito*, trad. de J. P. Ribeiro, Lisboa, Edições 70, 1988, pp. 284-287.

²⁸ Cf. Paul Ricoeur, *Soi-même comme un autre*, pp. 254-264.

rede complexa, como suporte da vida”²⁹. Note-se como o cuidado diz tanto respeito aos outros, quanto ao ambiente e a tudo o que se prende com uma vida e uma vida boa e, se está presente na vida quotidiana, deve estar intensamente presente nos processos educativos.

Esta ética do cuidado afirma-se como complementar de uma ética da justiça, mas realiza dimensões que essa ética da justiça não chega a equacionar na sua radicalidade, ao partir mais da prática e de situações concretas do que de conceitos abstratos e de princípios teóricos da igualdade e ao tomar como referência a vulnerabilidade que, em última análise, constitui um questionamento de universalidade e da igualdade: a vulnerabilidade mostra que todos os seres são diferentes e que os seres mais vulneráveis são marcados por uma diferença radical, não bastando invocar tudo o que de justo a que como seres humanos têm direito, mas acentuar que como seres vulneráveis têm decerto mais direitos que os direitos que têm os que são menos vulneráveis³⁰. Assim, e no quadro em que agora nos movimentamos, a vulnerabilidade de estudantes de culturas minoritárias numa sociedade de acolhimento exige, como prolongamento do investimento afetivo, um comportamento marcado pelo imperativo do cuidado, um novo imperativo que complementa outros imperativos como, por exemplo, o imperativo categórico kantiano e que poderia ser formulado nestes termos: “Ser moralmente bom exige que se responda aos desafios do cuidado com os quais se é confrontado na vida.”³¹

Da análise que faz Joan Tronto ao processo do cuidado, podemos retirar os seguintes elementos que ganham pleno sentido e alcance na relação pedagógica e no processo de ensino/aprendizagem: em primeiro lugar a atenção (*caring about*); em segundo lugar, a responsabilidade, que corresponde à capacidade de tomar a seu cargo o que é vulnerável, de responder por ele (*taking care of*); em terceiro lugar, a competência para responder de modo adequado ao cuidado de que o outro necessita, ou seja de lhe dar os cuidados respetivos (*care-giving*);

²⁹ Joan Tronto, *op. cit.*, p. 143.

³⁰ Cf. Sandra Laugier, “Présentation” de C. Gilligan, *op. cit.*, p. ix.

³¹ Joan Tronto, *op. cit.*, p. 172.

finalmente, a capacidade de resposta do beneficiário (*care-receiving*), que se traduz numa aceitação e no acolhimento daquele que com ele se preocupa³².

2. Mas face a fenómenos migratórios e às formas de atuação com pessoas pertencentes a culturas minoritárias, nomeadamente no quadro da educação e, mais especificamente, da educação intercultural, parece-me importante prolongar e completar uma ética do cuidado com o que, no quadro das propostas de Amartya Sen³³ e de Martha Nussbaum, se poderia designar uma ética e uma política das capacidades³⁴, tendo em conta a necessidade de pensar uma educação para a potenciação, para o *empowerment* e para a autonomia, pois a educação intercultural não é apenas uma transmissão de conhecimento mas uma capacitação para a vida plena e, daí, o seu significado e o seu alcance político³⁵.

No seu livro sobre as capacidades, publicado em 2011³⁶, a pensadora norte-americana caracteriza o quadro das capacidades como uma perspetiva mais adequada para responder às questões suscitadas pela existência de pessoas marcadas pela fragilidade, pela precariedade e pela exclusão. Efetivamente, na medida em que nessa perspetiva se faz uma aproximação de cada pessoa como um fim, opera-se uma concentração, na definição da ação, sobre a escolha ou a liberdade, sendo tal aproximação resolutamente pluralista na questão dos valores

³² Cf. *idem, ibidem*, pp. 173-183.

³³ Cf. Amartya Sen, *Inequality Reexamined*, New York/Cambridge, Russel Sage/Harvard University Press, 1992.

³⁴ Mantemos a tradução literal, apesar da sua sonoridade estranha, por nos parecer que nem o conceito de capacidade, nem o conceito de possibilidade traduzem integralmente a noção de capacidade que, se supõe capacidades internas e pessoais, exprime-as na sua indissociabilidade e na sua articulação com as condições externas sociopolíticas que tornam possível o seu desenvolvimento, ou seja a noção de capacidade remete para as possibilidades reais de desenvolvimento das suas capacidades.

³⁵ Também Paul Ricoeur traça uma articulação entre as capacidades e o seu reconhecimento em “Capacités personnelles et reconnaissance mutuelle”, in Paul Ricoeur, *Anthropologie philosophique*, pp. 445-451.

³⁶ Cf. Martha Nussbaum, *Capacités. Comment créer les conditions d'un monde plus juste ?*, trad. de Solange Chavel, Paris, Flammarion, 2012.

e visando a correção das injustiças e das desigualdades sociais, o que constitui uma tarefa urgente para o governo e para as políticas públicas.

Definindo as capacidades como “um conjunto de possibilidades (frequentemente interdependentes) de escolher e de agir”³⁷, podemos vê-las como figuras ou formas da liberdade para atingir diferentes modos de realização, resultando da combinação de capacidades pessoais e de espaços, margens ou disposições abertas pelo contexto político, social e económico que permite concretizá-las. A base antropológica de uma ética e de uma política das capacidades é, assim, a conceção da existência humana como projeto e como relação, ou seja, como poder ou possibilidade em interação.

Entre outras, Martha Nussbaum enumera algumas capacidades centrais: a vida, a saúde do corpo e a sua integridade, os sentidos, a imaginação e o pensamento, as emoções, a razão prática, a afiliação, o relacionamento com as outras espécies e com o mundo natural, o jogo e a participação na construção do seu meio-ambiente, quer político, quer material³⁸.

Todas estas capacidades mereceriam um aprofundamento e uma explicitação no contexto da educação intercultural e do trabalho com imigrantes e refugiados, não dispondo, por ora, de tempo nem de espaço para o fazer. No entanto, parece-me importante acrescentar a estas capacidades centrais de que fala a autora a da voz e da palavra. Porque a perda ou a incapacidade da voz, como refere Guillaume le Blanc, “não pode senão gerar uma extinção das variações do si e da própria capacidade de agir”³⁹. Uma ética e uma política das capacidades deve, assim, cuidar de dar voz e palavra a quem delas se vê privado, pois a devolução da voz é a devolução da face não sendo essa face visível, se a própria voz não for audível⁴⁰. Mas a capacidade da voz e da palavra é correlativa da capacidade da escuta: a escuta permite que estudantes vulneráveis se expressem, se digam e se sintam ouvidos. Mas

³⁷ *Idem, ibidem*, p. 39.

³⁸ Cf. *idem, ibidem*, pp. 35-70.

³⁹ Guillaume Le Blanc, *op. cit.*, p. 223.

⁴⁰ Cf. *idem, ibidem*, p. 235.

quando falamos aqui de escuta, devemos entender esta atitude ou esta virtude, se me é permitido falar assim, num sentido abrangente que ultrapassa a comunicação verbal: a escuta não é apenas a escuta da voz e da palavra, é também a escuta do corpo e dos gestos⁴¹. A escuta possibilita a instauração de um espaço social partilhado na relação de cuidado⁴², criando assim laços comunitários em quem eles se poderão ter rompido ou dissolvido. Na escuta irrompe a narração que desenha o “teatro da história” pessoal, com as suas ruturas, com as antecipações de futuro e com as dinâmicas de repossibilitação da pessoa vulnerabilizada⁴³.

V – O jogo do estranhamento e da familiarização

Para completar a forma como conhecimento, afetividade e cuidado se jogam nos processos da educação intercultural gostaria de me debruçar sobre o jogo aí implicado entre a “nossa cultura” e a “cultura dos outros”, jogo esse que é caracterizado por dois processos distintos e interligados.

O primeiro desses processos é o processo da familiarização com aqueles que nos são estranhos ou estrangeiros e que se traduz no desenvolvimento de uma capacidade de compreensão a que Daniel Innerarity, na sua *Ética da Hospitalidade*, chama xenologia, que implica a experiência e a aproximação do que é estranho, sem o reduzir na sua alteridade, mas aprendendo-o e apreendendo-o nessa mesma alteridade⁴⁴. O segundo processo é o processo do estranhamento de si em relação a si próprio, ou seja a capacidade de se

⁴¹ Cf. Lazare Benaroyo, “Éthique et herméneutique du soin », in Lazare Benaroyo *et alii* (dir.), *La philosophie du soin. Éthique, médecine et société*, Paris, PUF, 2010, p. 29.

⁴² Cf. Catherine Draperi, “Narration, soin et accompagnement : accéder au monde de l’autre, in Lazare Benaroyo *et alii*, (dir.), *op. cit.*, p. 39.

⁴³ *Idem, ibidem*, p. 54.

⁴⁴ Cf. Daniel Innerarity, *Ética de la hospitalidad*, Barcelona, Península, 2008, pp. 195-219. Ao tema do “estrangeiro” e à hospitalidade dedicou também especial atenção. Cf., por exemplo, Anne Dufourmontelle e Jacques Derrida, *Da hospitalidade*, trad. de Fernanda Bernardo, Coimbra, Pallimage, 2003.

distanciar do que nos é mais próximo e familiar para o ver de fora, como estranho, e, assim, ser capaz de uma autocrítica das suas/nossas limitações e de uma tentativa de superação dessas mesmas limitações. Trata-se da transposição do processo de *Verfremdung*, que Brecht tematizou e operacionalizou como recurso no seu teatro épico e didático para o desenvolvimento da consciência crítica no contexto das artes⁴⁵.

Estes dois processos cruzam-se e condicionam-se mutuamente na realização do diálogo e da aprendizagem intercultural das culturas e dos saberes. Mas, ao mesmo tempo, estes dois processos entrelaçam, na sua concretização, o conhecimento com a afetividade: a familiarização, para se traduzir numa xenofilia, tem de ser simultaneamente ao nível do *logos* e ao nível do *eros* (é preciso olhar afetivamente o outro para o conhecer e para conhecer a sua cultura), tal como o processo de estranhamento, para se traduzir numa abertura crítica à complementaridade do outro, tem de acontecer igualmente ao nível do *eros* (implicando, neste caso, uma espécie de desidentificação afetiva com o que nos é mais próximo) e ao nível do *logos* (através de um aprofundamento dos pressupostos e das implicações de natureza teórica em que assenta a cultura que bebemos muitas vezes inconsciente e praticamos de forma também inconsciente no nosso quotidiano).

VI – Do jogo entre o conhecimento e a afetividade à articulação entre uma pedagogia estética do sentido e da interpretação e uma pedagogia estética da presença e da emoção

Aproveitaria esta referência a categorias teatrais para concluir com uma outra aproximação que me parece extremamente pertinente neste quadro.

A história do teatro ocidental é fundamentalmente uma história do primado do texto e da interpretação dos seus sentidos, praticamente até ao final

⁴⁵ Cf., por exemplo, Bertolt Brecht, *Petit organon pour le théâtre*, trad. de Jean Tailleur, Paris, L'Arche, 2008, §§ 42-49, pp. 40-46.

do século XIX (com algumas exceções nos primórdios do teatro grego ou no tempo da *Commedia dell'arte*). No teatro de outras culturas, nomeadamente afro-asiáticas e sul-americanas e no teatro ocidental sobretudo a partir do início do século XX, esse primado do texto e do sentido foi progressivamente deslocado da sua posição central pela entrada em cena da emergência do corpo e de uma estética da presença, que mais do que preocupada com os signos textuais, se afirma pela força emotiva do corpo na sua capacidade de interpelar e desencadear emoções⁴⁶ e que Hans Gumbrecht traduziu no conceito de produção de presença⁴⁷, em convergência, aliás, com o ensaio contra a interpretação de Susan Sontag⁴⁸.

É sabido, desde as pertinentes análises de E. Goffman, que quotidianamente encenamos as nossas representações no mundo e com os outros⁴⁹ e sabemos também que a relação pedagógica é, em certo sentido, um espaço privilegiado para esse teatro da representação. Mas o que é importante é que se perceba que nessa representação não basta estar atento a uma estética do sentido (relacionada com a dimensão cognitiva da aprendizagem e articulada com o teatro do primado do texto) mas também a uma estética da presença (relacionada com a dimensão afetiva e emotiva da relação pedagógica), mormente em situações de multiculturalidade, em que a par de uma semântica da cultura, é indispensável realçar a importância de uma somática da cultura⁵⁰, pois a aprendizagem cultural passa também pelo corpo, pelas emoções e pelos afetos. Daí que a consciência do corpo como forma de produção de presença e como vetor semântico deva merecer uma atenção que não tem merecido suficientemente nos processos educativos. Se um professor souber como é que uma cultura se afirma pelo corpo, produz corporalmente a sua presença e exprime corporalmente os seus

⁴⁶ Cf. Marco de Marinis, *Il teatro dell'altro*, Firenze, Sansoni, 2012, esp. pp. 201-204.

⁴⁷ Cf. H. U. Gumbrecht, *Produção da presença ou o que o sentido não consegue transmitir*, trad. de A. I. Soares, Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2010.

⁴⁸ Cf. Susan Sontag, "Contra a interpretação", in Susan Sontag, *Contra a interpretação e outros ensaios*, trad. de J. Lima, Lisboa, Gótica, 2004, pp. 19-32.

⁴⁹ Cf. E. Goffman, *A apresentação do eu na vida de todos os dias*, trad. de M. S. Pereira, Lisboa, Relógio d'Água, 1993.

⁵⁰ Cf. João Maria André, *Multiculturalidade, Identidades e Mestiçagem*, pp. 143-209.

sentidos e, ao mesmo tempo, tiver consciência de que os seus gestos, o seu modo de estar e o seu modo de comunicar são também marcados corporalmente, conseguirá superar obstáculos à comunicação intercultural e abrir espaços de diálogo e de partilha naquelas margens em que a palavra revela os seus limites e o corpo manifesta o seu poder.

Paradela da Cortiça, Janeiro de 2016

(Página deixada propositadamente em branco)

UMA LEITURA ANALÍTICA DO MANUSCRITO CLÁSSICO DE KARL MARX

Edna Maria Furtado/ed.furtado@hotmail.com

Departamento de Geografia
da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Introdução

Ler os manuscritos económicos-filosóficos buscando desvendar seu conteúdo, ou, mais que isto, produzir sentidos através deles, significa decompô-los de modo a torná-los compreensíveis segundo todo um contexto socio-histórico em que foram elaborados. Em assim sendo, compete reportarmo-nos a uma diacronia, sobretudo marcada por aspectos caracterizadores da juventude de Marx, entre os anos de 1844 a 1853.

Com sua publicação datada de 1932, em formato de ensaio, os manuscritos se constituíram na primeira formulação teórica de Karl Marx sobre a teoria económica, e compreendem o entendimento das condições de vida da classe operária das indústrias inglesas nos primeiros anos do século XIX, cujos problemas devem ser vistos à luz dos contornos históricos de então.

Este artigo propõe-se fazer uma breve discussão sobre a dimensão subjetiva nessa obra intitulada Manuscritos Económico-Filosóficos, a qual trouxe importantes contribuições ao restante da obra de Karl Marx, mas também possibilitou o enriquecimento teórico dos seus seguidores, através das primeiras discussões sobre importantes categorias de análise das ciências sociais.

Este trabalho se desdobra em uma pequena apresentação, para então prosseguir no esforço teórico e analítico sobre a subjetividade nos manuscritos e, então, finalizar com algumas considerações, que soam muito mais como novas provocações do que propriamente como conclusões.

Breve contribuição analítica

Na verdade, a época de redação desse manuscrito coincide com a época da burguesia triunfante, trazendo a instauração de Luis Felipe ao trono Francês e a consolidação da independência belga, gozando, todo o Ocidente europeu, os benefícios da monarquia constitucional.

No âmbito da filosofia, os manuscritos marcaram o momento em que ele consolida a ruptura com o idealismo de Hegel, sem, no entanto, refutar a negação enquanto princípio fundamental do movimento dialético. Nesse sentido, convém dizer que a evolução do pensamento econômico marxiano é inseparável da elaboração da teoria do materialismo histórico.

Eis que aí a obra de Marx se inscreve, inspirada em Engels, cujas ideias nortearam as críticas daquele sobre a ciência social, que até então fora constituído e ricamente desenvolvido por um pensamento eminentemente burguês. Desse modo, os manuscritos vêm exercer importante papel nas sociedades do ocidente, não obstante se traduza enquanto um conjunto de ideias consubstanciadas de uma das fases de desenvolvimento da produção científica de Marx. Trata-se do emprego de uma forma filosófica de expressão, em função de um empenho em criticar um modo de pensamento igualmente filosófico, vindo a caracterizar um movimento de “[...] transição da disputa filosófica sobre a natureza do homem ou do desenvolvimento social do homem como totalidade, para o estudo empírico dos modernos problemas econômicos e políticos” (Fromm, 1996: 27).

Nessa perspectiva, a obra enfoca a teoria do valor-trabalho enquanto princípio explicativo original para a dominação da propriedade privada, a partir da qual a submissão do proletariado – como processo de alienação – é abordada.

Com isso, Marx recusa o pensamento de Smith e Ricardo, por concebê-lo inadequado para servir de base a uma ciência política, uma vez que o mesmo se revestia de um aspecto anti-humano e desagregador.

Conforme se vê, a alienação se constitui no conceito-chave dos manuscritos, através do que Marx faz observações de valor empírico acerca do trabalho produtivo, enquanto elemento da saúde mental e da felicidade do indivíduo, utilizando para isso a descrição da situação real do trabalhador na então sociedade industrial. Aqui ele se coloca como humanista, apregoando que o Ser Humano é, em larga medida, determinado pelo modo de vida. E acrescenta que as mudanças pressupõem modificações nas/das circunstâncias que o aprisionam. Isso significa que Marx apoia-se numa doutrina moral e, em ambas as fases, – seja realçando a intensidade da esfera do trabalho, ou então do lazer –, apresenta simultânea concepção ideal de indivíduo, quando a ele se refere como um todo desabrochado que livremente exprime sua natureza na atividade.

Como contraponto – e corroborando o que fora dito – ele apresenta a propriedade privada enquanto geradora da criação de riqueza pelos operários que, por sua vez, deles fora expropriada e convertida em capital ou no instrumento de continuada subjugação daqueles que o produziram nele, exteriorizando sua essência humana.

Em seus Manuscritos Económico-filosóficos – obra esta em estudo – Marx esboça uma concepção humanista do comunismo, influenciada pela filosofia de Feuerbach¹, com base num contraste entre a natureza alienada do trabalho no capitalismo e uma sociedade capitalista, na qual os seres humanos desenvolveriam livremente sua natureza em produção cooperativa. Com essa obra, a contribuição de Marx para a nossa compreensão da sociedade, foi imensa. Sua grande e central contribuição para a filosofia, e da qual vai derivar o conjunto de sua obra teórica, foi o seu método, o método dialético materialista. Embora o texto em estudo trate especificamente da economia política, é suficientemente preciso para se prestar à generalização, quando considerado no conjunto da

¹ Filósofo materialista, em cuja doutrina apregoava a religião enquanto projeção dos desejos humanos e alienação, vindo posteriormente a influenciar fortemente Marx e Engels.

obra de Marx, e, sobretudo, nos procedimentos que adotou na observação, consideração e teorização do sistema econômico do capitalismo, de que os manuscritos de 1857 se constituem. Era a manifestação do método científico e correto da elaboração científica.

O procedimento de Marx no tratamento da questão – em que ele se coloca em perspectiva original – é poder-se dizer revolucionário no campo da filosofia. Ele procura inspirar-se e fundamentar seu método na observação, tornando-o fruto de um método caracterizado que conduzirá, em plena consciência de seus procedimentos, o caminho da elaboração da teoria dos sistemas. E este tem como fontes o materialismo francês do século XVII, a filosofia idealista alemã (de Hegel) e a economia política inglesa do início do século XIX.

Em seus níveis de análise encontram-se o pensamento de Hegel, de Feuerbach (seu discípulo), o qual reformulou o pensamento hegeliano de que o desenvolvimento da história confundia-se com o florescimento da ideia, representação da divindade panteísta, alma do mundo, afirmando que o reino da ideia é substituído pelo reino do homem. O materialismo mecanicista de Feuerbach, pautado sobre o naturalismo, foi ultrapassado por Marx, para o qual o homem criara o Estado, a pátria, a propriedade, o capital, e a todos estes se alienando. Significa que a alienação econômica, política e social corresponderia, socialmente, à alienação religiosa defendida por Feuerbach (para quem o homem criara Deus). Era uma situação que refletia diretamente o estado social vivenciado em um momento dado, qual fosse a projeção no pensamento das relações materiais de dominação.

Nos manuscritos aparecem juntos, pela primeira vez, embora ainda não unidos, o que Engels descreveu como sendo os três elementos constituintes do pensamento de Marx – filosofia idealista alemã, socialismo francês e economia inglesa. Daí a importância da sua leitura para a compreensão do pensamento marxista.

Dos manuscritos, apenas quatro sobreviveram. Os primeiros são textos fragmentados sobre economistas clássicos sobre salário, lucro e renda e notas sobre o trabalho alienado. O segundo é uma pequena análise da relação capital-trabalho. Já o terceiro compreende uma discussão sobre propriedade privada,

trabalho e comunismo, crítica da dialética de Hegel, uma seção sobre a produção e divisão do trabalho e breve nota sobre o dinheiro. O quarto é uma análise sobre a fenomenologia do espírito de Hegel.

Sobre a alienação em Marx, ele transfere o centro da questão – como é vista em Hegel e Feuerbach – para a base concreta, situando-a ao nível da condição material do homem em sua relação com o produto do seu trabalho. Uma relação de estranhamento atestada pela presença da propriedade privada e, conseqüentemente, da divisão do trabalho, faz com que o homem seja despojado da apreensão da totalidade de seu produto final, dentro do ramo de produção.

Com relação ao trabalho, a definição do Ser pelo marxismo se dá pela interconexão que ele faz entre o indivíduo e a produção. Aquilo que os indivíduos são depende das condições materiais da sua produção. O indivíduo passa a ser visto como simples apêndice de um complexo mecânico em uma produção econômica. Suas demais dimensões, como o pensar e o criar autônomos são isolados.

No que tange ao dinheiro, Marx coloca que, enquanto elemento configurador da propriedade de comprar tudo e de apropriar objetos para si mesmo, esse elemento (o dinheiro) tem, por conseguinte, a característica de se constituir – por excelência – em objeto. Em seu caráter universal de propriedade, ele se reveste de um *status* de onipotência, soberania, poder e força pela qual todos os impossíveis podem se converter possíveis – aí incluídas as virtudes no seu contrário – o não-ser em ser. Nas próprias palavras de Marx, posto que o dinheiro, como conceito existente e ativo do valor, confunde e troca tudo, ele é a confusão e transposição universais de todas as coisas, o mundo invertido; a confusão e a transposição de todas as qualidades naturais e humanas. Significa, conforme o autor, apud Fromm (1996: 230), que: “o dinheiro, em virtude da propriedade de tudo comprar, de se apropriar de todos os objectos, é, por conseguinte, o objecto por excelência. A universalidade da sua propriedade é a onipotência da sua natureza; considera-se, portanto, como onipotente (...) o dinheiro é o alcoviteiro entre a necessidade e o objecto, entre a vida do homem e os meios de subsistência. Mas o que mediatiza a minha vida mediatiza igualmente para mim a existência de outros homens. É para mim a outra pessoa”.

Veja-se que, nessa inversão de valores, recheada de uma (con) fusão de atribuições, tal afirmativa de Marx encerra as análises por ele empreendidas sobre a função do dinheiro na sociedade, segundo a lógica conduzida pela sociedade moderna. Para ele, o patrão de todas as coisas é o deus-dinheiro, e não o homem; aquele “consagrado” pelo mundo burguês como verdadeira e única divindade; bem supremo, que se configura como a verdadeira inteligência.

Contraditoriamente, a subjetividade anula-se perante a materialidade do dinheiro. Por conseguinte, ocorre, paradoxalmente, uma subjetivação – substituidora da humanidade – dos elementos que fazem a composição da estrutura capitalista de produção da existência. Nesse sentido: “[...] o que para mim existe através do dinheiro, aquilo que eu posso pagar, isto é, o que o dinheiro pode comprar, sou eu, o próprio possuidor do dinheiro. O poder do dinheiro é meu próprio poder. As propriedades do dinheiro são as minhas – do possuidor – próprias propriedades e faculdades. Aquilo que eu sou e posso não é, pois, de modo algum determinado pela minha própria individualidade” (Marx *apud* Fromm, 1996: 232).

Pode-se constatar ainda, a propósito das reflexões marxianas expressas nos Manuscritos Económico-Filosóficos, uma propriedade de onipresença atribuída ao dinheiro, quando este vai substituir ou neutralizar todos os limites e debilidades que poderão contaminar o Ser Humano. Em assim sendo, ele passa a constituir-se num “espírito real” – conforme quer o próprio Marx (Marx *apud* Fromm, 1996) -, como a tomar posse das prerrogativas divinas, conferindo ao seu possuidor todos os desejos subjetivados na condição humana, igualmente conferindo-lhe semelhante ostentação.

Sabe-se que o pensamento de Marx é (re)conhecido como aquele cuja proposta era de inversão da tradição idealista, culminada com Hegel. Nessa perspectiva, ele se insere entre os padrões do método objetivo e científico clássico, reconhecido como materialista, cuja construção teórico-metodológica é o materialismo histórico-dialético.

No entanto, há de se reconhecer, nas entrelinhas de suas proposições – especificamente nos Manuscritos Económico-Filosóficos – muitos elementos conceituais e linguísticos denunciadores da subjetividade humana, a exemplo de “amargura...

luta... penúria, sofrimento... desejo... dificuldades... sorte... capricho” (Marx, *apud* Fromm, 1996: 106). Trata-se de expressões semanticamente carregadas, que marcam e demarcam um clima de contradição nas relações capitalistas de produção, em que as oposições entre trabalho e capital vêm afirmar uma relação de desigualdade e descompasso entre os que se vendem como produto/mercadoria e aquele que compra, o detentor da propriedade privada – o capital.

Segundo o pensamento de Marx *apud* Fromm (1996: 102-103): “O trabalhador tornou-se uma mercadoria e terá muita sorte se puder encontrar um comprador. E a procura, de que depende a vida do trabalhador, é determinada pelo capricho dos ricos e dos capitalistas (...) o trabalhador, portanto, perde mais e perde inevitavelmente com a gravitação do preço corrente para o preço natural. Ao mesmo tempo, é a habilidade do capitalista para dar ao capital outras utilizações que ou condena o trabalhador (limitado a um só emprego do respectivo trabalho) à fome ou a força a sujeitar-se a todas as exigências do capitalismo (...) outra desvantagem do trabalhador: as categorias de salários dos diferentes tipos de trabalhadores variam muito mais do que os lucros nos diversos ramos em que o capital é empregue. No trabalho, todas as diferenças naturais, culturais e sociais da actividade individual aparecem e são remuneradas de modo diverso, enquanto o capital inerte mantém um rendimento invariável e é indiferente à actividade individual real”.

Nesse sentido, relevante se faz enunciar, igualmente, noções conceituais propostas pelo referido autor, em cujos significados e sentidos estão presentes estados espirituais, ou de ânimo, que entrelaçam os conteúdos objetivos no campo da economia política.

Assim, ao referir-se ao fenómeno da alienação, peculiar ao modo de produção capitalista, Marx se reporta ao não-usufruto do produto do trabalho humano, uma vez que o trabalhador produz os objetos e as coisas que são transformadas em mercadorias, as quais não podem ser estruturalmente por ele consumidas. Significa que, na medida em que ele é destituído do produto de seu próprio trabalho, torna-se estranho, vindo assim a configurar-se como “[...] tanto mais impotente, quanto mais servo da natureza [...]” (Marx *apud* Fromm, 1996: 161).

Conforme o próprio Marx (1988: 5), trata-se da ação pela qual – ou estado no qual um indivíduo se torna alheio aos resultados do produto de seu trabalho, ou, de sua atividade – e à atividade ela mesma e/ou à natureza na qual viveu, ou ainda a si mesmo, em suas possibilidades humanas constituídas historicamente. É a alienação descrita nos manuscritos, cuja revelação se dá não apenas no fato de que “[...] os meus meios de vida pertencem a outrem; de que meus desejos são a posse inatingível de outro, mas de que tudo é algo diferente de si mesmo, de que minha atividade é qualquer outra coisa e que um poder inumano impera [sobretudo] sobre tudo” (Marx *apud* Fromm, 1996: 217).

Nesse sentido, pode-se ainda referir-se a tal noção conceitual numa dimensão espiritual – não caindo na equivocada compreensão compartimentalizadora e dicotômica entre a dimensão subjetiva e objetiva do homem – a assim chamada alienação fruto de uma visão de mundo originária da propriedade privada e do capitalismo, igualmente disseminada e veiculada pelos institutos educativos², *latu sensu*, já que, juntamente com os meios de comunicação de massa, encarregam-se de divulgar a ideologia e os interesses da classe proprietária e dominante.

Desse modo, o trabalhador recebe tais ideias e as incorpora, passando a ter uma consciência alienada a sua condição de classe, figurando, portanto, como um estranho alienígena, em sua própria classe de comerciantes de si mesmos para sobreviver.

A ideologia veiculada pelos canais do poder dominante é inculcada nos homens e por eles incorporada, de modo consciente e inconsciente, cujos efeitos são percebidos no estágio de negação total de uma possibilidade objetiva de reação à condição de escravos na qual vivem. Assim: “[...] quanto mais querem ganhar mais tem de sacrificar o tempo e realizar um trabalho escravo em que sua liberdade se encontra totalmente alienada a serviço da avareza. E assim encurtam as suas vidas.” (Marx *apud* Fromm, 1996: 104).

² Sabe-se que todas as Instituições Sociais são consideradas mediadoras do processo de socialização, exercendo portanto o ato educativo no sentido amplo do termo.

É, pois, perante as sobre-referidas contradições, que a oposição estrutural entre o proprietário privado e o comerciante do seu corpo se estreita, revelando e desvelando a essência e a natureza de um modo de vida e de relação social específicos – o capitalismo.

Evidenciam-se tais efeitos, na absorção, sem critérios, dos objetos vendidos através da propaganda e da publicidade, aqueles não dispendo – às vezes – da mínima qualidade consumível. Tais produtos são vendidos e divulgados, porque são colocados pela mídia como objetos de desejo necessários à felicidade de seus consumidores, vindo assim a corroborar o cumprimento do papel do poder econômico e, ao mesmo tempo, aliviar as tensões provocadas pela infelicidade estrutural a que são relegados os desagregados desse poder.

É possível ainda enumerar outro conceito elaborado por Karl Marx, qual seja o denominado *fetichização*. Esse conceito é a tradução de um processo de encantamento que os objetos produzidos – a propósito do trabalho – e comercializados com um valor cultural são superior ao seu valor de uso. Trata-se, segundo Marx, do valor de troca, que supõe o conceito de valor-trabalho impresso na coisa-mercadoria. O fetichismo efetiva-se como um fenômeno cujo significado é o ato subjetivo de atribuição pelos homens, de propriedades sobrenaturais aos objetos, passando, por estes, a se encantar.

Importante se faz ainda elaborar outro elemento conceitual presente na tradição teórica marxista – que é implicitamente presente nos manuscritos –, qual seja o conceito de *reificação*, elaborado por Lukács³, em *História e Consciência de Classe*. Na obra, em tela, o autor vai apresentá-lo como a possibilidade de coisificação das relações sociais pelo ato subjetivo de introjeção de uma cultura, cuja propriedade não é comum, mas privada. Tal fato vai se tornar evidente, à medida que os homens, ao tomarem posse de objeto-coisa, passam a preservá-lo como de sua propriedade; caso este seja violado, aqueles vão à instância punitiva, no sentido de recuperá-lo. Nesse sentido: “Já muitas vezes se realçou a essência da estrutura mercantil, que assenta no facto de uma ligação, uma

³ Georg Lukács (1989). *História e Consciência de Classe – estudos de dialética marxista*, Biblioteca Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro, Elfos Editora.

relação entre pessoas, tomar o carácter de uma coisa, e ser, por isso, de uma ‘objectividade ilusória’ que, pelo seu sistema de leis próprio, aparentemente rigoroso, inteiramente fechado e racional, dissimula todo e qualquer traço da sua essência fundamental: a relação entre homens (Luckács, 1989: 97).

Nesse momento se estabelece uma coisificação das relações sociais, vez que as duas categorias – objeto-coisa e convívio social – se igualam através de uma apreensão subjetiva da realidade material vivenciada pelos homens.

Considerações finais

Com base em tais reflexões, é notória a íntima relação evidenciada e denunciada pelos textos de Marx – entre as quais se inscrevem os manuscritos – perfazendo, justificando e, sobretudo, legitimando a vinculação efetivada entre a dimensão subjetiva e objetiva, nas atitudes, comportamentos, ideias, modos de agir e pensar da comunidade humana.

Igualmente, há de se observar – mesmo em se tratando de textos considerados na tradição materialista de análise do real – que os textos assim denominados Manuscritos Económico-Filosóficos, de Karl Marx, obedecem a uma visão dialética de interpretação da realidade material, numa perspectiva dinâmica, mas, sobretudo, obedecem a uma (com)vocação dialógica, à medida que se propõem anunciar a expressão da subjetividade humana, mediada por uma produção intelectual, em que estão implícitos elementos não observáveis, não experimentáveis, não contáveis, completando de modo paradoxal a convivência dos sujeitos com seus objetos-coisas.

É essa “novidade” que também contempla a criação intelectual do autor dos manuscritos, que, num rico detalhamento das propriedades da entidade material, – o dinheiro ilustra, com maestria e autoridade – já no incansável exercício da leitura dos antecedentes do seu objeto de estudo, o capitalismo; é quando ele expõe, narra, disserta, argumenta e propõe, com rigor científico e vocação militante, uma situação concreta, real, que atinge uma paradoxal convivência trabalhador/proprietário, anunciando, dialeticamente, uma utopia

através de cuja eleição metodológica torna-se, para ele, possível de acontecer. Eis que os Manuscritos Económico-Filosóficos vêm, enquanto notações indiciais, constituir-se como prenúncios ensaísticos de uma obra que viria a consagrar Karl Marx na história da ciência e da economia política – o Capital.

Bibliografia

- Bottomore, Tom (1988). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- Civita, Victor (1982). *Para a crítica de economia política: salário, preço e lucro; rendimento e suas fontes: a economia vulgar – Karl Marx*. São Paulo: Abril Cultural.
- Fromm, Eric (1989). *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, Lda.
- Lukács, Georg (1989). *História e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Elfos Editora.

(Página deixada propositadamente em branco)

A CLASSE MÉDIA À DERIVA¹

Elísio Estanque/elisio.estanque@gmail.com

Centro de Estudos Sociais
e Faculdade de Economia
da Universidade de Coimbra

Introdução

A problemática do espaço – tão cara a António Gama Mendes – é uma das vertentes que nenhum estudo sobre estruturas e práticas sociais pode ignorar. Seja o espaço físico e o território, inevitavelmente associado à posição, estatuto e recursos que os atores sociais mobilizam, seja o próprio critério de proximidade-distância com que os grupos sociais desenham afinidades e demarcações, as variáveis sociológicas inscrevem-se sempre na geografia. No caso específico da estratificação e das classes, o critério espacial é particularmente importante na medida em que é no espaço que são estruturados os estilos de vida e os *habitus* que conferem aos diferentes segmentos sociais o seu significado sociológico. O rural e o urbano, o palco e os bastidores, o público e o privado são elementos sobre os quais se reconfiguram as divisões sociais. A própria “classe média”, no sentido moderno do termo, é inseparável dos processos de demarcação territorial e o nosso país, uma sociedade de recente urbanização, é um bom laboratório

¹ O presente texto contém uma parte da “Lição” inserida nas Provas de Agregação apresentadas pelo autor na Universidade de Coimbra, em março de 2016.

onde as novas linhas de desigualdade, os estilos de vida e as marcas de distinção classistas evidenciam a centralidade desta dimensão. O trabalho e o lazer, a produção e o consumo, a economia e o poder, o conflito e as identidades são oposições que – em particular numa sociedade em rápida transformação, como a portuguesa – se projetam com particular acuidade na estruturação espacial, aspetos estes que nos obrigam a salientar a importância da interdisciplinaridade nas ciências sociais, um princípio que o colega aqui homenageado prosseguiu de forma coerente ao longo da sua carreira (Gama, 2008).

Os estudos que tenho vindo a desenvolver em torno da «*classe média*» destinam-se a mostrar a atualidade do conceito e ao mesmo tempo a analisar as particularidades do fenómeno no caso específico da sociedade portuguesa. Como se sabe, as teorias clássicas da estratificação e das classes sociais constituem os parâmetros que estabeleceram as premissas iniciais desta discussão sociológica. Porém, o contributo que aqui procuro expor parte do princípio de que quer a “análise de classes” vinculada ao marxismo, quer as teorias weberianas da “estratificação social” – sem prejuízo das inspiradoras análises teóricas que ambas nos legaram – requerem um novo esforço de atualização com vista a compreender uma questão que assume, hoje, contornos cada vez mais complexos.

Com efeito, a sociologia contemporânea assumiu ao longo do século xx, em especial a partir da década de 1960, um papel central na reflexão sobre as classes e a transformação estrutural das sociedades industrializadas do mundo ocidental. Nesse contexto, o conceito de “classe média” revelou-se um dos mais polémicos das ciências sociais, tendo diversos autores do campo marxista questionado mesmo a sua utilidade teórica. Apesar disso, a noção instalou-se de há muito na linguagem corrente e nos meios académicos, pelo que – ainda que fosse por essa simples razão – ignorá-la deixou de fazer sentido. Por um lado, como diria Pierre Bourdieu, a própria nomeação – a *classe no papel* – não é indiferente à construção prática de similitudes e demarcações estruturadas pela classe objetiva (Bourdieu, 1989). Por outro lado, passou a época em que a repulsa face a esta categoria era justificada por razões ideológicas. Mais do que recusar uma visão essencialista sobre o conceito, ou seja, mais do que a substância ou “a coisa em si” importa considerar a classe média como *problemática*.

De facto, dada a enorme heterogeneidade, a reflexão que ela permite suscitar requer uma atenção aos efeitos discursivos e sociopolíticos da sua invocação. Nesse sentido podemos começar por perguntar: a) até que ponto a classe média, tal como ela se revelou no mundo ocidental, pode ser concebida como um ator fundamental da mudança social?; b) será essa mudança primordialmente de natureza evolutiva e reformista ou antes tende em certas condições a assumir contornos de radicalismo e de ação coletiva?

Classe média: o nome e a coisa

A consistência sociológica da noção de “classe média” foi repetidamente questionada ao longo do século passado. Se quisermos reportar-nos a critérios estruturais de inspiração marxista tais como o conceito de *relações sociais de produção*, dir-se-á que a classe média não possuiu a propriedade dos meios de produção (é assalariada) e não controla os grandes recursos de poder ou posições de *status* monopolizadas pelas elites. Todavia, mais do que ficarmos presos a uma definição conceptual (por mais rigorosa que seja), importa assumir que se trata de um fenómeno que – não sendo novo – requer hoje um novo olhar sociológico, e sobretudo requer novos estudos menos marcados pelo viés ideológico (marxista ou funcionalista). Gorän Therborn, depois de todos os estudos que desenvolveu sobre classes sociais, marxismo e socialismo, propõe-nos hoje uma conceção tão simples como esta: “basicamente, a ‘classe média’ refere-se aos não-ricos e não-pobres, sem a necessidade de outras características sociais além do consumismo, embora por vezes uma orientação cultural e política esteja incluída” (Therborn, 2013: 178). “Uma classe que não é classe ou um grupo que não é grupo”, na formulação de um teórico weberiano (Dahrendorf, 1982), ou seja, sabe-se desde sempre que o termo “classe média” não pode ser entendido como um “ator” dotado de “identidade” ou de “consciência coletiva” no mesmo sentido em que se pensou o operariado. Trata-se, pois, de um agregado de categorias sociais extremamente heterogéneo e instável que não se ajusta a um conceito estrito de “classe”.

Mesmo aceitando que as democracias liberais se baseiam em sistemas econômicos concorrenciais, onde a meritocracia favorece a mobilidade social, importa resgatar de Max Weber a importância decisiva das desigualdades de poder (coisa que a escola estrutural-funcionalista se recusou a fazer) e de *status* para abrir caminho a novas linhas de análise sobre o papel da classe média desde meados do século passado. É, pois, tendo presente esta dimensão que poderemos considerar as seguintes funções atribuídas à “classe média”: uma *função de almofada*, porque quanto mais volumosa for a classe média menor é a propensão para o conflito estrutural; uma *função de referência* porque foi ela que tornou credível a possibilidade de mobilidade ascendente e a ideia de meritocracia; e uma *função de mudança* social porque a classe média deu sentido ao projeto progressista e reformista apropriado pela social-democracia europeia.

É sabido, por outro lado, que os marxistas não atribuíram especial atenção à classe média, desprezando completamente o seu significado político. Karl Marx referiu-se aos pequenos agricultores como um conjunto desagregado e sem capacidade para agir enquanto classe. Daí nasceu a jocosa expressão do “saco de batatas” com que brindou a capacidade do campesinato francês promover uma consciência de classe: “existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria organização política, nessa exata medida não constituem uma classe” (Marx, 1969: 115). Além disso, as chamadas *classes de transição* a que se referia na obra *A Luta de Classes em França (1848-1850)* eram vistas como o principal suporte dos interesses da classe dominante, dispostas a procurar o conforto, tentando abastecer-se no mesmo “balcão” (leia-se, o Estado capitalista) onde a burguesia tratava dos seus negócios. Noutros momentos, porém, considerava-as como frações e segmentos *em transição* do período manufatureiro para o capitalismo industrial e destinadas a integrar o proletariado. Seja como for, o certo é que foi a luta conduzida pela classe operária e o movimento sindical desde o século XIX que decididamente conduziu à consolidação do Estado de direito e abriu caminho às democracias avançadas da Europa.

Classe e *status*

É nessa linha que se inscreve a consolidação do Estado Providência na Europa do pós-guerra. E porque este modelo social se liga diretamente ao fenómeno aqui em discussão, podemos interrogar-nos sobre o significado dessa viragem no que respeita ao crescimento da “nova” classe média (assalariada) e, indiretamente, à questão conexas da “mobilidade social”. Estará ela essencialmente associada ao mercantilismo, à competitividade, à iniciativa individual e à “meritocracia”, tal como a pequena burguesia industrial em ascensão há duzentos anos atrás? Na verdade, as camadas sociais aqui em análise não se confundem com a classe média proprietária abordada pelo autor de «*Da Democracia na América*», isto é, aqueles que se encontram “tão afastados da opulência como da miséria (...), [mas] estando ainda muito próximos da pobreza, vêm de perto os seus rigores, pelo que atribuem aos seus bens um preço imenso (...) e a ideia de ceder a menor partes dele é-lhes insuportável e consideram a sua perda como a última das infelicidades” (Tocqueville, 1988: 272). Apesar de o olhar de Tocqueville sobre os EUA do século XIX ter colocado a ênfase nessa perspetiva, no caso do “velho continente” importa atentar noutro tipo de variáveis.

No contexto europeu do século XX foram, acima de tudo, o programa social-democrata, o crescimento económico, a inovação técnica e a presença dos modernos mecanismos de “diálogo” e concertação – naturalmente acompanhados de inúmeras lutas e ações grevistas – que mais estimularam as novas profissões e o sentido “neocorporativista” da nova classe média. O papel do Estado e o “compromisso de classe” entre capital e trabalho foram, sem dúvida, decisivos na reconfiguração da classe trabalhadora e de toda a “pirâmide estratificacional” a partir do pós-guerra, mas um tal compromisso beneficiou ainda de outras condicionantes da conjuntura internacional, nomeadamente a influência da “guerra-fria”, que favoreceram a estabilidade e o modelo *fordista*, abrindo caminho a estilos de vida “prósperos” e modelos de consumo marcados pelo individualismo e a aceitação do *status quo* “burguês” (Burawoy, 2010; Standing, 2014).

Alguns estudos interessantes sobre mobilidade social durante os “trinta anos dourados” revelaram que um dos efeitos perversos dos fluxos de subida-descida nas atitudes políticas era o facto de os que subiram adotarem regra geral as orientações dos grupos de chegada, enquanto os que desciam tendiam a encarar esse declínio como transitório e a atribuir a si próprios – e não tanto ao sistema económico capitalista – as responsabilidades pela descida, reinvestindo logo a seguir nos seus descendentes o acesso a capitais educacionais e expectativas que lhes facilitou a recuperação do *status* perdido pela geração anterior. Isto pode ajudar a perceber melhor o declínio do sindicalismo operário. Enquanto o operariado se afirmou como “vanguarda”, as franjas da classe média em luta pela “usurpação” (Parkin, 1968 e 1979) deixaram-se guiar por projetos progressistas, mas a implosão dos *blue collars* e a burocratização do sindicalismo culminou, no Maio de 68, numa nova rutura entre a nova *crítica estética* (do movimento estudantil) e a velha *crítica social* (do movimento sindical), o que terá afetado significativamente o avanço dos movimentos emancipatórios (Boltanski e Chiapello, 2009).

À medida que a ação coletiva do operariado e a velha luta de classes se foram esbatendo, boa parte dos descendentes dos *blue collars* foi engrossando essas novas categorias profissionais, “acomodando-se” à ordem capitalista. Em parte como resultado da iniciativa individual e da “meritocracia”, mas sobretudo devido ao impacto da mudança estrutural dinamizada pela economia e a ação do Estado, tais mudanças tornaram-se as principais alavancas da *mobilidade social* e do crescimento da classe média assalariada. Mas, apesar de estigmatizadas pelo discurso marxista da época, por serem expressão dos “vícios burgueses” da sociedade de consumo, estas camadas – em especial os filhos do *baby boom* do pós-guerra – foram as que mais se filiaram nos sindicatos, as que mais integraram os novos movimentos sociais e as que mais conferiram solidez e coesão social às democracias ocidentais. Recorde-se, de resto, que o próprio movimento operário do século XIX já havia sido liderado pelos trabalhadores mais qualificados (e bem pagos), portanto, pelos pais da futura classe média (Giddens, 1975; Touraine, *et al.*, 1984; Lockwood, 1989; Regini, 1994).

É inegável que os novos setores assalariados da dita “classe média” – que foram crescendo à custa de um Estado social em expansão, do aumento da modernização técnica e da burocracia das empresas – forneceram uma base social extraordinariamente importante para a reprodução do capitalismo. Porém, enquanto as teorias da *reprodução*, sob influência marxista (Bertaux, Bourdieu), realçavam sobretudo o carácter estrutural e a capacidade de cooptação da ordem capitalista dominante, a escola britânica neoweberiana (Goldthorpe, Erikson, Marshal, Parkin, Devine, Savage, etc.) mostrava, com base numa vasta pesquisa empírica, que a recomposição das classes sociais na segunda metade do século xx resultou simultaneamente dos fluxos de mobilidade social e do conflito social; ou seja, da luta de classes conduzida pela “classe média”. Recorde-se a conhecida formulação do primeiro destes autores: “mesmo aqueles poucos que chegam ao topo pelo seu mérito passam a querer tudo o resto, não apenas poder e dinheiro, mas também a oportunidade de decidir quem entra e quem fica de fora” (Dahrendorf, 2005).

A mobilidade social e a mudança estrutural do sistema revestiam-se assim de um significado sociológico mais consistente nestas abordagens na medida em que elas não descuraram a crítica à lógica discricionária e às assimetrias de poder e de *status*, demarcando-se, portanto, do discurso laudatório do *marketing* do consumo e da meritocracia. Insere-se aí a conhecida formulação de Erikson e Goldhorpe (1992) referente à “classe de serviço”, ou seja, a ideia de que, mais do que recompensas pelo talento e mérito, o reconhecimento e condições materiais de que beneficiam estas categorias de classe média devem-se principalmente ao “serviço” que prestam às elites na sua função de *zona-tampão*. Dito de outra maneira, esses “movimentos de curto alcance” – para cima e para baixo – contribuem para atenuar a conflitualidade porque conferem credibilidade à retórica da meritocracia e da “igualdade de oportunidades” (Savage, *et al.*, 2013). Mas ao lado disso importa realçar, por outro lado, o papel dos novos estratos socioprofissionais cuja visibilidade e protagonismo não ocorreu apenas em períodos de relativa estabilidade económica e paz social, mas também – e em particular os segmentos juvenis e estudantis – através do seu envolvimento direto em contextos de conflitualidade e luta coletiva, alguns

deles de grande impacto nos processos de mudança social como, por exemplo, os fortes movimentos sociais dos *sixties*, aliás, associados a um *radicalismo de classe média* (Parkin, 1968).

O contexto português

Como é sabido, a sociedade portuguesa sofreu ao longo dos séculos da incapacidade das suas elites promoverem uma efetiva industrialização e modernização do país. No século passado, o regime conservador do Estado Novo travou o mais que pôde a abertura económica e prolongou a situação de atraso até ao 25 de Abril de 1974. Só com a democracia e a integração europeia se desenvolveram programas sociais e políticas progressistas que abriram espaço às classes médias assalariadas, na sua maioria inseridas nos meios urbanos e no litoral do país e estruturando modos de vida consentâneos com essa condição. Os impactos mais gerais de um tal processo sobre a economia e a sociedade só muito tardiamente se tornaram visíveis. Pode, portanto, dizer-se que, no caso português a classe média assalariada surgiu tarde e em larga medida à sombra do Estado providência, ele próprio, igualmente frágil e tardio. Esse anacronismo acabou por se revelar decisivo à medida que a situação de crise e o endividamento do país começaram a revelar as fragilidades estruturais com que continuamos a debater-nos. E foi então que se tornou evidente a confusão entre a “ficção” e a “realidade” da classe média portuguesa, confusão que, afinal, comprova uma velha premissa das ciências sociais, desde Max Weber: a ideia de que *o social*, enquanto construção intersubjetiva do pensamento dos outros, é um misto de ilusão e realidade.

Por outro lado, convém lembrar que no plano objetivo, a classe média, a sua maior ou menor solidez está intimamente associada às oscilações da linha de pobreza. Assim, se considerarmos o critério oficial que define esse limiar a partir de um rendimento equivalente a 60 por cento do salário médio conclui-se que a percentagem dos portugueses em risco de pobreza – que tinha evoluído positivamente na primeira década deste século – voltou a

intensificar-se nos últimos anos, situando-se nos 18% em 2009 e nos 19,5% em 2013, e um relatório mais recente do INE (de 30/01/2015) apontava para um valor de 27,5 por cento, em finais de 2014. Assim, os portugueses em risco de pobreza corresponderiam a cerca de 2 milhões e 800 mil. Em termos meramente económicos e segundo o critério proposto por Ursula Dallinger (2011) a situação de classe média enquadra-se no intervalo entre 75%-150% do rendimento mediano. Com base nesse indicador, teríamos nesse segmento de rendimento 51,4 por cento dos portugueses. Porém, os critérios podem variar e produzir resultados muito díspares quanto à dimensão da classe média e à sua natureza.

Recorrendo à tipologia de classes usada pelas equipas do ISCTE-IUL na definição das classes, podemos desde logo observar o crescimento (entre 1988-2008) de categorias como os “profissionais técnicos e de enquadramento” (PTE) e os “empregados executantes” (EE), que constituem o grosso dos segmentos inseridos na “classe média”. Só estas duas categorias somavam, em 2011, 54,9% do conjunto da população ativa. Por sua vez, outros critérios mais restritos – como os que consideram apenas as categorias de “quadros superiores e dirigentes” e os “profissionais técnicos e científicos” como integrando esta categoria – situam a classe média em cerca de 35% da população portuguesa e mostram uma relativa estabilidade desde a década de 1990 (Mateus, 2013: 332-335). São conhecidos alguns dos problemas mais recentes que atingem diretamente a classe média portuguesa: para além do aumento da pobreza, o sobre-endividamento das famílias, o fenómeno da “pobreza envergonhada”, a persistência e agravamento das desigualdades, o bloqueio das carreiras profissionais, os cortes salariais e pensões de reforma, a generalização do trabalho precário, o disparar do desemprego, etc., etc., são aspetos de uma nova realidade que se foi tornando dramaticamente familiar à classe média (e aos setores mais vulneráveis da população, naturalmente). As medidas de austeridade impostas desde 2011 incidiram com especial violência sobre o funcionalismo e os quadros intermédios – os “quintis” do meio na distribuição do rendimento –, os mesmos que até há pouco serviram de suporte às políticas públicas e programas sociais. E isso, como não podia deixar de ser,

está a “proletarizar” amplos setores da classe média, além de lhes impor uma trajetória regressiva e em declínio face ao passado recente (Estanque, 2003 e 2012; Cantante, 2013).

Rebeliões de classe média

Tratou-se de uma sucessão de rebeliões que trouxeram à cena novos protagonistas, novas formas de mobilização, repolitizaram numa escala mais ampla o papel do ciberativismo, deram ao segmento do *precariado* um outro significado (Standing, 2014), no qual as tradicionais demarcações e fronteiras voltaram a ser questionadas (à semelhança dos movimentos sociais dos anos sessenta e setenta do século xx), já que os novos atores destas mobilizações puseram em causa – como argumentei num recente artigo da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Estanque, 2014 – algumas das dicotomias clássicas como o individual/ coletivo, o público/ privado ou a política/ estética. A heterogeneidade, a presença massiva da juventude, a indignação contra a austeridade, as preocupações com a precariedade e o aumento do desemprego, ao lado do carácter espontâneo e inorgânico destas manifestações, são alguns dos seus traços distintivos. Mas estes protestos transportavam já uma pulsão de classe média. Uma classe média que, nomeadamente no caso de Portugal, já sentia as forças do sistema a pressioná-la no sentido descendente. No sentido do empobrecimento, como de resto se viria a comprovar nos anos subsequentes. Estarão as classes médias do mundo ocidental a viver o ressentimento de terem sido abandonadas pelas oligarquias e as elites económicas? Terão tomado consciência da importância vital do Estado social hoje ameaçado?

Os contornos ambivalentes dessas rebeliões e o seu carácter fluído e inorgânico dificultam qualquer diagnóstico quanto aos contornos dos seus reportórios políticos e até mesmo o perfil das suas lideranças (nem sempre identificáveis). Esta enorme diversidade de contextos socioculturais e experiências de ativismo não deixa de ocorrer num mundo cada vez mais interconectado em que as contaminações transcendem a geografia, tornam-se “virais”, circulando e

metamorfosando-se em novas formas de hibridismo e estruturas simbólicas cujo significado político carece de novos estudos sociológicos (Castells, 2013). Vale a pena pensar o papel das redes virtuais (*Facebook*, *Twitter*, etc.) na sua relação com as espacialidades locais para compreender as novas dinâmicas de estruturação identitária e de mobilização, em especial junto da juventude. Em muitos contextos juvenis, por exemplo, entre os segmentos subalternos, as experiências de sociabilidade são em geral marcadas pela violência e a exclusão – como é o caso da vivência quotidiana nos bairros periféricos das grandes metrópoles –, a que as culturas *hip hop* da era global tentam dar expressão. Nesses ambientes, a familiaridade dos adolescentes com os novos meios eletrônicos ajudou a potenciar uma relação ambivalente entre o seu mundo físico, relativamente fechado e segregado, e o mundo de ficções subjetivas em que as conexões por via dos telemóveis, *iPhones* e *Tablets*, ajudam a recriar o seu imaginário rebelde ou consumista (ou ambos). Essas comunidades de convívio, meio-físicas meio-virtuais (ou as duas coisas ao mesmo tempo), funcionam como novas teias de significado, substituindo-se ou complementando os velhos laços de sociabilidade primária. Muitos destes grupos de jovens, inseridos na fronteira entre uma *classe-média-instalada* que os hostiliza e um mundo de *paraísos artificiais* que constantemente os seduz, onde o “eu” construído e projetado no “outro virtual” se confunde e readapta em cada esquina da ampla comunidade virtual-real. As performances de grupo, os *rolezinhos*, as *mass mobs* e outras pequenas encenações rebeldes exprimem bem essas dinâmicas dissonantes. O *facebook* e outras redes da *internet* foram os meios de difusão para mais de 80 por cento dos manifestantes nas manifestações de junho de 2013. No calor destes protestos foi possível identificar alguns elementos reveladores de um *ethos* de classe média, apesar de mal definido ou subliminar. A própria plasticidade e o “décor” com que se mostram diversos sub-grupos de manifestantes é significativa do seu *habitus* ainda relativamente indefinido na estrutura de classes: para muitos, estar na *manif* é tão importante como o ato de divulgar a foto no *facebook*, onde se exhibe o disfarce mais apropriado ou o ato “heróico” mais audacioso para enfrentar a ameaça policial, podendo ainda fornecer um fragmento de “glória” na TV (Estanque, 2014).

Conclusão

Estamos porventura perante duas faces distintas de uma “classe” que, no plano da luta política e das subjetividades continua a caminhar no limbo. Mas, retomando uma ideia avançada inicialmente, pode postular-se a existência de duas classes médias: uma “classe média” orientada pela usurpação excludente (que persegue os padrões de vida das elites); e uma “classe média” orientada pelo sentido emancipatório (que pode indignar-se em nome dos pobres e mobilizar-se, por exemplo, na defesa do Estado social, à sombra do qual ganhou esse estatuto).

A presença da juventude foi um dos traços marcantes deste ciclo de rebeliões, quer na Europa quer na América Latina. Uma juventude escolarizada e muito familiarizada com os novos meios de comunicação por satélite; que, segundo os critérios do rendimento e da escolaridade, pertence aos estratos intermédios da estratificação; ou que se encontra no início de um percurso, talvez no primeiro degrau de uma expectável subida da escada social. Por isso, os seus padrões de gosto, subjetividades e orientações dirigem-se a um horizonte de classe média. Também neste caso, o contexto urbano e a centralidade das praças ocupadas por milhões de manifestantes, com a visibilidade que as redes mediáticas imprimem aos núcleos urbanos das principais metrópoles, comprovam o simbolismo estético-expressivo destas mobilizações e o papel estruturante da dimensão espacial. É nestes centros cosmopolitas que as dinâmicas paradoxais, com o carácter policromático dos grandes aglomerados, podem adquirir uma plasticidade vertiginosa no seu poder atrativo. Aí se encontram, convivem e confrontam, de um lado, forças de orientação *progressista* que se exprimem em grupos politizados, organizados e com propostas radicais, e, de outro lado, lógicas de *multidão inorgânica*, momentaneamente guiadas por “pulsões” irracionais ou que se radicalizam apenas por via da excitação de um coletivo magnetizado e inebriado pelo próprio fluxo da “multidão”.

Referências bibliográficas

- Bourdieu, Pierre (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Burawoy, Michael (2010). *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Cantante, Frederico (2013). A magreza das classes médias em Portugal. In Renato M. Carmo (org.), *Portugal uma sociedade de classes: polarização social e vulnerabilidade*, Lisboa, Edições 70. Ed. Monde Diplomatique, pp. 129-150.
- Castells, Manuel (2013). *Redes de indignação e de esperança*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Dahrendorf, Ralf (2005). Ascensão e queda da meritocracia. Artigo de opinião no jornal *Público*, 2/05/2005. P. 7.
- Dahrendorf, Ralf (1982). *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Dallinger, Ursula (2011). The endangered middle class? A comparative analysis of the role public redistribution plays. In *Luxembourg income study (LSI)*. Working Paper, n.º 565.
- Erikson, Robert & John Goldthorpe (1992). *Constant flux: a study of class mobility in industrial societies*. Oxford: Clarendon Press.
- Estanque, Elísio (2003). O efeito classe média – desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI. In M. V. Cabral, J. Vala & A. Freire (orgs.), *Percepções e avaliações das desigualdades e da justiça em Portugal numa perspectiva comparada*. Lisboa: ICS, pp. 69-105.
- Estanque, Elísio (2012). *A classe média. Ascensão e declínio*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Estanque, Elísio (2014). Rebeliões de classe média? Precariedade e movimentos sociais em Portugal (2011-2013). *Revista crítica de Ciências Sociais*, Vol. 103, pp. 53-80.
- Gama, António (2008). Fundamentos para uma geografia do tempo livre. In Norberto Santos & António Gama (orgs.), *Lazer. Da libertação do tempo à conquista das práticas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 85-106.
- Giddens, Anthony (1975). *A estrutura de classes nas sociedades avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Lockwood, David (1989). *The blackcoated worker. A study in class consciousness*. Oxford: Oxford University Press/Clarendon.
- Marx, Karl (1969). *O 18 brumário de Luiz Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Mateus, Augusto (coord.) (2013). *25 anos de Portugal Europeu: a economia, a sociedade e os fundos estruturais*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Parkin, Frank (1968). *Middle class radicalism*. Manchester: Manchester University Press.
- Parkin, Frank (1978). *Class inequality and political order*. Londres: Granada Publications.
- Parkin, Frank (1979). *Marxism and class theory. A bourgeois critique*. London: Tavistock.
- Regini, Marino (ed.) (1994). *The future of labour movements*. London: Sage.
- Savage, Mike *et al.* (2013). A new model of social class: Findings from the BBC's Great British Class Survey Experiment. *Sociology*, 0(0), pp. 1-32.
- Standing, Guy (2014). *O precariado. A nova classe perigosa*. Lisboa: Presença.
- Therborn, Goran (2013). *The killing fields of inequality*. Cambridge: Polity Press.

- Tocqueville, Alexis de (1988). *De la démocratie en Amérique*. In M. Braga da Cruz, *Téorias Sociológicas: os fundadores e os clássicos*. Vol. I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 257-295.
- Touraine, Alain; Wieviorka, Michel & Dubet, François (1984). *Le mouvement ouvrier*. Paris: Fayard.

**BREVE REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA
DA INVESTIGAÇÃO OPERACIONAL NO ESTUDO DE
AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE IMPACTO AMBIENTAL
DEDICADO À LOCALIZAÇÃO DO NOVO AEROPORTO
DE LISBOA**

João Clímaco/jclimaco@inescc.pt

INESC-Coimbra, Universidade de Coimbra

José Craveirinha/jcrav@deec.uc.pt

INESC-Coimbra, Universidade de Coimbra

*Nas palavras sábias do Poeta, o António deixou-nos pé ante pé,
com a serenidade de toda uma vida.*

*Agora, quando menos se espera, conversas e discussões do passado
revisitam a nossa memória, e, pé ante pé, concorrem para o que
pensamos e fazemos...*

1. Introdução

A sociedade atual suscita problemas de decisão cada vez mais complexos e, neste contexto, a *comunidade* de Investigação Operacional (IO) é frequentemente confrontada com a necessidade de se preparar para o apoio a processos de decisão ao nível estratégico (Clímaco, 2004). De notar que, se

por um lado os desenvolvimentos metodológicos e tecnológicos permitem a criação de novas e mais poderosas ferramentas de apoio à decisão, por outro é patente que o uso das técnicas de IO está longe de ter a relevância que seria desejável, tendo em vista uma maior transparência e efetividade nos processos de decisão. Sabemos também que a crescente consciencialização sobre as consequências ambientais potencialmente perniciosas das ações humanas tem conduzido a um processo legislativo cada vez mais exigente, quer ao nível da União Europeia, quer dos estados membros, não apenas relativamente à Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), mas também no que diz respeito às implicações sociais e económicas de muitas atividades. Neste artigo, prestaremos especial atenção à Avaliação Estratégica de Impacto Ambiental (AEIA), que é indispensável quando estão em causa políticas, planos ou programas com grande complexidade.

O ritmo vertiginoso dos acontecimentos nas sociedades atuais não tem paralelo na história da Humanidade. Contudo, em áreas sensíveis, como é o caso das questões ambientais, há um grande desfasamento entre o espírito da nova legislação e a sua implementação prática. O primado das decisões políticas nas sociedades democráticas é hoje posto em causa pela lógica dos mercados.

Vivemos, em anos recentes, um processo de escolha da localização do chamado 'Novo Aeroporto de Lisboa' (NAL), que suscitou grandes polémicas não só de natureza político-económica, mas também de natureza metodológica. Propomo-nos apresentar uma breve reflexão crítica sobre as oportunidades, dificuldades, e desafios colocados à comunidade da IO num estudo típico de Avaliação Estratégica de Impacto Ambiental, como o associado ao problema da localização do NAL. Esta reflexão tem por base, em larga medida, o artigo publicado pelos autores na revista 'International Transactions in Operations Research' em 2010, (Clímaco e Craveirinha, 2010).

A intervenção prática da Investigação Operacional tem sido tradicionalmente muito condicionada, com especial expressão no que se refere a questões de decisão estratégica. Um aspeto essencial é bem tipificado por Pfeffer (1992), quando refere que, nestes casos, a solicitação de estudos de consultadoria externa

é usualmente muito cara, e não é, em geral, apenas baseada numa necessidade real de assessoria, para recolher mais e melhor informação e/ou melhor apoio à decisão em escolhas difíceis. É antes, em muitos casos, uma forma artificial de manter as aparências de rigor, justificando as decisões que os agentes políticos querem impor, com critérios supostamente científicos. Os consultores externos são assim sugestivamente designados como “hired guns”.

Em nossa opinião, os profissionais de IO têm a obrigação de prestar atenção às oportunidades e procurar influenciar a correta feitura da legislação, influenciando as condições necessárias para a sua efetiva aplicação. Se se limitarem a esperar pelo pedido de estudos técnicos específicos por parte das entidades envolvidas na tomada de decisão, mesmo que esses estudos sejam de alta qualidade, eles terão certamente, na maior parte dos casos, consequências muito limitadas.

Este artigo está organizado da seguinte forma: na secção 2 descrevemos sumariamente o processo da Avaliação Estratégica de Impacto Ambiental do novo aeroporto de Lisboa, recordando vertentes essenciais de conceitos de AEIA atinentes a este tipo de processo. Destacamos aspetos metodológicos do processo de decisão descrito no relatório elaborado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), a pedido do governo. Na secção 3 iremos discutir, de um ponto de vista ético, a contribuição dos profissionais de IO para a transparência e fundamentação das decisões políticas, focando a estruturação do processo, assim como das ferramentas de IO utilizadas. Por exemplo, a Análise Custo-Benefício (ACB) e a Análise Multicritério (AM). Finalmente, na secção 4 apresentamos algumas conclusões genéricas desta reflexão.

2. Avaliação Estratégica de Impacto Ambiental e o novo aeroporto de Lisboa

Durante mais de 30 anos tem havido em Portugal uma longa contenda sobre a localização do novo aeroporto de Lisboa, que iria substituir o aeroporto da Portela localizado dentro do perímetro da cidade, como resultado

da rápida expansão do tecido urbano. Depois de uma longa e complicada história que está fora do âmbito deste artigo, o governo português optou, em 1999, pela localização do NAL na zona da Ota, cerca de 50 km a norte de Lisboa. Seguiram-se vários anos de intensa controvérsia pública, sendo o governo que tomou posse em 2005 a confirmar a localização na Ota, invocando grande urgência na construção do NAL, devido à saturação iminente da capacidade de tráfego de passageiros no aeroporto da Portela. Entretanto, setores da sociedade, organizados em torno da Confederação da Indústria Portuguesa, promoveram um estudo envolvendo uma nova alternativa distinta, mas próxima de localizações anteriormente consideradas a sul do rio Tejo, neste caso na área do designado ‘Campo militar de Tiro de Alcochete’ (CTA), considerado nesse estudo como uma alternativa significativamente melhor do que a Ota. Confrontado com a nova situação e com a discórdia suscitada por este estudo, o governo optou por requerer ao LNEC um novo estudo dedicado à comparação entre as localizações da Ota e do CTA. A urgência para a realização do estudo, eliminou a possibilidade de consideração de outras possibilidades de localização, propostas no debate público no espaço mediático, em particular a hipótese de construção do NAL por fases, numa óptica de construção modular, com a correspondente substituição progressiva da Portela. O relatório final do LNEC foi tornado público em Janeiro de 2008, e poucos dias depois o governo confirmou as conclusões deste relatório, optando pela localização no CTA. Para satisfazer a imposição legal de realizar um estudo de Avaliação Estratégica de Impacto Ambiental, o governo considerou que o estudo do LNEC era a base adequada para a sua elaboração, tal como está descrito no relatório do LNEC (2008).

Para enquadrar a análise desta questão, começaremos por recordar, ainda que sucintamente, alguns aspetos conceptuais da Avaliação Estratégica de Impacto Ambiental. A AEIA, por exemplo em (Sadler e Verheem, 1996), é definida como: “a systematic process for evaluating the environmental consequences of proposed policy, plan or programme initiatives in order to ensure they are fully included and appropriately addressed at the earliest appropriate stage of decision making on par with economic and social considerations”. Por

outro lado, de acordo com o curso da Universidade da ONU (UNU), *Strategic Environmental Assessment Course*, o objetivo principal da AEIA é incorporar questões ambientais/de sustentabilidade no processo de decisão estratégica, tendo como objetivos secundários: melhorar a ação estratégica, tornando-a mais clara e coerente; envolver o público e/ou os seus representantes, no processo de decisão; e ‘educar’ os agentes de decisão/políticos, relativamente aos impactos ambientais das suas opções. A AEIA suscita assim um complexo processo técnico-sócio-político, envolvendo a procura de compromissos entre várias dimensões e atores associados ao processo, tornando extremamente difícil pô-la em prática de forma adequada. No que diz respeito à sistematização dos requisitos da AEIA, incluindo metodologias e ferramentas específicas – nomeadamente de IO – a utilizar nas diferentes fases da AEIA remetemos para Clímaco e Craveirinha (2010) e para *Strategic Environmental Assessment Course* da ONU. Um ponto essencial, desenvolvido no Resource Manual to Support Application of the Protocol on SEA da UNECE, United Nations Economic Commission for Europe, diz respeito à dificuldade de identificar as *melhores* metodologias a utilizar na Avaliação Estratégica de Impacto Ambiental. Existe uma gama variada de métodos e técnicas quer de natureza quantitativa, quer qualitativa disponíveis.

Regressemos ao que se passou após a apresentação do relatório do LNEC sobre a localização do novo aeroporto de Lisboa (LNEC, 2008). Seguiu-se, em Fevereiro de 2008, o período de consulta pública obrigatória. Não iremos discutir se o estudo do LNEC foi totalmente adequado à concretização da AEIA, nem iremos tratar das contribuições da discussão pública, pois estamos fundamentalmente interessados em questões associadas à estruturação do processo de decisão. Contudo, gostaríamos de começar por salientar que não faz sentido promover uma consulta pública oficial sobre AEIA, depois de tomar uma decisão preliminar, uma vez que se torna patente que seria muito difícil ter em conta contribuições que ponham em causa essa decisão prévia... Além disso, como salientaremos mais adiante, a participação pública, para ser efetiva, deve ser iniciada o mais cedo possível, na fase inicial do processo...

A estrutura do modelo de apoio à decisão utilizado no relatório do LNEC, baseia-se em dois cenários, um mais conservador, e um outro que admite um crescimento mais rápido do tráfego. Foram utilizados, como critérios de avaliação, sete fatores críticos de decisão, nomeadamente: i) segurança, eficiência e capacidade das operações de tráfego aéreo; ii) sustentabilidade dos recursos naturais e riscos; iii) conservação da natureza e biodiversidade; iv) sistema de transportes terrestres e acessibilidades; v) organização do território e desenvolvimento regional; vi) competitividade e desenvolvimento económico e social; e, finalmente vii) avaliação financeira. De acordo com o relatório foi feita uma avaliação estratégica baseada nestes sete fatores críticos, dando igual importância – peso – a cada um deles. Os autores articularam esta avaliação com uma Análise Custo-Benefício (ACB) realizada tendo por base todos os aspetos que foi possível quantificar em unidades monetárias.

A localização do novo aeroporto de Lisboa na área do Campo de Tiro de Alcochete foi considerada globalmente mais favorável. Os autores do estudo consideram ainda que uma eventual diferenciação de pesos dos fatores críticos envolveria necessariamente critérios de natureza política, que estariam fora do âmbito do estudo. Voltaremos mais tarde a este assunto, que reflecte uma ideia de *neutralidade impossível!*

Finalmente, gostaríamos de tornar claro que uma análise crítica detalhada do relatório do LNEC está fora do âmbito deste artigo, mesmo no que diz respeito aos aspetos de apoio à decisão. O nosso objetivo é bem mais modesto. Procuramos apenas identificar o que pensamos serem as principais fragilidades desse relatório, relativamente a aspetos relacionados com o apoio à decisão, muito comuns e gravosas em processos de decisão complexos, como, por exemplo, as escolhas em grandes obras públicas. A discussão destes assuntos é essencial, tendo em vista a desejável evolução futura na execução de Avaliações Estratégicas de Impacto Ambiental dedicadas a problemas de decisão muito complexos, que a nossa sociedade terá necessariamente que enfrentar.

3. Alguns aspetos relacionados com a IO na AEIA do NAL

A. Enquadramento do processo de decisão

A Investigação Operacional é apenas uma das áreas com relevância neste processo de decisão. Nestas circunstâncias, é muito relevante enquadrar o problema tendo em conta outros aspetos.

Começemos por discorrer brevemente sobre a articulação entre decisão política, relatórios técnicos e a participação pública. A participação pública e os estudos técnicos, assim como os pareceres e esclarecimentos dos peritos são da maior importância. Nestas circunstâncias, o poder político pode assumir as suas responsabilidades devidamente informado, assumindo os riscos e suportando as possíveis incompreensões pelas suas decisões finais, com a legitimidade conferida pelo voto popular. Contudo, deve notar-se que a seriedade do processo exige a criação prévia de condições adequadas à auscultação efetiva do público, propiciando uma reflexão crítica sobre o que está realmente em causa. Isto só poderá ser possível se o público tiver ao seu dispor uma informação transparente e compreensível, nomeadamente suscitando a identificação dos prós e dos contras das alternativas em confronto. Munda (2003) chama a nossa atenção para os princípios deontológicos que devem nortear os comportamentos de cientistas, técnicos e políticos nos processos de avaliação e decisão, não deixando de salientar que a participação da sociedade civil em nenhuma circunstância desresponsabiliza cientistas, técnicos e políticos, das consequências das suas opções. Apesar da razoabilidade destes pontos de vista, numa perspetiva ética da democracia política, ser do senso comum, a sua interiorização no funcionamento das nossas sociedades faz ainda o seu caminho, estando longe de ser um adquirido estável e coerente.

Por outro lado, as opções técnicas, omnipresentes nas sociedades atuais, tipificam o que normalmente se designa como uma *complexidade reflexiva* (Pfeffer, 1992). Em sistemas reflexivos, caracterizados por intencionalidade e finalidade, a estruturação de problemas espelha valores, ideologias e interesses.

Nestas circunstâncias, a asseveração do relatório sobre o NAL, identificando a alternativa globalmente mais favorável, quer do ponto de vista técnico, quer do financeiro, não nos parece adequada num estudo como o que temos vindo a referir, visto que, por um lado a responsabilidade final é sempre política e, por outro, um parecer apontando inequivocamente a melhor alternativa é muito dificilmente justificável tecnicamente, por razões que discutiremos mais tarde. Na nossa opinião, o processo de decisão e a escolha das ferramentas de apoio à decisão utilizadas, deveriam ser conduzidos tendo em conta as recomendações apontadas por Roy (1999): "...decision-aiding (DA) is not to discover hidden truths, but rather to contribute to constructing individual convictions, collective decisions and compromises between multiple, and often conflicting rationalities, stakes and values... DA (decision agents) cannot claim to unify or synthesize these systems of values, logical approaches to deal with information, rationalities or the foundations of legitimacy when two or more clash within the same decision-aiding process. Nevertheless, in certain number of cases, DA should allow participants to structure debate and facilitate concertation, especially by helping to establish a climate of confidence and providing a common understanding of the problem". É, portanto, indispensável criar um clima de confiança mínima entre o poder político, os cidadãos e os peritos, sem esquecer que, obviamente, o poder político e os peritos têm uma responsabilidade acrescida. A controvérsia pode ajudar a clarificar as diferentes posições, contudo um clima de excessiva crispação e desconfiança inquina uma discussão serena e séria na esfera pública (Habermas, 1974).

Note-se que a situação é cada vez mais difícil, visto que as instâncias de decisão democrática vivem hoje sob permanente vigilância e condicionamento da ortodoxia liberal dos *mercados* financeiros.

Em súpula, o apoio à decisão, em problemas muito complexos e socialmente sensíveis, deve ter como missão principal contribuir para a clarificação do processo de decisão...

B. Sobre a importância do *timing* na execução e na efetividade da AEIA relativa ao NAL

No estudo da United Nations University (UNU) sobre SEA/AEIA, diz-se: “Unless the SEA process keeps up with the strategic action decision-making process...it will not influence the strategic action. A “retrospective” SEA has most of the costs and none of the benefits of a well-timed SEA”.

De facto, como já dissemos, livros e artigos da especialidade, em geral, enfatizam a necessidade dos estudos de Avaliação Estratégica de Impacto Ambiental serem realizados desde o início do processo, em paralelo com as atividades que conduzem à definição de políticas, planos e programas... Por exemplo, a AEIA deveria constituir uma peça essencial para a consideração sistemática das várias dimensões do problema que influenciam direta ou indiretamente a escolha. Mais ainda, em muitas situações a AEIA deveria ser considerada na eventual identificação de novas alternativas para o problema em estudo e, portanto, também por esta razão, deveria ser efetuada tão cedo quanto possível. Por exemplo, no caso do novo aeroporto de Lisboa, o facto da opção Ota não apresentar mérito relevante com respeito ao fator crítico 1 (segurança, eficiência e a capacidade das operações de tráfego aéreo) e não ser flexível em termos de expansão, isto é, não permitir a eventual construção no futuro de uma terceira pista em caso de necessidade, justificaria, em nossa opinião, uma pesquisa exaustiva, num estágio inicial do processo, de uma alternativa sem estas desvantagens, e tão boa quanto possível nas outras dimensões. A opção Ota só deveria ser considerada depois de se tornar evidente que as outras alternativas viáveis teriam consequências potencialmente muito gravosas e, neste caso, todo o processo de avaliação inicial deveria ser tornado público em tempo adequado.

Por outro lado, estamos convictos de que uma AEIA atempada permitirá ter em conta o Princípio da Precaução (PP) sem prejuízos desnecessários. A ideia de precaução já mencionada na Declaração do Rio (1992), conduziu a um princípio incorporado mais recentemente no sistema jurídico de muitos países, e também da União Europeia. Deve reconhecer-se que uma interpretação

fundamentalista do PP levanta objecções significativas, mas nada justifica uma aceitação atávica de todas as incertezas em nome do chamado *progresso*. A busca de uma interpretação equilibrada do Princípio da Precaução está intimamente associada com a definição do interesse público, hoje um desafio essencial para os cidadãos, os cientistas e o poder político.

Finalmente, numa escolha tão difícil e envolvendo grandes incertezas, é, em nossa opinião, difícil de justificar que uma terceira alternativa sugerida por um outro grupo da sociedade civil, na qual se propõe um novo aeroporto com crescimento modular, conduzindo à substituição progressiva da Portela, tenha sido eliminada *ab initium*, mesmo considerando a eventual necessidade de postergar o *timing* das decisões. Não ignoramos as desvantagens de uma opção deste tipo, mas acreditamos que as suas potencialidades justificariam um estudo mais aprofundado.

Em síntese, por exemplo, “ANSEA – Towards an Analytical SEA” (2002), recomenda a construção de *janelas de decisão* para garantir que AEIA possa influenciar adequadamente a escolha. Esta articulação temporal da AEIA com a estruturação de todo o processo de decisão pode, e deve, ser estabelecida com o apoio de ferramentas de Investigação Operacional”.

C. Sobre as ferramentas de Apoio à Decisão na AEIA

Na referência United Nations Economic Commission for Europe, Resource Manual to Support Application of Protocol on SEA, no seu capítulo A5: *Overview of basic tools for SEA*, é apresentada uma revisão das ferramentas básicas para a Avaliação Estratégica de Impacto Ambiental. Em síntese *Check Lists, Matrices* e *SWOT Analysis* são as ferramentas referidas para a fase de definição do contexto do estudo; *Scenario Building* são propostos para a criação de alternativas; *Sistemas de Informação Geográficos, Técnicas de Modelação*, etc, para preparar/ permitir a avaliação e, finalmente, *Análise Custo Benefício e Apoio Multicritério à Decisão* para a comparação de alternativas. É nossa convicção que Sistemas de Apoio à Decisão em Grupo/Negociação podem também ser muito úteis nesta

fase. No referido estudo é ainda discutido o problema da escolha de ferramentas para a participação pública. Este aspeto ainda não está muito desenvolvido, isto é, em geral a participação pública está ainda longe de ser institucionalizada, como parte essencial do processo, com influência efetiva. Em vez disso, é, em muitos casos, um processo mais ou menos burocrático para cumprir uma exigência jurídica, sem qualquer influência no processo decisório. É condição necessária, para pôr em prática um verdadeiro processo de consulta/discussão pública, *querer* político. Garantido este pressuposto, a sua operacionalização envolve muito trabalho, de que destacamos não só a adequação das imensas oportunidades que a Internet põe ao nosso dispor, como também a utilização de ferramentas de análise adequadas. Deve ainda notar-se que só será possível uma participação efetiva se for promovida ativamente a *autonomia dos cidadãos*. Só pessoas bem informadas, capazes de interpretar e cruzar as linguagens de peritos e políticos (na maior parte dos casos mediados pela comunicação social) terão capacidade para uma intervenção eficaz, numa sociedade com complexidades crescentes.

Uma maior articulação entre a participação de vários atores, que podem representar interesses e valores diversos no processo de decisão, pode justificar o envolvimento de *mapas cognitivos* na estruturação. Mais ainda, Damart e Roy (2007) propõem e discutem a possibilidade de usar *Tabelas de Conciliação* – procedimento já hoje utilizado no Québec.

Quando estão envolvidos conflitos de valores, controvérsias e incertezas é muito difícil encontrar peritos e, em especial, reconhecer a sua legitimidade. No que se refere à motivação do público para participar nestes processos, infelizmente a maior parte das pessoas tem muito pouco tempo livre, tornando-se amorfas em relação às dificuldades e desafios da sociedade em que se inserem. Como já referimos, cidadãos com autonomia (Castoriadis 2000), isto é, com capacidade de reflexão e decisão, capazes de participar na vida local, exercendo uma cidadania consciente, infelizmente são ainda uma pequena minoria.

Na parte final deste artigo prestamos especial atenção a um aspeto essencial, isto é, ao uso de ferramentas para comparar opções viáveis. Consideramos a Análise Custo Benefício e a Análise Multicritério, e, mais uma vez, a discussão

será centrada no caso do novo aeroporto de Lisboa. Como foi referido anteriormente, no estudo dedicado ao NAL, o LNEC utilizou conjugadamente a ACB e a Avaliação Estratégica, considerando os sete fatores críticos de decisão/critérios, atrás mencionados. Não pomos em questão a possibilidade de combinar o uso destes dois tipos de análise. Reconhecemos que seria difícil abandonar completamente uma das ferramentas mais usadas – ACB – por economistas e gestores, na prática de comparação de projetos.

Apesar de ser recomendável uma discussão mais detalhada sobre as limitações da ACB, assim como da sua articulação com a Avaliação Estratégica, no estudo sobre o NAL a ACB torna-se irrelevante, visto que as alternativas, no que diz respeito a este estudo, são consideradas indiferentes. Por outro lado, a opção do Campo de Tiro de Alcochete foi identificada muito tardiamente e, portanto, os dados disponíveis são muito menos detalhados do que os acessíveis na opção Ota. O relatório refere que um conhecimento mais profundo sobre a opção CTA poderia, eventualmente, colocá-la à frente da Ota na ACB, visto que na alternativa CTA foi sempre considerada uma perspectiva pessimista quando os dados eram insuficientes. Apesar de plausível, é claro que se trata de uma hipótese que pode ser interpretada como “*wishful thinking...*” Finalmente, no que se refere à ACB queremos fazer uma referência ao trabalho de Damart e Roy (2007) intitulado: *Limitations of Cost Benefit Analysis to support public debate: the case of Public Transportation Decision-Making*. Neste artigo os autores discutem as limitações da ACB em vários aspetos, incluindo a sua articulação com a participação pública, apontando sugestões para melhorar a sua utilização, assim como complementá-la com outras ferramentas analíticas como a Análise Multicritério. É curioso notar que o caso referido pelos autores, neste contexto, diz respeito a estudos para o terceiro aeroporto de Paris e a certo passo escrevem: “Public debate as a mode of governance has had difficulty establishing itself in France, as shown in the example of the third Parisian Airport... Recourse to public debate is partly justified by the limitations of CBA to determine investment choices in accordance with general public interest”.

Após a Avaliação Estratégica de Impacto Ambiental foi confirmada a escolha do CTA como a localização mais favorável de um futuro NAL. Esta conclusão

baseia-se no seguinte: por um lado a ACB concluiu por uma situação de empate entre as duas alternativas, por outro a Ota é considerada mais favorável em três fatores críticos, num deles por uma grande diferença – a saber: no fator crítico v (organização do território e desenvolvimento regional), enquanto a CTA é melhor em quatro fatores críticos – em dois deles por grande diferença – a saber: nos fatores críticos i (segurança, eficiência e capacidade das operações de tráfego aéreo) e vi (competitividade e desenvolvimento económico e social).

Não discutiremos em detalhe a muito questionável metodologia utilizada, limitando-nos a focar os pontos diretamente relacionados com as conclusões do estudo. Considerar pesos iguais para os fatores críticos, invocando a necessidade de evitar opções de natureza política por serem descabidas num “estudo científico”, parece-nos totalmente insustentável. Sem detalhar aspetos técnicos, é fácil admitir que alguns fatores críticos de decisão (por exemplo, a organização do território e desenvolvimento regional, assim como a competitividade económica e o desenvolvimento social) são *de per si* muito complexos, implicando uma agregação de diversos fatores, dependendo de opções político-ideológicas sobre o futuro da sociedade. Nestas circunstâncias, é errónea a suposta neutralidade da conclusão, em relação a critérios de natureza política. É clara a importância de algumas opções políticas na construção de vários fatores críticos. Mais ainda, há fatores críticos presentes no estudo que são interdependentes, e por vezes com efeitos sinérgicos entre si. Por exemplo, de acordo com o relatório, a opção Ota é significativamente superior no que diz respeito à organização do território e desenvolvimento regional, e, por sua vez, a opção CTA é muito melhor em termos de competitividade económica e desenvolvimento social. Analisando a construção destes fatores críticos (LNEC, 2008), é claro que dum ponto de vista sistémico eles não são independentes. Tudo isto contribui para a nossa dificuldade em considerar as conclusões do relatório tecnicamente sustentáveis.

Em conclusão, sem pôr em questão a qualidade técnica de diversos estudos incluídos no relatório, somos levados a acreditar que a sua conclusão final é pouco plausível. Para além disso, também parece abusivo afirmar-se que se trata de uma conclusão exclusivamente técnica e financeira, já que indissociável de opções político-ideológicas...

A verdade é que não seria muito fácil escapar a este tipo de críticas, tendo em conta o modelo utilizado no relatório. No entanto, devemos lembrar que, em nossa opinião, este tipo de estudos, mais do que propor uma solução final, deveria ter por objetivo uma clarificação sistemática do processo de decisão, que envolve diversos interesses e atores.

Para terminar falta discutir brevemente as características desejáveis para as ferramentas de Apoio Multicritério à Decisão a utilizar nestes casos.

Acreditamos que neste contexto, as ferramentas de agregação deverão ter em conta o conceito de *Social Multi-Criteria Evaluation (SMCE)* desenvolvido por Munda (2008). A sua essência pode ser explanada sumariamente: “A multi-criteria framework is a very efficient means of applying multi/interdisciplinary approach. Science for policy implies responsibility on the part of scientists towards society as a whole and not just towards a mythical decision-maker. Public participation is a necessary but not a sufficient component. Participation techniques are a tool for improving knowledge of the problem at hand, and not for eliciting input for uncritical use in the evaluation process. Social participation does not imply lack of responsibility. Ethical judgments are unavoidable elements of the evaluation exercise. These judgments always influence the results heavily. As a consequence, transparency in the assumptions used, is essential. In this framework, mathematical aggregation conventions naturally play an important role, i.e. in assuring that the rankings obtained are consistent with the information and the assumptions used.”

Em consequência, a escolha de ferramentas adequadas depende da situação, dos dados disponíveis, dos atores, etc. Existem várias escolas de pensamento em Análise Multicritério e muitas propostas metodológicas. Não é nosso objetivo discutir as potencialidades e limitações de cada uma delas. No entanto, a importância e a diversidade dos paradigmas que suportam a agregação de preferências em análise multicritério justificam a necessidade de definir *guidelines* para os utilizadores. Como exemplo, o governo inglês promoveu a escrita de um texto com *guidelines* disponível na Internet (DTRL multicriteria analysis manual).

4. Epílogo

Hoje, as boas práticas políticas e sociais não conseguem acompanhar o ritmo vertiginoso dos acontecimentos, por exemplo, no que diz respeito à assimilação da inovação tecnológica e da produção legislativa, à predominância de interesses instalados, etc, etc. O controlo democrático das decisões políticas está condicionado pelo comportamento dos mercados e pela vigilância de instâncias supranacionais, pondo em causa uma prática efetiva de legislação avançada, em certos casos criada pela própria União Europeia.

Neste artigo, procuramos equacionar aspetos relevantes que afetam o processo de decisão associado à Avaliação Estratégica de Impacto Ambiental, regulada por legislação recente. Utilizamos um estudo dedicado ao novo aeroporto de Lisboa para salientar a importância de ultrapassar as limitações e dificuldades da participação/consulta pública, o que requer uma enorme evolução da *autonomia dos cidadãos*; o problema da formação e o escrutínio dos políticos; a necessidade de iniciar o estudo de Avaliação Estratégica de Impacto Ambiental em paralelo com as fases iniciais do planeamento. Finalmente, apontamos a importância do Apoio Multicritério à Decisão – sublinhando o conceito de *Social Multi-Criteria Evaluation* – propiciando o desenvolvimento de ferramentas técnico-científicas flexíveis adequadas à avaliação em sistemas complexos, socialmente sensíveis.

Em suma, preconizamos o combate contra a realização de Avaliações Estratégicas de Impacto Ambiental com carácter mais ou menos burocrático, promovidas essencialmente para garantir o cumprimento formal da lei. Nas Avaliações Estratégicas de Impacto Ambiental, como noutros casos, a promoção da transparência e da participação avisada e ativa de todos os atores envolvidos, poderá vir a ser um passo significativo na luta contra o aprisionamento da democracia política por teias de interesses quer locais, quer de natureza global.

Referências bibliográficas

- ANSEA (2002). *Towards an Analytical Strategic Environmental Assessment*, Tau Group, et al.
- Castoriadis, C. (2000). Pour un Individu Autonom. *Manière de Voir 52 – Le Monde Diplomatique*, pp. 14-17.
- Clímaco, J. (2004). A Critical Reflection on Optimal Decision. *Eur. Journal of Operational Research*, 153 (2004), pp. 506-517.
- Clímaco, J. & Craveirinha, J. (2010). On the role of OR practice in Strategic Environmental Impact Assessment. *Intl. Trans. in Op. Res.*, 17, pp. 445-456, 2010.
- Damart, S. & Roy, B. (2007). Limitations of Cost-Benefit Analysis to Support Public Debate: the Case of Public Transportation Decision-Making in France. *Cabier du LAMSADE*, 252.
- DTRL multi-criteria analysis manual. www.communities.gov.uk/documents/corporate/pdf/146868.
- Habermas, J. (1974). The Public Sphere: an encyclopedic article. *New German Critique*, 3 (Autumn 1974), pp 49-55.
- LNEC (2008). *Avaliação Ambiental Estratégica do Estudo para Análise Comparada das Alternativas de Localização do Novo Aeroporto de Lisboa na Zona da Ota e na Zona do Campo de Tiro de Alcochete*. LNEC, Report 21/2008-DT.
- Munda, G. (2003). *Multi-criteria Decision aid and the Environment*. Unpublished manuscript.
- Munda, G. (2008). *Social Multi-Criteria Evaluation for a Sustainable Economy*. Springer, Berlin: Heidelberg.
- Pfeffer, J. P. (1992). *Managing with Power*. Boston: Harvard Business School Press.
- Roy, B. (1999). Decision-Aiding Today: What should we expect?. In Gal, T. et al. (Eds), *Multiple Criteria Decision Making – Advances in MCDM Models, Algorithms, Theory and Applications*. Kluwer, Dordrecht, pp. 1-35.
- Sadler, B. & Verheem, R. (1996). *Strategic Environmental Assessment: Status, Challenges and Future Directions*. Report no. 53, Ministry of Housing, Spatial Planning and the Environment, The Hague, The Netherlands.
- Strategic Environmental Assessment Course*, United Nations University, <http://sea.unu.edu/course/>.
- United Nations Economic Commission for Europe, Resource Manual to Support Application of the Protocol on SEA, Chapter A5: *Overview of basic tools for SEA*, www.unecce.org/en/eial/sea_manual/chapterA5.html.

PARA UMA TEORIA METAFÍSICA DA CIVILIZAÇÃO AFRICANA

José Luís Pires Laranjeira/pires.laranjeira@gmail.com

Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Definição

Uma Civilização define-se como um conjunto e um processo de diversificadas culturas, enquanto modos de transformação da natureza e da sociedade, que se desenvolvem com base numa espacialidade ampla, abrangendo povos muito diferentes, durante um prolongado lapso temporal, e influenciando povos e lugares fora do espaço original. A África é o continente, o espaço onde nasceu e de desenvolve a Civilização Africana, cuja influência passou para as Américas, a Europa Ocidental e outras regiões do Globo, através da expansão almorávida e do tráfico negreiro, entre outros fluxos de (e)migrantes, como os comerciais ou mesmo dos refugiados modernos. A Civilização Africana pode definir-se também como o triunfo milenar do engenho do Ser Humano para vencer as gigantescas dificuldades ambientais e transformar o imenso deserto de *solidões étnicas* do Continente e da Diáspora no cadinho das solidariedades. Assim, em termos históricos e culturais, desde a chamada “Civilização Egípcia” (3000 a 900 a. C.) e o primeiro Estado Negro (pré)moderno, o do Gana (séculos IV-XIII), até ao poderoso movimento das Independências (anos 50-70 do século XX), passando pela intensa rede do Comércio Transahariano (séculos VII-XVI) e pelo Tráfego

Negreiro para o Novo Mundo (xvi-xix), a Civilização Africana, com uma longa duração lenta, alcança um arco de 5000 anos, se pensarmos nas múltiplas criações dadas ao mundo, desde a arquitetura faraônica (as célebres pirâmides do Egito) ou do Mali (as conhecidas casas ou mesquitas bastante reproduzidas em fotos e estampas) à música de jazz e ao samba, *voudou* e candomblé. Mesmo que encurtemos esse arco temporal para o período que começa com o Reino do Gana, no século iv, temos cerca de 1600 anos de uma Civilização em decurso. O contributo mais original da Civilização Africana para o Mundo assume-se em *nove pilares estruturantes* de um modo de *ser* e de *fazer* específico, que pode ser resumido pela expressão “o estar no mundo negro-africano e afro-asiático em situações de excelência”.

Esses *nove pilares estruturantes* da Civilização Africana, numa caracterização *abrangente, generalizante*, procuram dar conta de aspetos sobretudo espirituais das comunidades africanas, sejam elas do sul, do norte ou de qualquer outra latitude, aspetos esses, de algum modo, constantes, manifestações que se revelam *trans-históricas* (o que implica, é um facto, uma visão com sua quota parte de *metafísica*) e que somente podem contribuir para a descrição do sistema civilizacional se tomadas no seu conjunto e em inter-relação, sendo que qualquer delas, por si só, pode constituir também um atributo de outras civilizações. Essa qualidade transepocal e de relação possibilita a compreensão estrutural e sistémica, mas igualmente dialética, da Civilização Africana como conjunto de manifestações de índole muito diversa, resultante de um longo e complexo processo de sociabilidade, apropriação instrumental da natureza e transformação do mundo. Para uma síntese, corre-se sempre o risco da essencialização (que pode tornar-se esquemática e mesmo estereotipada), mas, por outro lado, procura-se aqui, com intuítos inclusive didáticos, apresentar uma visão simplificada e totalizante das características que se associam eventualmente a qualquer espaço, época, sociedade ou cultura, tendo consciência de se tratar de uma tarefa problemática.

Os *nove pilares estruturantes* da Civilização Africana, enquanto núcleos conceptuais explicativos, ultrapassam qualquer condicionamento histórico e, por isso, podem ser considerados símbolos metafísicos, isto é, que funcionam,

de acordo com a etimologia, para além da fisicalidade (implicando condições específicas, materiais, de surgimento ou permanência) que determina a sua existência, mas, por outro lado, usufruem de sustentabilidade teórica porque podem ser verificados empiricamente, num dado momento, em mais do que uma cultura africana (por exemplo, a conceção de a palavra ser sagrada em várias cosmogonias, desde a *dogon* ou *bambara* à *tshokwé*) e, mais ainda, apresentam uma historicidade, um desenvolvimento que demonstra modificações temporais, porém vinculadas a condicionalismos específicos, materiais, históricos, sociais ou espirituais de certas regiões, comunidades ou agenciamentos culturais. É por isso que o conceito de “família alargada” migrou das sociedades não urbanas para as urbanas e transpôs mesmo o Atlântico, para se instalar nas Américas, com alterações, passando a funcionar, então, como adjuvante de solidariedade em situações de perigosidade política, social ou económica (veja-se o caso dos quilombos, no Brasil, ou dos *fujões de marronage*, no Caribe, ambos fenómenos de resistência e fuga à escravidão e subsequente organização autónoma).

A Civilização Africana experimenta um ponto de chegada ou expressão grandiloquente na instância ideopolítica, durante o século xx, ao culminar na Consciência Panafricana, que procurou unir, idealística e também praticamente, *todos* os negros, do continente e da diáspora, em torno de programas injuntivos de pertença rática e, precisamente, civilizacional, resgatando conceitos como o “orgulho de ser negro” e mostrando a possibilidade de emancipação, independência, igualdade e liberdade do negro, enquanto foco e agente de ações afirmativas e autodeterminativas.

A Civilização Africana tem sido, de facto, usada pelos negros de todo o mundo como fundamento para atuações políticas e sociais, esgrimindo argumentos sustentadores do sentido de pertença a uma matriz apresentada como demonstrativa de *mínimos denominadores comuns*. Esses *denominadores comuns* incluem-se justamente nos *nove pilares estruturantes* da Civilização Africana. Assim, vejamos quais são eles.

Os nove pilares da civilização africana

1) A ideia de ORIGEM, de que a África é o “berço da Humanidade”, hipótese baseada nas descobertas arqueológicas e paleontológicas no Quênia, na Etiópia, etc., por cientistas como Leakey, ideia que tende a transformar-se no mito fundacionalista (fundacional), concede uma outra magnitude ao telurismo, já de si tão forte, da africanidade. O sentido de a África poder ser o berço dos Humanos atribui uma força e um orgulho suplementares aos africanos e afro-descendentes que têm consciência dessas hipóteses científicas. Essa ideia de Origem do mundo humano na África conecta-se com a de Mãe-África, do continente visto como um enorme regaço materno.

2) Associado à origem do homem e do “mundo” (ou mesmo do universo), surge a PALAVRA (= Nommo), como entidade fundadora e geradora de vida e de concretude. Comprovadamente, algumas etnias africanas têm na Palavra a revelação do sagrado, na forma do poder gerador da vida, tal como acontece, por exemplo, na Bíblia, quando, no Génesis, aparece a ideia de que “o Verbo se fez carne”. Vejam-se Marcel Griaule, Dieterlen, Tempels, Kagame, entre outros, para a centralidade da Palavra em cosmogonias étnicas. A Palavra é comparada ao sêmen (dizem os sábios de uma etnia não africana que o mundo, ideia essa inesperada, foi criado com uma masturbação), ao sopro, à seiva, à linfa, à saliva ou ao sangue (os fluidos vitais dos corpos animais, humanos e vegetais), podendo surgir como criação da mulher, por via da menstruação, ou como manifestação espiritual, por intermédio da expiração. Em África, a Palavra, mais do que a linguagem, mediação de pensamento e comunicação, é epifania genesíaca, autêntico processo de hominização e criação, é o *logos* (e *locus*) engendrador da substância do mundo, sem a qual (palavra) ele não existiria. Num Continente em que as etnias e as línguas existem aos milhares, nesse contexto de multiculturalismo e babelismo cosmopolita (há pessoas do meio não urbano que falam mais do que duas, ou mesmo cinco ou seis, línguas), é *natural* que a Palavra se apresente, na sua associação com a vocalidade e a expressividade corporal, como a *deusa dos deuses* (os deuses são, na verdade, entidades anímicas), isto é, o *deus* máximo dos espíritos, como a deidade de todas as *divinizações*, de todas as *religiões*.

3) O FOGO associa-se ao Sol, estrela da luz intensa, geradora do calor sentido de maneira mais envolvente nos trópicos e no Equador: recorde-se que a África é o único continente cuja superfície é sensivelmente distribuída, de modo aproximado, para setentrião e meridião. Concomitantemente, o Fogo, na sua forma quotidiana produzida pelo ser humano, nas queimadas de vegetação dos terrenos ou, então, por exemplo, nas forjas mais ou menos complexas, ganha um sentido mágico, ligação elemental às fórmulas primordiais do mundo (fogo, terra, ar, água) e ainda, enquanto elemento manipulado, forma de domínio da natureza e de poder na sociedade (forjar armas e utensílios de lavoura), sendo os seus manipuladores (o ferreiro, o “guardião”) figuras com estatuto social considerável nas “comunidades construídas” (localidades, associações, regiões) ou nas “comunidades imaginadas/tradicionais” (seitas, grupos, clãs). O Fogo, associado ao calor e à luz, significa e simboliza o *entusiasmo* com que os africanos defrontam as agruras da vida, num Continente naturalmente hostil e cuja sociabilidade é complexa e difícil, pela diversidade de culturas e interesses pelas matérias-primas e outros produtos fulcrais, quer nas economias de trocas regionais, quer na economia-mundo (ouro, marfim, escravos, cola, madeira, malagueta, petróleo, etc.). É como se o Fogo, o calor, propiciasse, na envolvimento ambiental (qual quentura amniótica, uterina), uma espécie de *acalanto telúrico-materno*, prolongamento complementar, na sua expressão qualitativa, da faceta telúrica do fundacionalismo, ideiação mítica de África como Mãe-África, materna matriz do mundo e do universo.

4) O RITMO, ligado ao movimento, implica sempre o som presencial e indicia vivacidade e vitalismo. Pode-se observar, quer em África, quer noutro ponto do planeta, que, se não tiver sido educado num ambiente digamos que aparentado ao rigorismo dos calvinistas ou de outras fações da sociedade consideradas de costumes rígidos, o negro é mais solto e balanceado no seu andar e no comportamento – como se o comandasse uma rítmica interna mais forte do que a de outros continentes –, mais liberto da tristeza, do pessimismo e do derrotismo, quando considerado em situações quotidianas que não impliquem guerra, fome, calamidade natural, migração forçada e outras causas trágicas de compreensível estado de desânimo. Mesmo nesses

contextos, o africano tem reagido, bastantes vezes (genocídio ruandês, fome no Darfour, guerra civil do Biafra, etc.), de modo mais otimista graças ao seu vitalismo, de que o ritmo (isto é, o movimento sincopado vivido interiormente) é uma componente articulatória e expressiva, tanto no aspeto emocional quanto motor.

5) O HOMEM, ou *ntu*, segundo a raiz banta desta mesma palavra (*bantu*), e de acordo com o pilar conceptual da Origem, é, por definição, africano, o que significa que os bantos se consideram “os homens”. A etnologia deu conta da pluralidade do homem africano, numa perspectiva de descentração relativista, como se lhe pode chamar. A conceção do homem, em muitas cosmogonias étnicas africanas, perfilando um Humanismo que somente atribui aos espíritos um valor semelhante, compara-se ao Humanismo renascentista europeu ou ao Humanismo chinês protagonizado pela filosofia e pela pedagogia de Confúcio. À semelhança de outros povos tão diversos, de outros continentes, os africanos, desde os Nuer (no Sudão) aos masai (no Quênia), observados regionalmente, consideram-se superiores aos seus vizinhos. Assim, não é nesta perspectiva local que o Humanismo surge como um atributo de regozijo, mas tomando o Continente na sua totalidade e comparando-o com outros povos de qualquer época: aí se vê como o africano (e o negro) se sente “O Homem”.

6) Ora o Homem africano está intimamente relacionado com o sexto pilar, o COLECTIVO, porque, sendo ele também obviamente um indivíduo, somente se compreende o seu comportamento quando inserido na sociedade. Aí ele participa na teia de relações que são de verdadeira solidariedade, onde a fraternidade e o conceito de “família alargada” explicam atividades e ações em meios pequenos ou não urbanos (ainda se manifestando nestes lugares). Subentende-se, pois, uma ideia de organização clânica a partir dos conjuntos de famílias alargadas. Pode-se sempre argumentar, por exemplo, que o sentido de grupo, de rede de auxílio e solidariedade, não funciona em certas circunstâncias (os negros brasileiros que ascendem socialmente são vítimas, tantas vezes, do isolamento, até pela sua diminuta representatividade), valendo-se cada qual dos seus meios privados, como em qualquer sociedade pós-moderna. Porém, são infundáveis os exemplos da cooperação “familiar”, entre “primos” afastados

e seus segmentos – os filhos dos tios são “irmãos” –, quando algum indivíduo passa por dificuldades materiais ou outras. De facto, tem perdurado o espírito comunitário, que leva, por exemplo, em regiões não urbanas, à partilha do trabalho de lavoura, à pastorícia coletiva ou à edificação conjunta, sobretudo nas situações carenciadas (como nos bairros urbanos periféricos).

7) A PRAGMÁTICA, ou pragmatismo, é uma chave-mestra para explicar a capacidade de sobrevivência, no sentido de realização muito prática e eficiente, segundo padrões próprios, que atentam na transitoriedade e mutabilidade do homem que se movimenta segundo as necessidades não satisfeitas de alimentação, saúde, trabalho e educação. No caso de África, a satisfação das necessidades básicas é constantemente deficitária e envolve demandas gigantescas para a real eficácia das instituições sociais. A pragmática, em África, nada tem a ver com uma prática como que funcional. Pode-se apelar à sintomatologia do senso comum para a compreender como a melhor maneira, rápida e eficaz, de conseguir realizar os intentos.

8) A ESPERANÇA no continente africano foi sempre uma constante, na medida em que as dificuldades de todo o tipo, sobrehumanas, desde as geofísicas às da prepotência e usurpação por parte do colonialismo, moldaram mentalidades persistentes e perseverantes que apontam sempre para uma “potência futurante”, que se tem baseado na juvenildade do povo e na capacidade demográfica perante as calamidades e hecatombes da escravidão, das invasões externas e das guerras intestinas. O princípio de esperança, de que falava Bloch, encontra uma justa medida no Homem africano e negro. Não por acaso, o livro de poesia de Agostinho Neto, líder da libertação de Angola do colonialismo e seu primeiro presidente, intitula-se *Sagrada Esperança*, não exclusivamente messiânica ou prometeica, mas natural e cosmogónica, ontológica e social.

9) O NEGRO, na aceção de Homem (*ntu*) e cor, que, no terreno da arte, cultura e ideologia, sustentou, e continua a sustentar, os fundamentos da civilização, é, por maioria, o representante do chamado “Continente Negro”. Basta lembrar que, desde o negrismo ao movimento da Negritude (primeiro em França, na década de 30 do século xx, e, neste momento, no Brasil, para referir dois exemplos), a ideologização das ações afirmativas do Negro elevaram

a cor negra aos píncaros da positividade, da beleza e da grandeza, justificando a existência inequívoca de uma “estética negra”. O Negro terá tendência a deixar de ser a cor simbólica da desgraça, do fatalismo, do horrível, do hediondo, da negatividade, para ser assumido com o significado de beleza, positividade, pureza, excelência e orgulho.

Conclusão

As conquistas e as lições da Civilização Africana constituem um património material e espiritual de Pan-africanidade, concitando a “reunião” de todos os negros com o objetivo de contribuir, no mundo, para a equidade e hominização de todos os humanos. Para alcançar tal objetivo, os africanos e os negros de todo o mundo terão, também eles próprios, de ultrapassar o estágio de desigualdade e desumanização que, entre si, igualmente sustentam.

Bibliografia

- AA.VV. (1986). *L'affirmation de l'identité culturelle et la formation de la conscience nationale dans l'Afrique contemporaine*. reimp., Paris: UNESCO.
- AA.VV. (1990). *La pensée métisse. Croyances africaines et rationalité occidentale en questions*. Paris/ Genebra: PUF/Cahiers de L'IUED.
- AA.VV. (2000). *Afrocentrismes. L'histoire des africains entre Égypte et Amérique*, Paris, Karthala.
- Ahmad, Aijaz (2002). *Linbagens do presente*. São Paulo: Boitempo.
- Altuna, P. Raul Ruiz de Asúa (1985). *Cultura tradicional banto*. Luanda: Secretariado Arquidiocesano de Pastoral.
- Appiah, Kwame Anthony (1992). *In my father's house*. Nova Iorque/Oxford: Universidade de Oxford, (há tradução brasileira).
- Bâ, Amadou Hampâté (2003). *Amkoullel, o menino fula*. São Paulo: Casa das Áfricas/Palas Athena.
- Battestini, Simon (1997). *Écriture et texte. Contribution africaine*. Québec/Paris ; Universidade Laval/Présence Africaine.
- Bhabha, Homi (1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG.
- Bidima, Jean-Godefroy (1995). *La philosophie négro-africaine*. Paris, PUF.
- Cissiko, Sékéné Mody (1996). *Tombouctou et l'empire Songhay*. Paris: L'Harmattan.

- Davidson, Basil (1981). *À descoberta do passado de África*. Lisboa: Sá da Costa.
- Diop, Cheik Anta (1979). *Nations nègres et culture*. 2 vols. 3.^a ed., Paris: Présence Africaine.
- Diop, Cheik Anta (1982). *L'unité culturelle de l'Afrique Noire*. 2.^a ed., Paris: Présence Africaine.
- Evans-Pritchard, E. E. (1978). *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva.
- Ford, Clyde W. (1999). *O herói com rosto africano. Mitos da África*. São Paulo: Selo Negro.
- Frobenius, Léo (1987). *La civilisation africaine*. Paris : Le Rocher.
- Glissant, Édouard (1996). *Introduction à une poétique du divers*. Paris: Gallimard.
- Glissant, Édouard (1997). *Le discours antillais*. Paris: Gallimard.
- Goody, Jack (1987). *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa; Ed. 70.
- Griaule, Marcel (2000) (1948). *Dieu d'eau. Entretiens avec Ogotemméli*. Paris: Fayard.
- Hernandez, Leila Leite (2005). *A África na sala de aula. Visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro.
- Jacob, Ernst Gerhard (s.d.). *Fundamentos da história de África*. Lisboa: Aster.
- Jahn, Janheinz (1963). *Las culturas neoafricanas*. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Ki-Zerbo, Joseph (s.d.). *História da África negra*. ed. rev. e atualiz. 2 vols., Mem Martins: Europa-América.
- Laranjeira, Pires (1995). *A negritude africana de língua portuguesa*. Porto: Afrontamento.
- Lewis, Ioan M. (1986). *O islamismo ao sul do Saará*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Maquet, Jacques (1981). *Les civilisations noires*. Verviers : Marabout.
- M'Bokolo, Elikia (2004). *Afrique noire. Histoire et civilisations. Du XIX siècle à nos jours*. 2.^a ed., Paris: Hatier/AUF.
- Ndaw, Alassane (1997). *La pensée africaine. Recherches sur les fondements de la pensée négro-africaine*. Dakar: Les Nouvelles Éditions Africaines.
- Paulme, Denise (1977). *As civilizações africanas*. Lisboa: Europa-América.
- Pourtier, Roland (2001). *Afriques noires*. Paris : Hachette.
- Poutignat, Philippe & Jocelyne Streiff-Fenart (1998). *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP.
- Senghor, Léopold Sédar (1993). *Liberté 5. Le dialogue des cultures*. Paris: Seuil.
- Smith, Stephen (2005). *Atlas de l'Afrique, un continent jeune, révolté, marginalisé*. Paris: Autrement.
- Sow, Alpha I. *et al.* (1980). *Introdução à cultura africana*. Lisboa: Ed. 70.
- Spivak, Gayatri Chakravorty (1999). *A critique of postcolonial reason. Toward a history of the vanishing present*. Cambridge/Londres: Universidade de Harvard.
- Urrutia, Jorge (2001). *Leitura do obscuro. Uma semiótica de África*. Lisboa: Teorema.
- Wauthier, Claude (1973). *L'Afrique des africains. Inventaire de la Négritude*. Paris: Seuil.

(Página deixada propositadamente em branco)



Ge  grafias

